

EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA DE HOJE E DE AMANHÃ:

Teorias do texto, do discurso e da tradução



Vol.2

Organizadores:

Carolina Paganine

Eliane Soares de Lima

Phellipe Marcel da Silva Esteves

EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA DE
HOJE E DE AMANHÃ
TEORIAS DO TEXTO, DO DISCURSO E DA TRADUÇÃO



Pedro & João
editores

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem

Coordenação-geral

Ivo da Costa do Rosário
Phellipe Marcel da Silva Esteves

Coordenação de linhas de pesquisa

Linha 1 – Teoria e Análise Linguística – Luciana Sanchez Mendes
Linha 2 – Teorias do Texto, do Discurso e da Tradução – Beethoven Alvarez
Linha 3 – História, Política e Contato Linguístico – Xoán Lagares

Comissão organizadora do XIII SAPPIL

André Cavalcante
Fernanda Gonçalves de Laia
Fernanda Cerqueira Mello
Jovana Mauricio Acosta de Oliveira
Leticia Martins Monteiro de Barros
Rudá da Costa Perini

Coordenação de revisão

Iuri Pavan

Equipe de revisão dos e-books

Adryanne Martins
Catarina Ribeiro
Cláudio Martins
Eber Junior
Hanna Ferreira da Silva
João Pedro Peres da Costa
Kaya Araújo Pereira
Leandro Leiroz Rodrigues de Azevedo
Lídia Rocha Moraes
Lienise Lins Silva
Lucas Riehl
Melyssa Cardoso da Silva Santos
Milena Silva dos Santos
Simone Josefa da Silva
Tainá Dias de Souza
Yasmim Pereira de Oliveira

Esta obra foi avaliada e aprovada por pareceristas no sistema simples-cego.

Obra editada e produzida com verba oriunda do processo
E-26/211.017/2021 da Faperj.

CAROLINA PAGANINE
ELIANE SOARES DE LIMA
PHELLIPE MARCEL DA SILVA ESTEVES
(ORGANIZADORAS E ORGANIZADOR)

EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA DE
HOJE E DE AMANHÃ
TEORIAS DO TEXTO, DO DISCURSO E DA TRADUÇÃO




Pedro & João
editores

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Carolina Paganine; Eliane Soares de Lima; Phellipe Marcel da Silva Esteves [Orgs.]

Educação linguística de hoje e de amanhã: teorias do texto, do discurso e da tradução. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 649p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-0831-2 [Digital]

1. Educação linguística. 2. Análise do Discurso. 3. Linguística textual. 4. Estudos da tradução. I. Título.

CDD – 410

Capa: Petricor Design

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2023

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
Carolina Paganine, Eliane Soares de Lima e Phellipe Marcel da Silva Esteves	

BLOCO 1 – ANÁLISES DO DISCURSO

O EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA – UMA ANÁLISE DISCURSIVA	33
Ana Patricia Rosinek	

SUJEITOS PERIFÉRICOS NO DICIONÁRIO CAPÃO: ESPAÇOS COMO FORMA DE DENOMINAÇÃO	48
Clara Bastos Faustino Gabriella de Macedo Pires Pereira Vanise Gomes de Medeiros	

A INTERAÇÃO PERSONALIZADA COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO NO CONTEXTO VIRTUAL	65
Fabiana Correa Castagnaro	

A HISTORICIDADE DO TÍTULO E DO PANFLETO DO <i>MANIFESTO [DO PARTIDO] COMUNISTA</i>	83
Iuri Pavan Dias	

VIVA A PRINCESA: O DISCURSO SOBRE ISABEL NOS SAMBAS-ENREDO CARIOCAS ATRAVÉS DOS TEMPOS	97
Luciana Vianna do Nascimento	

NO ALVO, AS ARMAS: O DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE A LEGISLAÇÃO (DES)ARMAMENTISTA NO BRASIL Luciano Arêas do Nascimento	109
O FUNCIONAMENTO DO SIGNIFICANTE “FAMÍLIA” NO DISCURSO JURÍDICO Luciano Arêas do Nascimento	121
ENSINO DE ESPANHOL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DAS LEIS EDUCACIONAIS Mariana Assumpção da Silva	131
O ACONTECIMENTO DISCURSIVO DA PANDEMIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE DE DOCUMENTOS OFICIAIS QUE REGULAMENTARAM O ESPAÇO ESCOLAR NESTE PERÍODO Mariana Vieira Domingues	145
“DESINFORMAÇÃO MATA!”: A PANDEMIA DE COVID-19 E OS DITOS E NÃO-DITOS DO DISCURSO PUBLICITÁRIO SOBRE O JORNALISMO TRADICIONAL Marianna da Silveira Figueiredo Carvalho e Carvalho de Araujo Silmara Cristina Dela da Silva	157
PRÁTICAS DE LEITURA DISCURSIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DO FUNCIONAMENTO DA MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO DOS SENTIDOS SOBRE A MULHER NEGRA Raquel Danielli Mota	173

DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE UM ARQUIVO: O DISCURSO SOBRE O CÂNCER EM CAMPANHAS EDUCATIVO-PUBLICITÁRIAS Rita Rangel de Souza Machado	189
BÍBLIA EM CENA: O DISCURSO PRESIDENCIAL OFICIAL EM ANÁLISE Rudá da Costa Perini	199
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE SENTIDOS DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE Samantha Hoehr Appel Patricio	217
COMPONENTE CURRICULAR: O USO DA LINGUAGEM NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO Samara Lussac Kiperman	233
'DEZ CRIMES QUE CHOCARAM O RIO': PENSANDO A CIDADE COMO ESPAÇO DISCURSIVO Ulisses da Silva Gomes	247
O FIO DA LÍNGUA: A ESCRITA BORDADA DE ARTHUR BISPO DO ROSARIO Vitor de Mello Netto	261
A PROMOÇÃO DA AUTORIA DISCENTE NO PROCESSO DE ORIENTAÇÃO ACADÊMICA NA LICENCIATURA: CAMINHOS POSSÍVEIS SOB UMA PERSPECTIVA DIALÓGICA Yasmim Pereira de Oliveira	273

BLOCO 2 – ESTUDOS DA TRADUÇÃO

- UMA REFLEXÃO SOBRE A RECEPÇÃO CRÍTICA DE *AS TROIANAS* DE SÊNECA 289
Érica Marques de Sant’Anna
- MARCAS DA ORALIDADE EM DUAS TRADUÇÕES DE *TESS OF THE D’URBERVILLES* 303
Gisele Flores Caldas Manhães
- “DO NOT GO GENTLE”: UM PERCURSO PELAS RETRADUÇÕES DA VILANELA DE DYLAN THOMAS 317
Maria Luiza Mancinho da Silva
- POR UMA *ASINÁRIA* EM VERSO: UMA PROPOSTA DE TRADUÇÃO DOS SEPTENÁRIOS TROCAICOS DE PLAUTO 329
Renan de Castro Rodriguez

BLOCO 3 – LINGUÍSTICA TEXTUAL

- MULTIMODALIDADE E ENSINO NAS CAPAS DA REVISTA “CONHECIMENTO PRÁTICO: LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA” 347
Danielle Souto Araujo Pain
- É COMO VOTO, É COMO SOU! PROCESSOS REFERENCIAIS NOS VOTOS DOS ACÓRDÃOS DO STF 363
Juliana Behrends de Souza Cerqueira

LETRA DE SAMBA-ENREDO: DO QUE FALA, COMO FALA E QUEM FAZ FALAR: CONTRIBUIÇÕES DA LINGUÍSTICA TEXTUAL E DA SEMIOLINGUÍSTICA 379
Julio Teixeira de Souza
Fábio André Cardoso Coelho

BLOCO 4 – TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA DE ANÁLISE DO DISCURSO

O *MATCH* ENTRE A LÍNGUA INGLESA E AS BLOGUEIRAS NO INSTAGRAM: UMA ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA 397
Adriane Lucia de Oliveira

UMA ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DA DESCONSTRUÇÃO DO ETARISMO FEMININO PROPOSTA PELA CAMPANHA PUBLICITÁRIA #MINHAIDADENAOMEDEFINE, DE NATURA 413
Alessandro Alves dos Santos

“NEM TUDO FOI CANCELADO, GRAÇAS A DEUS”: A POLÊMICA COMO MODALIDADE ARGUMENTATIVA DO DISCURSO EM PUBLICAÇÕES DO INSTAGRAM 431
Ana Carolina dos Santos
Ilana da Silva Rebello

ESTRATÉGIAS DE LEITURA EM PERSPECTIVA SEMIOLINGUÍSTICA: OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS NA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA 449
André Marques da Silva

NARRANDO EM QUADROS: UMA ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DA SEQUENCIALIDADE E SIMULTANEIDADE EM MANGÁS	465
Beatriz Bezerra Carvalho Maia	
TREZENTOS MIL: UM MUNDO EM PRETO E BRANCO SIGNIFICADO PARA OS LEITORES NA CAPA DO <i>MEIA HORA</i>	479
Clayton Luiz da Silva Moreira	
A PRODUÇÃO DE PUBLICIDADE NA ERA DIGITAL: O USO DO MODO ENUNCIATIVO COMO ESTRATÉGIA DE CAPTAÇÃO E DE CREDIBILIDADE DA ‘NAT NATURA’ NO TWITTER	493
Giselle de Souza Reis Coutinho	
O MOVIMENTO FEMINISTA NA PERSPECTIVA DO REVISIONISMO METAPÉDICO	507
Gleici Heringer	
AS IDENTIDADES DO CRONISTA LEANDRO KARNAL NA MUDIATIZAÇÃO DO DISCURSO CIENTÍFICO	523
Graziela Borguignon Mota	
LER PARA SENTIR: PATEMIZAÇÃO EM <i>A VIAGEM</i>	539
Isadora Eccard Bersot Beatriz dos Santos Feres	
A ESTEREOTIPIZAÇÃO DA MULHER NA CAMPANHA “VOCÊ NÃO É VOCÊ QUANDO ESTÁ COM FOME”: <i>RIDENDO CASTIGAT MORES?</i>	551
Monique Rohem Silva	

ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DO DISCURSO NEGACIONISTA EM PRONUNCIAMENTOS OFICIAIS RELACIONADOS À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS	567
Thiago Costa da Silva Ilana da Silva Rebello	

BLOCO 5 – SEMIÓTICA DISCURSIVA

AS MODALIDADES VERIDICTÓRIAS NO LIVRO O CONTO DA AIA: UMA ANÁLISE PRELIMINAR	587
Amanda Perlingeiro Guisã do Nascimento	
FRAGMENTAÇÃO E RESENTIMENTO: A ARQUITETURA DISCURSIVA EM OBRAS DE MILTON HATOUM	601
Cinthia Paes Virginio	
UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DO MANGÁ <i>CELLS AT WORK!</i> COMO TEXTO DE POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA	617
José Leonardo Tadaiesky Batista	
A PRÁTICA DE LEITURA NA COMUNIDADE <i>BOOKTUBE</i>	633
Luiza Riveiro Gonçalves	

APRESENTAÇÃO

Carolina Paganine
Eliane Soares de Lima
Phellipe Marcel da Silva Esteves

Os quarenta e um capítulos reunidos nesta edição, divididos em cinco blocos que remetem a cada uma das cinco disciplinas da Linha 2, Teorias do Texto, do Discurso e da Tradução, do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense, são um bom exemplo da diversidade e do compromisso social que as pesquisas desenvolvidas pelos discentes – em colaboração direta com seus docentes orientadores – representam. Trata-se da apresentação dos resultados, finais ou parciais, de estudos que passaram pelo crivo de pesquisadores renomados das cinco áreas no âmbito do XIII Seminário dos Alunos dos Programas de Pós-Graduação (Linguagem), o SAPPIL – Linguagem, cujo objetivo principal é o de oferecer a oportunidade de divulgação desses trabalhos em seus diferentes estágios de desenvolvimento. Nesta edição de 2022, o SAPPIL teve como tema “Educação Linguística de Hoje e de Amanhã”, tendo sido realizado em formato híbrido, com atividades presenciais e outras em modo remoto, entre os dias 31 de outubro e 16 de novembro, com a promessa de estabelecer diálogos entre as pesquisas no Posling-UFF e essa que é uma das maiores preocupações hoje nos estudos de linguagem: os entrecruzamentos entre ensino, aprendizagem, língua(s), linguagem(ns), produção de sentido etc.

Os capítulos, como já permite prever o sumário, abordam diferentes objetos de comunicação, investigados com base em perspectivas teóricas, também diversas, dos estudos do texto e do discurso, dentro das quais alguns conceitos são selecionados como ferramentas de análise. O que eles têm em comum é a preocupação

com a identificação, descrição e compreensão das estratégias enunciativas que sustentam a manifestação discursiva em esferas de circulação específicas e, por isso mesmo, direcionada a públicos distintos. Como temos afirmado, testemunhos de como a linha 2 do Posling-UFF se compõe de teorias da leitura e da interpretação.

Os dezoito capítulos do bloco 1, por exemplo, remetem a diferentes bases teóricas que compõem o que conhecemos como Análise do Discurso. Abrindo a seção, temos o capítulo “O empreendedorismo na educação básica – uma análise discursiva”, de Ana Patricia Rosinek, que, com base em autores com Michel Foucault e Alice Krieg-Planque, se dedica a discutir aquilo que vem sendo chamado de “Educação Empreendedora”, analisando uma publicação do Sebrae intitulada “Empreendedorismo no currículo do ensino Médio”, veiculada no segundo semestre de 2020, alguns meses antes de MEC e Sebrae firmarem um acordo para “desenvolver a educação empreendedora”. Coincidências?

Ainda na temática da interface língua-sujeito-sociedade, as autoras Clara Bastos Faustino, Gabriella de Macedo Pires Pereira e Vanise Gomes de Medeiros escrevem o texto “Sujeitos periféricos no *Dicionário Capão*: espaços como forma de denominação”, focando num instrumento linguístico constituído em franca homenagem à obra dos Racionais MC’s. O corpus selecionado pelas autoras envolve verbetes referentes aos sujeitos periféricos e às denominações que recebem na relação com os espaços onde vivem. São eles: “favela”, “maloqueiro” e “vida-loka”. Com base na Análise de Discurso materialista, buscam compreender deslocamentos e ressignificações na relação com dicionários canônicos, especialmente no confronto entre o *Dicionário Capão* e o *Dicionário Houaiss*.

A seguir, Fabiana Correa Castagnaro, orientada pela Análise da Conversação etnometodológica e pela Análise Sociointeracional do Discurso, publica aqui o capítulo “A interação personalizada como estratégia de ensino no contexto virtual”, em que discorre sobre a importância da personalização da interação entre professora-alunos como estratégia de ensino, no contexto virtual de

aprendizagem, analisando como uma professora orienta os estudos dos alunos no processo ensino-aprendizagem e verificando quais estratégias são utilizadas pela professora para incentivar o aluno à participação. Seus dados foram coletados por intermédio da plataforma Moodle, a partir de interações por e-mails, entre professora e alunos inscritos na disciplina Português VIII, do Curso de Letras da Universidade Federal Fluminense, através da Fundação CECIERJ/Consórcio CEDERJ.

Já em “A historicidade do título e do panfleto do *Manifesto [do Partido] Comunista*”, Iuri Pavan Dias, também atravessado pela Análise de Discurso materialista (propondo, no texto, uma História Discursiva dos Livros), se baseia no prefácio escrito por Friedrich Engels à edição inglesa de 1888 do *Manifesto [do Partido] Comunista*, quando o filósofo faz um comentário sobre o processo de intitulação da obra: à época em que foi publicado, às vésperas da Revolução de Fevereiro de 1848, o manifesto não poderia, segundo Engels, ter sido chamado de “socialista”, haja vista que o socialismo vigente era considerado um movimento conservador e burguês no próprio texto de Marx e Engels. Com isso, o objetivo do capítulo é refletir sobre como o socialismo e o comunismo são significados no *Manifesto [do Partido] Comunista*, determinando o processo de intitulação do manifesto e também da luta revolucionária desde o século XIX.

Na sequência, também calcada em autores como Eni Orlandi e Michel Pêcheux, Luciana Vianna do Nascimento se debruça sobre um objeto que frequenta os bancos escolares e também os pés e bocas de foliões: trata-se de sambas-enredo. O objetivo da autora, em seu texto intitulado “Viva a princesa: o discurso sobre Isabel nos sambas-enredo cariocas através dos tempos”, é mostrar como a princesa Isabel comparece nos sambas de enredo das escolas de samba do Rio de Janeiro, tendo escolhido as obras da Imperatriz Leopoldinense de 1988 e 1989 – “Conta outra que essa foi boa; Liberdade, Liberdade, abre as asas sobre nós” – e da Estação Primeira de Mangueira de 2019 – “História para ninar gente grande”.

Ainda dentro da proposta teórica e analítica da Análise de Discurso materialista, os dois capítulos seguintes são de autoria de Luciano Arêas do Nascimento. O primeiro, “No alvo, as armas: o discurso jornalístico sobre a legislação (des)armamentista no Brasil”, enfoca o processo discursivo formulado e posto em circulação pelo jornal *O Globo* sobre o controle de armas, abordando os processos de produção de sentido no discurso midiático (e, particularmente, no discurso jornalístico) e a reflexão sobre o papel do jornalismo, desde sua posição social, na institucionalização de sentidos em nossa formação social sobre o armamento no Brasil. O segundo capítulo, intitulado “O funcionamento do significante ‘família’ no discurso jurídico”, parte de trechos do Código Civil de 1916 e da Constituição Federal de 1988 para formular um gesto analítico do funcionamento do termo “família” no Direito de Família ou Direito das Famílias no Brasil.

Já Mariana Assumpção da Silva, autora do capítulo “Ensino de espanhol no Brasil: uma análise discursiva das leis educacionais”, busca analisar, a partir de contribuições da Linguística Aplicada e das Políticas Linguísticas, como o ensino de espanhol como língua estrangeira comparece nas leis e como ele é discursivizado pelo Estado, enquanto poder econômico e político, uma vez que, para a autora, tratar do ensino de língua é pensar nos impactos sociopolíticos que ele pode trazer a curto ou a longo prazo para os diversos âmbitos do cotidiano, como o científico, o acadêmico, o educacional, o laboral etc.

Em seguida, o capítulo “O acontecimento discursivo da pandemia e suas implicações na educação pública: análise de documentos oficiais que regulamentaram o espaço escolar neste período”, de Mariana Vieira Domingues, visa compreender a formulação, a circulação e a leitura do discurso institucional dirigido às escolas no ano de 2021, regulamentando o espaço escolar e o fazer pedagógico e instaurando novas práticas e comportamentos – como esse discurso foi recebido na comunidade escolar, que discursos foram (re)produzidos e quais

gestos de interpretação estão presentes no contexto pandêmico em que vivemos.

À luz da Análise de Discurso materialista, o capítulo posterior, “Desinformação mata!': a pandemia de covid-19 e os ditos e não-ditos do discurso publicitário sobre o jornalismo tradicional”, das autoras Marianna da Silveira Figueiredo Carvalho e Carvalho de Araujo e Silmara Cristina Dela da Silva, tem como foco a maneira como se constituem os efeitos de sentidos para o jornalismo e(m) suas práticas, em propagandas de consórcios e associações de imprensa, emissoras de rádio e televisão, que circularam na mídia em março de 2020 e janeiro de 2021, no contexto do primeiro ano da pandemia de covid-19, no Brasil e no mundo. A partir dessas ações midiáticas, as autoras buscam analisar discursivamente como os consórcios que reúnem os principais grupos de comunicação do país, aliados ao discurso sobre a saúde, passam a se valer do discurso publicitário para colocar em circulação a memória da mídia tradicional como aquela que possui a prerrogativa da produção de notícias e dos sentidos de que essas atuais práticas informativas, destinadas à efetiva produção de notícias – imaginariamente impessoais, isentas, objetivas – poderiam salvar vidas, em oposição à desinformação (decorrente das notícias falsas), demarcada enquanto aquela que “mata”.

Autora do capítulo seguinte, “Práticas de leitura discursiva na educação básica: do funcionamento da memória e resistência na constituição dos sentidos sobre a mulher negra”, Raquel Danielli Mota tem como objetivo pensar a contribuição do aporte teórico metodológico da Análise de Discurso de base materialista para o ensino de leitura discursiva nas aulas de língua portuguesa em uma turma de nono ano do ensino fundamental. Fundamentado em um trajeto temático sobre a/da mulher negra, o trabalho também conta com a contribuição da episteme feminista negra, interseccional e decolonial para fundamentar e aprofundar as questões acerca do recorte de gênero, raça e classe no funcionamento das materialidades em análise.

Na sequência, o capítulo “Do processo de constituição de um arquivo: o discurso sobre o câncer em campanhas educativo-publicitárias”, de Rita Rangel de Souza Machado, propõe-se a analisar, com base na AD materialista, os modos como se produzem os efeitos de sentidos nas campanhas educativo-publicitárias (em cartazes impressos e nas mídias digitais) de prevenção e controle do câncer promovidas pelo Instituto Nacional de Câncer (Inca), observando as transformações, as regularidades e os sentidos estabilizados ao longo do tempo.

Por sua vez, Rudá da Costa Perini, no capítulo “Bíblia em cena: o discurso presidencial oficial em análise”, tem como objeto o discurso presidencial oficial do 38º presidente do Brasil em três vídeos que registram cerimônias realizadas por religiosos evangélicos nas quais o sujeito-presidente fala *in loco* a um público também constituído por esses mesmos religiosos. Nessa perspectiva, o objetivo é compreender como se constitui a relação do discurso político presidencial com certo discurso bíblico, isto é, com uma série de enunciados advindos de uma base material específica, a Bíblia Sagrada, e de determinada formação discursiva identificada pelo autor como neopentecostal.

Já Samantha Hoehr Appel Patricio, no capítulo “Uma análise discursiva da institucionalização de sentidos da educação bilíngue”, se debruça sobre o atravessamento do discurso capitalístico no ensino de línguas estrangeiras no contexto educacional das escolas bilíngues da educação pública do estado do Rio de Janeiro, tendo como recorte espacial a Escola Municipal Holanda situada na Ilha do Governador. Para isso, a autora analisa enunciados linguísticos presentes em documentos oficiais vigentes e reflete sobre as formações discursivas do ensino de bilinguismo que sustentam sentidos da língua adicional como um fator de prestígio social e evidência de inclusão do aluno no mercado de trabalho futuramente.

A seguir, o capítulo “Componente curricular: o uso da linguagem no âmbito da educação”, de Samara Lussac Kiperman, aborda práticas discursivas que participam da produção de

sentidos do termo “componente curricular”. A partir da perspectiva cartográfica e da Análise de Discurso de base enunciativa, a autora busca compreender como se fazem possíveis por meio da linguagem ações no âmbito da educação que contribuem para a destruição de propostas educacionais comprometidas com uma formação cidadã.

Intitulado “Dez crimes que chocaram o Rio’: pensando a cidade como espaço discursivo”, o capítulo posterior, de Ulisses da Silva Gomes, faz uma análise do enunciado “Dez crimes que chocaram o Rio de Janeiro”, que dá nome a uma série de reportagens do jornal *O Globo* e também a uma exposição, que teve lugar no Museu da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em 2016. Tomando o enunciado como sequência discursiva, o autor tenta compreender o funcionamento de “Rio de Janeiro” considerando a sua constituição histórico-discursiva, que permite questionar a sua leitura como representação de unidade territorial, espaço físico limitado por fronteiras e habitado por um grupo de pessoas.

Autor de “O fio da língua: a escrita bordada de Arthur Bispo do Rosario”, capítulo que dá sequência ao volume, Vitor de Mello Netto tem como objeto a produção textual em bordados de Arthur Bispo do Rosario, tido como o principal expoente brasileiro da *arte bruta*, em sua materialidade discursiva, considerando a condição de sujeito, o atravessamento do discurso pelo real, pelo inconsciente e pela ideologia, e suas produções de sentido a partir das formações discursivas em que se insere, que por sua vez representam, no discurso, as formações ideológicas.

O capítulo que encerra o bloco 1 se intitula “A promoção da autoria discente no processo de orientação acadêmica na licenciatura: caminhos possíveis sob uma perspectiva dialógica”, de Yasmim Pereira de Oliveira. Com o aporte teórico-metodológico da Análise Dialógica do Discurso bakhtiniana e do Círculo, a pesquisa objetiva refletir sobre os caminhos possíveis para a promoção da autoria do aluno-orientando em fase de escrita de monografia, contemplando, além disso, as experiências da autora

no Grupo de Estudos e Pesquisa em Leitura e Escrita Acadêmica (GEPLEA) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

O bloco 2 – Estudos da Tradução – traz quatro capítulos que ilustram bem alguns tipos possíveis de pesquisa em tradução literária. No primeiro, “Uma reflexão sobre a recepção crítica de *As troianas* de Sêneca”, Érica Marques de Sant’Anna comenta propostas para a própria tradução da peça do autor latino a partir de uma perspectiva crítico-ativista. Para a autora, essa perspectiva se desenvolve num exame que passa pelas motivações de se retraduzir um clássico da literatura ao mesmo tempo em que se propõe uma releitura crítica que se vê “discutindo, problematizando e, principalmente, visibilizando as violências suavizadas e/ou apagadas na língua de partida”. A tradução neste capítulo é vista como um ato de subversão ao texto em que a tradutora deve colocar-se visível por meio de estratégias textuais identificadas pelos estudos feministas da tradução.

Se o capítulo de Sant’Anna trata de tecer reflexões sobre a própria tarefa de traduzir, em “Marcas da oralidade em duas traduções de *Tess of the d’Urbervilles*”, Gisele Flores Caldas Manhães realiza a crítica de duas traduções do romance mais famoso de Thomas Hardy, tendo como ponto de baliza as estratégias empregadas pelos tradutores para lidarem com uso de variedades não-padrão da língua e a oralidade nos discursos diretos. Para isso, a autora faz uma apresentação dos pontos teóricos que norteiam sua análise, a saber, marcas da oralidade, língua-padrão, variedades linguísticas e variedade literária. Em seguida, Manhães comenta algumas passagens das traduções, uma publicada inicialmente em 1961 e a outra em 2011, evidenciando como as estratégias empregadas se situam num grau ora de menos, ora de mais representação das variedades não-padrão e da oralidade.

Já o capítulo de Maria Luiza Mancinho da Silva, “‘Do not go gentle’: um percurso pelas retraduições da vilaneta de Dylan Thomas”, a autora faz um panorama das retraduições do poema “Do not go gentle into that good night”, do poeta galês Dylan

Thomas, além de uma breve apresentação do poema e sua forma fixa, caracterizada como uma vilaneta, uma experiência verbal-sonora explorada de maneiras diversas pelos nove tradutores.

Fechando o bloco 2, o capítulo “Por uma *Asinária* em verso: uma proposta de tradução dos septenários trocaicos de Plauto”, de Renan de Castro Rodriguez, tem como principal objetivo apresentar uma tradução dos versos septenários trocaicos da cena dois do segundo ato da peça romana *Asinária*, escrita pelo comediógrafo Tito Mácio Plauto. Além disso, o trabalho também objetiva realizar comentários sobre a prática tradutória dessa cena a partir dos Estudos de Tradução, mais especificamente os de Henri Meschonnic, Ezra Pound e Paulo Henriques Britto.

Passando para o bloco 3 – Linguística Textual –, apresentam-se aqui três pesquisas em que cada uma lida com um gênero textual diverso: capas de revista, acórdãos e letras de samba, promovendo um conjunto plural e bastante rico de pesquisas na área. Em “Multimodalidade e ensino nas capas da revista ‘Conhecimento prático: língua portuguesa e literatura’”, Danielle Souto Araujo Paim tem o objetivo de auxiliar educadores a identificar e interpretar os elementos multimodais em capas de revista, gênero textual que tem a função social de comunicar assuntos atuais. Parte, então, a analisar dois exemplares da referida revista, um de 2021 e outro de 2022. Em sua análise, Paim recorre às três metafunções da Semiótica Social, a metafunção representacional, a interativa e a composicional, para verificar como essas se constituem nos textos, associando-as às competências apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ao final, Paim chega à conclusão de que o conhecimento multimodal e semiótico pode ajudar professores no ensino das competências propostas pela BNCC.

Partindo de bases teóricas similares, centradas no conceito de texto fornecido por Ingedore Villaça Koch (2015), Juliana Behrends de Souza Cerqueira dedica seu capítulo “É como voto, é como sou! Processos referenciais nos votos dos acórdãos do STF” a examinar como se dá o processo de referenciação, conceito usado a partir de

Cavalcante (2012), em dois votos presentes em um acórdão do Superior Tribunal Federal. O acórdão analisado trata da “Dignidade da Pessoa Humana e Necessidade de Medidas Eficazes para Prevenir a Violência contra a Mulher” e os achados de Cerqueira nos mostram uma surpreendente diferença no trato dos ministros André Luiz de Almeida Mendonça e Luís Roberto Barroso quanto ao uso do vocábulo “mulher”, ou à falta dele, como estratégia de coesão nos textos que representam seus votos.

Deixando a esfera jurídica e caindo no samba, em “Letra de samba-enredo: do que fala, como fala e quem faz falar: contribuições da linguística textual e da semiolinguística”, os autores Julio Teixeira de Souza e Fábio André Cardoso Coelho tratam a letra do samba-enredo como um gênero textual com características próprias e comumente identificáveis, características que são propostas para analisar dez exemplos textuais de sambas-enredo. Para tanto, os autores utilizam as características elencadas por Lopes e Simas (2021) para descrever, a partir da Semiolinguística, as categorias de discurso, os modos de organização do discurso e os sujeitos do discurso das letras dos sambas-enredo como gêneros textuais.

E é nesse produtivo diálogo entre Linguística Textual e Teoria Semiolinguística da Análise do Discurso que o bloco 3 do livro termina e o 4 se inicia. Abrindo a seção, Adriane Lucia de Oliveira, em seu “O *match* entre a língua inglesa e as blogueiras no Instagram: uma análise semiolinguística”, tomando como fato o crescimento o protagonismo da mulher no espaço virtual, pretende analisar (a) como o discurso das blogueiras é construído no *Instagram*, (b) a situação de comunicação que o constitui, (c) os imaginários sociodiscursivos e (d) a patemização como efeito produzido a partir da adoção de termos da língua inglesa como gírias. A autora estabelece como hipótese que tais estrangeirismos denotem uma posição socialmente elitizada, mas também uma informalidade e proximidade com o interlocutor.

Também focado nos fenômenos discursivos sobre sujeitos-mulheres, Alessandro Alves dos Santos discute o preconceito

contra idosos em seu “Uma análise semiolinguística da desconstrução do etarismo feminino proposta pela campanha publicitária #*minhaidadenaomedefine*, de Natura”. O autor analisa quatro peças publicitárias da referida campanha, levando em consideração o conceito de sentido de língua em consonância com o sentido de discurso. Com o uso de forte referencial da semiolinguística, Santos explica como a língua engendrou uma imagem desconstruída do etarismo feminino como efetiva estratégia de captação do consumidor, assim como uma certa imagem inclusiva de empresa.

No terceiro capítulo deste bloco, Ana Carolina dos Santos e Ilana da Silva Rebello analisam um tema bastante atual neste mundo marcado pelo uso das mídias sociais: o cancelamento. Em seu texto “‘Nem tudo foi cancelado, graças a Deus’: a polêmica como modalidade argumentativa do discurso em publicações do Instagram”, as autoras examinam duas postagens do youtuber conhecido como Monark, nas quais ele defende a existência legal de um partido nazista, suscitando uma discussão sobre liberdade de expressão. Assim, a partir da teoria semiolinguística do discurso de Patrick Charaudeau, Santos e Rebello descrevem um esquema do processo de semiotização da postagem de Monark e outro de encenação da linguagem, levando à consideração de que o debate entre canceladores e cancelado alimenta o entretenimento nas mídias sociais.

Em seguida, o quarto capítulo “Estratégias de leitura em perspectiva semiolinguística: os imaginários sociodiscursivos na educação antirracista”, André Marques da Silva defende o desenvolvimento do letramento racial como prática didático-pedagógica que estimule uma formação cidadã, antirracista e fundamentada em estratégias de leitura racializada (decolonial/anticolonial), de maneira que os leitores se conscientizem sobre as relações de poder e dominação ancoradas em elementos historicamente racializados. Também trabalhando com a semiolinguística de Patrick Charaudeau, Silva se lança à análise de uma tirinha de 2013 de Latuff, sobre o assassinato de

Amarildo da Silva, em que ali estão tematizadas questões de violência policial, raça e escola.

O quinto capítulo, de Beatriz Bezerra Carvalho Maia, intitulado “Narrando em quadros: uma análise semiolinguística da sequencialidade e simultaneidade em mangás”, procura analisar as progressões narrativas, isto é, a simultaneidade e a sequencialidade, nos primeiros capítulos de dois mangás: um de demografia *shoujo*, cujo público-alvo são meninas de 7 a 18 anos, e em que a simultaneidade é uma característica predominante, e outro de demografia *shounen*, voltado para meninos da mesma faixa etária e em que há predomínio da sequencialidade. A análise de Maia se fundamenta em estudos sobre a simultaneidade em gêneros quadrinísticos e sobre a organização da narrativa conforme a Semiolinguística de Patrick Charaudeau. Após o exame de algumas páginas dos mangás dispostas em figuras no capítulo, Maia considera que as características analisadas de sequencialidade e simultaneidade e isotopia espacial e tópicas patêmicas podem ser encontradas em ambos os tipos de narrativa, contribuindo para a riqueza de possibilidades narrativas vistas nesses gêneros discursivos.

O sexto capítulo do bloco 4, “Trezentos mil: um mundo em preto e branco significado para os leitores na capa do *Meia Hora*”, de Clayton Luiz da Silva Moreira, apresenta a análise de uma capa do jornal popular carioca de 25 de março de 2021, cujo tema principal se configura pela menção, de um lado, ao marco de 300 mil mortos da Covid-19 no período pandêmico, e, de outro, à polarização da sociedade brasileira quanto ao uso de máscara como instrumento de proteção. As estratégias linguísticas, discursivas e semióticas acionadas no duplo processo de semiotização (*transformação* e *transação*) do fato, já interpretado e, assim, construído pelo ponto de vista do eu-comunicante (EUC), são o ponto de partida da investigação, que examina o verbal e o não-verbal para evidenciar a intenção da instância midiática de não só fazer saber o público leitor, mas igualmente de mobilizar suas crenças e emoções.

No capítulo de Giselle de Souza Reis Coutinho, “A produção de publicidade na era digital: o uso do modo enunciativo como estratégia de captação e de credibilidade da ‘Nat Natura’ no Twitter”, sétimo do Bloco, é a percepção de que as propagandas veiculadas nas plataformas digitais têm priorizado mais a construção de uma imagem positiva da própria marca do que o *marketing* do produto apenas, um dos estímulos do estudo. Para o desenvolvimento de sua argumentação, a autora elege a técnica de *brand persona* da Natura como objeto de análise, com interesse principal nas estratégias discursivas, específicas do ambiente virtual, assumidas pela instância enunciante. Desse modo, importa à discussão compreender os novos formatos da publicidade e os novos suportes provindos dos avanços tecnológicos na era digital.

Em “O movimento feminista na perspectiva do revisionismo metapédico”, de Gleici Heringer, oitavo capítulo do penúltimo bloco, o objeto abordado faz parte também do universo digital, o portal Metapedia, uma enciclopédia eletrônica alternativa, criada por grupos de extrema direita na perspectiva do revisionismo negacionista. A partir da noção de imaginários sociodiscursivos de Patrick Charaudeau, são desvelados os modos de representação instituídos no verbete *feminismo*, que se constrói em bases verbovisuais. De forma articulada, os processos de referência e de designação (KOCH, 2005), bem como os pressupostos sobre a subjetividade na linguagem (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980), também são investigados, mostrando que a intenção da página é a de desqualificar tanto os discursos voltados à luta feminista, quanto os sujeitos que os enunciam.

O nono capítulo, “As identidades do cronista Leandro Karnal na midiatização do discurso científico”, de Graziela Borguignon Mota, propõe, por sua vez, discutir, com base nas recentes pesquisas das professoras Maria Eduarda Giering (2019) e de Maria Aldina Marques (2020), tanto os procedimentos envolvidos na midiatização da ciência por meio da crônica “O paraíso pacifista”, do historiador, escritor e apresentador mencionado – publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, em 2017 –, quanto o impacto

sociocultural dessa atividade. A construção da identidade social e discursiva do comunicante é igualmente explorada, assinalando os traços de ironia e estilo como os principais responsáveis pelo forte interesse e engajamento do público a quem o discurso é dirigido.

O capítulo escrito por Isadora Eccard Bersot e Beatriz dos Santos Feres, “Ler para sentir: patemização em *A viagem*”, é o antepenúltimo texto do bloco 4. Nele, as autoras escolhem para análise o livro ilustrado da italiana Francesca Sanna (2016) – com potencial destinação infantil –, no qual é tratado o tema da migração forçada. Assim, para a reflexão sobre as expectativas patêmicas que se originam da materialidade do texto, a identificação dos recursos linguísticos e visuais com maior força de convocação emocional é o caminho percorrido na investigação, tomando por base os estudos de Lucia Santaella (2012) e de Sophie Van der Linden (2011) sobre a leitura de imagens e livros infantis, também os de Eva Heller (2013) para pensar a simbologia cromática.

O penúltimo texto do bloco é o capítulo “A estereotipização da mulher na campanha ‘Você não é você quando está com fome’: *ridendo castigat mores?*”, de autoria de Monique Rohem Silva. A autora tem o objetivo de discutir a estereotipização da mulher em uma campanha publicitária (2013) da empresa Snickers, que, ao representar como mulher um personagem que pode ser descrito como “chiliquento”, lança mão de diversos estereótipos decorrentes de um imaginário sociodiscursivo mais conservador no que tange à representação feminina, causando um riso punitivo sobre a mulher.

Encerrando o bloco 4, os autores Thiago Costa da Silva e Ilana da Silva Rebello, no capítulo “Análise semiolinguística do discurso negacionista em pronunciamentos oficiais relacionados à pandemia do coronavírus”, tem como objetivo investigar se o discurso do então presidente da República Jair Bolsonaro apresentou como consequência a contribuição para o abrandamento dos cuidados profiláticos. Com base na Teoria Semiolinguística do Discurso, o estudo busca perscrutar se a

semiotização de mundo realizada pelo presidente reforçou um discurso pró-ciência ou não, e se os argumentos utilizados foram baseados em valores de crença ou em valores de conhecimento, contribuindo, assim, para a construção de um imaginário sociodiscursivo de negacionismo.

O bloco final do livro reúne três capítulos que têm em comum a opção pela proposição teórico-metodológica da Semiótica Discursiva para a análise dos objetos de estudo eleitos. O primeiro deles, intitulado “As modalidades veridictórias no livro *O conto da aia*: uma análise preliminar”, é de Amanda Perlingeiro Guisã do Nascimento, que propõe examinar os procedimentos discursivos mobilizados para a construção dos efeitos de verdade que caracterizam a relação enunciador-enunciatário no texto de Margaret Atwood. Para isso, a autora faz um levantamento das principais isotopias temático-figurativas presentes na obra, procurando delas depreender os prescritos e interditos. A partir dos dados levantados, ela utiliza as noções de concessão e implicação aliadas, numa interpretação tensiva, às modalidades veridictórias (*ser vs. parecer*) propostas pela teoria.

O segundo capítulo, de Cinthia Paes Virginio, “Fragmentação e ressentimento: a arquitetura discursiva em obras de Milton Hatoum”, tem por objetivo discutir a construção da memória e o percurso passional do narrador em duas publicações de Milton Hatoum: *Dois irmãos* (2000) e *Órfãos do Eldorado* (2008). Articulando os conceitos de memória e paixão, na perspectiva da Semiótica, a pesquisadora procura mostrar que as estratégias de fragmentação e oscilação temporal, responsáveis pela simulação dos lapsos e das idas e vindas da memória, também respondem, em ambas as narrativas, pela configuração da identidade do narrador, como sujeito ressentido e multifacetado, entre o ser e o não ser, o eu e o outro, a aceitação e a rejeição, e cujo relato acaba por figurar como uma tentativa de superação e reparação dos males vividos.

O penúltimo capítulo do livro, “Uma análise semiótica do mangá *Cells at work!* como texto de popularização da ciência”, de

José Leonardo Tadaiesky Batista, preocupa-se em verificar se a narrativa de Akane Shimizu, lançada no Japão em 2015 e traduzida para o inglês em 2016, pode ser considerada um texto de popularização da ciência. Com esse intuito, o autor orienta o desenvolvimento de sua argumentação em torno de três objetivos específicos, sendo eles: estabelecer, a partir de um estudo de Motta-Roth e Scherer (2010), as características de um texto de popularização da ciência; identificar a correspondência desses traços com a hierarquia de vozes e as isotopias temático-figurativas adotadas no mangá; e, por fim, analisar os efeitos de sentido construídos que fortalecem a ideia de uma tentativa de popularização da ciência.

Por fim, o último capítulo do livro, “A prática de leitura na comunidade *booktube*”, de Luiza Riveiro Gonçalves, analisa a prática de leitura na comunidade *booktube* (canais literários do YouTube), considerando-a uma prática semiótica. Para a autora, ao entrar em contato com outras práticas semióticas, a prática de leitura passa a ser composta também por outros objetos (tais como o celular e a câmera). Da mesma forma, ela passa a ser exposta e compartilhada, e não mais íntima. Avançando ainda mais nos níveis da imanência, seria possível apontar como essas práticas concorrentes à prática de leitura são ajustadas, o que, por meio da repetição dos comportamentos, indica uma forma de vida específica: a forma de vida *bookishness*.

Todos esses textos mostram, como anunciado no início deste texto de apresentação, tanto a pluralidade de temas, objetos e preocupações que têm motivado as pesquisas da Linha 2 – Teorias do Texto, do Discurso e da Tradução – do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense, quanto o contínuo interesse de contribuição para uma melhor – porque por meio de estudos sistematizados e fundamentados teórica e metodologicamente – compreensão do impacto sociocultural das diferentes práticas discursivas na contemporaneidade. Ademais, na descrição e interpretação de objetos que tocam o ensino direta ou marginalmente

(historicizando-o e se propondo a problematizá-lo e, por que não, melhorá-lo), a linha 2 do Posling UFF estabelece como compromisso uma discussão contínua do Sappil de 2022: “Educação Linguística de Hoje e de Amanhã”.

Uma ótima – e crítica – leitura a tod@s!

BLOCO 1

ANÁLISES DO DISCURSO

O EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA – UMA ANÁLISE DISCURSIVA

Ana Patricia Rosinek¹

Introdução

Neste capítulo vamos discutir o tema do empreendedorismo que vem sendo inserido no currículo da Educação Básica pelas novas legislações educacionais – Reforma do Ensino Médio (2018) e Base Nacional Comum Curricular (2018) – isso será feito à luz do conceito de Fórmula Discursiva de Krieg-Planque (2010). Inicialmente, apresentaremos um estudo sobre o conceito para em seguida analisar o empreendedorismo enquanto fórmula discursiva e os desdobramos de tal.

A noção de fórmula que vem sendo discutida até o momento nos parece pertinente para pensarmos o termo “empreendedorismo” no campo da Educação Básica. A partir dela podemos refletir acerca de como vem ocorrendo a inserção dele neste campo, dando visibilidade a alguns sentidos que se criam e embates que se originam.

Para o desenvolvimento de nossa análise, observamos um material publicado pelo Sebrae. A escolha do material ocorre, pois, as novas políticas educacionais que têm sido adotadas pelo MEC são de viés neoliberal e propiciam a entrada de instituições com fins lucrativos no ramo da Educação Básica, isso se reforça a partir da aprovação da BNCC e da Reforma do Ensino Médio. Surge assim, nesta seara, a educação empreendedora, e, como esperado, um órgão de caráter privado, o Sebrae, que firma um acordo com o MEC para implementar o tema na Educação Básica no Brasil.

¹ Doutoranda em Estudos da Linguagem pela UFF sob orientação da prof. dra. Maria del Carmen Fátima Gonzalez Daher. Bolsista Capes.

Assim, neste contexto, no segundo semestre de 2020, o Sebrae publica em sua página *web* um documento intitulado “Empreendedorismo no currículo escolar do Ensino Médio”² a partir do qual procuraremos produzir algumas reflexões a seguir. A nosso ver este mesmo documento ganha ainda maior destaque pois poucos meses após a publicação, em abril de 2021, MEC e Sebrae firmam um acordo “para desenvolver a cultura empreendedora”.³ Dessa maneira, o documento a ser analisado deve apresentar várias ideias que influenciaram o presente acordo uma vez que ele propõe justamente levar o tema do empreendedorismo para a Educação Básica no Brasil através do MEC.

Destarte, procuraremos realizar a análise do material buscando evidências de que o empreendedorismo passa a funcionar como fórmula e quais as implicações disso. Como veremos a seguir, a teoria das fórmulas discursivas abarca quatro categorias (cristalizado, discursivo, referente social e polêmico) porém, neste momento, nos ateremos ao caráter polêmico dando assim visibilidade às disputas que ocorrem nesse contexto, elas vão desde disputas por sentido do termo empreendedorismo inserido na Educação Básica como também é possível verificar um confronto entre diferentes atores que reivindicam seu lugar de fala nesse contexto educacional.

Fórmula discursiva – o conceito

Krieg-Planque desenvolveu em seus estudos o conceito de fórmula discursiva que é definida como “um conjunto de formulações que, pelo fato de serem empregadas em um momento e em um espaço público dado, cristalizam questões políticas e sociais que essas expressões contribuem, ao mesmo tempo, para

² Disponível em: <https://www.sebrae-sc.com.br/storage/pdf/Empreendedorismo-no-curriculo-do-Ensino-Medio.pdf>. Acesso em: set. 2022

³ Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias_1/mec-e-sebrae-firmam-acordo-para-desenvolver-a-cultura-empreendedora. Acesso em: setembro/set. 2022.

construir” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 9). A autora trabalhou com as palavras “limpeza”, “depuração”, “purificação” e “étnica”, observando os movimentos que levaram ao uso de “limpeza étnica” e “depuração étnica”, termos que circularam na década de 90 em diversos jornais franceses que tratavam sobre os conflitos étnicos na antiga Iugoslávia.

Aponta-se que há quatro propriedades que uma palavra ou expressão deve apresentar para que seja considerada uma fórmula, são elas: caráter cristalizado, caráter discursivo, caráter de referente social e caráter polêmico. Krieg-Planque (2010) esclarece que nem todas precisam apresentar as quatro propriedades proporcionalmente e é sempre possível que uma ou outro resalte dependendo da fórmula.

Sobre a primeira característica, o caráter cristalizado, significa que a fórmula é “sustentada por uma forma significativa relativamente estável” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 61), podendo ela ser uma unidade lexical simples, como imigração, ou complexa, como direitos humanos. Além disso, existem pelo menos duas formas de cristalização: de ordem estrutural, mais relacionada aos termos da língua e categorias da gramática como “procurando sarna para se coçar”, a outra seria de ordem memorial “conjunto de enunciados ou fragmentos de enunciados que circulam “em bloco” num dado momento e que são percebidos como formando um todo cuja origem é, ou não é, recuperável” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 64). Acrescenta-se que a “cristalização não é um fenômeno intrínseco, mas que resulta de um julgamento atribuído pelos locutores a certas sequências discursivas” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 66), é preciso ter em conta ainda que fórmula não é o mesmo que estereótipo ou lugares-comuns no sentido de que ela possui uma forma que permanece sempre aberta à atualização.

A segunda propriedade da fórmula se refere a seu caráter discursivo, vimos anteriormente que a questão da materialidade é importante neste contexto, mas não se trata de um conceito linguístico e sim discursivo já que ela não seria fórmula sem seus usos (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 81). Na maioria das vezes, a

sequência ou expressão já existe antes de ser elevada a condição de fórmula, sendo assim, não é uma sequência nova que deve ser analisada, mas sim um uso que é particular: “por meio dos quais a sequência assume um movimento, torna-se um jogo de posições, é retomada, comentada, para de funcionar no modo “normal” das sequências que nomeiam pacificamente e que usamos sem nem mesmo nos dar conta delas” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 82).

Por estas características relativas ao caráter discursivo, as fórmulas só podem ser estudadas com base em um corpus saturado de enunciados atestados. Por isso o analista deve adequar o modo de análise se for uma candidata a fórmula contemporânea do pesquisador, neste caso o ouvido atento pode ser produtivo, ou se é uma sequência que não é contemporânea em que se pode, por exemplo, fazer uso da lexicometria (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 90).

Como terceira propriedade da fórmula encontramos seu caráter de referente social, o que significa dizer que “a fórmula é um signo que evoca alguma coisa para todos num dado momento” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 92), isso não significa dizer que ela possui significações homogêneas já que muitas vezes elas são múltiplas ou até mesmo contraditórias. Nesse sentido é importante que a fórmula possua um caráter de notoriedade o que pode ser percebido quando se percebe um aumento na frequência do uso de determinado signo num corpus estável. No entanto, é preciso estar atento para não confundir este aumento do uso ocasionado por situações mundanas como ocorrência de avalanches, chuvas etc., que não configuram uma característica da fórmula neste caso. Ainda podemos observar uma fórmula através de uma produção lexicológica, derivando novas palavras e/ou expressões, de acordo com o funcionamento dela em determinado momento.

Outro ponto da característica de referente social é que a fórmula precisa sair de um domínio específico para invadir o corpo social, abandonando assim sua formação discursiva originária. Maingueneau reforça que “num dado momento, todo mundo é obrigado a se situar em relação a essas fórmulas, fazê-las circular de uma maneira ou outra, lutando para impor sua própria

interpretação" (MAINGUENEAU, 1991, p. 85 apud KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 92).

Por último temos ainda o caráter polêmico da fórmula. O caráter polêmico é indissociável do caráter de referente social da fórmula, pois é essa característica comum, partilhada, que faz com que exista a polêmica. Há uma disputa por aquilo que melhor descreve o real, essa disputa envolve, portanto, diferentes visões de mundo que tocam em pontos delicados, pondo em disputa sentidos que colocam algo “grave” em conflito:

[...] a fórmula é portadora de questões sociopolíticas. Entendemos com isso que ela põe em jogo algo grave. “Grave” não necessariamente num sentido dramático, mas no sentido de que ela põe em jogo a existência das pessoas: a fórmula põe em jogo modos de vida, os recursos materiais, a natureza e as decisões do regime político do qual os indivíduos dependem, seus direitos, seus deveres, as relações de igualdade e desigualdade entre cidadãos, a solidariedade entre humanos, a ideia de que as pessoas fazem da nação de que se sentem membros (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 100).

Após a discussão das características que configuram uma fórmula discursiva, no tópico a seguir realizaremos a análise de nosso material com base nestes pontos. Reforçamos que neste momento falaremos sobre o caráter polêmico somente.

O caráter polêmico e as disputas de sentido e autoridade dentro da Educação Básica

Antes de iniciar a análise propriamente dita, consideramos importante retomar aqui um ponto importante quando falamos do caráter polêmico da fórmula que é sua vinculação com a História: “As fórmulas constituem um referente social em um espaço público dado e são objeto de debates porque estão carregadas de questões: nesse sentido, elas têm um caráter histórico. Elas fazem parte da história” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 101).

Nesse sentido, torna-se necessário trazer à discussão a história, o contexto, o momento sociopolítico vivido no Brasil, especificamente com relação às políticas educacionais, o que tem tornado o aparecimento do termo empreendedorismo cada vez mais recorrente na Educação Básica. No momento, uma das principais pautas no campo da Educação Básica são as novas normativas da Educação Básica impostas pelo MEC: a BNCC e a Reforma do Ensino Médio. Desde a aprovação destes dois documentos há fortes críticas de setores importantes da educação. Já foi demonstrado por uma série de pesquisas como estas leis representam interesses de ramos empresariais e neoliberais que visam implementar suas visões dentro da Educação Básica brasileira. Estes empresários atuam através de ONGs, Institutos e até de parcerias público-privadas como é o caso do Sebrae. Além disso, a proposta aprovada foi unilateral, contou com pouca discussão por parte das entidades sociais (GENTILI, 1996; BRANCO *et al.*, 2018; MORAES, 2019). Portanto, é nessa “história” que o empreendedorismo passa a ganhar força e circular, por uma legislação que representa interesses privados e ignora as manifestações contrárias, apagando-as, visando criar uma ideia de consenso.

No intuito de explorar o caráter polêmico da fórmula empreendedorismo e ainda vislumbrar o caráter sócio-histórico trazemos para a discussão outros textos para a análise do material do Sebrae. Neste caso, voltamo-nos para a página *web* da ANPEd, a qual faz parte de uma associação com atuantes na educação que visa refletir e se posicionar com respeito aos temas da Educação Básica. Sobre ela encontramos ainda as seguintes informações:

A ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – é uma entidade sem fins lucrativos que congrega programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação, professores e estudantes vinculados a estes programas e demais pesquisadores da área. Ela tem por finalidade o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação

democrática, da liberdade e da justiça social (ANPED, 2022, grifo nosso).⁴

Assim, visitamos a página *web* da ANPED, que representa um setor legítimo da Educação Básica e procura discutir temas relacionados a ela através da publicação de artigos. Por isso, na busca realizada inserimos a palavra “empreendedorismo” para verificar o seu aparecimento, a seguir trataremos dos textos encontrados. O primeiro fragmento transcrito a seguir foi encontrado no texto “Nota pública da ANPED sobre a aprovação pelo Senado da MP do Ensino Médio”, de 10/02/2017.⁵ Neste primeiro recorte se fala justamente sobre a Reforma do Ensino Médio, que traz pela primeira vez o empreendedorismo para a Educação Básica, bem como se expressa a opinião acerca de inserir esta temática no currículo escolar:

Ao longo da tramitação da MP746, o MEC ainda consumiu vultosos recursos públicos com propagandas em rádios, TVs, redes sociais e panfletagem em portas de escolas. Ao mesmo tempo, não fez nenhum movimento no sentido de abrir efetivos canais de diálogo sobre conteúdo e a forma de apresentação da reforma do Ensino Médio que elaborou em consulta a poucos interlocutores. Mesmo diante da oportunidade gerada pela onda de ocupações estudantis em todo o Brasil que se deu em franca oposição à reforma do Ensino Médio proposta. Em resumo, ficaram de fora do processo de discussão os principais atores da construção dessa etapa educativa que, agora em consonância com a reforma, terão uma formação reduzida e voltada para o mercado e **o empreendedorismo, na contramão de uma formação integral, crítica e cidadã** (ANPED, 2017, grifo nosso).

Neste fragmento vemos uma série de críticas que se tecem em relação a aprovação da Reforma do EM, principalmente realizando

⁴ Disponível em: <https://www.anped.org.br/sobre-anped>. Acesso em: set. 2022.

⁵ Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/nota-publica-da-anped-sobre-aprovacao-pelo-senado-da-mp-do-ensino-medio>. Acesso em: set. 2022.

uma denúncia sobre o caráter impositivo da medida que ignorou todas as manifestações contrárias a ela dos manifestantes legítimos, alunos, professores e cientistas. Além disso, menciona-se o empreendedorismo que é aqui descrito como indo “na contramão de uma formação integral, crítica e cidadã”. Vemos assim que o posicionamento vai contra tanto o documento que traz o empreendedorismo para a Educação Básica (Reforma do EM) quanto a pertinência do próprio tema que representa uma ameaça a Educação, especificamente para a formação integral, crítica e cidadã.

Dessa forma vemos como a fórmula empreendedorismo passa a ser uma passagem obrigatória nos discursos acerca da educação atualmente, com vários atores se sentindo na necessidade de se posicionar com relação a ele, o que configura uma característica da fórmula discursiva. Ainda é importante perceber que há polêmica envolvendo os atores que se posicionam sobre a Educação Básica, por um lado temos a ANPEd, representando profissionais que trabalham na área, e, por outro lado, instituições privadas, que aparecem com interesses representados tanto no próprio documento da BNCC e Reforma do EM, quanto em outros documentos derivados como o *Empreendedorismo no Currículo do Ensino Médio*, produzido pela Sebrae.

A seguir temos o texto “Educação e juventude sob fortes ameaças”,⁶ na página da ANPEd de 2 de julho de 2020 que aborda também as novas reformas educacionais e fala, além disso, sobre o contexto da Educação Básica na pandemia:

Ademais, a atual emergência sanitária nos pegou num momento de ataque cerrado à escola pública e, tudo indica, poderá aprofundar ainda mais as desigualdades na área educacional (KRAWCZYK, 2020). O avanço das ideias conservadoras nesse campo estavam presentes e disputavam as políticas nacionais há bastante tempo. Em artigo recente (ZAN; KRAWCZYK, 2019), apontamos como essa

6 Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/educacao-e-juventude-sob-fortes-ameacas-colaboracao-de-texto-por-dirce-zan-unicamp-gt-03-nora>. Acesso em: set. 2022.

onda conservadora na educação nacional vinha se consolidando mais recentemente, através de projetos como o Escola sem Partido, Escolas Cívico-Militares, Ensino Domiciliar e da **expansão do empreendedorismo nos currículos brasileiros**. **Todos eles representam graves riscos para o ideal de escola pública universal, democrática e laica presente na Constituição de 1988** (KRAWCZYK; NORA; ZAN; DIRCE, 2020, grifo nosso).

No fragmento acima se destaca que o empreendedorismo tem sido implementado através de ideias conservadoras que vêm se apropriando da educação brasileira, e, a partir delas, surge também o empreendedorismo. Mais uma vez há um tom de denúncia já que se diz que estas temáticas *“representam graves riscos para o ideal de escola pública universal, democrática e laica presente na Constituição de 1988”*. Há assim, nestes fragmentos a denúncia de que o empreendedorismo representa uma ameaça a algumas características essenciais à Educação Básica. Nesse sentido, entendemos que as manifestações da ANPEd acerca da inserção do empreendedorismo se dão já que ele põe em jogo algo importante com respeito ao tema, tocam em algo *“grave”* com relação a Educação brasileira:

a fórmula é portadora de questões sociopolíticas. Entendemos com isso que ela põe em jogo algo grave. *“Grave”* não necessariamente num sentido dramático, mas no sentido de que ela põe em jogo a existência das pessoas: a fórmula põe em jogo modos de vida, os recursos materiais, a natureza e as decisões do regime político do qual os indivíduos dependem, seus direitos, seus deveres, as relações de igualdade e desigualdade entre cidadãos, a solidariedade entre humanos, a ideia de que as pessoas fazem da nação de que se sentem membros (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 100).

A ANPEd denuncia assim o que encontra de grave nesse contexto, e essa gravidade se refere também a que a noção de empreendedorismo visa dar novos sentidos àquilo que se entende como Educação, qual seria sua finalidade. Assim, tomando a

gravidade das denúncias da ANPEd, visamos analisar o material do Sebrae para observar como se constroem esses sentidos com relação a eixos centrais quando pensamos em Educação Básica.

Refletindo sobre a construção de sentidos, é pertinente pensarmos justamente sobre esta característica da linguagem, o fato de ela ser performativa e não representativa. Acerca deste traço da linguagem trazemos à discussão as ideias de Deusdará e Rocha (2021) que discutem o tema com base nos estudos da cognição. Nesse sentido os autores fazem uma retomada de estudos na área para pensar a relação do sujeito com o mundo. Uma das propostas citada é a enação, ela defende que o “sistema cognitivo não é um domínio da representação, mas um domínio experimental e emergente das interações e dos acoplamentos do organismo” (VARELA; MATURANA, 2007 *apud* DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 225).

A mesma perspectiva passa a ser relacionada pelos autores a linguagem, assim: "Não se trata mais de saber de que modo a palavra em uma língua fala do mundo, mas de que modo os exercícios da palavra em uma língua contribuem para modelar a experiência individual e coletiva" (BOTTINEAU, 2015, *apud* DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 232), dessa forma fica clara a capacidade da linguagem de ser produtora de sentidos, ela possui o poder de intervenção. Esse processo de intervir leva a construir “mundos”, "dicionários" próprios, neste caso procuraremos especificar alguns sentidos no campo do empreendedorismo na Educação Básica.

Apresentação

O mercado de trabalho do século XXI exige uma profunda revisão de antigos paradigmas da educação de crianças, adolescentes e jovens. Os novos tempos impõem novos desafios aos educadores e exigem soluções igualmente inovadoras. Nas últimas décadas, diversos países que lideram o ranking dos melhores sistemas de ensino da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), reformularam e atualizaram sua grade curricular com o objetivo de oferecer aos alunos as ferramentas adequadas a esse novo mercado de trabalho.

É nesse contexto que se insere o debate sobre a difusão da cultura empreendedora, por meio da educação. **A educação empreendedora é uma das ferramentas fundamentais para orientar os estudantes a se posicionarem diante dos desafios impostos por essa nova realidade, tornando-os protagonistas de suas trajetórias profissionais.** Aqui, vale ressaltar a meta para 2030, dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, de aumentar o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias para o trabalho decente e o empreendedorismo.(SEBRAE, 2020, p. 5, *grifos nossos*).

Há nesse trecho uma criação de sentidos sobre o contexto vivido atualmente, este que justificaria a necessidade da Educação Empreendedora bem como se definem os objetivos para sua aplicação. No primeiro parágrafo do fragmento fica claro o motivo de inserir o empreendedorismo na educação: o mercado de trabalho do século XXI: *“O mercado de trabalho do século XXI exige uma profunda revisão de antigos paradigmas da educação de crianças, adolescentes e jovens.”* Destacamos também o uso do verbo “exigir” no contexto que cria um sentido de urgência, extrema necessidade, além disso, cria-se uma relação entre mercado de trabalho e educação, uma vez que se menciona que é necessário *“revisar os paradigmas de educação”* e aos educadores *“são impostos novos desafios”*. Ou seja, responder a estas mudanças do setor do trabalho, de acordo com o material, corresponde ao papel da escola, que deve mudar, pois são necessários novos paradigmas, responder a novos desafios, ou seja, há uma ideia de que a educação atual está ultrapassada.

Para reforçar ainda essa relação mercado de trabalho e escola se apresenta uma ação tomada por alguns países, os quais mudaram seus currículos escolares *“Com o objetivo de oferecer aos alunos as ferramentas adequadas a esse novo mercado de trabalho”*. Essa atitude é classificada como modelo a seguir já que esses países são descritos como *que “lideram o ranking dos melhores sistemas de ensino da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)”*, ou seja, é preciso se inspirar nos melhores sistemas de ensino.

No segundo parágrafo do trecho, com base no contexto citado, se fala sobre quais seriam as contribuições do empreendedorismo “*A educação empreendedora é uma das ferramentas fundamentais para orientar os estudantes a se posicionarem diante dos desafios impostos por essa nova realidade, tornando-os protagonistas de suas trajetórias profissionais*”. Assim se define a educação empreendedora como aquela que fornece ferramentas aos alunos para que possam se posicionar nesse contexto, nesse sentido, a ideia de “ferramentas” remete a uma aprendizagem vinculada a realizar, fazer algo, nesse caso seria se inserir no mercado de trabalho. Esta inserção dos alunos é definida como “protagonismo”.

Assim, nesse contexto, a função da educação é fazer com que a escola seja o lugar que ofereça as ferramentas para que futuramente o aluno possa se inserir no mercado de trabalho. Essa concepção é bastante problemática pois não propicia sequer uma reflexão sobre o que se entende por trabalho para o ser humano, o que é muito mais amplo que simplesmente defini-lo como “mercado”.

Retomando as críticas realizadas nos trechos que trouxemos para a discussão disponibilizados pela página da ANPEd, vemos como as denúncias feitas se clarificam com a análise realizada, pois a Educação Básica passa a ganhar novo sentido, não mais a “*educação integral, crítica e cidadã*”, aquele que deveria prezar pelo acesso ao conhecimento que se construiu ao largo das civilizações, mas sim uma educação voltada unicamente a se adaptar a um suposto “mercado de trabalho”. Ainda, esse tipo de noção contraria os direitos da Constituição de 88 à medida que o trabalho não aparece mais como um direito, mas sim como algo que deve ser conseguido através da aderência a certas ferramentas e do “protagonismo”, ou seja, não há mais o direito a ele e sim a imposição/responsabilidade a cada um de se inserir no mercado de trabalho.

Tudo isso nos leva a concordar com Faye quando fala sobre a fórmula e diz que “ela tem uma eficácia, ela gera um processo de aceitabilidade, ela tem como efeito tornar alguma coisa aceitável” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 45), dessa forma, entendemos que a fórmula ‘empreendedorismo’ visa tornar aceitável um

determinado entendimento de que a educação deve servir ao mercado de trabalho de maneira que seja necessário se adaptar a ele e se manter nele. Isso é uma imposição feita a cada indivíduo já que ele é chamado a ser “protagonista”, ou seja, encontrar a melhor forma de se conseguir e se manter empregado. Esta noção desloca a noção de trabalho do campo social, o qual poderia propiciar discussões sobre ele com base no entendimento de que é algo que nos implica a todos, uma vez que torna individual um tema que deveria ser social. Há dessa forma uma despolitização do trabalho.

Referências

ALVES, Alexandre; KLAUS, Viviane; LOUREIRO, Carine. Do sonho à realização: pedagogia empreendedora, empresariamento da educação e racionalidade neoliberal. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, n. 47, 2021.

ANPED. Nota pública da ANPED sobre a aprovação pelo Senado da MP do Ensino Médio. 2017. Disponível em: <www.anped.org.br/news/nota-publica-da-anped-sobre-aprovacao-pelo-senado-da-mp-do-ensino-medio>. Acesso em: set. 2022.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. As referências da Pedagogia das Competências. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 497-524, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC/SEB, 2018. Disponível em: <https://educiplinas.usp.br/pluginfile.php/4414481/mod_folder/content/0/BNCC/BNCC_19mar2018_versaofinal.pdf?forcedownload=1>. Acesso em: 2 set. 2019.

BRASIL. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília:

MEC/SEB, 2018. Disponível em <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622>. Acesso em: jan. 2021.

BRANCO, Alessandra Batista de Godoi; BRANCO, Emerson Pereira; IWASSE, Lilian Fávoro Alegrâncio; ZANATTA, Shalimar Calegari. Uma visão crítica sobre a implantação da base nacional comum curricular em consonância com a reforma do ensino médio. *Debates em Educação*, Maceió, v. 10, n. 21, p. 47-70, maio/ago. 2018.

BUENO, Sinésio Ferraz. Semicultura e educação: uma análise crítica da revista Nova Escola. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 35, p. 300-307, ago. 2007. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782007000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: nov. 2020.

COAN, Marival. *Educação para o empreendedorismo: implicações epistemológicas, políticas e práticas*. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2011.

DEUSDARÁ, Bruno; ROCHA, Décio. *Análise cartográfica do discurso: temas em construção*. Campinas: Mercado de Letras, 2021

FERRETTI, Celso João. A Reforma do Ensino Médio: desafios à Educação Profissional. *HOLOS*, Natal, ano 34, v. 4, p. 261-271, nov. 2018. ISSN 1807-1600. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6975>>. Acesso em: 1 abr. 2021.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomas Tadeu da; GENTILI, Pablo (org.). *Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília, DF: CNTE, 1996. p. 9-49.

KRAWCZYK, Nora; ZAN, Dirce. Educação e Juventude sob Fortes Ameaças | Colaboração de texto. 2020. Disponível em <https://www.anped.org.br/news/educacao-e-juventude-sob-fortes-ameacas-colaboracao-de-texto-por-dirce-zan-unicamp-gt-03-nora>>. Acesso em: set. 2022.

KRIEG-PLANQUE, A. *A noção de 'fórmula' em análise do discurso: quadro teórico e metodológico*. Tradução de Luciana Salazar Salgado e Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2010.

LOPES, Eliana Barretto de Menezes. O Sebrae na estrutura sociopolítica brasileira: origens atuação em um sistema social e estatal híbrido. *Cadernos de Campo*, Araraquara, n. 6, p. 47-65, 1999.

MELO, Natália Maximo e. *SEBRAE e empreendedorismo: origem e desenvolvimento*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (org.). *Fórmulas discursivas*. São Paulo, Contexto, 2011.

SEBRAE. *Empreendedorismo no Currículo do Ensino Médio*. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://cer.sebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Empreendedorismo-no-curri%CC%81culo-do-Ensino-Me%CC%81dio.pdf> . Acesso em novembro de 2021.

SOUZA, Alice Moraes Rego de. *Base nacional comum para quê/quem? Uma cartografia de conflitos discursivos na produção de um currículo oficial*. 2019. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

SUJEITOS PERIFÉRICOS NO DICIONÁRIO CAPÃO: ESPAÇOS COMO FORMA DE DENOMINAÇÃO

Clara Bastos Faustino¹
Gabriella de Macedo Pires Pereira²
Vanise Gomes de Medeiros³

Periferias, vielas, cortiços
Você deve tá pensando
O que você tem a ver com isso?
Desde o início, por ouro e prata
Olha quem morre, então
Veja você quem mata
(RACIONAIS MC'S, Nego Drama, 2002).

Dicionarização no Brasil: um percurso inicial

Com o intenso desenvolvimento das tecnologias linguísticas, especialmente no mundo digital do século XXI, os processos de dicionarização passaram por transformações. Assim, um grande processo de instrumentação da língua se estabeleceu, afetando não apenas a linguagem humana, mas também os gestos produzidos por quem a utiliza (AUROUX *apud* FREITAS, 2020, p. 34). Nesse contexto, nos deparamos com instrumentos linguísticos em circulação no espaço digital que se voltam para processos de

¹ Graduanda em Licenciatura de Letras Português/Inglês. Bolsista de Iniciação Científica (FAPERJ, processo E-26/200.779/2020). E-mail: clarabastosfaustino@id.uff.br.

² Graduanda em Licenciatura de Letras Português/Literaturas. Bolsista de Iniciação Científica (FAPERJ, processo E-26/203.667/2021). E-mail: gabriellamacedo@id.uff.br.

³ Orientadora da pesquisa. Professora da UFF, com pós-doutorado pela Sorbonne Nouvelle Paris III. Cientista do Nosso Estado e Bolsista 2 do CNPq – Projetos FAPERJ/CNE (Proc. nº E-26/211.459/2019) e CNPq (Pq, Proc. 305428/2018-7). Coordenadora do Grupo Arquivos de Língua (GAL-UFF) e do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS-UFF).

dicionarização. Para entender esse processo intenso de dicionarização, precisamos voltar para a origem da gramatização, recuperando pontos teóricos da História das Ideias Linguísticas.

Auroux (1992), em sua tese, afirma que "no curso desses 13 séculos de história [isto é, do século V até o fim do século XIX], vemos o desenrolar de um processo único em seu gênero: a *gramatização massiva* [...]. Essa gramatização constitui a *segunda revolução técnico-linguística*" (AUROUX, 1992, p. 35). A segunda revolução técnico-linguística foi essencial para entendermos que a produção de gramáticas e dicionários faz parte de uma constituição sócio-histórica, visto que é um processo integrado à formação das nações europeias. Com isso, essa revolução dará origem a uma rede homogênea de comunicação que integra mutuamente línguas e regiões em determinados momentos históricos. Ainda nos debruçando sobre Auroux, nos interessa pensar sobre a terceira revolução técnico-linguística, que diz respeito à informatização das tecnologias da linguagem; caso em que se encontram os instrumentos linguísticos sobre os quais estudamos. Em linhas mais amplas, essa terceira revolução nos permite refletir sobre a produção de saberes metalinguísticos na atualidade, e tal produção passa por outras configurações e relações nas redes digitais.

Assim, há uma relação intrínseca entre língua, sujeitos e espaços, que se desenvolvem conjuntamente no curso da história. Ou seja, percebemos que, ao longo dos séculos, a cidade e a escrita sempre estiveram relacionadas entre si. Utilizaremos a concepção de Rodríguez-Alcalá de que os instrumentos linguísticos – e, no caso deste trabalho, os dicionários – são tecnologias urbanas, dado que, segundo a autora:

os processos de gramatização que se desencadearam a partir da escrita estiveram sempre acompanhados por processos de urbanização, nas mais diferentes formas que tais processos assumiram ao longo da história, de acordo com as condições sociais, culturais e políticas muito heterogêneas em que se operaram (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011, p. 199).

Com isso, diremos que a constituição de um dicionário engloba processos sociais, culturais, geográficos e políticos. Essa constituição é interessante para pensarmos nas condições de produção que distinguem dicionários canônicos, como *Aurélio* (2021) e *Caldas Aulete* (2021), e dicionários que diremos artísticos, como o *Dicionário Capão* (2018-2021).

Horta Nunes (2010, p. 6-7) explica que, para a Análise de Discurso, o dicionário é considerado um objeto discursivo, ou seja, é produzido por meio de práticas reais inseridas em conjunturas sociais. Assim, as palavras resultam de relações sociais e históricas, pois são tomadas na relação com os sujeitos e com as circunstâncias. O dicionário é, portanto, um discurso sobre a língua ou sobre as palavras, em determinadas condições sócio-históricas.

O autor acrescenta que, ao estudar os dicionários, é importante considerar o sujeito lexicógrafo, o qual estabelecerá uma relação com as palavras para selecioná-las e produzir um discurso. Hugo Cacique, ao tomar a iniciativa de elaborar um dicionário fora dos moldes pré-estabelecidos pelas instituições estatais (não canônico), visa não somente transmitir um conhecimento específico acerca da língua periférica, mas também estudar a noção de identidade daquele grupo social. Para além da assinatura do Dicionário e do autor, aqui nos preocupamos com o gesto do lexicógrafo, nos moldes do que nos assinala Horta Nunes.

Breve apresentação do *Dicionário Capão* e o movimento de sentidos

Diante de novos instrumentos linguísticos no espaço digital, nos deparamos com o *Dicionário Capão*, que está disponível em um perfil do *Instagram* (@dicionariocapao) e consiste em uma homenagem à obra do grupo musical brasileiro de rap Racionais MC's, criado em 1988, com o objetivo de expor questões sociais de miséria, violência e crime, bem como denunciar o racismo sofrido pela população periférica. Em 2018, o redator publicitário Hugo

Cacique decidiu criar o *Dicionário Capão*, em uma homenagem lírica e imagética, que reúne palavras presentes nas letras das músicas dos Racionais.

Este dicionário traz mais de 400 verbetes, transcrições fonéticas, definições, exemplos das letras musicais, além de imagens com verbetes pichados em letras maiores (feitos à caneta) sobre uma folha de dicionário, que sempre figura ao fundo das imagens. Conforme Cacique, os verbetes pichados são, muitas vezes, de difícil entendimento e leitura para aqueles que não circulam na periferia paulista, e o publicitário explica que isso é proposital: para o autor do *Dicionário Capão*, os leitores podem entender o projeto como arte ou vandalismo.

Sobre o assunto, diremos que a pichação posta no dicionário propõe um enigma, “com seus estranhos sinais gráficos” (ORLANDI, 2004, p. 110). Porém, essa pichação enigmática não funciona sem uma narrativa: a arte pichada possui memória discursiva que aponta para a resistência perante a exclusão social e a marginalização de sujeitos periféricos.

No perfil do *Instagram*, Hugo Cacique categoriza o seu projeto como arte e o descreve como “uma homenagem à melhor arma dos quatro pretos mais perigosos do Brasil: a palavra”. Seu projeto se volta especialmente a fortalecer e expandir o empoderamento trazido pelos Racionais MC’s ao sujeito periférico paulistano. A língua, a história, a sociedade e a cidade caminham, com o *Dicionário Capão*, em constante relação.

Sobre a construção do dicionário, os verbetes estão organizados em formato de postagem no *Instagram*, rede social que visa à disposição de imagens e vídeos. Quanto ao formato visual, as imagens possuem dois planos: em primeiro plano, uma pichação do verbete e; em segundo plano, a página de um dicionário canônico, a saber, o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Discursivamente, diremos que essa construção imagética funciona da seguinte forma: a inscrição de uma pichação sobreposta a uma página de dicionário canônico inscreve uma marca de resistência de cunho linguístico e artístico. A inserção da pichação em uma

página de dicionário indica que estamos movendo sentidos: indo de algo que é considerado canônico para uma dimensão social e urbana, que abraça o não canônico.

Por fim, a noção de resistência é essencial para analisarmos o *Dicionário Capão*. Pêcheux (1997), em *Semântica e Discurso*, parte da noção de que o sujeito é dotado de inconsciente e interpelado pela ideologia, para indicar que, o mecanismo de interpelação ideológica está sujeito a falhas, por ser um ritual. Assim, considerando que é no inconsciente que se dá essa interpelação, não existe um assujeitamento perfeito. É na tentativa de dominação e nas falhas do ritual ideológico de construção de evidências que é possível falar em resistência. O *Dicionário Capão* e também sua fonte (as letras de músicas dos Racionais MC's) podem nos indicar que, nas falhas do mecanismo de interpelação ideológica, abriu-se espaço para sentidos que não reproduzem a memória de uma formação discursiva dominante capitalista e elitista, mas que apontam para possíveis deslocamentos discursivos ou rupturas. A resistência, no *Dicionário Capão*, ultrapassa o linguístico e se materializa no artístico, nas pichações com letras indiscerníveis que carregam memórias discursivas outras.

De olho nos verbetes: *favela*, *maloqueiro* e *vida-loka*

Conforme exposto, o *Dicionário Capão*, que decorre das letras das músicas do grupo Racionais MC's, percorre temáticas sociais recorrentes que dizem respeito à exclusão social e à marginalização de sujeitos periféricos. Nesta leitura que trazemos, foram selecionados três verbetes que denominam sujeitos periféricos presentes nas letras: *favela*, *maloqueiro* e *vida-loka*. Para a análise dos verbetes mencionados, partimos também da noção de denominação e das tensões que rodeiam o gesto de denominar e de produzir os sentidos.

No artigo “Denominação: um percurso de sentidos entre espaços e sujeitos”, de Greciely Cristina da Costa, a autora investiga a forma como o gesto de denominação intervém na

relação entre os sujeitos e espaços, funcionando como uma espécie de vetor de significação, pelo qual os sentidos se movem (COSTA, 2012, p. 133).

Costa explica que o processo de denominação implica uma significação, em que uma região do interdiscurso é recortada e, com isso, os sentidos são produzidos e inscritos em formações discursivas, enquanto outros sentidos são apagados. Portanto, denominar é também construir discursivamente os referentes. Ao mesmo tempo em que o sujeito denomina, é também denominado, em um espaço que é real, geográfico, mas também político-simbólico (COSTA, 2012, p. 134-135).

Assim, a análise dos verbetes envolverá questionamentos sobre os sentidos movidos pelas denominações dos sujeitos, os deslocamentos e as ressignificações na relação com dicionários canônicos, a eventual ausência de léxico no dicionário canônico *Houaiss*, bem como as relações entre a língua e os sujeitos.

Verbete *favela*

Inicialmente, é interessante mencionar a forma como o verbete *favela* aparece no *Dicionário Houaiss*⁴ e no *Dicionário Capão*. Vejamos:

Dicionário Houaiss

Favela

substantivo feminino

1 ANGIOS arbusto ou árvore (*Jatropha phyllacantha*) da fam. das euforbiáceas, que ocorre no Brasil (N.E. e S.E.), de ramos lenhosos, folhas repandas ou sinuosas e denteadas, flores brancas, em cimeiras, e cápsulas escuras, verrucosas, com sementes oleaginosas e de que se faz farinha rica em proteínas e sais minerais; faveleira, faveleiro, mandioca-brava

2 ANGIOS fruto dessa planta

⁴ Apesar de o dicionário que figura ao fundo das imagens ser o Dicionário Aurélio, utilizamos o Dicionário Houaiss para esta análise, visto que este dicionário está disponível *online* e se encontra de forma mais acessível para o Grupo de Pesquisa.

3 B conjunto de habitações populares, ger. construídas sem planeamento, onde residem pessoas de baixa renda; morro
 4 p.ext. ; B ; pej. lugar de mau aspecto ; situação que se considera desagradável ou desorganizada
 sinônimos bairro de lata (Portugal), caniço (Moçambique), musseque (Angola)
 (HOUAISS, 2022).

Figura 1 - Dicionário Capão



Fonte: Dicionário Capão. Disponível em:
<https://www.instagram.com/p/CKXf1b2Hti4/>. Acesso em: 04 nov. 2021.

No *Dicionário Houaiss*, o verbete *favela* é associado inicialmente a uma planta e a seu fruto. Em outra definição, o dicionário se refere a um espaço/lugar, demarcando que se trata de construções sem planeamento com moradores de baixa renda. Na última definição, *favela* é associada a um lugar de mau aspecto, desagradável e desorganizado.

Embora à primeira vista possa parecer referir-se a um espaço físico, como acontece no *Houaiss*, no *Dicionário Capão*, o verbete *favela* diz respeito ao sujeito que vive na favela. É interessante notar que, nesta obra, a primeira definição inicia com “diz-se de quem”, para indicar que se faz menção a um discurso outro, a um discurso

urbano que já circula, sobre um sujeito e sobre um espaço marcado pela ausência (de urbanização, de saneamento, de asfalto etc.). Assim, quem vive na favela denomina e é denominado na relação com o espaço geográfico e urbano, que é também um espaço político-simbólico. Este é um exemplo de como o gesto de denominação intervém na relação entre sujeitos e espaços, e funciona como um vetor de sentido ou percurso de sentidos que denuncia também na forma como os sujeitos são constituídos (COSTA, 2012, p. 133-135).

No *Capão*, a relação na qual o espaço nomeia os sujeitos é explicitada com o exemplo do verbete *favela* no trecho da música *Eu compro*, do grupo Racionais MC's: "O que todos almejam é patrimônio e riqueza / Pro favela é proeza ostentar a nobreza / Viajar, conforto, tem que ser primeira classe!". O estudo da letra da canção nos auxilia a refletir sobre a forma como o espaço urbano da favela se estrutura e, além disso, como vivem os sujeitos que nela habitam, pois são descritas as estruturas inferiores de moradia, as situações humilhantes e racistas vividas, a miséria e, apesar de tudo, a persistente luta.

A relação entre sujeito e espaço que conflui para um mesmo gesto de denominação em *favela* pode indicar, ainda, um movimento de luta de uma população que busca dicionarizar sua língua na língua do outro (MEDEIROS, 2012, p. 19) e que busca reconhecimento diante de um contexto de marginalização.

Verbetes *maloqueiro*

No que diz respeito ao verbete *maloqueiro*, trazemos as definições presentes também no *Dicionário Houaiss* e no *Dicionário Capão*:

Dicionário Houaiss

Maloqueiro

substantivo masculino

- 1 AL menor que vagueia pelas ruas, ger. em grupo, pedindo dinheiro, praticando pequenos furtos, esp. os que pernoitam em maloca (no sentido de 'abrigo'); pivete
- 2 p.ext. ; AL indivíduo andrajoso
- 3 AL indivíduo malcriado, grosseiro
- 4 B, S. marginal que vive ou pernoita em maloca (no sentido de 'esconderijo ', 'casa de marginal')
- 5 B, S. marginal integrante de maloca (no sentido de 'grupo de malfeitores'); bandido adjetivo e substantivo masculino
- 6 B ; infirm. que ou aquele que maloca, esconde (HOUAISS, 2022).

Figura 2 - Dicionário Capão



Fonte: Dicionário Capão. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CJbVb0FnbCN/>. Acesso em: 04 nov. 2021.

Na comparação entre os dicionários, os dois fazem menção ao espaço físico das ruas. De um lado, o *Capão* se refere ao "sujeito periférico; favelado", definindo que este sujeito mantém direta relação com os espaços da periferia e da favela. Já o *Houaiss* se refere ao sujeito "menor" que "vagueia pelas ruas, ger. em grupo". Neste último, há a marcação de um indivíduo menor de idade, que atua "pedindo dinheiro, praticando pequenos furtos". A indicação de

que *maloqueiro* é um menor infrator constrói uma formação imaginária (ORLANDI, 2012) em relação aos jovens em situação de rua: a definição, junto à denominação do termo *maloqueiro*, produz efeitos de sentido pré-estabelecidos carregados de valores negativos.

Outras definições do *Houaiss*, como "indivíduo malcriado, grosseiro" e "marginal integrante de maloca (no sentido de 'grupo de malfeitores')", corroboram com o sentido pré-estabelecido de que um sujeito *maloqueiro* é um sujeito marginal.

Retomando a definição proposta pelo *Dicionário Capão*, o exemplo traz trecho da música "Qual mentira vou acreditar", em que o termo *maloqueiro* é utilizado ao lado de ladrão: "Que mina cabulosa, olha só que conversa / Que tinha bronca de neguinho de salão – Não! / Que a maioria é *maloqueiro* e ladrão – Aí não!". Ao retomar a letra da música na relação com a definição do dicionário, é interessante lançar os olhos sobre a expressão "aí não", que demonstra um caráter de negação à imagem estereotipada do sujeito periférico.

Assim, o *Capão* propõe um movimento de transformação de sentidos, deslocando a noção de *maloqueiro* de uma formação discursiva que atribui ao verbete o sentido de infrator ou ladrão para uma formação que discorda dessa imagem e a repudia.

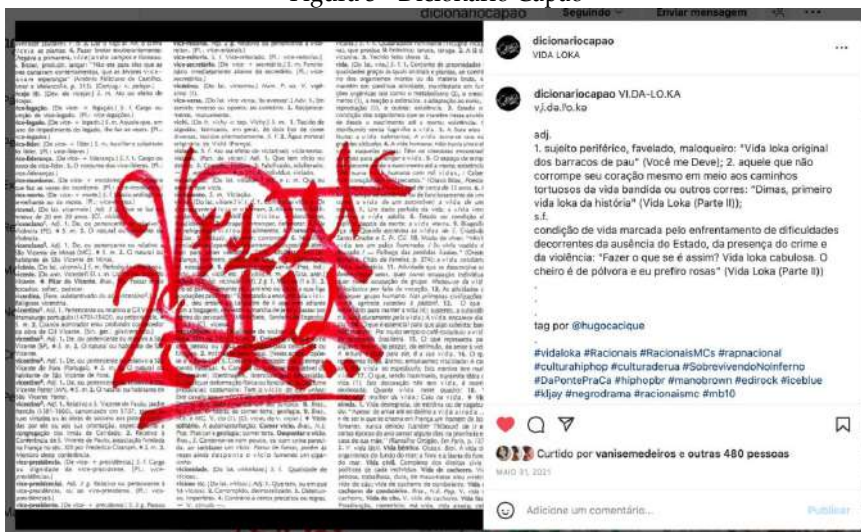
Verbete *vida-loka*

Por fim, analisamos "vida-loka", um sintagma composto por duas palavras que funciona como um único verbete. Este novo verbete, formulado a partir de uma justaposição, funciona como um novo item lexical dicionarístico, visto que se inscreve como verbete no *Dicionário Capão* e não como desdobramento de um verbete como "vida" ou como "loka". Diferentemente dos anteriores, o verbete *vida-loka* não comparece no catálogo de mais de 228.500 verbetes do *Dicionário Houaiss*, mesmo em pesquisas com alterações em sua ortografia. A premissa, então, é de que o

sujeito *vida-loka* está ausente do espaço dos dicionários canônicos. Diante disso, podemos pensar sobre sujeitos que ocupam (ou não) determinados lugares, também como sujeitos que não ocupam espaços representativos tanto na língua quanto na cidade.

A seguir, trazemos a definição do verbete *vida-loka* no *Dicionário Capão*.

Figura 3 - Dicionário Capão



Fonte: Dicionário Capão. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CPjyWlunbgI/>. Acesso em: 04 nov. 2021.

Inicialmente, é essencial notar a grafia do verbete *vida-loka* com a letra “k” e não “c”, para pensar a existência de um movimento de luta na língua do outro, que deixa de dicionarizar verbetes do discurso popular e periférico. *Vida-loka* é, nesse sentido, parte de um movimento de luta na língua, de uma língua (de sujeitos e espaços periféricos) que quer se dicionarizar e fazer constar suas marcas (MEDEIROS, 2012).

Quanto às definições do *Capão*, a primeira remete, de imediato, a um espaço urbano, que consiste em um recorte da cidade. *Vida-loka* é aquele que habita ou tem origem na favela, na periferia. Há uma identificação do sujeito com a periferia que aponta para a

noção de pertencimento, uma vez que a constituição do sujeito *vida-loka* se dá na relação com a constituição do espaço por ele habitado.

Além disso, a tomada do espaço para compor a noção de sujeito favelado e a denominação de *vida-loka* pode ser pensada em oposição ao sujeito *doutor*, verbete que também comparece no *Dicionário Capão* como “sujeito com mais dinheiro ou estudo, senhor”, sobretudo se considerarmos os movimentos de luta e resistência da população periférica, em um contexto de evidente desigualdade social. *Vida-loka* não é um verbete associado à autoria de crimes ou à violência, como é *maloqueiro*; não é quem infringe as regras estatais, mas sim quem transgride dentro de um espaço marcado pela desigualdade social e econômica e enfrenta os obstáculos em meio aos caminhos tortuosos. Ser *vida-loka* é sobreviver na *quebrada*, na *selva* marcada pela ausência estatal.

A música “Vida-loka - Parte II”, exemplo de onde o verbete é recortado, traz interessante referência a Dimas, “primeiro *vida-loka* da história”, e que ficou conhecido, no contexto bíblico, como “o bom ladrão”. O trecho da música é importante para compreender a segunda definição proposta de que *vida-loka* é aquele que não corrompe seu coração diante dos caminhos tortuosos da vida: “Enquanto Zé Povinho apedrejava a cruz / E o canalha fardado cuspiu em Jesus / Oh, aos 45 do segundo arrependido / Salvo e perdoado / É Dimas, o bandido / É loko o bagulho / Arrepi na hora / Oh, Dimas, primeiro *vida loka* da história”. A referência a Dimas pode ser pensada também como uma forma de coletivização daquele sujeito. Fala-se de Dimas como o primeiro, e não único, para apontar para a construção de um dos sujeitos que transita por esses espaços periféricos.

Além de *vida-loka* consistir em um adjetivo, também é um substantivo: a condição de *vida*, que é *loka*. Observa-se que a *vida-loka*, neste caso, é “marcada pelo enfrentamento de dificuldades decorrentes da ausência do Estado, da presença do crime e da violência”. É interessante observar que essa condição de vida é específica de apenas uma parcela da sociedade: aquela para quem o Estado se encontra ausente. A ausência do Estado chama a

atenção para um efeito controverso entre língua e cidade, porque, embora *vida-loka* tenha ganhado registro com a dicionarização do *Capão*, o sujeito em seu contexto social permanece, por escolha do próprio Estado, sem amparo estatal. Assim, o *Capão* aponta para uma formação discursiva em que o espaço que os sujeitos periféricos ocupam detém suas próprias leis, como versa a música "Fórmula Mágica da Paz", dos Racionais MCs: "cada lugar, uma lei", em um mecanismo de sobrevivência e resistência.

Um percurso de sentidos *Da ponte pra cá*

Conforme exposto, tomamos os dicionários como objetos discursivos para compreender a organização e as singularidades do *Dicionário Capão*, criado especialmente com os objetivos de homenagear o grupo brasileiro de rap Racionais MC's, e de atuar fortalecendo o empoderamento de sujeitos e espaços periféricos. No estudo comparativo entre o *Capão* e o *Houaiss*, buscamos compreender os deslocamentos de sentido e as ressignificações desses dois mundos em questão, isto é, de como os sentidos dos sujeitos periféricos e das classes dominantes significam diferentemente, ou seja, como "o mundo é diferente da ponte pra cá" (RACIONAIS MC'S, 2002).

Em nossa análise do *Dicionário Capão*, com o recorte dos sujeitos periféricos *favela*, *maloqueiro* e *vida-loka*, observamos como a ausência do verbete *vida-loka* no dicionário canônico aponta para formações discursivas de exclusão e marginalização do sujeito periférico, assim como para um silenciamento político.

Do contrário, a presença dos verbetes no *Capão* sinaliza para a resistência desse sujeito silenciado, que ousa pensar por si mesmo e que, por meio de um movimento de luta na língua do outro, busca dicionarizar uma língua outra e registrar suas marcas, fazendo constar a escrita das ruas em espaços de instrumentação da língua. A resistência se realiza à medida que lugares outros são sustentados que

não o lugar de dominação. Assim, processos revolucionários se deflagram também na língua (MEDEIROS, 2012).

Assim, buscamos compreender o funcionamento do *Dicionário Capão* e os sentidos sustentados para os verbetes que compõem o *corpus*, considerando a dimensão política de exclusão e silenciamento do sujeito periférico. Podemos concluir que o movimento de registro do *Dicionário Capão* aponta para uma marca de visibilidade destes sujeitos periféricos, tanto na língua quanto no contexto sociourbano no qual estamos inseridos. Sendo assim, este estudo espera ter contribuído com a discussão acerca da resistência linguística e sócio-histórica de sujeitos invisibilizados em nossa sociedade contemporânea.

Referências

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora Unicamp, 1992.

CACIQUE, H. *Dicionário Capão*. Instagram: @dicionariocapao. Disponível em: <https://www.instagram.com/dicionariocapao/>. Acesso em: 04 nov. 2021.

CACIQUE, H. [ENTREVISTA] Hugo Cacique. [Entrevista concedida a] Thiago Carvalho. *Jornal Literário Pernambuco*, agosto, 2019. Disponível em: <https://suplementopernambuco.com.br/entrevistas/2329-entrevista-hugo-cacique.html>. Acesso em: 23 mar. 2022.

COSTA, G. C. da. Denominação: um percurso de sentidos entre espaços e sujeitos. *RUA*, Campinas, SP, v. 18, n. 1, p. 134–147, 2015. DOI: 10.20396/rua.v18i1.8638291. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638291>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FREITAS, R. A. de. *Instrumentação linguística em rede: análise discursiva de dicionários online*. 2020. 215 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

FREITAS, R. A. de; MEDEIROS, V. G. de. A História das ideias linguísticas como campo para a compreensão dos dicionários online. *Porto das Letras*, v. 6, n. 5, p. 352-369, 19 nov. 2020.

MARIANI, B.; MEDEIROS, V. E quando a pichação é da prefeitura? Pichar, proscrever, dessubjetivizar. *RUA* [online]. 2013, no. 19. Volume 1 - ISSN 1413-2109/e-ISSN 2179-9911. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/rua/anteriores/pages/home/lerArtigo.rua?id=146&pagina=1>. Acesso em: 20 mai. 2022.

MEDEIROS, V. Um glossário contemporâneo: a língua merece que se lute por ela. *RUA*, Campinas, SP, v. 18, n. 2, p. 20–33, 2012. DOI: 10.20396/rua.v18i2.8638283. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638283>. Acesso em: 21 mai. 2022.

NUNES, J. H. *Dicionários: história, leitura e produção*. Edição v. 3 n. 1/2 (2010). Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RL/article/view/1981>. Acesso em: 20 abril. 2022.

NUNES, J. H. *Dicionarização no Brasil: condições e processos*. História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro, p. 99-120, 2002.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012. 100 p. ISBN: 9788571131316.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, S. R: Editora da Unicamp, 1995, 189.

PÊCHEUX, M. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, Anexo III, p. 293-307. Edição original: 1978.

RACIONAIS MC'S - *LETRAS.MUS.BR*. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/racionais-mcs>. Acesso: 21 nov. 2022.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Escrita e gramática como tecnologias urbanas: a cidade na história das línguas e das ideias linguísticas. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 53, n. 2, p. 197–217, 2011. DOI: 10.20396/cel.v53i2.8636988. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636988>. Acesso em: 30 jun. 2022.

A INTERAÇÃO PERSONALIZADA COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO NO CONTEXTO VIRTUAL

Fabiana Correa Castagnaro¹
José Carlos Gonçalves²

Introdução

Este artigo insere-se na linha de pesquisa Teorias do Texto, do Discurso e da Tradução e tem como meta verificar se a interação personalizada entre professora-alunos cria um elo entre eles, incentivando-os à participação no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Nesse sentido, é importante observar que não só no ensino presencial, como também na Educação a Distância (EaD), os alunos não aprendem da mesma maneira e no mesmo ritmo. Isso acontece por inúmeros fatores, tais como características pessoais, interesses, conhecimentos prévios e culturas diferentes. Por isso, cabe ao docente possibilitar o diálogo e facilitar o processo ensino-aprendizagem para minimizar as dificuldades dos alunos, de modo que ele se desenvolva academicamente. Em razão disso, é fundamental que o professor acompanhe os passos dos alunos, a fim de sensibilizá-los a respeito da proposta do curso e da importância da participação deles no processo.

Diante disso, a análise deste artigo se baseia em uma perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica (ACE), no

¹ Mestra em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação do professor doutor José Carlos Gonçalves. Foi bolsista Capes. E-mail: biacastagnaro@hotmail.com. Orcid: 0000-0001-9257-6688.

² É Ph.D. em Sociolinguística pela Universidade de Georgetown e mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: jgoncalves.zeca@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0814-6536>.

que tange à organização e à sequencialidade da fala-em-interação; combinada com a perspectiva da Sociolinguística Interacional, que analisa categorias de análise tais como os enquadres, *footings* e alinhamentos dos participantes durante a interação (GOFFMAN, 2013), assim como as pistas de contextualização e estratégias de aproximação, propostas por Gumperz (1982).

A partir dessas perspectivas, tomou-se como objetivo geral deste trabalho verificar a importância da personalização da interação entre professora-alunos como estratégia de ensino, no contexto virtual. Ao objetivo geral, foram acrescentados os seguintes objetivos específicos: analisar como a professora orienta os estudos dos alunos no processo ensino-aprendizagem e verificar quais estratégias são utilizadas pela professora para incentivar o aluno à participação.

Para tanto, selecionou-se, inicialmente, como *corpus*, mensagens de e-mail de alunas e de uma professora do Curso EaD de Licenciatura em Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF), com o intuito de responder as seguintes questões: (a) quais estratégias a docente utiliza para ajudar os alunos no processo ensino-aprendizagem?; (b) a estratégia utilizada pela professora personaliza a interação mediada por ela? e (c) de que forma o atendimento personalizado contribui para o aprendizado dos alunos?

Fundamentação Teórica e Metodologia de Pesquisa

O artigo propõe analisar a interação no contexto virtual, por intermédio da mediação entre a professora e os alunos inscritos na disciplina Português VIII, do Curso EaD de Letras da UFF, por meio da Fundação CECIERJ/Consórcio CEDERJ, provenientes do Rio de Janeiro e de outros municípios, tomando por base a ACE, a Análise Sociolinguística Interacional e, conseqüentemente, algumas categorias de análise, tais como: os alinhamentos, os enquadres, as pistas de contextualização, entre outras.

A metodologia de pesquisa é semi-etnográfica, incluindo a observação participante da professora-pesquisadora e seus alunos, em interações extraídas de e-mails, no primeiro semestre de 2022. Cabe observar que o foco da análise é posto no conceito de estratégias de aproximação, por ser relevante para a flexibilização da estrutura conversacional e para possibilitar a redução das assimetrias, no discurso entre professora e alunos em AVA. Ou melhor, a docente poderá desburocratizar o processo, por meio da interação com maior grau de assimetria, tornando-o mais significativo e igualitário.

Acrescenta-se ainda que a maioria das interações no AVA é, em maior ou menor grau, assimétrica, pois sempre haverá algum tipo de dominação (quantitativa, semântica, interacional, estratégica) em algum momento da interação. A sala de aula virtual é o lugar social que institui o professor como sujeito institucionalmente autorizado a controlar e distribuir os turnos no espaço acadêmico, como também a transmitir o conhecimento previamente planejado em determinada disciplina. Então, é papel do professor incentivar o aluno a se envolver nas atividades propostas, mas, para isso, é fundamental estabelecer um clima de coparticipação entre ele e os alunos, que poderá facilitar melhor compreensão e domínio dos conteúdos veiculados na sala de aula.

Nesse contexto, acredita-se que o atendimento personalizado que considera o outro na relação pessoal e a qualidade da interação poderão ajudar a minimizar a assimetria, como se pode ver mais adiante nas análises deste trabalho, nos *feedbacks* da professora-pesquisadora, especificamente, as estratégias de aproximação utilizadas por meio de elogio, incentivo e termos que expressam solidariedade.

Análise da Conversa Etnometodológica (ACE)

A ACE é voltada para o estudo da ação social humana, situada no espaço e no decorrer do tempo real. Garcez (2008, p. 17) esclarece que a ACE pode ser entendida a partir da proposta da

teoria social feita por Harold Garfinkel (1967), chamada de Etnometodologia.

Com o objetivo de mostrar que as pessoas se organizam socialmente, através da fala, Sacks, Schegloff e Jefferson (2003, p. 14-15) descrevem as características da conversa como um fenômeno organizado, de modo que, na grande maioria dos casos, fala um falante de cada vez; a ordem e o tamanho dos turnos não são fixos, mas variáveis; a extensão da conversa e o que cada um diz não são previamente especificados; o número de participantes pode variar; a fala pode ser contínua ou descontínua; um falante corrente pode selecionar um falante seguinte ou as partes podem se autosselecionar para começarem a falar; os turnos podem ser projetadamente a extensão de uma palavra ou podem ser a extensão de uma sentença.

Assim, tais descrições evidenciam que os falantes se organizam na fala-em-interação, ratificando o principal objetivo da ACE, que é descrever e explicar as ações sociais empreendidas pelos atores sociais ao se engajarem em um processo de interação social. O objeto da ACE não se restringe apenas à conversa cotidiana, mas se estende à fala-em-interação em geral.

Na ACE, os participantes da conversa precisam o tempo todo analisar o que “está acontecendo” entre eles, cabendo aos analistas articular o que eles tacitamente fazem. Isto posto, é privilegiada a perspectiva situada dos participantes na análise. Outra característica da ACE é o procedimento de articulação da análise, turno a turno, que os próprios participantes empreendem e demonstram uns para os outros. Além disso, a sequencialidade se destaca nessa perspectiva, pois ela descreve e explica os elementos sequenciais da fala-em-interação.

Análise Sociointeracional do Discurso

A Sociolinguística Interacional tem como precursores John Gumperz e Erving Goffman. Ela propõe o estudo do uso da língua,

na interação social. Por isso, é comum a investigação de trabalhos com interações em contextos institucionais.

Pistas de contextualização e estratégias de aproximação

Gumperz (1982) considera as pistas de natureza sociolinguística que o falante utiliza para sinalizar os seus propósitos comunicativos ou para inferir os propósitos conversacionais do interlocutor. Assim, ele elabora conceitos como as *pistas de contextualização*, que contribuem para a interpretação do que está sendo dito e feito na interação comunicativa. Entre essas pistas, ocorrem as *estratégias de aproximação* (recursos linguísticos verbais e não verbais), que são utilizadas para diminuir a distância e a diferença entre os interlocutores.

Enquadres e alinhamentos

Já Goffman (1974) se dedicou à compreensão do discurso oral e à análise da interação, ao trabalhar com alguns conceitos, como enquadre, *footing* e alinhamento. Segundo Goffman (2013, p. 107), “o *enquadre* situa a metagem³ contida em todo enunciado, sinalizando o que dizemos ou fazemos, ou como interpretamos o que é dito e feito”. Ele também introduziu o conceito de *footing*, “que representa o *alinhamento*, a postura [...] de um participante na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção”. Entende-se que uma mudança de *footing* resulta de uma mudança no alinhamento que o falante assume para ele mesmo e para os outros presentes, ou melhor, é outro modo de dizer que acontece uma mudança em seu enquadre dos eventos. Os participantes mudam constantemente seus *footings*, enquanto vão

³ “Metagem é tudo aquilo que rodeia as palavras: estilo conversacional, atitudes de um para com o outro, a ocasião, os recursos paralinguísticos e os suprasegmentais”. Fonte: GONÇALVES, Keila. *Metagens e comunicação não-verbal*. Disponível em: <http://sociolinguisticainteracional.blogspot.com.br/2009/10/metagens-e-comunicacao-nao-verbal.html>. Acesso em: 6 set. 2022.

falando, sendo essas mudanças uma característica inerente à fala natural (GOFFMAN, 2013, p. 113-114).

Introdução à análise de dados

A aprendizagem em AVA só se efetiva quando o professor passa a monitorar as situações de aprendizagem. A partir daí, verifica-se que é fundamental que ele e o aluno tenham uma postura dialógica e curiosa, e não uma postura apassivada. Nesse contexto interativo, é relevante ressaltar que a mediação se faz necessária no processo ensino-aprendizagem na EaD, já que a distância física, nessa modalidade, exige recursos, estratégias, habilidades, competências e atitudes diferentes das do ensino presencial. Em virtude disso, a função mediadora do professor tem se fortalecido devido às exigências de configuração desse novo ambiente de estudos, principalmente após a readaptação de instituições escolares, em razão da pandemia do novo Coronavírus. Por essas especificidades, a mediação assume papel primordial no AVA.

Dessa forma, a mediação se caracteriza como forma de criar maior presença na EaD. Para Brannigan (2013 *apud* GONÇALVES, 2013, p. 99), a presença é definida como a qualidade de “estar-lá” (presença física), “estar-com” (empatia e atitude de companheirismo e atenção), “estar-para” (atitude de prontidão), “estar-em-relação” e “estar-em-transcendência” (envolvem níveis altos de presença emocional, psicológica, social e espiritual).

Para garantir a presença plena do aluno, é importante que ele seja estimulado pelo professor, por meio da utilização de estratégias de aproximação como a polidez, a linguagem fática e os marcadores conversacionais, que contribuem para criar envolvimento na linguagem e maior proximidade interacional. Além disso, o sujeito professor, representante da instituição escolar, possui legitimidade para expor determinado saber e possui legítimo poder para direcionar o aluno. Por isso, a mediação é um elemento fundamental, a fim de tornar o discurso

institucionalizado menos assimétrico e mais igualitário e significativo, para todos os participantes da conversa.

Análise e discussão de dados

Nos excertos a seguir, serão analisados e discutidos os dados extraídos do dispositivo⁴ e-mail. Os eventos interacionais podem ser considerados como *atendimentos personalizados* entre a professora e as alunas. No primeiro excerto, trata-se de uma interação em que a professora inicia o diálogo, a conversa, e oferece ajuda à aluna “A”, em razão de seu baixo rendimento nas avaliações. Já no segundo, ocorre o contrário, ou melhor, a aluna “B” solicita ajuda à professora para melhorar sua escrita, em virtude dos apontamentos feitos pela professora na sua última avaliação. Neles, há algumas *estratégias linguísticas* destacadas que foram utilizadas pela professora e pelas alunas.

Excerto 1: Professora oferece ajuda à aluna

Turno	Interactante	Data/ horário	Mensagem
01	Professora	19/04/2022 13:09	Prezada aluna, espero que esteja bem! Após verificar suas notas da AD1 e APX1, resolvi enviar este e-mail para pedir que <u>descreva a sua dificuldade acadêmica</u> durante o curso de Letras. Além disso, gostaria de <u>me colocar à disposição para ajudá-la</u> a sistematizar o conhecimento adquirido até o momento. Isso pode ser por intermédio de materiais didáticos, textos complementares, conversas por <i>chats</i> ,

⁴ Para Agamben (2005, p. 13), dispositivo é “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”. Esses dispositivos podem ser considerados como tais em razão de motivarem os alunos a interagir com a comunidade virtual e contribuírem para o aprendizado.

			dicas de fichamento/resumo/resenha [...]. Realmente, quero entender o motivo pelo qual seu rendimento está baixo, a fim de ajudar e vê-la concluir a disciplina POR VIII com êxito. <u>Conte comigo!</u> Aguardo seu retorno. Abç., Profa. F.
02	Aluna A	19/04/2022 13:35	Prezada tutora, muito obrigada por se preocupar com o meu rendimento nas atividades referentes a AD1 e APX1. Rendimento esse que tem gerado em mim uma imensa preocupação. [...] <u>Tive Covid-19 pela segunda vez, [...]. Estou com muita dificuldade em memorizar o conteúdo.</u> Quando escrevo, esqueço como se escrevem as palavras; [...] Procurei uma neurologista no ano passado, porque já estava assim devido a primeira vez que tive Covid-19. [...] <u>Confesso a senhora que me senti uma analfabeta, quando li os comentários da redação da minha prova.</u> Mas te agradeço muito por cada um deles. [...]. Para ser sincera, estou com muita vergonha de ter cometido tantos erros gramaticais na minha prova. [...] Fico pensando... Como que vou poder exercer minha profissão desse jeito? [...] Espero que eu consiga recuperar minhas notas. Muito obrigada, professora, pela preocupação. <u>Vocês como sempre são maravilhosos!</u>
03	Professora	19/04/2022 14:26	Boa tarde, A! Imagina! Estou aqui para ajudá-los. Ficaria chateada se reprovasse ou desistisse neste período. Eu entendo sua dificuldade. [...] <u>Penso que só praticar a leitura não seja suficiente para memorizar o conteúdo.</u> Eu costumo fazer resumo e <u>fichamentos das minhas leituras.</u> [...]. <u>Nossa disciplina tem os questionários</u>

			<p><u>de revisão que ajudam bastante também.</u> [...]. Na semana da revisão, você pode ler esse material e conferir com o gabarito. <u>Não se sinta menor ou analfabeta como disse, eu e o coordenador estamos à disposição para "lapidar" o conhecimento dos nossos alunos.</u> [...] <u>Nossa preocupação é não formar alunos que possuem falhas de conteúdo adquirido durante o curso.</u> Isso refletirá quando estiver atuando em sala de aula [...]. De início, recomendo ler o material de apoio [...]. No livro: MEDEIROS, João Bosco. <i>Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas</i>. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000, p. 96-117, <u>há o capítulo sobre fichamentos.</u> [...] <u>Caso queira o capítulo sobre isso especificamente, posso te enviar escaneado para estudar e praticar o que falei.</u> [...] Estamos à disposição para ajudá-la no que for possível. [...] Grande abraço, Profa. F.</p>
04	Aluna A	19/04/2022 14:31	<p>Prezada tutora, <u>gostaria muito de receber o capítulo desse livro. Acredito que irá me ajudar muito. Obrigada novamente pelo incentivo e dicas.</u></p>
05	Professora	21/04/2022 22:46	<p>Boa noite, A. <u>Peço desculpas pela demora, pois eu tive de procurar o material.</u> Seguem, em anexo, dois capítulos (fichamento e resumo) para ajudar a sintetizar melhor os conteúdos que precisa estudar. <u>Caso precise de algo, envie e-mail para mim. Conte comigo!</u> [...] Abç., Profa. F.</p>

No excerto 1, a professora seleciona a aluna “A” para começar a falar (SACKS, SCHEGLOFF, JEFFERSON, 2003, p. 14-15), com o intuito de ajudá-la a recuperar seu rendimento acadêmico na disciplina. No turno 01, observa-se que a professora envia um e-

mail diretamente para a aluna, mostra-se preocupada com as notas dela (“[...] resolvi enviar este e-mail para pedir que descreva a sua dificuldade acadêmica durante o curso de Letras”) e oferece-lhe ajuda (“[...] gostaria de me colocar à disposição para ajudá-la a sistematizar o conhecimento adquirido até o momento”), sugerindo materiais didáticos e conversas extras, a fim de melhorar seu desempenho nos estudos e fortalecer a relação entre ambas. O incentivo utilizado pela professora como estratégia de aproximação (“Conte comigo! aguardo seu retorno. [...]”) surte efeito e a aluna “A” responde seu e-mail.

No turno 02, a aluna agradece a gentileza da docente em se preocupar com suas notas nas avaliações. A estudante, de forma gentil e polida, justifica seu baixo desempenho (“[...] Tive Covid-19 pela segunda vez [...]. Estou com muita dificuldade em memorizar o conteúdo.”) e confessa se sentir envergonhada, no que tange ao *feedback* enviado pela professora na sua última avaliação (“[...] Confesso a senhora que me senti uma analfabeta, quando li os comentários da redação da minha prova.”). A aluna ainda agradece a professora pelo contato e elogia a equipe da disciplina (“Vocês como sempre são maravilhosos!”). Observa-se que o contato de retorno da aluna foi a condição para a interação ocorrer e o alinhamento das expectativas entre ela e a professora foi motivo para o sucesso desse atendimento. Nesse momento, evidencia-se a mudança do enquadre de preocupação iniciado pela professora para o enquadre de aceitação e acolhimento da aluna.

No turno 03, a professora mostra-se solidária e orienta a aluna com algumas sugestões para aprimorar seus estudos (“Penso que só praticar a leitura não seja suficiente para memorizar o conteúdo. Eu costumo fazer resumo e fichamentos das minhas leituras [...]. Nossa disciplina tem os questionários de revisão que ajudam bastante também.”). Em seguida, a professora passa para o enquadre conversacional de encorajamento e justifica o motivo pelo qual se preocupa com seus alunos (“Não se sinta menor ou analfabeta como disse, eu e o coordenador estamos à disposição para ‘lapidar’ o conhecimento dos nossos alunos. [...]”). Essa

postura madura da professora se espelha nas palavras de Pallof e Pratt (2013, p. 34) quanto à questão da excelência do ensino online. Para essas autoras, o professor virtual excelente está comprometido com essa modalidade de ensino e utiliza o ambiente online a seu favor ao lecionar; é capaz de estabelecer presença e encorajar os estudantes a fazerem o mesmo; é um bom motivador para os alunos; promove a interação entre eles e a interatividade entre os estudantes e as tecnologias; respeita os alunos, tratando-os como parceiros no processo de aprendizagem; é aberto, flexível, compassivo, responsivo e lidera pelo exemplo.

Ainda fazendo-se presente, humanizando o ambiente e estimulando o comprometimento da aluna, a professora sugere a leitura do material de apoio da sala de aula virtual, recomenda a leitura de um capítulo de livro e propõe-se a ajudá-la, caso precise do material (“[...] há o capítulo sobre fichamentos. [...] Caso queira o capítulo [...], posso te enviar escaneado para estudar e praticar o que falei.”). Desse modo, verifica-se que realmente a professora está preocupada com o desenvolvimento da aluna, caracterizando um enquadre comunicacional humanizador. No turno 04, a aluna retorna, mostrando-se motivada, confiante e agradecida (“[...] gostaria muito de receber o capítulo desse livro. Acredito que irá me ajudar muito. Obrigada novamente pelo incentivo e dicas.”). Nesse contexto, percebe-se que a motivação aumenta quando o professor cria um clima de confiança e de cordialidade com os alunos. Para Moran (2013, p. 53), é importante que o professor estabeleça relações de confiança com seus alunos, pelo estímulo, pelas interações e pelo afeto com que atua. Isso pode ser verificado no turno 05 em que a professora pede desculpas pela demora e por ter de procurar o material para enviar para a aluna (“Peço desculpas pela demora, pois eu tive de procurar o material.”). Por fim, ela finaliza a interação, sinalizando (“Caso precise de algo, envie e-mail para mim. Conte comigo! [...]”) com postura cortês, mantendo o seu *footing* e alinhamento (GOFFMAN, 2013).

É importante enfatizar que a relação entre professora e aluna no AVA tornou a interação e a presença na aprendizagem

dependente da mediação da professora. Para ocorrer essa interação eficaz, foi essencial o encorajamento e a atenção da professora, papel fundamental do docente na modalidade de ensino ocorrida em ambiente virtual. As estratégias de aproximação utilizadas pela professora contribuíram para diminuir a assimetria entre elas, tal como o uso da polidez, que foi importante para ajudar, significativamente, na organização das interações, construindo elos de cortesia e respeito entre as interactantes. Portanto, a interação ocorrida nesse evento interacional foi eficaz, tornando o processo ensino-aprendizagem construtivo, estimulante e humanizador.

Excerto 2: Aluna solicita ajuda à professora

Turno	Interactante	Data/ Horário	Mensagem
01	Aluna B	30/05/2022 14:27	Prezada tutora F., boa tarde. <u>Gostaria de pedir-lhe uma indicação</u> de um bom curso de redação, se for possível. Como a sra. apontou em meus textos, tenho falhas em coerência e coesão que precisam ser corrigidas. <u>Sei que esta não é sua atribuição</u> , mas tomei coragem para fazer-lhe este pedido por perceber, nos seus apontamentos de correção, o seu interesse em ajudar o aluno. <u>Francoemente, não me lembro de ter recebido, nestes 6 períodos de CEDERJ, um feedback tão sucinto quanto o seu. Gostaria que houvesse mais tutores</u> como a senhora. <u>Agradeço</u> a sua atenção e a forma gentil como sempre me atendeu. Abraço. B. [...] gostaria de um curso pela possibilidade de exercitar a escrita e ter acesso às correções.
02	Professora	30/05/2022 16:55	[...] <u>estamos verificando algumas falhas pontuais</u> que os alunos podem melhorar. [...] <u>Obrigada</u> por receber de braços abertos o <i>feedback</i> . <u>Saiba que estarei sempre disponível</u> , caso você precise da minha ajuda, mesmo tendo

			concluído o curso. [...] Atualmente, <u>trabalho para duas plataformas que prestam esse serviço</u> que você procura. Elas são voltadas para escolas particulares [...] <u>Verifique, no site <a 137="" 484="" 860="" 893"="" data-label="Text" href="https://[...]</u>, como eles podem te ajudar. [...] Gosto dos <u>livros da Irlandé Antunes, Ingedore Koch, Othon Garcia</u> para estudar esse assunto. [...] Se quiser algo mais específico, mande-me uma mensagem para eu te ajudar. Abç.,
Prof.a. F.</td> </tr> <tr> <td>03</td> <td>Aluna B</td> <td>30/05/2022
19:05</td> <td>Prezada F., <u>muito obrigada</u> pelo retorno. <u>Um curso online será de grande valia, uma solução perfeita!</u> <u>Agradeço</u> sua atenção mais uma vez e desejo-lhe sucesso e saúde. B.</td> </tr> <tr> <td>04</td> <td>Professora</td> <td>1º/06/2022
11:34</td> <td><u>De nada. Se precisar de algo, é só enviar mensagem.</u> Abç. Prof.a. F.</td> </tr> </table> </div> <div data-bbox="> <p>No excerto 2, a aluna “B” se autosseleciona para começar a falar (SACKS, SCHEGLOFF, JEFFERSON, 2003, p. 14-15) com a professora, a fim de pedir ajuda e aprimorar suas produções textuais. Nos turnos desse excerto, verifica-se que a sequencialidade da fala-em-interação acontece no mesmo dia, em sua maioria, e a professora direciona o curso da interação, de modo que a conversa flua naturalmente. No turno 01, a aluna “B” começa a conversa com o enquadre interacional de solicitação de ajuda, reconhece o trabalho minucioso da professora e confessa que seu <i>feedback</i> ajudou-lhe a refletir melhor sobre suas ações acadêmicas (“<u>Gostaria de pedir-lhe uma indicação de um bom curso de redação, [...], tenho falhas em coerência e coesão que precisam ser corrigidas. [...]. Francamente, não me lembro de ter recebido, nestes 6 períodos de CEDERJ, um <i>feedback</i> tão sucinto quanto o seu.</u>”). Somando-se a isso, a aluna demonstra desejo por outros professores com a mesma postura e agradece a atenção e gentileza da professora (“<u>Gostaria que houvesse mais tutores como a senhora. Agradeço a sua atenção e a forma gentil como sempre me atendeu.</u>”).</p> </u>
--	--	--	---

No turno 02, a professora toma o turno para agradecer o *feedback* da aluna “B” e utiliza o recurso da *explicabilidade*⁵ (HERITAGE, 1999 [1987], p. 357) (“estamos verificando algumas falhas pontuais que os alunos podem melhorar. [...] Obrigada por receber de braços abertos o *feedback*. Saiba que estarei sempre disponível, caso você precise da minha ajuda.”). A partir desse momento, verifica-se que a humanização foi essencial para o atendimento personalizado, pois “humanizar” o atendimento acadêmico em AVA é considerar o outro na relação, praticando a afeição e a relação pessoal aberta. Ademais, a professora recomenda dois sites (“Verifique, no site [https://\[...\]](https://[...],)”) para a aluna, que poderiam ser de seu interesse, com o intuito de ajudá-la academicamente. Além disso, sugeriu leituras de livros de renomados escritores sobre o assunto em tela (“Gosto dos livros da Irlandé Antunes, Ingedore Koch, Othon Garcia para estudar esse assunto.”).

No turno 03, a aluna toma o turno, agradece, mostra-se encorajada e aceita as sugestões da professora (“[...] muito obrigada pelo retorno. Um curso online será de grande valia, uma solução perfeita! Agradeço sua atenção mais uma vez [...]”). A conversa é finalizada no turno 04 pela professora, colocando-se à disposição, caso a aluna precise de algo mais. Portanto, pode-se afirmar que é fundamental prover encorajamento contínuo por meio de atendimento personalizado/individual, buscar os ausentes e/ou com baixo rendimento, oferecer ajuda para reforçar a presença e acompanhar a aprendizagem durante o curso. Por fim, faz-se necessária a conexão entre os interactantes para capacitar os estudantes para o futuro.

⁵ A *explicabilidade* ocorre quando os participantes avaliam que podem surgir dúvidas sobre o que eles estão dizendo. Então, naturalmente, “se explicam”, dão satisfação da sua conduta, justificam-se, pedem desculpas etc.

Considerações finais

O objetivo principal deste trabalho foi verificar a importância da personalização da interação entre professora-alunas como estratégia de ensino, no contexto virtual. Especificamente, analisou-se como a professora orientou os estudos dos alunos no processo ensino-aprendizagem e verificou-se quais estratégias são utilizadas pela professora para incentivar o aluno à participação.

Além disso, foram propostas três questões na introdução que foram respondidas com base no *corpus*. Nessa direção, os dados sugerem que pode haver melhora na aprendizagem quando o professor consegue trabalhar colaborativamente com o discente, por meio de um atendimento personalizado, orientando-o e estimulando o clima de acolhimento e compreensão, de forma estratégica, a fim de evitar que a motivação do aluno se perca na superficialidade do material didático e da sala de aula virtual. Postula-se também que as estratégias interacionais e de aproximação utilizadas pela professora personalizaram a interação mediada por ela, por intermédio da seleção de mensagens de e-mails, bem como reforçaram os pontos fracos e direcionaram de forma correta as estudantes, resultando no desenvolvimento acadêmico e aprovação das alunas.

Outrossim, é importante salientar que a proposta pedagógica deve respeitar as individualidades dos alunos para a melhoria no desempenho acadêmico. Pode-se dizer que os atendimentos personalizados são adaptações feitas para contribuir com o aprendizado de cada aluno e melhorar os resultados acadêmicos. Isso ocorre por meio das necessidades e revelações dos alunos sobre suas vivências, intenções etc., em inúmeras interações durante o período letivo, com a professora. A partir daí, as mensagens são personalizadas e os sinais da presença docente são trazidos em sua essência. Essa interação entre professora-alunas mostrou-se essencial para o atendimento personalizado e humanizador, pois detrás da mensagem recebida, percebeu-se uma

profissional que se preocupa com as alunas e com o processo ensino-aprendizagem.

Conclui-se, portanto, que para a aprendizagem ser mais eficaz e efetiva no AVA, é fundamental o professor acompanhar a participação dos alunos no processo ensino-aprendizagem e sensibilizá-los a respeito da proposta pedagógica. Por fim, pode-se dizer que a intenção da professora, o que ela pretendia alcançar com as interações e as pistas de contextualização para sinalizar ou para inferir os propósitos conversacionais foram fatores fundamentais para o sucesso da aprendizagem das alunas envolvidas nesse contexto.

Referências

- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? Tradução de Nilcéia Valdate. *Outra Travessia*, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, jul./dez. 2005.
- BRANNIGAN, M. C. *Cultural Fault Lines in Healthcare: Reflections on Cultural Competency*. Lanham, Maryland, USA: Lexington Books, 2013.
- GARCEZ, P. M. A perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. In: LODER, L. L.; JUNG, N. M. (org.). *Fala-em-Interação Social: Introdução à Análise da Conversa Etnometodológica*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008, p. 17-38.
- GARFINKEL, H. *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1967.
- GOFFMAN, E. *Frame Analysis*. New York: Harper & Row, 1974.
- _____. Footing. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. *Sociolinguística Interacional*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- GONÇALVES, J. C. Por uma EaD sem distância: presença na interação professor/alunos em AVA. In: FIDALGO, F. S. R. *et al. Educação a distância: meios, atores e processos*. Belo Horizonte: CAED-UFMG, 2013, p. 95-106.

GUMPERZ, J. J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B. T. & GARCEZ, P. M. (org.). *Sociolinguística Interacional*. Edições Loyola. São Paulo, Brasil, 2013 [1982], p. 149-182.

HERITAGE, J. Ethnomethodology. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (org.). *Social Theory Today*. Stanford: Stanford University Press, 1987, p. 224-272. [Etnometodologia. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (org.). *Teoria Social hoje*. Trad.: G. C. C. de Souza. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p. 321-393.]

MORAN, J. M. T. Ensino e aprendizagem inovadores com apoio de tecnologias. In: MORAN, J. M.; MASETTO M. T.; BEHRENS, M. A. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. São Paulo: Papirus, 2013, p. 11-72.

PALLOF, R. M.; PRATT, K. *O instrutor online: estratégias para a excelência profissional*. Tradução de Fernando de Siqueira Rodrigues. Porto Alegre: Penso, 2013, 198p.

RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. *Sociolinguística Interacional*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. (2003). Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. *Veredas*, v. 7, n. 1-2, p. 9-73, 2003. Trad. de Adriana Maria Soares da Cunha *et al.* [SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. A Simplest Systematic for the Organization of Turn-Taking for Conversation. *Language*, v. 50, p. 696-735, 1974.]

A HISTORICIDADE DO TÍTULO E DO PANFLETO DO *MANIFESTO [DO PARTIDO] COMUNISTA*

Iuri Pavan Dias¹

No prefácio à edição inglesa de 1888 do *Manifesto [do Partido] Comunista*,² Engels escreve sobre o processo de intitulação do livro, na tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings usada nesta pesquisa:

Sequência discursiva 1 (SD-1)³

[...] a história do *Manifesto* reflete, em grande parte, a história do movimento operário moderno; atualmente é, sem dúvida, a obra de maior circulação, a mais internacional de toda a literatura socialista [...].

No entanto, quando surgiu não poderíamos chamá-lo um manifesto *socialista*. [...] Em 1847, o socialismo significava um movimento burguês, e o comunismo, um movimento da classe trabalhadora. Ao menos no continente, o socialismo era muito bem considerado, enquanto o comunismo era o oposto. E como, desde então, éramos decididamente da opinião de que ‘a emancipação dos trabalhadores deve ser obra da própria classe trabalhadora’, não podíamos hesitar entre os dois nomes a escolher. (MARX; ENGELS, 2010, p. 77, grifo do autor).

¹ Mestre em Estudos de Linguagem (UFF), especialista em Edição e Gestão Editorial (Nespe/Uniflato) e bacharel em Letras: Português e Literaturas de Língua Portuguesa (Uerj). E-mail: iuripavan@gmail.com. Orcid: 0000-0003-1496-9990.

² Como analisaremos o processo de re-intitulação do manifesto, optamos por grafar, desde já, o título como *Manifesto [do Partido] Comunista* para nos referirmos à obra genericamente, e não à obra pré ou pós-re-intitulação.

³ Conforme Jean-Jacques Courtine (2014 [2009], p. 84), “toda sequência discursiva deve ser apreendida enquanto objeto tomado num processo discursivo de reprodução/transformação dos enunciados no interior de uma dada FD”. Assim, entendemos a sequência discursiva como um recorte de tamanho geralmente aproximado a uma frase, retirado de uma textualização e mobilizado para entrada de análise.

Marx e Engels projetam nessa sequência uma imagem de interlocutor que ocupa um lugar empírico de operário, em favor do qual o comunismo lutava. Com essa classe se antagonizava o socialismo vigente — na verdade, uma dentre as discursividades do socialismo em 1847, que foi superada, dado o emprego do pretérito imperfeito na SD-1, pelo menos na tradução ao português —, que os autores chamam, no capítulo III do *Manifesto [do Partido] Comunista*, de conservador ou burguês, por preservar o modo de produção capitalista, ou seja, a exploração da classe operária. Apoiados em Marx e Engels, poderíamos pensar que tal socialismo não passaria de um reformismo beneficiário da burguesia (COGGIOLA, 2010, p. 10).

Haja vista que a função-autor é, “das dimensões do sujeito, a que está mais determinada pela exterioridade — contexto sócio-histórico e ideológico — e mais afetada pelas exigências de coerência, não contradição, responsabilidade etc.” (ORLANDI, 2005, p. 75), intitular o *Manifesto [do Partido] Comunista* de “socialista”, à época em que foi publicado, seria instaurar uma contradição nos processos de significação determinados pelo curso da história. Em termos discursivos, seria filiá-lo a um discurso que não correspondia ao efeito de sentidos revolucionários produzido no discurso político comunista — embora, por outro lado, não possamos ignorar o equívoco inerente à língua, o que poderia filiá-lo a um discurso não pretendido. Além disso, esse retorno que Engels faz ao manifesto, numa tentativa de dar a ver os sentidos “sob a superfície”, nos remete ao conceito de comentário em Michel Foucault (1999 [1971], p. 25-26, grifos do autor):

[...] o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*. Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. [...] O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte:

permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado.

No entanto, é importante dizer que, do ponto de vista discursivo, isso não significa uma suposta intencionalidade, por parte dos autores, nesse processo de intitulação. Não importa, para a Análise do Discurso materialista, o que Marx e Engels quiseram dizer ao empregar o significante “comunista”, mas sim os determinantes sócio-históricos e ideológicos que os levaram a dizer de certa maneira, e não de outra. Assim como importa o efeito produzido: intitular o manifesto de “comunista” em vez de “socialista” reforçou o efeito de cisão entre as duas posições-sujeito. De acordo com Harold Laski (2010 [1978], p. 187):

O termo “comunista” pode ser considerado com dupla implicação. De um lado, enfatiza a relação da obra com a Liga dos Comunistas, que os autorizou a escrevê-lo; de outro, serve para ressaltar o sentido de separação dos “verdadeiros” socialistas da Alemanha [...]. Não é, pois, surpreendente que escolhessem um título para sua declaração que, ao mesmo tempo, evocasse um grande predecessor revolucionário e evitasse o perigo de confusão com um grupo cujo “socialismo” parecia não ser mais do que um humanitarismo insípido.

Nesse sentido, dizer “comunista” significava, à época da publicação do manifesto, negar “socialista”, que se inscrevia na ordem do não dizível para os sujeitos comunistas.

Para além da constituição, a formulação do título com emprego do adjetivo “comunista” também é produtiva para a nossa análise. Pensando junto com Esteves (2018), que se debruçou sobre o uso de gentílicos (adjetivos) no título de enciclopédias brasileiras, podemos afirmar que designar o *Manifesto [do Partido] Comunista* de “comunista” produz uma polissemia constitutiva. Em outras palavras, o *Manifesto [do Partido] Comunista* pode ser, a

um só tempo, obra de comunistas, para comunistas e sobre o comunismo.⁴

No entanto, é importante destacar que o *Manifesto [do Partido] Comunista* não se chamava inicialmente “comunista” — o que só viria a acontecer a partir do ano de 1872 —, mas “do Partido Comunista”. No lugar de um sintagma adjetival, um sintagma preposicional de valor adjetival. Para um gesto de análise dessa formulação, convém ter em mente que o *Manifesto [do Partido] Comunista* foi encomendado a Marx e Engels pela Liga dos Comunistas, organização operária secreta, em novembro de 1847. Nesse período, de acordo com Coggiola (2010, p. 9), acreditava-se “que a Europa estava às vésperas de uma revolução”. Em carta endereçada a Marx no fim de janeiro de 1848, a direção da Liga dos Comunistas intitula a obra de *Manifesto do Partido Comunista* (apud COGGIOLA, 2010, p. 9). Por fim, quando o panfleto é lançado pela primeira vez, não o é sob a assinatura de Marx e Engels, que só são creditados na edição inglesa de 1850.

Não pretendemos, com essa breve exposição, explicitar a gênese do manifesto, pois não há início nem fim quando se trata de discurso. Tampouco é nosso objetivo encontrar as intenções de Marx e Engels ou da Liga dos Comunistas. O que fazemos é chamar a atenção para as condições de produção desse objeto discursivo, que o colocam na perspectiva de um discurso institucional, o que determinaria esse movimento de intitulação. Nesse sentido, o manifesto é *do Partido Comunista* porque é significado pelo discurso institucional, o que levará à inscrição da obra na memória institucional, ou memória de arquivo, da Liga dos Comunistas. Voltando ao prefácio à edição inglesa de 1888, Engels escreve:

⁴ Vale a ressalva de que, com a radicalização do socialismo na segunda metade do século XIX, também podemos dizer que o discurso político inscrito nessa materialidade passa a ser comunista e socialista. Assim, numa espécie de paráfrase, o *Manifesto [do Partido] Comunista* passa a ser produzido por comunistas/socialistas, para comunistas/socialistas e sobre o comunismo/socialismo.

Sequência discursiva 2 (SD-2)

O *Manifesto* foi publicado como plataforma da Liga dos Comunistas, associação de operários no princípio exclusivamente alemã e mais tarde internacional, que, nas condições políticas do continente anteriores a 1848, era inevitavelmente uma sociedade secreta. No Congresso da Liga, realizado em Londres em novembro de 1847, Marx e Engels foram incumbidos de escrever para fins de publicação um completo programa, teórico e prático do partido. (MARX; ENGELS, 2010, p. 74-75, grifo do autor).

Estaria em jogo a função enunciativa de porta-voz:

O cumprimento dessa função ocorre tanto para que o grupo, em nome do qual se fala, venha a ter uma legitimidade ainda inexistente, em construção ou em contínua necessidade de provação, dando-lhe, supostamente, voz, quanto para que, na condição de *representante legítimo* de um grupo ou movimento já instituído e/ou socialmente legitimado e reconhecido como tal, faça circular uma voz de autoridade. (LARA, 2020, p. 236, grifo da autora).

Ao serem incumbidos, no segundo congresso da Liga dos Comunistas, de redigir o *Manifesto [do Partido] Comunista*, Marx e Engels foram eleitos representantes legítimos da organização. Mas, dado o apagamento do crédito de autoria na primeira edição, somos levados a pensar que o foram da porta para dentro. Marx e Engels são autoridades no interior da Liga. Da porta para fora, a produção do efeito de uma autoria institucional serviu para projetar a imagem de consenso e unidade na luta ideológica.

Ao mesmo tempo, Juciele Dias (2009) chama a atenção para a injunção da função-autor sobre o título, uma vez que o título produz um efeito de representação do texto: seria seu nome, “que regularia e direcionaria a interpretação do texto como se houvesse entre título e texto um vínculo natural, intrínseco e não afetado pela exterioridade, pelas condições de produção, constituído de um gesto de interpretação da função autor” (DIAS, 2009, p. 30). Por essa lente, a intitulação *Manifesto do Partido Comunista* por injunção

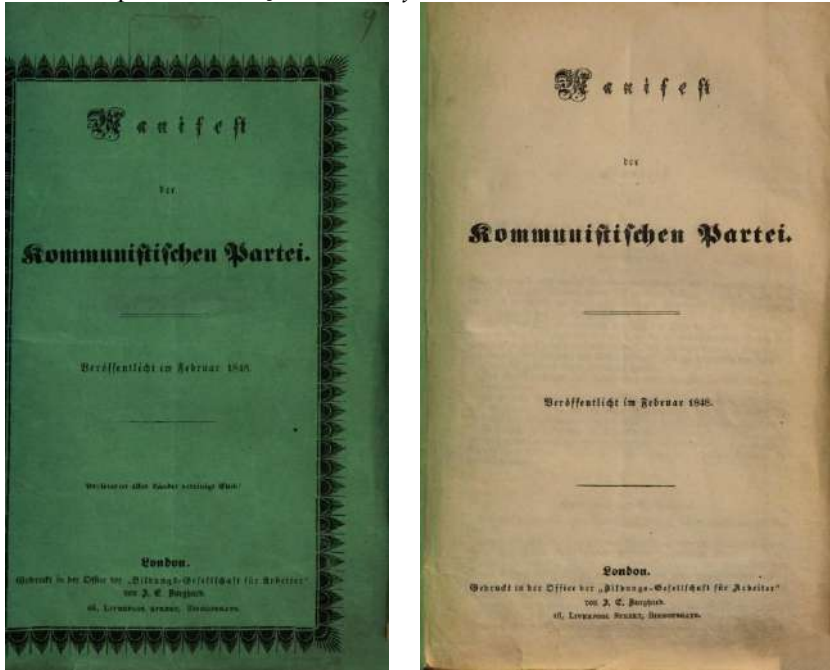
da Liga do Comunistas teria determinado o apagamento da autoria empírica.

A determinação do título também seria histórica. Gérard Genette (2009 [1987]) demonstra que esse efeito de representação do texto é materializado linguisticamente por meio de dois regimes: o remático, que designa o funcionamento discursivo (sermões, anais, diário, autobiografia, dicionário, entre outros); e o temático, que designa o tema. Em outras palavras, o título remático corresponde ao “Este livro é...”, e o título temático, ao “Este livro fala sobre...”. Genette (2009 [1987], p. 83, grifos do autor) continua:

Isso nos leva aos títulos mistos, isto é, que trazem, claramente separados, um elemento remático (no mais das vezes genérico) e um elemento temático: *Tratado da Natureza Humana, Ensaios sobre o Entendimento Humano, Estudo de Mulher, Retrato de Mulher, Introdução ao Estudo da Medicina Experimental, Contribuição para a Economia Política, Olhares sobre o Mundo Atual* etc. Todos os títulos desse tipo começam por uma designação do gênero e, portanto, do texto, e continuam por uma designação do tema. Essa fórmula eminentemente clássica, e de grande precisão, era empregada sobretudo em obras teóricas.

Entendendo *do Partido Comunista* como o componente temático do título, diríamos que o efeito de institucionalidade é reforçado. Além disso, ele é presentificado visualmente, na capa da primeira edição. Nesse sentido, como nos interessamos, na História Discursiva dos Livros, não só pela materialidade verbal, mas também pela não verbal, entendemos ser relevante trazer a capa e a folha de rosto (Figuras 1 e 2) como materialidades para análise.

Figuras 1 e 2 — Capa (à esquerda) e página de rosto (à direita) da primeira edição do *Manifesto [do Partido] Comunista*⁵



Fonte: Münchener Digitalisierungszentrum, Bayerische Staatsbibliothek.

Queremos começar pela formulação visual do título, “*Manifest der Kommunistischen Partei*” (“Manifesto do Partido Comunista”). A composição consiste no isolamento dos itens “Manifest”, “der” e “Kommunistischen Partei”. O primeiro recebeu um tipo; os dois últimos, outro, com a ressalva de que o artigo definido “der” foi composto em corpo diminuto e, potencialmente, imperceptível ou indistinguível à distância. Ainda, o significante “Kommunistischen

⁵ Em tradução assistida por computador, “Manifesto // do // Partido Comunista // Publicado em fevereiro de 1848 // Proletários de todos os países, uni-vos! // Londres // Impresso no escritório da ‘Sociedade de Formação dos Trabalhadores’ // por J. E. Burghard // Liverpool Street, 46, Bishopsgate”, em que as barras duplicadas representam quebra de linha.

Partei” é diagramado no centro óptico⁶ da folha, o que lhe confere mais destaque em relação aos outros componentes da capa e da página de rosto. Na ausência do crédito da autoria empírica, isso causa uma leitura em que “Kommunistischen Partei” é entendido não como parte integrante do título, mas como a evidência de autoria — e, em consequência disso, como aparentemente do caso nominativo em vez do genitivo, por conta do corpo do artigo “der”.

Ao mesmo tempo, o apagamento do crédito de autoria pode causar um efeito-leitor de busca por antropônimos que possam sê-lo, como “von J. E. Burghard” (“por J. E. Burghard”), possivelmente o autor, mas, na verdade, o tipógrafo-impressor. A capa de edições posteriores, mesmo que preserve o título “original”, não produz o mesmo efeito por creditar o manifesto a Marx e Engels.

Com a disseminação das ideias comunistas pela Europa nas décadas seguintes, assim, podemos pensar na passagem de um significante que nomeia uma organização (“do Partido Comunista”) para outro que designa uma classe, uma identificação política (“comunista”): o proletariado — que inclusive é nomeado na capa, na epígrafe “Proletarier aller Länder vereinigt Euch!” (“Proletários de todos os países, uni-vos!”) e comparece, pela via do interdiscurso, em outros significantes, como “Arbeiter” (“Trabalhador”).

Em segundo lugar, a composição da datação “Veröffentlicht im Februar 1848” (“Publicado em fevereiro de 1848”) perto do centro geométrico da folha, portanto em destaque, produz um efeito de atualidade. Efeito que nos parece ser reforçado pelo

⁶ Conforme Thiago Cesar Teixeira Justo (2017, p. 81), o “centro geométrico de uma página é o centro matemático, isto é, aquele determinado pelas diagonais que partem dos vértices da página. [...] Todavia, o ponto de maior atenção de uma página não se encontra no seu centro geométrico, mas no seu centro óptico. [...] Portanto, o primeiro ponto de atenção, aquele mais evidente para a óptica, é o primeiro a ser percebido pelo leitor de uma página. Localizado um pouco acima do centro geométrico, o centro óptico tem sua altura determinada pela relação entre a altura e a largura da página”.

encaixe da frase nominal “Veröffentlicht im”, já que a prática dominante na tipografia europeia era formular o ano ou, mais especificamente em publicações periódicas, o mês e o ano. A determinação dessa formulação verbal e visual viria da conjuntura revolucionária: enunciar a atualidade do manifesto incidiria, assim, sobre a produção de sentidos nele.

Além disso, é interessante observar que a capa é uma reprodução quase exata da página de rosto (Figura 2), onde tradicionalmente figuram os dados bibliográficos. Segundo Emanuel Araújo (2008 [1986]), esse tipo de reprodução já era uma prática entre os livreiros setecentistas e se consolidou no século posterior na forma do que conhecemos até os dias atuais como brochura, com a diferença de que, no século XIX, o encapamento do miolo era feito com papel simples, o que condizia — como veremos mais à frente — com a formalização material efêmera da primeira edição do manifesto. O que diferencia capa e página de rosto, então, é a moldura e a referida epígrafe.

Similarmente a um prefácio (MEDEIROS, 2001), uma epígrafe, na sua função de abre-alas, reforça o efeito-autor de completude e homogeneidade, instituindo ao texto um início ilusório e delimitando seus sentidos. Mas não se trata aqui de qualquer epígrafe: é a frase derradeira do *Manifesto [do Partido] Comunista*. Frase que fora tornada a máxima da Liga dos Comunistas pouco antes da redação do manifesto:

O Congresso [da Liga] aprovou a publicação de uma revista, cujo único número apareceu em setembro de 1847, com o título de *Revista Comunista*. Nesse número é adotado, substituindo o antigo lema da Liga: “Todos os homens são irmãos”, aquele indicado por Engels seguindo sugestão de Marx, e que seria o grito de guerra com que se haveria de encerrar o *Manifesto*: “Proletários de todos os países, unidos”. (COGGIOLA, 2010, p. 12, grifos do autor).

Primeiramente, é importante historicizar os lemas “Todos os homens são irmãos!”, da Liga dos Justos, e “Proletários de todos os

países, uni-vos!”, da Liga dos Comunistas. Considerando que o lema, enquanto enunciado, funcionaria como um princípio norteador, a passagem de um para outro, acompanhada da renomeação da liga, é a materialização linguística de um processo de reconstituição teórico-política da organização. De acordo com Coggiola (2010), a liga identificou-se com várias discursividades do socialismo na década de 1840, o que tornava dizível o lema “original” e material o seu efeito de indistinção entre classe dominante e classe(s) dominada(s) e de projeção das dinâmicas sociais como da ordem familiar ou mesmo humanitária (“Todos os humanos são irmãos”), presentificado pelo significante “homens” e pela predicação “são irmãos”. O segundo lema, por sua vez, é produto da identificação — e renomeação — da liga com o comunismo e materializa a posição de classe no núcleo do vocativo, “Proletários”, e na oração principal, “uni-vos”.

Em outras palavras, é uma epígrafe autógrafa, porque escrita pelos mesmos autores empíricos do texto, mas também anônima, porque não creditada a nenhum deles. Além disso, é contraditória, se considerarmos, conforme Genette (2009 [1987]), que a epígrafe é um paratexto de origem externa à obra, ou seja, provém de outra obra, seja esta autógrafa ou alógrafa. Ora, se a cisão entre as posições-sujeito socialista e comunista à época — e o estatuto de discurso fundador do *Manifesto [do Partido] Comunista*, como veremos — foi determinante para a sua intitulação, podemos entender que ela também o foi para essa autocitação. Assim, por se tratar de um texto fundador, a epígrafe do manifesto só poderia provir... dele mesmo. Um efeito de origem.

Por outro lado, a ausência do crédito de autoria da epígrafe reafirma o efeito de institucionalidade antes sugerido. Isso também acontece com a própria formulação “Proletarier aller Länder vereinigt Euch!”. O emprego do vocativo “Proletarier aller Länder” nomeia um interlocutor e, seguido por uma ocorrência do caso acusativo que parafraseia o vocativo (“Euch”, que significa “vos”), marca a posição da qual o dizer é enunciado: a Liga dos Comunistas se dirige, sem se incluir, aos trabalhadores de todos os

países. Ainda, ao figurar na capa, e não na página de rosto — como acontecia em livros e periódicos do tempo —, a epígrafe produz o efeito de uma chamada, que é recoberta por um funcionamento de propaganda: nesse sentido, seria preciso uma síntese do texto para, de uma só vez, informar o leitor virtual do teor do manifesto e levá-lo à leitura do panfleto.

Ao mesmo tempo, esse enunciado reaparece como a última frase do panfleto. Seria idealismo nosso assumir que os sentidos são os mesmos. Como enunciado de abertura, ele evoca a institucionalidade: na nossa leitura, isso quer dizer que ela produz esse efeito para os integrantes da Liga dos Comunistas. Para os trabalhadores não organizados, o efeito seria de chamariz. Como enunciado de fechamento, ele apostaria na identificação do sujeito-leitor com o discurso comunista. Althusser já fez a mesma aposta, mas sobre o gesto de leitura d'*O capital*. Para o autor, a compreensão da obra-prima marxiana seria determinada pela posição de classe que o sujeito-leitor ocupa na formação social capitalista: aqueles sob a exploração capitalista direta ou indiretamente teriam a favor da compreensão a própria experiência; aqueles em posições menos proletarizadas precisariam revolucionar a própria consciência para superar a complexidade da leitura. Esteves e Medeiros (2017, p. 72, grifo dos autores) discutem a concepção althusseriana:

As condições materiais de existência incidem, assim, sobre as condições materiais de leitura. Diríamos, com a leitura de Althusser, não só que o proletário tem a experiência direta da exploração capitalista, mas que, ao se inscrever nas práticas sociais de explorado, de dominado, lhe seria mais possível o reconhecimento e a identificação com a descrição dessas condições de trabalho efetuadas n'*O capital*. Haveria, então, uma aproximação das condições de autoria e de leitura.

Acontece que tal imagem de um suposto poder transformador da leitura, originária da Revolução Francesa, é constitutiva do comunismo:

Tanto a história do livro como a da edição no mundo comunista estão estreitamente associadas à do projeto político e ideológico que sustenta o empreendimento político comunista. Este, inscrito diretamente na tradição das Luzes, associa desde as origens o saber com a emancipação política e social, prolongando assim a tradição do movimento operário socialista. O livro, sob suas diversas formas, deve servir à educação popular, contribuir para o despertar das consciências e apoiar o esforço de propaganda. (WOLIKOW, 2013, p. 313).

Tendo em mente essa constituição, o enunciado de fechamento produz um efeito de convocação. Instigado à leitura pelo enunciado de abertura, o sujeito-leitor só poderia sair do panfleto identificado com o discurso comunista. Tanto é que o enunciado de fechamento termina com um silêncio que só produz sentido após o gesto de leitura. Na capa, “uni-vos” levaria inevitavelmente à pergunta “A favor ou contra quem ou o quê?” por parte daqueles alheios ao discurso comunista. Na página 23 do panfleto, não é preciso evidenciar o complemento, pois só existe uma coisa *contra* a qual os proletários de todo o mundo devem se unir. E é interessante que o complemento pareça começar necessariamente por “contra”: talvez a determinação histórica de uma união a favor do comunismo seja justamente uma união vitoriosa contra o capitalismo.

Referências

- ARAÚJO, E. *A construção do livro*. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008 [1986].
- COGGIOLA, O. 150 anos do Manifesto Comunista. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 9-35.

DIAS, J. P. O lugar e o funcionamento do título pela obra de Mattoso Câmara. 2009. 94 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

ESTEVES, P. M. da S. Uma história discursiva dos gentílicos nos títulos das enciclopédias brasileiras. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SILVA SOBRINHO, H. F. da (org.). *Imaginário, sujeito, representações*. Recife: Editora UFPE, 2018, p. 131-141.

ESTEVES, P. M. da S.; MEDEIROS, V. O presente dura muito tempo. In: SOUSA, L. M. A.; GARCIA, D. A. (org.). *Ler Althusser hoje*. São Carlos: EdUFSCar, 2017, p. 71-90.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999 [1971].

GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Trad. Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê, 2009 [1987].

JUSTO, T. C. T. *Diagramação*. São Paulo: Senai-SP Editora, 2017.

LARA, R. M. Porta-voz. In: LEANDRO-FERREIRA, M. C. (org.). *Glossário de termos do discurso*. Campinas: Pontes, 2020, p. 235-240.

LASKI, H. O Manifesto Comunista de 1848. [1978]. Trad. Regina Lúcia F. de Moraes. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 169-229.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.

MEDEIROS, V. A constituição de um discurso fundador: o prefácio de Casa grande & senzala. *Rua*, Campinas, v. 7, n. 1, p. 107-126, 2001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640723/8264>. Acesso em: 20 mar. 2022.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso*. Campinas: Pontes, 2005.

WOLIKOW, S. História do livro e da edição no mundo comunista europeu. In: DEAECTO, M. M.; MOLLIER, J. (org.). *Edição e revolução*. Trad. Cláudio Giordano. Cotia, SP: Ateliê; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 313-331.

VIVA A PRINCESA: O DISCURSO SOBRE ISABEL NOS SAMBAS-ENREDO CARIOCAS ATRAVÉS DOS TEMPOS

Luciana Vianna do Nascimento¹

Introdução

O samba de enredo é um gênero musical cuja letra está atrelada à sinopse escrita pelo carnavalesco, ou enredista,² da escola, tendo uma melodia que propicia o canto e a dança em cortejo. Essa vertente do samba surgiu no início do século XX, quando compositores como Bide, Armando Marçal e Ismael Silva, oriundos da região do bairro do Estácio, perceberam que o samba amaxiado, que tinha em Sinhô o seu grande expoente, apresentava uma divisão rítmica que dificultava o canto e a evolução em cortejo. Diante desse problema, eles adaptaram a divisão do samba amaxiado, de modo que a melodia foi alongada e o ritmo foi cadenciado. Tais ajustes fizeram com que as canções fossem cantadas com mais facilidade quando entoadas nas apresentações em forma de cortejo. A nova linha de samba desceu

¹ Graduada em Letras na habilitação Português-Russo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora do Ensino Fundamental 2 na rede estadual de ensino e aluna da pós-graduação lato sensu em Leitura e Produção de Textos na UFF sob orientação da professora doutora Vanise Gomes de Medeiros. E-mail: lucianavianna85@gmail.com.

² No *Debate Arquibancada*, transmitido pela Rádio Arquibancada, João Gustavo Melo, convidado do programa e enredista da Unidos do Viradouro no Carnaval de 2023, disse que a contratação de um enredista deve ser um consenso entre o carnavalesco, que é o diretor geral do espetáculo que vai para Avenida, e a direção da escola, para que não haja ruído de comunicação durante o desenvolvimento do desfile. Feito esse acerto, uma das funções que o enredista pode exercer é o desenvolvimento da sinopse, em conjunto com o carnavalesco, e a elaboração do *Livro Abre-Alas*, publicação que traz informações mais detalhadas sobre o enredo de cada agremiação e o que será apresentado durante o desfile.

os morros da região do Estácio, consolidou-se nas agremiações carnavalescas fundadas no início do século XX, transformando-se naquilo que Luiz Antônio Simas (2010, p. 10) denominou como um gênero épico genuinamente brasileiro, que conhecemos como samba de enredo.

Até meados da década de 30 do século XX, as escolas de samba desfilavam com canções de temática livre e apresentavam mais de um samba durante o desfile. No verbete sobre sambas de enredo do *Dicionário da História Social do Samba*, Lopes e Simas (2017, p. 257) afirmam que as canções do gênero musical em questão falavam do próprio samba, da realidade dos sambistas e do meio ambiente. Porém, o impasse entre o poder público e as camadas populares urbanas, mais precisamente as comunidades negras, fez com que as escolas passassem a desfilar com apenas um samba, que era composto a partir de enredos que retratavam a história “oficial” do Brasil. Tais fatos são frutos de uma dupla intenção: do Estado, que desejava controlar as manifestações culturais ligadas às camadas populares urbanas, e da população negra do Rio de Janeiro, que almejava ser aceita socialmente, algo que garantiria a sobrevivência das escolas de samba.

Desse modo, não é difícil imaginar que a existência de uma infinidade de sambas inscritos em uma posição discursiva na qual os bandeirantes são retratados como heróis que desbravaram o interior do país, D. Pedro I como figura central do processo de Independência do Brasil e a Princesa Isabel como a redentora dos negros escravizados.

Ancorado na análise de discurso, o objetivo do presente artigo é realizar uma breve investigação de como a figura da Princesa Isabel comparece nos sambas de enredo das escolas de samba do Rio de Janeiro. Para isso, foram selecionados os sambas da Imperatriz Leopoldinense, de 1988 e 1989, e da Estação Primeira de Mangueira de 2019. Essa investigação faz parte da minha monografia de conclusão do curso de Especialização em Leitura e Produção de Textos, na qual serão aprofundados os assuntos abordados aqui.

Construção do corpus da pesquisa

Antes de analisarmos os sambas, é preciso falar como foi construído o corpus dessa pesquisa. Embora a determinação da UES (União das Escolas de Samba) sobre a obrigatoriedade da adoção de temas nacionais seja de 1938, período do Governo Vargas, a seleção de sambas para o presente estudo se inicia a partir de 1940 porque, antes da data mencionada, não foram encontrados registros de sambas de enredo que faziam qualquer tipo de menção à Princesa Isabel. As canções selecionadas, num primeiro momento, foram produzidas entre 1940 e 2022, pertencendo às agremiações que integram, ou já fizeram parte do grupo principal³ de desfile. Dentro desse recorte, encontramos quinze obras nas quais comparecem a figura da princesa Isabel.

Quadro 1 - Sambas de Enredo que mencionam a Princesa Isabel

Samba de Enredo	Escola de Samba	Ano
Assinatura da Lei Áurea	Unidos da Tijuca	1948
Exaltação à Princesa Isabel	Cada ano sai melhor	1948
Exaltação à redentora	Portela	1948
Treze de Maio	Unidos da Capela	1948
Exaltação à Princesa Isabel	Unidos de Bento Ribeiro	1956
Navio Negreiro	Acadêmicos do Salgueiro	1957
Brasil de Cabral a Pedro	Unidos da Capela	1958
Medalhas e Brasões	Império Serrano	1960
Epopéia de uma raça	Acadêmicos do Santa Cruz	1966
História da liberdade no Brasil	Acadêmicos do Salgueiro	1967
História do negro no Brasil (Sublime Pergaminho)	Unidos de Lucas	1968

³ Atualmente, as escolas de samba do Rio de Janeiro são divididas, hierarquicamente, em cinco grupos. O Grupo Especial é o grupo principal das agremiações. Os outros grupos são a Série Ouro, Série Prata, Série Bronze e o Grupo de Avaliação.

Conta outra que essa foi boa	Imperatriz Leopoldinense	1988
Liberdade, Liberdade abre às asas sobre nós	Imperatriz Leopoldinense	1989
Em nome do Pai e dos Santos, a Vila canta a cidade de Pedro	Unidos de Vila Isabel	2019
História para ninar gente grande	Estação Primeira de Mangueira	2019

Fonte: Acervo do site Galeria do Samba. Disponível em: <https://www.galeriadosamba.com.br/>. Acesso em: 15 set. 2021.

Para fins de análise, foram recortados da lista acima os sambas da Imperatriz Leopoldinense, de 1988 e 1989, e da Estação Primeira de Mangueira, de 2019. Essa escolha foi motivada pelo fato dessas obras apresentarem posições discursivas bem opostas em relação à Princesa Isabel. Desse modo, poderemos investigar quais são os sentidos atribuídos à filha de D. Pedro II nos sambas em foco. Outra hipótese a ser investigada é a de Isabel estar inscrita em uma formação discursiva colonialista e escravagista e se há rupturas em tal inscrição.

Como já foi exposto, a UES determinou o que podia e devia ser dito pelas escolas de samba, algo que se manteve mesmo com o fim da ditadura do Estado Novo. Consequentemente, as agremiações continuaram a cantar “alguns mitos cristalizados pela história ‘oficial’” (VIEIRA, 2019, p. 316), como, por exemplo, que a Princesa Isabel é a única protagonista da Abolição da Escravatura. A manutenção desse discurso não é somente fruto de uma mera imposição do regulamento dos desfiles, mas também do fato dos sujeitos que desenvolveram tais enredos, e compuseram os sambas, não terem tido contato com outras perspectivas da história do Brasil. Dessa maneira, podemos dizer que as pessoas em questão tiveram contato com uma historiografia que apresenta uma visão estereotipada dos negros escravizados, de modo que esses são retratados como passivos diante das condições sub-humanas em que viviam.

Sendo assim, foram silenciados os discursos que falavam da resistência negra durante o período da escravidão, como, por exemplo, a construção de Quilombos e a Revolta dos Malês. O apagamento desses movimentos, bem como dos seus líderes, comparece naquilo que Orlandi (2007) denomina como “política do silêncio”, ou seja, “uma maneira de silenciar vozes para significar isso e não aquilo” (BONFIM; DE JESUS, FELIX, 2019, p. 64). A especialista em análise de discurso também afirma que “a política do silêncio também se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2007, p. 73).

Análise dos sambas-enredo selecionados

Visto que muitos enredos levados para a Avenida pelas Escolas de samba retratam a Princesa Isabel como a principal responsável pelo fim da escravidão no Brasil, vale a pena falar sobre os epítetos dados à filha de D. Pedro II. Para isso, vejamos um trecho do samba da Imperatriz Leopoldinense para o carnaval de 1989:

A música encanta e o povo canta assim
Pra Isabel, a heroína
Que assinou a lei divina
Negro dançou, comemorou
O fim da sina⁴

Observando os dois primeiros versos do trecho do samba selecionado, já podemos dizer que, considerando um determinado contexto sócio-histórico, tratam-se de formulações permeadas de equívocos e que geram algumas questões: Que povo canta para

⁴ JURANDIR; JOIA, Preto; TRISTEZA, Niltinho; VICENTINHO. Liberdade, Liberdade, abre às asas sobre nós. In: G.R.E.S IMPERATRIZ LEOPOLDINENSE. *Sambas de enredo das escolas de samba do Grupo 1A: Carnaval 1989* [LP]. Rio de Janeiro: BMG Ariola, 1988.

Isabel? Quem considera a Princesa Isabel uma heroína? Quem elegeu a Princesa Isabel como heroína dos negros escravizados? Os negros promoveram algum tipo de movimento para libertar-se da escravidão? Que ações a “heroína” Isabel coordenou com o objetivo de integrar os negros à sociedade pós-abolição?

As questões levantadas acima denotam que, além de haver um equívoco em apontar a Princesa Isabel como a única responsável pela libertação dos negros escravizados, houve uma série de silenciamentos no que diz respeito à participação dos negros na luta pelo fim da escravidão no Brasil. Conforme diz Orlandi (2007, p. 68), esse silêncio não é algo físico, mas sim um silêncio que está no âmbito da história, aquele que reside no limiar do sentido e afeta a formação discursiva do sujeito.

Uma vez que a história de pessoas como Chico da Matilde, Luísa Mahin, Esperança Garcia, Manuel Congo, Luís Gama e Acotirene foram apagadas dos livros didáticos de História, podemos dizer que houve um silenciamento de um determinado discurso com o intuito de dar um direcionamento específico para as referidas publicações. Em outras palavras, os responsáveis por escrever a história “oficial”, isto é, aqueles que detém o poderio econômico, militar, político e educacional, apagaram, propositalmente, dos registros históricos as figuras que foram mencionadas no início do parágrafo. Isso porque, além de quererem propagar a ideia de que o povo brasileiro é pacífico, sabiam que a história dessas pessoas era “inspiradora demais para as camadas populares” e, por isso, foram consideradas “perigosas”. A consequência dessa “política do silêncio” é que muitos sujeitos não tiveram contato com outras posições discursivas, continuando a reproduzir a ideia de que a Princesa Isabel é a protagonista da Abolição da Escravatura.

O discurso de que a monarca era uma figura empática, bondosa e solidária ao sofrimento dos negros escravizados começa a ser questionado a partir da década de 80, quando teve fim a ditadura militar. No carnaval de 1988, a Imperatriz Leopoldinense levou para a avenida um enredo que apresentava questionamentos

à história ‘oficial’ do Brasil, como veremos, a seguir, o trecho do samba em que é questionada a relevância da Princesa Isabel no processo de libertação dos escravizados:

Cabral, ô Cabral
O esquema é de lograr... De lograr
De 71 com a realeza
Me mandou uma princesa
Que fingiu me libertar⁵

Os dois últimos versos do trecho selecionado coadunam-se com as perguntas feitas anteriormente, quando discutimos os equívocos provocados ao intitularmos a filha de D. Pedro II como a “heroína dos negros escravizados”. O discurso adotado no samba que a Imperatriz levou para a Avenida, em 1988, traz à luz sentidos que, por uma série de fatores sócio-históricos que já foram expostos neste estudo de caso, faziam parte do âmbito do não dito. Em outras palavras, a relevância da Princesa Isabel na luta pelo fim da escravidão no Brasil foi mínima, assim como ela não coordenou nenhuma ação para integrar os negros libertos à sociedade, para que esses não ficassem destinados à subalternidade.

Também é preciso considerar que a sinopse foi escrita por um sujeito cuja formação discursiva e ideológica é bem diferente daqueles que propuseram os enredos que originaram os alguns dos sambas já mencionados na tabela apresentada no início do artigo. Logo, podemos dizer que as escolas de samba não são constituídas apenas por uma formação discursiva que referenda a história “oficial”, mas sim um conjunto de posições discursivas que, por uma série de fatores sócio-históricos, algumas foram relegadas ao âmbito do não dito.

Apesar da aparição desse novo discurso sobre o papel da Princesa Isabel no movimento abolicionista, ele não reverberou a

⁵ CORRÊA, David; GABI; GUGA; KATIMBA, Zé. Conta outra que essa foi boa. In: G.R.E.S. IMPERATRIZ LEOPOLDINENSE. *Sambas de enredo das escolas de samba do Grupo 1 A: Carnaval 1988* [LP]. Rio de Janeiro: BMG Ariola, 1987.

ponto de gerar outros enredos que dessem origem a sambas que apresentavam uma visão crítica ao discurso de que a monarca foi a “heroína dos negros escravizados”, nem mesmo na Imperatriz Leopoldinense, que, em 1989, desfilou com um samba que exaltava a herdeira de D. Pedro II. Isso pode ser atribuído não somente à formação ideológica conservadora de muitas escolas de samba, mas também a uma série de problemas que a agremiação verde e branca enfrentou durante o desfile, como o não cumprimento do tempo limite para passar pela Marquês de Sapucaí. O resultado disso foi o rebaixamento da Escola, mas uma mudança no regulamento por parte da LIESA (Liga Independente das Escolas de Samba), manteve a Imperatriz no Grupo 1 A, hoje chamado de Grupo Especial.

O questionamento da relevância da Princesa Isabel na luta contra a escravidão voltou a ser temática de samba de enredo 31 anos depois do discurso crítico apresentado pela Imperatriz Leopoldinense. Em 2019, a Estação Primeira de Mangueira levou para avenida um samba cujo tema é “uma narrativa baseada em páginas ausentes” (VIEIRA, 2019, p. 313), o que, trazendo à luz da Análise de Discurso, fala de tudo que está no campo do não dito na história do Brasil e, conseqüentemente, foi silenciado e esquecido de maneira proposital. Os subalternizados e esquecidos pelo discurso oficial ganham voz e vez, como Dandara, esposa de Zumbi dos Palmares e Chico da Matilde, já mencionado neste estudo de caso, que era conhecido como o Dragão de Aracati:

Brasil o teu nome é Dandara
Tua cara é de cariri
Não veio do céu
Nem nas mãos de Isabel
A liberdade é um dragão no mar de Aracati⁶

⁶ DA CUÍCA, Manu; DOMÊNICO, Deivid; MÁXIMO, Luís Carlos. História para ninar gente grande. In: G.R.E.S ESTAÇÃO PRIMEIRA DE MANGUEIRA. *Sambas de enredo das escolas de samba do Grupo Especial: Carnaval 2019* [CD]. Rio de Janeiro: Universal Music, 2018.

As condições de produção do discurso que permeiam a obra em questão, do ponto de vista sócio-histórico, provocaram uma série de debates mesmo antes do samba ser escolhido para embalar o desfile da Mangueira em 2019. Em 2018, vivíamos uma escalada do pensamento conservador e autoritário, que culminou na eleição um militar reformado do exército para a presidência da república. Diante dessa condição, muitos se posicionaram contra o enredo e a escolha dessa obra para o desfile de 2019 sob a alegação que escola de samba não era lugar de discutir política nem de fazer enredo de “viés ideológico”.

Durante a transmissão da final da escolha do samba-enredo da Mangueira, Anderson Baltar, âncora da *Rádio Arquibancada*, ao ser perguntado por Luíse Campos se o samba de Domênico, Manu e Máximo teria o seu desempenho afetado pela troca de cantor na final, respondeu à jornalista que o maior de desafio da obra em questão não era subir ao palco com um cantor diferente, nem superar os sambas das parcerias de Lequinho e Hélio Turco. De acordo com Baltar, a maior dificuldade a ser enfrentada pela canção, que sagrou-se vencedora do concurso, era o momento político-partidário que o Brasil vivia em 2018. Isso porque, o presidente da agremiação verde e rosa, Chiquinho da Mangueira, havia sido eleito deputado estadual pelo mesmo partido do ex-governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, que era apoiador do candidato que foi eleito o 38º presidente do Brasil. Diante desse cenário, muitos, inclusive o próprio Anderson Baltar, temeram que o samba que foi para à Avenida não fosse escolhido, mesmo sendo favorito à vitória.

Sob a lente da Análise de Discurso, classificar o samba da Mangueira como uma canção de “viés ideológico” porque ele apresenta um discurso que vai de encontro ao que as escolas apresentaram, predominantemente, em termos de enredo e samba de enredo, é um equívoco. Isso porque, segundo Orlandi (2020, p. 45), não existe sujeito desprovido de ideologia, independente de qual ela seja. Logo, aqueles que defendem enredos que chancelam a história “oficial”, bem como o discurso de que carnaval é alegria

e entretenimento, não sendo o espaço para abordar temas de cunho sociopolítico ou sócio-histórico, também são portadores de uma ideologia, que, provavelmente, é de cunho conservador.

Conclusão

Embora não tenha sido feita uma análise de discurso detalhada sobre os sambas de enredo apresentados, já podemos dizer que, devido às negociações feitas com o poder público em troca de apoio financeiro e legitimidade social, a regimes autoritários com forte atuação da censura e à presença de sujeitos de formação ideológica mais conservadora, predominam, nos sambas de enredo, os discursos que colocam a Princesa Isabel sob os holofotes do protagonismo no processo de Abolição da Escravatura, em detrimento da luta dos quilombolas e povos originários. Contudo, como as escolas de samba acompanham tendências, o discurso que permeia do samba de enredo da Mangueira, de 2019, fez com que muitas escolas se voltassem para temas que antes eram silenciados, como a intolerância religiosa com os praticantes das religiões de matriz africana, a intelectualidade negra e temas que envolvem os povos originários.

Referências

BONFIM, Marco Antônio Lima do; DE JESUS, Fernando Santos; FELIX, Cristiane de Oliveira. A representação do negro em livros didático e paradidático: uma análise crítica de estereótipos raciais. *Travessias*, Cascavel, v. 11, n. 3, p. 54-71, set./dez. 2019. Disponível em: <http://www.unioeste.br/travessias>. Acesso em: 30 jan. 2023.

CORRÊA, David; GABI; GUGA; KATIMBA, Zé. *Conta outra que essa foi boa*. In: G.R.E.S. IMPERATRIZ LEOPOLDINENSE. Sambas de enredo das escolas de samba do Grupo 1 A: Carnaval 1988 [LP]. Rio de Janeiro: BMG Ariola, 1987.

DA CUÍCA, Manu; DOMÊNICO, Deivid; MÁXIMO, Luís Carlos. *História para ninar gente grande*. In: G.R.E.S ESTAÇÃO PRIMEIRA DE MANGUEIRA. Sambas de enredo das escolas de samba do Grupo Especial: Carnaval 2019 [CD]. Rio de Janeiro: Universal Music, 2018.

DEBATE ARQUIBANCADA: O SURGIMENTO DO MERCADO DE ENREDISTAS. Direção de Anderson Baltar e Chico Frota. Brasil: Rio de Janeiro, 2023. [ONLINE]. 1 vídeo (2h 19min). Publicado pelo canal Rádio Arquibancada. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WA7VjE9d6hw&t=1450s>. Acesso em 26 mar. 2023

FINAL DA MANGUEIRA – 13/10/2018. Direção de Anderson Baltar e Chico Frota. Brasil: Rio de Janeiro, 2018. [ONLINE]. 1 vídeo (3h 23min). Publicado pelo canal Rádio Arquibancada. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ARLg-PfCvcE&t=479s>. Acesso em: 2 fev. 2023.

GALERIA DO SAMBA. Site de informações sobre as Escolas de Samba do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://galeriadosamba.com.br/> Acesso em: 15 set. 2021.

JURANDIR; JOIA, Preto; TRISTEZA, Niltinho; VICENTINHO. *Liberdade, Liberdade, abre às asas sobre nós*. In: G.R.E.S IMPERATRIZ LEOPOLDINENSE. Sambas de enredo das escolas de samba do Grupo 1A: Carnaval 1989 [LP]. Rio de Janeiro: BMG Ariola, 1988.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. Texto e Autoria. In: _____; ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e Textualidade*. Campinas: Pontes, 2017.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antônio. *Dicionário da História Social do Samba*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MUSSA, Alberto; SIMAS, Luiz Antônio. *Samba de Enredo: História e Arte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. 13 ed. Campinas: Pontes, 2020.

_____. *Discurso e Leitura*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. *As formas do silêncio: No movimento dos sentidos*. 6 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

- _____. Análise de Discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy; _____ . *Discurso e Textualidade*. Campinas: Pontes, 2017.
- PÉCHEUX, Michel. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. 7 ed. Campinas: Pontes, 2015.
- VIEIRA, Leandro. *Estação Primeira de Mangueira: História para ninar gente grande*. In: *Livro Abre-Alas: Segunda-feira*. Rio de Janeiro: Liga Independente das Escolas de Samba, 2019, p. 307-390.

NO ALVO, AS ARMAS: O DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE A LEGISLAÇÃO (DES)ARMAMENTISTA NO BRASIL

Luciano Arêas do Nascimento¹

Introdução

No presente artigo, apresentamos um resumo do percurso teórico-analítico da dissertação de Mestrado '**Pátria Armada Brasil**: uma análise do processo discursivo sobre o (des)armamento em *O Globo*', defendida em janeiro de 2020. O objetivo principal deste trabalho acadêmico era compreender o processo discursivo formulado e posto em circulação (ORLANDI, 2012) pelo diário carioca *O Globo* sobre a legislação (des)armamentista no Brasil e, conseqüentemente, sobre a questão do controle de armas no Brasil.

A motivação desse trabalho surge de um incômodo com a cobertura jornalística sobre o primeiro decreto do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, que tratava da flexibilização das regras de posse de armas no Brasil, a lei nº 9.685/2019, assinado em 15 de janeiro de 2019. Em apenas 9 (nove) meses de mandato presidencial, Bolsonaro totalizou 8 (oito) decretos que versam sobre aquisição, cadastro, registro, porte e comercialização de armas de fogo e de munição no país. Esse conjunto de decretos era designado pela mídia pela denominação "decretos das armas".

Dentro da proposta teórica e analítica da Análise do Discurso Francesa ou Materialista, com os interesses de compreender os processos de produção de sentidos - e, conseqüentemente, de construção de evidências - no discurso midiático (particularmente, no discurso jornalístico) e de refletir sobre o papel do jornal na

¹ Mestre em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação da professora doutora Bethania Sampaio Corrêa Mariani. E-mail: lucianoareas@id.uff.br. Orcid: 0000-0001-5279-1156.

institucionalização de sentidos no cenário nacional, partimos da seguinte pergunta:

Como o jornal O Globo constitui em seu processo discursivo uma memória (discursiva) sobre a questão das armas no Brasil, ou seja, sobre a regulação ou o controle de armas de fogo no Brasil, atuando assim para a *cristalização de uma “memória de passado” e uma projeção de “memória de futuro”* (MARIANI, 1996) sobre o tema do (des)armamento no país?

Corpus

Após comentarmos sobre a motivação desta pesquisa e sua pergunta central, é hora apresentar o *corpus* trabalhado.

Em nossa empreitada para a elaboração da dissertação de Mestrado, compomos o *corpus* principal por trechos de reportagens e textos opinativos - tais como editoriais, colunas, artigos de especialistas e cartas de leitores, publicados entre dezembro de 2003 e maio de 2019, pelo jornal carioca, relacionados ao tema do (des)armamento ou controle do uso de armas de fogo pela população brasileira. Esse recorte temporal engloba desde a notícia da sanção da lei nº 10.826/2003, também conhecida como o Estatuto do Desarmamento, em dezembro de 2003, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e sua repercussão midiática, até o noticiário sobre a série de decretos assinados por Jair Bolsonaro, entre janeiro e setembro de 2019, também propagados pela mídia sob a denominação ‘decretos das armas’.

Além disso, pela complexidade do tema, elaboramos um *corpus* secundário (MARIANI, 1996, p. 53), composto por variados tipos de publicações, impressas e digitais, sobre o tema das armas no Brasil.

A formulação das sequências discursivas que compõe o nosso *corpus discursivo* (FUCHS e PÊCHEUX, 1975) foi feita a partir da pesquisa do arquivo disponibilizado no acervo digital do jornal O Globo. Para isso, como forma de entrada nesse arquivo, para a

seleção das sequências ou recortes discursivos, partimos de palavras-chave como: “armamento”, “desarmamento”, “armas”, “armas de fogo”, “estatuto do desarmamento”, “referendo das armas”, “decretos das armas”.

Desse modo, recortamos as sequências discursivas, a partir de nosso gesto de análise acerca do mais ilustrativo do processo discursivo sobre o controle do uso de armas pela população no Brasil, formulado e posto em circulação pelo jornal *O Globo*.

Destacamos ainda que, em nosso gesto de análise, buscamos refletir sobre a historicidade que constitui esse arquivo jornalístico de *O Globo*, sobretudo sobre suas possibilidades e delimitações de significação sobre o controle das armas de fogo em território brasileiro. Ou seja, trata-se de olhar como o jornal *O Globo*, na construção de seu arquivo sobre o tema, a partir de sua linha editorial e dos interesses político-econômicos e empresariais envolvidos, institucionaliza sobre a questão das armas e suas possibilidades de sentido.

Desse modo, tentamos englobar a ideia de constituição de uma memória social pelo discurso jornalístico, além de buscar a compreensão de quais sentidos são constituídos de forma a produzir evidências ou, em contrapartida, apagamentos no fio discursivo textualizado no jornal pesquisado como possibilidades (ou não) de significação sobre o controle de armas no país.

A construção teórica

Além do uso de conceitos basilares da Análise do Discurso, tais como Formações Ideológicas, Formações Discursivas, Formações Imaginárias, Condições de Produção, Interdiscurso/Memória Discursiva, centramos a nossa jornada em conceitos como *discurso sobre*, a partir de Mariani (1996), bem como de *acontecimento jornalístico*, tal como formulado por Dela-Silva (2008, 2011, 2015), como prática discursiva.

Para fins de esclarecimento, conforme Mariani (1996), os *discursos sobre* são aqueles que:

[...] atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os *discursos sobre* são intermediários, pois ao *falarem sobre* um discurso de (discurso-origem), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor. (MARIANI, 1996, p. 64)

Como uma modalidade de *discurso sobre*, o discurso jornalístico produz um efeito de distanciamento do mundo relatado, tornando-o um objeto observável. Para lograr esse efeito, projeta-se a imagem do jornalista como um observador imparcial, que meramente reporta os fatos cotidianos. Desse modo, formula-se como transparente, o que é do campo de uma construção discursiva articulada pelo jornalista e pelo veículo ao qual este se vincula. Consequentemente, vela-se a construção ideológica sobre o mundo que aparece relatado nas páginas do órgão de Imprensa.

A partir de uma posição enunciativa conferida à imprensa historicamente por efeitos de informatividade e objetividade, a prática discursiva constitutiva do discurso jornalístico apaga o gesto de interpretação para a constituição do noticiado, instituindo como transparentes, ou seja, óbvios, determinados sentidos sobre a realidade.

Do gesto de interpretação do que se configura como “acontecimento jornalístico” (DELA-SILVA, 2008, 2015), cada jornal constitui a seu modo um arquivo sobre aquilo que é noticiado, e faz circular uma memória ligada à sua maneira de interpretar cada acontecimento. Consequentemente, confere materialidade a possibilidades futuras de significação sobre os assuntos noticiados.

Como teoriza Dela-Silva em seus trabalhos, como prática discursiva, o acontecimento jornalístico está vinculado ao gesto de interpretação do jornalista e do veículo jornalístico ao qual se

vincula sobre o que é digno de ser relatado, constituído como de interesse do leitor e, conseqüentemente, apresentado nas páginas do jornal, nas ondas do rádio, no noticiário televisivo, ou então, nas mídias sociais.

Segundo essa autora, o “acontecimento jornalístico” não é um fato em si, mas um “acontecimento para o jornalismo ou um acontecimento para a grande mídia considerado relevante pela própria imprensa” (DELA-SILVA, 2008, p. 16). Ou seja, o “acontecimento jornalístico” é um recorte da realidade, vinculado ao gesto interpretativo do jornal, do que se configura como noticiável e, ao mesmo tempo, produz uma filiação de sentidos sobre esse acontecimento.

Como prática social, o discurso jornalístico delinea arquivos sobre a atualidade, delimitando os processos de significação sobre os assuntos cotidianos e o que se configura como tema de discussão no cotidiano. Ou, como afirma Dela-Silva (2011, p. 235), “participam da constituição de um saber sobre um dado momento histórico, ao constituir memória ou silenciar sentidos.

Algumas regularidades

A partir da leitura do jornal e da constituição do nosso gesto de análise, depreendemos no funcionamento do discurso jornalístico em *O Globo*, certas regularidades textuais, ou marcas linguísticas. Para este artigo, elencamos as seguintes:

a) DADOS ESTATÍSTICOS: Recorrente no noticiário sobre o (des)armamento, a utilização de números e dados estatísticos constitui um efeito de cientificidade pelo jornal carioca na validação de argumentos em prol do desarmamento da população brasileira.

Os dados estatísticos (cf. MARIANI, 1996) em discurso jornalístico funcionam produzindo efeitos de veracidade e de objetividade, e, geralmente, são apresentados de forma a didatizar o mundo. A partir dos números é formulada como evidência pelo jornal *O Globo* uma eficácia de uma legislação associada a um

movimento anti-arma para a solução da violência e da segurança pública. Abaixo seguem alguns exemplos em sequências discursivas (SDs):

SD1: Mortes por armas caem pela 1ª vez em 13 anos. **Redução em 2004 foi de 8,2% e, em relação a 2003**; para o governo, queda é resultado da campanha de desarmamento.

(03/09/2005 – Editoria O País – p. 10)

SD2: **Segundo o Mapa da Violência, entre 2004 e 2014**, considerando o ritmo de crescimento dos homicídios por armas de fogo, **a legislação impediu a morte de 133 mil pessoas**, sem levar em conta os feridos que pressionam a assoberbada rede pública de saúde.

b) FALA DE AUTORIDADE: É um modo de textualizar um enunciado de credibilidade a partir da fala de um “outro”, que fala de uma posição sujeito reconhecida como autorizada a constituir formulações sobre o tema. Dessa forma, são apoiados argumentos da enunciação do jornal no saber notório de uma autoridade reconhecida em um certo domínio de conhecimento (exemplos: estudioso ou personalidade jurídica)

Observa-se que *O Globo*, em seu processo de didatização do noticiário do controle de armas, mobiliza a voz das autoridades como recurso para explicar determinados meandros da lei, em conformidade com a linha ideológica do jornal.

Exemplos:

SD3: - O decreto presidencial quer modificar o conteúdo do Estatuto do Desarmamento, enquanto deveria apenas regulamentá-lo. **Um decreto não pode ampliar as fronteiras de uma lei. No direito, isso é considerado uma ilegalidade passível de contestação – afirmou o advogado criminalista e professor da Escola de Direito do Brasil (EDB João Paulo Martinelli.**

SD4: **O professor de Direito da Uerj Rodrigo Brandão ressalta que um decreto é inferior a uma lei. Para ele, o texto editado pelo chefe**

do Executivo até pode regulamentar, esclarecer ou concretizar uma lei, mas deve respeitar seus limites :

- A premissa do estatuto é que o porte de arma é perigoso. Então deve se restringir a situações de necessidade, pelo risco de atividade profissional, ou à integridade física. O próprio nome sugere a excepcionalidade do porte, é o Estatuto do Desarmamento. O decreto é uma violação ao espírito da lei.

(11/05/2019 – Editoria O país – p. 06)

c) MODALIZAÇÃO VERBAL + INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO: Bastante recorrente no noticiário formulado pelo jornal impresso estudado, a repetição da fórmula composta por verbos modais (exemplos: poder, dever) em associação com estruturas de indeterminação do sujeito (exemplo: o uso do pronome indefinido “quem”) ressoa um efeito de obrigatoriedade por parte do leitor a determinadas condutas perante uma representação imaginária do universo jurídico, constituída sob a ótica do *discurso sobre* em circulação nas páginas de *O Globo*.

Em seu funcionamento, a modalização insere o sujeito leitor na posição de sujeito jurídico, cujos atos são delimitados por deveres impostos para a identificação/significação do indivíduo como sujeito cidadão na sociedade civil. Isso ocorre, por exemplo, em:

SD5: Quem quiser sair armado de casa a partir de hoje deve pensar duas vezes antes de fazer isso, pois estará sujeito à mais dura legislação antiviolença já elaborada no país.

(23/12/2004, Capa)

Na sequência acima, transcrita de chamada de capa de *O Globo*, escrita à época da publicação do Estatuto do Desarmamento no Diário Oficial da União, a oração substantiva subjetiva “Quem quiser sair armado” funciona pela indeterminação do sujeito, fignando todos aqueles que se enquadram nesta definição a estarem alertas às implicações legais.

A locução verbal “deve pensar” estabelece como efeito uma necessidade de tomada de posição daquele que quer portar uma

arma pelas ruas, na medida em que, a partir da publicação do Estatuto, estará sujeito a novas regulações jurídicas.

Em outra sequência, relativa à campanha de desarmamento promovida em 2004, repete-se o mesmo funcionamento:

SD6: As armas sem registro **deverão ser entregues** ao governo pelos proprietários até 23 de dezembro, como prevê a anistia de seis meses fixada no Estatuto do Desarmamento. **Quem perder o prazo**, que já está sendo contado desde o dia 23 de junho, **estará sujeito a punições que vão de um a seis anos de prisão e multa**. A prisão por porte ilegal é inafiançável.

- **Quem for pego com arma em situação irregular** depois do prazo estabelecido por lei **será preso** – afirmou o coordenador-geral substituto de Defesa Institucional da PF, Valdinho Jacinto Caetano. (15/07/2004 – Editoria O País – p. 10)

Nesta sequência, com a locução verbal iniciada pelo flexão do verbo *dever*, a saber, “deverão ser entregues”, é trazido um efeito de obrigatoriedade à entrega das armas sem registro. Em seguida, com as orações substantivas subjetivas “Quem perder o prazo” e “Quem for pego com arma em situação irregular”, convocam-se todos aqueles que se veem inscritos nesta situação a se associarem a um assujeitamento às consequências da lei, apresentadas no fio discursivo no uso da voz passiva analítica (*ser*, *estar* + particípio) no futuro, conforme as expressões “estará sujeito a punições que vão de um a seis anos de prisão e multa” e “será preso”.

Considerações finais

Na observação do processo discursivo do jornal *O Globo*, verificamos que há a ocorrência de uma didatização sobre o controle do uso de armas no Brasil. Como forma de conter a dispersão de sentidos sobre o acontecimento jornalístico, e, por assim dizer, os matizes de significação sobre a temática do (des)armamento no país, o periódico carioca simplifica em seu gesto interpretativo a zona de conflito ideológico entre dois polos.

Essa polarização ou dicotomização é constituída de forma pasteurizante e simplificada como uma luta entre o bem e o mal, configurados respectivamente pelas representações imaginárias dispostas nas figuras dos desarmamentistas e armamentistas.

Além disso, há uma simplificação da discussão sobre o controle do uso de armas no espectro do combate à violência ou melhoria de ações na área de segurança pública. Sob a dispersão de sentidos, dada a natureza complexa da temática, a avaliação do confronto ideológico entre os defensores e os críticos à flexibilização da legislação de armas no Brasil também deveria envolver a reflexão sobre questões da educação, da economia, da administração pública, da saúde, da cultura, só para citar alguns setores que sofrem impacto ou nos quais ressoam os processos de constituição de sentidos sobre o controle do uso de armas em nossa formação social.

Acreditamos na importância teórica e política no estudo da abordagem do discurso jornalístico sobre a temática do controle do uso de armas pela população no Brasil, particularmente pela Análise do Discurso Materialista. Observamos um confronto político-ideológico que apresenta uma fonte significativa de trabalhos sobre o assunto, às luzes da proposta teórica-analítica de Pêcheux, Orlandi e tantos outros teóricos que se dedicam a essa linha de análise discursiva.

Com este artigo, esperamos ter cumprido nosso papel como analistas do discurso, pensando a ideologia a partir do discursivo, em sua materialidade na língua.

Referências

DELA-SILVA, S. e DIAS, J. Felicidade, um arquivo. Sobre a noção de arquivo e o seu funcionamento no discurso da/na mídia. In: INDURSKY, F.; FERREIRA-LEANDRO, M.C.; MITTMANN, S. (org.). *Análise do discurso: dos fundamentos aos desdobramentos* (30 anos de Michel Pêcheux). Campinas, SP: 2015. pp. 123-136.

DELA-SILVA, S. *O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia*. Campinas, SP, 2008. 225f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos de Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2008.

_____. *(Des)construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia*. In: FLORES, Giovanna et al. (org.). *Análise de discurso em rede: cultura e mídia*. Vol. 1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. pp. 213-232.

_____. *Discurso, arquivo e saber: a mídia na constituição de arquivos na atualidade*. In: MARIANI, Bethania et al (org.). *Discurso, arquivo e...* Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. pp. 234-244.

_____. *Sobre a mídia e os seus arquivos: o sujeito mulher como acontecimento jornalístico*. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso (7.: 2015 out 13-16: Recife, PE). Anais do VII – *Seminário de Estudos em Análise do Discurso* [recurso eletrônico]/ [Comissão Organizadora: Evandra Grigoletto e Fabiele Stockmans De Nardi]. Recife, PE: SEAD, 2016. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/7SEAD/SIMPOSIO03/SilmaraDelaSilva.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2019.

FUCHS, C.; PÊCHEUX, M.. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975), In: GADET, Françoise & HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. pp. 159-245.

MARIANI, B. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Campinas, SP, 1996. 256f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos de Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 1996.

_____. *Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – A Revolução de 30*. In: INDURSKY, F.; FERREIRA-LEANDRO, M.C. (org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999. pp. 102-121.

NASCIMENTO, L.A. *Pátria armada Brasil: uma análise do processo discursivo sobre o (des)armamento em 'O Globo'*. 2020. 116 f.

Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

ORLANDI, E. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

O FUNCIONAMENTO DO SIGNIFICANTE “FAMÍLIA” NO DISCURSO JURÍDICO

Luciano Arêas do Nascimento¹

Palavras iniciais

O presente artigo é constitutivo de um gesto inicial de análise sobre o funcionamento discursivo do significante ‘família’ no discurso jurídico, formulado e posto em circulação por textos legais, dentre eles, leis, decretos, orientações normativas, jurisprudência, doutrinas, entre outros relacionados ao universo do direito de família/das famílias no Brasil.

Esse gesto de análise faz parte de um projeto de tese de doutorado, cuja proposta de estudo está filiada à Análise do Discurso Francesa ou Materialista. Assim sendo, este artigo e demais textos teórico-analíticos a serem produzidos surgem da proposta de deter o olhar sobre as práticas discursivas presentes na ordenação jurídica sobre o assunto, bem como de refletir sobre as formas como se constituem, se formulam e circulam determinados efeitos de sentido e, conseqüentemente, de identificação do sujeito com o termo “família” e outras denominações vinculadas. Desse modo, é fundamental apresentar algumas perguntas norteadoras:

a) Quais efeitos de sentido sobre família se materializam no cenário jurídico nacional?

b) Como se constituem pelo discurso jurídico a delimitação de formas de identidade e significação dos sujeitos, bem como do reconhecimento de direitos e deveres referentes à família em nossa formação social?

¹ Doutorando em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação do professor doutor Phellipe Marcel da Silva Esteves. E-mail: lucianoareas@id.uff.br. Orcid: 0000-0001-5279-1156.

Como um trabalho em Análise do Discurso (A.D.), é importante destacar que não pretendemos fechar as discussões sobre o tema, mas sim propor um estudo sobre a articulação entre ideologia e língua, a partir de seu elo pelo discurso.

Para fins expositivos, a primeira parte deste artigo delimita alguns conceitos que serviram como ponto de partida de nosso gesto de análise. Logo, depois, na segunda parte, são apresentadas as análises de algumas sequências ou recortes discursivos, descrevendo-se um pouco sobre algumas regularidades verificadas.

Os recortes apresentados pertencem a trechos do Código Civil de 1916, bem como de algumas das Constituições Federais promulgadas ou outorgadas após esse Código. São elas: as constituições de 1934 (Segunda República), 1937 (Estado Novo), 1946 (Restauradora), 1967 (Regime Militar) e 1988 (Constituição Cidadã).

Alguns conceitos

Aparelhos ideológicos de Estado (AIE)

Iniciamos nossa teorização pela apresentação do conceito de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), formulado por Louis Althusser (1970 [1980]), para pensarmos em um primeiro momento o universo jurídico com um AIE e sua influência em nossa formação social.

Em sua obra *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado* (1970 [1980]), Althusser postula que o Estado mantém as condições de reprodução das relações de produção e, em última análise, das relações de exploração/dominação da classe dominante (ALTHUSSER, 1970, p. 56), por dois tipos de aparatos: os Aparelhos Repressivos de Estado (ARE) e os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE).

Em essência, segundo o autor, os Aparelhos Repressivos de Estado ou, simplesmente, Aparelhos de Estado, funcionariam prioritariamente pela repressão/violência (Exemplos: A

Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões) (ALTHUSSER, 1970 [1980], p. 54). Em contrapartida, os Aparelhos Ideológicos de Estado seriam um conjunto de instituições que, dentro das suas especificidades atuam majoritariamente na manutenção ideológica das condições de reprodução das relações sociais de produção e, conseqüentemente, das relações de exploração pela classe dominante (ALTHUSSER, 1980, p. 56).

Quando atua como Aparelho Ideológico do Estado (AIE), o AIE Jurídico atua em sua ideologia específica sob o seguinte paradoxo: o sujeito livre, de vontade, proprietário e responsável por suas “escolhas”, contudo, como exposto por Haroche (1984 [1992]), submetido simultaneamente às delimitações dos direitos e deveres que lhe são prescritos como universais pela lei (HAROCHE, 1984 [1992], p. 180).

Ou seja, dentro de sua especificidade como Aparelho Ideológico de Estado (AIE), o AIE jurídico, interpela/assujeita os indivíduos em sujeitos, pela construção como natural, transparente, a concepção de um sujeito livre e não determinado quanto a suas escolhas, mas, paradoxalmente, submetido à ordem da lei.

Forma sujeito da formação social capitalista: o sujeito de direito

Cada formação social, de acordo com determinações históricas, sociais e ideológicas, possui sua configuração de forma sujeito, que funciona como uma matriz de configuração das formas de identificação/interpelação dos sujeitos.

Em *Semântica e discurso* (1975 [2014]), Michel Pêcheux declara que a forma de interpelação/identificação do indivíduo em sujeito no modo capitalista é o *sujeito de direito*.

Nessa mesma obra, Pêcheux define o *sujeito de direito* como: “aquele que entra em relação contratual com os outros sujeitos de direito, seus iguais” (PÊCHEUX, 1975 [2004], p. 140), complementando que essa forma “sujeito” “é imposta por relações sociais jurídico-ideológicas” (*ibid.*, p. 145).

Corroborando com a formulação de Pêcheux, Claudine Haroche (1984 [1992], p. 162), explica que, sob essa forma “sujeito”, torna-se natural um sujeito livre e determinado, ou seja:

- Com liberdade de pensamento
- Livre exercício do senso crítico

Porém, paradoxalmente, este sujeito é subordinado à ordem jurídica que, pelo funcionamento do discurso jurídico constitui como evidente a universalidade e a neutralidade dos direitos e deveres formulados e posto em circulação a partir das leis.

Desse modo, apagando-se a determinação histórico-ideológico e social desse “sujeito livre”, o indivíduo assujeitado/interpelado/identificado sob a forma *sujeito de direito* torna-se dependente/escravo daquilo que lhe é determinado por força da Lei como um pré-construído sobre ele, visto como natural e universal. Desse modo, alimenta-se o senso comum de que “o direito serve para todos”.

Conforme citação de Haroche (1984 [1992]):

Ser sujeito de direito não é nada mais que ‘ser para a Lei’ [...] Isto não se dá sem consequências, se a própria ideia do sujeito-de-direito implica sobretudo e finalmente [...] que no universo das instituições centralistas não haja senão um só discurso possível e que ninguém possa avançar de rosto descoberto como tendo de fazer valer um desejo próprio. (HAROCHE, 1984 [1992], p. 158).

Discurso jurídico

A ideologia jurídica, interpellando/constituindo os indivíduos como sujeitos de direito, permite como forma sujeito a ilusão constitutiva de uma sujeito causa de si, responsável por seus atos e ações. Desse modo, por essa ideologia :

- Todos somos iguais,
- Todos somos livres

Contudo, por outro lado, ela subordina, limita esse mesmo sujeito, a direitos e deveres que são constituídos como naturais e universais para todos.

Como materialidade da ideologia jurídica, o discurso jurídico funciona sob o efeito de autonomia e igualdade entre os sujeitos, responsáveis pelos seus pensamentos e atos perante a lei, associada à construção da evidência da universalidade e da neutralidade das leis constituídas, como preconiza, por exemplo, Freda Indursky em seu livro *O discurso do/sobre o MST: movimento social, sujeito e mídia* (2019).

No artigo “A condenação de manifestantes nos protestos de 2013: considerações sobre o funcionamento do discurso jurídico” (2019), Flávio Benayon descreve que o discurso jurídico funciona sob:

- o apagamento das condições de produção heterogêneas na formulação das leis, ou seja, das relações históricas que as constituem, como se tivessem sido imputadas à existência humana de tal modo que não houvesse ou pudesse haver outro estado possível;
- o apagamento de sentidos e de posições sujeitos não vinculadas ao constituído como universal pela norma jurídica;
- O apagamento dos conflitos/disputas nas relações sociais, como constituinte do fazer jurídico, que representa imaginariamente a formação social como homogênea. (BENAYON, 2019, p. 40; 53)

Sequências discursivas

Após a exposição teórica, é chegado o momento da análise. Nas sequências discursivas a serem exibidas, tentaremos analisar como no fio discursivo há uma produção de significação sobre família, sob a determinação do que pode ser considerado como família e, conseqüentemente, delimitado como entidade familiar protegida por força de Lei. Isso representa, por exemplo, a divisão

entre aqueles que terão seus direitos garantidos e aqueles grupos que serão silenciados, apagados, em seus agrupamentos familiares.

Iniciemos então pela primeira sequência discursiva (SD):

SD1: “Criando a família legítima, o casamento legitima os filhos comuns, antes dele nascidos ou concebidos.

(Código Civil de 1916, art. 229)

Pelo sintagma nominal “família legítima”, integrando, por uma relação de determinação as palavras “família” (determinado) e “legítima” (determinante), a redação do Código Civil de 1916 inscreve como possibilidade de efeito de sentido como entidade familiar, pelo discurso jurídico, aquela originária da união matrimonial entre homem e mulher.

Nessa mesma sequência, a ordenação sintática estabelece uma relação de causa e consequência entre a oração subordinada adverbial causal em gerúndio “criando a família legítima” e a oração principal “o casamento legitima os filhos comuns” composta pela flexão do verbo legitimar no presente do indicativo. Consequentemente, sob determinadas condições de produção, formula-se por mecanismos linguísticos aquilo que à época poderia ser considerado por força de lei como entidades familiares, bem como os seus integrantes, para fins de proteção de direitos pela Justiça brasileira.

Sob um encadeamento parafrástico, as formulações de família apresentadas nas Constituições de 1934, 1937, 1946 e 1967, retomam o efeito de sentido identificado no Código Civil de 1916. A partir de orações adjetivas explicativas (aposto) e da estrutura VERBO SER + QUALIFICATIVO (seja com o particípio de um verbo ou com um adjetivo), é repetido o seguinte efeito de sentido: “A família defendida por lei é aquela constituída pelo casamento indissolúvel.”

Para ilustrar, vejamos as sequências:

SD2: A família, **constituída pelo casamento indissolúvel**, está sob a proteção especial do Estado.
(Constituição de 1934, art. 144; Constituição de 1937, art. 124, grifo nosso)

SD3: A família é **constituída pelo casamento de vínculo indissolúvel** e terá direito à proteção especial do Estado.
(Constituição de 1946, art. 163, grifo nosso)

SD4: Art. 175 – A família é **constituída pelo casamento** e terá direito à proteção dos Poderes Públicos.
§1º **O casamento é indissolúvel.** (Constituição de 1967, art. 175, grifo nosso)

Contudo, em seu fio discursivo, a constituição de 1988 representa uma ruptura na cadeia parafrástica anterior, materializando no texto legal, uma alteração no processo de significação sobre família.

SD5: Art. 226. A família, **base da sociedade**, tem especial proteção do Estado.

[...]

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, **é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar**, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º **Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.**
(Constituição de 1998, art. 226, grifo nosso)

A partir do sintagma nominal “base da sociedade”, configura-se no fio discursivo a constituição de efeitos de sentidos sobre família distintos aos materializados pela expressão “constituída pelo casamento”. Ao invés de associar a formação da família ao laço *matrimonianon dolor sit amet, blandit imperdiet diam. Donec eget est ullamcorper* justo laço matrimonial entre homem e mulher, abre-se a possibilidade no texto jurídico de serem abarcadas outras

entidades familiares anteriormente silenciadas em seu reconhecimento jurídico.

Conclusão

No gesto de análise empreendido nesse artigo, buscamos exemplificar como em seu funcionamento o discurso jurídico delimita o processo de significação do significante "família", evidenciando ou silenciando determinadas possibilidades de sentido. Pelos recortes trazidos, é formulado como evidente, dentro de determinadas condições de produção, determinado efeito de sentido sobre família, causando assim o silenciamento de outras possibilidades de significação.

Com uma definição X ou Y sobre família no texto legal, restringe-se a proteção do Estado brasileiro ao que é considerado digno de ser protegido por lei como família, através da constituição de uma entidade familiar como universal. A partir deste ente universal, os arranjos familiares são constituídos por lei. Caso não sejam contempladas nesse ente universal, as formações familiares correm o risco de serem ameaçadas e desprovidas de seus direitos pelo silenciamento jurídico.

No entanto, com bem alerta Benayon, em seu artigo de 2019 :

Ao compreender que o direito é histórico, surgindo a partir de relações econômicas e sociais determinadas, restitui-se a política como constitutivo do jurídico, de forma que é uma impossibilidade a sua pretensa universalidade, sobre a qual se sustenta o imaginário de justiça. (2019, p. 44).

Referências

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Presença e Martins Fontes, 1980;

BRASIL. [Constituição (1934)]. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)*. Brasília, DF: Presidência da República [2022]. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em 01 out 2022.

BRASIL. [Constituição (1937)]. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937*. Brasília, DF: Presidência da República [2022]. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em 01 out 2022;

BRASIL. [Constituição (1946)]. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)*. Brasília, DF: Presidência da República [2022]. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em 01 out 2022;

BRASIL. [Constituição (1967)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*. Brasília, DF: Presidência da República [2022]. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em 01 out 2022;

BRASIL. [Constituição (1998)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1998*. Brasília, DF: Presidência da República [2022]. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 01 out 2022;

BRASIL. *Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916*. Instituiu o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República [2022]. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3071impressao.htm>. Acesso em 01 out 2022;

BRASIL. *Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República [2022]. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm#art2045>. Acesso em 01 out 2022;

BENAYON, F.R. A condenação de manifestantes nos protestos de 2013: considerações sobre o funcionamento do discurso jurídico. In: ADORNO, G., ANJOS, L., BENAYON, F. et all (orgs.). *O discurso nas fronteiras do social: uma homenagem à Suzy Lagazzi*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. Vol. 1, pp. 39-62;

- HAROCHE, C. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1992;
- ORLANDI, E. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.
- _____. *Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

ENSINO DE ESPANHOL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DAS LEIS EDUCACIONAIS

Mariana Assumpção da Silva¹

Introdução

Ao estudar a trajetória do ensino de língua espanhola no Brasil, destacamos os estudos feitos por Guimarães (2011), que discute o processo de institucionalização e trajetória do espanhol, de 1919 a 2005. Para isso, lançamos mão da legislação educacional e dos fundamentos políticos, pedagógicos e culturais que estão envolvidos na implementação dessa língua estrangeira no sistema educacional brasileiro.

A institucionalização das línguas vivas no Brasil ocorreu no século XIX. De acordo com Oliveira (2010, p. 160), essa institucionalização surge a partir do preparo dos alunos para o ingresso ao ensino superior, visto que os professores desse nível educacional eram, em sua maioria, estrangeiros ou usavam o francês e o inglês para desenvolver suas aulas. Essas línguas, nessa época, eram usadas para o mercado de trabalho e, portanto, para sustentar relações comerciais. Além disso, ainda segundo Oliveira (2010, p. 161), o ensino de línguas estrangeiras também representava uma preparação dos estudantes para o mercado de trabalho, já que, nesta época, o Brasil tinha acabado de estabelecer relações comerciais com outros países e isso implica em ter que se comunicar com pessoas de outras nacionalidades.

¹ Graduada em Letras Português/Espanhol pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), graduanda em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá (UNESA) e mestranda em Linguística pela UFF sob orientação do professor doutor Phellipe Marcel da Silva Esteves. E-mail: assumpcao_mariana@id.uff.br. Orcid: 0000-0003-4026-365X.

No entanto, segundo Mariani (2008), é necessário entender a língua como um objeto simbólico que é impactado pela história e pela sociedade, visto que a língua não é apenas um instrumento de comunicação. Pensando na língua como algo político, a discussão vai além: as instâncias de poder também influenciam, sobretudo, em como ela se materializa na sociedade. Os documentos oficiais da Educação, por exemplo, desempenham esse papel. E, no caso do ensino de língua espanhola, isso se torna latente, visto que o currículo escolar – bem como os materiais didáticos – têm materializado a ideia da supremacia espanhola (enquanto principal nacionalidade dotada de autoridade para falar da língua), devido a vários motivos como oligopólios dos livros didáticos e o próprio processo de colonização sofrido pelos países latino-americanos. Sobre o predomínio das línguas europeias, Mariani (2008, p. 91) defende que:

O que hoje entendemos como línguas européias resulta, em suma, desse longo processo histórico-político-lingüístico-econômico-religioso que, envolvendo a forma escrita, fixa um padrão comum, standard, que, uma vez gramatizado, deve ser usado, escrito, ensinado e lido.

A educação era interessante para as oligarquias desde a Proclamação da República do Brasil e isso facilitou a ocorrência de imigração em massa, desde o final do século XIX. A educação formal dos imigrantes tinha como finalidade responder à demanda de trabalho suscitada pela alta sociedade. Dessa maneira, a igreja e os governantes, como estruturas de poder, passaram a ser responsáveis pela educação formal do povo.

Diante de tal contexto, Guimarães (2011) traça uma perspectiva histórica para que seja possível compreender quais foram os impactos gerados pelas novas legislações educacionais ao longo do tempo. O autor considera o Colégio Pedro II como uma escola modelo e que era referência para o ingresso ao ensino superior, de acordo com Vechia (2003, p. 27).

O Espanhol e suas movências no sistema de ensino

A disciplina Língua Espanhola começou a ser incluída no sistema educacional brasileiro em 1919, com o concurso para professor de Espanhol no Colégio Pedro II, devido a subvenção para a criação do cargo, aprovado na Lei 3.674, de 7 de janeiro de 1919. Segundo Nascentes (1943, p. 9), o cargo de professor de espanhol foi criado em resposta ao Uruguai, que criou um cargo para professor de Português.

Em março do mesmo ano, o Colégio Pedro II abriu o referido concurso e em 5 de abril, aprovou o programa de ensino de espanhol nas escolas. O primeiro docente de Espanhol do Colégio Pedro II foi o Dr. Antenor Nascentes (1886-1972), que publicou, em 1920, a primeira gramática de espanhol publicada no Brasil: *Gramática da Língua Espanhola*.

A Lei Rocha Vaz (Decreto Nº 16.782 A – de 13 de Janeiro de 1925), um outro marco importante para o ensino no país, também trouxe grandes mudanças para o sistema educacional brasileiro, em um cenário onde havia um crescimento industrial, cultural, populacional, econômico e político, segundo Oliveira (1999, p. 69). No entanto, percebe-se a ausência do Espanhol na referida legislação. Sobre as disciplinas a serem ministradas, a lei diz:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, resolve, na conformidade do disposto nos arts. 22 e 195, letra g, do decreto n. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, e no uso da atribuição que lhe confere o art. 48, n. 1, da Constituição Federal:

Art. 1º Fica aprovada a alteração da seriação do curso secundario, proposta pela Congregação do Collegio Pedro II e homologada pelo Conselho Nacional do Ensino, em sessão de 26 de julho de 1928, substituindo-se a discriminação constante do art. 47 do citado regulamento pela seguinte: 1º anno: 1) Portuguez, 2) Francez, 3) Mathematica, 4) Geographia Geral, 5) Desenho; 2º anno: 1) Portuguez, 2) Latim, 3) Francez, 4) Inglez ou Allemão, 5) Mathematica, 6) Chorographia do Brasil, 7) Desenho; 3º anno: 1) Portuguez, 2) Latim, 3) Francez, 4) Inglez ou Allemão, 5) Historia

Universal, 6) Mathematica, 7) Desenho; 4º ano: 1) Portuguez, 2) Latim, 3) Inglez ou Allemão, 4) Historia Universal, 5) Mathematica, 6) Phisica, 7) Historia Natural, 8) Desenho, 9) Chimica; 5º ano: 1) Latim, 2) Phisica 3) Chimica, 4) Historia Natural, 5) Philosophia, 6) Cosmographia, 7) Instrucção Moral e Civica, 8) Historia do Brasil; 6º ano: 1) Sociologia, 2) Historia da Philosophia, 3) Litteratura (especialmente a brasileira e as das linguas latinas), 4) Italiano (facultativo), 5) Curso complementar de mathematica (para os alumnos que se destinem ás escolas militares e Polytechnica), 6) Curso complementar de Sciencias Physicas e Naturaes (para os alumnos que se destinem ás escolas de Medicina), 7) Curso complementar de Geographia (Social e Economia).

Oliveira (1999, p. 71) afirma que, por meio do Decreto Federal nº 18. 564, de 15 de janeiro de 1929, ocorreu uma mudança no currículo do ensino secundário e então, os programas de ensino do Colégio Pedro II, publicados no Diário Oficial da União em 24 de março do mesmo ano, instituíram as aulas de literatura espanhola. Desse modo, a língua passa a ser dissociada da Literatura. Esse último fato apresenta um efeito de oferta de literaturas orientais, grega, latina, italiana, francesa, provençal, espanhola, portuguesa, inglesa, alemã e brasileira. Além disso, no final do programa do ensino de Literatura, há indicação de livros e não há nenhuma de literatura espanhola.

Outro marco importante para o ensino de espanhol no Brasil foi a Reforma Francisco Campos, ocorrida a partir dos anos 1930, na época do governo de Getúlio Vargas. A partir desta década, houve mudança nas tendências ideológicas e isso refletiu em várias áreas. Forças contrárias reagiram e trouxeram seus efeitos, impactando no surgimento do movimento da escola nova, na renovação católica, na posição de Francisco Campos, na posição das forças armadas, dentre outras.

Francisco Campos reformulou a estrutura de ensino brasileira. O antigo ensino secundário foi alterado de acordo com o Decreto de 19.890 de 18 de abril de 1931. A partir desse decreto, os cargos de Livres Docentes do Colégio Pedro II, que eram ocupados por

professores catedráticos e auxiliares de ensino, foram extintos. O ensino de espanhol foi descontinuado, permanecendo apenas a Literatura no currículo.

Posteriormente à Reforma Francisco Campos, ocorreu a Reforma Capanema em 1936. A Reforma consistiu na aprovação dos programas de curso complementar, feita pelo então ministro Gustavo Capanema. Esse curso estava previsto no Decreto 19.890 e seria um curso complementar com a finalidade de colaborar para o ingresso dos estudantes ao ensino superior. Então, os próprios institutos superiores tiveram que ajudar na elaboração dos programas de ensino desse curso.

De acordo com Oliveira (1999, p. 76), esta foi a primeira vez que Literatura teve “objetivos, metodologia e conteúdos bem definidos e sistematizados”, visto que só estudava essa disciplina especificamente quem escolhesse algum curso que dependesse dela, como era o caso do curso jurídico.

Paraquett e Silva Júnior (2019) advogam que, de acordo com Rodrigues (2016, p. 38), “até a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, o Estado se encarregava de fazer constar tanto a obrigatoriedade quanto a quantidade e especificação das línguas que comporiam a grade curricular do sistema educacional brasileiro”. Paraquett e Silva Júnior trazem os dois artigos da Lei nº 4.244/1942, para a conferência dessa ideia:

Art. 10. O curso ginasial abrangerá o ensino das seguintes disciplinas: I. Línguas: Português. Latim. Francês. Inglês. Art. 12. As disciplinas pertinentes ao ensino dos cursos clássico e científico são as seguintes: I. Línguas: Português. Latim. Grego. Francês. Inglês. Espanhol. (BRASIL, 1942, Art. 10; Art. 12)

No ano de 1942, Gustavo Capanema (ainda ministro, agora da ditadura de Getúlio Vargas) instituiu a “Lei Orgânica do ensino secundário”, por meio do Decreto-lei 4.244, de 9 de abril, que alterou o ensino secundário. Ele passou a ter a finalidade de “formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino

primário, a personalidade integral dos adolescentes”; “acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística” e “dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial.”

O Decreto-lei 4.244, de 9 de abril de 1942, instituía o espanhol na primeira e segunda séries do curso clássico e na primeira série do curso científico. Em 3 de fevereiro de 1943, o espanhol foi incorporado aos cursos clássico e científico. É importante destacar que esses cursos integravam o ensino secundário e visavam formações diferenciadas: o clássico previa uma formação voltada às áreas de ciências humanas; já o científico, previa a formação voltada para a área de ciências. Talvez por isso, a grande parte da carga horária de espanhol tenha sido direcionada ao curso clássico.

A Portaria nº 556, de 13 de novembro de 1945, do Ministro de Estado da Educação e Saúde Raul Leitão da Cunha aprovou as metodologias para que o espanhol fosse ministrado no curso secundário. Devido ao uso do método direto nas aulas, os estudantes, a partir do primeiro trimestre, não podiam mais usar a língua portuguesa. O programa de ensino trata sobre a relação da leitura com a aprendizagem e o contato com a cultura hispana, fazendo com que esses estudantes tenham acesso a temas importantes para o processo educacional e para a vida, de maneira geral.

Além disso, era uma preocupação da referida portaria a compreensão de “sentimentos pan-americanos” e a inclusão do ensino de espanhol mostrava-se, então, como uma justificativa para que o ensino de espanhol ocorresse. Barros (1949) afirma que isso também ajudaria no encontro - intelectual e social - com os que, atualmente chamamos de latino-americanos.

Depois dessa perspectiva histórica, Guimarães começa a estudar a Lei 4.024, de 20 de dezembro, mais conhecida como Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Paraquett e Silva Júnior (2019) afirmam que a primeira versão da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) não traz nenhuma proposta voltada para as disciplinas escolares, apesar da educação inclusiva ser abordada no referido documento. É

importante lembrar que o presidente do Brasil, nesta época, era João Goulart, conhecido pelo seu projeto político esquerdista. Além disso, a lei determinava uma nova nomenclatura para o Ensino Secundário - que a partir desta data passou a ser Ensino Médio - além de definir sua divisão em dois ciclos: ginásial e colegial.

Nesse Ensino Médio, os dois ciclos possuíam disciplinas obrigatórias e eletivas. O ensino brasileiro foi fragmentado em esferas específicas: federal e estadual, em que cabia ao Conselho Federal de Educação apontar cinco matérias obrigatórias para o sistema de ensino federal e o estadual. Aos Conselhos Estaduais cabiam indicar outras disciplinas obrigatórias e eletivas.

Em fevereiro de 1962, essas disciplinas já estavam definidas e, para complementar o currículo escolar, dentre tantas outras matérias, foi instituída a “línguas estrangeiras modernas”, tanto no ciclo ginásial quanto no colegial. No entanto, o espanhol enfrentou mais desafios nessa época, visto que era a língua menos procurada que o inglês e o francês. Cada idioma tinha um motivo para ser mais buscado: o inglês, por conta da influência que os Estados Unidos tinham no mundo, e o francês, por conta da bagagem cultural.

A segunda versão da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) foi assinada por Emílio Garrastazu Médici, durante a ditadura militar. Segundo Paraquett e Silva Júnior (2019), foi aprovada em 1971 e apresenta apenas uma mudança de nomenclatura, ou seja, o que antes era ensino primário e secundário, a partir deste ano passou a ser ensino de 1º e 2º graus. No entanto, não há detalhamentos sobre ensino de nenhuma língua estrangeira, segundo parágrafo do art. 8º: Em qualquer grau, poderão organizar-se classes que reúnam alunos de diferentes séries e de equivalentes níveis de adiantamento, para o ensino de línguas estrangeiras e outras disciplinas, áreas de estudo e atividades em que tal solução se aconselhe. (BRASIL, 1971, Art. 8).

A mais recente versão da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) foi aprovada em 1996, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e apresentou muitas mudanças para o sistema de ensino

brasileiro. Segundo Paraquett e Silva Júnior (2019), não há alterações na lei em si, mas há a elaboração de dois novos artigos:

Art. 26/§5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição. Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes. III - será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição (BRASIL, 1996, Art. 26; Art. 36)

Nas últimas três décadas do século XX, muitas empresas espanholas se fixaram no Brasil. Em 1991, foi declarado o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, mais conhecido como MERCOSUL, por meio do Decreto nº 350, de 21 de novembro (BRASIL, 1991).

Essa versão mais recente da Lei de Diretrizes e Bases vigora até os dias de hoje, já que foi a última versão a ser publicada. Dentre todas as suas demandas, destaca-se a exigência de ensino de uma língua estrangeira moderna no ensino fundamental, a partir da 5ª série (atual 6º ano). No Ensino Médio, devem ser lecionadas duas línguas estrangeiras modernas, sendo uma obrigatória (e escolhida pela comunidade escolar) e uma eletiva.

Paraquett e Silva Júnior (2019) ressaltam que, nos termos da lei, não há um detalhamento sobre quais línguas estrangeiras serão ministradas. Rodrigues (2016) aposta que o texto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) entrega a responsabilização da escolha da língua estrangeira para a comunidade escolar e afirma ainda que o documento oficial estatizou a indecisão dessa escolha.

Essa ideia se confirma a partir dos estudos feitos por Almeida Filho (2007, p. 45-49), estudioso que advoga que as línguas são escolhidas para compor o currículo escolar a partir de pontos como “vizinhança, terceiro-mundismo solidário, força econômica, interesses específicos, internacionalismo, quantidade de falantes

nativos, facilidade de aprendizagem, produção e veiculação de conhecimentos, cultura e tecnologia, ascendência étnica e maior atração imediata”. Ou seja, o efeito de sentido gerado a partir das escolhas das línguas a serem ministradas nas escolas dá origem aos discursos hegemônicos ligados a um suposto mundo do trabalho, onde a escola deve preparar os alunos para serem futuros trabalhadores, o que representa também a herança de qualquer modelo de escola fundada sob os princípios do Estado capitalista, que concebe o sujeito como jurídico. A escola, como instituição responsável pela reprodução, reproduz também as relações de produção. Ou seja, na escola, o aluno não aprende apenas o que ele vai precisar cognitivamente no mundo do trabalho, como também que tipo de comportamento será julgado como adequado nesse trabalho, conforme afirma Althusser (*apud* ŽIŽEK, 1996, p. 108):

[...] diria que a reprodução da força de trabalho requer não apenas uma reprodução de sua qualificação, mas também, ao mesmo tempo, uma reprodução de sua submissão à ideologia vigente, para os trabalhadores, e uma reprodução da capacidade de manipular corretamente a ideologia dominante, para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que também eles assegurem “com palavras” a dominação da classe dominante.

Além disso, também há a ideia de língua franca, que também se associa às escolas como Aparelho ideológico de Estado, de reprodução filiadas a um capitalismo internacional: se uma comunidade de países mantém uma relação, seja ela qual for, será necessária a escolha de uma língua que sirva para fazer o contato entre todos esses países. Visto que os Estados Unidos representam uma hegemonia mundial, o inglês acaba sendo uma opção para o sistema educacional e para o mundo do trabalho. Essa é a mesma razão pela qual o espanhol não é escolhido: ele pode até ser falado por 22 países do mundo como língua oficial, mas não possui tanta influência mundial. E esse discurso direciona o mundo a optar pelo inglês e não pelo espanhol.

Considerações finais

O ensino de espanhol, no final do século XX e início de XXI, comportou várias mudanças, sobretudo políticas, vindas da pressão feita pelas relações comerciais entre Brasil e Espanha, bem como pelas associações de professores de espanhol.

Paraquett e Silva Júnior (2019) estudaram as pesquisas feitas por Rodrigues (2016) para tratar sobre os dados do ensino de Língua Espanhola. Segundo Rodrigues (2016), entre os anos de 1958 e 2007, houve 26 projetos de lei que tinham como pauta o ensino de espanhol. No entanto, somente um se converteu em lei: PL nº 3.987/2000, proposto pelo deputado Átila Lira do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), do Piauí, que em seguida se transformou na Lei do Espanhol (Lei 11.161/2005), que estabelece que a língua espanhola deve ser oferecida pelas escolas e que apenas a matrícula dos alunos é facultativa.

A lei, segundo Paraquett e Silva Junior (2019), aproximava o Brasil dos países hispânicos da América Latina, não apenas nas relações comerciais, mas também nas culturais, nas políticas etc. De acordo com os autores, foi por isso que a lei foi revogada no governo Temer: não era interessante para o governo fomentar o ensino da língua oficial dos países hispânicos da América Latina, visto que a relação entre eles e o Brasil estava estremecida.

Dessa maneira, na busca pela legitimação e valorização do ensino da língua espanhola, como frutos da Lei 11.161/2005, pode-se citar, segundo Guimarães (2011) e Paraquett e Silva Júnior (2019):

O Seminário sobre o Ensino do Espanhol como Língua Estrangeira, promovido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em parceria com os Ministérios da Educação da Argentina e da Espanha, ocorrido entre os dias 17 e 18 de novembro de 2005, no Rio de Janeiro; Elaboração das Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCEN), pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) por meio da Secretaria de Educação Básica, em 2006.

Acompanhamento do processo de implantação do espanhol nas escolas feito pelas associações de professores de diversos estados brasileiros. Em 2009, foi feita a Comissão Permanente de Acompanhamento da Implantação do Espanhol no Sistema Educativo Brasileiro (COPESBRA) para essa finalidade.

Criação do Instituto Cervantes, órgão do Ministério de Assuntos Exteriores da Espanha que nasceu em 1990 e chegou ao Brasil em 1998, alcançando inicialmente a cidade de São Paulo e chegando ao Rio de Janeiro em 2001.

Elaboração do primeiro concurso público para professores de espanhol da rede estadual, em 1985 e a evolução de um artigo da Constituição Estadual que abordava o ensino de Espanhol como obrigatório nas escolas de Nível Médio.

Promulgação de um texto determinado nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006)

Ingresso do Espanhol no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), no ano de 2011 e no Exame Nacional do Ensino Médio, em 2010.

Paraquett e Silva Júnior (2019) também dissertam, a título de contextualização, sobre a Lei 13.415/2017 (mais conhecida como “Lei do Inglês”) e chamam atenção para o seu aspecto antidemocrático e hegemônico, visto que a lei trata sobre a obrigatoriedade do Inglês e aborda o Espanhol como disciplina eletiva no Ensino Médio. Para o Ensino Fundamental, o Espanhol nem chega a ser mencionado. Paraquett e Silva Júnior (2019) também interpretam que o espanhol é uma opção dentre todas as outras línguas devido ao investimento feito para o ensino desse idioma: desde a formação dos professores e dos pesquisadores da área, até os concursos já realizados.

Em 2017, Michel Temer era o presidente do Brasil e revogou a Lei 11.161/2005, criando o efeito de abalo nas relações entre o Brasil e os países hispânicos da América Latina, fortalecidas pelos governos dos presidentes anteriores: Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. A partir desse impacto, esse projeto político também influenciava a queda do Espanhol e a ascensão do Inglês,

língua oficial dos Estados Unidos, país-modelo, segundo os parâmetros de Temer.

Para colaborar com a oferta do Espanhol e lutar pela sua permanência no currículo escolar, surgiu o movimento Fica Espanhol, que começou no Rio Grande do Sul e que hoje já une professores de vários estados brasileiros como Rondônia, Sergipe, Paraíba, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Norte, Piauí, Distrito Federal e Pará. Por meio de mobilizações nas redes sociais existentes, os professores procuram apoio político para alcançar o objetivo que é defender a permanência do Espanhol na matriz curricular.

Como é possível perceber, o ensino de espanhol é marcado por oscilações, o que traz uma certa precarização das relações entre o Brasil e os países latino-americanos. Esse fato pode não estar relacionado, diretamente, com o ensino dessa língua estrangeira, mas interfere em como ela é proposta, não apenas na legislação, mas também nos documentos direcionadores, alcançando também os materiais didáticos.

Referências

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. In: ŽIŽEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BRASIL. Congresso. Senado. *Decreto 11.530 de 18 de março de 1915*. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=36895>>.

_____. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Programas de ensino do Colegio Pedro II para o ano de 1929*. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 24 de mar. de 1929. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br>>.

_____. Congresso. Senado. *Decreto 19.402 de 14 de novembro de 1930*. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de

Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=37285>>.

_____. Congresso. Senado. *Decreto 19.890 de 18 de abril de 1931*. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=40440>>.

_____. Ministério da Educação e Saúde Pública. *Resolve expedir os programas do curso complementar, anexos a esta portaria*. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, DF, 19 de mar. de 1936. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br>>.

_____. Congresso. Senado. *Decreto-Lei 4.244 de 9 de abril de 1942*. Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=3081>>.

_____. Ministério da Educação e Saúde. *Portaria Ministerial 127 de 3 de fev. de 1943*. Resolve expedir e determinar que se execute o programa de espanhol, que se anexa a presente portaria ministerial, dos curso clássicos e científicos do ensino secundário. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, DF, 5 de fev. de 1943. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br>>.

_____. Ministério da Educação e Saúde. *Portaria Ministerial 556 de 13 de nov. de 1945*. Expede instruções metodológicas para a execução do programa de espanhol. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 22 de nov. de 1945. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br>>.

_____. Congresso. *Lei 11.161, de 5 de agosto de 2005*. Dispõe sobre o ensino de língua espanhola. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm>.

_____. Ministério da Educação e Cultura. *Ata do Seminário Sobre o Ensino do Espanhol Como Língua Estrangeira, 17 e 18 de novembro de 2005*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ai_ata171105.pdf>.

BARROS, A. D. P. *Español: gramática y antología*. 2. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1949.

GUIMARÃES, A. História do ensino de espanhol no Brasil. *Scientia plena*, v. 7, n. 11, 2011.

LISBOA, M. F. G. *A obrigatoriedade do ensino de espanhol no Brasil: implicações e desdobramentos*. *Sínteses*, v. 14, 2009.

MARIANI, B. Quanto vale uma língua? O apagamento do político nas relações econômicas e linguísticas. *Encontros de Vista*, v. 2, n. 2, p. 90-102, 2008.

OLIVEIRA, L. E. *A historiografia brasileira da literatura inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)*. 1999. 189 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1999. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/teses/tese19.doc>>.

PARAQUETT, M; SILVA JUNIOR, A. C. O cenário escolar e acadêmico do Brasil antes e depois da “Lei do Espanhol”. *Abehache: revista da Associação Brasileira de Hispanistas*, nº 15, 1º semestre , p. 69-84, 2019.

RODRIGUES, F. C. Vão as leis onde querem os reis: antecedentes da Lei no 11.161/2005. In: BARROS, C.; COSTA, E.; GALVÃO, J. (Orgs.). *Dez anos da “Lei do Espanhol” (2005-2015)*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, p. 31-46, 2016.

VECHIA, A. Imperial Colégio de Pedro II no século XIX: portal dos estudos históricos franceses no Brasil. In: VECHIA, A.; CAVAZOTTI, M. A. (Orgs.). *A escola secundária: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX)*. São Paulo: Annablume, 2003.

O ACONTECIMENTO DISCURSIVO DA PANDEMIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE DE DOCUMENTOS OFICIAIS QUE REGULAMENTARAM O ESPAÇO ESCOLAR NESTE PERÍODO

Mariana Vieira Domingues¹

Introdução

Em março de 2020, nosso país, de maneira geral, tomou conhecimento de que o novo vírus que estava circulando mundialmente já havia infectado brasileiros, já estava entre nós. Vírus novo, causador de doença letal, para o qual ainda não havia pesquisa, remédio ou vacina. No dia 16 deste mesmo mês, muitos decretos de fechamentos de estabelecimentos e quarentena foram divulgados, inclusive o fechamento das instituições educacionais por 15 dias. Logo, a gravidade do vírus e da situação de contágio foi percebida e os 15 dias, com a constante prorrogação dos decretos, tornaram-se um mês, dois meses, um ano. Nas escolas, instaurou-se o ensino remoto e, com ele, muitos desafios, muita dificuldade e muita desigualdade vieram à tona, especialmente nas escolas da rede pública de ensino.

Em *Discurso: estrutura ou acontecimento* (1983), Pêcheux (2015[1983]) parte de um enunciado, proferido por eleitores franceses felizes com a vitória política de seu partido, para trabalhar sua análise. Nesse caminho de reflexão, o autor analisa o discurso como um acontecimento, definido como “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2015[1983], p. 16). O acontecimento é esse fato novo em seu

¹ Doutoranda em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação da professora doutora Bethania Mariani. E-mail: mariana_domingues@id.uff.br. Orcid: 0000-0002-5163-6688.

contexto de atualidade, mas que convoca um espaço de memória e já começa a reorganizá-lo (PÊCHEUX, 2015[1983], p. 19).

Assim, também podemos pensar a pandemia da covid-19 como um acontecimento da atualidade que convoca um espaço de memória e o reorganiza, evocando discursos e saberes do que já era conhecido (gripe, cuidados, saúde) e trazendo novos que reorganizaram essa rede de memórias (quarentena, distanciamento social, aulas remotas). Vírus novo (SARS-COV-2), palavra nova (covid-19), sentidos novos que se inauguraram e instauraram novos discursos, criando redes de memória que atravessaram os sujeitos. Palavras como *quarentena* e *ensino remoto* passaram a comparecer diariamente em nossos discursos. Outras como *positivado* ou *positivei*, quando relacionadas à doença, deslizam de sentido e já não comunicam mais algo bom ou positivo, mas se relacionam ao medo, à insegurança e a tantos outros sentidos negativos.

Mariani afirma que “pensar discursivamente a memória é analisar as formas conflituosas de inscrição da historicidade nos processos de significação da linguagem” (MARIANI, 1998b, p. 38). O que proponho, em minha pesquisa de doutorado, é analisar os discursos institucionais oficiais que circularam entre escolas e educadores, especialmente no momento em que foi determinado o retorno das aulas presenciais, no ano de 2021, regulamentando nosso estar na escola, nosso fazer pedagógico, e instaurando novas práticas e comportamentos. Como esse discurso foi recebido por professores, que discursos foram (re)produzidos e quais gestos de interpretação estão presentes neste contexto pandêmico que ainda vivemos. Assim, buscamos pensar, nesta pesquisa, que sentidos estão em disputa quando temos, como materialidade discursiva, os documentos oficiais emitidos pelo Ministério da Educação (MEC) e pelas secretarias de educação. O que é dito e o que é silenciado, quais são as regularidades deste discurso institucional, o que aparece como repetibilidade, mesmo se tratando de instâncias institucionais diversas, tudo isso produz sentido e esses questionamentos nortearão nossa pesquisa.

Para realizar a pesquisa, recolhi, como *corpus*, textos oficiais que orientaram e regulamentaram o retorno das aulas presenciais, movimentação iniciada em maio de 2021. Meu *corpus* será formado por ofícios circulares que foram enviados pelas secretarias de educação às escolas e pelos diários oficiais da Federação (Colégio Pedro II), do estado do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ) e de municípios (Fundação Municipal de Educação de Niterói e Secretaria de Educação de Maricá). Todas essas materialidades discursivas formam o arquivo dessa pesquisa.

Quadro teórico-metodológico

Para Pêcheux (2014), o sujeito da Análise de Discurso é dividido pelo inconsciente e atravessado pela ideologia. Ele propõe

[U]ma teoria não-subjetivista da subjetividade, que designa os processos de ‘imposição/dissimulação’ que constituem o sujeito, ‘situando-o (significando para ele *o que ele é*) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa ‘situação’ (esse *assujeitamento*) pela ilusão de autonomia constitutiva do sujeito (PÊCHEUX, 2014, p. 123, grifos do autor).

O sujeito, portanto, é assujeitado pois ele é interpelado pela ideologia e, é também um sujeito dividido, no qual fala o inconsciente. O sujeito tem a ilusão de que está na origem do dizer e que pode controlar o que diz, supondo que pode conter os sentidos. Por isso, para a Análise do Discurso, discurso é efeito de sentidos entre locutores, sentidos que derivam, que não são transparentes nem evidentes, portanto, não há como o sujeito controlá-los. Para Haroche, Henry e Pêcheux (2020):

[S]endo dada uma formação social a um momento determinado de sua história, ela se caracteriza por meio do *modo de produção* que a domina, por um estado determinado pela *relação entre classes* que a compõem. Essas relações se expressam por intermédio da hierarquia das *práticas* que esse modo de produção necessita, sendo dado

aparelhos por meio dos quais se realizam essas práticas; a essas relações correspondem *posições* políticas e ideológicas, que não constituem indivíduos, mas que se organizam em *formações* que mantêm entre si uma relação de antagonismo, de aliança ou de dominação (HAROCHE, HENRY E PÊCHEUX, 2020, p. 33).

A partir dessa reflexão, é possível compreender a formação ideológica como um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, e que se relacionam a posições de classe em conflito. Essas formações ideológicas comportam, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas que determinam o que pode e deve ser dito. O sujeito, interpelado pela ideologia, identifica-se com determinada formação discursiva, dentro de uma formação ideológica, e produz seu discurso a partir dessa posição com a qual se identifica. Por isso, Pêcheux e Fuchs (2014, p. 167) afirmam que “o ‘sentido’ de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou aquela formação discursiva” . Mariani afirma que:

O processo de identificação-interpelação, portanto, se realiza nas filiações constituídas pelas redes da memória, memória atravessada ao mesmo tempo pelas relações inconscientes e determinações históricas. Ou seja, o sujeito não escolhe um modo pelo qual será interpelado. Ele é interpelado porque é afetado pelas determinações históricas e inconscientes (MARIANI, 1998a, p. 90).

Orlandi (1996, p. 82) afirma que a linguagem é ação que transforma e que, por isso, não podemos estudá-la fora da sociedade, uma vez que seus processos constitutivos são históricos-sociais . Sendo assim, a Análise do Discurso traz uma contribuição importante para observarmos o objeto discurso, produzido a partir desse acontecimento histórico da pandemia da covid-19 e que circulou nos espaços escolares sob a forma de documentos oficiais. O discurso é parte do funcionamento social, então as condições de

produção do discurso constituem o sentido da sequência verbal produzida. Quando alguém diz algo, o faz de algum lugar da sociedade para outro alguém que também ocupa um lugar na sociedade e isso tudo faz parte da significação (ORLANDI, 1996, p. 26). A autora afirma ainda, retomando as ideias de Pêcheux, que

[H]á nos mecanismos de toda formação social regras de projeção que estabelecem a relação entre as situações concretas e as representações dessas situações no interior do discurso. É o lugar assim compreendido, enquanto espaço de representações sociais, que é constitutivo da significação discursiva (ORLANDI, 1996, p. 26).

Para analisar o discurso que circula no espaço escolar da rede pública de ensino, não podemos deixar de fora esses lugares que constituem a significação discursiva, que são constitutivos dos sentidos do discurso. O lugar das secretarias de educação enquanto representação do governo, o lugar do professor enquanto classe trabalhadora, o lugar do aluno enquanto cidadão, todos são afetados pelo acontecimento da pandemia. Esses participantes do processo discursivo estão submetidos aos documentos oficiais das instituições públicas que estabelecem novas diretrizes, não só educacionais, mas também comportamentais, de como estar na escola, como se mover em seus papéis sociais.

Orlandi (1996, p. 27) afirma que não são somente as intenções que determinam o dizer, mas que as intenções se articulam com as convenções sociais e, no caso da pesquisa em andamento, tais convenções estão reguladas por uma questão de saúde que atravessa a sociedade: a pandemia da covid-19. O discurso da saúde está determinando outros dizeres, o que predomina são os discursos sobre a prevenção da contaminação, como evitar a doença, como combater o vírus SARS-COV-2. Qual seria então o papel da escola? Como fica o discurso pedagógico? Orlandi (1996) define discurso pedagógico como[U]m dizer institucionalizado, sobre as coisas, que se garante, garantindo a instituição em que se origina e para a qual tende: a escola. O fato de estar vinculado à escola, a uma instituição,

portanto, faz do DP² aquilo que ele é, e o mostra (revela) em sua função (ORLANDI, 1996, p. 28).

Esse dizer institucionalizado, que garante a instituição escola, faz do discurso pedagógico um discurso que transmite uma informação com credibilidade, pautada em conhecimentos científicos e que, na maioria das vezes, não é questionada pela sociedade. A escola então, a partir do acontecimento da pandemia, passa a promover um discurso em concordância com o da saúde, regulamentado por documentos oficiais, tendo como preocupação inicial, nesse primeiro contato com os alunos (ainda remotamente), informações sobre o vírus SARS-COV-2, formas de transmissão da doença, maneiras de prevenção e importância da vacinação (que ainda estava em fase de pesquisa).

O discurso institucional e a disputa de sentidos

O sentido sempre pode ser outro, deslizar, ele é efeito entre locutores, mas, muitas vezes, especialmente quando se trata de documentos oficiais do discurso institucional, ele se disfarça de sentido único que é garantido pelo sentido sedimentado pela formação ideológica (e discursiva) da classe dominante. “O jogo ideológico está na dissimulação dos efeitos de sentido sob a forma de informação, de um sentido único, e na ilusão dos sujeitos de serem a origem de seus próprios discursos.” (ORLANDI, 1996, p. 32). No espaço escolar, professores e alunos não são convocados a questionar o discurso oficial que se apresenta como regulamentador. Nesse tempo pandêmico, isso fica ainda mais forte sob a evidência de ser um cuidado com a saúde das pessoas que estão na escola. Orlandi define como discurso pedagógico do poder aquele que regulamenta sobre a educação, aquele que tem o poder de dizer-ato-decisão definindo o conteúdo, forma, sentido e finalidade da educação. No entanto, ela propõe que devemos atuar

² DP – Discurso pedagógico.

criticamente, questionando as condições de produção desses discursos (ORLANDI, 1996, p. 35). Esse é um dos objetivos desta pesquisa: questionar, em nossa análise, as condições em que o discurso foi produzido, sua circulação, os efeitos de sentidos que produziu na comunidade escolar e que gestos de leitura esse discurso produziu. Mariani afirma que:

Uma análise desta natureza busca entrever os processos discursivos atuantes na cristalização de determinados sentidos em detrimento de outros, ou seja, dos processos discursivos que contribuem para a tessitura e homogeneização da memória histórica oficial de uma formação ou grupo social (MARIANI, 1998b, p. 39).

Ao analisar as materialidades discursivas do *corpus* desta pesquisa, buscarei compreender esses processos discursivos constitutivos não só dos documentos oficiais, mas também de outras materialidades que foram produzidas em resposta a eles. O discurso institucional foi discutido por Mariani (2015) num artigo no qual ela analisa o discurso da imprensa. Ela afirma que:

A noção de instituição é usualmente recortada como um elemento cristalizado da estrutura social. [...] Sobre as instituições recai uma forte carga do controle social: elas servem para modelar as práticas sociais existentes, embora, esta imposição nunca se realize de forma absoluta (MARIANI, 2015, p. 48).

Esse discurso, especialmente o que circula nas escolas públicas, é tomado, na maioria das vezes, como evidente, como um discurso oficial, regulamentador, para controle social. No caso do nosso *corpus* de análise, o discurso que determina o retorno das aulas presenciais, modelando as práticas escolares, determinando a data de retorno, a organização espacial das salas de aula (por conta do distanciamento), o uso de máscaras e álcool 70%, quais grupos devem frequentar ou não o espaço escolar, dentre outras determinações. Por isso, para a Análise do Discurso, o discurso nunca é evidente, é preciso sempre que se reflita sobre esse discurso

que circula, sobre suas condições de produção, sobre sua filiação a uma determinada formação discursiva, sobre quais sujeitos estão envolvidos nesse processo discursivo. Como afirma Mariani, é preciso perguntar por que a instituição diz desse modo, desnaturalizar os rituais discursivos constitutivos do discurso institucional (MARIANI, 2015, p. 49).

Althusser (1980) designa a escola como um Aparelho Ideológico de Estado (AIE), conceito esse muito importante em sua obra (e retomado por Pêcheux) que ele define como “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1980, p. 43). Assim, o AIE escolar é formado pelo sistema das diferentes escolas públicas e particulares. A escola é essa instituição que funciona, segundo o autor, prevalentemente pela ideologia e que educa por métodos apropriados de sanções, de exclusões, de seleção, entre outros (ALTHUSSER, 1980, p. 47). Para o autor, existe ainda um outro tipo de aparelho de estado: o repressivo. Ele assim o define:

[O] Aparelho de Estado (AE) compreende: o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, etc., que constituem aquilo a que chamaremos a partir de agora o Aparelho Repressivo de Estado. Repressivo indica que o Aparelho de Estado em questão “funciona pela violência”, - pelo menos no limite (porque a repressão, por exemplo administrativa, pode revestir formas não físicas) (ALTHUSSER, 1980, p. 43).

O autor afirma que nenhum desses dois aparelhos é puramente repressivo ou ideológico, mas em cada um prevalece a repressão ou a ideologia, porém contendo o pouco do outro em seu funcionamento. Os AIE funcionam prevalentemente pela ideologia e essa é a ideologia da classe dominante, aquela que detém o poder do Estado, que dispõe dos Aparelhos Repressivos e que é ativa nos AIE (ALTHUSSER, 1980, p. 48). Percebemos esse funcionamento analisando os documentos oficiais enviados às escolas.

Quando esses documentos chegam à escola para regulamentar o retorno às aulas de forma presencial, eles chegam prontos, sem terem sido discutidos com os indivíduos envolvidos e afetados por esse retorno. Um retorno ainda sem vacinação da comunidade escolar, um retorno visto como precoce e que poderia gerar contaminação e aumentar ainda mais o número de casos da doença. Um retorno que mobilizou a categoria docente e até mesmo alunos e familiares discentes, em várias localidades do país, com o movimento de greve pela vida. Dessa forma, podemos afirmar, assim como Althusser, que “os Aparelhos Ideológicos de Estado podem ser não só o alvo mas também o local da luta de classes” (ALTHUSSER, 1980, p. 48).

Por conta dessa mobilização docente, ao constituir o arquivo desta pesquisa, deparei-me com diversas materialidades dos sindicatos dos professores – em especial o do Estado do Rio de Janeiro (Sepe-RJ) e o do município de Maricá (Sineduc Maricá) – que declaravam ser contrários ao retorno presencial das aulas naquele momento e decretavam/convidavam seus pares a participar da “Greve pela vida” contra o trabalho presencial e mantendo o trabalho remoto. Esse enunciado apareceu diversas vezes e acredito que não foi por acaso, por isso essas materialidades também farão parte do *corpus* de análise desta pesquisa.

Nessa discussão, cabe ainda acrescentar o que nos diz Mariani (2016) sobre política, político e disputa de sentidos. A autora afirma que

A política é aqui compreendida como campo de disputas dos sentidos, e o político, como processo inscrito na própria linguagem que promove a divisão dos sentidos. Do ponto de vista discursivo, as palavras não têm um sentido fixo ou literal, o que se produz são efeitos de literalidade, que, com a ilusão do sentido único, colam ao que se chama de realidade. Para a Análise do Discurso, o que se chama de realidade é resultado de processos históricos que, silenciando as diferenças e as disputas, produzem hegemonias de sentidos e ilusões de evidências. Em tal processo inscrito na linguagem, em sua relação necessária com a historicidade, depreende-se o funcionamento da

ideologia subjetivando as posições discursivas daquele que toma a palavra (MARIANI, 2016, p. 44).

Como é disputa de sentidos, o discurso institucional não deve ser tomado como evidência, mas como objeto de reflexão e análise. Que discurso é esse dos órgãos públicos educacionais que já vem pronto para ser obedecido sem ter sido antes objeto de discussão prévia? Em nome da saúde e da ciência, mas sem vacinação? Sem distribuição gratuita de máscaras para professores, alunos e funcionários? Com algumas salas de aula sem janelas e ventilação adequada? Todos esses questionamentos são silenciados sob a chancela do documento oficial da instituição secretaria de educação, esse AIE, essa instituição que carrega em si a cristalização, a evidência dos sentidos e a carga de controle social.

Essas são algumas das reflexões que tenho feito até aqui. A pesquisa encontra-se em fase da constituição do *corpus* discursivo e leitura e compreensão de conceitos-chaves para seu desenvolvimento sob a perspectiva da Análise do Discurso.

Referências

ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. 3. ed. Tradução Joaquim José de Maura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M; HENRY, P. A semântica o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser. *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. Araraquara: Letraria, 2020, p. 17-39.

MARIANI, B. Ideologia e inconsciente na constituição do sujeito. *Gragoatá*, Niterói, n. 5, p. 87-95, 2.sem, 1998a.

_____. O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). 1ª edição. Rio de Janeiro: Revan e Editora da Unicamp, 1998b.

_____. Discurso e instituição: a imprensa. *RUA*, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 47–62, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640651> . Acesso em: 18 jun. 2022.

_____. S. C. O político, o institucional e o pedagógico: quanto vale a língua que ensinamos?. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 38, p. 43-63, jan./jun. 2016.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas [1975]. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* [1975]. Tradução Eni Puccinelli Orlandi [et al.]. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

_____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução por Eni P. Orlandi. 7ª edição, Campinas: Pontes Editores, 2015[1983].

“DESINFORMAÇÃO MATA!”: A PANDEMIA DE COVID-19 E OS DITOS E NÃO-DITOS DO DISCURSO PUBLICITÁRIO SOBRE O JORNALISMO TRADICIONAL

Marianna da Silveira Figueiredo Carvalho e Carvalho de Araujo¹
Silmara Cristina Dela da Silva²

Introdução

Este capítulo oferece um recorte de algumas das reflexões teórico-analíticas que estão sendo desenvolvidas no âmbito do projeto de pesquisa de Iniciação Científica “O discurso publicitário sobre o jornalismo em tempos de pandemia: uma análise discursiva”, dando continuidade às pesquisas acerca da imbricação entre os discursos publicitário e jornalístico,³ a partir da perspectiva teórico-metodológica da análise de discurso pecheutiana.

Nosso objetivo é pensar discursivamente como o jornalismo tradicional, por meio de consórcios e associações de imprensa, emissoras de rádio e televisão, durante o primeiro ano de

¹ Bacharel em Direito (Unilasalle). Graduanda na licenciatura em Letras Portugêses/Literatura (UFF). Bolsista de Iniciação Científica pela FAPERJ, desde 2021, em Análise de Discurso, com a pesquisa intitulada “O discurso publicitário sobre o jornalismo em tempos de pandemia: uma análise discursiva” (processo nº E-26/203-619/2021), sob orientação da professora doutora Silmara Dela da Silva. Estudante no grupo de pesquisa MiDi – Mídia e(m) discurso (CNPq/UFF). E-mail: mariannasilveiraaraujo@id.uff.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9187295675309560>.

² Professora associada do Departamento de Ciências da Linguagem e docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFF. Jovem Cientista do Nosso Estado FAPERJ (2018-2023). E-mail: silmaradela@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9632313729137282>.

³ No âmbito do projeto de pesquisa docente “O discurso midiático e seu funcionamento: entre o publicitário e o jornalístico”, desenvolvido junto ao Departamento de Ciências da Linguagem (GCL-UFF), com apoio FAPERJ (Edital Jovem Cientista do Nosso Estado 2018-2023).

pandemia da COVID-19, utilizou-se do espaço publicitário para se (re) afirmar e colocar em circulação na mídia o imaginário da imparcialidade da sua produção de notícias.

Para tanto, faz-se necessário, em um primeiro momento, conceituar algumas questões acerca do discurso jornalístico, proporcionando um maior aprofundamento para a compreensão sobre a reprodução de tal discurso por esses consórcios e associações, além de, especificamente, tratar das condições de produção das peças que compõem o *corpus*, a saber: a propaganda em vídeo “Alerta Coronavírus” – da campanha “Desinformação Mata”, pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) –; a publicação de uma mesma capa pelos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo, Extra e Valor Econômico – promovida pela Associação Nacional de Jornais (ANJ) –; e a terceira fase da campanha “Vacina Sim” – pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE).

Tais ações midiáticas foram lançadas em dois momentos marcantes do primeiro ano de pandemia, estando as duas primeiras relacionadas ao avanço da doença e ao aumento de casos no Brasil, no mês de março de 2020, enquanto a terceira está ligada ao início da vacinação contra COVID-19 no país, em janeiro de 2021.

Dessa forma, buscamos seguir nosso percurso de análise com breves explicações sobre o discurso publicitário e como ocorre sua imbricação com o discurso jornalístico, e apontar como os ditos e não ditos sobre o jornalismo – e sua imaginária imparcialidade e objetividade – comparecem em sequências discursivas das peças em questão. Além disso, sinalizaremos a forma como, a partir do imaginário da notícia imparcial e da memória do jornalista enquanto aquele que possui a função de informar, passa a circular o discurso que imaginariamente se dispõe não apenas ao combate à doença como também à desinformação, por consequência da circulação de *fake news* durante a pandemia, reafirmando, assim, o imaginário da mídia tradicional como fonte de informação.

Por fim, ao se delimitar a presença constante da imagem do compromisso com os fatos (imaginariamente) reais desses veículos

de comunicação, pretende-se concluir o presente trabalho através da provocação sobre imparcialidade jornalística e a ponderação acerca da função política das ações publicitárias, sobretudo no que tange ao resgate da credibilidade perante a sociedade, proporcionando provocações e questionamentos a respeito da relação (ou não) entre essa (suposta) imparcialidade e a (imaginária) verdade.

O discurso e as propagandas sobre o jornalismo na pandemia

Da perspectiva teórica a que nos filiamos, entendemos o discurso como “um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto” (ORLANDI, 2001, p. 16). Michel Pêcheux indica que um discurso “é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas” (PÊCHEUX, ([1969] 1997, p. 77), as quais “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação”. Em sentido estrito, o discurso se relaciona às circunstâncias da enunciação, seu contexto imediato, ao passo que, no seu sentido amplo, abarca o contexto social, histórico e ideológico. Torna-se, dessa forma, necessário que sua análise dê conta de examinar o funcionamento da memória e das condições de produção, de modo a compreender a qual formação discursiva tais elementos se remetem (ou não remetem), possibilitando entender seus efeitos ideológicos (ORLANDI, 2001). O sentido de um discurso é compreendido como um efeito ideológico. Isto porque a formação discursiva representa o que, dentro de determinada formação ideológica, determina o que pode/ deve – ou não – ser dito (ORLANDI, 2001).

Tratando-se do discurso jornalístico, em seu funcionamento observamos que, segundo Bethania Mariani (1998, p. 63), isto se dá a partir do aspecto do convencimento que se estabelece através da “ilusão de uma relação significativa entre causas e consequências para os fatos ocorridos”, a partir da produção de sentidos para os fatos resultantes da tensão entre as impressões dos jornalistas, da

posição política predominante no veículo de comunicação e da projeção de seus leitores.

A aludida autora nos elucida ainda que, tratando-se do elemento da notícia, sob a ótica discursiva jornalística, ele objetiva “tornar os acontecimentos visíveis de modo a impedir a circulação de sentidos indesejáveis” (MARIANI, 1998, p. 89), determinando os sentidos que envolvem modos de produção que variam de jornal para jornal; porém, sempre estarão submetidos às “injunções das relações de poder vigentes e predominantes”. Compreende-se que, no funcionamento jornalístico, “fatos podem criar notícias e vice-versa” (MARIANI, 1998, p. 70), refletindo-se, em relação ao nosso objeto de discussão, na situação da pandemia do coronavírus, desde março de 2020.

Em um primeiro momento, nota-se que esse acontecimento resulta na produção de notícias, juntamente a uma intensa circulação de peças publicitárias realizadas pelos mais diversos consórcios e associações de imprensa, emissoras de rádio e televisão, chamando o público para acompanhar os veículos em questão para obterem informações a respeito do coronavírus (DELA-SILVA, 2021, p. 51).

Nesse sentido, observando a produção e circulação das ações midiáticas que compõem nosso *corpus* de análise, tanto no caso da propaganda em vídeo, “Alerta Coronavírus” (ABERT, 2020) como no caso da campanha promovida pela ANJ (2020) de unificação das capas dos jornais. Estas se inserem no contexto da pandemia de COVID-19, mais especificamente no cenário de aumento do contágio pelo coronavírus, e do reconhecimento da sua classificação enquanto pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), tendo-se registrado, no início de março de 2020, em nível global, mais de 118 casos em 114 países e 4,2 mil mortes (OPAS/OMS, 2020). Ao final daquele mês, no Brasil, registravam-se, ao menos, 5.812 casos e 202 vítimas fatais da doença (G1, 2020).

A rapidez com a qual a doença em questão foi transmitida e sua alta taxa de letalidade, juntamente aos poucos meios para evitá-la e até tratá-la, somadas à polarização política, tão presente no

contexto brasileiro (e global) nos últimos anos, refletiram na reação da população: enquanto parte da sociedade apresentou receio pela possibilidade da contaminação – e possível morte em sua decorrência –, determinados grupos assumiram comportamento negacionista, tanto em relação aos dados referentes ao contágio e a morte como à própria existência da COVID-19.

Esse negacionismo, sobretudo no cenário nacional, agravou-se perante o posicionamento assumido pelo Governo Federal que, à época, impregnado por discursos que fomentavam esses setores, incentivava a desobediência a diversas orientações para se evitar o contágio, tais como usar máscara e realizar o distanciamento social.

Além disso, nesse momento, notou-se um significativo aumento de produção de informações falsas em relação ao tema. Por exemplo, dentro de um total de 517 checagens de notícias publicadas pela agência de checagem de notícias *Aos fatos*, 249 envolveram a temática da pandemia, o equivalente a 48,2% (PANDEMIA, *apud* DELA-SILVA, 2021).

Nesse mesmo cenário, no qual a imprensa já passava por um processo de descredibilização (ABRAJI, 2022), intensificaram-se as ofensas – morais e físicas – aos profissionais da comunicação. Durante toda a pandemia, tornou-se cada vez mais comum observar práticas de ataque a jornalistas e veículos midiáticos por membros, apoiadores e simpatizantes da gestão que ficou à frente do Governo Federal de 2019 a 2022.

Com relação à última peça que compõe o *corpus* da presente análise, pertencente à terceira fase da campanha “Vacina Sim”, elaborada pela ABERJE em janeiro de 2021, sua produção e circulação se dá no contexto da expectativa do início da vacinação de COVID-19, no Brasil, após um verdadeiro boicote por parte da gestão do Poder Executivo. Esses discursos negacionistas, de descrédito quanto à eficácia das vacinas (INTERCEPT, 2022), passaram a ser observados não só no caso do coronavírus como também de outras doenças, inclusive as consideradas básicas e fundamentais, gerando, por exemplo, um declínio nos índices gerais de vacinação infantil no Brasil (FIOCRUZ, 2022).

Tal cenário, portanto, indica que a referida campanha visa chamar a população para a vacinação contra o coronavírus e acreditar na sua eficácia – além de alertar para a importância da continuidade dos demais cuidados para a prevenção do vírus, mesmo após tomar a vacina.

São essas as condições de produção que constituem os discursos aqui mobilizados para análise, que ganham ampla circulação na mídia, instância entendida como espaço privilegiado para produção e circulação de sentidos (DELA-SILVA, 2015, 2008), à qual nos voltamos a seguir para analisar os ditos e não-ditos sobre o jornalismo tradicional.

Ditos e não-ditos sobre o jornalismo tradicional em tempos de COVID-19

Para a análise dos discursos sobre o jornalismo no *corpus* a que nos voltamos, constituído por peças publicitárias, uma primeira questão que destacamos é o efeito de imbricação entre os discursos publicitários e jornalísticos na mídia, na atualidade. DELA-SILVA (2019, p. 26) aponta que tais efeitos estão na própria utilização das práticas jornalísticas na constituição do discurso publicitário, “fazendo retornar na propaganda sentidos em curso na mídia jornalística”.

Conforme discutido na seção anterior, é observado nas peças em tela um processo dessa imbricação, a qual perpassa todo o *corpus*, retomando sentidos em curso sobre a própria pandemia de COVID-19 tornada acontecimento jornalístico (DELA-SILVA, 2019) na mídia, sendo necessário, para as análises aqui propostas, “ir além do que se diz, do que fica na superfície das evidências”, mas sem se esquecer que “as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele” (ORLANDI, 2001, p. 29-30). Assim, interessa-nos considerar não somente o dito como também o “não-dito” em funcionamento no discurso.

Partimos da propaganda em vídeo “Alerta Coronavírus”, parte da campanha “Desinformação Mata”, lançada pela ABERT no dia 25 de março de 2020, com 30 segundos de duração, de modo a possibilitar a circulação em emissoras de rádio, televisão e nas mais diversas redes sociais. Chama a atenção, de imediato, a questão da seleção e disposição das cores ao longo da propaganda, conforme exposto na Figura 1:

Figura 1: *Print screen* das telas do vídeo “Alerta Coronavírus” (ABERT, 2020)



Fonte: Propaganda em vídeo da ABERT, “Alerta Coronavírus”, disponível em: https://www.abert.org.br/web/videos/ALERTA_CORONAVIRUS.mp4. Acesso em: 10 jun. 2021 (quadro elaborado pelas autoras)

Tendo como base o exemplo de um cartaz de eleições exposto em um *campus* universitário, fornecido por Orlandi (2001), na análise da ação midiática em destaque, observa-se que o preto, presente no fundo da maior parte das telas do vídeo, traz como

memória discursiva, compreendida como o já-dito que constitui todo dizer, efeitos de sentidos de repressão política – comumente associado ao fascismo e ao autoritarismo –, o que nos remete à gestão que ocupava a presidência naquele momento, bem como se relaciona à imagem do luto, da figura da “peste” e morte (a doença). A cor vermelha, por sua vez, produz efeitos atrelados ao imaginário de revolução, de resistência, da luta contra a COVID-19 e as *fake news*, todas as incertezas e angústias que marcaram – e ainda marcam – este período.

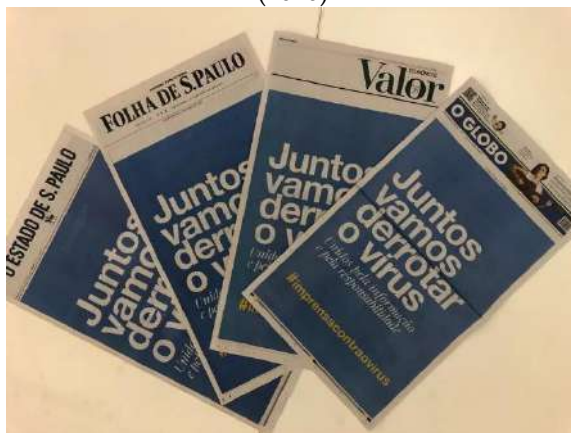
Muito embora a campanha explicita a necessidade de encarar esse cenário “sem medo”, ela própria mobiliza os sentidos de medo (ORLANDI, 2001), a exemplo da primeira e da segunda sequências discursivas (SD1 e SD2)⁴ do vídeo: “O novo coronavírus está aí para ser combatido por todos. Sem medo”. Novamente tomando como base a análise realizada por Orlandi (2001), a utilização da expressão “sem medo”, embora pareça superficialmente como uma forma de encorajamento dos expectadores, também implica na produção de dois efeitos: 1) coloca-se, em primeiro lugar, em suspeita aqueles que promovem o pânico através das *fake news*, do negacionismo ou elaboração de teorias conspiratórias sobre a pandemia; 2) produz-se o efeito de sentido de que, de fato, existe um motivo para ter medo, pois há um perigo, uma ameaça real, como no caso da doença e do real risco de morte.

Retomando as cores utilizadas, em apenas dois quadros não estão presentes o vermelho e o preto. Nesses casos, observamos a presença do fundo azul, imaginariamente associado à paz, racionalidade, segurança; ao passo que a utilização, nessas telas, da cor branca para escrever suas respectivas sentenças remete ao apelo à vida e ao futuro (ORLANDI, 2001). O azul é também a cor de fundo nas peças da ANJ e da ABERJE que compõem nosso *corpus*,

⁴ Além dos prints dos vídeos, em nossos procedimentos de análise também fizemos a transcrição do verbal de cada vídeo, organizado em sequências discursivas, enumeradas na ordem de sua aparição em cada propaganda. É essa numeração de sequências discursivas que retomamos nas análises aqui apresentadas.

reforçando a noção da razão ligada à informação, conforme conferimos a seguir, nas figuras 2 e 3:

Figura 2: Imagem das capas de jornais unificadas pela campanha da ANJ (2020)



Fonte: Principais jornais do país unificam capas: 'Juntos vamos derrotar o vírus'. G1. 23 mar 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2020/03/23/principais-jornais-do-pais-unificam-capas-juntos-vamos-derrotar-o-virus.ghtml>. Acesso em: 02/11/2022.

Figura 3: Imagem da terceira fase da campanha “Vacina Sim” (ABERJE, 2021)



Fonte: Terceira fase da campanha 'Vacina Sim' reforça os cuidados recomendados mesmo após a vacinação. Aberj. 19 abr. 2021. Disponível em: <https://www.aberje.com.br/terceira-fase-da-campanha-vacina-sim-reforca-os-cuidados-recomendados-mesmo-apos-a-vacinacao/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

Na campanha da ABERT, percebemos que, ao citar os veículos de comunicação e o seu comprometimento na divulgação das

"recomendações para evitar o contágio" da doença e no combate às notícias falsas ("Além das recomendações para evitar o contágio, o Rádio e a TV estão unidos na prestação de serviço de interesse público e no combate às notícias falsas" – SD3), traz-se a formação imaginária do papel do comunicador, da imprensa, do jornalista, enquanto responsáveis pelo fornecimento de informações, notícias verdadeiras, sendo esse o instrumento para se superar esses problemas ("As armas para vencer essa batalha têm nome: Informação e compromisso com os fatos" – SD5). As formações imaginárias, conforme Pêcheux ([1969] 1997), correspondem às projeções que presidem todo discurso pelas quais se constituem imagens para os sujeitos em suas posições e também para aquilo sobre o que se diz, no caso, sobre o jornalismo e os jornalistas em suas práticas.

Assim, ao demarcar que a "arma" para combater a propagação de *fake news* é "informação e compromisso com os fatos" (SD5), reforça-se o imaginário de uma informação neutra, objetiva, "real", sempre trazendo à tona a noção de que, em um jornal "objetivo e verdadeiro", os "fatos falam por si", ou seja, a linguagem escolhida está atrelada aos acontecimentos em pauta (MARIANI, 1998, p. 78). Esse mesmo movimento é observado na peça da ANJ, ao afirmar que os veículos de comunicação estão "Unidos pela informação e pela responsabilidade" (SD10). Da mesma forma, o próprio nome "Vacina Sim", da campanha da ABERJE, alude à posição ideológica a que se filia seu discurso, contrário às notícias falsas e aos boicotes relacionados à vacinação.

Além disso, ao longo do vídeo "Alerta Coronavírus", a utilização dos termos "combate", "arma", "vencer", "batalha", "medo", marcam no fio do discurso a memória discursiva de guerras e conflitos, tendo em vista o alto contágio do coronavírus e suas consequências; ao passo que as *fake news*, originadas, sobretudo, por um contexto de acirradas disputas de interesses políticos, confundem a população e a sujeita a erros que a coloca em maior risco de contrair o vírus, motivo pelo qual são utilizadas expressões como "Desinformação mata" (SD6) e a afirmação de que

a contaminação deve ser combatida "sem medo", gesto também encontrado na campanha da ANJ, em sua primeira sequência discursiva, ao afirmar que "Juntos vamos derrotar o vírus".

Dessa forma, observamos a presença do discurso bélico no publicitário no início da pandemia, remetendo-se à imagem de um cenário de incertezas e riscos. Por outro lado, a peça da ABERJE, superficialmente, não mais remete às batalhas contra o vírus, pois ao destacar que, juntamente ao ato de se vacinar, a população deve continuar com todos os métodos de prevenção do contágio – tais como usar máscara, álcool em gel e fazer distanciamento social – liga-se à ideia do "cuidado", da manutenção da saúde e relaciona-se a um cenário no qual a vacina representa a esperança do fim da pandemia. Todavia, essa expectativa da volta à "vida normal" também mobiliza o sentido bélico, de que houve uma guerra que está prestes a ser vencida, mas que ainda requer que a população siga vigilante.

Há um efeito de pré-construído, "efeito do interdiscurso que produz o "sempre-já-aí" da interpelação ideológica que fornece-impõe a 'realidade' e seu 'sentido' sob a forma da universalidade ('o mundo das coisas') aos sujeitos" (PÊCHEUX, [1975] 1997a *apud* DELA-SILVA, 2019, p. 26), relacionado à atribuição de responsabilidade à sociedade que comparece nas ações midiáticas, principalmente a partir da repetição do termo "todos" nas três campanhas em análise. Tal efeito produz, na cadeia de sentidos aqui observados, uma naturalização de que quem se informa por meio dessas fontes ditas confiáveis e comprometidas com os fatos, deve seguir à risca suas indicações para se proteger da doença e, por consequência, quem não segue essas recomendações, não prejudica somente a si, mas coloca toda a sociedade em risco.

No caso do vídeo da ABERT, logo em seu início, afirma-se que "O novo coronavírus está aí para ser combatido por todos" (SD1) e, ao final, articula-se uma súplica em "Faça a sua parte" (SD7) – reforçada, em seguida, por "Vamos juntos" (SD8) –, conferindo a cada cidadão e setor da sociedade a tarefa de cumprir indicações para se evitar o contágio do vírus e o compartilhamento de notícias

falsas. Tal elemento está presente nas sequências discursivas da peça da ABERJE, ao afirmar que esta é “Uma campanha para todos” (SD13) e, novamente, a partir da asserção “Juntos vamos derrotar o vírus”, na campanha da ANJ (SD9).

Considerações finais

No percurso que aqui traçamos, trouxemos algumas reflexões teórico-analíticas acerca do modo como se produzem efeitos de sentidos para as práticas jornalísticas, em nossa formação social, em propagandas em circulação na mídia, durante a pandemia de COVID-19. Nas peças publicitárias em análise, tomando como base os deslocamentos propostos por Pêcheux ([1969] 1997), em relação ao tradicional Esquema Informacional, seu destinador (sujeito em “A”) representa os próprios consórcios e associações, que colocam em circulação sentidos sobre a própria mídia tradicional, com base na formação imaginária de instância competente para comunicar e informar. Eles fornecem à sociedade as notícias verdadeiras, objetivas e imparciais.

Dessa forma, a população assume a posição de destinatário (sujeito em “B”), ou seja, é aquela que depende desse serviço para se informar. Devem, então, buscar esses veículos, que são aqueles que, dentro dessa formação imaginária, possuem autoridade para dizer o que seria verdade ou mentira, produzindo uma relação de sentido na qual o discurso desses meios de comunicação “valem mais” do que o discurso do público quanto à circulação de notícias.

Observamos que essas relações de força estão diretamente atreladas à circulação do imaginário de imparcialidade e isenção jornalísticas, o qual é reforçado pela também imaginária “separação entre opinião e informação na prática de produção das notícias”, observada no processo da consolidação da mídia de massa. Tal movimento resulta na destinação de espaços próprios para que o jornalista emita sua opinião e aqueles nos quais deve-se “somente informar”, dar a notícia (DELA-SILVA, 2021, p. 5952). Assim, evidencia-se esse caráter de competência atribuída a esses

profissionais da comunicação para dizer aquilo que é a informação (o “fato”) e aquilo que representa uma opinião, reforçando essa memória do jornalista enquanto aquele que diz o que é “real” e o que não é; aquilo que pode ser considerado enquanto uma informação procedente ou uma *fake news*.

Por meio da produção de notícias de um jornal, ocorre, conforme Mariani (1998, p. 104), o “contrato imaginário” com o leitor, a partir das leituras e fontes de informação que fizeram – e fazem – parte da “rede de formações imaginárias” da formação social desse mesmo leitor, fazendo com que esse sujeito eleja seu jornal favorito e determine quais são os não confiáveis (os “outros”). Dada a “espessura ideológica”, esse processo não é percebido pelo leitor (MARIANI, 1998), tornando ainda mais naturalizado essa imagem de imparcialidade transmitida pelo jornal.

Assumimos, no entanto, que no jornalismo, o relato “não se constitui por uma evidência em função de um fato, mas como resultado de um gesto interpretativo a partir de uma determinada posição ideológica” (PÊCHEUX, [1975] 1997a, *apud* DELA-SILVA, 2021, p. 5952). Portanto, não há que se falar em total imparcialidade, pois, as perspectivas e tomadas de posição sobre um mesmo acontecimento direcionam ideologicamente a forma como um mesmo fato pode ser transmitido ao público, a depender do veículo de informação.

Dessa forma, a partir das propagandas que compõem o *corpus*, pudemos observar que esse imaginário de imparcialidade e a memória da função do jornalismo estão presentes juntamente ao discurso sobre a saúde. Sob a justificativa da necessidade de prestar informação de interesse público e combater a doença e as notícias falsas, a mídia tradicional, na figura de Consórcios e Associações de Imprensa, Emissoras de Rádio e Televisão, utiliza-se do discurso publicitário para falar sobre si própria, indicando, assim, a existência de uma função política e ideológica na busca pelo resgate do seu prestígio junto à população, marcando, assim, sua tomada de posição no discurso.

Referências

DELA-SILVA, S. (Des) Construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia. In: FLORES, G.B.; NECKEL, N.R.M.; GALLO, S.M.L. (Orgs.). *Análise de discurso em rede: cultura e mídia*. Campinas-SP: Pontes Editores, 2015. p. 231-232.

_____. *O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia*. 225 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

_____. Checar fatos e desmentir boatos: fake news e discurso jornalístico no Brasil. In: *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 18, p. 5949-5961, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/72801>. Acesso em: 29 ago. 2022.

_____. Dos discursos em seu funcionamento: a mídia, o trabalho, o trabalhador. In: *Entremeios: Revista de Estudos do Discurso*, ISSN 2179-3514, v. 20, Especial, dez. 2019.

_____. Efeitos de imbricação em discursos da/na mídia. In: *Triade*, Sorocaba, SP, v. 9, n. 22, p. 47-63, dezembro 2021.

MARIANI, B.S.C. *O PCB e imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1998.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: Princípios e procedimentos*. 3ª ed., Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). [1969] In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 61-106.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. [1975] 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a, p. 142-185.

Sobre o corpus de análise:

ABERT lança campanha de combate à desinformação sobre coronavírus. *Abert*. 25 mar. 2020. Disponível em: <https://www.abert.org.br/web/component/k2/tag/campanha.html> . Acesso em: 10 jun. 2021.

ABRAJI. Tentativa de descredibilização é estratégia frequente nos ataques. *Abraji*. 15 ago. 2022. Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/tentativa-de-descredibilizacao-e-estrategia-frequente-nos-ataques>. Acesso em: 30/01/2022.

ALERTA CORONAVÍRUS. Abert [ONLINE]. 19 mar. 2020. Disponível em: https://www.abert.org.br/web/videos/ALERTA_CORONAVIRUS.mp4. Acesso em: 10 jun. 2021 .

Casos de coronavírus no Brasil em 31 de março. *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/31/casos-de-coronavirus-no-brasil-em-31-de-marco.ghtml> Acesso em: 02/11/2022.

INTERCEPT. Bolsonaro se isolou como o maior líder antivacina do mundo. *Intercept*. 15 jan. 2022. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/01/15/bolsonaro-se-isolou-maior-lider-antivacina-do-mundo/>. Acesso em: 30/01/2023.

OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia. *Paho*. 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic> Acesso em: 02/11/2022.

PANDEMIA é tema preferencial da desinformação, afirma estudo. *Abert*. 8 jan. 2021. Disponível em: <https://www.abert.org.br/web/notmenu/pandemia-e-tema-preferencialda-desinformacao-afirma-estudo.html> . Acesso em: 10 jun. 2021.

PORTAL ABERJE. Terceira fase da campanha 'Vacina Sim' reforça os cuidados recomendados mesmo após a vacinação. *Aberj*. 19 abr. 2021. Disponível em: <https://www.aberje.com.br/terceira-fase-da-campanha-vacina-sim-reforca-os-cuidados-recomendados-mesmo-apos-a-vacinacao/> . Acesso em: 10 jun. 2021.

PORTAL FIOCRUZ. Vacinação infantil sofre queda brusca no Brasil. *Fiocruz*. 19 out. 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/vacinacao-infantil-sofre-queda-brusca-no-brasil#:~:text=No%20dia%2017%20de%20outubro,%25%20para%2071%2C49%25>. Acesso em: 26/01/2023.

Principais jornais do país unificam capas: 'Juntos vamos derrotar o vírus'. *G1*. 23 mar 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/econo>

mia/midia-e-marketing/noticia/2020/03/23/principais-jornais-do-pais-unificam-capas-juntos-vamos-derrotar-o-virus.ghtml. Acesso em: 02/11/2022.

PRÁTICAS DE LEITURA DISCURSIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DO FUNCIONAMENTO DA MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO DOS SENTIDOS SOBRE A MULHER NEGRA

Raquel Danielli Mota¹

Introdução

A presente proposta de trabalho trata de uma pesquisa de doutorado, em fase inicial, que busca pensar a contribuição do aporte teórico metodológico da Análise do discurso de base materialista pecheutiana (1969), também desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi (2003) e pesquisadores por ela formados, para o ensino. Parte-se de uma perspectiva discursiva de língua para propor leituras que possam trazer outros sentidos possíveis para os discursos estabilizados, já postos, sobre a mulher, especificamente a mulher negra, observando o funcionamento da memória e da resistência. Assim, levando em conta que “resistir é aproveitar todas as brechas, rachaduras, abertas pela discursividade e, nesses espaços, tecer sentidos/discursos outros possíveis” (PRUINELLI, 2020, p. 255), a pergunta que se impõe é: como, através dos gestos de leitura, atravessar essa rede de memórias e encontrar margens para a resistência?

Uma vez que a Análise do Discurso, doravante AD, procura entender o funcionamento do texto, que, como objeto simbólico, está ligado aos processos sócio-históricos e é atravessado pela ideologia, é uma teoria que pode oferecer uma importante contribuição para as práticas de leitura na escola. Segundo Andréa

¹ Doutoranda em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação da professora doutora Silmara Dela-da Silva. E-mail: rdmota@id.uff.br. Orcid: 0000-0002-0679-5153.

Rodrigues (2020)² “mobilizar o fazer teórico-metodológico da análise do discurso para o ensino de língua é partir de sentidos outros que podem ajudar a fazer com que esse ensino convoque o aluno a refletir sobre a língua e assumir a autoria sobre seus modos de ler, escrever e falar”. Assumir a perspectiva da AD, na sala de aula, envolve pensar o ensino como prática discursiva, trazer para o debate as condições de produção de leitura na escola, contribuindo para formação de sujeitos que aprendam a refletir sobre a língua, como propõe Freda Indursky (2001).

Para a AD, a leitura é um trabalho que leva em conta a materialidade do discurso para compreender como ele produz sentido. Busca-se neste uma prática de leitura que pressupõe a mobilização de textos que disponibilizem os diferentes posicionamentos possíveis sobre o tema, para que o/a aluno/a, ao interpretar, possa reconhecer e trabalhar com a opacidade da linguagem. Isto implica a compreensão de que o sujeito é historicamente situado, ideologicamente interpelado e que fala a partir de certa posição, afetado pela formação discursiva na qual se inscreve. Dessa forma, o sujeito-leitor vai realizar sua leitura a partir de uma posição, sob certas condições, para produzir sentido sobre um texto também atravessado pelo interdiscurso.

Nessa perspectiva, não existe um sentido em si, ele é determinado pela exterioridade, por posições ideológicas dadas, em determinadas condições de produção. Com base nessa concepção de leitura, considero importante a organização de um arquivo pedagógico para trabalhar com práticas discursivas de leitura sobre a mulher negra na nossa sociedade. Ao mobilizar a noção de arquivo pedagógico, Indursky (2019) salienta que este é organizado pelo/a professor/a e alunos/as, destinado às atividades propostas e desenvolvidas na sala de aula, e que pode ser um modo de aprender que outros discursos atravessam os textos. Portanto, o

² ENCICLOPÉDIA AUDIOVISUAL VIRTUAL DE TERMOS, CONCEITOS E PESQUISAS EM ANÁLISE DO DISCURSO E ÁREAS AFINS, desenvolvida na Universidade Federal Fluminense pelo Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS – UFF) em parceria com o Laboratório de Tradução (LABESTRAD – UFF).

corpus de análise será construído no decorrer do projeto e essa coletânea de textos, organizada da forma descrita, pode contribuir para a construção de uma rede de memória sobre o tema, já que, tal como afirma Indursky (2019), funciona como representação do interdiscurso e da memória discursiva.

Fundamentado em um trajeto temático (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014), em um trajeto do dizer sobre/da mulher negra, a construção do arquivo começa a ser elaborada a partir de uma imagem que mobiliza dizeres sobre o apagamento/comparecimento dessa mulher, considerando a historicidade e condições de produção do discurso sobre ela. Como ponto de partida na construção do arquivo pedagógico, destaca-se a imagem “Retrato de criança no colo da ama”,³ para pensar o funcionamento da memória em um movimento duplo de forclusão e comparecimento, ausência e presença na constituição do discurso sobre essa mulher escravizada, sobre a interdição de sua existência, de sua maternidade, de sua língua, sua origem.

³ Retrato de criança no colo da ama, Cartão-de-visita de Militão Augusto de Azevedo, São Paulo, 1879. Acervo do Museu Paulista IC 16544-0066-2814.

Figura 1 – Retrato de criança no colo da ama



Disponível em: <https://www.studium.iar.unicamp.br/africanidades/koutsoukos/4.html>. Acesso em: 12 jul. 2022.

Tendo em vista que “não há dominação sem resistência” (PÊCHEUX, 2014b, p. 281), é esta a entrada que se impõe em um gesto de leitura que detém o olhar não na névoa que materializa o apagamento, mas na mão que “ousa se revoltar”. Com a pesquisa, viso construir, junto com os/as alunos/as, na forma de um arquivo pedagógico, uma rede de memória constituída pelos materiais postos a ler em sala de aula; propor práticas de leitura discursiva na sala de aula que possibilitem reflexões acerca dos pré-construídos, interdições e processos de silenciamento da mulher negra na sociedade brasileira; investigar como a mulher negra é discursivizada na sociedade, como se dá o processo de construção dessa rede de memória e resistência sobre ela; levantar com os/as alunos/as de uma escola da rede pública de São Gonçalo, questões relevantes para a elaboração de entrevistas com algumas mulheres

negras da cidade; e propor, afinal, a elaboração de uma série documental sobre mulheres negras do município de São Gonçalo, formando novas redes de memória e pontos de resistência simbólica das/sobre as mulheres negras em São Gonçalo.

A sala de aula como ponto de partida

Como professora de língua na rede pública estadual de ensino, o trabalho com a leitura sempre me despertou especial interesse, mas também, de certa forma, inquietação. A leitura como decodificação ainda presente nas práticas escolares, que prioriza a busca de um sentido colado ao texto, bem como a repetição de sentidos já postos que acabavam sendo reproduzidos em sala de aula, fizeram com que eu buscasse novas formas de trabalhar com o texto. Em trabalho anterior (MOTA, 2020), ao desenvolver com uma turma de nono ano do ensino fundamental um projeto de leitura sobre sentidos do masculino e do feminino em diferentes materialidades significantes, deparei-me com o papel da memória sobre a mulher na produção desses sentidos.

Pude perceber, durante as leituras e discussões promovidas, que alguns já ditos sobre a mulher, especificamente a mulher negra, ainda reverberavam naqueles discursos. Cabe aqui notar que, no interior de uma sociedade estruturada pelo racismo⁴ e de base patriarcal, a mulher negra sofre diferentes opressões e interdições combinadas que acabam colocando-a em uma posição subalternizada, hipersexualizada e invisibilizada. Os discursos que na sala de aula circulavam apontavam para a tensão entre um pré-construído sobre a mulher, em diferentes posições sujeito, em nossa sociedade e outros sentidos que foram produzidos por alunos e

⁴Tal qual define Silvio de Almeida (2021, p. 50), “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção”.

alunas durante o percurso. Nesse espaço, processos parafrásticos e polissêmicos⁵ se articularam nos já ditos reproduzidos e novos sentidos produzidos pelas leituras, levantando questionamentos acerca das filiações dessa rede de memória que reforçam determinados sentidos e dos possíveis pontos de resistência presentes. Acredito que a prática discursiva de leitura possa oferecer espaço para a contra-identificação e/ou desidentificação do sujeito-leitor com discursos racistas-sexistas já naturalizados.

Pêcheux ([1975] 2014b) detalha esse funcionamento subjetivo através de três modalidades discursivas segundo as quais o sujeito se liga ou rejeita a evidência do sentido que lhe é fornecida pela formação discursiva que o determina. A primeira delas “consiste numa superposição (um recobrimento) entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que a ‘tomada de posição’ do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do livremente consentido” ([1975] 2014b, p. 199), isto é, há uma identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito. A segunda modalidade caracteriza o discurso do “mau sujeito”, na qual o sujeito da enunciação “se contra-identifica com a formação discursiva que lhe é imposta pelo ‘interdiscurso’ como determinação exterior de sua interioridade subjetiva” (PÊCHEUX, [1975] 2014b, p. 199-200). A terceira modalidade, funciona sob o modo da desidentificação, ocorre a dessubjetivação do sujeito em um trabalho de transformação-deslocamento da forma sujeito. Nesta última, a ideologia funciona “sobre e contra si mesma, através do ‘desarranjo-rearranjo’ do complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX [1975] 2014b, p. 202).

Assim, o sujeito se identifica com um saber ao assumir aquele sentido como verdade, se inscrevendo na mesma formação discursiva, produzindo efeitos semelhantes. Para contra-identificar-se, o sujeito muda a sua posição, mas no interior mesmo

⁵ De acordo com Orlandi (2012, p. 25), “o processo parafrástico é o que permite a produção do mesmo sentido sob várias formas (matriz da linguagem)” enquanto “o processo polissêmico é responsável pelo fato de que sempre são possíveis sentidos diferentes, múltiplos (fonte da linguagem)”.

daquela formação discursiva que o determina. A contra-identificação permite a instalação da diferença e, portanto, institui uma forma de resistência à forma-sujeito. Ao deslizar e romper com a formação discursiva em que estava inscrito, o sujeito desidentifica-se e outras formulações são possíveis, outros efeitos de sentidos são produzidos em uma outra formação discursiva (INDURSKY, 2013).

Considerando que vivemos em uma sociedade na qual os discursos identificados com uma formação discursiva patriarcal-machista são reproduzidos, naturalizados, e que o sentido se produz nessa relação no interior das formações discursivas - determinado pelas formações ideológicas - é fundamental pensar como se dão esses movimentos de repetição, de deslocamento e deriva⁶. Como ressaltam Ceres Carneiro e Silmara Dela-Silva (2021, p. 41-42),

Ainda que não possamos definir a atual formação social brasileira como um patriarcado, temos que “todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas” (ORLANDI, 2015, p. 31) determinam o que é dito na atualidade; assim sendo, sentidos anteriores sobre a posição de inferioridade da mulher seguem fazendo sentido nos dias de hoje, pois os sentidos de todo dizer derivam sempre da convergência entre a memória e a atualidade (PÊCHEUX, [1983] 2008).

Ainda que a proposta de leitura discursiva tenha contribuído bastante para que a polissemia se desse no projeto citado (MOTA, 2020), analisando as produções ao final do trabalho, pude perceber sentidos estabilizados sobre a mulher negra que podem ser repensados discursivamente na sala de aula. Viso propor novas práticas de leitura cujo princípio consiste em, como define Pêcheux ([1983], 2015, p. 44), “multiplicar as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em

⁶ Segundo Indursky(2013, p. 101), “derivar é romper com uma filiação, mas isso, não implica esquecimento nem apagamento, pois os sentidos com os quais houve desidentificação continuam a ressoar desde o interdiscurso juntamente com os novos sentidos”.

outro lugar, de outro modo, a fim de se colocar em posição de ‘entender’⁷ a presença de não ditos no interior do que é dito”.

Dado que o sujeito, na AD, não é empírico, mas uma posição entre outras no discurso, é fundamental considerar, como observam Dantielli Assumpção Garcia e Lucília Maria Abrahão e Souza (2014), que a mulher, ao ser interpelada pela ideologia em sujeito feminino se constitui por um discurso patriarcal/machista, que a coloca em um lugar de submissão e estabelece formas de existência calcadas, entre outras coisas, em um conjunto de traços que apontam como femininos e em uma fragilidade que lhe é atribuída. Entretanto, quando pensamos a interpelação do sujeito-mulher-negra, atravessada também pelo discurso racista e de classe, os sentidos da fragilidade feminina migram para os da mulher “guerreira” que trava uma batalha cotidiana, da força de um sujeito que precisa lidar com a sobrecarga, a precariedade, com o abandono e, ainda assim, ser abnegado.

Na nossa formação social, as identificações de gênero e de raça produzem consequências no processo de reprodução das relações de produção, pois, pela determinação de relações genderificadas e racializadas, é óbvio que o/a negra/o pode e deve ocupar um lugar subalternizado, assim como é óbvio que a mulher também deve ocupar esse lugar: o processo de interpelação ideológica age na produção de evidências na relação do sujeito com as identificações simbólicas de classe, gênero e raça (VINHAS, 2021, p. 147).

Faço aqui, em virtude da especificidade dada, um recorte de gênero, classe e raça para trazer para a proposta uma perspectiva interseccional, contando também com a contribuição de autoras do feminismo negro e decolonial, como Angela Davis (2016), bell hooks (2017, 2018), Sueli Carneiro (2011), Lélia Gonzalez (2019), Patricia Hill Collins (2019), Grada Kilomba (2019), Françoise Vergès (2020), entre outras/os que se debruçam sobre essa questão. Penso que uma leitura que atente ao funcionamento dos discursos sobre

⁷ Aspas do autor.

a mulher negra na nossa sociedade, os silenciamentos,⁸ opressões e interdições que limitam sua existência, possa desestabilizar sentidos já postos, em um processo de reconhecimento dos sujeitos em outros sentidos. É importante salientar que o pensamento feminista interseccional possibilita a compreensão da sobreposição de opressões que acomete a mulher negra, subalternizando, silenciando, marginalizando e afetando a formação da sua subjetividade. Kimberlé Crenshaw define que a

interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (2002, p. 177).

Sueli Carneiro reitera que a mulher negra experimenta uma condição de asfixia social, visto que é a síntese das diferentes opressões que acabam por confiná-la. Para a autora (2020, p. 169), “o ser mulher negra na sociedade brasileira se traduz na tríplice militância contra os processos de exclusão decorrentes da condição de raça, sexo e classe”. Ainda que existam feminismos plurais e que a circulação de suas falas esteja presente em diversos espaços, práticas e discursos sexistas ainda são amplamente (re)produzidos e naturalizados. Pensar no funcionamento da memória sobre mulher negra requer, assim, que se considere sua inscrição sócio histórica atravessada por essas formações ideológicas.

⁸ Sobre o silenciamento, a política do silêncio, Orlandi (2007, p. 29) afirma que “em face dessa dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)”.

Base teórico-metodológica

Esta será uma pesquisa qualitativa cujo aporte teórico-metodológico é o da Análise do discurso materialista, tal qual conceituada por Michel Pêcheux (1969) e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi (2003) e outros pesquisadores. Constituída na imbricação da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise, a AD é uma teoria que, tendo o discurso como objeto, nos leva a compreender os seus modos de funcionamento para produzir sentidos.

Considerando que o objetivo do projeto não é o de quantificar resultados, mas o de propor novas possibilidades de leitura e produção de sentidos, tomando como ponto de partida práticas de leitura discursiva na sala de aula, destacam-se algumas noções fundamentais da AD que nortearão essa proposta tais quais as de memória discursiva, resistência, arquivo e arquivo pedagógico.

É pertinente para a pesquisa analisar como a repetição regularizada de discursos, em diferentes materialidades, constitui retorno a uma memória. Para Indursky (2013, p. 93), “essa retomada remete a uma memória discursiva e se apresenta para o sujeito do discurso revestida da ordem do não-sabido, de um saber anônimo”. A memória discursiva se constitui nessa filiação de dizeres, todo dizer se produz por outros já ditos, o interdiscurso. Pêcheux afirma que:

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem estabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (1999, p. 52).

Para Orlandi (2015, p. 29), a memória é tratada como o interdiscurso e este é definido como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva”. Atravessado pela memória discursiva, os discursos são da ordem do repetível, mas isso não significa que a

repetição seja sempre idêntica, os sentidos podem deslizar para outras formações discursivas. No anexo 3, em “Semântica e Discurso”, Pêcheux ([1975], 2014b, p. 277) diz que o sentido é produzido pelo deslizamento, mas “esse deslizamento não desaparece sem deixar traços no sujeito ego da ‘forma-sujeito’ ideológica, identificada com a evidência de um sentido”. Para o autor, a interpelação ideológica é um ritual e como tal está sujeita a falhas e brechas. Dado que a língua, reunindo estrutura e acontecimento, está inscrita na história, ela é sujeita a falhas pelas quais ocorre a deriva, a resistência.

A resistência, para a AD, é constitutiva da língua já que é uma teoria que trabalha com a opacidade da língua, com o equívoco, com a falha. “É pela resistência que se abre espaço para múltiplas possibilidades interpretativas, para os distintos gestos de leitura, para as formas difusas de promover significação” (PRUINELLI, 2020, p. 253-254). Sendo a interpelação ideológica um ritual, é passível de falhas, portanto, segundo Pêcheux (1990), há sempre pontos de resistência⁹ possíveis dentro do domínio ideológico, pois estabelecem uma relação de sentido que, em seu funcionamento, se abrem para a deriva.

Será também mobilizada para a proposta, a noção de arquivo pensada discursivamente, levando em conta o seu caráter de incompletude e sua opacidade. Em *Ler o arquivo hoje* (2014a, p. 59), Pêcheux define arquivo, em seu sentido amplo, que para além de ser um conjunto de “documentos pertencentes e disponíveis sobre uma questão”, se constitui pelos gestos de leitura. Ao selecionar e organizar, com alunos/as, um conjunto de documentos disponíveis sobre a questão da mulher negra, o que está em jogo são os gestos de leitura discursiva que vão produzir sentidos sobre estes. Para

⁹ Para Pêcheux (1990, p. 170) são resistências: “não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras”.

Pêcheux (2014a, p. 66), “é esta relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente possível de jogo, e a discursividade como inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo”.

A noção de arquivo, tal qual definido por Orlandi (2017, p. 172), tem um caráter de “memória institucionalizada, estabilização de sentidos”. Entretanto, considerando que os gestos de leitura são constitutivos da sua construção e que, no presente projeto, a seleção, organização dos documentos será feita por alunos/as e professora formando um arquivo pedagógico (INDURSKY, 2019), por seu caráter de deslocamento, constitui também um gesto de resistência.

Considerações finais

O trabalho discursivo da leitura, ao compreender o texto como espaço simbólico que, em funcionamento, produz sentidos, permite observar o modo como, na organização interna, a exterioridade está presente. É um gesto que mobiliza a memória do dizer - parte constitutiva do texto - para compreender os modos como, atravessado pelo interdiscurso, os sentidos são produzidos. Ao estabelecer essas relações, a prática discursiva aponta para a heterogeneidade do texto e para plurivocidade dos sentidos produzidos pelos gestos de leitura. “Pensar a prática discursiva da leitura consiste, pois, em um trabalho intenso de desconstrução/estruturação do efeito-texto, ou, se preferirmos, de um tecer, destecer, retecer o texto entrelaçando-o à teia do interdiscurso” (INDURSKY, 2001, p. 40).

Levar para a sala de aula uma perspectiva de leitura discursiva que não só possibilite a compreensão de que há outros sentidos possíveis como também traga uma reflexão sobre o funcionamento de uma rede de memórias e resistência da mulher negra, no município de São Gonçalo, possibilita um gesto de resistência que se dá no reconhecimento do sujeito em novos sentidos.

Acredito que, com o aporte teórico-metodológico da AD, será possível promover novas possibilidades de leitura ao aproximar o

funcionamento do discurso das práticas de leitura na sala de aula, construindo um arquivo pedagógico que, mobilizando a memória discursiva e construindo uma nova rede de memória, possibilite a movência dos sentidos sobre o sujeito feminino na posição de mulher negra e provoque no/a aluno/a compreensão de que há sempre outros sentidos possíveis.

Referências

ALMEIDA, S. L. de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra. 2021.

CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

CARNEIRO, C.; DELA-SILVA, S. A história que a história não conta: o apagamento do poder da imperatriz e da presidenta. In: SILVA, Dalexon Sérgio da; SILVA, Claudemir dos Santos (org.). *Pêcheux em (dis)curso: entre o já-dito e o novo. Uma homenagem à professora Nadia Azevedo*. Vol. 1. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021, p. 39-56.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, V. 10. UFSC. 2002, p. 171-188.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GARCIA, D. A.; SOUSA, L. M. A. A marcha das vadias e a posição-sujeito-mulher: uma resistência constitutiva. *Estudos linguísticos*, São Paulo pp. 1041- 1055, set.-dez. 2014.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 237-256.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. *Gestos de leitura*:

- da história no discurso. 4. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a, p. 169-191.
- HILL COLLINS, P. *Intersectionality as a critical social theory*. Durhan: Duke University Press, 2019.
- hooks, b. *A educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- _____. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- INDURSKY, F. Da heterogeneidade do Discurso à heterogeneidade do Texto e suas Implicações no Processo de Leitura. In: ERNST-PEREIRA, A; FUNCK, S. B. *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, 2001, p. 27-42.
- _____. O trabalho discursivo do sujeito entre o memorável e a deriva. In: *Dossieranálisisdel discurso em Brasil: teoria y prática*. 2013, p. 91-103.
- _____. Leitura, escrita e ensino à luz da análise do discurso. In: NASCIMENTO, L. (org.). *Presenças de Michel Pêcheux da análise do discurso ao ensino*. Campinas: Mercado das Letras, 2019. p. 97-120.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- MOTA, R. D. *A análise do discurso em sala de aula: promovendo outras leituras sobre os sentidos do masculino e do feminino*. 2020. 300f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2020.
- ORLANDI, E. *A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil*. *Anais do I Sead*. Porto Alegre, RS. UFRGS, 2003, p. 1 – 18.
- _____. *As formas do silêncio*. No Movimento dos Sentidos. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- _____. *Discurso e leitura*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- _____. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 12ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

_____. *Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. Traduzido por José Horta Nunes. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, nº 19. Campinas/SP: IEL/UNICAMP, p. 7-24 jul.-dez., 1990.

_____. Análise automática do discurso. In: FRANÇOISE, G.; HOK, T. (org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: editora da UNICAMP, [1969] 1997, p. 61-162.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999, PP. 49-57.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. *Gestos de leitura: da história no discurso*. 4. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a, p. 57-67.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1975] 2014b.

_____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. 7. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, [1983] 2015.

PRUINELLI, A. Resistência. In: LEANDRO FERREIRA, M. C. (org.). *Glossário de termos do discurso*. 1ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020, p. 253- 256.

ENSINO E DISCURSO. Andréa Rodrigues. Niterói, RJ: ENCIDIS-UFF, 17 de set. 2020. 1 vídeo (7 min 10 s). Publicado pelo canal ENCIDIS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ag s6HjxmQkU>. Acesso em 07 de agosto de 2021.

VERGÈS, F. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu editora, 2020.

VINHAS, L. E se fosse ao contrário? Se o gênero nos une, a classe e a raça nos dividem. In: SILVA, Dalexon Sérgio da; SILVA, Claudemir dos Santos (org.). *Pêcheux em (dis) curso: entre o já-dito e o novo. Uma homenagem à professora Nadia Azevedo*. Vol. 1. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021, p. 141-164.

Referência da imagem

MILITÃO, A. de A. Retrato de criança no colo da ama. São Paulo, 1879. Acervo do Museu Paulista IC 16544-0066-2814.

DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE UM ARQUIVO: O DISCURSO SOBRE O CÂNCER EM CAMPANHAS EDUCATIVO-PUBLICITÁRIAS

Rita Rangel de Souza Machado¹

Introdução

O projeto de tese em andamento propõe um estudo em Análise de Discurso (AD) de base materialista, que parte da seguinte pergunta motivadora: como se constrói o discurso do e sobre o câncer? Diante dos mais variados caminhos aos quais ela pode levar, nasceu o desejo de pensar sobre o que dizem e silenciam os cartazes de campanhas educativo-publicitárias de prevenção e controle do câncer promovidas pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA), primeiramente com cartazes impressos e, atualmente, também nos meios digitais. Essas campanhas surgem na década de 1940 e perpetuam-se até os dias atuais. O objetivo de pesquisa é analisar os modos como se produzem os efeitos de sentidos nos referidos cartazes, observando as transformações, as regularidades e os sentidos estabilizados ao longo do tempo.

Do momento atual

Na fase atual da pesquisa, tem-se realizado um levantamento dos principais cartazes de campanhas educativo-publicitárias de controle do câncer postas em circulação pelo INCA e seus órgãos precursores, construindo, assim, um arquivo, que, conforme preconiza a AD, deve ser lido e tratado como um movimento de

¹ Doutoranda em Estudos da Linguagem na UFF sob orientação da professora doutora Silmara Cristina Dela da Silva. E-mail: ritarsmachado@gmail.com.

dizer, mas também de silenciar. Segundo Guilhaumou e Maldidier (2014, p. 169),

O arquivo no interior do qual a análise do discurso clássica recortava seus *corpus* tinha como origem séries textuais impressas, já conhecidas e analisadas pelos historiadores. Quando eventualmente nos interessávamos por sua materialidade, nós a tomávamos como uma evidência.

Os autores já trazem aqui uma crítica na relação dos analistas com o arquivo, já que ele era tomado como uma evidência sem, contudo, o ser. O arquivo não é uma evidência pois seu processo de construção também é atravessado pela história, pela ideologia, pelas estratégias de busca, pelos atravessamentos de quem constrói o arquivo. O que faz e o que não faz parte do arquivo são decisões que sofrem o atravessamento ideológico daquele que o compila. Portanto é preciso pensar o arquivo discursivamente e não o tratar como uma evidência dada, mesmo que, em uma análise, o *corpus* seja recortado de um arquivo constituído por outros, que não o analista. Sobre esse pensar discursivamente o arquivo, Guilhaumou e Maldidier (2014, p 170) vão afirmar que: “Na perspectiva atual, consideramos a complexidade do fato arquivista. O arquivo nunca é dado *a priori*, e em uma primeira leitura, seu funcionamento é opaco”.

Cabe também ressaltar a distinção entre arquivo e *corpus*. Conforme afirmam os autores, o *corpus* é um recorte dentro de um arquivo. Para Courtine (2009, p. 54), um *corpus* é “um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP do discurso”. O autor afirma que, para a construção de um *corpus*, é necessário “delimitar um *campo discursivo de referência* [...], impondo aos materiais uma série sucessiva de restrições que os homogeneizem” (COURTINE, 2014, p. 54). Na etapa atual desta pesquisa, foi definido apenas um primeiro critério: cartazes de campanhas educativo-publicitárias sobre câncer produzidas pelo INCA e seus precursores. Por isso,

essa etapa está sendo entendida apenas como a construção do arquivo, e não do *corpus*, já que ainda não foram delimitados outros campos discursivos de referência.

Na procura de seu dispositivo de arquivo, Guilhaumou e Maldidier (2014) buscam fontes impressas, como panfletos, jornais, livros e cartazes, bem como fontes manuscritas. Nos dias atuais, com a tecnologia digital, as buscas se dão também, e principalmente, nos meios digitais, a partir de sites, publicações online e outros arquivos digitalizados. Ainda assim, pretende-se, nesta pesquisa, realizar uma busca por materiais impressos, principalmente em bibliotecas. Ressalta-se que a recuperação de um começo absoluto do arquivo é impossível, por isso, acredita-se que construir um arquivo é tarefa que, por si, conta com um limite, já que dizeres e documentos se perdem ou não são encontrados, enquanto outros são incluídos.

Procedimentos de construção do arquivo

A construção do arquivo pode ser um grande desafio num processo de pesquisa. Nesta pesquisa, temos por objetivo analisar discursivamente dos cartazes de campanhas educativo-publicitárias produzidas pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA) e seus precursores, desde a década de 1940, quando as campanhas começam a ser desenvolvidas, até os dias atuais. Para que se possa realizar tal análise, a primeira etapa, que está em desenvolvimento, é a construção do arquivo contendo tais cartazes, a fim de que se estabeleçam campos discursivos de referência para a construção de um *corpus* de pesquisa. Dado o percurso temporal proposto, o desafio de recuperação das campanhas para a formação do arquivo é realmente grande.

Importante explicitar um primeiro critério para a composição do arquivo: seu modo de organização. Decidiu-se separar os cartazes de campanhas por décadas. A partir dos anos de 2010, é fácil recuperar os cartazes pelo ano específico em que foram produzidos, contudo, em anos anteriores, muitas vezes não é

possível precisar exatamente o ano, mas sim a década. A organização temporal deste arquivo é de fundamental importância para esta pesquisa, pois a proposta é analisar as regularidades, as transformações e os sentidos estabilizados do discurso do e sobre o câncer ao longo do tempo. Parte-se da hipótese de que, ao entrar em circulação por meio da publicidade, o câncer torna-se um acontecimento e, como tal, é discursivizado, logo passa a produzir sentidos. Para Pêcheux (2015), o discurso comporta estrutura e acontecimento. Dela-Silva, lendo o autor, afirma que “práticas discursivas fazem trabalhar o acontecimento” (ACONTECIMENTO, 2020). Em sua discussão sobre o acontecimento jornalístico, a autora afirma que:

O acontecimento jornalístico é entendido, assim, como uma construção do jornalismo enquanto uma prática discursiva da/na mídia, que não se confunde com existência empírica dos acontecimentos, quaisquer que sejam eles. [...] A narrativa jornalística, ao produzir discurso, produz também o próprio acontecimento que ali é narrado. [...] [O acontecimento é] uma construção que atesta o próprio jornalismo como prática sócio-histórica, como um acontecimento do discurso que pressupõe sujeito e tomadas de posição, então com um gesto de interpretação (ACONTECIMENTO, 2020, 2 min 36 seg).

Por aproximação, é possível afirmar que as campanhas educativo-publicitárias, ao produzirem um discurso sobre a doença, transformam também o câncer em um acontecimento, que não está diretamente relacionado à doença empírica, tanto que, com intuito de “educar”, utilizam-se diversas metáforas. Assim, o câncer entra no imaginário social e histórico, carregado dos sentidos produzidos inclusive por órgãos oficiais, que vão significar nos sujeitos, aos quais cabem o movimento de interpretação. Mas quais sentidos são esses? Eles se mantêm com o transcurso do tempo? Eles se transformam? Tais questões foram fundamentais para se pensar discursivamente a construção do arquivo, organizando-o por décadas. Toda escolha promove

presenças e ausências, ditos e silenciados, contudo parte do fazer do analista é lidar com as possibilidades e, também, com os limites de uma pesquisa.

Serão descritos, então, os procedimentos de busca realizados até agora para a construção do arquivo da pesquisa. Inicialmente, buscaram-se, na exposição *INCA 80 anos de História*, os cartazes que foram formulados na década de 1940. Dos arquivos da exposição, foi possível resgatar sete cartazes, além de uma foto de um caminhão expositor com diversos outros. Contudo, as imagens veículas na foto do caminhão estão muito pequenas e pouco definidas, o que talvez as exclua do *corpus* de análise. Interessante ressaltar que, na exposição, as imagens estão associadas à década de 1930, quando é criado o Centro de Cancerologia, que depois torna-se Serviço Nacional de Câncer (SNC), antecessor do INCA. Contudo, na publicação *De doença desconhecida a problema de saúde pública: o INCA e o controle do câncer no Brasil* (TEIXEIRA E FONSECA, 2007), livro produzido a partir de ampla pesquisa historiográfica, afirma-se que o SNC foi criado em 1941 por uma lei que previa, em seu art. 2º, “que uma das atribuições do Serviço era a propaganda intensiva da prática dos exames periódicos de saúde para a obtenção do diagnóstico precoce da doença” (TEIXEIRA E FONSECA, 2007, p. 93). É a partir daí que campanhas começam a ser criadas e amplamente veiculadas. Logo, considera-se que os cartazes datam da década de 1940.

Reunidos esses cartazes, o passo seguinte foi a busca no portal do INCA, que, em uma aba específica chamada “Publicações”, concentra os materiais da instituição, desde os livros publicados até as referidas campanhas. No site, foi possível encontrar cartazes a partir da década de 2010. Para esta década, foram encontrados 17 cartazes, que, contudo, não percorrem todos os seus anos, tendo alguns com mais de um e outros sem qualquer um disponibilizado no portal. Em relação à década de 2020, foram encontrados oito cartazes. Ressalta-se que essas buscas foram feitas diversas vezes e continuam a ser refeitas, dado que o portal é constantemente atualizado, com acréscimo e decréscimo de materiais, logo, é

possível que, no arquivo construído para esta pesquisa, haja informações que não estejam mais disponíveis no portal do INCA.

Diante de um intervalo de 60 anos entre os cartazes de campanhas encontrados, traçaram-se outras estratégias de busca. Uma delas foi procurar publicações do INCA ou feitas em parceria com o INCA que pudessem retomar a memória histórica das campanhas. A primeira consultada foi a publicação *Dia mundial sem tabaco e dia nacional de combate ao fumo: catálogo de campanhas 1997-2017* (INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA, 2017b), que reúne 20 anos de ações de prevenção do câncer e cessação do tabagismo. Como indicado no título, a partir dessa publicação, foi possível reunir cartazes de campanhas das décadas de 1990, 2000 e 2010, inclusive algumas que não estavam disponíveis no portal do INCA. No ano de 1999, houve uma grande programação artística e esportiva para o combate ao tabagismo, contudo os cartazes presentes na publicação não foram selecionados por se tratar de *flyers* da programação do evento e não de cartazes de campanhas educativo-publicitárias. Outros materiais, como *folders*, adesivos e selos, também não foram incluídos no arquivo. Além das figuras presentes na publicação, o acesso aos arquivos originais para publicação revelou mais dois cartazes que não entraram na versão final do livro. A partir dele, foram totalizados dois cartazes da década de 1990, 25 da década de 2000 e mais seis da década de 2010, além dos já coletados no portal do INCA. A publicação consultada, duas datas anuais relacionadas à cessação de fumar e o fato de o tabagismo ser o principal fator de risco modificável para o câncer fazem com que esse tema seja dominante no arquivo, apesar de não constituir, *a priori*, o recorte de um *corpus* de análise.

Outra publicação consultada foi o catálogo da exposição *Saber saúde: 20 anos – Educação para o controle de câncer no Brasil* (INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA, 2019). Dela, foi possível recuperar seis imagens produzidas pelo cartunista Zivaldo na década de 1980 para as primeiras ações de controle do tabagismo no Brasil. Desse catálogo,

também foram recuperados sete cartazes da década de 2000, também do cartunista Ziraldo, para o programa *Saber Saúde*, sobre diversos temas relacionados à promoção da saúde e, por consequência, à prevenção do câncer. Do catálogo da exposição *A mulher e o câncer de mama no Brasil* (INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA, 2014), foi possível recuperar três cartazes sobre câncer de mama, um do final dos anos 1980, um do início dos anos 1990, este também feito pelo Ziraldo, e outro dos anos de 2010, não disponível no portal do INCA. Do catálogo da exposição *A mulher e o câncer do colo do útero no Brasil* (INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA, 2017a), recuperaram-se dois cartazes da década de 1990, um deles feito também pelo cartunista Ziraldo. Dentro do acervo de imagens dos originais dessa publicação, foi possível recuperar mais dois cartazes da década de 2010, um de câncer de mama, outro de colo do útero.

Após buscar em outras publicações sem resultados positivos, buscou-se o site do projeto *História do Câncer: Atores, Cenários e Políticas Públicas*,² desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). No site do projeto existe uma aba chamada “Acervo de Imagens”. Dentro dessa página, há um link “Controle do Câncer no Brasil – Campanhas Educativas”. Em tese, deveria haver um banco com peças de campanhas educativo-publicitárias sobre o câncer, do INCA e de outras instituições. O *link* encaminha para uma página de busca, contudo essa página, independente do termo selecionado, só leva a uma mensagem de erro. Será necessário, posteriormente, acessar novamente o site para conferir se as peças de campanhas estarão disponíveis. Já no *link* “Fundação das Pioneiras Sociais”, foi possível recuperar um cartaz dos anos 1970. Paralelamente, foi feito contato, por e-mail, com o professor e pesquisador Luiz Teixeira, responsável pelo projeto, e, apesar de

2 Disponível em: <http://www.historiadocancer.coc.fiocruz.br/index.php/pt-br>. Acesso em: 28 out. 2022.

um pronto retorno, ainda não foram obtidos resultados concretos em relação à recuperação desses materiais.

No INCA, está em desenvolvimento um repositório institucional que visa a disponibilizar todas as publicações institucionais existentes nos acervos do INCA, inclusive as peças das campanhas. Contudo, nesse momento, elas ainda não foram digitalizadas, e não foi possível, por hora, ter acesso ao material impresso. Foi feito também contato com o Serviço de Comunicação Social, responsável pela produção e pelo arquivamento desses materiais, com a finalidade de buscar outros cartazes além dos disponíveis na internet, mas ainda não se obtiveram resultados através desse canal. Outras estratégias de busca serão necessárias, como ida às bibliotecas do INCA e da Fiocruz, para tentar encontrar materiais das décadas de 1950, 1960 e 1970, na tentativa de construir um arquivo que fale das regularidades e transformações do discurso do e sobre o câncer no atravessamento do tempo. Esses foram os caminhos traçados até aqui na tentativa de construção do arquivo de pesquisa.

Por um efeito de fecho

Conforme aponta Pêcheux (2014),

Seria do maior interesse reconstruir a história deste sistema diferencial dos *gestos de leitura* subjacente, na construção do arquivo, no acesso aos documentos e a maneira de apreendê-los, nas práticas silenciosas de leitura “espontânea” reconstituíveis a partir de seus efeitos na escritura: consistiria em marcar e reconhecer as evidências práticas que organizam essas leituras, mergulhando a “leitura literal” (enquanto apreensão-do-documento) numa “leitura” interpretativa – que já é uma escritura. Assim começaria a se constituir *um espaço polêmico das maneiras de ler*, uma descrição do “trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele-mesmo, uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma” (PÊCHEUX, 2014, p. 59).

Neste momento de pesquisa, ainda não se está promovendo diretamente a leitura do arquivo, quer seja literal, quer seja interpretativa. Entretanto é perceptível que o próprio processo de construção do arquivo já implica alguns gestos de leitura, ainda que iniciais. Quando se enxerga, no arquivo, uma aparição relevante de um tema, por exemplo, o tabagismo, conforme citado, já se está, de alguma forma, empreendendo uma leitura, ou “escutando” o arquivo, pois, conforme afirmam Guilhaumou e Maldidier (2014, p. 182), a “materialidade do arquivo impõe sua própria lei à descrição”. Construir o arquivo, portanto, não se dá sem atravessamentos e produção de sentido.

O arquivo, portanto, não é um mero conjunto de documentos, mas se faz a partir do gesto de leitura que incide sobre esse próprio arquivo, construído a partir do atravessamento ideológico, pois aquilo que está posto cria um efeito de evidência, silenciando outros arquivos possíveis: outra seleção, outra forma de organização, outro critério. Assim, tem-se buscado, em diferentes lugares, pelos cartazes de campanhas educativo-publicitárias sobre o câncer produzidas pelo INCA, a fim de construir esse arquivo sobre o qual serão lançados nossos gestos de leitura.

Referências

ACONTECIMENTO jornalístico. In: *Enciclopédia Virtual de Análise do Discurso* – enciDIS. Niterói: Canal enciDIS UFF. 2020. 1 vídeo (6 min 54 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=arIKhycYMYw>. Acesso em: 11 set. 2021.

COURTINE, J.J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. 1. ed. 1. reimp. São Carlos: EdUFSCar, 2014. 250 p.

GUILHAUMOU, J; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. P. *Gestos de leitura*: da história no discurso. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2014. p. 169-192.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. *A mulher e o câncer de mama no Brasil*. Rio de Janeiro: INCA, 2014.

_____. *A mulher e o câncer do colo do útero no Brasil*. Rio de Janeiro: INCA, 2017a.

_____. *Dia mundial sem tabaco e dia nacional de combate ao fumo: catálogo de campanhas 1997-2017*. Rio de Janeiro: INCA, 2017b.

_____. *Saber saúde: 20 anos – Educação para o controle de câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: INCA, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA; CASA OSWALDO CRUZ. *INCA 80 anos de história na saúde pública do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Cultural do Ministério da Saúde, 2017. Exposição. Disponível em: <http://www.ccms.saude.gov.br/inca80anos/historia/oserviconacionaldecancer.html>. Acesso em: 19 jun. 2021.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2014. p. 57-68.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 7. ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2015. 66 p.

TEIXEIRA, L. A.; FONSECA, C. M. O. *De doença desconhecida a problema de saúde pública: o INCA e o controle do câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2007.

BÍBLIA EM CENA: O DISCURSO PRESIDENCIAL OFICIAL EM ANÁLISE

Rudá da Costa Perini¹

Introdução

O presente capítulo, produto das reflexões e análises desenvolvidas em minha tese de doutoramento, tem como objetivo geral compreender a relação que se constitui entre o discurso religioso e o discurso político do trigésimo oitavo presidente do Brasil. A análise em tela se sustenta no aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso materialista, tal qual postulada por Michel Pêcheux e continuada por Eni Orlandi, e tem como objetivo principal apresentar um gesto de análise do discurso presidencial oficial em sua relação com o discurso religioso.

Face à equivocidade da noção de discurso religioso, proponho, para o recorte aqui empreendido, a noção de discurso bíblico, mas, como se mostrará mais à frente, esse discurso, que toma como base material a Bíblia Sagrada, tem funcionamento particular ao ser instrumentalizado pelo discurso político presidencial, noutras palavras, ao ser reproduzido/atualizado a serviço de certo projeto político.

Em vista da multiplicidade de vertentes religiosas de matriz cristã que baseiam suas doutrinas na Bíblia – como por exemplo a Igreja Católica ortodoxa e a Carismática; as igrejas evangélicas Pentecostais, Neopentecostais, Batistas, cada qual com suas

¹ Doutorando em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação da professora doutora Vanise Gomes de Medeiros com pesquisa financiada por bolsa CAPES. Professor substituto de Língua Portuguesa e Linguística da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT). E-mail: ruda.perini@unemat.br. Orcid: 0000-0002-9676-5803.

denominações e visões teológicas em maior ou menor grau distintas –, é notável que são diferentes as interpretações do texto bíblico e, por conseguinte, heterogêneos os efeitos de sentido delas decorrentes. Algumas denominações apoiam-se numa visão mais atualizada, considerando as condições históricas de produção das Escrituras e a conjuntura social contemporânea, outras sustentam-se em uma visão veterotestamentária, privilegiando determinadas crenças sustentadas pelo Velho Testamento.

Nessa direção, entendo que a Bíblia Sagrada se caracteriza como um objeto em disputa no tecido social, outrossim, como um instrumento de luta ideológica – não só entre segmentos religiosos, mas também para além deles –, o que Pêcheux (2016[1983]) chama de objeto paradoxal. A interpretação dos fragmentos de discurso que ecoam da Bíblia não significam a mesma coisa para todos e podem mudar de sentido a depender da posição discursiva daqueles que os enunciam e da formação discursiva que os sustentam. Dito de outro modo, palavras como “Deus”, “fé”, “família”, “verdade”, entre outras funcionam como objetos paradoxais, aqueles que marcadamente refletem as lutas ideológicas. Os objetos paradoxais “são, simultaneamente idênticos consigo mesmos e se comportam antagonicamente consigo mesmos. [...] funcionam em relações de força móveis, em mudanças confusas, que levam a concordâncias e oposições extremamente instáveis” (PÊCHEUX (2016[1983], p. 115-116).

Convém destacar, ainda, que vimos nesses anos de trigésimo governo o retorno contundente das pautas de costume que se traduzem numa preocupação obsessiva com questões relativas à estrutura familiar heteronormativa² e questões de sexualidade e

2 Conforme Petry e Meyer (2011, p. 195), “a heteronormatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade de acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologicista e determinista, há duas – e apenas duas – possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho. Haveria, conforme ressalta Guacira Louro (1999), uma lógica na representação hegemônica do gênero e da sexualidade que definiria uma

gênero. Após as eleições de 2018, presenciamos o crescimento de ataques moralistas às artes de um modo geral, mas sobretudo a qualquer manifestação artística que questione a tradição cristã ou debata sexualidade; além disso, assistimos o aumento da representação evangélica na política e uma relação cada vez mais estreita entre o trigésimo oitavo presidente e lideranças religiosas, especialmente as evangélicas neopentecostais.

Essa agenda conservadora encabeçada pelas lideranças pentecostais e neopentecostais se alia a interesses das elites financeiras, sobretudo com o setor do agronegócio (mobilizado pela defesa do sagrado valor da propriedade privada) e das armas (que mobiliza o medo da violência e a falsa sensação de autoproteção e proteção da família). No período eleitoral de 2018, muitos desses líderes religiosos não só declararam publicamente apoio à candidatura do trigésimo oitavo presidente, como também pregaram em seu favor em suas igrejas e mídias de massa. Logo, o processo de ingresso e permanência da representação evangélica, sobretudo neopentecostal, na política se mostra como um sintoma associado ao que Cunha, Nabuco e Chirio (2021) denominam de virada conservadora no Brasil.

O discurso presidencial e o discurso bíblico: um gesto de análise

Nos recortes (ORLANDI, 1987, p. 139) produzidos nesta análise, importa adiantar, predomina o modo de dizer balizado pelo “para quem se diz”. O material analisado consiste em três vídeos que registram cerimônias realizadas para e/ou por religiosos evangélicos nas quais o sujeito-presidente fala *in loco* a esse público.

O primeiro vídeo em análise trata-se do registro da fala presidencial no Encontro do Conselho de Ministros Evangélicos do

coerência ‘natural’ e ‘inerente’ entre sexo-gênero-sexualidade; isto é, cada sexo só poderia interessar-se pelo sexo oposto (sexualidade heterossexual) e este interesse seria ratificado pela possibilidade procriativa”.

Brasil, ocorrido no Rio de Janeiro em 11 de abril de 2019. O vídeo, parte da programação jornalística da TV Brasil, canal governamental oficial na plataforma YouTube. Nesse evento, o presidente fala a lideranças e congressistas evangélicos.

Recorte 1 – Encontro do Conselho de Ministros Evangélicos do Brasil

Há pouco ouvi o pastor americano John Hagee fazer uma veemente pregação aqui, falando sobre Israel. E minha vida é feita de muita coincidência. Uma agora, nesses dias, no meio da minha pré-campanha, estive em Israel, além dos meus 3 filhos, que muitos teimam em afastá-los de mim, mas ninguém afasta o filho do pai, ou o pai do filho, estivemos juntos lá. E lá também estive o nosso querido Gidalti, que por coincidência fez aqui a dublagem não é? Dublou aqui o nosso querido John Hagee. Então, um prazer muito grande. E também estava na minha comitiva em Israel e na outra ponta da linha também na minha comitiva em Israel, estava o pastor Geraldo, presente aqui e ele no mesmo voo meu, de Brasília pra cá, uma dupla coincidência. E, mais ainda, nessa viagem na Europa aconteceu uma coisa comigo que tocou minha alma, eu fui convidado naquela época, naquele momento, a se batizar e o pastor presente à comitiva fez com que nós, eu e meus filhos, descêssemos nas águas do Rio Jordão. Tocou minha alma aquela ida a Israel, aquela passagem por lá.

Os demais, prezado, prezado senhor Malafaia, o senhor falou aqui em tecnologia de água, parabéns. Falou até que a precipitação pluviométrica em Israel é menor do que o semiárido nordestino. Mas hoje, por coincidência, está em Campina Grande o nosso Marcos Pontes, astronauta, ele está inaugurando lá o Centro de Testes e Tecnologia de Dessalinização e também o laboratório de referência de dessalinização. Tecnologia israelense.

E presente, aqui, um amigo que não via desde as eleições, quase chorei, confesso. E espero encontrar brevemente com ele e que nós nunca mais nos afastamentos, meu prezado Magno Malta.

Prezado pastor John Hagee, eu estava em Anápolis, num carro de som, numa pré-campanha - pré-campanha, Dias Toffoli, quero deixar bem claro, não estava em campanha, não - quando... Jamais vou confessar qualquer crime aqui. Quando chegou-me a notícia de que Donald Trump havia reconhecido Jerusalém, havia transferido a embaixada dos Estados Unidos para Jerusalém. Tinha no fundo, assim, uma bandeira de Israel. Mandeí ver a bandeira e falei que aquilo passaria a ser um compromisso nosso: buscar uma maneira de, efetivamente, também reconhecer. E como disse o Silas Malafaia aqui: quem decide onde é a

capital ou não de Israel é o seu povo, é o seu governo, são os seus parlamentares, e assumimos aquele compromisso.

Fonte: Presidente Bolsonaro participa de Congresso Nacional de Pastores. Marca de 35 seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=nt42hpr2iL8> . Acesso em: 08 ago. 2022.

A fala do sujeito-presidente, marcada pela palavra “coincidências”, que carrega uma memória religiosa de algo inexplicável ligado aos planos divinos para a vida dos seres humanos, se inicia com uma menção a fatos passados; primeiro, ao episódio em que, durante a pré-campanha da eleição presidencial de 2018, ele esteve pela primeira vez em Israel com seus três filhos e lá foram convidados a descer ao Rio Jordão para se batizar.

Nesse introito, em que fala de coincidências fortuitas (como a presença do pastor Everaldo na comitiva que acompanhou essa viagem a Israel e, graças a isso, realizou o batismo do sujeito-presidente), já se nota a presença do nome de um local tido como sagrado no discurso bíblico, o rio no qual, segundo a narrativa bíblica, o próprio Jesus foi batizado. O relato do sujeito-presidente produz um efeito de sentido significativo ao atualizar a memória do batismo de Cristo: o corpo de cristo e o seu tocam as mesmas águas e nelas se banham da bênção divina que, por meio do rito sacramental, abre caminho para a salvação eterna. Esse efeito de sentido, pelo não dito, ao atualizar a memória do batismo do filho de Deus, simula uma aproximação, pela presença do corpo no espaço e pela performance do rito (batismo), entre o sujeito-presidente, e o próprio corpo de Jesus. Desse modo, produz-se uma autoimagem messiânica cujo sentido teológico se sustenta na memória discursiva bíblica.

O relato segue e, ainda mencionando o período de pré-campanha, o sujeito-presidente alude a outro episódio em que esteve em Anápolis e recebeu a notícia de que Donald Trump, então presidente dos Estados Unidos da América, havia transferido

a embaixada dos EUA para Jerusalém.³ Em meio a esse relato, captura a escuta analítica enunciado proferido em tom jocoso, que, inclusive, provoca o riso da plateia, no qual alerta ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Tóffoli, presente na plateia e agora seu interlocutor: “Eu estava em Anápolis, num carro de som, numa pré-campanha; pré-campanha, Dias Tóffoli, deixar bem claro, não estava em campanha não... (risos). Jamais vou confessar qualquer crime aqui.”

Chama a atenção o modo como fala o sujeito-presidente aos evangélicos, com tom amistoso, por vezes informal, como se contasse algo a amigos. Irrompe, nesse fragmento do discurso presidencial, o sentido de confissão, que, nessas condições de produção, parece coadunar o jurídico (confessar um crime) ao religioso (confessar um pecado). Na formulação, a negação introduzida pelo advérbio “jamais” interdita a possibilidade de confissão e, contraditoriamente, desnuda a possibilidade de existência de “crime”. Isto é, a própria negação da confissão funciona discursivamente como falha, equívoco; ao negar que fará a confissão o sujeito confessa que houve crime.

Noutro momento dessa fala, evoca um já repisado versículo bíblico:

3 A mudança de embaixada, ato político do governo dos EUA ocorrido em 2018, foi mais um dos episódios na longa história de intervenções imperialistas do EUA no território disputado historicamente por israelenses e palestinos. A questão do conflito entre Israel e Palestina, dada sua complexidade, não será aprofundada aqui. Ressalvo apenas que este trabalho se posiciona criticamente às medidas violentas, colonialistas e de limpeza étnica adotadas pelo estado de Israel há décadas. A série “Introdução à Palestina” produzida pela historiadora dra. Sabrina Fernandes, aborda de modo bem fundamentado a questão. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v70xyAufhLc>. Ver também Said (2012).

Recorte 2 – Encontro do Conselho de Ministros Evangélicos do Brasil

Há poucas semanas, nós não fugimos a tradição nenhuma. Nós passamos a votar lá na urna, nas questões dos direitos humanos, de acordo com João 8:32, e de acordo com a verdade, então, por coincidência, passamos a votar junto com os Estados Unidos e com Israel.

Fonte: Presidente Bolsonaro participa de Congresso Nacional de Pastores. Marca de 5min 15 seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=nt42hpr2iL8> . Acesso em: 08 ago. 2022.

Nesse recorte é citado o versículo João 8:32, que remete aos ensinamentos de Cristo, portanto, à verdade divina: “E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. Ao citar o versículo e enunciar “de acordo com a verdade”, produz-se um efeito de que sua decisão política, “votar junto com os Estados Unidos e Israel”, se reveste pelo efeito de verdade que se projeta a partir da Palavra, já que evoca o versículo e enuncia agir de acordo com ele. O recorte 2, ao mesmo tempo que ilumina o fato de uma decisão política ter sido tomada com base no que versa o texto bíblico, apaga a inscrição de duas posições-sujeito contraditórias, quais sejam: uma posição-sujeito que enuncia em nome da verdade; e outra posição-sujeito que publicamente difunde numerosos boatos, mentiras e factoides.⁴

No recorte 3, observa-se outro funcionamento:

Recorte 3 – Encontro do Conselho de Ministros Evangélicos do Brasil

E o meu compromisso, que é o do Witzel, o nosso compromisso, dos meus ministros, das pessoas de bem, dos evangélicos, dos cidadãos de maneira geral, é buscar maneira de transformar o nosso país no que é Israel hoje em dia. Olha o que eles não têm e veja o que eles são. Eles não têm riquezas minerais, não tem água, não tem biodiversidade, não tem terras férteis, não tem grandes áreas turísticas, a não ser aquelas bíblicas. E olhe nós, olha o que nós temos. Nós temos tudo. Temos tudo. E olha o que nós não somos. O que nos falta? Falta fé. Nos falta gente que sirva de exemplo para os demais.

⁴ Cf: <https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-chega-1000-declaracoes-falsas-ou-distorcidas-com-492-dias-de-mandato/> . Acesso em: 25 ago. 2022.

Fonte: Presidente Bolsonaro participa de Congresso Nacional de Pastores. Marca de 8min 20 seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=nt42hpr2iL8> . Acesso em: 08 ago. 2022.

O discurso presidencial constrói uma comparação opositiva entre Brasil e Israel que coloca Israel como modelo que sirva de base para transformar o país, o que é posto como um compromisso político e cidadão de “transformar o nosso país no que é Israel hoje em dia”. A comparação em tela opera pelo jogo de oposições marcada pelos verbos “ter” e “ser”:

Olha o que eles não têm e veja o que eles são

x

olha o que nós temos [...] E olha o que nós não somos

Essa comparação direciona o discurso a uma pergunta que propõe esclarecer, por fim, a causa da diferença entre os países: “O que nos falta?”. A resposta, ignorando qualquer análise histórica, social, cultural ou econômica, é direta e contundente: “Falta fé”. Na formulação, o discurso bíblico intervém se materializando no item lexical “fé” e no sentido que vai se construindo de que a fé, mas não qualquer fé, é a ferramenta de transformação necessária que falta ao Brasil. Esse processo silencia o meio concreto de transformação social que cabe ao poder público, isto é, as políticas públicas gestadas democraticamente e executadas de maneira eficiente.

No recorte 4, pode-se observar o modo como o sujeito-presidente atribui sua recuperação do ferimento causado por uma facada, sofrida durante atentado à sua vida no período de campanha, à intervenção divina.

Recorte 4 – Encontro do Conselho de Ministros Evangélicos do Brasil

Estou vivo hoje por um milagre de Deus. Agradeço às orações dos senhores. Cheguei a essa condição que cheguei, que quase ninguém acreditava lá trás. Até lá em casa tinha problema, né? Ué, você vai chegar só domingo? Que que está acontecendo contigo? Tá certo? Mas, conseguimos chegar quase que por um milagre. Eu vou dizer: é um milagre, sim, no meu entender. Perto do que nós

tínhamos, perto do que os outros tinham. Mas esse milagre eu chamo missão de Deus. E essa missão, juntamente com os senhores e com o povo de bem do Brasil, nós a cumprimos. E o Brasil chegará, sim, a um porto seguro. Meus irmãos evangélicos, meu muito obrigado a todos os senhores e senhoras. Obrigado por ter confiado em mim. Obrigado por ter depositado em mim o voto nas últimas eleições. E eu só peço cada vez mais a Deus, além de me capacitar, obviamente, é que ele esteja sempre ao nosso lado para que nós possamos colocar o Brasil no lugar que ele bem merece no mundo.

Fonte: Presidente Bolsonaro participa de Congresso Nacional de Pastores.
Marca de 9min 34 seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=nt42hpr2iL8> . Acesso em: 08 ago. 2022.

Vale notar o sentido de “milagre”, que na narrativa bíblica significa um fenômeno sobrenatural por meio do qual Deus intervém no mundo físico operando feitos inexplicáveis aos olhos do homem. Aqui, o “milagre” significa dois acontecimentos distintos. Primeiro, a recuperação do atentado à facada: “Estou vivo hoje por um milagre de Deus”; e depois a vitória eleitoral: “Mas, conseguimos chegar quase que por um milagre. Eu vou dizer: é um milagre, sim, no meu entender”. Na última formulação, o sujeito manifesta, no primeiro segmento, o sentido de incerteza sobre o fenômeno materializado na palavra “quase”. Esse sentido se desfaz no fio do discurso de modo que, logo a seguir, o sujeito se volta sobre o próprio dizer, retificando-o: “é um milagre, sim, no meu entender”. Isto é, na construção do discurso, não cabe indecisão sobre a natureza divina do acontecimento, a convicção (fé) acerca do “milagre” precisa ser inabalável, afinal, o bom servo não pode duvidar do poder do seu Senhor. A confirmação do “milagre” vem logo adiante: “Mas esse milagre eu chamo missão de Deus”. Assim, articula-se o primeiro milagre ao segundo numa relação de causalidade que produz o seguinte efeito de sentido: a vida do sujeito-presidente foi salva por Deus (primeiro milagre), pois este tinha uma missão destinada àquele, vencer as eleições (segundo milagre).

Outro enunciado que materializa o discurso bíblico, não exatamente por um versículo, mas por um saber que permeia a

narrativa bíblica é: “E eu só peço cada vez mais a Deus, além de me capacitar, obviamente, é que ele esteja sempre ao nosso lado [...]”. Aqui ressoa um dizer proferido meses antes em um culto ocorrido em 31 de outubro na igreja evangélica Assembleia de Deus Vitória em Cristo, do pastor Silas Malafaia. Nesse culto, celebrado para o recém-eleito presidente, este diz: “Tenho certeza de que não sou o mais capacitado, mas Deus capacita os escolhidos”. A formulação pode parecer um atestado de incompetência para dada posição, porém funciona discursivamente como uma confirmação da intervenção divina, pois Deus o escolheu e, portanto, o capacitará para a “missão” de ser o presidente do Brasil. No mesmo culto, o pastor Silas Malafaia corrobora esse efeito de sentido, tomando a vitória eleitoral como referente discursivo, afirma, citando Coríntios 1, 27:

Deus escolheu as coisas loucas, para confundir as sábias. Deus escolheu as coisas fracas, para confundir as fortes. Agora a coisa vai ser mais profunda: Deus escolheu as coisas vis, de pouco valor, as desprezíveis, que podem ser descartadas, as que não são, para confundir as que são. Para que nenhuma carne se glorie diante dele. É por isso que Deus te escolheu.⁵

Essa pregação é um ponto importante para compreender o imbricamento entre o discurso bíblico e o discurso presidencial. O próprio sujeito presidente adere ao reconhecimento de que não é o mais capacitado para a tarefa. E isso não é acidental, pois para a construção dessa posição-sujeito passa a não importar as qualidades relevantes ao exercício da chefia do poder executivo federal. Não importa a incompetência como político. Não importa a inépcia e a irresponsabilidade como figura pública. Tudo isso é silenciado. No fio do discurso, esses aspectos são, por efeito ideológico, sobrepostos por “Deus capacita os escolhidos”. Ou seja, reconhece-se ao mesmo tempo como incapacitado, mas escolhido. Portanto, nesse pérfido simulacro de balança cósmica, o que mais

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E4E58Wz0XHQ>.

pesa é a suposta escolha divina do messias, uma fabricada missão conferida e assegurada por Deus em detrimento de qualificações prescindíveis ao exercício da função social de presidente.

A seguir, introduzo mais recortes efetuados em dois outros vídeos que registram falas do sujeito-presidente, respectivamente no Encontro Internacional de Missões dos Gideões, ocorrido 02 de maio de 2019, e na Celebração dos 108 anos da Assembleia de Deus em Belém ocorrida em 13 de junho de 2019. Os recortes seguintes iluminam a repetição de certos enunciados, essa repetição vai se mostrando uma regularidade no discurso presidencial.

Recorte 5 – Encontro Internacional de Missões dos Gideões



Fonte: Discurso do presidente Jair Bolsonaro na Encontro Internacional de Missões dos Gideões. Marca de 28seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=SAhzPUOrrE8>. Acesso em: 08 ago. 2022

Recorte 6 – Encontro Internacional de Missões dos Gideões

*O ano passado estive aqui. Ainda era um pré-candidato. E sabia das dificuldades que teria pela frente. Quem enfrentava... apenas oponentes, não adversários, não inimigos. E nós crescemos até porque, creio eu, tinha como lema, uma bandeira, algumas palavras de uma passagem bíblica, **João 8:32: "E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará"** (aplausos). Certa vez uma repórter me perguntou se eu tinha alguma chance de chegar sem mentir, porque isso, quase sempre, quase sempre, foi uma lógica no meu meio político. Eu disse-lhe, se é para mentir, perderei as eleições. Mas nós tínhamos o que os outros não tinha: o povo ao nosso lado e muita fé em nosso Deus, nosso Senhor. [...].*

Passei por um momento difícil na minha vida no dia 06 de setembro. Fui salvo por um milagre. Agradeço a Deus por ter salvo a minha vida. Agradeço a vocês pelas orações. Atingimos um objetivo. E esse objetivo, prezado Zilmar Miguel, eu o entendo como uma missão de Deus. Que ao lado de vocês, pessoas tementes a Deus, nós cumprimos essa missão. Até porque, vocês sabem, Ele não escolhe o mais capacitado, Ele capacita os escolhidos. [...].

E para não falar muito, a maior experiência que tive em minha vida foi na minha primeira viagem, no ano retrasado, para o Estado de Israel. Estive lá com os meus três filhos. E uma coisa marca qualquer um que visita aquela terra. Aquela terra santa. A terra de Jesus. Lá não tem nada de recursos naturais, de biodiversidade, de riquezas minerais, de áreas agricultáveis. Praticamente é um grande deserto. E a gente, o que percebe é o seguinte, a gente olha o que eles não têm e enxerga o que eles têm. A gente vem para nossa terra maravilhosa chamada Brasil. Oito milhões e meio de quilômetros quadrados. O menor estado é Sergipe, é maior que o Estado de Israel. E olha o que nós não somos. O que nos falta, comandante Moisés, pastor Zilmar, meus irmãos. Falta-nos é fé. É acreditar. [...].

Fonte: Discurso do presidente Jair Bolsonaro na Encontro Internacional de Missões dos Gideões. Marca de 3min 57seg a 7min 16seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=SAhzPUOrrE8>. Acesso em: 08 ago. 2022

Recorte 7 – Celebração dos 108 anos da Assembleia de Deus



Fonte: Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante o Culto de Celebração e Momento Cívico em Comemoração dos 108 Anos da Assembleia de Deus no Brasil- Belém/PA. Marca de 9 seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mrlcxm2jIZc>. Acesso em: 08 ago. 2022

Recorte 8 – Celebração dos 108 anos da Assembleia de Deus

*Há pouco, em uma outra igreja evangélica eu fiz um paralelo de algo que estava sendo votado no Supremo Tribunal Federal. E com todo respeito ao Supremo Tribunal Federal, porque o assunto era tipificar homofobia como se racismo fosse. Naquele templo, naquela igreja, eu perguntei aos irmãos: **será que não está na hora de termos um evangélico no Supremo Tribunal Federal?** (aplausos). [...] **O estado é laico, mas eu, nós todos, somos cristãos. Respeitamos a maioria. Respeitamos a minoria, mas o Brasil é um país cristão.** [...].*

*Há pouco nós vimos o que estava acontecendo no Brasil. Em 2014, sozinho; obviamente com Deus acima de tudo, eu perguntei a mim mesmo: o que posso fazer para mudar o Brasil? Se nada tinha naquele momento... E resolvi andar sozinho num primeiro momento pelo Brasil. E vi, senti, qual era sede do povo? **Acreditem, em primeiro lugar, a verdade. E nós fomos no livro de João 8:32: "E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará".** [...].*

Um incidente no meio do caminho e desde aquele momento, a nossa vida muda. Devo a Deus a minha vida.

*Em Brasília procuro fazer o melhor para todos. Não tenho ambições. Tenho responsabilidade. **Reconheço as minhas deficiências, mas todos vocês sabem aqui: Deus capacita os escolhidos.***

Fonte: Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante o Culto de Celebração e Momento Cívico em Comemoração dos 108 Anos da Assembleia de Deus no Brasil- Belém/PA. Marca de 2min 44seg a 6min 40seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mslxcxm2jIZc>. Acesso em: 08 ago. 2022

Nos dois eventos registrados pela TV Brasil, o Encontro Internacional de Missões dos Gideões (recortes 5 e 6) e o Culto de Celebração e Momento Cívico em Comemoração dos 108 Anos da Assembleia de Deus no Brasil (recortes 7 e 8), observa-se a presença do sujeito-presidente acompanhado de várias lideranças religiosas evangélicas pentecostais e neopentecostais. A câmera, nos dois vídeos, enquadra, em primeiro plano o sujeito-presidente, e em plano de fundo, os rostos conhecidos desses outros sujeitos pastores, bispos, deputados e senadores evangélicos.

No recorte 8, comparece outro enunciado de suma importância à compreensão da discursividade em análise. Como antecipei no início deste trabalho, o imbricamento entre o discurso

bíblico e o político tem um funcionamento próprio que, ao fazer um uso cínico e hipócrita de palavras, versículos, dizeres bíblicos, os colocam a serviço de um projeto de poder do qual é parte vital a comunidade evangélica, em especial a pentecostal e neopentecostal. Ao narrar visita recente a outra igreja evangélica, o sujeito-presidente reproduz uma pergunta feita naquela ocasião: “será que não está na hora de termos um evangélico no Supremo Tribunal Federal?”. Ter um evangélico no STF, para essa posição-sujeito, implica a defesa dos interesses e anseios da comunidade evangélica em uma instância fundamental ao funcionamento democrático (ainda que nos termos de uma democracia burguesa) das instituições. Ou seja, galgar-se-ia, nessa perspectiva, (mais) um lugar estratégico de poder nas instituições.

Em seguida, lemos o enunciado: “O estado é laico, mas eu, nós todos, somos cristãos.” A estrutura sintática desvela o choque entre saberes antagônicos. Esse funcionamento Courtine (2014[1981]) chama de enunciado dividido, isto é, aquele em que o confronto entre formações discursivas antagônicas se marca na língua. Nessa perspectiva, entendo que o enunciado em tela dá a ver o confronto entre o discurso constitucional e o discurso bíblico, confronto, portanto, entre o saber advindo de um instrumento jurídico e um instrumento religioso:

O estado é laico

x

mas eu, nós todos, somos cristãos

A conjunção adversativa “mas” marca, na língua, o choque entre discursos. O peso argumentativo da adversativa “mas eu, nós todos, somos cristãos”, por efeito sintático-semântico cristalizado pelo uso em nossa língua, é maior do que o da coordenada “o estado é laico”. Noutras palavras, “mas eu, nós todos, somos cristãos” se sobrepõe argumentativamente a “o estado é laico”. No plano discursivo, portanto, o discurso bíblico subjuga o discurso constitucional. A Bíblia Sagrada é autoridade maior que a

Constituição Federal. Logo, em nome da Bíblia se pode dizer/fazer qualquer coisa, à despeito das leis vigentes.

Com base na análise empreendida até aqui, é possível interpretar que se constituem, pela repetição de certos enunciados, redes parafrásticas que vão atualizando o discurso bíblico. Convém, portanto, identificar que aí se constitui uma formação discursiva a qual intitulo de Formação Discursiva Bíblica Neopentecostal (FDBN). Veja-se abaixo um esboço que expõe essa cadeia parafrástica:

Quadro 1 – Redes parafrásticas de FDBN

<p>Nós passamos a votar lá na urna, nas questões dos direitos humanos, de acordo com João 8:32 [...]</p> <p>E nós crescemos até porque, creio eu, tinha como lema, uma bandeira, algumas palavras de uma passagem bíblica, João 8:32: “E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”.</p> <p>E vi, senti, qual era sede do povo? Acreditem, em primeiro lugar, a verdade. E nós fomos no livro de João 8:32: “E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. [...].</p>
<p>O que nos falta? Falta fé.</p> <p>O que nos falta, comandante Moisés, pastor Zilmar, meus irmãos.</p> <p>Falta-nos é fé. É acreditar. [...].</p>
<p>Estou vivo hoje por um milagre de Deus.</p> <p>Passei por um momento difícil na minha vida no dia 06 de setembro.</p> <p>Fui salvo por um milagre. [...] Atingimos um objetivo. E esse objetivo, prezado Zilmar Miguel, eu o entendo como uma missão de Deus.</p> <p>Um incidente no meio do caminho e desde aquele momento, a nossa vida muda. Devo a Deus a minha vida.</p>
<p>E eu só peço cada vez mais a Deus, além de me capacitar [...]</p> <p>Tenho certeza de que não sou o mais capacitado, mas Deus capacita os escolhidos.</p> <p>Ele não escolhe o mais capacitado, Ele capacita os escolhidos. [...].</p> <p>Reconheço as minhas deficiências, mas todos vocês sabem aqui: Deus capacita os escolhidos.</p>

Para, por ora, concluir

No presente texto, apresentei análise de um material composto por três vídeos institucionais que registram falas oficiais do sujeito-presidente em situações enunciativas em que falou aos evangélicos. Nessa análise, busquei compreender os efeitos de sentido que vão se constituindo no discurso presidencial, notada sua materialmente inscrita relação com o discurso bíblico.

A partir da análise conclui-se que o discurso bíblico, ao ser cooptado pelo discurso político, tanto funciona como um instrumento, usado com cinismo e hipocrisia, a serviço de um projeto político de poder,⁶ como um modo de dizer que convoca o sujeito cristão evangélico a se identificar. O discurso presidencial, por conseguinte, atualiza sentidos que vão se estabilizando pela repetição ao formar redes parafrásticas. Por esse caminho, interpreto que se constitui uma formação discursiva bíblica neopentecostal a qual sustenta, como um de seus efeitos de sentido mais consequentes, o sentido de que a Bíblia, a despeito da própria Constituição, é o instrumento de mais alta autoridade. Esse mecanismo discursivo chancela um dizer/fazer autoritário, que autoriza a si mesmo a tudo poder. Afinal, qualquer coisa, inclusive a mais vil atrocidade, pode ser feita em nome de Deus, já que apenas Deus está acima de todos.

Referências

CASTRO ROCHA, J. C. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de uma Brasil pós-político*. Goiânia: Caminhos, 2021.

6 A esse respeito vale a pena ressaltar a leitura que faz de Castro Rocha (2021). Para o autor, “certas denominações neopentecostais articulam há muito tempo um projeto político” (p. 334). Toma como o exemplo o livro *Plano de Poder*, de Edir Macedo, bispo da IURD, permeado por uma visão de mundo veterotestamentária, em que se discute tópicos como, por exemplo, “a visão estadista de Deus”.

- COURTINE, J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2014[1981].
- CUNHA, D.; NABUCO, R.; CHIRIO, M. (org.). *Crise política e virada conservadora no Brasil (2014-2018): o abismo brasileiro no espelho do mundo*. 1 ed. Curitiba: Appris, 2021.
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2ªed. Campinas: Pontes, 1987.
- PÊCHEUX, M. Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal? In: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso Michel Pêcheux*. 4 ed. Campinas: Pontes editores, 2016[1983].
- PETRY, A. R.; MEYER, D. E. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. *Textos & Contextos*, v. 10, n. 1, p. 193 - 198, Porto Alegre, jan./jul. 2011.
- SAID, E. W. *A questão da palestina*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE SENTIDOS DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE

Samantha Hoehr Appel Patricio¹

Introdução

Este capítulo visa a apresentar a pesquisa de mestrado em andamento integrante do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense e é decorrente do trabalho apresentado no XIII Seminário dos Alunos dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras (SAPPIL-UFF). A dissertação busca mapear e analisar as instituições de sentidos no que tange ao ensino bilíngue e plurilíngue na educação pública do Estado do Rio de Janeiro nos documentos educacionais oficiais e na prática escolar. Nesse sentido, a proposta irá percorrer o seguinte caminho: primeiramente apresentar a metodologia da investigação, explanando os principais referenciais teóricos da cartografia como método de pesquisa-intervenção (KASTRUP; BARROS, 2015) e da concepção de semântica global (MAINGUENEAU, 2008 [1984]) da Análise do Discurso de base enunciativa; por fim, trazer o esboço de uma análise do documento de Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL/MEC, 2020) para a oferta de Educação Plurilíngue, que foi aprovado em 9 de julho de 2020 e que segue aguardando homologação.

A ascensão das escolas bilíngues no Rio de Janeiro

De modo geral, ao considerarmos o ensino de línguas adicionais nas redes públicas de ensino do Estado do Rio de

¹ Mestranda em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação da professora doutora Dayala Paiva de Medeiros Vargens. E-mail: samanthaappel@id.uff.br.

Janeiro, concebemos uma proposta de política educacional que, apesar de historicamente priorizar o ensino de língua inglesa, durante alguns anos preservou espaço para a oferta de outras línguas como o espanhol e o francês ainda que sempre de forma restrita. No ano de 2009, foi criado, pela Prefeitura do Rio, o Programa Rio Criança Global (doravante PRCG), por meio da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ) pelo Decreto Municipal nº 31187/2009 (RIO DE JANEIRO, 2009). O Programa tinha por objetivo fortalecer e expandir o ensino da Língua Inglesa para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental nas escolas da Prefeitura do Estado.

Sob o argumento de que o inglês era uma demanda em crescimento exponencial devido aos eventos que da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 que a cidade sediaria, a Secretaria Municipal de Educação criou um plano estratégico, e conseqüentemente o PRCG, para a implementação de escolas bilíngües. As primeiras instituições a serem contempladas com o Programa foram a Escola Municipal Professor Afonso Várzea, localizada no Complexo do Alemão, e o CIEP Augusto Pinheiro de Carvalho situado em Marechal Hermes, ambas na Zona Norte do Rio. Em 2014, a Escola Municipal Holanda foi implementada e passou a oferecer o ensino bilíngüe na Língua Espanhola, sendo a primeira no segmento. A partir de 2018, a SME ampliou o número de escolas bilíngües e foram selecionadas 11 unidades escolares para a implantação dessa língua.

Com o crescimento exponencial desse segmento, não apenas no âmbito público, como também no privado, o Conselho Nacional de Educação passou a receber inúmeras solicitações sobre a necessidade da elaboração de documentos que estabeleçam a base nacional comum dessas escolas para que seja possível estabelecer as normas que vão direcionar e organizar o trabalho dos docentes em sala de aula. Portanto, o CNE constituiu uma Comissão com diversos conselheiros, tendo por objetivo analisar e normatizar as escolas bilíngües e internacionais no Brasil, gerando, assim, o documento de Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta de

Educação Plurilíngue que terá uma análise parcial na parte final deste artigo.

Cartografia: um paradigma de pesquisa

O método de pesquisa científica tradicional considera o objeto a ser pesquisado como um elemento já existente e que somente será desvendado por meio do processo de análise. Nessa perspectiva, o pesquisador ocupa um posto de distanciamento com relação ao objeto analisado, por se acreditar que uma análise eficaz dar-se-á unicamente se for realizada respeitando a neutralidade do pesquisador, que deve isentar-se como sujeito sócio-histórico² ao longo desse processo. Desse modo, a pesquisa é concebida como um processo vertical em que o cientista se inclina para observar os fenômenos ali dispostos e descreve os processos que transcorrem o objeto no momento de análise. Nesse cenário, concebe-se um perfil de pesquisador que deve manter um certo distanciamento e imparcialidade para com o seu objeto, por acreditar que esse movimento não trará implicações na pesquisa proveniente do juízo de valor do pesquisador.

A proposta de Análise de Discurso (doravante AD) não se desenvolve a partir do mesmo paradigma da pesquisa tradicional e, por essa razão, muitas das vezes, é considerada uma ciência com “ausência de metodologia”, o que, na realidade, não condiz. De acordo com Deusdará e Rocha (2021 p. 120) “se há algo que ‘falta’ à metodologia em AD, é, sem dúvida, uma rígida fronteira erigida entre a discussão conceitual, os procedimentos de seleção e a análise de material”. Ou seja, a Análise de Discurso não possui limites tão bem demarcados nos seus corpúsculos, metodologia e quadro teórico, mas isso não significa necessariamente que a AD seja uma ciência sem metodologia porque “não se trata de uma ação sem

2 Conceito proposto pelos estudos de Vygotsky no campo da psicologia que considera que todo indivíduo é interpelado como sujeito pelo contexto social e histórico, não se limitando somente ao biológico.

direção” (BARROS; PASSOS, 2015, p. 17). Nessa perspectiva, o analista deve filiar-se ao acompanhamento de processos ao invés de tentar capturar identidades e/ou estado de coisas em uma tentativa ineficaz de isenção da subjetividade por parte do analista:

O desafio é o de realizar uma reversão do sentido tradicional de método – não mais um caminhar para alcançar metas prefixadas (*meta-hódos*), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas. A reversão, então, afirma um *hódos-metá*. A diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados. (PASSOS, BARROS, 2015, p. 17).

A presente pesquisa se pautará no método cartográfico que compreende esse processo como uma pesquisa-intervenção por não ter a pretensão de isolar o seu objeto, assim como o método da ciência moderna geralmente faz, seguindo por uma via única, que o isola dos processos que o constituem. “Ao contrário, o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente.” (KASTRUP; BARROS, 2015, p. 57). Para tal, é inevitável que o analista se deixe levar pelo campo “coletivo de forças” visto que “o desafio da cartografia é justamente a investigação de formas, porém, indissociadas de sua dimensão processual, ou seja, do plano coletivo das forças moventes” (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2015, p. 99).

A cartografia não tem por intuito isolar o objeto de suas conjunturas de cunho histórico, tampouco de suas vinculações estabelecidas com o mundo, conforme tratado anteriormente. À luz do sociólogo Aaron Cicourel (1980), o objetivo da Análise Cartográfica de Discurso é acompanhar processos em curso, aproximando, assim, o método cartográfico dos pressupostos da pesquisa etnográfica em que o pesquisador participa ativamente do processo de análise, ou seja, além de observar os fatos, ele considera as múltiplas conexões que podem existir, permitindo que o

pesquisador se permita ser modificado pela experiência ao mesmo tempo que a modifica. Esse pressuposto se baseia em uma percepção fundamental da pragmática que conjectura a linguagem como forma de ação sobre o mundo em que vivemos.

Dessa forma, devemos considerar que, por meio da língua, não apenas se diz, como também se age. A língua não deve ser concebida como mero instrumento de comunicação mental dos nossos pensamentos posto que a realidade também se constrói por meio dos enunciados linguísticos no momento de enunciação. Um acontecimento se dá quando um sujeito emprega verbos performativos, ou seja, sua realização remete a um ato que seja de natureza verbal. Tomaremos por exemplo o verbo “jurar”: se um sujeito profere este verbo em um enunciado como no exemplo “eu juro que estou falando a verdade”, o dito verbo não está representando uma ação dada anteriormente no mundo, mas sim está delimitando a realização do ato de “jurar”, proferido pelo sujeito, no momento em que o diz, o que sustenta o argumento de que “a linguagem não seria mero instrumento à disposição de uma mente para re(a)presentação de um mundo “lá fora” à espera de ser descoberto” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 244).

Assim sendo, não cabe, nesta pesquisa, uma análise que dissocia as palavras e os textos na função de constituição do mundo. A linguagem não é somente um instrumento que opera com a finalidade de puramente recontar o que acontece no mundo, como se fosse uma espécie de representação do real. Não podemos considerar que as ações acontecem de forma isolada da linguagem, sendo dadas sempre em um momento de anterioridade ao momento de enunciação. Palavras não só reproduzem o que acontece no mundo, mais do que isso, elas também são encarregadas de produzir o mundo.

Se discurso é tudo isso – simultaneamente produção textual e produção de uma comunidade –, então, não é possível supor que ele mantenha uma relação de mera representação com o mundo: o discurso não pode simplesmente representá-lo porque ele não está

distanciado do mundo, ou seja, ele também participa desse mundo. Seria, talvez, preferível assumir que a linguagem tem, sim, algum poder de representação, mas o mundo já não coincidiria exatamente com a representação desse mundo por intermédio da linguagem, uma vez que, ao fazer referência a esse mundo, a linguagem congela o tempo, altera distâncias, oferecendo-nos um retrato – sempre parcial – de um dado momento, o retrato de uma realidade passada e/ou de uma nova paisagem que não coincide com as coordenadas geográficas de tudo o que pode ser verificado no “mundo ao vivo”. (ROCHA, 2014, p. 624).

A cartografia, tradicionalmente, é a ciência relacionada ao campo de conhecimento geográfico e que se empenha em obter um conhecimento mais preciso dos espaços que ocupamos (ou não) na superfície terrestre, representando a realidade de forma geográfica. Essa ciência possui embasamento nos preceitos da matemática para possibilitar a elaboração de representações gráficas de mapas, gráficos e tabelas, como também demonstrar a distribuição populacional no espaço trazendo características de caráter político, econômico e social. Por isso, a cartografia serve para orientar a localização espacial e auxiliar nos deslocamentos dos seres humanos no espaço geográfico.

O termo “cartografia” utiliza especificidades da geografia para criar relações de diferença entre “territórios” e dar conta de um “espaço”. Assim, “Cartografia” é um termo que faz referência à ideia de “mapa”, contrapondo à topologia quantitativa, que caracteriza o terreno de forma estática e extensa, uma outra de cunho dinâmico, que procura capturar intensidades, ou seja, disponível ao registro do acompanhamento das transformações decorridas no terreno percorrido e à implicação do sujeito percebedor no mundo cartografado. (FONSECA e KIRST, 2003, p. 92).

Aqui, a cartografia é uma prática construída a partir de uma analogia com o trabalho do cartógrafo “tradicional”, que é o de analisar e mapear um ambiente no tempo em que o navega. Assim

sendo, essa perspectiva do discurso possui um pesquisador que assume a posição de um cartógrafo, que observa e conhece o ambiente com profundidade, para elaborar o melhor mapeamento realizável ao longo do percurso da sua pesquisa. Torna-se, assim, possível no decorrer do processo que o pesquisador seja implicado pelo objeto e, claro, que o implique igualmente. Afinal, “sempre que o cartógrafo entra em campo há processos em curso” (KASTRUP; BARROS, 2015, p. 55), e para a imersão nesse campo, o cartógrafo deve estar apto ao mergulho na experiência já que essa prática não pode ser aprendida nos livros e manuais, e sim na vivência.

No nosso caso, não vamos nos referir ao mapeamento de territórios, como o campo da geografia faz, mas sim a um mapeamento de campos de forças e de relações. Deve-se considerar que todo conhecimento se produz nesse âmbito. Nesse jogo de forças, temos o cruzamento de diversos valores, interesses, crenças, desejos e ideologias que interferem diretamente na constituição do dispositivo ao qual analisaremos. Como a cartografia toma o método da pesquisa como intervenção, devemos sempre pensar em um trabalho de “análise das implicações coletivas, sempre locais e concretas” (PASSOS; BARROS, 2015, p. 19). A compreensão de Lourau (2004a) a respeito da implicação é de que ela:

[...] diz respeito menos à vontade consciente ou intenção dos indivíduos do que às forças inconscientes (o inconsciente institucional) que se atravessam constituindo valores, interesses, expectativas, compromissos, desejos, crenças, isto é, as formas que se instituem como dada realidade. A análise é, então, o trabalho de quebra dessas formas instituídas para dar expressão ao processo de institucionalização. (PASSOS; BARROS, 2015, p. 20).

O método da cartografia pressupõe a dissolução do ponto de vista do observador, “traçado pelo plano da experiência” (PASSOS; BARROS, 2015 p. 18) que, no ato de cartografar, mergulha nesse plano visto que lá é o local “onde conhecer e fazer se tornam inseparáveis, impedindo qualquer pretensão à neutralidade”

(PASSOS; BARROS, 2015, p. 30). Nesse método, a neutralidade do pesquisador no que tange à pesquisa é fora de cogitação já que aqui a investigação é concebida como um modo de intervenção da realidade porque “não há neutralidade do conhecimento, pois toda pesquisa intervém sobre a realidade mais do que apenas a representa” (PASSOS; BARROS, 2015, p. 21). Desse modo, pesquisador e objeto não se separam em uma posição de distanciamento entre ambos, e sim se estabelecem imbricando os pontos de vista da terceira pessoa com o da primeira a fim de “penetrar a circularidade que aparece na experiência do conhecer o conhecimento” (PASSOS; EIRADO, 2015, p. 122).

À vista disso que Passos e Barros (2015, p. 19) afirmam que “a análise aqui se faz sem distanciamento, já que está mergulhada na experiência coletiva em que tudo e todos estão implicados”. Todo conhecimento é produzido em um campo de implicações que se cruzam. Mais do que mapear os sentidos instituídos nos discursos a respeito da educação bilíngue nos documentos oficiais e na prática escolar, esta pesquisa busca contribuir no processo de disputa desses sentidos, por meio do tensionamento das supostas “verdades” que estão estabelecidas na sociedade e que não são problematizadas. Esta possibilidade se dá principalmente pelo fato de que essa metodologia nos permite refletir a respeito dos processos de institucionalização.

No processo de produção de conhecimento, há que se colocar em análise os atravessamentos que compõem um “campo” de pesquisa. Estas forças que se atravessam foram inicialmente designadas pelo institucionalismo de transferência e contratransferência institucionais, sendo em seguida pensadas como implicações. (PASSOS; BARROS, 2015, p. 21).

A noção de institucionalização faz-se importante aqui uma vez que esse é um conceito central para que pensemos nas implicações do sujeito-pesquisador. Para tal fim, vamos resgatar as reflexões de Deusará e Rocha (2021) a respeito do institucionalismo. Os

autores se baseiam nos conceitos de base francesa que pensam nas instituições enquanto sinônimas de organização ou aparelho. Essa concepção deve ser evitada porque se aproxima de uma análise do discurso de linha francesa que trabalha com a noção de produção de sentidos a partir de práticas que se continuam no tempo. As instituições são lógicas, abstratas e subjetivas, e elas se estabelecem a partir de um jogo de forças que se consolida de forma estável, mas não é imutável. Tal conceito é de grande valia para os estudos discursivos já que as instituições funcionam como um mecanismo fundamental na sociedade:

Com efeito, uma coisa são as organizações que, a exemplo da escola, da universidade, do hospital etc., promovem a produção de sentidos para algo e uma outra ordem que chamaremos de instituições: a formação, a saúde, a verdade etc. Tal perspectiva traz a vantagem de se conceber uma instituição como resultante de forças diversas e cujas formas estão sempre em um equilíbrio que podemos dizer “metaestável”, ou seja, configuram-se como realidades disputadas por múltiplas vozes. Afinal, em um espaço-tempo determinado, são diversos os aparelhos / as organizações que, em seu funcionamento, contribuem para produção de instituições como, por exemplo, a saúde, a verdade, a razão etc. (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021 p. 181).

Assim sendo, nesta pesquisa, ancoramo-nos nessas reflexões e noções da perspectiva cartográfica que servem de pilar para a nossa prática de análise. A cartografia nada mais é que uma “forma de conceber e se relacionar com o conhecimento e a prática de investigação” (DEUSDARÁ, ROCHA, 2021, p. 203). Ela não é um método pré-estabelecido, os autores nem empregam essa palavra por ela carregar o sentido de um processo estático, o que nada se assemelha com o percurso que a cartografia faz. Na perspectiva cartográfica, o processo daquilo que é estudado é o que se põe ênfase, propiciando ao pesquisador a possibilidade de olhar para o seu objeto de estudo a 360º mapeando cada parte desse território. Dessa forma, as estratégias metodológicas de uma pesquisa se constroem na relação processual com o próprio objeto.

Semântica Global: por uma proposta de análise discursiva

Na ótica da semântica global, o discurso é concebido a partir da integração de todos os seus planos da discursividade visto que, segundo Maingueneau, a palavra em si, de forma isolada, não constitui uma unidade pertinente de análise, todavia, é a relação semântica que ela consolida com outras palavras e com outras unidades do discurso que compõe o objeto possível de investigação. Segundo o linguista, em uma análise não se deve apreender o discurso privilegiando apenas um dos seus planos constituintes, mas sim “integrando-os todos ao mesmo tempo, tanto na ordem do enunciado quanto no da enunciação” (MAINGUENEAU, 2008 [1984], p. 75). Essa perspectiva se dá em razão de que a análise de somente um plano discursivo talvez não seja suficiente para dar conta de todos os processos enunciativos.

Para o linguista francês, o discurso é múltiplo em todas as suas dimensões, e devemos tomá-lo sem distinção de termos fundamentais e superficiais, afinal, precisamos apreender toda a significância discursiva no momento de análise. Além do mais, essa análise não precisa ser efetuada em etapas diferentes para que se obtenha uma relação entre os distintos planos. Esse conceito oferece importante contribuição para o embasamento teórico da pesquisa, visto que as marcas enunciativas de um discurso podem ser apreendidas a partir dos elementos que são constituintes dos planos discursivos, que são: intertextualidade, vocabulário, tema, estatuto do enunciador e do destinatário, dêixis enunciativa, modo de enunciação e modo de coesão.

Maingueneau (2008 [1984]) adota o primado da interdiscursividade para a compreensão do funcionamento discursivo e destaca que uma característica importante para a semântica global é a intertextualidade, que é definida como “tipos de relações intertextuais que a competência discursiva define como legítimas” (MAINGUENEAU, 2008 [1984], p. 77), conceito este que é diferenciado de intertexto, sendo “o conjunto e os fragmentos que ele cita efetivamente” (MAINGUENEAU, 2008 [1984], p. 77).

Ademais, ele também separa a intertextualidade interna da externa, sendo a primeira a encarregada pela memória discursiva e a segunda a relação estabelecida com outros discursos, sejam eles citáveis ou não.

O autor também sinaliza que a noção de vocabulário é uma dimensão que não deve ser tomada como um objeto de análise isolado porque os discursos não possuem um léxico próprio, as palavras “não são empregadas a não ser em razão de suas virtualidades de sentido em língua” (MAINGUENEAU, 2008 [1984], p. 81). Já o tema é uma dimensão imprecisa porque pode ser utilizada em níveis diversos, e para o analista, o foco não deve ser o próprio tema, e sim o “seu tratamento semântico” (MAINGUENEAU, 2008 [1984], p. 82). Quase nenhum tema é original em um discurso, já que eles estão difundidos em todos os outros. Mesmo que sejam antagonônicos, eles estabelecem um diálogo.

Outro conceito importante é o do estatuto do enunciador e do enunciatário, que Maingueneau caracteriza desta forma: “os diversos modos da subjetividade enunciativa dependem igualmente da competência discursiva, sendo que cada discurso define o estatuto que o enunciador deve se atribuir e o que deve atribuir a seu destinatário para legitimar seu dizer” (MAINGUENEAU, 2008 [1984], p. 87). Essa relação se estabelece por meio de uma dupla relação: a institucional, que complementa a relação entre ambos, e a intertextual, que se filia com as diversas fontes de saber. Ademais, no que concerne ao ato de enunciação Maingueneau (2008 [1984], p. 88) explica:

O ato da enunciação supõe a instauração de uma “dêixis” espaciotemporal que cada discurso constrói em função de seu próprio universo. Não se trata, pois, das datas, dos locais em que foram produzidas e os enunciados efetivos, tanto mais que o estatuto textual dos enunciadores não coincide com a realidade biográfica dos autores.

De acordo com o exposto na citação acima, o importante no ato da enunciação não seriam as instâncias como o espaço e o tempo bem marcados por datas e locais específicos em que o discurso foi proferido, e sim a sua dêixis, que é representada pelos pronomes e advérbios. Esses elementos definem a instância de enunciação, definindo fatores como a cena e a cronologia, que legitimam a enunciação e que, portanto, são fundamentais para uma análise. Como nesta pesquisa, em que não é importante considerar a data exata de enunciação de um documento de diretriz educacional, porque ela fora de contexto não terá muito o que nos dizer, vale-se, na análise, do momento específico que essa enunciação foi feita.

O modo de enunciação é a maneira específica de dizer, que é automaticamente filiada ao gênero discursivo e ao tom, uma vez que todo discurso “produz um espaço onde se desdobra uma “voz” que lhe é própria” (MAINGUENEAU, 2008 [1984], p. 91). Quer dizer, mesmo que esteja escrito, o discurso possui uma voz própria, que é só sua. Contudo, Maingueneau afirma que não tem serventia estabelecer um “primado” da voz já que ela é somente um dos planos constitutivos da discursividade. No ato de enunciação, o destinatário não é um agente passivo que só consome as ideias, há uma “incorporação” de esquemas que asseguram a legitimação dos dizeres em um ato discursivo.

E por fim, a última dimensão da semântica global: o modo de coesão. Essa noção se relaciona com a “maneira pela qual um discurso constrói sua rede de remissões internas” (MAINGUENEAU, 2008 [1984], p. 94). De certa maneira, os modos de encadeamento do discurso resultam do modo de coesão em virtude de que cada formação discursiva possui uma maneira específica de construir os seus arranjos discursivos. Para o autor, todas as unidades, pequenas ou grandes, não podem escapar da semântica global, e é por isso que esse campo não se destina a analisar somente ideias isoladas, tampouco privilegiando um plano, e sim concebendo todas as esferas necessárias para o funcionamento do discurso.

Para elucidar como a perspectiva cartográfica e a semântica global serão incorporadas no processo de análise da pesquisa de mestrado, teremos aqui uma breve análise de um fragmento do documento de Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta de Educação Plurilíngue, que, por se tratar de um documento que ditará as diretrizes educacionais no contexto de educação plurilíngue, encontraremos um indicativo de como se estabelecer uma educação linguística nesse contexto em específico:

Imagem 1

Ainda que haja uma plêiade de entendimento sobre o que seja um bom ensino de línguas adicionais, alguns componentes se repetem. Entre eles, estágios de aprendizagem, assim como a sua exigência de coerência entre tempos de exposição às línguas, didática, recursos e metodologias tendo em vista os objetivos de aprendizagem estabelecidos no projeto pedagógico da instituição educacional, na adequação aos horizontes dos seus estudantes e à exequibilidade consoante o domínio técnico linguístico e dos componentes curriculares pelos seus professores. Nesse sentido, educação plurilíngue ou bilíngue implica menos o ensino de língua e mais o aprendizado da língua adicional pelo uso estruturado em conteúdos e contextos culturais relevantes.

BRASIL/MEC. Conselho Nacional de Educação. Câmara de educação Básica. Projeto de resolução. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Plurilíngue*. 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?opti=on=com_docman&view=download&alias=1_56861-pceb002-20&category_slug=setembro-2020-pdf&Itemid=30192

No primeiro grifo vemos o indicativo de que há uma unanimidade com relação ao que constitui “um bom ensino de línguas adicionais”. Porém, qual é a origem dessa compreensão? Quais são os parâmetros e critérios utilizados para que se analise se um ensino está sendo bom ou não? Alguns critérios são citados como os estágios da aprendizagem e a exigência de coerência no tempo em que os alunos são expostos à língua adicional. Como determinar qual é o tempo em que cada aluno deve estar em um estágio de aprendizagem em uma turma múltipla com, muitas das vezes, cerca de 30 alunos, com subjetividades e necessidades diferentes.

No segundo grifo, fala-se sobre a adequação aos horizontes dos estudantes. A escolha da palavra “horizonte” nos remete às projeções futuras da vida dos alunos, uma relação que se filia ao âmbito temporal, e não espacial. Cabe aqui questionar: que

horizontes seriam esses? Será que eles coincidem com os horizontes impostos pela educação que possui uma ideologia neoliberal? Que acredita que, no futuro de cada indivíduo, há um sucesso que está garantido e que depende única e exclusivamente do investimento individual do mesmo? Nas palavras de Maingueneau (2008), “todo discurso que quer ser aceito é obrigado a se impor determinado número de temas que o legitimam” e é exatamente esse movimento que pode-se observar aqui. Para a legitimação do discurso da educação neoliberal, emprega-se um vocabulário de motivação que se filia às necessidades dos alunos, mas que, na realidade, sabemos que não é bem assim.

Considerações finais

Concluimos pelo exposto que, para o desenvolvimento de uma pesquisa a partir da investigação dos processos, é preciso que nos atentemos ao fato de que o mundo, que é apresentado por meio das palavras, pode produzir e alterar as relações que estão estabelecidas nele. E que, de acordo com Passos e Barros (2015, p. 30), nós, como cartógrafos, devemos mergulhar no plano da experiência para afetar e sermos afetados por ele, já que esse é o lugar em que o conhecer e o fazer são inerentes. Desse modo, ainda que a pesquisa ainda se encontre em fase inicial, compreendemos que a atividade investigativa poderá se ramificar pelas múltiplas possibilidades que o processo nos permite. Assim, com a contribuição da Análise do Discurso articulada aos estudos cartográficos, mapearemos, nestas investigações, as constituições de sentidos que são estabelecidas por meio de discurso educacional acerca das escolas bilíngues na nossa sociedade.

Referências

- CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In: Alba Zaluar Guimarães (seleção, introdução e revisão técnica). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980.
- DEUSDARÁ, B.; ROCHA, D. *Análise cartográfica do discurso: temas em construção*. Campinas, SP: Mercado do Letras, 2021.
- ESCÓCIA, L.; TEDESCO, S. O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. In.: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.) *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 92-108.
- FONSECA, T. M. G.; KIRST, P.G. *Cartografia e devires: a construção do presente*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- GUATTARI, F; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2010
- KASTRUP, V.; BARROS, R. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In.: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.) *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 76-91.
- LOURAU, R. Campo socioanalítico. In: ALTOÉ, S. (org.). *René Lourau, Analista em tempo integral*. Campinas: Hucitec, 2004a, p. 224-245.
- MAINGUENEAU, D. [1984] *Gênese dos discursos*. Trad. S. Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- _____. *Os Termos-Chave da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- MEGALE, A. Bilinguismo e Educação Bilíngue. In: (Orgs.) MEGALE, A. *Educação bilíngue no Brasil*. São Paulo: Fundação Santillana, 2019.
- PASSOS, E.; EIRADO, A. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In.: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.) *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 109-129.

PASSOS, E.; BARROS, R. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In.: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.) *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 17-31.

RIO DE JANEIRO. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro. *Decreto nº 31187*, de 6 de outubro de 2009. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2009/3118/31187/decreto-n-31187-2009-cria-o-programa-rio-crianca-global-no-ambito-da-secretaria-municipal-de-educacao>. Acesso em 23 out. 2023.

ROCHA, D. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 619-632, set./dez. 2014.

COMPONENTE CURRICULAR: O USO DA LINGUAGEM NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO

Samara Lussac Kiperman¹

Introdução

Neste artigo, traçamos reflexões que permitem-nos questionar os sentidos naturalizados que se têm atribuído a *componente curricular*. As reflexões que ora apresentamos são apontamentos preliminares de nossa pesquisa de doutorado em andamento que possui como objetivos específicos: a) Identificar práticas discursivas (MAINGUENEAU, 1989) que participam da produção de sentidos de “componente curricular”; b) identificar forças e vozes em concorrência presentes nos documentos norteadores da educação brasileira; c) desnaturalizar discursos hegemônicos e silenciados em tais documentos.

A atuação dos profissionais de Educação não se reduz à escola e precisamos ampliar essa discussão, dar contorno a esse trabalho. O caráter político é constitutivo da educação e a proposta de reflexão sobre o uso da linguagem em documentos governamentais que interferem no trabalho do professor contribui para a compreensão das forças de embate que se atualizam nas práticas discursivas (MAINGUENEAU, 1989).

Afirmamos, assim, que discussões como as propostas por Souza (2019), Souza (2020), Lopes (2022), Peixoto (2022), além de contribuírem com reflexões no que tange ao quadro teórico apresentado, contribuem dando visibilidade a práticas discursivas (MAINGUENEAU, 1989) que participam da produção de sentidos de uma proposta de Educação pública brasileira. Esse conjunto de

¹ Doutoranda em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação da professora doutora Del Carmen Daher. E-mail: samarakiperman@id.uff.br

reflexões assume importância crucial no atual cenário político-educacional brasileiro pois trava diálogos em um momento em que as questões relativas à Educação têm ganhado visibilidade no Brasil através de políticas públicas no âmbito desse setor. Referimo-nos mais especificamente à homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à reforma do Ensino Médio.

Em dezesseis anos atuando como professora de Língua Estrangeira da Educação Básica testemunhamos diferentes políticas públicas: modificação de currículos, inserção e exclusão de disciplinas a serem ofertadas nas escolas, escolhas de livros didáticos, formações continuadas... Exemplos de tantas outras ações que interferem no trabalho do professor. A inserção na matriz curricular da Faetec, instituição na qual atuamos, do componente curricular *Projeto de vida* e a retirada de modo simultâneo da língua espanhola, disciplina que ministramos, nos convocou a olhar para as políticas públicas com mais atenção.

Assim, a partir do exercício da nossa profissão surgiu o interesse por uma pesquisa-intervenção que pudesse produzir saberes que contribuíssem para a compreensão de como se fazem possíveis por meio da linguagem ações no âmbito da Educação que contribuem para a destruição de propostas educacionais comprometidas com uma formação cidadã. A prática docente no chão da escola se constitui em meio a um complexo jogo de interesses em eterna construção. Desse modo, a educação é construída entre diversos projetos de educação fazendo com que seja essencial que o profissional da área reconheça que sempre estão em jogo forças que constituem discursivamente a compreensão de educação.

Dessa forma, neste texto, em consonância com outras pesquisas desenvolvidas no âmbito dos estudos da linguagem que contribuem para cartografar discursos que constituem uma proposta de Educação pública brasileira, propomos uma trajetória de reflexões que nos convoca a questionar os sentidos naturalizados que se têm atribuído a *componente curricular*.

No primeiro item deste texto, pretendemos delimitar que desde a perspectiva que adotamos a ciência é entendida como uma prática social e precisa ser compreendida em seu contexto sócio-histórico. No segundo, explicitaremos as opções da trajetória da pesquisa aqui discutida, esclarecendo a prática de pesquisa em Análise do Discurso (AD) que adotamos e a fundamentação teórica que a sustenta. No terceiro item, relacionamos a perspectiva da cartografia ao processo de pesquisar em AD. No quarto, abordamos a noção de produção de corpús e finalizamos o texto com algumas considerações sobre as reflexões propostas nesse material.

As práticas de pesquisa: perspectivas e paradigmas

Para discutirmos as práticas de pesquisa, faz-se necessário esclarecermos que o que vem a ser ciência não é matéria de consenso até mesmo entre os cientistas (RAJAGOPALAN, 2012, p. 13). O fazer científico é uma construção feita pelo homem ao longo do tempo. A procura por uma explicação verdadeira para as relações que acontecem entre os fatos, sejam eles de ordem natural ou social, é atravessada, na perspectiva da teoria do conhecimento pela discussão do método. Precisamos, assim, resgatar minimamente o modo como tal construção se deu ao longo da história para podermos esclarecer o que tomamos nesse artigo como método de pesquisa. Cabe destacar que o objetivo aqui não é fazer uma exaustiva explanação da história da ciência, mas apenas pontuar o nosso olhar sobre o fazer científico a partir de uma perspectiva histórico-social. O modo como cada pesquisador faz sua pesquisa, escreve seus textos acadêmicos, olha seu objeto de estudo, está balizado no que entende por ciência e por fazer científico.

Na história da ciência, o período que se estende, aproximadamente, do início do século XVII, até o final do século XIX, corresponde ao que convencionou-se chamar de ciência moderna. Durante esse período, uma verdadeira revolução conceitual e metodológica estabeleceria as bases sobre as quais se desenvolveria o conhecimento científico. O objetivo do processo investigativo e

metodológico era conhecer e compreender os fenômenos do mundo natural. Tais estudos estruturados em observação e experimentação sistemáticas, estabeleciam objetivos e critérios claros. Segundo Rosa (2012), alguns aspectos da ciência no século XIX promoveram modificações no fazer ciência que estão presentes atualmente. Por exemplo, a quebra da subordinação da ciência à religião e o reconhecimento da função social da ciência, criada e estimulada como atividade intelectual em benefício da sociedade.

Na ciência moderna, o desenvolvimento de um espírito inquisitivo e crítico, ainda que em estágio inicial e minoritário no meio intelectual foi de grande importância. Tal desenvolvimento permitiu um avanço, tanto no campo teórico e conceitual, quanto no metodológico e experimental, cujos efeitos imediatos seriam o de procurar afastar preconceitos, dogmatismos e o de fundamentar o conhecimento em bases demonstráveis e comprováveis: “O processo de afirmação racional seria longo, lento e perigoso, com avanços e retrocessos, cheio de obstáculos e percalços, mas inevitável com a progressiva afirmação do pensamento científico e positivo” (ROSA, 2012, p. 26).

No mundo moderno, assinala Santos (2009), há o rompimento de toda uma estrutura teológica e epistemológica predominante no período medieval; essa nova forma de percepção da realidade, a nova ciência, busca uma interpretação “matematizada” (compreendida no conhecimento perfeito, completo e dominado pela razão) e formal do real, trazendo para a metodologia de análise deste real a questão da neutralidade do conhecimento científico. Na elaboração moderna do método, surge uma nova elaboração do conceito de ordem de modo que sem ordem não há conhecimento, nesse contexto o método, nas palavras de Pádua (2004, p. 32), “assume dois elementos fundamentais da matemática: a ordem e a medida, a fim de representar corretamente os seres (coisas, corpos, ideias, afetos etc.) do real, e sem risco de erro”.

Boaventura de Sousa Santos (1988) põe em causa a teoria representacional da verdade e defende que todo conhecimento científico é socialmente construído. Para tal, descreve a crise do

paradigma dominante da ciência moderna e identifica o que designa como paradigma emergente. Segundo o autor, o modelo da racionalidade científica atravessa uma profunda crise gerada pelo próprio avanço da ciência moderna. Para ele, Einstein, com a relatividade, causou a primeira fissura na estrutura da racionalidade científica relativizando o rigor das leis de Newton. O autor aponta algumas características do paradigma emergente: Todo o conhecimento científico-natural é científico-cultural; todo o conhecimento é local e total; todo o conhecimento é autoconhecimento; todo o conhecimento científico visa a constituir-se em senso comum.

Para Bachelard (1996), o conhecimento científico só emerge quando conseguimos renunciar às imagens primeiras, das impressões iniciais que temos de um fenômeno, e alcançamos a abstração, distante do dado claro e aparentemente explícito: “o espírito científico deve formar-se contra a Natureza, contra o que é, em nós e fora de nós, o impulso e a informação da Natureza, contra o arrebatamento natural, contra o fato colorido e corriqueiro. O espírito científico deve formar-se enquanto se reforma” (BACHELARD, 1996, p. 29).

Assim, a melhor forma de encarar a ciência é como um discurso socialmente construído que legitima seu poder ao apresentar-se como verdade (RAJAGOPALAN, 2012, p. 15). Desse modo, entendemos que a ciência é uma prática social e precisa ser compreendida em seu contexto sócio-histórico.

A prática de pesquisa em AD que adotamos

A AD surge na França na década de 1960, como crítica à Análise de Conteúdo, baseada no modelo da ciência positivista, no qual a neutralidade do método é indispensável para que se obtenha resultados precisos. Desse modo, na Análise de Conteúdo simulava-se uma neutralidade do pesquisador. Ademais, a linguagem é vista apenas como representação de um mundo pré-construído (ROCHA; DEUSDARÁ, 2006).

A AD à qual nos alinhamos preconiza a articulação entre a linguagem e o social, vinculando sujeito e história aos estudos linguísticos. Nessa perspectiva, toda atividade de pesquisa é vista como interferência do pesquisador em uma dada realidade. Nesse contexto, “o essencial do empreendimento de Pêcheux pode ser localizado na forte convicção de que a construção de um instrumento científico e a construção de um objeto de investigação, isto é, a elaboração teórico-conceitual, caminham juntas.” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2006; p. 44).

É preciso dizer que quando se fala em AD, analista do discurso, interdiscurso e, até mesmo, discurso, pouco se determina, se delimita. Em Deusdará e Rocha (2021), os pesquisadores destacaram a diversidade de abordagens que utilizam o rótulo “análise do discurso”. Assim, neste item, é foco de nosso interesse situar a perspectiva que assumimos como prática de pesquisa em AD.

Dessa forma, é urgente determinarmos o objeto da AD. Dito de outro modo, o discurso. Discurso só pode ser compreendido, dentro dessa ótica, a partir da indissociabilidade entre textos e configuração social. Os textos são compreendidos como matéria sempre provisória, como fruto de embates sócio-históricos. Já o discurso, é compreendido como uma forma de ação que sempre está articulado ao interdiscurso e que só pode ser compreendido tomando como premissa a indissociabilidade entre linguagem, sujeito e mundo. A separação entre texto e configuração social, então, não permite a compreensão dos sentidos que são produzidos por dada materialidade linguística dentro da ótica de estudos discursivos que adotamos:

[...] produzimos, sem dúvida, muitos textos diariamente e em circunstâncias diversas. Esses textos podem ser investigados como discursos – quando os confrontamos com as circunstâncias que estão em sua gênese, quando interrogamos as coerções que deixam marcas em sua materialidade linguística, sem que estejam no horizonte daquele que os produziu (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 91-92).

No trecho, os autores delimitam com clareza texto e discurso na abordagem que elegemos trabalhar. Considera-se, assim, a produção de sentido como um processo constante de embates sócio-históricos que se materializam na textualidade dos discursos. Superado, então, o desafio de delimitar tais conceitos passaremos a apresentação dos eixos teóricos relevantes que sustentam a perspectiva discursiva adotada nessa pesquisa.

Um discurso não é uma unidade fechada, sua significação é sempre constituída na relação estabelecida com outros discursos. Maingueneau (2008) apresenta o conceito de primado do interdiscurso:

Reconhecer este tipo de primado do interdiscurso é incitar a construir um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscribe a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro. No nível das condições de possibilidade semânticas, haveria, pois, apenas um espaço de trocas e jamais de identidade fechada (MAINGUENEAU, 2008, p. 35).

Para o melhor entendimento do interdiscurso na perspectiva de Maingueneau cabe lembrar que o autor instaura o debate sobre a temática explicitando algumas afinidades de sua abordagem com os estudos de Authier-Revuz (1990). A autora delimita a inscrição da presença do outro em dois níveis enunciativos: um nível “visível”, no qual há a inscrição do outro na materialidade linguística denominado de heterogeneidade mostrada, e um segundo nível da presença do outro denominado pela autora de constitutivo, postulando, assim, que a presença da alteridade constitui todos os enunciados.

Como apontamos, um discurso sempre remete a outros discursos mesmo que não haja marcas explícitas disso. Assim, os discursos se constituem sempre numa relação dialógica e polêmica com seu Outro:

o caráter constitutivo da relação interdiscursiva faz a interação semântica entre os discursos parecer um processo de tradução, de interincompreensão regulada. Cada um introduz o Outro em seu fechamento, traduzindo seus enunciados nas categorias do Mesmo e, assim, sua relação com esse Outro se dá sempre sob a forma de “simulacro” que dele constrói (MAINGUENEAU, 2008, p. 21).

Por ser a relação com o Outro constitutiva do discurso, isto é, considerando a hipótese do primado do interdiscurso sobre o discurso, é imprescindível considerar as condições de enunciabilidade de onde emergem os discursos. Com isso, Maingueneau discute o papel da instituição no discurso e afirma que não há “antes, uma instituição, depois uma massa documental, enunciadores, ritos genéticos, uma enunciação, uma difusão e, enfim, um consumo, mas uma mesma rede que rege semanticamente essas diversas instâncias” (MAINGUENEAU, 2008, p. 142).

Em consonância com essa orientação, a noção de discurso dá lugar à prática discursiva (MAINGUENEAU, 1989), ressaltando a reversibilidade entre as duas faces, social e textual, do discurso. Segundo essa noção, o discurso instaura uma comunidade de apoio ao mesmo tempo em que é autorizado por tal comunidade:

A noção de prática discursiva integra, pois, estes dois elementos: por um lado, a formação discursiva, por outro, o que chamaremos de comunidade discursiva, isto é, o grupo ou a organização de grupos no interior dos quais são produzidos, gerados os textos que dependem da formação discursiva (MAINGUENEAU, 1989, p. 56).

Explicitamos a noção de interdiscurso e prática discursiva neste item para não só apresentar a maneira como pensamos o vínculo entre linguagem e mundo como também para evidenciarmos que o sentido não é dado a priori. Apresentamos, assim, os princípios teóricos que organizam nosso modo de compreender as práticas de linguagem e passaremos ao próximo

tópico que estabelece nossos objetivos ao atrelar a perspectiva cartográfica aos estudos discursivos.

A cartografia e o processo de pesquisar em AD

Ao contrário da ciência moderna, que isola o objeto de pesquisa tratando-o com neutralidade, a cartografia busca investigar suas articulações históricas. Recusa-se, então, a objetividade e neutralidade da ciência colocando em cena as implicações do pesquisador. No livro *Pistas do método da cartografia* (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2020), que desenha a cartografia como método de pesquisa-intervenção, a pista 1 discute a indissociabilidade entre o conhecimento e a transformação defendendo a “inseparabilidade entre conhecer e fazer, entre pesquisar e intervir” (PASSOS; BARROS, 2020, p. 17). Assim, “a intervenção sempre se realiza por um mergulho na experiência que agencia sujeito e objeto, teoria e prática” (PASSOS; BARROS, 2020, p. 17).

A pista número 3, da autoria de Barros e Kastrup (2020), discute a ideia de que cartografar é acompanhar processos e não apenas apreender os estados das coisas. Para tal, “é preciso manter o objeto em sua rede de relações históricas, desenhando suas conexões com o mundo, para enxergar a rede de forças em que se encontra [...] não paralisar os objetos, mas captá-los em seu devir” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 204).

Defender uma metodologia processual e que se assume como tal no campo do estudo dos discursos é manter um posicionamento científico mais alinhado com o que se propõe na Análise do Discurso que queremos praticar. Toda pesquisa é intervenção, e não temos a pretensão do alcance da neutralidade científica. Desde o ponto de vista teórico adotado aqui, conhecimento é uma transformação da realidade e fazer pesquisa obriga-nos a repensar nossos procedimentos metodológicos a cada instante. O método, assim, é construído, e o caminho a ser percorrido, é desenhado ao longo da pesquisa sem prescrições definidas de antemão. Dessa

forma, desde tal perspectiva a ciência é espaço de construção de olhares diversos sobre o real.

A Cartografia como método de pesquisa-intervenção pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas nem com objetivos previamente estabelecidos. [...] A diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados (PASSOS; BARROS, 2020, p. 17).

Feita uma breve apresentação dos principais traços da cartografia buscaremos avançar desenhando a articulação entre a perspectiva da cartografia e os estudos da linguagem. Para tal, é fundamental a contribuição de Deusdará e Rocha (2021). Os autores apontam caminhos para a prática do que denominam análise cartográfica do discurso.

Deusdará e Rocha (2021) reuniram, nesse livro, pontos que podem funcionar como procedimentos a serem selecionados e articulados pelo pesquisador na atividade de investigação não como passos metodológicos a serem seguidos, mas como gestos que podem contribuir para configurar o que os autores chamam de “análise cartográfica dos discursos”.

Como, em AD, sustentamos que um discurso é constituído pelo atravessamento nem sempre visível e apreensível de outros discursos, e que os textos são expressão material e provisória de embates sócio-históricos, não pode haver uma metodologia de trabalho sobre o linguístico que não passe pela constante restituição dessa dimensão global dos discursos, manifestada pelos primados do interdiscurso e da prática discursiva (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 121).

As propostas dos autores avançam significativamente, a nosso ver, na construção de uma abordagem processual de trabalho de pesquisa no âmbito dos estudos da linguagem por meio do

acolhimento da perspectiva da prática cartográfica aos estudos em AD, traçando um mapa dos pontos de apoio teóricos e metodológicos distribuídos em três instâncias: a da prática científica, a da relação linguagem-mundo-sujeito e a do trabalho com a materialidade.

A constituição do *córpus* ao longo da pesquisa

Como alertam Bruno Deusdará e Décio Rocha (2021, p. 151) “recusar a designação ‘coleta de dados’ ou ‘coleta de *córpus*’ não significa buscar um outro nome para um mesmo ‘trabalho’”. Trata-se, como asseveram os autores, de buscar afirmar nas expressões que usamos uma concepção de prática científica que se opõe ao apagamento da inscrição do pesquisador no campo da pesquisa. Parece-nos necessário, neste item, destacar que nos primeiros anos da AD perseguia-se um ideal de fechamento de *córpus*. Desse modo, eram utilizados agrupamento de textos significativos de uma dada situação; o *córpus* era fechado, homogêneo e estável e o rigor metodológico era valorizado pelos pesquisadores. No entanto, a não produtividade de um *córpus* fechado foi se tornando cada vez mais explícita e, por meio da leitura de Michel Foucault, “torna-se cada vez mais intenso o interesse pelas conexões múltiplas entre enunciados heterogêneos” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 129).

Assim, novas concepções de *córpus* surgem após deslocamentos teóricos e metodológicos construídos ao longo da AD e entende-se que: é necessário articular o *córpus* com as bases teórico-metodológicas do trabalho; o *córpus* com que trabalhamos é aberto, heterogêneo e instável; um trabalho desta natureza leva a um número infinito de materialidades discursivas e a diferentes constituições de *córpus*. Cabe destacar que, há, contudo, segundo Deusdará e Rocha (2021), elementos que colaboram para uma circunscrição: as condições de produção; a noção de gênero discursivo, de Bakhtin; o problema; a(s) pergunta(s) de pesquisa.

Os autores lembram ainda que se dizem que “não se coleta um *córpus* como quem colhe flores em um campo”, é porque os

enunciados só têm interesse quando duas condições são observadas: “quando são apreendidos na qualidade de correlatos de uma comunidade que os produz; quando, por intermédio desses mesmos enunciados, ganha, a seu turno, concretude essa comunidade” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 156). Assim, quando produzimos o *cópus* de uma pesquisa, a prática discursiva entra em cena pois os textos precisam ser considerados sob a ótica da comunidade discursiva que sustentam e que ao mesmo tempo são sustentados.

Algumas considerações: Quando se inicia uma pesquisa?

Quando se inicia uma pesquisa? Indagamos o leitor no título deste item como forma de propor mais uma reflexão sobre as práticas de pesquisa. Será que iniciamos uma pesquisa quando há a nossa disposição uma massa de textos para analisar ou quando já apreendemos o aporte teórico-metodológico a ser seguido ou, ainda, quando temos um problema de pesquisa ou objetivos definidos? As reflexões produzidas neste artigo são atreladas a um certo modo de fazer ciência. Partem, dessa forma, de uma escolha teórica.

Assim, faz-se necessário demarcar a posição que assumimos e que se reitera neste item: para nós a pesquisa se inicia antes mesmo de formularmos o problema ou a pergunta da pesquisa. As marcas que ganhamos na nossa trajetória de vida, como estudantes, profissionais, pesquisadores e porque não nas nossas experiências diárias em família ou com amigos, produzem efeitos que podem marcar até mesmo o interesse que nos move a uma determinada temática de pesquisa.

O texto objetivou situar os entrelaçamentos que propiciam uma aproximação da área dos estudos da linguagem com a proposta de cartografar a partir das contribuições de Deusdará e Rocha (2021). Este texto buscou, ainda, discutir reflexões que consideramos fundamentais acerca das implicações metodológicas das pesquisas em AD. Dessa forma, tentamos explicitar os motivos que nos levaram a seguir abordagens que consideram a indissociabilidade entre produção de textos e configuração social.

Referências

- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, p. 25-42, jul./dez., 1990.
- BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Trad. Esteia dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- DELEUZE, G.; GUATARRI, F. *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. v.1. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DEUSDARÁ, B.; ROCHA, D. *Análise cartográfica do discurso: temas em construção*. Campinas: Mercado de Letras, 2021.
- LOPES, S. F. *A exoneração do Estado pelo livre mercado (ou será pelo próprio Estado?): reflexões de base discursivo-cartográfica sobre enunciados acerca da BNCC-EM*. 2022. 361 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes/Ed. Unicamp, 1989.
- _____. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- _____. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.
- PÁDUA, E. M. M. *Metodologia da pesquisa*. Abordagem teórico-prática. Campinas, SP: Papirus, 2004.
- PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2020.
- PASSOS, E; BARROS, R. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2020, p. 17-31.

- PEIXOTO, N. S. O. *Análise discursiva sobre a Reforma do Ensino Médio em notícias digitais: informação para a desinformação?*. 2022. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.
- RAJAGOPALAN, K. Discurso científico, seus desdobramentos e embustes. In: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. L. S. Góis (orgs.). *Ciências da linguagem: O fazer científico?*, Campinas: Mercado de Letras, 2012.
- ROCHA, D. *Representação e intervenção: produção de subjetividade na linguagem*. Gragoatá. Niterói: Ed. UFF, v. 21, p. 355-372, 2006.
- ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Análise de conteúdo e análise do discurso: o lingüístico e seu entorno. *DELTA: Documentação E Estudos Em Linguística Teórica E Aplicada*, v. 22, n.1, p. 29-52, 2006.
- ROLNIK, S. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. 2.ed. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2016.
- ROSA, C. A. P. *História da ciência: a ciência moderna*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2012.
- SANTOS, B. S. Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos avançados*. v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext. Acesso em: 01 out. 2022.
- _____. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2009.
- SOUZA, A. M. R. *Base nacional comum para quê/quem? Uma cartografia de conflitos discursivos na produção de um currículo oficial*. 2019. 362 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- SOUZA, E. S. *Entre o saber e o fazer: os discursos sobre integração curricular na educação profissional brasileira*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

'DEZ CRIMES QUE CHOCARAM O RIO': PENSANDO A CIDADE COMO ESPAÇO DISCURSIVO

Ulisses da Silva Gomes¹

Considerações iniciais

O presente trabalho é um recorte de pesquisa em andamento em nível de doutorado no programa de Estudos de Linguagem da UFF. Procederemos aqui a uma breve análise do enunciado 'Dez crimes que chocaram o Rio de Janeiro', que dá nome a uma série de reportagens do jornal O Globo (ALVES, 2015) e também a uma exposição, que teve lugar no Museu da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em 2016. Neste recorte, buscaremos tratar, mais especificamente, do modo como 'Rio de Janeiro' funciona na sequência discursiva, e como contribui na constituição de sentidos do conjunto de crimes – ou na constituição de sentidos dos dez crimes como um conjunto.

Para tanto, nosso embasamento teórico é a análise do discurso pêchetiana, para a qual o estudo dos processos de significação de espaços e de sujeitos deve considerar sempre a sua constituição ideológica, sempre colocando em questão o que é posto como original e evidente. Por isso, fala-se em efeitos, pois os sentidos são furados pelo contraditório da história e pelo equívoco da língua, constituindo-se também, portanto, por questões externas à linguagem.

Considerando que identificamos como problema o modo como 'Rio de Janeiro' é significado e significa na sequência discursiva, tendo em vista o *corpus* que tomamos em análise, objetivamos proceder a uma leitura materialista dos espaços que, na língua,

¹ Doutorando em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação da professora doutora Bethania Mariani. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1168-843X>.

aparecem como a designação de lugares determinados: *o museu*, continente da exposição, *o Rio de Janeiro*, palco, cenário dos crimes exibidos. Por isso, ao considerar o caráter material desses espaços, colocamos em questão o Rio de Janeiro como unidade territorial, espaço físico limitado por fronteiras e habitado por um grupo de pessoas. Tomamos essa unidade de representação do Estado em sua materialidade e, como estrutura, uma forma política necessária à reprodução capitalista. Apesar de, no senso comum, Rio de Janeiro ser o nome que designa territórios, um município e uma unidade da Federação, podemos nos apropriar de parte dos ensinamentos de Mascaro (2013) quando analisa o Estado como um duplo do conceito de nação. Assim, 'Rio de Janeiro' como estrutura, apresenta autonomia frente aos sujeitos-fluminenses e/ou aos sujeitos-cariocas, um aparato político terceiro e necessário, como nos diz o autor. O sujeito-de-direito-carioca e o sujeito-de-direito-fluminense, então, abandonam suas especificidades em favor de uma "homogeneidade atomizada". Rio de Janeiro é um espaço que torna indistintas, na superfície da língua, as classes, apagando sob uma unidade social as diferenças entre burguês e proletário, entre o morador da zona sul e o da zona norte, entre o morador do condomínio e o morador da favela. E, nessa análise, o espaço Rio de Janeiro não deve ser apartado do sujeito-de-direito-carioca e/ou do sujeito-de-direito-fluminense, pois espaço e sujeito, e seus sentidos, se constituem mutuamente na história, inscrevendo-se na língua.

Apropriando-nos das lições de Mascaro (2013, pp. 77-91) sobre a questão do Estado, entendemos que a relação entre forma política e sujeito constitui-se dos movimentos de *congraçamento* e o de *investimento*. Assim, ao sujeito de direito, politicamente nomeado cidadão, haveria uma garantia de acesso ao Estado por meio da participação na vida política, ou pelo resguardo de sua subjetividade jurídica por meio de direitos, deveres, garantias e obrigações.

Rio de Janeiro, como designação de um espaço, nomeia como único, como um, algo que compreendemos como complexo encaixe de lugares, espaços, zonas, comunidades, condomínios, sujeitos,

classes... nessa leitura, apaga a heterogeneidade e o político que dividem e põem em conflito as partes daquele complexo espaço de disputa de poder. E quando falamos em divisão, conflito e disputa, tratamos da divisão própria do político, imposta pela língua. Falamos da luta de classes que, determinada em princípio pela ordem econômica, se reproduz no tecido social.

Na análise que nos propomos a empreender, mostra-se necessário perquirir sobre a implicação dos espaços para a constituição dos sentidos: tanto o 'museu', como espaço onde se realizou a exposição, quanto o 'Rio de Janeiro', elemento importante na complexa trama de significação dos dez crimes como um conjunto.

Na sequência discursiva (SD) *Dez crimes que chocaram o Rio de Janeiro*, funciona o pré-construído da cidade que, pela nomeação, restringe territorialmente o espaço e, sob um certo imaginário, os sujeitos que o ocupam. O nome define pelas fronteiras da língua o espaço territorial urbano e é um delimitador para a seleção qualitativa dos acontecimentos categorizados crimes e predicados chocantes. O espaço territorial, portanto, é um fator para a seleção dos acontecimentos narrados na série de reportagens e expostos no Museu da Justiça. Ao nomear o espaço, há também a definição de um grupo de sujeitos, reunindo num imaginário de bloco - homogêneo - o amálgama de uma diversidade. No apagamento da heterogeneidade dos sujeitos que ocupam o espaço, 'Rio de Janeiro' é personificado como aquele/aquilo que se choca, que se incomoda com os acontecimentos narrados.

Procuraremos analisar que espaço(s) 'Rio de Janeiro' nomeia e qual um possível sentido dessa nomeação na composição do conjunto de crimes. Iniciaremos problematizando a determinação de "o" Rio de Janeiro como a designação de um lugar somente, pondo em questão os desenhos de suas fronteiras internas e externas, e pensando o papel da conformação dos sujeitos (cariocas e fluminenses) no processo de constituição dos sentidos do espaço nomeado.

Corpos desterrados na não-cidade

Nesse nosso caminho de análise da construção de um imaginário de cidade e, mais especificamente, de 'Rio de Janeiro', Neder (2012[1995]) nos ajuda a pensar esse processo de conformação de espaços e de sujeitos. Com a sua análise dos processos sociais e culturais de produção e circulação de saberes sobre crime, criminoso e delito nos processos de criminalização e punição nas primeiras décadas da República no Brasil, a autora trata da formação de um ideal de cidade que vincula as práticas institucionais, uma “preocupação acentuada com o controle social e a disciplina” (NEDER, 2012[1995], p. 270), com efeitos no desenho da cidade. Com fundamento em Le Goff (1984), considera a cidade um *monumentum*, um espaço privilegiado de memória coletiva no qual certas áreas podem carregar referências éticas e culturais de determinados grupos. Essa definição do desenho da cidade e do controle social e disciplinar estaria intimamente ligada à constituição de uma classe burguesa no Brasil e à passagem do regime de trabalho escravo para o trabalho livre:

os planos e reformas urbanísticas que modernizaram o Rio de Janeiro foram acompanhados de projetos de controle social que redefiniram a ação policial e moldaram os padrões de conduta e sociabilidade no espaço urbano carioca. Definiram, também, o lugar de cada agrupamento étnico-cultural e/ou social (NEDER, 1994). Reside neste ponto o deslanchar de um processo acentuado de segregação no espaço urbano carioca, quando a *cidade europeia*, aquela resultante do processo de urbanização e reforma promovido por Pereira Passos, diferenciou-se das áreas para onde os trabalhadores pobres (geralmente negros) foram empurrados: os morros e a periferia (que poderíamos chamar de *cidade quilombolada*)” (NEDER, 2012[1995], grifos no original).

Estabelece-se, assim, uma fronteira entre a “ordem” e a “desordem” que tem como efeito a definição de uma necessidade constante de vigilância e controle com ações autoritárias com fins

de segregação e que justificam, em alguma medida, a violência sobre determinados grupos. Nessa linha, destaca-se a tipificação da capoeiragem e da vadiagem como crimes com ações do Estado direcionadas, sobretudo, aos cidadãos pretos (NEDER, 2012[1995]; ENDO, 2005]).

Essa segregação que subjuga parte da população e que, na cidade, cria “territórios de exclusão”, fazendo conviver cidade e “não-cidade” (ENDO, 2005)² incide diretamente sobre o corpo do sujeito-cidadão, tomado também como um lugar. Assim, considerado um obstáculo indesejável ao crescimento e ao desenvolvimento, ou uma ameaça à segurança e a uma certa “ordem”, determinados grupos são empurrados para fora e, na não-cidade, desaparecem, são apagados. Esses sujeitos, segundo Endo (2005, p. 71), têm a presença física indesejada, e sua circulação, “própria e singular, que só pode ser exercida pelo corpo contextualizado, inscrito em um determinado lugar, é bruscamente impedida e inviabilizada”. Cria-se a figura do “corpo desterrado”, aquele que, por circular indevidamente pela cidade, tem como desejável a sua eliminação, seu desaparecimento.

Essa injunção a uma ordem e organização do espaço urbano, com seus traçados, fronteiras, vias, e trajetos é o que, segundo Orlandi (2004), cria o imaginário de uma totalidade que, na sua materialidade, é lido como um discurso, possibilitando a desorganização do um. O espaço urbano, “esse espaço material concreto funcionando como sítio de significação que requer gestos de interpretação particulares” (ORLANDI, 2004, p. 32) é o conceito do qual partimos para analisar esse processo de significação de ‘Rio de Janeiro’.

² No dia da abertura da exposição, no Museu da Justiça, houve um evento com a presença do curador da exposição e da repórter que assina a série de reportagens do Globo. Questionada sobre o porquê de inserir na lista dos dez crimes a chacina de Vigário Geral e não a da Candelária, na qual seis adolescentes e dois adultos foram assassinados enquanto dormiam em frente à igreja da Candelária, no Centro do Rio, também em 1993, a repórter respondeu que o critério de escolha foi a quantidade de mortos, somente.

Discursivamente, Mariani (2013) problematiza essa questão da *(des)ocupação do* e da *circulação no* espaço urbano do Rio de Janeiro reconhecendo ali historicidades distintas no contraste entre as favelas e os bairros de classe média, que implicam o modo de circulação dos sentidos.³ E, sem deixar de lado o processo de subjetivação, lembra que, além da chamada reforma Pereira Passos mencionada no trecho que destacamos de Neder, houve outros movimentos de proscricção impostos pelo Estado na região central da cidade, determinado, em última instância, pelo modo de produção capitalista, como o programa “Morar Carioca” e a desocupação de várias residências com a finalidade de abrigar a Família Real no Rio de Janeiro, no início do século XIX.

Essa proscricção dos sujeitos, o corte que se dá na cidade, rompendo, aqui também, o laço corpo-lugar, é denominado por Mariani, a partir de sua elaboração teórica, como um processo de *dessubjetivação*. Trata-se de um ato de violência praticado pelo Estado, quando o sujeito se percebe *desinvestido* e *não pertencente, não congado*.⁴

Ao lado da criação desse espaço de uma não-cidade, formada por sujeitos indesejáveis proscritos da cidade, há a criação de uma imagem do que seriam os habitantes da cidade imaginada, os elegíveis. A construção dessa imagem para ‘Rio de Janeiro’ (e para ‘o carioca’) está condicionada, de acordo com Mariani e Lunkes (2013) à intervenção da natureza e da cultura festiva da cidade, afastando-se, assim, de uma intervenção outra, a do jurídico. De toda forma, a imagem do sujeito está relacionada a uma ideia de felicidade que apaga a distinção de classes.

O saber sobre a cidade se constrói ideologicamente apagando aquele processo de segregação e dessubjetivação empreendido

³ O autor estuda os efeitos dessa segregação na cidade de São Paulo, mas as análises do processo podem ser também utilizadas para o caso do Rio de Janeiro.

⁴ Mas a autora mostra como esses sujeitos banidos, desalojados, inscrevem-se no corpo da cidade e escrevem aí uma denúncia e produzem resistência. O sujeito produz um sentido para si no meio da violência do Estado e, aturdido, busca por algo que entende como justiça (MARIANI, 2021).

pelo Estado, que “empurra” os sujeitos para fora daquele espaço delimitado como ‘a cidade’, desterrando-os, e que, no Rio de Janeiro, procura relacionar, naturalmente (sem a interferência do Estado e condicionada ao ambiente), sujeitos e espaços.

Retomando Orlandi (2004), podemos dizer que há, na materialidade da língua, um silenciamento constitutivo tanto da predicação quanto da nomeação. Portanto, ao nomear ‘Rio de Janeiro’ e ‘carioca’ há o apagamento da luta de classes que se estabelece naquele espaço, da mesma forma que na predicação “o carioca é feliz” há um silenciamento, embora mais visível.

Importante acrescentar que, ainda nas condições de produção do Rio de Janeiro, a relação com a natureza contribui para a construção do imaginário sobre o espaço urbano permitindo uma hierarquização entre as zonas em que a cidade é dividida. Assim, a zona sul, onde estão localizadas praias oceânicas, mar, montanhas e a grande parte das atrações turísticas da cidade, seria considerada em nível de hierarquia maior do que a zona norte, por exemplo. Isso se reflete no valor dos imóveis e no volume de investimentos financeiros (públicos e privados) nas regiões,⁵ e também explica a distribuição populacional por faixa de renda.

A ideia de um carioca feliz, nessa linha, resulta da interpretação de uma relação harmônica entre o sujeito e o espaço, a natureza, vinculada, sobretudo, às praias oceânicas e às belezas naturais da cidade que se concentram, em princípio, na orla da zona sul, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes. Essas são as áreas que representam ‘a cidade’, para as quais estão voltadas as políticas públicas de desenvolvimento e preservação, abrigando ‘os cariocas’ dignos de proteção. Enquanto isso, os sujeitos

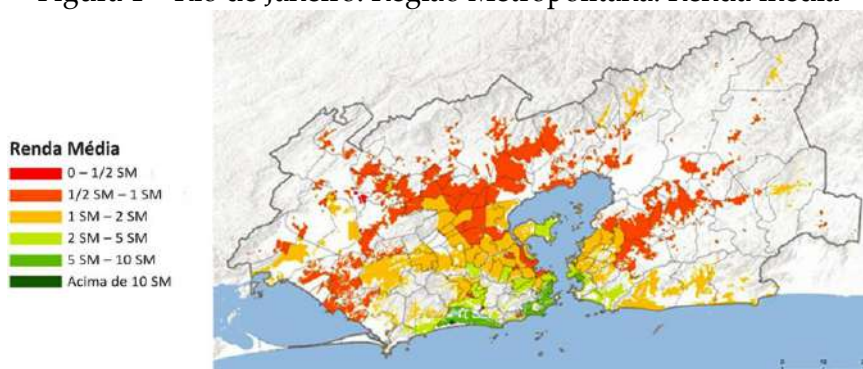
⁵ V. Monnerat (2011). V. matéria publicada em Veja Rio Online em 9 de março de 2022: Ipanema passa Leblon e tem o metro quadrado mais caro para aluguel no Rio. Disponível em <https://vejario.abril.com.br/cidade/ipanema-leblon-aluguel-preco/>. Acesso em 8 de nov de 2022.

indesejáveis são empurrados para os morros e periferias, apagados e sujeitos ao controle, matáveis.⁶

Uma análise materialista do espaço

Essa leitura materialista que fazemos de ‘Rio de Janeiro’ como um espaço discursivo, na linha do que propõe Orlandi (2004) e, mais especificamente, a análise materialista do processo de significação, de nomeação e de conformação do espaço e dos sujeitos - para o que contribuíram os trabalhos de Mascaro (2013), Mariani (2013), Neder (2012[1995]) e Endo (2005) - nos confere o aporte teórico para a análise do funcionamento da significação de ‘Rio de Janeiro’ na SD *Dez crimes que chocaram o Rio de Janeiro*.

Figura 1 – Rio de Janeiro. Região Metropolitana. Renda média



Fonte: Flexor, Georges, Silva, Robson Dias da e Rodrigues, Adrianno Oliveira. A Covid-19 e o agravamento das desigualdades na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Cadernos Metr pole [online]. 2021, v. 23, n. 52 [Acessado 15 Janeiro 2023], pp. 905-926. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5203>> <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5203.e>>. Epub 30 Jul 2021. ISSN 2236-9996.

Naquele movimento de conforma o do Rio de Janeiro, como vimos, as regiões próximas à orla oceânica – onde estão presentes

⁶ O *sacer*, na teoria de Agambem (2010 [1995], p. 87), termo que “indica, antes, uma vida absolutamente mat vel. Objeto de uma violência que excede tanto a esfera do direito quanto a do sacrifício”.

praias e belezas naturais, e os pontos turísticos mais divulgados e visitados – são as que recebem maiores investimentos e onde se concentra a população com maior renda do município, como vemos no mapa anterior (figura 1). Portanto, o movimento de conformação, que empurrou para o interior do território - para a ‘não-cidade’ - os sujeitos desterrados, criou como ‘Rio de Janeiro’ - espaço discursivo - a área plana próxima à orla (em oposição aos morros), como as zonas sul e oeste, habitadas pelos elegíveis, apesar da manutenção de um imaginário de unidade sustentado pelos sentimentos de *pertencimento* e de *congraçamento*.⁷

Essa conformação do território deixa marcas no processo de significação do espaço urbano e nos ajuda a compreender a memória de Rio de Janeiro presente nos discursos analisados. A maioria dos dez crimes objeto da série de reportagens e da exposição⁸ ocorreu em bairros das zonas sul e oeste, na ‘cidade’, onde estão os cariocas elegíveis, dignos de proteção, como vemos na imagem a seguir:

⁷ MARIANI, Bethania. Pontuando sentidos em trânsito. Escritos, v. 1. Percursos sociais e sentidos nas cidades. Laboratório de Estudos Urbanos – NUDECRI. Disponível em ESCRITOS 1 (unicamp.br) <https://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos1.pdf>. Acesso em 08 nov 2022.

⁸ Caso Daniela Perez e Caso Cláudia Lessin Rodrigues – Barra da Tijuca; Caso Monica Granuzzo – Jardim Botânico; Caso Carlinhos Ramirez – Laranjeiras; Caso Aida Curi – Copacabana; Caso Dorinha Duval – Jardim Botânico; Crime do Sacopã – Lagoa.

Figura 2 – Rio de Janeiro. Região Metropolitana.
Indicação dos locais onde ocorreram os crimes



Indicação (em vermelho) dos locais (aproximados) onde ocorreram os crimes (município do Rio de Janeiro). Fonte: Google Maps

Apesar de a marca de espaço parecer evidente no título da série de reportagens e da exposição, quando procedemos a “dessuperficialização linguística” ou “dessintagmatização” (PÊCHEUX, FUCHS, 2010[1975]) daquela sequência escrita, podemos pensar além da superfície linguística. Tendo recortado daquele título a sequência discursiva *Dez crimes que chocaram o Rio de Janeiro*, entendemos ‘Rio de Janeiro’ como um espaço discursivo e, mais do que o duplo da nomeação que inscreve (um Município e, também, um Estado da Federação), entendemos que o processo discursivo está em curso além dos limites da língua e além dos limites das fronteiras territoriais. Rio de Janeiro só faz sentido, como unidade, pelo apagamento dos constantes processos de segregação que, diariamente, sujeitam à ordem do capital os corpos qualificados e desqualificados pelo Estado. Isso nos leva a entender que a lista dos crimes tem como regularidade primeira o espaço: 7 dos 10 crimes – a grande maioria da lista – preditados ‘chocantes’ acontecem no espaço urbano do ‘Rio de Janeiro’. E é dessa regularidade primeira que partimos para analisar aqueles crimes

listados que parecem desviar dessa regra mas que, no fim, formam imaginariamente uma unidade.

Os outros três crimes listados não ocorreram no espaço da 'cidade'.⁹ Mas é o que os afasta, inicialmente, da regularidade dos 10 crimes, que permite a leitura do seu processo de significação:

Figura 3 – Rio de Janeiro.
Estado. Indicação dos locais onde ocorreram os crimes



Indicação (em verde) dos locais (aproximados) onde ocorreram os crimes (Estado do Rio de Janeiro). Fonte: Google Maps

O caso Angela Diniz (ou o caso Doca Street) ocorreu na Praia dos Ossos, no município fluminense de Armação dos Búzios, cidade que faz parte da chamada Região dos Lagos e que, pela sua geografia – presença de praias e natureza exuberante – se aproxima das características de 'Rio de Janeiro'. Além disso, o grande fluxo de turistas e veranistas conformou, pela exploração imobiliária, a 'cidade', segregando em áreas cada vez menores – e, em alguns casos, distantes das originariamente ocupadas – a população quilombola e os pequenos pescadores.¹⁰

⁹ Chacina de Vigário Geral – Praça Catolé do Rocha e outros, Vigário Geral, bairro da zona da Leopoldina.

A Fera da Penha – Penha, bairro da zona norte. Caso Doca Street/Caso Angela Diniz – Praia dos Ossos, Armação dos Búzios.

¹⁰ OLIVEIRA, Sulamita Conceição Ribeiro de; MANHÃES, Manuela Chagas. Um pequeno passeio em algumas memórias de um pequeno vilarejo: comunidades pesqueiras da Armação dos Búzios. Anais do XXIV Congresso Nacional de Linguística e Filologia. 2021. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xxiv_CNLF/completos/um_pequeno_SULAMITA.pdf. Acesso em 18 jan 2023.

MAPA DE CONFLITOS. Quilombolas lutam por território de direito e contra a especulação imobiliária na Rasa, em Búzios. Disponível em: <https://mapadeconf>

A presença das marcas da ‘cidade’ (presença dos elegíveis nas áreas próximas da orla; belezas naturais) faz com que Armação dos Búzios também seja cenário de um crime chocante. É essa memória das características do espaço que torna “evidente” que, quando se fala de um ‘crime que choca’, que tenha acontecido *na cidade, no Rio de Janeiro*, motivo pelo qual, em princípio, a determinação do espaço não é importante para nomear os crimes.

Diferente disso, a Chacina de Vigário Geral e o caso da Fera da Penha, por não terem como cenário ‘a cidade’, para que tenham justificada a sua característica de ‘chocante’ exigem que os locais onde ocorreram sejam nomeados, expressos, marcados: choca a chacina, *apesar de* haver ocorrido em Vigário Geral; choca a fera, *apesar de* ser da Penha. Essa marcação do espaço só acontece em um dos crimes ocorridos na ‘cidade’, o crime do Sacopã, que é também o único daqueles crimes que não traz os nomes de autores/vítimas em seu título. Apesar de haver acontecido nas imediações da Lagoa Rodrigo de Freitas, zona sul carioca, acreditamos que o motivo da expressão do local na nomeação do crime tenha se dado como alternativa à expressão dos nomes dos envolvidos, como forma de preservação do sujeito autor do fato e, talvez, da instituição a qual pertencia.¹¹

Considerações finais

Na análise da sequência discursiva, portanto, deslocamos a noção de ‘Rio de Janeiro’ como um espaço delimitado e habitável, procuramos compreendê-la na sua contradição histórica, como a nomeação que cria uma unidade apagando as marcas do sujeito-de-direito e que, ao lado disso, reproduz as relações da sociabilidade capitalista.

litos.ensp.fiocruz.br/conflito/rj-quilombolas-lutam-por-territorio-de-direito-e-contra-a-especulacao-imobiliaria-na-rasa-em-buzios/ Acesso em 18 jan 2023.

¹¹ O crime do Sacopã, como ficou conhecido, foi, em linhas gerais, o homicídio do bancário Afrânio Arsênio de Lemos, em 6 de abril de 1952 pelo Tenente Alberto Jorge Franco Bandeira.

Chocam os crimes que ocorrem na zona sul, na Barra da Tijuca, na orla, no 'Rio de Janeiro', 'na cidade' afetando a imagem de felicidade, desalinhando a imagem de um povo elegível, feliz, e que convive harmonicamente. Apagam-se os crimes que ocorrem diariamente no morro, na periferia, na não-cidade para onde são proscritos os sujeitos indesejáveis. Esses crimes outros não chocam, pois, na lógica da sociabilidade capitalista, atingem sujeitos matáveis.

Referências

- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 [1995].
- ALVES, M. E. Dez crimes que chocaram o Rio de Janeiro. *O Globo online*. 22 out. 2015.
- ENDO, P. C. *A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico*. 1a. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2005.
- MARIANI, B.; LUNKES, F. A felicidade (necessária) no/do Rio de Janeiro. *Signo y Señal*, Buenos Aires: Facultad de Filosofia y Letras (UBA), número 24, dezembro de 2013, pp. 35-55. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5033378>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- MARIANI, B. *Testemunhos de resistência e revolta: um estudo em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 2021.
- MASCARO, A. L. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- MONNERAT, R. S. M. Mar, mata, pôr do sol, montanha: o Rio de Janeiro em cores: articulação da mensagem verbal e visual no discurso da publicidade. *Cadernos do CNLF*, Vol. XV, Nº 5, t. 1. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. p. 656-664. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_1/58.pdf. Acesso em: 4 fev. 2023.

NEDER, G. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil: criminalidade, justiça e constituição do mercado de trabalho (1890-1927)*. 2a ed. rev. ampl. Niterói: EDUFF, 2012[1995].

ORLANDI, E. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.

PECHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). Trad. Eni Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: atualização e perspectivas*. 4a edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010[1975], p. 159-250.

O FIO DA LÍNGUA: A ESCRITA BORDADA DE ARTHUR BISPO DO ROSARIO

Vitor de Mello Netto¹

Definição do objeto de pesquisa

Nosso objeto de pesquisa é a produção textual de Arthur Bispo do Rosario, artista² contemporâneo considerado o principal expoente brasileiro da “arte bruta”. Sua produção textual é quase toda constituída de bordados. Essa obra escrita parece ter sido relegada a um segundo plano nas análises acadêmicas a respeito de sua arte, bem como naquelas a respeito de sua psicopatologia. No entanto, pretendemos explorar a escrita de Bispo em sua heterogeneidade discursiva e seus efeitos de sentido, levando em conta as relações entre realidade histórica, materialidade linguística e a existência do sujeito.

Relevância do tema

Arthur Bispo do Rosario é provavelmente o artista “bruto” ou “outsider” mais conhecido do Brasil. Representou o país na Bienal de Veneza em 1995 e o conjunto de suas obras é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (CABAÑAS, 2018).

¹ Doutorando em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação da professora doutora Bethania Sampaio Corrêa Mariani. E-mail: vnetto@id.uff.br. Orcid: 0000-0002-0096-3750.

² Existe um debate acerca da atribuição da categoria “arte” ao trabalho de Bispo, bem como ao seu status de “artista”. Pretendemos abordar a discussão em torno desses significantes em nosso percurso de trabalho. No momento, para os fins deste projeto de pesquisa, utilizaremos ambos os termos sem invocar o debate acerca de sua pertinência.

De acordo com os registros conhecidos, baseados principalmente nos relatos do próprio Bispo, na noite de 22 de dezembro de 1938, sete anjos desceram do céu e o saudaram como o novo Messias ou como o próprio Jesus. Nesse dia, Bispo percorreu uma viagem decisiva em sua trajetória, cruzando as ruas da cidade do Rio de Janeiro desde o casarão da família Leone, onde trabalhava e morava, na Rua São Clemente, 301, em Botafogo, até a igreja da Candelária e possivelmente o Mosteiro de São Bento, onde teria anunciado a um grupo de monges que era o enviado de Deus para julgar os vivos e os mortos. Uma cruz luminosa marcava o seu dorso, dizia. Dois dias depois, foi detido pela polícia, fichado como negro, sem documentos e indigente, e foi levado para o Hospício Pedro II, conhecido como o hospício da Praia Vermelha, onde ficou internado por algumas semanas e recebeu o diagnóstico de esquizofrenia paranoide (HIDALGO, 1996).

Muitos anos mais tarde, encarregando-se das próprias escrituras, ele registraria o dia do seu reconhecimento pelas criaturas celestiais numa narrativa cuidadosamente bordada em tecido, no estandarte intitulado “Eu preciso destas palavras. Escrita” (BISPO DO ROSARIO, c. 1967–1974).

Depois de algumas semanas de internação, ele foi transferido para outra instituição psiquiátrica, a Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá. Foi nesta instituição que Bispo passou praticamente meio século. A mais longa das internações durou 25 anos, até sua morte em 1989.

Em 1967, Bispo vivenciou um segundo marco “produtivo”, quando ouviu uma voz feminina que lhe ordenou iniciar a reprodução de todas as coisas do mundo, e teve início ali sua impossível missão de recriar o universo para o Dia do Juízo Final (BURROWES, 1999). A partir de então, passou anos praticamente trancado em sua cela, isolado, em silêncio a maior parte do tempo, alimentando-se muito pouco, dedicado a uma tarefa exaustiva e interminável de representar todas as coisas do mundo, bordar estandartes, inventariar nomes, lugares e coisas em tecidos, criar objetos, embarcações, miniaturas.

Essa tarefa de “reconstrução” teve método e seguiu as seguintes etapas, de acordo com Frederico de Moraes: em primeiro lugar veio o texto, em seguida os objetos mumificados, depois as “assemblages” ou vitrines, os cetros das Misses e por fim as embarcações. Ao longo dessas etapas, Bispo reuniu objetos esparsos, enigmáticos para nós, que ele colecionava como parte do mundo (QUINET, 2003, p. 155).

Muitos dos objetos produzidos nesse período, de materialidade diferente daquela dos mantos e outros bordados, eram recobertos por fios azuis, retirados da trama dos uniformes dos internos, ou mesmo das roupas de cama das enfermarias. Nesses envoltórios, Bispo costurava nomes e muitas vezes números como uma espécie de identificação de cada objeto. Objetos que ele inventou, produziu, inscreveu um nome,

restituindo em cada um a junção do significante que representa aquele objeto com seu significado, fixando assim a letra, o objeto e sua significação em sua materialidade. Vemos aqui ilustrado o conceito laciano de letra: conjunção do significante com o gozo (QUINET, 2003, p. 161).

Ao longo de mais de três décadas, além de toda a sua produção, Bispo dedicou-se à feitura do “Manto da apresentação” (BISPO DO ROSARIO, s/d), obra grandiosa considerada a sua obra-prima, feita para ser vestida no Dia do Juízo Final, para apresentar-se diante de Deus. Na sua face interna foram bordados os nomes da totalidade das pessoas que em algum momento penetraram seu mundo sagrado e que seriam salvos por ele (MORAIS, 2013).

Arthur Bispo do Rosario tem sido objeto de estudos tanto no campo da história da arte e da arte contemporânea como nos campos psiquiátrico, psicanalítico e da saúde mental. Há, dessa forma, duas perspectivas predominantes no enquadramento discursivo de Bispo, seja a partir do foco no artista bruto contemporâneo, seja na abordagem do sujeito psicótico. Nosso estudo buscará situar a escrita de Bispo, incluindo seus traços literários e ficcionais (PIMENTEL, 2015), enquanto discurso

perpassado pelo real, pelo furo, pelo inatingível, com suas movimentações de sentido relacionadas às formações discursivas em que se insere.

Os nomes próprios Bispo e Rosario ecoam no interdiscurso relacionado ao catolicismo. “O Rosário é tradicionalmente dividido em três partes iguais, com cinquenta contas cada e que, por corresponderem à terça parte, foram chamadas de Terço. Cada Terço compreende um conjunto especial de três Mistérios” (ROSÁRIO, 2021).

Assim como o Rosário do catolicismo, dividido em três, intuímos três possíveis delineamentos discursivos para Arthur Bispo do Rosario: artista, psicótico e literato; nenhum deles com a pretensão de dar conta dos sentidos. Ao contrário, cada um deles consistindo num especial mistério, numa interrogação e num ponto de partida. Bispo escapou de ser apenas um entre tantos de uma outra tríade: negro, pobre, imigrante nordestino. Resistiu como possível, com a sua obra, à opressão e ao silenciamento do poder psiquiátrico, do sistema de produção capitalista. Com sua obra, ele faz laço social, ou seja, inscreve-se na cultura. Para Foucault (2010), a loucura seria o limite externo da cultura, do laço social. A arte de Bispo alça-o para além da fronteira da loucura, bem como para além dos muros da Colônia. Lacan (2007) propõe uma chave para o entendimento desse alçar para além da loucura, com o conceito de *sinthoma* como uma das possíveis suplências à falha da função paterna no real.

Para o mundo das artes e para o público geral, Arthur Bispo do Rosario foi descoberto nos anos 1980 (MORAIS, 2013). Essa narrativa implica um entendimento de que, até então, Bispo estava “encoberto”. Um entendimento da ordem do imaginário.

A respeito de seu processo criativo, longo, exaustivo, repetitivo, ele resulta em uma criação marcada por signos que remetem a uma espécie de ritmo, de aliteração. Seu texto é tecido, bordado com agulha e linha, é movimento. São estandartes, faixas, panôs, fardões, objetos vários como fragmentos de uma só obra. Seus textos abordam variadas narrativas, como temas de seu

cotidiano e de passagens de sua vida, relatos de paisagens urbanas do Rio de Janeiro, da Colônia Juliano Moreira, até o esforço de uma inventariação enciclopédica do universo. Sua criação pode ser relacionada ao registro do simbólico.

Bispo, ainda que considere a si próprio um mero executor das ordens que recebe, inventa um universo. Lacan (2018, p. 195) aponta que o saber é invenção, e “a invenção é o escrito”. Bispo inventa o seu próprio universo, e no movimento da linha inventa sua *ex-sistência*, traço bordado do real. Invenção, criação e descobrimento podem ser assim relacionados aos três registros utilizados por Lacan, as três dimensões do espaço habitadas pelo falante – o Real, o Simbólico e o Imaginário (MALISKA, 2010).

A produção escrita de Arthur Bispo do Rosario é extensa, composta em grande parte por bordados, fragmentos que algumas vezes consistem numa única palavra. Essa produção tem sido entendida como parte de um intenso, duradouro e repetitivo processo de inventário do universo, ao comando de Deus, e executado por suas mãos (BIRMAN, 2017; MORAIS, 2013). Um processo repetitivo, mas não monótono, pois o que repete é da ordem da falta, do real.

Nossa proposta de estudo, portanto, é a de analisar a materialidade discursiva da produção textual de um sujeito reconhecido como artista (plástico e, por que não?, também das letras) e diagnosticado como psicótico, que passou a maior parte da vida numa instituição psiquiátrica e que, no final da vida, vivenciou o alvorecer da reforma psiquiátrica brasileira. Esse momento histórico da abertura dos manicômios exerce papel relevante na “descoberta” de Arthur Bispo do Rosario (AMARANTE, 1996; CABAÑAS, 2018).

Em uma busca bibliográfica nas principais bases de dados em agosto de 2021, não encontramos estudos do campo da Análise do Discurso (AD) tendo como objeto a obra de Arthur Bispo do Rosario. Sua obra tem poder estético e linguístico excepcionais, desafia os enquadramentos categoriais, e exige uma leitura plural.

A AD, como ciência do entremeio, permite a interpretação dos múltiplos efeitos de sentido de uma obra do entremeio.

Base teórico-metodológica

A pesquisa é norteadada por meio do dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso (AD) de orientação francesa da tradição de Michel Pêcheux e Eni Orlandi (ORLANDI, 1987). O percurso teórico se propõe a percorrer elaborações teóricas sobre as concepções de psicose, inconsciente, repetição e real em Freud e Lacan, em suas articulações com a arte e a literatura.

A AD introduz, na reflexão sobre a linguagem, o sujeito e a história, atravessados pelo inconsciente e pela ideologia. Nessa perspectiva, “a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história” (ORLANDI, 2020, p. 23). Na AD não procuramos o sentido “verdadeiro”, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica (ORLANDI, 2020, p. 57). Fora da psicose, não existe o significado em si próprio, não existe ao pé da letra, sob o risco de a língua ser entendida como equivalente à realidade, reificada, precisa. Ao contrário, língua implica, em sua própria estrutura, uma relação fundamental de alienação. “Contra o narcisismo da comunicação bem-sucedida, tentamos afirmar o valor político e histórico da fala” (PÊCHEUX; GADET, 2011, p. 105).

Em nosso plano de análise de discurso pretendemos trabalhar no entremeio da descrição com a interpretação, considerando a leitura como não transparente, articulada com dispositivos teóricos. É na relação com esses dispositivos que nossos gestos de interpretação permitirão uma compreensão da escrita de Arthur Bispo do Rosario enquanto discurso. Suas possibilidades de sentidos inscrevem-se em formações discursivas, que por sua vez representam, no discurso, as formações ideológicas, pois não há discurso que não seja determinado ideologicamente (ORLANDI, 2020). Na relação com as formações discursivas, nos voltaremos ainda para a criatividade linguística, entendida como “uma

característica comum a todas as línguas, mais especificamente a característica do próprio sistema linguístico de permitir deslocamentos históricos dentro do campo das formulações possíveis” (PÊCHEUX; GADET, 2011, p. 100). A relação entre sujeito e sentido é atravessada pelo conceito de psicose e de real, de modo que o discurso é marcado por falta, por falha (LACAN, 2002). Bispo produz sua obra, e não se reconhece como artista, mas sim como alguém que apenas segue os comandos das sagradas vozes que lhe concederam sua missão. A obra é feita através dele, ele é falado nela.

A forma do nosso dispositivo analítico deve ser definida a partir da questão que colocamos, da natureza do material que analisamos e da finalidade da análise (ORLANDI, 2020). A partir dessas considerações, propomos uma organização da pesquisa em termos do arquivo e do *corpus*.

A constituição do arquivo (entendido no sentido amplo de “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”) está ela mesma relacionada aos gestos de leitura, que apontam para a possibilidade de maneiras diferentes ou mesmo contraditórias de ler o arquivo (PÊCHEUX, 1994). A constituição do arquivo configura-se como o primeiro momento dos procedimentos analíticos para o desenvolvimento da pesquisa, e é em si um primeiro trabalho analítico (SCHNEIDERS, 2014).

Pretendemos incluir em nosso arquivo toda a produção escrita de Arthur Bispo do Rosario bordada em seus trabalhos, disponível para consulta no Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea, situado no Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (antiga Colônia Juliano Moreira), bem como na obra de referência organizada por Lázaro (2007). Também farão parte do arquivo quatro biografias do Bispo (BURROWES, 1999; DANTAS, 2009; HIDALGO, 1996; OLIVEIRA 2022), o catálogo de sua primeira exposição individual, logo após sua morte (ESCOLA DE ARTES VISUAIS DO PARQUE LAGE, 1989), o filme O prisioneiro da passagem (DENIZART, 1982), o documentário feito por Fernando Gabeira, chamado O Bispo (CARNEVALE, 2006) e a

entrevista concedida à assistente social Conceição Robaina em 11 de março de 1988 (BISPO DO ROSÁRIO, 1988).

Arranjado o arquivo, pretendemos estabelecer o segundo momento: o da constituição do *corpus* analítico. O *corpus* é texto, entendido não numa leitura textual, mas tomado em sua materialidade discursiva, considerando suas condições de produção. Como aponta Pêcheux (2015, p. 49-50), é preciso “dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas”, onde descrever não é indiscernível de interpretar, uma vez que se reconhece “o real da língua”.

O trabalho de Bispo é marcado pela repetição, que é um conceito fundamental da psicanálise. Para a psicanálise, a repetição se dá pelo desejo, e aqui bordejamos o real. “É no trágico, no acaso, na falta, na repetição, que apreendemos pontas de real” (MALISKA, 2010, p. 75). Para Lacan (1990), o inconsciente só pode ser compreendido como uma modalidade de repetição, ligada à emergência do real e da ordem do acontecimento. O real, para Lacan, se apresenta como “aquilo que não cessa de não se escrever” (LACAN, 2018, p. 90): o impossível, o indizível, o que está fora da cadeia significante, e não submetido a qualquer lei. Há uma relação do real com a causa acidental, ao mesmo tempo que o real é propriamente “o encontro faltoso com a causa”. “Só há causa daquilo que falha.” A repetição tangencia o real, à medida que ela é também do desconhecido, daquele desconhecido que é ao mesmo tempo familiar, que remete ao conceito freudiano de Unheimlich, ou infamiliar (FREUD, 2019). Freud aponta que o infamiliar é algo que retorna, que se repete, e que no entanto se apresenta a cada vez como diferente. Não é uma repetição do mesmo, mas de algo repetidamente diferente.

Do ponto de vista discursivo, não há como traçar limites claros entre o mesmo e o diferente. Como aponta Orlandi (2020), o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e polissêmicos, entre o já-dito e o a se dizer. No sentido discursivo da linguagem, a “criação” é regida pelo processo parafrástico, tem uma dimensão de reiteração, de produtividade. A

criatividade, por sua vez, é da ordem da ruptura de processos de significação, da intervenção do diferente, com deslocamentos históricos das regras e movimentos polissêmicos.

Bispo dedica-se a um ofício repetitivo, e ao mesmo tempo sempre um novo ofício, estrutura e acontecimento, interminável, impossível. Presença-ausência irreduzível, o real é o que se repete como falta, “e nessa repetição funda o próprio mundo enquanto realidade. Esta é a repetição que vai caracterizar essencialmente a pulsão” (GARCIA-ROZA, 1986, p. 43). Nossa análise deve considerar atentamente a regularidade e o equívoco, no paradoxo da repetição como contradição entre o mesmo e o diferente, entre paráfrase e polissemia.

Lacan aproxima o real da invenção. Há algo do real que deve ser inventado. O saber se inventa, ou seja, se inscreve no sujeito via letra:

Portanto, há coisas, há coisas em nível do que emerge de Real, sob a forma de um funcionamento diferente. De quê? Do que no final das contas tem a ver com letras pois é das letras, das letras que se trata. [...] Pode haver uma maneira com a qual uma certa ligação se estabelece em um grupo, pode haver algo novo e que consiste em certa redistribuição de letras. Isto eu posso inventar (LACAN, 2018, p. 190).

O recurso à psicanálise é fundamental para uma compreensão da psicose como fenômeno de linguagem, bem como para reflexões em torno das concepções de sujeito, arte, escrita e da própria linguagem. Freud estabelece uma relação entre o fenômeno psicótico e um “especialíssimo não saber nada da coisa, mesmo no sentido do recalçado”, que é formulada por Lacan como “o que é recusado na ordem simbólica ressurgue no real” (LACAN, 2002, p. 22), como alucinação ou delírio. Lacan traduz o *Verwerfung* de Freud para *forclusion*, que em português estabeleceu-se como foraclusão.

Aqui é importante apontar para uma especificidade da AD, em que a articulação das noções de real, simbólico e imaginário se dá em relação à ideologia e à determinação histórica, “e não ao

inconsciente, como é o caso da psicanálise” (ORLANDI, 2007, p. 16). Portanto, nesse entremeio em que se constitui a AD, estaremos em movimentos de articulação com a psicanálise, com a linguística, com as ciências humanas e sociais e com a história da arte, sem no entanto aderir a nenhuma delas.

Referências

- AMARANTE, P. D. C. *O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.
- BIRMAN, J. A voz de Deus e as mãos de Bispo. Arte e loucura na escrita pictórica de Arthur Bispo do Rosário. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 786-805, 2017.
- BISPO DO ROSARIO, A. *Manto da Apresentação*. s/d, tecido, fio e corda, 130 x 219cm, Coleção Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.
- _____. *Eu preciso destas palavras*. Escrita, c. 1967–1974, madeira, tecido, metal, fio e plástico, 120 x 189cm, Coleção Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.
- _____. *Entrevista a Conceição Robaina*. 11 mar. 1988. Mimeo. Disponível no Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea.
- BURROWES, P. *O universo segundo Arthur Bispo do Rosario*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- CABAÑAS, K. M. A contemporaneidade de Bispo. *ARS*, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 87-120, 2018.
- CARNEVALE, F. *O Bispo*. Youtube, 13/07/2006. 1 vídeo (9 minutos). Disponível em: https://youtu.be/x9wc-_XoCcw. Acesso em: 31 ago. 2021.
- DANTAS, M. *Arthur Bispo do Rosário: a poética do delírio*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- DENIZART, H. *O prisioneiro da passagem*. Direção: Hugo Denizart. Brasil, 1982. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8MzFTaOvsCQ>. Acesso em: 31 ago. 2021.

ESCOLA DE ARTES VISUAIS DO PARQUE LAGE. Registros de minha passagem pela Terra: Arthur Bispo do Rosario, 1989 (catálogo).

FOUCAULT, M. *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FREUD, S. O infamiliar [Das Unheimliche] (1919-2019). In: FREUD, S. *Obras incompletas de Sigmund Freud*. Trad. Ernani Chaves e Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

GARCIA-ROZA, L. A. *Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

HIDALGO, L. *Arthur Bispo do Rosário: o senhor do labirinto*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

LACAN, J. *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

_____. *O seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. *O Seminário, livro 23: o sinthoma*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. *Os não-tolos erram / Os nomes do pai: seminário entre 1973-1974*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

LÁZARO, W. (Org). *Arthur Bispo do Rosário: Século XX*. Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2007.

MALISKA, M. E. *Entre Linguística e Psicanálise: o real como causalidade da língua em Sausurre*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

MORAIS, F. *Arthur Bispo do Rosário: arte além da loucura*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2013.

OLIVEIRA, S. *Arte por um fio: Arthur Bispo do Rosario*. São Paulo: Estação Liberdade, 2022.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 1987.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 55–66.

_____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M.; GADET, F. A Língua Inatingível. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Análise de Discurso*. Campinas: Pontes Editores, 2011.

PIMENTEL, A. S. *Os dois lados do espelho: literatura e história na obra de Arthur Bispo do Rosário*. 2015. Informar nº de folhas. Dissertação (Mestrado em Letras e Artes). Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2015.

QUINET, A. Bispo, o Entalhador de Letras: criação e sintoma. In: *Teoria e Clínica da Psicose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

ROSÁRIO (CATOLICISMO). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ros%C3%A1rio_\(catolicismo\)&oldid=61819403](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ros%C3%A1rio_(catolicismo)&oldid=61819403). Acesso em: 11 ago. 2021.

SCHNEIDERS, C. M. Do retorno ao arquivo à constituição do corpus e dos gestos de interpretação. *Revista Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 9, n. 11, p. 99–109, 2014.

A PROMOÇÃO DA AUTORIA DISCENTE NO PROCESSO DE ORIENTAÇÃO ACADÊMICA NA LICENCIATURA: CAMINHOS POSSÍVEIS SOB UMA PERSPECTIVA DIALÓGICA

Yasmim Pereira de Oliveira¹

Palavras iniciais: contextualizando a pesquisa

Esta pesquisa em andamento é fruto de uma pesquisa maior, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), intitulada *Relações dialógicas entre orientadores/as e orientandos/as: o processo de ensino-aprendizagem da pesquisa e da docência mediante produção do gênero discursivo monografia nos cursos de licenciatura da UFF, constituindo um recorte desta*. Também resulta de nossas participações em ações, diálogos, rodas acadêmicas e eventos promovidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Leitura e Escrita Acadêmica (GEPLA) e pelo Programa de Ensino e Extensão Laboratório de Letramento Acadêmico (LabLA), ambos da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenados pelas professoras Jéssica do Nascimento Rodrigues, do Instituto de Educação e Fabiana Esteves Neves, do Instituto de Letras.

O interesse pela investigação sobre a construção da autoria no processo de orientação acadêmica se explica em face da necessidade de que, especialmente em cursos de formação de professores, sejam criados, para e com os/as alunos/as, expedientes que permitam a leitura, a síntese, a (re)escrita, a aproximação do jovem pesquisador com o trabalho em produção e a pesquisa de referências pertinentes ao seu campo de investigação, de modo que o/a estudante possa

¹ Mestranda em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação da professora doutora Jéssica do Nascimento Rodrigues. Bolsista CAPES. E-mail: pereirayasmim@id.uff.br. Orcid: 0000-0001-8854-451X.

viver a pesquisa e refletir temas atinentes a sua futura práxis, finalizando a formação não apenas com um diploma em mãos, depois de ter cumprido uma demanda de escrita monográfica irrefletida e automática, mas como alguém que desenvolveu a capacidade de pesquisar e lidar com os diferentes gêneros discursivos, alguém que terá as habilidades necessárias para alavancar investigações pertinentes a sua área de atuação docente.

Desse modo, nosso objeto de estudo são os discursos sobre a promoção e a valorização da autoria de alunos/as-orientandos/as (em fase de escrita da monografia de conclusão) a partir da perspectiva destes/as e que se encontram inscritos/as nos cursos de licenciatura em Educação Física, Filosofia, História e Pedagogia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ. Nesse ínterim, objetivamos analisar dialogicamente tais discursos, refletindo os caminhos possíveis para o amadurecimento do aluno enquanto autor/pesquisador, bem como pensando os meios através dos quais temos nos tornado pesquisadores/as. Ressaltamos que focalizamos em tais cursos em função do alto índice de evasão de alunos/as nos períodos de escrita do trabalho final.

Para nossa metodologia, temos como subsídio a Análise Dialógica do Discurso (ADD) de Bakhtin e do Círculo, mormente por tratar de autoria, dialogismo, diálogo, gêneros do discurso, ato responsável etc. Estas são temáticas pertinentes ao nosso objetivo que, como explicitado, é a análise de discursos, nos permitindo o cotejo e o levantamento de indícios que apontem para ações indicativas de atitudes autorais e movimentos que direcionem a essa qualidade de autor, uma vez que um dos quesitos que consideramos importante durante o processo de orientação acadêmica é, justamente, o desenvolvimento da autoria do/a aluno/a.

Assim, o presente estudo está dividido, além desta seção introdutória, que nos oferece um panorama geral de nossa investigação, nossas motivações e objetivos, em: a) referencial teórico, através do qual lançamos os autores que nos apoiaram ao refletirmos a autoria; b) caminhos teórico-metodológicos, seção na qual apresentamos a metodologia aplicada ao presente estudo,

assim como discorreremos sobre as etapas da pesquisa maior, aprovada pelo CEP; c) nossas buscas: análise e discussão de alguns resultados, na qual elegemos duas pesquisas atinentes ao nosso tema e projetamos nossa análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de licenciaturas; d) conclusão, em que divulgamos os resultados parciais de nossa pesquisa.

A autoria pela perspectiva dialógico-discursiva: Bakhtin em foco

Para se refletir a questão de autoria em Bakhtin, resgatamos as noções de texto e enunciado que, para o filósofo da linguagem, carregam sentidos distintos. Uma das características evocadas por Bakhtin no que diz respeito ao texto é o fato de ele permitir ao pesquisador ter acesso ao pensamento, aos sentidos e aos significados gerados pelos outros. É por meio do texto que ocorre a manifestação e apresentação de posições outras àquele que elabora a pesquisa e, independentemente de quais sejam os objetivos traçados em sua investigação, esta só tem a possibilidade de ser iniciada por meio do texto (BAKHTIN, 2011). Desse modo, o “pontapé inicial” de toda e qualquer pesquisa ocorre a partir de um texto, através do qual há a socialização e o compartilhamento de resultados a dada comunidade que, no âmbito de nosso estudo, é a comunidade discursiva acadêmica.

Além disso, o texto diz respeito a uma realidade imediata tanto do pensamento quanto das vivências (BAKHTIN, 2011). Transportando essa ideia para a formação de pesquisadores nas licenciaturas, levamos em consideração que, aquele que escreve, reflete sua realidade, as dificuldades e as possibilidades de sua futura profissão, lançando sua visão, também, ao contexto em que ela se insere, através do texto. A ideia imediata (em ebulição) amadurece e se corporifica ao longo de sua investigação que, no caso da presente pesquisa, é a monografia. Há uma dúvida, uma inquietação, uma pergunta não respondida que, sondando seus

pensamentos e tendo sido vivenciada pelo/a pesquisador/a, manifesta-se no texto por meio de enunciados. Dito isso, percebemos a singularidade de cada pesquisa quando esta é assumida por um sujeito comprometido com o que escreve, pois em Bakhtin (2011) todo o texto tem um sujeito, um autor, que além de escrevê-lo, pronuncia-se tendo como suporte o próprio texto. Todo texto é, de igual maneira, provido de formas de autoria (BAKHTIN, 2011).

Vale, no contexto ora supracitado, enunciar que ao explicitarmos que as inquietações do pesquisador se manifestam no texto por meio dos enunciados, estamos assumindo a posição de Bakhtin ao defender que o texto se difere do enunciado por não ser um acontecimento original e irrepetível. No entanto, ao adquirir as especificidades de um enunciado, torna-se “individual, único e singular, e nisso reside todo o seu sentido (sua intenção em prol da qual ele foi criado)” (BAKHTIN, 2011, p. 310).

A partir disso, compreendemos que a autoria é construída desde o momento em que o sujeito pesquisador transforma seu texto em enunciado, deixando transparecer suas marcas próprias, sua identidade enquanto pesquisador. Para isso, Bakhtin (2011, p. 308) explica que duas ações por parte do/a pesquisador/a são fulcrais: “a sua ideia (intenção) e a realização dessa intenção”. Em outras palavras, toda pesquisa tem um propósito, uma intencionalidade, um motivo que explica sua existência.

Reconhecemos também que todo movimento que indica o contato e/ou a interação do sujeito pesquisador com o seu texto - seja por meio da releitura do texto, produzindo novos sentidos; um rearranjo de ideias; a reescrita de trechos, dentre outros - caracteriza um gesto de autoria. Desse modo, essas ações correspondem a um novo acontecimento, que não se dá da mesma maneira em outra situação, por não se repetir. É uma ação nova e única na vida desse texto, um “novo elo na cadeia histórica da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2011, p. 311).

Outro ponto é que para Bakhtin (2011), apesar de em um enunciado haver a repetição de determinada oração, da unidade

fraseológica, a cada momento ela é uma parte singular do enunciado, por se modificarem a posição e o papel que exerce no interior desse mesmo enunciado. Tal enunciado se relaciona a outros enunciados mediante as relações dialógicas, pois pela leitura de outras obras, o pesquisador se inspira para redigir sua própria, fundamentando suas ideias.

O pesquisador, assim, vai se desenvolvendo autor ao criar sentidos a partir da leitura de outros textos. Sua escrita é permeada de outras vozes, de modo que, através da organização, do gerenciamento e da negociação de sentidos com essas vozes há demarcação da autoria, indicando a articulação entre o próprio dizer ao dizer do outro, de modo ético e responsável. Um diálogo que não significa a repetição de ideias, mas o acesso ao texto do outro para fomentar a própria pesquisa, estabelecendo um novo olhar para o mesmo objeto.

Argumentamos também, aludindo a Bakhtin, que há a possibilidade de identificar traços de autoria em um texto mediante sua qualidade autenticamente criativa, que por ser criativo, configura-se como a expressão de um sujeito livre. Nesse ínterim, o texto não é criado para atender a uma necessidade empírica, predeterminada (BAKHTIN, 2011), como pressupõe a tradição científica ao requerer objetividade e neutralidade do pesquisador. Pelo contrário, percebemos um sujeito (o pesquisador) posicionado diante do indeterminado, do imprevisível, realizando descobertas, dialogando com outros autores e tecendo os próprios caminhos de sua pesquisa, pela escolha de um campo teórico-metodológico adequado no atendimento de seus objetivos. Diante disso, observamos que a autoria é externada a partir do momento em que o/a aluno/a orientando/a navega pelo seu escrito, compreendendo o real propósito de sua escrita e reconhecendo que as rotas traçadas não são dadas de antemão, mas são criadas de acordo com as necessidades e intentos de seu estudo.

No âmbito da orientação acadêmica para fins de escrita de um trabalho final - a ser entregue e avaliado como um dos pré-requisitos para obtenção de grau no curso de licenciatura - temos

de um lado o/a professor/a orientador/a e, de outro, o/a aluno/a orientando/a, ambos trabalhando em conjunto para a construção do texto e de seus sentidos. É do movimento de troca, de diálogo, de sugestões, correção, propostas, dentre outras ações pertinentes à escrita, que compreendemos haver a construção do autor.

Ambos os sujeitos mencionados exercem papéis diferentes dentro dessa relação arquitetada ao longo da orientação acadêmica. Do/a aluno/a orientando/a, enquanto pesquisador/a em formação, espera-se um posicionamento, mediante atitude responsiva ativa, uma resposta situada ao dizer de outrem, tendo em vista que ao se situar frente ao seu objeto de estudo, projeta significações diante dos textos lidos para a elaboração de sua monografia, assumindo responsabilidade ética pelo que enuncia. Esse espaço no qual o/a estudante é protagonista de sua escrita é único e é onde “encontre-se o dever, a condição inescapável de agir de um lugar próprio, de construir sentido” (LIMA, 2018, p. 71). Assim, reconhecemos a entrega do sujeito ao seu texto e a participação ativa em sua confecção como indicativos de marcas de autoria.

Do outro lado está o/a orientador/a, cujo papel é o de facilitar a escrita do/a orientando/a por meio de correções e manifestações no texto, de recomendações de leitura, de propostas de reorganização das ideias no corpo textual, de ensino sobre o gênero discursivo através do qual o aluno estrutura sua escritura. É aquele/a que não escreve pelo/a aluno/a, mas com o/a aluno/a, incluindo-o/a nas mais variadas situações em que se requer a leitura-escrita, como a participação em congressos, aulas ministradas pelo/a orientador/a, em grupos de pesquisa etc.

Percebemos nesse contexto de escrita monográfica o solo propício para a autoria florescer e se concretizar. No entanto, resguardamos a ideia de que a autoria se constrói antes mesmo do/a aluno/a iniciar a escrita de sua monografia, por meio do diálogo com o *outro*, como com autores/teóricos e suas respectivas obras, com o/a orientador/a; com outros/as estudantes nas aulas do curso, no geral e através de sua filiação a um grupo de estudos (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021). Estamos concordando que “bem antes de requerer

um processo de autoria dos alunos-docentes em formação, o docente deve promover situações didático-pedagógicas que propiciem a interação, a participação e o engajamento deles nas atividades de aprendizagem” (PAIXÃO, 2015, p. 22).

Dito isso, acreditamos ser pela inserção do/a aluno/a na cultura letrada da academia, nos variados expedientes em que se requer a leitura-escrita, pela conscientização do/a estudante sobre o real sentido da aprendizagem e da vivência dos diversos gêneros discursivos em circulação na esfera acadêmica para sua formação docente e sua futura práxis, bem como a partir do momento em que ele/ela entende o porquê de ler-escrever academicamente e quando se posiciona perante às suas práticas de leitura-escrita que a autoria passa a ser arquitetada.

Em outras palavras, a compreensão da responsabilidade e do papel do/a aluno/a se desdobra desde seu ingresso na universidade até a escrita e entrega de seu trabalho monográfico, através do qual atende a uma das exigências para a finalização do curso de licenciatura. Inclusive, é por intermédio desse processo de conscientização sobre nossa responsabilidade enquanto pesquisadores em formação, da percepção da razão de nossas práticas de leitura-escrita na academia e de nossa participação em grupo de estudo que temos assumido nossas vozes em nossos escritos.

Caminhos teórico-metodológicos

A presente pesquisa está ancorada no aporte teórico-metodológico da Análise Dialógica do Discurso (ADD) de Bakhtin e do Círculo. A metodologia bakhtiniana nos fornece as bases necessárias para que a análise dos discursos dos alunos em fase de escrita de suas respectivas monografias seja realizada de maneira dialógica e orientada para o horizonte temático valorativo dos enunciados dos/as estudantes, a fim de cotejarmos os discursos produzidos, como referenciado por Rohling (2014).

Um dos pilares da teoria bakhtiniana, fulcral para esta pesquisa, é o diálogo, posto que é por meio dele que se oportuniza o compartilhamento de experiências e de conhecimentos, sendo um possível caminho para a autoria, pois a palavra do outro nos convoca a compreendê-la (BAKHTIN, 2011). Assim, reagimos a essa palavra, aceitando-a, refutando-a ou com ela negociando.

Os sujeitos de nosso estudo são os estudantes das licenciaturas em Educação Física, Filosofia, História e Pedagogia da Universidade Federal Fluminense, campus Niterói, em fase de escrita do trabalho de conclusão de curso (TCC), como é o caso da monografia, gênero discursivo solicitado como trabalho final nos cursos mencionados.

Além disso, como havíamos ponderado, esta investigação principia motivada pela pesquisa *Relações dialógicas entre orientadores/las e orientandos/las: o processo de ensino-aprendizagem da pesquisa e da docência mediante produção do gênero discursivo monografia nos cursos de licenciatura da UFF*, aprovada pelo CEP, que foi dividida nas seguintes fases (as quatro primeiras etapas já foram concluídas):

a) Fase de seleção dos cursos de licenciatura: após apuração dos cursos, foram selecionadas as licenciaturas em Educação Física, Filosofia, História e Pedagogia, em face da alta evasão de alunos/as em fase de escrita da monografia;

b) Análise dos projetos pedagógicos de curso: constatamos insuficiência de parâmetros que regularizem a prática de escrita, bem como a organização e sistematização do processo de orientação acadêmica nos cursos citados;

c) Fase de levantamento nas plataformas de busca (SciELO e Banco de Teses e Dissertações da Capes): fase em que rastreamos as pesquisas referentes ao processo de orientação acadêmica na graduação, mediante a aplicação de descritores. Nesta fase, tivemos algumas dificuldades, como o constante recarregamento do site da CAPES no momento em que estávamos passando de uma página para a outra, perdendo todos os filtros que havíamos selecionado e tendo de reiniciar a busca. Além de que, mesmo

utilizando descritores específicos à temática de orientação acadêmica, surgiram várias pesquisas sobre outros tipos de orientação (educacional, sexual, pedagógica etc.).

d) Fase de tabulação e análise da seleção de textos: confecção de tabela constando título do trabalho, palavras-chave, autor(es), gênero discursivo por meio do qual o texto foi divulgado, curso investigado, objetivo, referencial teórico, metodologia, resultados e observações sobre orientação acadêmica e relações orientador/a - orientando/a.

e) Fase de coleta de dados nos cursos mencionados: a pesquisa está situada nesta fase. Os dados que estão sendo coletados por meio de questionário semiaberto, provenientes das respostas dos/as alunos/as, serão tabulados e analisados qualitativamente.

f) Fase de entrevista com os/as alunos/as: ainda será iniciada.

Nossas buscas: análise e discussão de alguns resultados

Como nossa pesquisa se trata de um estudo incipiente, situada ainda na fase de coleta de dados por meio de questionário semiaberto destinado aos/as estudantes dos cursos de licenciatura, socializaremos os resultados de nossas buscas por pesquisas atinentes ao tema da pesquisa maior, mencionada na seção anterior. Tais buscas foram realizadas nas plataformas SciELO e Bancos de Teses e Dissertações da Capes. Selecionamos dois textos para análise de alguns enunciados, por refletirem a temática de nosso recorte (a construção da autoria). São eles: *Subjetividade e Autoria: A Reescrita Acadêmica Pós-Intervenção do Orientador*, de Aline Batista Rodrigues e *Vozes diluídas, camufladas ou exaltadas na fronteira entre a autoria e o plágio*, de Wagner Teixeira Dias. Além disso, faremos uma breve consideração sobre os PPC dos cursos aludidos na seção Caminhos teórico-metodológicos.

A primeira pesquisa, de Rodrigues (2012), pensa a autoria em correlação com a subjetividade daquele que escreve, elencando as seguintes ideias:

a) “[...] a questão de autoria em um texto é conferida não só pela **tomada de posição**, mas também pela assunção de um ponto de vista daquele que enuncia em relação ao seu discurso” (RODRIGUES, 2012, p. 34, grifos nossos);

b) Ao reescrever passagens inseridas em seu texto pelo/a orientador/a, ao manter distância do próprio texto e ao **dar voz ao outro**, o/a aluno/a está exercendo um trabalho autoral (RODRIGUES, 2012, grifos nossos);

c) Os movimentos de escrita (reescrita, integração das sugestões do/a professor/a orientador/a ao texto, inserção de novas informações, modificação de sentido e conceitos, dentre outros) suscitam a construção da autoria, dependendo do modo como o/a orientando/a trabalha sua subjetividade diante destes movimentos (RODRIGUES, 2012); e

d) As incursões realizadas pelo/a aluno/a em seu próprio texto e a produção de reflexões sobre sua própria escrita manifestam uma atitude autoral. Nesse contexto, o/a professor/a orientador/a detém papel fundamental, sendo responsável por permitir ao/à estudante se enxergar em seus escritos (RODRIGUES, 2012).

Já em Dias (2013), a autoria se apresenta como a contraface do plágio, de modo que, em ambientes de prática do plágio, há anulamento de qualquer possibilidade de construção da autoria. Assim, as seguintes menções à autoria seguem:

a) A apropriação da **voz do outro**, sem com ela dialogar e/ou referenciar, isto é, a simples cópia do que o outro produziu dilui a possibilidade do sujeito da pesquisa se constituir autor (DIAS, 2013, grifos nossos);

b) “O conhecimento é dialógico e ser autor, numa perspectiva bakhtiniana é dialogar com diversas vozes - *polifonia* - e com discursos de outrem - *dialogismo* [...]” (DIAS, 2013, p. 37, grifos do autor);

c) Ser autor em um trabalho de pesquisa consiste na relação travada entre aquele que enuncia com vozes alheias, às quais recorre para constituição de seu texto (DIAS, 2013); e

d) “[...] o pesquisador se constitui do outro, do pensamento, da voz do outro e vice-versa”. E ao elaborar os textos, nos quais pontos de vista são defendidos, o discurso do outro é primordial, de tal maneira que pela resposta a esse discurso que não é nosso criamos “visões de mundo e modelos de construção autoral” (DIAS, 2013, p. 38).

Ao cotejarmos esses enunciados que nos trazem a noção do que é a autoria/ser autor de um texto, percebemos a presença dos pensamentos bakhtinianos e do Círculo, pois aludem ao necessário posicionamento do sujeito pesquisador, o que se alinha à ideia de ato responsivo/responsável e também à condição de que não fazemos pesquisa sozinhos. A construção de nossos escritos só é possível pelo diálogo com outras vozes, à resposta emitida a outros enunciados. Nesse jogo dialógico no qual o/a aluno/a orientando/a entra em contato com o/a próprio/a orientador/a e com diferentes fontes de pesquisa, há a produção de novos sentidos, pois à palavra alheia, do outro, aquela fora de nosso domínio, ao ser “tocada” pelo diálogo, gera uma reação (de recusa, aceitação, acréscimos etc.), bem como a produção de conhecimento novo. Há uma articulação entre o dizer do/a pesquisador/a em formação e o dizer do outro, de modo ético e responsável. Um diálogo com o outro, uma escuta da voz alheia não para repetir as ideias, mas para fomentar a própria pesquisa, estabelecendo um novo olhar para o mesmo objeto, pois, embora a autoria aponte para uma qualidade de singularidade - já que é o autor do texto que responde eticamente por aquilo que escreve - há a necessidade da presença do outro para sua construção.

Os autores também nos apontam a autoria enquanto ato de agir sobre o texto, de modo a sair de um lugar de inércia para ocupação de um espaço de produção. Esse agir, quando pensamos na escrita monográfica, envolve a intervenção do/a orientador/a no texto do/a orientando/a, que o incentiva a se envolver com sua escrita, assumir responsabilidade por essa prática e pelos enunciados que dela emergem.

Por fim, ao analisarmos os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) das licenciaturas de Educação Física, Filosofia, História e Pedagogia, percebemos a necessidade de atualização destes, de modo a contemplar a orientação acadêmica de forma estruturada, evidenciando os papéis do/a orientador/a e do orientando/a nessa relação. Como se tratam de projetos pedagógicos, entendemos ser imprescindível a menção do que é o trabalho pedagógico do/a professor/a em âmbito da orientação para fins de escrita da monografia, conferindo visibilidade a esse gênero discursivo tão marcante na vida discente. Além disso, é fundamental a consideração sobre o que se espera do/a aluno/a e quais estratégias são mobilizadas para que ele/a aprenda a pesquisa.

Considerações parciais

Como esta investigação advém de uma pesquisa em andamento, dependente dos resultados nela levantados, nossas conclusões também não estão fechadas. Logo, por ora, reconhecemos que a autoria pode/deve ser construída bem antes da elaboração do TCC, pelo contato do estudante, ao longo do curso de graduação, com os gêneros discursivos (BAKHTIN, 2011) da esfera acadêmica, que favorecem a prática de leitura-escrita na academia.

Tomando por base nossas próprias experiências, consideramos importante a inserção do/a aluno/a orientando/a, em momento de escrita da monografia, em um grupo de pesquisa, pois terá a oportunidade de se familiarizar com o campo de estudo de seu/sua orientador/a, dialogar com a equipe, ser apresentado a obras interessantes para sua própria investigação, assim como produzir e construir sentidos a partir do contato com outras vozes, o que pode favorecer a construção de sua autoria, pois além de aprender sobre aspectos técnicos de seu texto, também estará apto a escrever sobre o tema sem bloqueios.

Quanto à análise dos PPC dos cursos mencionados, verificamos insuficiência de parâmetros regularizadores da prática

de escrita, do que é esperado do/a aluno/a e do/a professor/a, bem como da organização e sistematização do processo de orientação acadêmica (ARAÚJO; CUNHA; OLIVEIRA, no prelo).

No mais, considerando que nosso propósito é investigar a construção da autoria do/a aluno/ orientando/a, constatamos que dentre os textos tabulados (15 da CAPES e 3 da SciELO), apenas três tratam diretamente do tema autoria. Por razões de escopo, elegemos, nesta pesquisa, duas investigações para análise, a de Rodrigues (2012) e de Dias (2013), que nos apontam para uma construção da autoria de maneira responsável, ética, participativa e em diálogo com o outro.

Referências

- ARAÚJO, D.; CUNHA, E. B.; OLIVEIRA, Y. P. Diálogos entre orientador-orientando na formação do professor-pesquisador: alguns percursos de escrita monográfica. In: RODRIGUES, Jéssica do Nascimento; NEVES, Fabiana Esteves (org.). *Educação Linguística em Práticas Discursivas Acadêmicas*. 2ª ed. No prelo.
- BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. 6. ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- DEUSDARÁ, B.; ROCHA, D. *Análise cartográfica do discurso: Temas em construção*. 1. ed. São Paulo: Editora Mercado de Letras, 2021.
- DIAS, W. T. *Vozes diluídas, camufladas ou exaltadas na fronteira entre a autoria e o plágio*. 2013. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- LIMA, S. M. M. Sujeito em Bakhtin: Autoria e Responsabilidade. *PERcursos Linguísticos*, Vitória v. 8, n. 19, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/20305>. Acesso em: 26 nov. 2022.
- PAIXÃO, M. S. E. *Trajetórias construídas em caminhos (não) planejados: Os sentidos formativos da escrita no Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de Pedagogia da UFMA*. 2015. 188 f. Tese

(Doutorado em Educação). Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

RODRIGUES, A. B. *Subjetividade e Autoria: A reescrita acadêmica pós intervenção do orientador*. 2012. 121 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

ROHLING, N. A pesquisa qualitativa e Análise Dialógica do Discurso: caminhos possíveis. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Curitiba, v. 15, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/7561>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BLOCO 2

ESTUDOS DA TRADUÇÃO

UMA REFLEXÃO SOBRE A RECEPÇÃO CRÍTICA DE *AS TROIANAS* DE SÊNECA

Érica Marques de Sant'Anna¹

Considerações iniciais

Os Estudos Clássicos vêm passando por uma expressiva renovação nas últimas três décadas, quando se adotou como base teórica para a interpretação contemporânea de textos greco-latinos a Estética da Recepção, vertente da teoria da literatura que valoriza a recepção do texto pelo leitor em seu contexto histórico. É fato que a recepção de textos clássicos data da Antiguidade, contudo, vinha prevalecendo há anos a abordagem conhecida como “tradição clássica”, de viés filológico, cujo objetivo é resgatar o texto antigo no seu contexto de origem.

O classicista britânico Charles Martindale, no ensaio “Redeeming the Text: The Validity of Comparisons of Classical and Postclassical Literature (A View from Britain)” (1991), defende que qualquer nova leitura de um texto clássico é completa e está atrelada a uma corrente de recepções formada ao longo dos séculos, portanto “não podemos voltar a um significado original totalmente livre dos acréscimos subsequentes²” (MARTINDALE, 1991, p. 46). Se o leitor traz consigo experiências, o mesmo vale para o tradutor, principalmente aquele que se aventura na retradução de uma obra. Para Martindale (1991), a interpretação do texto é inseparável da história de sua recepção, por isso, ao invés de procurar a “verdade” do texto, os classicistas deveriam se perguntar “como” ler o texto

¹ Mestranda em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação da professora doutora Carolina Geanquito Paganine. E-mail: ericamarques@id.uff.br.

² “We cannot go back to any originary meaning wholly free of subsequent accretions” (MARTINDALE, 1991).

antigo e avaliar as consequências de sua escolha. Em 1993, a proposta teórica de Martindale é publicada sob o título *Redeeming the Text: Latin Poetry and the Hermeneutics of Reception*, no qual afirma que o significado de um texto sempre se realiza em sua recepção e, portanto, a intenção de um texto pode ou não ser atingida, o que implica na falta de controle do texto por parte de seu autor.

A leitura de textos clássicos na contemporaneidade dificilmente poderá resgatar o texto antigo no seu contexto de origem, como desafia a abordagem clássica, pois não somos aquela sociedade e muito menos somos perpassados pelas experiências que tornaram possível a recepção do texto em sua época de produção. O texto clássico, seja ele qual for, não pertence mais ao seu autor, à sociedade ou à época em que foi produzido, atualmente ele pertence ao público que o recebe na contemporaneidade. A partir dessa perspectiva, a classicista Helen Morales (2019) afirma: “Os textos gregos e latinos são utilizados por autoras feministas modernas que reescrevem e criativamente adaptam a literatura da Antiguidade, classicistas resistem ao uso da literatura da Antiguidade para promover a misoginia e a supremacia branca³”.

Este trabalho é resultado da reflexão em torno do processo tradutório crítico-ativista da obra *As troianas* do autor latino Sêneca. Buscar-se-á discutir os recentes desdobramentos dos Estudos Críticos da Recepção dos Clássicos, em consonância com os Estudos Feministas da Tradução, os Estudos Críticos de Raça, de Gênero e de Etnia, com ênfase na prática da retradução como revisão feminista e na influência do posicionamento político da tradutora em sua produção.

³ “Greek and Latin texts are used by modern feminist authors who rewrite and creatively adapt ancient literature, and classicists resist the use of ancient literature to promote misogyny and white supremacy” (MORALES, 2019).

O autor e a obra

Lúcio Aneu Sêneca foi um filósofo estoico, escritor e político romano. Seu nascimento é datado entre 4 e 1 d.C. em Córdoba, na província da Hispânia sob o poder do Império Romano, ao sul da atual Espanha. Durante sua vida, Sêneca escreveu um expressivo número de obras, das quais muitas conseguiram chegar à contemporaneidade. Como filósofo, deixou epístolas, tratados e diálogos sobre o estoicismo, incitando a reflexão sobre questões que perpassavam a vida romana. Já como tragediógrafo, deixou as peças *As troianas*, *As fenícias*, *Medeia*, *Fedra*, *Édipo*, *Agamêmnon*, *Tiestes*, *A loucura de Hércules*, *Hércules no Eta* e a pretexto *Otávia*, as duas últimas de autoria questionável. Todas as suas tragédias possuem tradução para a língua portuguesa.

Em *As troianas*, Sêneca reescreve e une dois episódios do ciclo troiano: a morte de Políxena, princesa de Troia, filha do rei Príamo e da rainha Hécuba, e de Astíanax, filho do príncipe Heitor e de Andrômaca. Nas versões gregas que chegaram à contemporaneidade, o tragediógrafo Eurípides separa os dois episódios, trabalhando-os em duas peças: *Hécuba*, narrando a morte de Políxena e *As troianas*, a morte de Astíanax. No texto dramático senequiano, as mortes de Políxena e de Astíanax parecem ser os dois pontos altos da peça, que tem como plano de fundo o drama das mulheres troianas, que aguardam o destino decidido pelos vitoriosos guerreiros gregos no campo de prisioneiras. Entendidos como episódios do pós-guerra, os eventos descritos nas obras de Eurípides e Sêneca são trabalhados como consequências da guerra troiana, por isso torna-se tão difícil reconhecer as violências sofridas pelas prisioneiras troianas.

Minha proposta de leitura e, posteriormente, de tradução entende que o enredo em torno das mulheres troianas deve ser analisado a partir de uma posição crítica e ativista, possibilitando compreender que a guerra não havia terminado, mas, na verdade, se estendia ao campo de prisioneiras, onde as mulheres troianas aguardavam seu destino como espólio da guerra. Essa

interpretação crítica permite olhar com cuidado para as violências invisibilizadas no texto latino e nas traduções para o português, como: a violência política, que anula as cativas como sujeitos ao tipificá-las como espólios de guerra; a violência sexual, pois o estupro decorrente da escravização está invisibilizado no texto; a alienação identitária, causada pela dispersão do coletivo de troianas após seu sorteio para comandantes gregos de diferentes cidades. Em um processo tradutório ativista, essas violências podem ser denunciadas ao serem utilizados os artifícios propostos pelos Estudos Feministas da Tradução.

Esta proposta crítico-ativista só foi possível por conta da ampliação dos Estudos de Recepção dos Clássicos, a partir da transdisciplinaridade com áreas como os Estudos Feministas, os Estudos Críticos de Raça, de Gênero e de Etnia, criando, assim, os Estudos Críticos de Recepção dos Clássicos. Em seu artigo “It’s Time to Embrace Critical Classical Reception” (2017), publicado no blog *Eidolon: Classics without Fragility*, a classicista Johanna Hanink identifica que artigos e trabalhos publicados no próprio blog e em outros voltados para a literatura, clássica ou não, apresentam não só a perspectiva de recepção, como também são interseccionados por teorias dos Estudos Críticos de Raça, de Gênero e de Etnia. Dessa maneira, os classicistas engajados em pautas ativistas trazem seu conhecimento para a área dos Estudos Clássicos com o intuito de abrir espaço para a discussão de forma aberta, possibilitando a reflexão em torno da influência da Antiguidade e dos seus textos “na construção e autorização de estruturas como o racismo, o colonialismo, o nacionalismo, o patriarcado, o eurocentrismo, o padrão corporal e outras estruturas sociais perpetradas e violentas⁴”.

Nessa perspectiva crítico-ativista, politicamente consciente da intersecção de fatores que me caracterizam como um ser social,

⁴ “[...] constructing and authorizing racism, colonialism, nationalism, patriarchy, Western-centrism, body normativity, and other entrenched, violent societal structures” (HANINK, 2017).

minha leitura e meu trabalho tradutório incitaram questões sobre essa proposta ousada, as quais tentarei responder neste artigo:

- por que e como produzir uma (re)tradução de um texto da Antiguidade Clássica? E quando essa (re)tradução pretende ser crítica?

- o que é uma tradução crítico-ativista?

- os desafios da tradução crítica são, em algum nível, diferentes das demais traduções?

- se a tradução feminista prevê uma tradutora visível, como se tornar visível em uma tradução? Pode a mulher preta traduzir visivelmente?

- por que uma mulher preta traduz um texto da Antiguidade Clássica?

(Re)tradução crítica de um texto da Antiguidade Clássica

A primeira questão a ser respondida é por que retraduzir clássicos. A resposta simples e rápida é que se retraduzem clássicos porque eles precisam ser lidos. Em sua obra *Por que ler os clássicos* (2007), Italo Calvino apresenta catorze motivos pelos quais devemos ler as obras clássicas, destes selecionei três: os motivos quatro, seis e oito. O quarto motivo afirma que “toda releitura de um clássico é uma leitura de descoberta como a primeira” (p. 11), portanto toda leitura ou releitura permite e instiga uma tradução, ou melhor, retradução da obra. Tal fato está intimamente ligado ao sexto motivo: “[U]m clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer” (p. 11), ou seja, sempre há algo novo no clássico a ser descoberto, portanto, a ser retraduzido e debatido. Por fim, o oitavo motivo conclui que “um clássico é uma obra que provoca incessantemente uma nuvem de discursos críticos sobre si, mas continuamente a repele para longe” (p. 12), portanto, um discurso crítico sobre um clássico pede uma tradução condizente para defender esse discurso, isto é, uma (re)tradução crítica.

Como aponta Calvino, a (re)tradução de um texto vem, primeiramente, da releitura desse texto por novos olhos, os quais

enxergam uma nova perspectiva e se questionam: “E se traduzirmos de outra maneira?”. Não porque a primeira tradução estivesse errada, mas porque uma nova tradução sempre será possível. Nesse ponto, esbarramos na questão em torno da validade de uma tradução. Defendo que traduções não têm prazo de validade, pois elas sempre se comunicarão com o público para o qual foram produzidas. Por isso, a tradução está presa ao seu contexto de produção, refletindo tanto a visão de mundo do seu tempo quanto a visão do tradutor sobre aquele texto durante a tarefa tradutória. Nós, como tradutores, sempre pensamos em mudar algo mesmo quando a tradução já está completa, revisada, pronta e entregue, pois o processo tradutório é sempre contínuo.

Diferentemente das retraduições pela simples necessidade de uma nova tradução, a retradução crítica pressupõe um movimento libertador de negação do cânone. Em entrevista a Dennys Silva-Reis, traduzida para a revista *Ártemis*, a estudiosa Patricia Hill Collins afirma que “com o tempo, se o conhecimento canônico se torna descontextualizado e viaja como uma verdade tomada como ponto pacífico dentro de um campo de estudo, ele traça as fronteiras para o campo” (p. 231) Tal fenômeno aconteceu com os textos da Antiguidade greco-romana que tiveram suas traduções canonizadas e, por isso, quase santificadas, sendo difícil quebrar as barreiras que cristalizaram a tradução. Um estudante de grego ou latim clássicos ouviu, em algum momento do seu percurso acadêmico como tradutor, que certa passagem do texto original já tinha uma tradução cunhada e que a melhor decisão seria seguir essa tradução, não só pela prática de cotejamento, mas também para perpetuar o modo de traduzir/dizer. Esse fenômeno permitiu que, por séculos, as violências sexuais em obras como *As metamorfoses*, de Ovídio, passassem despercebidas pelos tradutores e, subseqüentemente, fossem assim recebidas pelos leitores. Ao não colocar em evidência tais violências expressas no original, a tradução tendeu a suavizar os acontecimentos na língua de chegada, permitindo sua perpetuação sem sequer discutir as problemáticas em torno dos episódios. Portanto, a retradução

crítica seria também um ato de revisão, no caso, uma revisão crítico-ativista.

Uma tradução crítico-ativista

O termo crítico-ativista pressupõe uma atividade dupla. No viés crítico, assume-se o papel de uma leitora crítica que acolhe uma nova interpretação do texto. No caso da obra *As troianas*, é a compreensão da peça como a continuação da Guerra de Troia, o que permite entender as violências contidas no texto. Já no viés ativista, assume-se uma posição ativa e engajada nos movimentos políticos, que se reflete no projeto tradutório pelos dispositivos dos Estudos Feministas da Tradução, assim identificando, discutindo, problematizando e, principalmente, visibilizando as violências suavizadas e/ou apagadas na língua de partida.

Esses atos são um desafio às palavras, tanto as da língua de partida quanto as da língua de chegada. Para tal desafio, é necessária uma posição política que pressuponha um ativismo acadêmico por meio da tradução, permitindo analisar as manipulações do texto que invisibilizaram as violências. Nesse sentido, é necessário entender a prática de tradução como atividade de subversão do texto, mostrando a versão por baixo do que está sendo dito pelas palavras do original e que se escancara a partir da leitura crítica.

Em sua obra *The Subversive Scribe: Translating Latin American Fiction* (2009), Suzanne Jill Levine afirma:

O ato de desafiar as palavras é político porque nos faz notas como elas nos manipulam, assim a subversão, no meu livro, torna-se uma palavra para o tradutor subverter. Sub-versão: a palavra é dissecada para revelar outro significado, uma “versão por baixo”, uma versão potencial que o original transmite através do ato mágico de tradução.

Neste contexto, a subversão é também claramente feminista na medida em que sonda a hierarquia do original e da tradução e explora os limites semânticos da língua⁵ (LEVINE, 2009, p. iii).

Tanto a proposta de uma tradução subversiva quanto a de uma tradução crítico-ativista só são possíveis a partir do contato com novas perspectivas que não se encaixam nas vertentes tradicionais perpetuadoras de violências e perpetuadas por alguns profissionais.

Na mesma entrevista citada anteriormente, Patricia Hill Collins explica seu conceito de comunidades interpretativas. Segundo a estudiosa, em uma comunidade linguística, o texto é recebido e compreendido por todos os seus falantes, já em uma comunidade interpretativa, o texto ganha significados diferentes por parte de seus integrantes, isto é, o mesmo texto é recebido de formas diferentes por grupos distintos que falam a mesma língua. Collins, então, afirma que “as relações de poder dentro de uma comunidade interpretativa regulam quem pode falar, quem é ouvido e que conhecimento passa a representar essa comunidade para os forasteiros. As relações de poder moldam quem é silenciado e quem é ouvido” (p. 230). Trazendo esse conceito para o campo da tradução, pode-se afirmar que uma comunidade interpretativa distinta daquela dominadora do campo por séculos começa a tomar lugar e voz dentro do contexto contemporâneo, possibilitando a produção e circulação de traduções chamadas de feministas, ativistas, subversivas ou crítico-ativistas. Essas comunidades interpretativas são detentoras de saberes das novas perspectivas de Estudos Críticos, como aponta Hanink no artigo

⁵[...] the act of challenging words is political because it makes us notice how they manipulate us, thus subversion, in my book, becomes a word for the translator to subvert. Sub-version: the word is dissected to reveal another meaning, a ‘version underneath’, a potential version that the original imparts through the magical act of translation.

Subversion in this context is also clearly feminist insofar as it probes the hierarchy of original and translation and explores the semantic boundaries of language” [...].

supracitado (“It’s Time to Embrace Critical Classical Reception”). Por meio dessas perspectivas, tornam sua atividade engajada e, conseqüentemente, visível.

Uma tradutora visível e negra

Nos Estudos Feministas da Tradução, a invisibilidade não é atributo nem desejo da tradutora. Subverte-se até o uso dos paratextos para que a invisibilidade seja negada no mais alto grau. Junto aos artifícios metatextuais, criam-se estratégias para se manter ativa e visível no processo tradutório: o *supplementing* ou sobretradução, o *hijacking* ou sequestro do texto.

A sobretradução ou *supplementing* é uma estratégia utilizada pelas tradutoras feministas que se assemelha à prática de compensação, já conhecida pelos tradutores. Nessa prática, o tradutor objetiva compensar possíveis diferenças entre a língua de partida e a língua de chegada. Para isso, ele interfere no texto, traduzindo, amadurecendo e desenvolvendo-o neste processo. No entanto, a compensação difere da sobretradução no quesito de posicionamento político, uma vez que a primeira teria como intuito conceber uma tradução apolítica a fim de mediar a transição de uma língua para outra, enquanto a segunda conta com a tomada de decisão consciente e com o caráter político da tradutora feminista. Por isso, alguns estudiosos referem-se à sobretradução como um excesso tradutório, por possuir o intuito de acentuar e até escancarar marcas machistas no texto.

A segunda estratégia da prática tradutória feminista é o sequestro ou *hijacking* do texto. Nesse caso, a tradutora feminista interfere radical e audaciosamente no texto durante o processo tradutório, sem que a obra necessariamente tenha como intenção um posicionamento feminista. Assim, a atuação da tradutora ativista assemelha-se a de um sequestrador, mantendo o texto refém de seus objetivos político-ativistas. Ao meu ver, esse posicionamento radical em relação ao texto só é possível a partir de uma leitura crítica, o que acarreta um posicionamento ativista do

tradutor durante seu trabalho, como discutido anteriormente. Nesse cenário, o tradutor é visto como um sequestrador para aqueles que seguem a tradição da fidelidade da tradução, mas, para a tradição feminista, a tradutora é uma guia para o leitor, conduzindo-o pelo texto como o poeta Virgílio conduz Dante pelo inferno e o purgatório.

Por fim, a terceira estratégia é a metatextualidade, que consiste no uso subvertido de paratextos, como prefácios, posfácios, notas de rodapé etc., ou seja, esses artifícios tornam-se instrumentos para visibilizar a prática tradutória. Antes utilizados para que os tradutores explicassem suas escolhas e suas dificuldades no processo de tradução, sempre prezando pela sua invisibilidade, os paratextos são subvertidos em ferramentas que destacam o papel das tradutoras feministas e negam a posição de invisibilidade.

As estratégias utilizadas pelas tradutoras para evidenciar o caráter feminista de seus trabalhos mostram um embate com a aceção tradicional de tradução, enquanto um processo impessoal e transparente que objetiva a fidelidade na transmissão do conteúdo do texto fonte para o texto alvo. Isso porque a prática tradutória feminista tem como principais características a negação da invisibilidade da tradutora, prezando por uma forte voz autoral, e a questão da infidelidade, sendo a subversão e a manipulação do texto pertinentes por colaborarem para a prática de uma tradução feminista.

Ao falar intensamente sobre feminismo, preciso definir com que tipo de feminismo estamos trabalhando. Durante o processo tradutório feminista, comprometi-me em assumir uma posição visível e ativista, coerente com a proposta dos Estudos Feministas da Tradução. Por isso, foi necessário destacar as interferências conscientes do meu eu-tradutora, impondo minha visão crítica e meu posicionamento ativista. Dessa maneira, como uma mulher preta, tornou-se impossível não fazer o recorte de raça no que envolve a minha produção acadêmica, uma vez que meu posicionamento segue as teorias produzidas pelas intelectuais do movimento feminista negro. Assim, surge a questão sobre o que

muda na tradução feminista ao ser produzida por uma mulher preta. A partir do conceito de interseccionalidade, afirmo que a tradutora trabalha a partir de suas experiências pessoais, acadêmicas e profissionais, sejam elas quais forem. Portanto, a minha experiência como mulher negra interfere no meu trabalho como tradutora feminista negra.

No artigo “Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória” (2017), Patricia Hill Collins observa que nomes importantes do movimento negro americano, como Alice Walker, June Jordan, Angela Davis, Nikki Giovanni e Barbara Smith, acessaram a cadeia e, a partir disso, sistematizaram as ideias políticas do feminismo negro para os Estudos de Raça, Classe e Gênero. Assim, Collins subverte a famosa questão de Gayatri Spivak (“Pode o subalterno falar?”) e questiona: pode a mulher negra ser traduzida? Tomando a liberdade da prática crítico-ativista, subverto a questão levantada por Collins mais uma vez e questiono: pode a mulher negra traduzir?

Atualmente, observamos as obras feministas de mulheres negras sendo traduzidas, principalmente, por outras mulheres negras. Nesse caso, preza-se pela coerência ao princípio do lugar de fala, em que se dá voz àqueles que são atravessados em sua vivência pelas problemáticas em torno do assunto, no caso, as violências sofridas e os desafios encarados pelas mulheres negras em todo o globo. Quando as estudiosas negras americanas entraram para a academia, foi para que pudessem discutir as suas experiências e os fatores que perpassam não só suas existências enquanto mulheres negras, mas também as de seus iguais. Abriram, então, caminho para as próximas gerações.

Mulheres negras traduzindo a Antiguidade

Enquanto mulher negra tradutora de textos da Antiguidade greco-romana, provavelmente espera-se que eu aborde questões em torno da raça nesse período. Quanto aos Estudos de Raça, ainda há muito a ser feito quando falamos de Antiguidade,

principalmente em língua portuguesa. Trago para a minha vivência enquanto tradutora um posicionamento afrofuturista.

O movimento afrofuturista procura retratar um futuro grandioso, caracterizado tanto pela tecnologia avançada quanto pela superação das condições determinadas pela opressão racial, dentro do contexto da vivência africana e diaspórica, isto é, ver no futuro corpos negros ocupando espaços antes a eles negados. Assim, enxergo a minha atual posição na área dos Estudos Clássicos como um começo para esse futuro, mesmo que eu não me dedique ao recorte dos Estudos de Raça no período da Antiguidade. Continuando, por meio do meu eu-tradutora, esse movimento que começa com nomes como Lélia González, intelectual, autora, política, professora, filósofa e antropóloga brasileira, e Ruth Guimarães, poetisa, cronista, romancista, contista e tradutora (sendo latim uma das línguas) brasileira.

Referências

CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos?*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Portal Geledés*. Traduzido por Bianca Santana. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/se-perdeu-na-traducao-feminismo-negro-interseccionalidade-e-politica-emancipatoria>. Acesso em: 12 set. 2022.

HANINK, Johanna. It's Time to Embrace Critical Classical Reception. *Eidolon*, 01 mai. 2017. Disponível em: <https://eidolon.pub/its-time-to-embrace-critical-classical-reception-d3491a40ee3>. Acesso em: 10 set. 2022.

LEVINE, Suzanne Jill. *The Subversive Scribe: Translating Latin American Fiction*. 2 ed. Illinois: Dalkey Archive Press, 2009.

MARTINDALE, Charles. Redeeming the Text: The Validity of Comparisons of Classical and Postclassical Literature (A View from Britain). *Arion*, V. 1, N. 3, Fall, 1991, p. 45-75.

_____. Reception: A New Humanism? Receptivity, Pedagogy, the Transhistorical. *Classical Receptions Journal*, V. 5, N. 2, 2013, p. 169-183.

MORALES, Helen. Feminism and Ancient Literature. *Online Classical Oxford Dictionary*, 2019. Disponível em: <https://oxfordre.com/classics/classics/view/10.1093/acrefore/9780199381135.0010001/acrefore-9780199381135-e-8235>. Acesso em: 12 set. 2022

SILVA-REIS, Dennys. Pensamento Feminista Negro e Estudos da Tradução: Entrevista com Patrícia Hill Collins [Entrevista concedida a Revista *Ártemis*]. Entrevistador Dennys Silva-Reis, tradução de Marcos Bagno. *Revista Ártemis*, Paraíba, n. 1, v. 27, p. 229-235, jan./jun., 2019.

MARCAS DA ORALIDADE EM DUAS TRADUÇÕES DE *TESS OF THE D'URBERVILLES*

Gisele Flores Caldas Manhães¹

Objetivo da pesquisa e do artigo

A proposta inicial do projeto de pesquisa do qual este artigo resulta é analisar as duas traduções brasileiras de *Tess of the D'Urbervilles*, de Thomas Hardy e, a partir delas e de estudos sobre tradução de textos não-padrão – especialmente daqueles que buscam refletir a oralidade na fala dos personagens –, produzir uma nova tradução da primeira fase do livro: “The Maiden”.

O foco deste artigo, especificamente, é verificar a forma como as traduções mencionadas buscam recriar as marcas de oralidade e, por conseguinte, a forma como lidam com as variedades não-padrão encontradas no texto de Hardy.

Por que Hardy e por que *Tess*?

Thomas Hardy ficou marcado como um escritor que deu voz a tipos sociais diversos, caracterizando cada um deles por seu falar típico e recriando seu ambiente sociocultural nativo em sua Wessex ficcional. Carolina Paganine, em sua tese, aponta que

[d]o ponto de vista social, o autor retrata, em sua maioria, camponeses, leiteiros, ordenhadoras, mercadores, tocadores de rabeca, gente do campo e dos vilarejos rurais de pequeno e médio porte, mas também a pequena nobreza, fazendeiros, clérigos, e

¹ Doutoranda em Estudos da Linguagem na UFF sob orientação da professora doutora Carolina Geaquinto Paganine. E-mail: giselemanhaes@id.uff.br.

outros profissionais – todos ligados, por suas histórias passadas ou atuais, à região de Wessex (PAGANINE, 2011, p. 280).

Como diferenciar tipos sociais sem lidar com a variedade linguística? Bourdieu (1998, p. 41) argumenta que as trocas linguísticas manifestam relações de poder simbólico, onde se atualizam as relações de força entre locutores e seus grupos. Para ele, as variações, no campo da fonética, léxico e gramática, produzem oposições linguísticas que são, em última análise, retraduições de diferenças sociais. Ou seja, sem as variações linguísticas, não há como representar os diferentes estratos sociais.

Retomando Paganine (2011, p. 280), “é neste contexto de supressão de uma língua oficial e padrão sobre uma outra ‘maneira de falar’ regional que Hardy escreve sua obra ficcional e poética”. Uma das obras mais conhecidas e representativas da maturidade de Hardy como romancista é notadamente *Tess of the D’Urbervilles*, daí a escolha do livro para esta investigação.

O livro é dividido em sete fases, a saber: “The Maiden”, “Maiden No More”, “The Rally”, “The Consequence”, “The Woman Pays”, “The Convert”, “Fulfillment”. A escolha da primeira fase se deve ao fato de ter ela abundantes porções de discurso direto. É também nessa fase que Hardy aborda quase que metalinguisticamente a questão dialetal, como se constata na observação que ele tece entre parênteses a respeito dos falares de Tess e de sua mãe:

(Mrs. Durbeyfield habitually spoke the dialect; her daughter, who had passed the Sixth Standard in the National School under a London-trained mistress, spoke two languages: the dialect at home, more or less; ordinary English abroad and to persons of quality) (HARDY, 1994, p. 21, grifo meu).²

² “(A senhora Durbeyfield falava o dialeto sempre; sua filha, que cursara o Sexto Ano na Escola Nacional sob os auspícios de uma professora treinada em Londres, falava duas línguas: o dialeto em casa, mais ou menos; e o Inglês normal fora de casa e com pessoas de qualidade)” (tradução minha).

Fica patente que o autor reconhece e reproduz as diversidades linguísticas intencionalmente como parte da estratificação social e da caracterização do ambiente sociocultural que compõe no seu texto. Ele associa a variação ao contexto de uso quando afirma que as duas línguas que Tess falava tinham cada qual seu local de execução e público-alvo.

A questão relevante que se impõe, face ao consciente uso da variação linguística no texto de partida, é: como se dá a recriação de tal variação no texto de chegada? Ela ocorre? Em que medida? Por meio de quais recursos linguísticos? Há algum tipo de inovação na forma como a tradução mais recente lida com essas variações? Há consistência nos projetos tradutórios analisados em relação à tradução das variedades não-padrão do português?

Pressupostos teóricos: marcas de oralidade

Para a análise das traduções brasileiras, partiu-se do conceito de marcas de oralidade, tal como formulado por Britto (2012, p. 86-106). Segundo o autor, as marcas de oralidade são recursos usados para representar as falas de personagens e são fatores-chave para a criação do efeito de verossimilhança. Esse efeito, para Britto (2012), é gerado ao se criar artificialmente, por meios linguísticos, a impressão de que o leitor está de fato diante de falas reais. Ou seja, para Britto, o uso de marcas linguísticas que se assemelhem ou façam lembrar a fala produzem na escrita ficcional a sensação de realidade, envolvendo mais ainda o leitor no enredo e criando uma ambiência crível. O autor adverte, porém, que a mera transcrição de falas reais não funciona na ficção, pois tais transcrições são inclusive de difícil leitura. Além disso, na fala real há fatores extralinguísticos que inexitem na escrita e que contribuem para a interpretação das interações, como expressões faciais e gestuário. O que Britto sugere, então, é que se crie um texto que não se afaste demais das normas da língua escrita, mas que simule a fala de uma pessoa sem causar uma estranheza excessiva, sob pena de destruir o efeito de oralidade.

Para Britto, as marcas de oralidade estão subdivididas em três categorias: fonéticas, ou seja, relacionadas à pronúncia e sotaques; lexicais, relativas à escolha vocabular; e morfossintáticas, ligadas à estruturação de sintagmas e orações. O autor ainda assinala que, no mercado editorial brasileiro, não se costumam utilizar marcas fonéticas, a não ser “pra” e “né”, “tá” e “tava”, não havendo uma tradição forte de uso mais amplo desses recursos. Para Britto, as marcas morfossintáticas são as de maior valia na recriação de um efeito bem-sucedido de simulação da oralidade, visto que variam pouco regionalmente e tendem a perdurar mais que as outras duas (haja vista o caso das gírias, por exemplo).

Duas ressalvas sobre a teoria das marcas de oralidade de Britto: ele adverte que, embora as várias marcas possam ser usadas amplamente pelo escritor, o mesmo não se aplica ao tradutor. Segundo ele, há marcas que podem ficar datadas ou restringir regionalmente uma tradução – o que limitaria o alcance e a durabilidade do texto traduzido e a aceitação dos leitores. A segunda ressalva é que há marcas de oralidade que também são marcas dialetais, isto é, aquelas que identificam o falar de uma determinada região. Britto até acha razoável “a ideia de um personagem interiorano francês falar um dialeto interiorano brasileiro” (2012, p. 90), mas desencoraja esse uso por pensar que o leitor possa estranhar. Todavia, ele considera “perfeitamente possível que, no futuro, tradutores de uma outra geração [...] comecem a utilizar soluções assim” (2012, p. 90).

Para analisar melhor as escolhas de marcas de oralidade utilizadas pelos tradutores da obra em questão, buscou-se entender o uso dialetal nos textos ficcionais. Para isso, fez-se necessária a compreensão de outros fundamentos teóricos.

Mais pressupostos teóricos: língua-padrão, variedades linguísticas e variedade literária

Todas as línguas variam e, segundo Azevedo (2003, p. 19), “a variação constitui uma característica fundamental da linguagem, considerada como uma forma de comportamento social comunicativo”. Embora as línguas em geral tenham uma norma escrita padrão, comum para todos os seus usuários, baseada numa variedade regional de prestígio cultural e social,

[...] falar um idioma implica mover-se dentro de um sistema de redes comunicativas parcialmente sobrepostas. Além disso, como a linguagem contribui para definir nossa identidade cultural, tendemos a identificar-nos linguisticamente com os que compartilham as redes a que pertencemos. Parecem coexistir na linguagem uma tendência centrífuga, que impele para a variação, e outra centrípeta, que impele para a homogeneidade (AZEVEDO, 2003, p. 37).

Se, por um lado, a padronização favorece a constituição de um Estado, com leis e diretrizes acessíveis, em língua comum e oficial, a todos os cidadãos, garantindo unidade política e consenso prático, há que se perceber que tal língua neutra é uma abstração, uma entidade idealizada que, no dia a dia, inexistente como código real de determinada comunidade linguística. Para Bourdieu (1998, p. 25-33), as línguas só existem em seu estado prático, em seu *habitus*. O estudioso assinala esse paradoxo da comunicação: valer-se de um meio comum e uniformizado para expressar singularidades socialmente marcadas.

Nos textos ficcionais, em que se quer imitar, simular, representar artisticamente as diferenças sociais com o código escrito, a variação assume papel primordial na expressão da complexa e dinâmica configuração social. Para Azevedo (2003, p. 26), “[...] um diálogo de ficção tem êxito, não por reproduzir a fala, e sim por evocá-la de tal maneira que os leitores a considerem

convincente como representação literária”. O autor trabalha com o conceito de dialeto literário, “como uma maneira ‘to represent in writing a speech that is restricted regionally, socially, or both’”.³ (IVES [1950] 1971: 146 apud AZEVEDO, 2003, p. 21).

De acordo com Rosa (2015, p. 212), variantes literárias não podem ser confundidas com variantes autênticas de uma língua, já que são uma representação de discurso não-padrão na literatura. Tal representação, ainda segundo a estudiosa, se dá por filtros diversos, como estereótipos, saliências ou desvios da língua padrão, baseados em um repertório ficcional de traços linguísticos selecionados e consagrados pelo uso em determinada tradição cultural literária. Isso significa que as variantes nas obras literárias são simulacros das variações linguísticas das línguas históricas – o que torna sua tradução ainda mais desafiadora. Nesse sentido, “literary varieties can be understood as a rather complex recreation of a correlation of linguistic features, information on speaker and situation, and prestige, which is filtered by norms of literary discourse representation⁴” (ROSA, 2015, p. 213).

Cabe, portanto, verificar como as duas traduções da obra escolhida para este estudo trataram a questão das marcas de oralidade e da variação linguística, representada no dialeto literário proposto por Hardy.

As traduções e sua análise

As traduções em questão são as de Neil R. da Silva: tradutor das obras publicadas em 1961 (*A indigna*)/1981 (*Tess*) pela editora Itatiaia; e de Luana Musmanno: tradutora da obra *Tess dos D’Urbervilles* de 2011 (1ª ed.), reeditada em 2016, pela editora

³ “de representar na escrita um discurso que é restrito regional ou socialmente, ou ambos” (tradução minha).

⁴ “Variedades literárias podem ser entendidas como uma recriação um tanto complexa da correlação entre fatores linguísticos, informações sobre o falante e a situação, e prestígio, sendo filtrada por normas de representação do discurso literário” (tradução minha).

Pedrazul. No quadro a seguir, há amostras de discurso direto, retiradas do primeiro capítulo do livro, em que ocorre a representação da variação linguística e as suas respectivas traduções.

Quadro I – Amostras de discurso direto do capítulo 1.

Texto-fonte	Tradução 1 -1961/1981	Tradução 2 - 2011/2016
Good night <i>t'ee</i>	Boa noit-ii	<i>Tarde</i>
Good night, Sir John	Boa noite, Sir John	Boa tarde, Sir John
<i>Now</i> , sir, <i>begging your pardon</i> ; we met last market-day on this road about this time, and I <i>zaid</i> "Good night," and you <i>made reply</i> "Good night, Sir John", as now.	<i>Perdão</i> , senhor, <i>com sua licença</i> ; encontramos-nos no último dia de feira, nesta estrada, mais ou menos a esta hora, e eu disse "Boa noite", e o senhor, como agora, me respondeu: "Boa noite, Sir John".	<i>Discurpa, sinhô</i> . Mas a gente se <i>encontrô</i> no <i>último</i> dia de feira nesta mesma estrada, mais ou <i>meno</i> no mesmo horário, e eu disse "Boa noite", e o <i>sinhô</i> respondeu "Boa noite, Sir John", <i>iguarzinho</i> agora."

*Em vermelho: desvios; em lilás: marcadores conversacionais; em verde: linguagem formal.

Logo no início da narrativa, o pai de Tess, Jack Durbeyfield, voltando de sua lida, encontra-se no caminho com um pároco que tem por passatempo estudar genealogias. Este o cumprimenta, dirigindo-se a ele com o título "Sir" – e não era a primeira vez que isto ocorria. Estranhando o fato, visto que era apenas um mascate, o pai da jovem resolve perguntar o motivo do uso do título para referir-se a sua pessoa.

Obviamente, por uma série de fatores sócio-histórico-culturais, há uma distância entre a variedade falada pelo pároco e pelo mascate Jack. Tal hiato fica patente neste diálogo inicial, em que Hardy marca na escrita traços peculiares a uma fala não-padrão (como a contração da preposição “to” + a monotongação do pronome “you”, pronunciado como a vogal alongada “ee”, assim como a realização sonora ([z]) do fonema sibilante surdo /s/ em “zaid”). Paralelamente, o escritor também marca o “esforço desesperado por alcançar a correção” (BOURDIEU, 1998, p. 39) do interlocutor de menos prestígio, que eleva seu registro para obter valor no mercado linguístico, representado no diálogo pela expressão mais formal “made reply”, no lugar de simplesmente “answered”, por exemplo. Nota-se também a presença do “Now” para iniciar a conversa, como um marcador conversacional⁵ típico da oralidade e o uso da expressão polida “begging your pardon”, que ao mesmo tempo revela cortesia, respeito e um registro mais formal.

Seria razoável esperar que as traduções, em alguma medida, dessem conta de recriar esses aspectos (elencados acima) escolhidos por Hardy para caracterizar seus personagens. De fato, o que se observa é realmente uma tentativa de recriá-los de certa forma, especialmente os desvios da norma-padrão.

Conforme esperado,⁶ a tradução mais antiga o faz de forma mais tímida, apenas ressaltando o traço fonético na saudação

⁵ Entende-se aqui por marcadores conversacionais unidades típicas da fala, dotadas de grande frequência, recorrência, convencionalidade, idiomaticidade e significação discursivo-interacional, mas que geralmente não integram o conteúdo cognitivo do texto. Cf. URBANO, H. Marcadores conversacionais” In: PRETI, D. (org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: FFLCH-USP, 1993, p. 81-101.

⁶ Estudos apontam para uma maior tendência de uso de variantes não-padrão em traduções literárias mais recentes. C.f.: FAGUNDES, C. T. de F. *Retraduções de variedades linguísticas em literatura de língua inglesa: o polissistema brasileiro em transformação*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução). UFSC, Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, p. 155 f., 2016. C.f.: HANES, V. L. L.A tradução de variantes orais da língua inglesa no português do Brasil: uma abordagem inicial. *Scientia Traductionis*, Florianópolis, n. 13, 2013. Disponível em:

inicial, inclusive valendo-se de um artifício que não parece soar natural em português, artificializando o cumprimento, já que tal pronúncia não é comum na nossa língua.

Já a tradução mais recente demonstra mais liberdade de uso de recursos para expressar a variação linguística, inclusive valendo-se deles em maior quantidade que o próprio original. Nela, optou-se por uma recriação da variação lexicalmente, em vez de foneticamente, no cumprimento inicial, e por vários aspectos fonéticos, na fala seguinte. O cumprimento “Tarde” (com a omissão do adjetivo “boa”) aponta para um traço regional de linguagem bem típico do nosso interior e parece funcionar bem.

O marcador conversacional usado na tradução mais antiga (“Perdão”) traz mais formalidade ao texto-alvo do que o “Now” do texto-fonte, já a expressão idiomática “com sua licença” recupera uma certa formalidade e polidez do “begging your pardon” (no texto-fonte). Por outro lado, a segunda tradução faz uma interessante fusão, juntando, em um mesmo sintagma (“Discurpa, sinhô”), as funções de marcador conversacional, para introduzir o assunto, e de expressão, para dar um tom de polidez à interpelação de Jack, embora com traço de informalidade (ao contrário do que se vê no texto-fonte).

Quanto à elevação de registro em “made reply”, como tentativa de imprimir valor ao capital linguístico, note-se que nem uma nem outra tradução deu conta de recriá-la, ignorando, assim, um aspecto comum nas interações entre locutores de níveis sociais distintos: a tendência de o falante menos escolarizado querer “melhorar” seu discurso diante do interlocutor mais culto.

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/scientia/article/view/27445>>. Acesso em: 26 mar. 2023.

⁷ O uso de “Tarde” na tradução 2 para “night” não se mostra incoerente visto que, mais adiante na narrativa, após esse encontro do pároco com o pai de Tess, será mencionado o brilho do sol reluzindo nos cabelos das mulheres na festa típica local. A inconsistência, porém, está na retomada feita na segunda fala, em que John/Jack? refere-se ao cumprimento, e a tradução troca o “Tarde” por “Boa noite”.

Para Rosa (2003, p. 214), as vozes, como representação de identidades, podem ser silenciadas, manipuladas ou celebradas pelas traduções, a depender das estratégias tradutórias usadas. Ela elenca as seguintes estratégias: normalização, em que ocorre um apagamento das variedades, que passam a ser traduzidas como linguagem padrão; centralização, em que ocorre a tentativa de recriação de algum nível de desvio da norma-padrão (mas menor que no texto-fonte); e descentralização, em que as formas padrão do texto-fonte são traduzidas com formas de menos prestígio no texto de chegada.

Diante dessa visão, pode-se afirmar preliminarmente, a partir das amostras do quadro 1, que a estratégia do tradutor Neil R. dos Silva foi a de centralização, enquanto a da tradutora Luana Musmanno foi de descentralização, já que o texto traduzido apresenta mais desvios que o texto-fonte. Porém, esse aspecto quantitativo não é crucial quando se quer encontrar e recriar na tradução a dicção do personagem de fala não-padrão. Para encontrar essa voz, como representação de identidade, faz-se necessário retornar a Hardy e seu projeto estético-literário.

O projeto dialetal de Hardy

Raymond Chapman (1990, p. 112), analisando a linguagem dos textos de Thomas Hardy, afirma que o dialeto para o autor não era o mesmo que uma corruptela linguística tampouco se prestava apenas a dar um colorido local à narrativa. Ele o via como uma língua legítima de uma época remota.

From Barnes Hardy derived the belief that Dorset dialect had the status of an old system of language in its own right and should not be considered merely a deviation from a new national standard. It was with this conviction that he brought rustic conversation into his

poems and novels, and invested it with the dignity of his total vision" (CHAPMAN, 1990, p. 28, grifos meus)⁸

Ainda segundo Chapman (1990, p. 112), Hardy foi acusado de uso vacilante do dialeto e de, por vezes, colocar personagens camponeses falando como cidadãos. Hardy defendeu-se alegando que desejava passar com alguma justiça o espírito da fala inteligente da gente do campo e que considerava improdutivo encher as páginas de pronúncias obsoletas ou de erros de pronúncia. Ele se justificou dizendo que, mesmo na escrita padrão, não se representam todos os aspectos fonéticos envolvidos e também alegava que reproduzir na escrita todos os detalhes do sotaque do falante rústico perturbaria o próprio processo de leitura.

Portanto, Hardy possuía um projeto estético claro, em que o uso do dialeto poderia representar a identidade do camponês sem ridicularizá-lo ou torná-lo cômico. Ele cria na possibilidade de sugerir níveis de *status* por meio de um sistema representativo mais impressionista do que realista (nem sempre consistente, mas funcional) que fazia com que seus personagens, de forma controlada, produzissem desvios na pronúncia, léxico e sintaxe em situações particulares. Hardy queria contar com o "reader's imagining ear" (CHAPMAN, 1990, p. 113).

É o que também defende Azevedo, estudando o dialeto literário brasileiro. Ele fala da necessidade de o leitor não só visualizar, mas também "audializar" o texto, ou seja, esforçar-se por imaginar como seria a voz do personagem.

Um diálogo de ficção não passa de um conjunto de sinais gráficos sobre o papel, que interpretamos, valendo-nos do que sabemos – ou imaginamos saber – sobre o tipo de pessoas representadas pelos

⁸ "A partir de Barnes, Hardy desenvolveu a ideia de que o dialeto de Dorset detinha o *status* de um sistema antigo de linguagem legítima e não deveria ser considerado meramente um desvio de um novo padrão nacional. Foi com tal convicção que ele trouxe o falar rústico para dentro seus poemas e romances, investindo-o da dignidade de sua visão geral" (tradução minha).

personagens. O ouvido tem papel fundamental; temos que nos esforçar por imaginar como seria a voz dos personagens (AZEVEDO, 2003, p. 44).

Conclui-se que Azevedo, assim como Hardy, não acredita ser necessário carregar a escrita com aspectos fonéticos, pois a informação linguística e cultural de que dispomos nos possibilita “audializar” o texto (AZEVEDO, 2003, p. 44).

Sendo assim, se o tradutor, ao recompor a voz dos personagens, decidir agir de forma alinhada ao projeto estético do texto-fonte, deverá buscar essa dicção não estigmatizada ou necessariamente cômica do camponês retratado na narrativa. Caso deseje estigmatizar, que o faça consciente de que está se afastando do projeto do autor do texto-fonte.⁹

Na época de Hardy, já havia uma herança literária com o dialeto que elevava o uso subpadrão do idioma do cômico/melodramático à representação de eventos graves. Havia exemplares de textos literários que realçavam a dignidade dos personagens e despertavam compaixão, mesmo em discursos com desvios.

Há cenas em *Tess*, retratadas com dialeto, que são cheias de tensão dramática, conflitos psicológicos e dilemas morais. Cenas que não condizem com um falar que evoque risos. Como na cena em que a senhora Joan (mãe de Tess), após se despedir da filha, que parte para trabalhar na casa dos supostos parentes, retorna para casa e, ao se deitar, tem o pressentimento de que não tomara a decisão correta deixando a moça partir. É um momento de angústia e aflição materna, que não combina com a comicidade do dialeto estereotipado:

Texto-fonte: ‘I was thinking that perhaps it would ha’ been better if Tess had not gone’(1994, p. 60).

⁹ Segundo Britto, quanto maior o prestígio do autor a ser traduzido, maior a tendência de se estrangeirizar, ou seja, de se alinhar ao projeto estético do texto-fonte, valorizando-se as peculiaridades que o singularizam. (BRITTO, 2012, p. 64).

Trad. 1: _ Estava pensando que talvez **fôsse** melhor se Tess não tivesse ido (1961, p. 64).

Trad. 2: “**Tava** pensando que talvez **teria sido mió** se a Tess não tivesse ido” (2016, p. 50).

No texto-fonte, há apenas uma redução do verbo auxiliar (cuja pronúncia já é geralmente enfraquecida mesmo), o que não chega a implicar um “destensionamento” do momento. Inclusive, a “if-clause” utilizada é a mais sofisticada dos três tipos de estruturas condicionais existentes na língua inglesa, expressando hipóteses não concretizáveis. Na tradução 1, o texto traz apenas o “fosse” no lugar do “teria sido”, o que se configura como tendência morfossintática mais popular e não chega a soar cômico; mas a tradução 2 traz a formalidade do “teria sido” atrelada a uma possível comicidade do “mió”, correndo o risco de não fazer jus à tensão do momento narrado.

Considerações finais

É bem tênue a linha que separa a estilização da estereotipação na reprodução literária de certa variedade linguística. Encontrar uma forma não cômica de representar o falante camponês, realçando sua dignidade nos momentos mais graves, é um grande desafio para autores, e talvez maior ainda para tradutores.

Este artigo buscou problematizar essa questão apontando que nem sempre o uso mais ousado ou mais abundante das marcas de oralidade e das variantes não-padrão nas traduções representará o recurso mais eficiente na reconstrução da caracterização dos personagens e de sua dicção.

Referências

AZEVEDO, Milton. *Vozes em preto e branco*. São Paulo: EDUSP, 2003.

- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- BRITTO, Paulo Henriques. A tradução de ficção. In: _____. *A tradução literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 59-117.
- CHAPMAN, Raymond. *The Language of Thomas Hardy*. London: MacMillan Education Ltd, 1990.
- HARDY, Thomas. *A indigna*. Trad.: Neil R. da Silva. MG: Itatiaia, 1961.
- _____. *Tess*. Trad.: Neil R. da Silva. MG: Itatiaia, 1981.
- _____. *Tess of the D'Urbervilles*. London: Penguin Popular Classics, 1994.
- _____. *Tess dos D'Urbervilles*. Trad.: Luana Musmanno. ES: Pedrazul Editora, 2016.
- ROSA, Alexandra Assis. Translating Orality, Recreating Otherness. *Orality in Translation. Special Issue of Translation Studies*, edited by Paul Bandia, v. 8, n. 2, 2015. Disponível em: <http://alexandra.assisrosa.com/Homepage/Publications_files/Rosa-2015-Preprint-Translating-Orality-Recreating-Otherness.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2023.

“DO NOT GO GENTLE”: UM PERCURSO PELAS RETRADUÇÕES DA VILANELA DE DYLAN THOMAS

Maria Luiza Mancinho da Silva¹

O poeta Dylan Thomas nasceu em 27 de outubro de 1914, em Swansea, segunda maior cidade do País de Gales, localizada ao sul da baía de Swansea, importante zona portuária da região. Era o filho mais novo, tinha duas irmãs mais velhas. Seu pai era professor de inglês, amante de Shakespeare, e já lia os versos para o caçula quando ele tinha apenas quatro anos de idade.²

É principalmente conhecido por ser o mais influente poeta galês de língua inglesa. Sua origem era rural, mas estava em constante conflito interno por querer ir para maiores centros urbanos como, por exemplo, Londres. Apesar disso, sua técnica e visão estética foram elaboradas em Swansea, fugindo das tendências das grandes cidades. T.S. Eliot, por exemplo, recusou-se a publicá-lo quando teve seu primeiro contato com a poesia de Thomas, e somente depois reconheceu o valor de seus poemas.³

Quanto aos seus estudos, Dylan tinha uma biblioteca vasta em casa, montada pelo seu pai. Entrou na *Swansea Grammar School* aos dez anos de idade e era medíocre em todas as disciplinas, exceto em inglês, em que era o melhor da turma. Na escola, participou da edição de uma revista e isso se tornou seu maior interesse. Alguns de seus poemas são dessa época, quando, em seus cadernos, apontou Rimbaud como referência, em especial o soneto “*Voyelles*”. Segundo Ivan Junqueira (2000, p. 166), o próprio Dylan Thomas se

¹ Mestranda em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação do professor doutor Beethoven Alvarez.

² JUNQUEIRA, Ivan. Dylan Thomas: um perfil. In: *Três visões da modernidade*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 165.

³ CAMPOS, Augusto de. *Poesia da recusa*. 1ª edição. Perspectiva: São Paulo, 2011. p. 335.

denominava como “o Rimbaud de Cwmdonkin Drive”, nome da rua onde morava. Deixou também registrado em suas anotações seu único desejo: “tornar-se um poeta tão bom quanto Keats, se não melhor”. É nessa época também que escreveu alguns de seus contos presentes no livro *Portrait of the artist as a young dog*, nome que faz referência ao romance *A Portrait of the artist as a young man*, de James Joyce, um de seus escritores favoritos. Aos dezesseis anos, concluiu seus estudos formais, já havia escrito vários poemas e começou a trabalhar em um jornal de sua cidade. Nos três anos seguintes, Thomas já teria escrito mais de metade da sua obra, como, por exemplo, o seu primeiro livro, *Dezoito Poemas*, boa parte do segundo, *Vinte e Cinco Poemas*, e também parte da última fase da sua obra, que se constituiu depois da segunda guerra mundial. Pode-se dizer, portanto, que foi nessa época, quando adolescente e jovem adulto, que o estilo do poeta se solidificou. Foi também nesse período, quando começou a trabalhar no jornal, que Thomas passou a beber diariamente, o que acarretou no alcoolismo que acabou por levá-lo a óbito em 9 de novembro de 1953, aos 39 anos.

Além de Rimbaud, Keats e Joyce, Thomas também deve muito de sua forma de escrever aos poetas metafísicos do século XVII, como apontado por Ivan Junqueira (2000, p. 177). Tais poetas tinham alma barroca e, portanto, lidavam com temas, ao mesmo tempo, mundanos e espirituais. Evocavam um tom etéreo, abstrato, com estruturas formais diversas. Eram conhecidos por apresentar conceitos temáticos, resumidos geralmente no primeiro verso do poema se estendendo por todo o poema. Além disso, preocupavam-se com a leitura em voz alta mais do que com o lirismo do poema em si. Isso significa que o ritmo era extremamente importante para esses poetas, assim como para Thomas. É inegável que o poder da leitura em voz alta de Thomas o tornou conhecido pelo mundo afora. Há diversas gravações de leituras/performances de Thomas disponíveis ainda hoje em plataformas de *streaming* como *Spotify* e *Apple Music*. Fazia leituras não só de poemas, autorais e de outros poetas, mas também de novelas radiofônicas escritas por ele, como, por exemplo, a mais

famosa, “*Under Milk Wood*”. O ritmo e o som eram de suma importância para o poeta, e pode-se dizer que a vocalização/oralidade, característica marcante dos metafísicos, em conjunto com a importância do ritmo, tem espaço central na poesia de Thomas. No século XVII ainda não havia o conceito de existencialismo, mas já se percebe nesses poetas um esforço para falar da condição humana de existir e para refletir sobre isso. Percebemos essa prática talvez até mais exacerbada em Thomas. Temas como sexo, fé, angústia são muito presentes tanto na poesia metafísica quanto na thomasiana.

Thomas dedicou-se bastante a falar da morte. Esse é o tema mais recorrente em sua obra. Segundo Junqueira (2000, p. 198), há, inclusive, o que pode se chamar de uma “síntese freudiana entre o desejo da morte e a urgência de procriar”. Morte e sexo aparecem na poesia de Thomas de uma forma quase obsessiva.

Quanto ao desenvolver de sua carreira, em 1933, Thomas já estava sendo publicado em periódicos literários como o *New English Weekly* e *Adelphi*. Passou a ser elogiado e colocado ao lado de poetas como Geoffrey Grigson e T.S. Eliot, e isso lhe abriu caminhos para publicações pela Faber & Faber, editora de prestígio no âmbito da poesia.

A Bíblia também exerceu bastante influência na obra de Thomas. Muitos, inclusive, o consideram, acima de tudo, um poeta religioso (JUNQUEIRA, 2000, p. 200). Thomas era descendente de puritanos galeses e daí viria a influência. Termos e imagens bíblicas, divinas e, muitas vezes, o tom de pregação se fazem presentes em seus poemas, como por exemplo, no poema “*Poem in October*”.

O poema

O poema “*Do not go gentle into that good night*” foi escrito em 1947, numa viagem que Dylan Thomas fez com sua família à Florença, na Itália. Porém, só foi publicado em 1951 na revista *Botteghe Oscure*, um periódico literário de Roma comandado por

Marguerite Caetani, também conhecida como Princesa de Bassiano, que realizava o trabalho de edição e publicação dos textos. “*Do not go gentle into that good night*”, na verdade, é o primeiro verso do poema, que também é muito conhecido apenas como “*Do not go gentle*”, sendo o poema mais famoso de Dylan Thomas. Além disso, também é uma das vilanelas mais famosas do século XX ao lado de “*One Art*”, de Elizabeth Bishop.

Abaixo apresento o poema a partir da edição *The Collected Poems of Dylan Thomas: The Centenary Edition* (2014, p. 234), organizada por John Goodby e lançada pela editora Orion em comemoração ao centenário do poeta galês.

Do not go gentle into that good night,
Old age should burn and rave at close of day;
Rage, rage against the dying of the light.

Though wise men at their end know dark is right,
Because their words had forked no lightning they
Do not go gentle into that good night.

Good men, the last wave by, crying how bright
Their frail deeds might have danced in a green bay,
Rage, rage against the dying of the light.

Wild men who caught and sang the sun in flight,
And learn, too late, they grieved it on its way,
Do not go gentle into that good night.

Grave men, near death, who see with blinding sight
Blind eyes could blaze like meteors and be gay,
Rage, rage against the dying of the light.

And you, my father, there on the sad height,
Curse, bless, me now with your fierce tears, I pray.
Do not go gentle into that good night.
Rage, rage against the dying of the light.

O poema trata de um pedido do eu-lírico ao seu pai para que brade contra a morte. Segue uma linearidade argumentativa, enfatizada pelos refrões e com exemplos de pessoas que lutaram contra a morte. Os “*wise men*”, “*good men*”, “*wild men*”, “*grave men*”, nenhum deles entraram tranquilos nessa “*good night*”. É um suplício da luta contra a morte, apesar da sua inevitabilidade.

A forma do poema: vilanela

A vilanela, também conhecida como vilancete ou vilanesco, é um tipo de poema de forma fixa, assim como o soneto ou a sextina. Consiste em dezenove versos que normalmente se apresentam divididos em cinco tercetos seguidos de um quarteto, com rimas intercaladas e dois refrões que se repetem ao longo do poema e também nos dois últimos versos. A forma poética, na verdade, teve início na Itália no século XV, como canções pastorais, sem compromisso com a quantidade de versos ou de sílabas, mas sim com as rimas, por conta da musicalidade por trás desse recurso.

Os franceses tomaram conhecimento da vilanela e então passaram a produzir esse tipo de poesia. A primeira vilanela composta por tercetos, dois refrões e as rimas intercaladas é a do Jean Passerat, “*J’ay perdu ma tourterelle*”, que foi provavelmente escrita por volta de 1574 e publicada em 1606, como apontado por Amanda French (2004, p. 17). Em seu estudo “*Refrain, again: The return of the villanelle*”, French comenta de maneira detalhada sobre o percurso que a forma poética fez ao longo da história. Lá, a pesquisadora diz que somente a partir do século XVII é que outros poetas começaram a se dedicar ao esquema fixo composto por Passerat. Segundo a *The New Princeton Encyclopedia of Poetry and Poetics*, a vilanela só passou a ser reconhecida como forma fixa quando César-Pierre Richelet a definiu como tal, no século XVII (BROGAN; PREMINGER, 1993, p. 1358).

Somente no século XIX é que o vilancete espalhou-se pelo Reino Unido por meio de autores como Oscar Wilde, Edmund

Gosse, Austin Dobson, Andrew Lang e John Payne. No século XX, a forma foi, em geral, desprezada pelos modernistas, com exceção de William Epton, W. H. Auden, Dylan Thomas e também James Joyce, que acrescentou uma vilanela em seu romance *A Portrait of the Artist as a Young Man* como uma obra produzida pelo personagem principal, Stephen Dedalus. Dentre as vilanelas dos escritores citados acima, “*Do not go gentle into that good night*” tornou-se a mais conhecida.

“*Do not go gentle*” foi escrito em pentâmetros iâmbicos e seu esquema de rimas pode ser descrito da seguinte forma:

Refrão 1 (A¹)

Verso 2 (b)

Refrão 2 (A²)

Verso 4 (a)

Verso 5 (b)

Refrão 1 (A¹)

Verso 7 (a)

Verso 8 (b)

Refrão 2 (A²)

Verso 10 (a)

Verso 11 (b)

Refrão 1 (A¹)

Verso 13 (a)

Verso 14 (b)

Refrão 2 (A²)

Verso 16 (a)

Verso 17 (b)

Refrão 1 (A¹)

Refrão 2 (A²)

Esta forma poética foi explorada de várias maneiras nas retraduições que serão citadas abaixo. Curiosamente, *“Do not go gentle”*, apenas em português brasileiro ganhou, pelo menos, nove traduções conhecidas; assim é importante fazer uma breve explanação sobre esse fenômeno de múltiplas traduções, ou retraduições.

As retraduições

O termo retraduição compreende algumas definições. Pode ser um texto que já foi traduzido anteriormente (BERMAN, 1991); pode ser um texto que já foi traduzido em duas ou mais línguas (AMARAL, 2019); pode ser também um texto que foi traduzido a partir de outra tradução, processo que conhecemos também como tradução indireta ou tradução intermediária (GAMBIER, 2012); “pode ser toda e qualquer tradução, na medida em que é possível que toda tradução seja por si só uma retraduição” como apontado por Faleiros & Mattos em “A noção de retraduição nos estudos da tradução: um percurso teórico” (2014, p. 39), remetendo-se à reflexão de Chevrel: “poderíamos nos perguntar, de maneira especulativa, se o texto original (ainda não traduzido em outra língua) não poderia ele próprio ser uma tradução do autor, que estaria em busca da própria linguagem” (2010, p. 11).

Retraduição pode compreender tanto o produto quanto o processo de retraduzir (KOSKINEN, K.; PALOPOSKI, O., 2010). Thiago Mattos define a retraduição em seu artigo “Yves Gambier, teórico da retraduição: uma releitura de Antoine Berman:

Em linhas gerais, pode ser vista como um fenômeno “antigo, frequente e polimorfo”¹ (Brisset, 2004, p. 41): antigo na medida em que tradutores sempre traduziram e retraduziram, isto é, a retraduição não é um privilégio (ou um fardo) da modernidade; frequente porque a retraduição, enquanto prática, sempre foi constantemente *praticada*; e polimorfo não somente porque são diversas as formas de se entender a retraduição enquanto noção

teórica, como são diversas as formas de se praticar a retradução. (, 2014, p. 125)

Em “A noção de retradução”, de Álvaro Faleiros e Thiago Mattos (2014), os autores discutem o que se entende até então por retradução, e propõem a ideia de que a retradução é “um espaço de interrelações e coexistências de releituras e reescrituras”. Sendo assim, compreendemos que retradução é também um processo de crítica, pois é através da escrita e recriação que imprime-se a visão, a leitura, que o tradutor tem de determinado texto. Faleiros e Mattos comentam sobre o ato:

Retradução é toda reescritura de um texto-fonte, que coexiste e se relaciona com outras reescrituras desse mesmo texto-fonte, estabelecendo com elas uma rede de modos plurais de (re)lê-lo e (re)escrevê-lo, gesto que é, finalmente, uma crítica. Difere-se, assim, da noção de retradução, que na maior parte das vezes é compreendida como uma série linear de substituições de reescrituras; a (re)tradução, ao contrário, procura evidenciar que uma (re)tradução é um gesto de acréscimo: acréscimo de novos modos de ler e escrever aquele texto no espaço da (re)tradução. (FALEIROS & MATTOS, 2014, p. 54)

Apesar de a retradução começar a ser objeto de reflexão teórica com Berman em 1990, pratica-se a retradução desde quando surgiram as traduções. Há ainda muitos potenciais estudos a serem realizados, se levarmos em consideração o tempo que estudiosos dedicaram a refletir sobre o fenômeno em comparação com o tempo em que produz-se retraduições.

Tratando apenas do poema em questão, tracei um panorama das retraduições de “*Do not go gentle*” que foram publicadas em português brasileiro até então como exposto no quadro abaixo:

Tradutor/a	Traduições
Ana C. Cesar (1988)	Não aceita conformado a noite mansa:

	Não entres docilmente nesta noite mansa:
Ivan Junqueira (1991)	Não entres nessa noite acolhedora com doçura,
Augusto de Campos (2003)	Não vás tão docilmente nessa noite linda;
Ruy Vasconcelos (2007)	Não entre tão depressa nessa noite escura;
José Francisco Botelho (2015)	Não entres mansamente nessa noite funda.
Paulo Henriques Britto (2020)	Não entres dócil nessa noite suave,
Leonardo Marona (2020)	Não caia gentil nessa noite boa,
Rodrigo Madeira (2020)	Não entre nessa boa noite assim bom moço.
Gilmar Leal Santos (2022)	Não entre sereno naquela noite boa que cai,

Dessas retraduições, podemos fazer a análise formal, a partir das respectivas escansões, e perceber as particularidades de cada uma. Empreender essa análise é exatamente o objetivo da dissertação de mestrado que estou concluindo. Até aqui expus uma espécie de quadro panorâmico da pesquisa que venho realizando.

Considerações finais

Levando em consideração as ideias expostas acima, foi possível apresentar, ainda que brevemente, um panorama das retraduições de “*Do not go gentle*”, de Dylan Thomas. Encontramos, pelo menos, nove retraduições do poema em língua portuguesa brasileira. Encontramos também retraduições em galês, francês, italiano, espanhol, o que sugere a abundância do fenômeno.

O fato de termos pelo menos nove retraduições desse poema para o português brasileiro implica em inúmeras possibilidades de lê-lo e dizê-lo, e isso parece estar ligado inerentemente ao texto e ao seu horizonte interpretativo. O poema permite ser reescrito de várias maneiras, pois, levando em consideração a língua portuguesa, é possível reconstruir, recombina e rearticular as palavras de forma que resulte em várias retraduições. O que surpreende sobre existirem tantas retraduições é que o poema é composto por pentâmetros iâmbicos e por um esquema específico de rimas. Alguns dos tradutores, como Augusto de Campos, José Francisco Botelho, Paulo Henriques Britto, Leonardo Marona e Rodrigo Madeira recriaram o poema de forma que alguma métrica fosse reconstruída. Alguns traduziram em decassílabos, outros em dodecassílabos, mas ainda assim buscaram recriar um padrão métrico, como propôs Dylan Thomas. Outros tradutores optaram por versos livres, mas mantendo as rimas, como Ruy Vasconcelos e Gilmar Leal Santos. Já Ana Cristina Cesar foi a única que retraduziu "*Do not go gentle*" duas vezes. O desafio de reconstruir a vilanela num metro quase matemático aos ouvidos também é um dos fatores que instiga os tradutores a fazê-lo. Ana C. Cesar, até onde sabemos, foi a primeira a traduzi-lo e ainda assim subverte o que se espera da tradução de um poema regular, no sentido da forma, e o recria à sua maneira, em versos livres.

As retraduições do "*Do not go gentle*" se relacionam entre si, de forma que uma não se sobrepõe a outra, mas coexistem, formando um ecossistema de retraduições que ampliam a interpretação e a intertextualidade do poema original. Os textos, tanto o original quanto suas retraduições, são passíveis de novos diálogos, novas relações, novas formas de leitura e reescrita, e assim compreendemos a importância do fenômeno da retradução aqui apresentado. A retradução é, portanto, um espaço de releitura, reescrita e reinterpretção.

Referências

- AMARAL, V. A. do. Broadening the notion of retranslation. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, vol. 39, n. 1, p. 1-21, 2019.
- BERMAN, A. A retradução como espaço da tradução. Tradução de Clarissa Prado Marini e Marie-Hélène C. Torres. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, vol. 37, n. 2, p. 1-8, 2017.
- _____. La retraduction comme espace de la traduction. *Palimpsestes*. N. 4. Presses Sorbonne Nouvelle, Paris: 1990. Disponível em: <http://palimpsestes.revues.org/596>. Acesso em: 3 de agosto de 2022.
- _____. *Pour Une Critique Des Traductions: John Donne*. Tradução de Françoise Massardier-Kenney. Kent: The Kent State University Press, 2009.
- BOTELHO, J. F. Não entres mansamente nessa noite funda. *Escamandro*, Curitiba, 18 de dezembro de 2015. Disponível em <https://escamandro.wordpress.com/2015/12/18/dylan-thomas-por-jose-francisco-botelho/>. Acesso em 3 de agosto de 2022.
- BRITTO, P. H. Não entres dócil nessa noite suave”. *Revista Cult*. São Paulo, 25 de maio de 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/paulo-henriques-britto-dylan-thomas/>. Acesso em 3 de agosto de 2022.
- BROGAN, T. V. F.; PREMINGER, A. *The New Princeton Encyclopedia of Poetry and Poetics*. Princeton University Press: New Jersey, 1993.
- CAMPOS, A. *Poesia da recusa*. Perspectiva: São Paulo, 2011.
- CESAR, A. C. *Crítica e Tradução*. Companhia das Letras: São Paulo, 2016.
- CHEVREL, Y. Introduction: la retraduction – und kein Ende. In: KAHN, Robert; SETH, C. *La retraduction*. Rouen: Publications des Universités de Rouen et du Havre, 2010. p. 11-21.
- FALEIROS, A.; MATTOS, T. A noção de retradução nos estudos da tradução: um percurso teórico. *Revista Letras Raras*, Vol. 3, nº 2. Campina Grande, 2014.
- FRENCH, A. *Refrain, Again: The Return of the Villanelle*. A Dissertation presented to the Graduate Faculty of the University of

Virginia in Candidacy for the Degree of Doctor of Philosophy. University of Virginia, 2014 [2004]. Disponível em: <https://villanelle.amandafrench.net/>. Acesso em: 6 de jan. de 2023.

GAMBIER, Y. La retraduction: ambiguïtés et défis. In: MONTI, E.; SCHNYDER, P. (orgs.). *Autour de la retraduction*. Paris: Orizons, 2012, p. 49-67.

JUNQUEIRA, I. Não entres nessa noite acolhedora com doçura. *Poemas Reunidos* (1934-1953). São Paulo: José Olympio, 2002.

_____. Dylan Thomas: um perfil. In: *Três visões da modernidade*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MARONA, L. Não caia gentil nessa noite boa. *Revista a palavra solta*, 20 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.revistaapalavrasolta.com/post/tr%C3%AAs-poemas-de-dylan-thomas-por-leonardo-marona>. Acesso em: 3 de agosto de 2022.

_____. Não caia gentil nessa noite boa. *Revista Cult*, São Paulo, 23 de novembro de 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/leonardo-marona-traduz-dylan-thomas/>. Acesso em 3 de agosto de 2022.

MATTOS, T. Yves Gambier, teórico da retradução: uma releitura de Antoine Berman. *Rónai*, Vol. 2. Nº 1. p. 125-141. Juiz de Fora, 2014.

MOREIRA, R. Não entra nessa boa noite assim bom moço. *Escamandro*, Curitiba, 18 de dezembro de 2015. Disponível em <https://escamandro.wordpress.com/2015/12/18/dylan-thomas-por-jose-francisco-botelho/>. Acesso em 3 de agosto de 2022.

THOMAS, D. *Do not go gentle into that good night*. The Collected Poems of Dylan Thomas: The Centenary Edition. Londres: Orion, 2014.

VASCONCELOS, R. Não entre tão depressa nessa noite escura. *Afetivagem*, 5 de abril de 2007. Disponível em <http://afetivagem.blogspot.com/2007/04/no-entre-to-depressa-nessa-noite-escura.html>. Acesso em 3 de agosto de 2022.

POR UMA *ASINÁRIA* EM VERSO: UMA PROPOSTA DE TRADUÇÃO DOS SEPTENÁRIOS TROCAICOS DE PLAUTO

Renan de Castro Rodriguez¹

Introdução

Este artigo, fruto da minha dissertação de mestrado já defendida, tem como objetivo apresentar e comentar uma tradução em versos da cena dois do segundo ato da peça *Asinária* (DE MELO, 2011), do comediógrafo Tito Mácio Plauto (c. 254-184 a.C.), composta e encenada em meados do século III a.C., na Roma Antiga. Essa peça e outras escritas por Plauto pertenciam ao gênero chamado de comédia *palliata*, ou “comédia nova”, que floresceu em Roma a partir das traduções das comédias gregas empreendidas, em 240 a.C., por Lívio Andronico.

O fio condutor narrativo da *Asinária* aponta as dificuldades pelas quais o jovem Argiripo passa para namorar a prostituta Filênio, já que a cafetina e mãe da jovem cobra uma quantia de vinte minas de prata pela exclusividade de sua filha. Por um pedido do pai do jovem, o velho Demêneto, os escravos Líbano, o *servus callidus*, e Leônidas, o *servus currens*, realizam uma trapaça, sendo a cena traduzida e analisada nesse trabalho o momento em que eles a planejam, para conseguirem a quantia da qual o jovem precisa para terminar junto da sua amada.

Feita essa breve apresentação do enredo da *Asinária*, é preciso observar as características do texto de partida para estabelecer um projeto tradutório. O texto de Plauto, assim como todo o teatro

¹ Mestre em Estudos de Linguagem na UFF, com dissertação defendida em dezembro de 2020, sob orientação do professor doutor Beethoven Barreto Alvarez e coorientação da professora doutora Carolina Geaquinto Paganine. E-mail: verardi.rodriguez@gmail.com. Orcid: 0000-0003-1680-3740.

romano, foi composto em versos, com uma variedade métrica. A partir disso, fizemo-nos a pergunta: se o texto de partida foi criado com uma polimetria marcante, por que não tentar recriar esses versos latinos numa tradução em versos vernáculos, buscando soluções métricas na língua de chegada? Essa foi uma das justificativas para construir um projeto tradutório, que, neste artigo, será ilustrado por uma única cena em septenários trocaicos.

Com uma proposta de trabalho estabelecida na minha dissertação, algumas questões se tornaram pertinentes: (1) como traduzir em versos um texto cômico que, afastado da sua performance teatral antiga do século III a.C., se apresenta para nós como parte de um sistema literário, para um leitor contemporâneo? (2) o que se ganha e o que se perde da língua de partida numa tradução que visa a forma poética do texto?

Longe de ter respostas definitivas para essas perguntas, optamos por apresentar, neste recorte, uma tradução da cena dois do segundo ato em septenários trocaicos, verso com sete pés trocaicos e meio bem variáveis, com comentários tradutórios à luz dos estudiosos Henri Meschonnic (1972; 2010), Ezra Pound (2006) e Paulo Henriques Britto (2012). Para traduzir essa cena, utilizamos o biepitassílabo, com duas redondilhas para cada verso latino, como apresentado nas justificativas da próxima seção.

Septenários trocaicos em biepitassílabos

O verso septenário trocaico foi muito utilizado no gênero dramático, principalmente nas peças plautinas. Na própria peça *Asinária*, esse verso confirma seu favoritismo ao aparecer em cinco cenas, totalizando um número de 41% de toda a peça. Ele é composto por sete pés trocaicos e meio bem variáveis, tendo, no mínimo, quinze sílabas poéticas em sua estrutura, além de uma cesura depois do oitavo elemento. A partir disso, optamos por escolher um verso maleável que absorvesse um número equivalente dessas sílabas, sendo o biepitassílabo.

O biepitassílabo é um verso que pertence ao sistema métrico tradicional, embora seja pouco utilizado pelos poetas e/ou tradutores. Sua estrutura é composta por dois versos de sete sílabas, as chamadas redondilhas maiores, tendo obrigatoriamente uma cesura no final da sétima sílaba do primeiro hemistíquio e podendo ter de 14 a 18 sílabas poéticas em sua composição. A fim de exemplificar, vejamos os dois modelos:

Septenário trocaico (tr7)
 - x - x - x - x / - x - x - u -

Biepitassílabo (duas redondilhas)
^{7^a 7^a}
 -----' -- / -----' --

As redondilhas já foram utilizadas por tradutores de Plauto, como o Barão de Paranapiacaba. Em sua tradução d'*A Marmita* (1888), ele traduz algumas passagens com esse recurso de metrificação. Porém, não se realiza uma correspondência métrica entre os versos latinos e os versos vernáculos, tendo outras inclinações nas escolhas métricas da sua tradução.

À guisa de encerramento desta seção, é importante lembrar que essa proposta se enquadra num projeto experimental de tradução em versos cujos resultados começam a ser apresentados nos comentários temáticos referentes à cena destacada.

Comentários tradutórios da cena dois do segundo ato da *Asinária*

Nesta seção, iremos apresentar alguns comentários pertinentes à prática da tradução da cena selecionada neste artigo. Para realizar esses comentários tradutórios, é fundamental uma reflexão a partir dos estudos de alguns teóricos dos estudos de tradução, como Meschonnic (1972; 2010), Pound (2006) e Britto

(2012), que serão abordados ao longo do texto. Além disso, optamos pela divisão dos comentários em eixos temáticos: a movimentação teatral do personagem *seruus currens*; a “guerra de palavras” dos escravos Líbano e Leônidas; o registro linguístico dos mesmos escravos em cena; e por fim, as figuras de repetição sonora.

Em primeiro lugar, é importante afirmar que esse trabalho se pautou na união de teoria e de prática tradutória para desenvolver um projeto tradutório. Para isso, utilizamos os estudos de Henri Meschonnic que desenvolve o pensamento de que tanto aquela, quanto esta devem ser consideradas para a realização de uma prática teórica na tradução, sendo, assim, “indissociáveis”. (MESCHONNIC, 2010, p. XXVIII). É essa a primeira proposição do seu “Propostas para uma poética da tradução”, de 1972:

1. É necessária uma teoria da tradução dos textos não como atividade especulativa, mas como prática teórica, para o conhecimento histórico do processo social de textualização, como uma translinguística. Toda a unidade constrói a sua significação na unidade maior que a inclui: uma teoria da tradução dos textos está incluída na poética, teoria do valor e da significação dos textos. (MESCHONNIC, 1972, p. 79)

É pensando nesses dois elementos “indissociáveis” defendidos por Meschonnic, que começaremos os comentários da cena destacada neste trabalho. Depois da primeira aparição de Líbano no diálogo com seu senhor Demêneto na I.1, o escravo volta ao palco na II.2. Nesse momento, observarmos a continuação da história principal da peça: a trapaça que os escravos irão realizar para conseguirem o dinheiro pedido pela cafetina e mãe de Filênio. Leônidas, escravo citado em I.1 como comparsa de Líbano, surge correndo no final da II.1, numa clara referência ao seu papel de *seruus currens* (“escravo corredor”), personagem bem comum nas comédias plautinas, procurando Líbano para contar a ele o que havia descoberto sobre a venda dos burros.

Leônidas entra no final da II.1 procurando Líbano para lhe contar o que havia descoberto a fim de ajudar na elaboração do plano para Argiripo conseguir o dinheiro. Na continuação da cena, já na II.2, o papel do “escravo corredor” se prolonga até o encontro com Líbano, nos versos 267 a 295. Outras passagens metarreferenciais surgem para uma caracterização desse personagem no texto de partida e, por consequência, na tradução, como veremos na II.2.

Logo no começo dessa cena, observamos um movimento cênico do *seruus currens* representado pelo particípio *aduentu* no verso 269: *maxumam praedam et triumphum is affero aduentu meo*. Apesar de ser um termo metarreferencial comum nas entradas de personagens em cena, essa palavra, no verso destacado, está relacionada à entrada e, conseqüentemente, à primeira fala desse personagem-tipo: “A eles, com minha chegada, trago triunfo e conquistas”.

No decorrer desses versos, deparamo-nos com outras manifestações referentes a esse personagem-tipo das comédias, como numa fala de Líbano no verso 289. Nela, o escravo afirma que não gosta do agouro representado pela figura de alguém que transpira e treme em cena, referência a um “escravo corredor”: *non placet: pro monstro extemplo est quando qui sudat tremit*. Na tradução, mantivemos essa passagem metarreferencial de Líbano representada pelos verbos *sudat* e *tremit*: “Não gosto: é logo um agouro quando alguém transpira, treme.”

Em outro momento do texto, mais precisamente numa fala do próprio Leônidas nos versos 290-291, percebemos outra referência a esse personagem quando o escravo pergunta a si mesmo o porquê de ele, mesmo com pressa, ter parado os pés e agilizado a língua: *LEO. sed quid ego hic properans concessio pedibus, lingua largior?* (“Mas por que eu aqui, com pressa, paro os pés e largo a língua”. Essa referência à “língua solta” é completada no verso seguinte quando ele afirma que está “perdendo a hora” por causa da língua: *quin ego hanc iubeo tacere, quae loquens lacerat diem?* (“Por que não calo ela agora, pois, falando, perco a hora?”).

Outro eixo temático a se destacar nesta seção de comentários começa na passagem que vem logo em seguida do encontro entre Leônidas e Líbano que começa no verso 296. Nesse trecho que vai do verso 296 ao 307, observamos um momento bem peculiar em que os escravos fazem uma digressão narrativa até entrarem no assunto da trapaça a ser realizada em favor de Argiripo no verso 308. Segundo Passalacqua (1971 *apud* COUTO, 2003, p. 55), a “guerra de palavras” que acontece na digressão narrativa tem como objetivo criar uma pausa na ação e, ao mesmo tempo, provocar risos no público. Esse recurso poderia ser pensado como uma logopeia, um dos três mecanismos poéticos criados pelo tradutor-recriador Ezra Pound (2006).

Segundo Vizioli (1983 *apud* FALEIROS, 2012, p. 32), a logopeia, classificada como “elemento de mais difícil tradução”, tem a função de captar o “tom do texto original”. Ela se relaciona com a sintaxe e a estilística do texto de chegada, sendo assim, nas palavras do próprio Pound (2006, p. 11), “a dança do intelecto entre as palavras”. Foi a partir disso que tentamos recriar o neologismo plautino *uerbiuelitationem*.

Dentro dessa “guerra de palavras” criada pelos dois escravos, destacamos o neologismo que Plauto utiliza para denominar essa interrupção na ação da cena: *uerbiuelitationem* (*uerbum* + *uelitatio*). Segundo Saraiva (2006, p. 1259), o vocábulo *uelitatio* pode ser entendido, em Plauto, como “escaramuça [breve combate], o travar peleja”, ou ainda, no seu sentido figurado, “agressão de injúrias”. Num primeiro momento, optamos por traduzir esse neologismo plautino por “batalha de palavras”. Todavia, por acreditar numa solução mais criativa, optamos pela criação de um neologismo na língua de chegada: “Falabélica”, formado pelo substantivo “fala” e o adjetivo “bélica”. Além disso, escolhemos a expressão “levantar a bandeira branca” para auxiliar a referência bélica que esse verso apresenta: “LIB. Levanto a bandeira branca nessa nossa falabélica” (LIB. *uerbiuelitationem fieri compendi uolo.*).

Como já destacado no decorrer desses comentários, a “guerra de palavras” que os dois escravos realizam em cena tinha como

objetivo central provocar o riso na plateia. Nessa passagem, destacamos o momento cômico protagonizado por Leônidas e Líbano: a troca de xingamentos entre eles nos versos 297-298.

Nos versos 297-298, os dois escravos trocam xingamentos de uma forma engraçada, como apresentamos a seguir: *LEO gymnasium flagri, salueto. LIB quid agis, custos carceris? LEO o catenarum colone. LIB. o uirgarum lasciuia.* Na tradução, mantivemos a comicidade desses xingamentos e recriamos as assonâncias de [a] e [i] do verso 297 para [a] e [ε] no texto vernáculo, além do homeoteleuto entre as palavras *catenarum* e *uirgarum* presente no verso 298 a partir de rimas internas entre os dois hemistíquios, como em “cidadão” / “diversão” e “prisões” / “bastões”. Isso resultou na seguinte tradução: “LEO. Fala, ginásio de vara! LIB. E aí, chefe de cadeia?! / LEO. Ah, cidadão das prisões! LIB. Ah, diversão dos bastões!”

Para realizar a tradução dessa passagem destacada no parágrafo anterior, utilizamos a “estratégia de compensação” defendida pelo poeta-teórico Paulo Henriques Britto. Segundo Britto (2012, p. 146), o tradutor precisa lançar mão de recursos para realizar uma compensação de determinado efeito que ele não conseguiu recriar na tradução. No nosso exemplo, a compensação é apresentada a partir da mudança do homeoteleuto por rimas internas entre dois hemistíquios do verso 298.

O terceiro eixo para esses comentários é o registro linguístico de algumas palavras ou expressões na cena. Em relação a isso, destacamos os diferentes sentidos que o vocábulo *praeda* assume na cena traduzida deste trabalho. O vocábulo *praeda* pode significar “despojos” ou “roubo”, “saque”, de acordo com Saraiva (2006, p. 928). Assim, nos dois momentos em que essa palavra aparece na cena (269-271 e 294-295), seu registro é um pouco diferente.

No primeiro momento, presente nos versos 269-271, o sentido dessa palavra é o de “despojos”, já que Leônidas deseja compartilhar com seu cúmplice o que ele havia descoberto para que os dois elaborassem um plano. Na tradução, optamos por traduzir

a palavra *praeda* por “conquistas”, uma vez que “despojos” poderia elevar o registro do personagem:

*maxumam praedam et triumphum is affero aduentu meo.
quando mecum pariter potant, pariter scortari solent,
hanc quidem quam nactus praedam pariter cum illis partiam.*

A eles, com minha chegada trago triunfo e conquistas.
Já que juntos nós bebemos, juntos vamos aos bordéis,
Vamos juntos repartir estas conquistas que eu tive.

Já no segundo momento, presente nos versos 294 e 295, a palavra *praeda* tem um sentido de “saque”, diferente do sentido apresentado no parágrafo anterior, uma vez que nesses versos Leônidas diz que precisa se apressar para roubar o dinheiro dos burros a tempo, enquanto Líbano, sem saber o que seu cúmplice estava planejando, promete esclarecer toda a história com ele: “LEO. Eu vou me apressar pro saque ser preparado no tempo. / LIB. (*à parte*) E que saque é esse? A limpo, vou tirar isso com ele.” (*LEO approperebo, ne post tempus praedae praesidium parem. / LIB quae illaec praeda est? ibo aduorsum atque electabo, quicquid est.*).

Como o último eixo temático desses comentários, destacamos as figuras de repetição (poliptotos, aliterações e assonâncias) que auxiliam na construção da comicidade entre os escravos Líbano e Leônidas na cena. Para traduzir esses elementos, utilizamos o recurso poético da *melopecia* defendido por Pound (2006).

A melopeia é responsável pela matéria acústica do texto poético e está associada aos elementos musicais dos versos. Segundo Laranjeira (2003, p. 61), podemos entender essa modalidade como uma “decodificação sonora e prosódica” no ato tradutório do poema, que destaca as “qualidades sonoras” desses versos. A partir disso, iremos começar com o poliptoto.

O poliptoto é um recurso comum no texto da *Asinária*, principalmente numa estrutura de três ou mais verbos. Dentro dessa cena, ele ocorre nos versos 299-300 a partir de uma pequena

variação dos verbos *scire* / *nescire*: LEO. Pelado, quanto você pesa? LIB. Por Pólux, não sei. / LEO. Sabia que não sabia, mas eu, que te pesei, sei. (*LEO quot pondo ted esse censes nudum? LIB non edepol scio. / LEO scibam ego te nescire, at pol ego qui ted expendi scio.*).

Sobre o conteúdo sonoro, destacamos a ocorrência de repetições na entrada de Leônidas em cena. Nessa entrada, mais precisamente nos versos 270 e 271, observamos uma aliteração das oclusivas surdas [p]; [t] e [k]: *quando mecum pariter potant, pariter scortari solent, / hanc quidem quam nactus praedam pariter cum illis partiam*. Na tradução, recriamos a aliteração de [k] e [t], mas não conseguimos manter a de [p]: “Já **q**ue juntos nós bebemos, juntos vamos aos bordéis, / Vamos juntos repartir estas **q**uistas **q**ue eu tive”.

Seguindo a mesma proposta de recriação da imagem acústica, outras passagens da *Asinária* também apresentam uma aliteração de [p]. Dentre elas, destacamos o verso 159: *DIA. ego pol istum portitorem priuabo portorio*, com a tradução “DIA. Por Pólux, nesse seu **p**orto, eu vou sonegar **i**mposto”; o verso 177: *CLE non tu scis? quae amanti parcet, eadem sibi parcet parum.*, “CLE. Não sabe? Aquela que **p**oupa o amante, **p**ouco se **p**oupa.”; o verso 294: *LEO approperebo, ne post tempus praedae praesidium parem.*, com a tradução “LEO. Eu vou me **a**pressar **p**ro saque ser **p**reparado no **t**empo.”; e o verso 301: *nudus uinctus centum pondo es, quando pendes per pedes.*, com a tradução “**P**endurado **p**elos **p**és, **p**elado, **p**esa cem libras”.

Por fim, vejamos a tradução da cena dois do segundo ato da peça *Asinária* em versos biepitassílabos. O texto latino utilizado neste trabalho é a edição de DE MELO (2011).

II.2: LEONIDA / LIBANVS

*LEO ubi ego nunc Libanum requiram aut familiarem filium,
ut ego illos lubentiores faciam quam Lubentia est?*

maxumam praedam et triumphum is affero aduentu meo.

*270 quando mecum pariter potant, pariter scortari solent,
hanc quidem quam nactus praedam pariter cum illis partiam.*

LIB illic homo aedis compilauit, more si fecit suo.

uae illi qui tam indiligenter opseruauit ianuam.

LEO aetatem uelim seruire, Libanum ut conueniam modo.

275 LIB *mea quidem hercle liber opera numquam fies ocius.*
 LEO *etiam de tergo ducentas plagas praegnatis dabo.*
 LIB *largitur peculium, omnem in tergo thesaurum gerit.*
 LEO *nam si occasione huic tempus sese supterduxerit,*
numquam edepol quadrigis albis indipiscet postea;
 280 *erum in opsidione linquet, inimicum animos auxerit.*
sed si mecum ocasionem opprimere hanc quae obuenit studet,
maxumas opimitates, gaudio effertissimas
suis eris ille una mecum pariet, gnatoque et patri,
adeo ut aetatem ambo ambobus nobis sint obnoxii,
 285 *nostro deuincti beneficio. LIB uinctos nescioquos ait;*
non placet: metuo, in commune ne quam fraudem frausus sit.
 LEO *perii ego oppido nisi Libanum inuenio iam, ubiubi est gentium.*
 LIB *illic homo socium ad malam rem quaerit quem adiungat sibi.*
non placet: pro monstro extemplo est quando qui sudat tremit.
 290 LEO *sed quid ego hic properans concesso pedibus, lingua largior?*
quin ego hanc iubeo tacere, quae loquens lacerat diem?
 LIB *edepol hominem infelicem, qui patronam comprimat.*
nam si quid sceleste fecit, lingua pro illo perierat.
 LEO *aproperabo, ne post tempus praedae praesidium parem.*
 295 LIB *quae illaec praeda est? ibo aduersum atque electabo, quicquid est.*
iubeo te saluere uoce summa, quoad uires ualent.
 LEO *gymnasium flagri, salueto. LIB quid agis, custos carceris?*
 LEO *o catenarum colone. LIB o uirgarum lasciuiia.*
 LEO *quot pondo ted esse censes nudum? LIB non edepol scio.*
 300 LEO *scibam ego te nescire, at pol ego qui ted expendi scio:*
nudus uinctus centum pondo es, quando pendes per pedes.
 LIB *quo argumento istuc? LEO ego dicam, quo argumento et quo modo.*
ad pedes quando alligatum est aequom centumpondium,
ubi manus manicae complexae sunt atque adductae ad trabem,
 305 *nec dependes nec propendes ... quin malus nequamque sis.*
 LIB *uae tibi! LEO Hoc testamento Seruitus legat tibi.*
 LIB *uerbiuelitationem fieri compendi uolo.*
quid istuc est negoti? LEO certum est credere. LIB audacter LEO licet,
sis amanti subuenire familiari filio:
 310 *tantum adest boni improuiso, uerum commixtum malo:*
omnes de nobis carnificum concelebrabuntur dies.
 Libane, *nunc audacia usust nobis inuenta et dolis.*

*tantum facinus modo ego inueni, ut nos dicamur duo
 omnium dignissimum esse quo cruciatus confluent.*
 315 LIB ergo mirabar quod dudum scapulae gestabant mihi,
 hariolari quae occeperunt, sibi esse in mundo malum.
quicquid est, eloquere. LEO magna est praeda cum magno malo.
 LIB si quidem omnes coniurati cruciamenta conferant,
 habeo opinor familiarem ... tergum, ne quaeram foris.
 320 LEO si istam firmitudinem animi optines, salui sumus.
 LIB quin si tergo res soluenda est, rapere cupio publicum:
 pernegabo atque obdurabo, periurabo denique.
 LEO em istaec uirtus est, quando usust qui malum fert fortiter;
 fortiter malum qui patitur, idem post potitur bonum.
 325 LIB quin rem actutum edisseris? cupio malum nanciscier.
 LEO placide ergo unumquicquid rogita, ut acquiescam. non uides
 me ex cursura anhelitum etiam ducere? LIB age, age, mansero
 tuo arbitrato, uel adeo usque dum peris. LEO ubinam est erus?
 LIB maior apud forum est, minor hic est intus. LEO iam satis est mihi.
 330 LIB tum igitur tu diues es factus? LEO mitte ridicularia
 <Libane> LIB mitto. istuc quod affers aures exspectant meae.
 LEO animum aduerte, ut aequae mecum haec scias. LIB taceo. LEO beas.
 meministine asinos Arcadicos mercatori Pelleo
 334-335 nostrum uendere atriensem? LIB memini. quid tum postea?
 336 LEO em ergo is argentum huc remisit quod daretur Saureae
 pro asinis. adulescens uenit modo, qui id argentum attulit.
 LIB ubi is homo est? LEO iam deuorandum censes, si conspexeris?
 LIB ita enim uero. sed tamen tu nempe eos asinos praedicas
 340 uetulos, claudos, quibus suptritae ad femina iam erant unguiae?
 LEO ipsos, qui tibi subuectabant rure huc uirgas ulmeas.
 LIB teneo, atque idem te hinc uexerunt uinctum rus. LEO memor es probe.
 uerum in tonstrina ut sedebam, me infit percontarier,
 ecquem filium Stratonis nouerim Demaenetum.
 345 dico me nouisse extemplo et me eius seruom praedico
 esse, et aedis demonstraui nostras. LIB quid tum postea?
 LEO ait se ob asinos ferre argentum atriensi Saureae,
 uiginti minas, sed eum se non nosse hominem qui siet,
 ipsum uero se nouisse callide Demaenetum.
 350 quoniam ille elocutus haec sic — LIB quid tum? LEO ausculta ergo,
 scies.

*extemplo facio facetum me atque magnificum uirum,
 dico me esse atriensem. sic hoc respondit mihi:
 "ego pol Sauream non noui nec qua facie sit scio.
 te non aequom est suscensere. si erum uis Demaenetum,
 355 quem ego noui, adduce: argentum non morabor quin feras."
 ego me dixi erum adducturum et me domi praesto fore;
 ille in balineas iturust, inde huc ueniet postea.
 quid nunc consili captandum censes? dice. LIB em istuc ago
 quo modo argento interuortam et aduentorem et Sauream.
 360 iam hoc opus est exasceato; nam si ille argentum prius
 hospes huc affert, continuo nos ambo exclusi sumus.
 nam me hodie senex seduxit solum seorsum ab aedibus,
 mihi tibiue interminatust nos futuros ulmeos,
 ni hodie Argyripo argenti essent uiginti minae;
 365 iussit uel nos atriensem uel nos uxorem suam
 defrudare, dixit sese operam promiscam dare.
 nunc tu abi ad forum ad erum et narra haec ut nos acturi sumus:
 te ex Leonida futurum esse atriensem Sauream,
 dum argentum afferat mercator pro asinis. LEO faciam ut iubes.
 370 LIB ego illum interea hic oblectabo, prius si forte aduenerit.
 LEO quid ais? LIB quid uis? LEO pugno malam si tibi percussero,
 mox quom imitabor Sauream, caueto ne suscenseas.
 LIB hercle uero tu cauebis ne me attingas, si sapis,
 ne hodie malo cum auspicio nomen commutaueris.
 375 LEO quaeso, aequo animo patitor. LIB patitor tu item quom ego te
 referiam.
 LEO dico ut usust fieri. LIB dico hercle ego quoque ut facturus sum.
 LEO ne nega. LIB quin promitto, inquam, hostire contra ut merueris.
 LEO ego abeo, tu iam, scio, patiere. sed quis hic est? is est,
 ille est ipsus. iam ego recurro huc. tu hunc interea hic tene.
 380 uolo seni narrare. LIB quin tuom officium facis ergo ac fugis?*

II.2: LEÔNIDAS / LÍBANO

LEO. E agora onde vo' encontrar o Líbano ou o Argiripo,
 pra fazê-los mais alegres do que a própria alegria?
 A eles, com minha chegada, trago triunfo e conquistas.
 270 Já que juntos nós bebemos, juntos vamos aos bordéis,
 Vamos juntos repartir estas conquistas que eu tive.

LIB. (à parte) Se seguiu o seu feitio, uma casa ele assaltou.
Pobre de quem não cuidou daquela porta tão bem.

LEO. Que eu sirva por toda a vida, se agora encontrar o Líbano.

275 LIB. (à parte) Se ele depender de mim, vai morrer sendo um escravo.

LEO. (aponta para suas costas) E eu darei mais de duzentas chibatadas nestas costas.

LIB. (à parte) Ele abre mão do pecúlio. Seu tesouro traz nas costas.

LEO. Pois se essa oportunidade escorrer por suas mãos, ele, nem numa quadriga, vai ganhar isso de novo; 280 vai deixar o seu senhor e exaltar o seu rival.

Mas, se essa oportunidade ele aproveitar comigo, uma máxima abundância, bem repleta de alegria, vai comigo conseguir pro pai e também pro filho, de modo que os dois por anos, presos por nosso favor, 285 fiquem devendo a nós dois.

LIB. (à parte) Não sei quem são esses “presos”;

Não gosto: temo que tenha dado um golpe por nós dois.

LEO. Eu estou muito perdido, se não encontrar o Líbano.

LIB. (à parte) Esse homem procura um cúmplice para as suas falcatruas.

Não gosto: é logo um agouro quando alguém transpira, treme.

290 LEO. Mas por que eu aqui, com pressa, paro os pés e largo a língua?

Por que não calo ela agora, pois, falando, perco a hora?

LIB. (à parte) Pólux, que homem infeliz! Cala a própria advogada. Pois se ele comete um crime, quem vai mentir é a língua.

LEO. Eu vou me apressar pro saque ser preparado no tempo.

295 LIB. (à parte) E que saque é esse? A limpo, vou tirar isso com ele. (a Leônidas) Eu te saúdo em voz alta, até quando tiver força.

LEO. Fala, ginásio de vara! LIB. E aí, chefe de cadeia?!

LEO. Ah, cidadão das prisões! LIB. Ah, diversão dos bastões!

LEO. Pelado, quanto você pesa? LIB. Por Pólux, não sei.

300 LEO. Sabia que não sabia, mas eu, que te pesei, sei. Pendurado pelos pés, pelado, pesa cem libras.

LIB. Como pode comprovar? LEO. Direi as provas e os métodos. Quando um peso de cem libras é preso junto aos seus pés, e as suas mãos algemadas são penduradas num poste,

305 você nem sobe e nem desce... como quem não vale nada.
LIB. Ai de ti! LEO. A Escravidão te deixa isso em testamento.
LIB. Levanto a bandeira branca nessa nossa falabélica.
O que que há? LEO. Vou te contar. LIB. É por sua conta e risco.
LEO. Certo, se quer ajudar o Argiripo com a amada,
310 há um tanto de improvisado, misturado com perigo:
Todo dia será dia de celebrar os carrascos.
Líbano, vamos em busca de trapaças e de audácia,
Inventei há pouco um plano que seremos consagrados
como os mais merecedores de onde as torturas ocorram.
315 LIB. Bem que eu estava estranhando essa coceira nos ombros.
Parece que já previam que pra eles sobraria.
Seja o que for, desembucha: LEO. Penso num saque arriscado.
LIB. Se acaso os conspiradores me causarem uns castigos,
já tenho um parceiro ... as costas, nem vou correr atrás de outro.
320 LEO. Se conservar essa força de vontade, estamos salvos.
LIB. Mas se eu pago com as costas, quero roubar o tesouro:
Vou negar, vou afirmar e, no fim, vou perjurar.
LEO. Isso é virtude: enfrentar o perigo fortemente;
e quem, fortemente, aguenta o perigo, é contemplado.
325 LIB. Depressa, me conte mais. Eu quero é correr perigo.
LEO. Devagar, uma pergunta por vez, para eu me acalmar.
Não tá vendo que eu cansei com a corrida? LIB. Vai, vai,
fico até você morrer. Onde está o nosso “chefe”?
LIB. No fórum, tá o chefão; lá dentro, tá o chefinho.
330 LEO. Tenho o bastante. LIB. Enricou?! LEO. Guarde as
piadinhas, Líbano.
LIB. Guardei. O que você traz é o que espero escutar.
LEO. Preste atenção, pra que saiba tudo. LIB. Me calei. LEO. Fez bem.
Lembra dos burros arcádicos que o nosso servo vendeu
334-335 para um mercador peleu? LIB. Eu lembro. O que vem
depois?
336 Ele enviou o dinheiro pra cá ser entregue ao Sáurea
pelos burros. Já chegou um rapaz com o dinheiro.
LIB. Onde está? LEO. Já pensa nele devorado, se encontrá-lo?
LIB. Sim, sem dúvidas. Mas são daqueles burrinhos mancos,
340 velhinhos, com os seus cascos partidos, que você fala?
LEO. Os próprios, que te traziam, do campo, as varas pra surra.

LIB. Sei, os mesmos que, pro campo, te levavam amarrado.
LEO. Ah, bem lembrado. Mas, quando eu estava no barbeiro,
o rapaz me perguntou: se eu conhecia o Demêneto.
345 Afirmei que conhecia, confirmei que era seu servo
e indiquei a nossa casa também. LIB. O que vem depois?
LEO. E falou das vinte minas, que ele trouxe pelos burros,
pra entregá-las ao Sáurea, mas disse não conhecê-lo,
que ele conhecia bem só o Demêneto mesmo.
350 Depois que disse isso tudo... LIB. E depois? LEO. Escute então,
pra ficar sabendo. Eu fiz o gente fina, elegante
e disse que eu era o Sáurea. Pra mim, respondeu assim:
“Pólux! não conheço o Sáurea, sequer a sua aparência.
Longe de mim te irritar. Se quiser, traga o Demêneto,
355 seu senhor, que é quem conheço: com ele, o dinheiro entregou.
Eu disse que eu o traria e que em casa eu estaria;
Primeiro ele irá pros banhos, e depois virá pra cá.
Então, o que tem em mente? Diga. LIB. Penso em algum plano
pra pôr a mão no dinheiro do forasteiro e do Sáurea.
360 Vai preparar o terreno, pois se antes o viajante
trouxer pra cá o dinheiro, vamos dar c’os burros n’água.
Hoje o velho me chamou num canto fora de casa,
e, a mim e a ti, ameaçou dar uma tremenda coça,
se Argiripo não tiver as vinte minas de prata;
365 ele mandou nós dois darmos um golpe no servo Sáurea,
ou na sua esposa Artêmona e disse ajudar nós dois.
Vá agora até o fórum e conte a ele este plano:
que será você o Sáurea, quando o mercador chegar
com o dinheiro dos burros. LEO. O seu pedido é uma ordem.
370 LIB. Vou distrair o sujeito, se ele aqui vier primeiro.
LEO. O que disse? LIB. O que deseja? LEO. Se você tomar um soco,
enquanto imitar o Sáurea, não vai se irritar comigo.
LIB. Hércules! Se for esperto, você não vai me acertar,
pra que não tenha trocado de nome com a má sorte.
375 LEO. Por favor, aguente firme. LIB. Aguente então o revide.
LEO. Digo o que tem que ser feito. LIB. Digo então o que farei.
LEO. Não diga que não. LIB. Prometo dar o que você merece.
LEO. Já vou. Vai aguentar bem. LIB. Mas quem vem lá? Sim, é ele,
é ele mesmo. Eu já volto. Enrole ele aqui um tempo.

380 Eu quero contar pro velho. LIB. Faça seu papel e suma.

Considerações finais

Ao fim deste trabalho, podemos afirmar que os septenários trocaicos, versos com sete pés métricos e meio, acomodaram-se de forma consistente no biepitassílabo, verso formado por duas redondilhas ou dois heptassílabos. A cesura obrigatória depois da sétima sílaba métrica do primeiro heptassílabo auxiliou numa pausa rítmica e, em muitos casos, sintática também. Além disso, o biepitassílabo possibilitou uma variação interna da acentuação, tendo apenas, de modo geral, a sétima sílaba obrigatória.

Referências

- BRITTO, P. H. *A tradução literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- COUTO, A. *A comédia dos burros de Plauto*. Lisboa: INCM, 2003.
- DE MELO, W. *Plautus. I-V*. Cambridge: Harvard University Press, 2011-13. (Loeb Classical Library).
- FALEIROS, A. *Traduzir o Poema*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.
- LARANJEIRA, M. *Poética da tradução: do sentido à significância*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2.^a ed., 2003.
- MESCHONNIC, H. *Propostas para uma poética da tradução*. Trad. Luísa Azuaga. São Paulo: Martins Fontes, 1972.
- _____. *Poética do Traduzir*. Tradução de Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.
- PLAUTO. *A marmita*. Comédia em cinco atos de Marco Accio Plauto traduzida em versos portugueses pelo Barão de Paranapiacaba. Rio de Janeiro: Typographia Chrysalida, 1888.
- POUND, E. *ABC da literatura*. Tradução de José Paulo Paes e Augusto de Campos. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SARAIVA, F.R.S. *Novíssimo dicionário latino português*. Rio de Janeiro: Garnier, 2006.

BLOCO 3

LINGUÍSTICA TEXTUAL

MULTIMODALIDADE E ENSINO NAS CAPAS DA REVISTA “CONHECIMENTO PRÁTICO: LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA”

Danielle Souto Araujo Pain¹

Introdução

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) é um documento de caráter normativo que sugere o conjunto progressivo de aprendizagens essenciais, que todos os alunos devem desenvolver ao longo do ensino básico. Todas as instituições de ensino precisam elaborar o currículo escolar que contemple as dez competências gerais e as competências específicas direcionadas para cada área do conhecimento.

Muitos professores encontram dificuldade no reconhecimento das competências específicas de Língua Portuguesa em textos multimodais porque realizam uma leitura superficial e consideram a parte imagética como uma ilustração da linguagem verbal e não como elemento constitutivo do texto.

Esta pesquisa surgiu a partir do interesse de buscar caminhos que pudessem auxiliar os educadores na identificação e interpretação dos elementos multimodais. Assim, partimos do pressuposto de que o gênero textual capa de revista pode exemplificar e facilitar a identificação das diferentes semioses e do sentido do texto. A fim de investigar se essa hipótese se sustenta, resolvemos analisar como e se os elementos semióticos presentes nas capas convergem para a produção de sentidos considerando as

¹ Mestranda em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação do professor doutor Fábio André Cardoso Coelho. O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq. E-mail: daniellesouto2018@gmail.com.

temáticas em foco, e se os textos estão organizados de modo a contribuir para uma leitura crítica e eficaz como propõe a BNCC.

A escolha desse gênero textual para compor nosso corpus se justifica por desempenhar a função social e comunicativa de informar assuntos da atualidade. Estes são apresentados por meio de características relativamente “estáveis” em relação ao conteúdo temático, estrutura composicional e ao estilo (BAKHTIN, 2016). Nenhuma capa é igual a outra, mas todas são constituídas por diversos elementos semióticos além do verbal, como imagem, tipografia, cores, entre outros, que atuam simultaneamente na construção do sentido do texto.

Neste capítulo, analisaremos duas capas da revista “Conhecimento prático: Língua Portuguesa e Literatura”, publicadas nos anos 2021/2022, pela editora Escala. A escolha dessa revista se justifica porque ela tem um papel importante para educação no Brasil, uma vez que veicula um conteúdo direcionado a professores e a alunos, com foco, normalmente, em temáticas relacionadas ao ensino de Língua Portuguesa.

Para analisar essas capas de revistas, recorreremos à Linguística Textual, como fundamentação teórica central, mais precisamente aos conceitos de texto, propostos por Marcuschi (2008), Koch (2015) e Cavalcante (2021).

Trataremos também de alguns aspectos da Semiótica Social, mais especificamente as três metafunções (representacional, interativa e composicional) propostas por Kress e Van Leeuwen (2006), na Gramática do Design Visual, com objetivo de identificar e compreender os diferentes recursos semióticos empregados nas capas e os sentidos produzidos pela atuação individual e em conjunto dos elementos semióticos.

É importante destacar que as pesquisas desses autores foram influenciadas pela Linguística Sistêmico Funcional (LSF), mais precisamente pelas três metafunções (ideacional, interpessoal e textual) propostas por Halliday (199) para analisar principalmente os aspectos linguísticos. O objetivo do estudo realizado por esses teóricos não foi equiparar as regras direcionadas a linguagem

verbal, tentando adaptá-las para analisar os demais elementos semióticos, mas sim apresentar recursos para o leitor examinar cada elemento separadamente, sempre considerando o contexto em que foram produzidos.

A metodologia que contempla a nossa análise de corpus consiste em uma pesquisa qualitativa, cuja intenção é identificar as competências específicas de Língua Portuguesa por meio da análise da organização multimodal dos textos. É importante destacar que o objetivo não é os professores ensinarem aspectos teóricos e novas nomenclaturas referente à multimodalidade aos alunos, mas sim auxiliá-los no processo de interpretação e leitura mais significativa. Para tanto, dividimos nosso trabalho em quatro partes: Texto e Multimodalidade, Competências Específicas de Língua Portuguesa, Análise das capas e Considerações Finais.

Texto e multimodalidade

A Linguística Textual, numa perspectiva sociocognitivo-interacionista, considera o texto como um evento único em que a compreensão dos sentidos depende da interação de sujeitos envolvidos no processo comunicativo.

Marcuschi (2008) o define como uma entidade significativa de comunicação e um artefato sócio-histórico em que o indivíduo reconstrói o mundo para seu interlocutor. Ele apresenta a ideia de que produtores e receptores do texto devem atuar no complexo processo de produção e compreensão dos sentidos que devem ser construídos e inferidos mutuamente. Dessa forma, o leitor/ouvinte desempenha um papel importante no processo de construção de sentidos recuperando as informações presentes no cotexto e inferindo o contexto sócio histórico.

Koch (2021, p. 30) complementa essa ideia ao descrever o texto como aquele que:

[...] se constitui enquanto tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação

linguística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinado sentido.

Cavalcante (2021), por sua vez, destaca que, durante a interação, os interlocutores acionam simultaneamente três tipos de conhecimentos: linguístico (conhecimento da estrutura da língua), enciclopédico (memórias, experiências, crenças, valores sociais e saberes sócio-históricos) e interacional (conhecimentos sobre outros textos e formas de interação). Muitos autores usam a metáfora do iceberg para explicar como ocorre esse processo, dividindo-o em duas partes: a ponta é o que está explícito na superfície do texto (aspectos linguísticos) e a parte submersa em que ficam os implícitos que são acionados a partir dos conhecimentos de mundo e o interacional que permitem que o leitor compreenda o sentido do texto.

É importante destacar que o texto não se restringe ao emprego da linguagem verbal, mas a diversos elementos semióticos. Para compreender quais são e como eles atuam no texto, recorreremos à Semiótica Social, mais precisamente, aos autores Kress e Van Leeuwen (2006), que na Gramática do Design Visual, apresentam a ideia de que todos os textos são multimodais, mesmo que eles não apresentem elementos imagéticos. Isso ocorre porque a produção textual envolve escolha de letras, formatação, layout, cor da letra e do fundo, imagens, etc. que compõem o que os autores denominam de marcas presentes na página que distingue o texto dos demais.

Dessa forma, nenhum texto é monomodal, assim, o leitor, para compreendê-lo, deve analisar os recursos semióticos além da linguagem verbal por meio das metafunções representacional, interativa e composicional. É importante destacar que os elementos semióticos não são universais, já que variam de acordo com o contexto que são aplicados (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006).

A metafunção representacional apresenta as relações entre os participantes e as circunstâncias nas quais eles se encontram através das imagens, podendo ocorrer de duas formas: estrutura

narrativa e estrutura conceitual. Nesta perspectiva, no lugar de pessoa e objeto, há participantes interativos do ato comunicativo (pessoas reais) e os representados que representam o assunto da comunicação (pessoas, lugares e coisas, incluindo as abstratas como os diagramas).

A estrutura narrativa apresenta ações e eventos em desenvolvimento, processos de mudanças ou arranjos espaciais, em que os participantes estão conectados por um vetor (linha real ou imaginária), podendo ser representados, por exemplo, fazendo algo para o outro, ou seja, tendo uma meta a ser alcançada. Aquele que emana o vetor é denominado de “ator” e quem recebe a ação de “meta”, neste caso, se estabelece um processo de transação. O produtor pode optar também por não determinar direção do vetor ou direcioná-lo para fora da imagem, ocorrendo o processo de não transacional (não há fenômeno). O produtor deixa “em aberto” para o espectador descobrir para quem é direcionado o vetor.

Nesta estrutura pode haver também participantes secundários, que não são ligados por vetores, denominados circunstâncias seguindo a classificação de Halliday. Esses poderiam ser retirados, o que acarretaria uma perda de informação, mas não ocasionaria a falta de compreensão da estrutura narrativa.

Na estrutura conceitual, por sua vez, apresenta os participantes por sua essência mais generalizada, mais estável e atemporal. Eles são divididos em três grupos: superordenado (grau mais alto de ordenação), interordenados (intermediários) e os subordinados, podendo ser organizados por simetria composicional ou por estrutura de árvore.

A metafunção interativa envolve os representados (pessoas, lugares e coisas) e os interativos (pessoas reais que decidem o que pode e como deve ser dito e como deve ser interpretado) podendo ocorrer de três formas: relação entre os participantes representados, entre interativos e representados (atitude dos interativos em relação aos representados) e entre interativos (coisas que os participantes fazem uns para os outros por meio de imagens).

A interação pode ocorrer de maneira direta e imediata ou ausente, em que ocorre a partir da imagem mental do produtor e do espectador, sendo necessário o compartilhamento das informações representadas para garantir a compreensão. A imagem pode ser apresentada de três formas: como demanda de forma direta, em que se estabelece um contato direto com espectador por meio de expressões faciais, mão apontando, entre outros, ou demanda indireta, em que o espectador passa a ser o sujeito do olhar e o representado o objeto a ser admirado; ou como oferta, em que não se estabelece contato com espectador, os objetos são apresentados como numa vitrine.

Na metafunção composicional, os significados devem ser recuperados a partir dos elementos representacionais e dos interativos que são relacionados entre si, através de três sistemas: valor da informação, saliência e enquadramento. Kress e Van Leeuwen (2006) destacam que esses sistemas podem ser aplicados a imagens isoladas, a visuais compostos, aos combinados com texto (linguagem verbal) e também a outros elementos gráficos.

O valor da informação está relacionado ao posicionamento dos participantes e dos sintagmas que se relacionam entre si e o espectador, em que a imagem é dividida em várias zonas: esquerda e direita; superior e inferior e centro e imagem. No lado esquerdo do elemento visual, vem a informação já conhecida pelo leitor (dado) e no lado direito a que merece uma atenção especial (novo). A parte superior é denominada ideal porque traz a essência da mensagem de forma mais generalizada e a parte inferior é conhecida como real porque são os detalhes mais específicos. No centro são os dados que merecem maior destaque, rodeado pela margem que são os elementos auxiliares e dependentes.

A saliência, por sua vez, é como os participantes e sintagmas representacionais e interativos se apresentam para atrair a atenção do espectador. O produtor cria uma hierarquia das informações, podendo apresentá-las no primeiro plano ou no plano de fundo, com diferentes tamanhos, contrastes, cores e nitidez, para facilitar a compreensão do espectador.

O enquadramento está relacionado ao emprego ou não de elementos que criam linhas divisórias ou de molduras que conectam ou desconectam partes da imagem de acordo com os efeitos de sentidos que o produtor deseja produzir. Assim, o produtor estabelece o ritmo, isto é, se há ou não conexão entre as informações de modo a formar um conjunto único.

Competências específicas de Língua Portuguesa

A BNCC visa uma formação integral do aluno que permita o exercício de sua cidadania e a inserção no mercado de trabalho, por meio do desenvolvimento de competências. Elas são definidas pelo documento “como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana” (BRASIL, 2018, p. 8).

Todas as instituições brasileiras de ensino devem elaborar seus currículos de forma a garantir o desenvolvimento das competências gerais e específicas de cada área do conhecimento. As competências gerais correspondem às três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) em que os conhecimentos devem ser construídos e desenvolvidos de forma progressiva, para garantir a formação de atitudes e valores dos estudantes.

Como não seria possível analisar nessa pesquisa os três segmentos, optamos por investigar as competências específicas direcionadas ao ensino de Língua Portuguesa, mais precisamente os componentes curriculares do Ensino Fundamental, que têm o propósito de auxiliar os estudantes na atuação em diferentes atividades humanas de maneira significativa e crítica.

Figura 1- Competências específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental

1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.
2. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.
3. Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo
4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.
5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual.
6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.
7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.
8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.).
9. Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura.

10. Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais.

Fonte: BRASIL, 2018, p. 87.

Análise das capas

Nesta seção, apresentamos análise multimodal de duas capas da revista “Conhecimento prático: Língua Portuguesa e Literatura”, publicadas nos anos de 2021/2022, que abordam a temática do uso consciente das palavras, com o objetivo de verificar quais e como os elementos semióticos foram organizados para produzir o sentido do texto e despertar a atenção do leitor, já que, de acordo Scalzo (2021), a capa é uma espécie de vitrine que atrai o leitor e o convence a comprá-la.

Iniciamos nossa investigação delimitando os elementos semióticos investigados, já que não seria possível analisar todos, por isso optamos prioritariamente pela linguagem verbal (título e subtítulo) e a visual.

Figura 2 – Capa da revista *Preconceito Linguístico*



Fonte: Revista Conhecimento Prático Língua Portuguesa e Literatura, nº 87.

Para conseguir compreender e identificar as competências presentes na primeira capa intitulada “Preconceito Linguístico”, nº87, publicada em 2021, temos que verificar de que forma os elementos semióticos foram empregados na construção do texto. Para isso, analisaremos os dados de acordo com as três metafunções da Semiótica Social.

No que se refere à metafunção representacional, identificamos a estrutura narrativa construída por meio de um vetor vertical criado por uma linha presa nos dedos da mão (ator) até as letras do título (objetivo). Trata-se de um processo de transação, construído por meio da linguagem verbal e visual, em que o produtor demonstra ao espectador os efeitos negativos produzidos pela atuação inadequada na Internet.

No que se refere à metafunção interativa, verificamos que ocorre de maneira ausente, em que o produtor trabalha com a imagem mental do espectador que tem acesso e atua nos meios digitais. O elemento visual é uma imagem de demanda indireta em que o espectador é o sujeito do olhar, podendo interpretar a construção gráfica da mão como uma marionete que movimenta as letras e tem a intenção de levá-lo a refletir acerca da atuação da mídia nos meios de comunicação.

No que se refere a metafunção composicional, identificamos em relação ao valor de informação que no lado esquerdo no plano de fundo (dado) há uma tela da internet com ícone de uma rede social e de uma página com várias seções desfocadas com objetivo demonstrar que ação pode ocorrer em qualquer ambiente digital e não em um específico. No Lado direito (novo), o produtor posiciona no primeiro plano, uma imagem tridimensional de uma mão saindo do notebook para transmitir a mensagem de um participante anônimo, já que não especifica gênero ou raça da pessoa que atua nos meios de comunicação digitais. O título está presente nos dois lados já que a manipulação da mídia já é conhecida pelo espectador, mas que merece uma atenção especial para que ele a identifique também nos meios digitais.

Na parte superior (ideal), há a presença de linhas pretas amarradas nas pontas dos dedos da mão (cor branca com traços pretos) que se encontram em posição de alinhamento diferente para dar ideia de movimento, como ocorre nas marionetes. Dialogando com essa ação verificamos na parte inferior (real) o título “Preconceito Linguístico” em letra de forma, nas cores pretas e traços brancos, algumas foram presas com linha preta e estão também desalinhadas para dar ideia de movimento. A linguagem visual (notebook e mão) posicionada no centro é especificada pelo subtítulo presente na margem. “Saiba de que modo a mídia manipula a linguagem apresentada nos meios de comunicação como instrumento de controle e coerção social”, em que descreve quem, em que lugar e de que forma ocorre o “Preconceito Linguístico” presente no título.

No que se refere a saliência percebemos que o produtor opta pelo emprego da cor azul no segundo plano que une a página como um todo, sendo que na parte superior há presença de um sombreado branco que dá ideia de movimento e acompanha a mão tridimensional que se encontra no primeiro plano. Dessa forma, ele cria uma hierarquia entre os elementos e consegue destacar o que considera mais relevante.

Identificamos também que ao empregar vetores que ligam a imagem ao título, o produtor enquadra os elementos de forma que estejam conectados (linguagem verbal e visual) e que juntos consigam produzir o sentido do texto.

A partir dos elementos semióticos empregados na capa, conseguimos inferir as competências 1, 3, 4 e 6 da BNCC. Estas foram materializadas no texto, com o intuito de evitar o preconceito linguístico e de ajudar os leitores a se posicionarem de forma ética e crítica em relação a conteúdos discriminatórios.

Analisaremos agora a segunda capa, que apresenta a mesma temática da primeira, no que se refere ao emprego das palavras: a anterior aborda o uso da linguagem pela mídia nos meios de comunicação, e esta, a dificuldade de mensurar seu alcance depois que a palavra é proferida.

Figura 3 – Capa da revista O sentido das palavras



Fonte: Revista *Conhecimento Prático Língua Portuguesa e Literatura*, ano 2022, nº 88.

Iniciaremos a análise da capa intitulada “O sentido das palavras”, nº 88, publicada no ano 2022, analisando de que forma os elementos semióticos foram empregados na construção do texto, a partir das três metafunções da Semiótica Social.

No que se refere a metafunção representacional, identificamos a estrutura narrativa construída por meio de um vetor vertical proveniente de uma boca aberta (ator) criado pela imagem de cápsulas de arma de fogo de diferentes tamanhos, em que não é especificado a meta. Trata-se de um processo não transacional, em que o produtor deixa “em aberto” para o espectador descobrir para quem é direcionado o vetor. Dessa forma, ele demonstra a falta de controle e delimitação do alcance das palavras depois que elas são proferidas.

No que se refere a metafunção interativa, verificamos que ocorre de maneira ausente, em que o produtor trabalha com a imagem mental do espectador que emprega a linguagem em sua vida social. O elemento visual é uma imagem de demanda indireta em que o espectador é o sujeito do olhar, a representação da boca que profere cápsulas de arma de fogo, tem o intuito de levar o

espectador a refletir acerca da escolha e da maneira como está usando as palavras.

No que se refere a metafunção composicional, identificamos em relação ao valor de informação que no lado esquerdo há construção gráfica de uma parte de um rosto na horizontal com a parte de um nariz (dado). No lado direito (novo) uma boca aberta (cor marrom) de onde saem as cápsulas que dialoga com o título “O sentido das palavras” (letras de forma na cor marrom) e o subtítulo “Como aquilo que queremos dizer foge ao nosso controle, enveredando por caminhos inimagináveis, longe da percepção e compreensão inicial?” (cor branca) destacando para o espectador que ele deve atentar para o fato de que não podemos mensurar o alcance das palavras, por isso devemos emití-las com cuidado e atenção.

Na parte superior (ideal), há a presença de uma parte do rosto com boca aberta de onde saem cápsulas de armas de fogo nas cores douradas e marrom com tonalidade mais forte, de tamanhos e em posição de alinhamento diferente para dar ideia de movimento. Dialogando com essa ação verificamos na parte inferior (real) cápsulas de arma de fogo de diferentes tamanhos e em cores mais desfocadas que cortam a parte “O sentido” pertencente ao título dando ideia de movimento. A linguagem visual (cápsulas) posicionada no centro é especificada pelo subtítulo em forma de pergunta presente na margem, que detalha a impossibilidade de mensurar o alcance das palavras.

No que se refere a saliência percebemos que o produtor opta pelo emprego da cor cinza no plano de fundo para unir a página como um todo, sendo que na parte superior há presença de um sombreado branco nas cápsulas que saem da boca para destacar o lugar de onde as palavras são proferidas. Dessa forma, ele cria uma hierarquia entre os elementos e consegue enfatizar o que considera mais relevante para o leitor.

Identificamos também o enquadramento de parte do rosto, das cápsulas e do título no primeiro plano, essa conexão dos elementos semióticos (linguagem verbal e visual) produz o sentido desejado pelo autor do texto.

A partir da organização dos elementos semióticos na capa, conseguimos inferir as competências 1, 3, 5 e 7 da BNCC. Estas estão materializadas no texto, podendo assim ajudar o leitor a compreender a língua como fenômeno sensível ao contexto de uso e o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.

Considerações finais

Analisando as duas capas da revista “Conhecimento Prático: Língua Portuguesa e Literatura”, verificamos que as construções textuais podem estar associadas às propostas sugeridas pelas competências apresentadas pela BNCC. A linguagem visual desempenha um papel significativo na construção do sentido do texto, por isso deve ser considerada e analisada de forma autônoma e integrada à linguagem verbal.

Durante nossa investigação, conseguimos encontrar as seguintes competências específicas mencionadas anteriormente: 1, 3, 4, 5, 6, 7. Como não localizamos as competências 2, 8, 9 e 10, precisaríamos analisar um *corpus* maior para ter condições de afirmar que a revista aborda todas as competências específicas propostas pela BNCC para o ensino de Língua Portuguesa.

Destacamos também, que essa identificação só foi possível por considerar na análise os recursos semióticos que fazem parte de sua composição a partir das metafunções apresentadas na Gramática do Design Visual por Kress e Van Leeuwen (2006). Desta forma, salientamos que o professor que domina o conceito de multimodalidade consegue auxiliar melhor seus alunos, já que esse conteúdo ajuda os estudantes a realizarem uma leitura crítica a partir das inferências necessárias para a interpretação e a compreensão do texto.

Concluimos nosso estudo, identificando que gênero capa de revista que compõe nosso corpus pode auxiliar os professores no reconhecimento e desenvolvimento das competências sugeridas pela BNCC e os alunos na identificação e compreensão das

relações entre múltiplas semioses presentes na construção do sentido dos textos.

Referências

- BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versao_final_site.pdf > Acesso em: 31 mar. 2021.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2021.
- KOCH, Ingedore. *O texto e a construção dos sentidos*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. *Reading images: the grammar of visual design*. 2. ed. London; New York: Routledge, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção Textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2020.
- Preconceito Linguístico. *Revista Conhecimento Prático: Língua Portuguesa e Literatura*. 87. ed. São Paulo: Escala, 2021.
- O sentido das palavras. *Revista Conhecimento Prático: Língua Portuguesa e Literatura*. 88. ed. São Paulo: Escala, 2022.
- SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

É COMO VOTO, É COMO SOU! PROCESSOS REFERENCIAIS NOS VOTOS DOS ACÓRDÃOS DO STF

Juliana Behrends de Souza Cerqueira¹

Introdução

Percebendo que a regulação de ações humanas se situa na base das relações sociais, a cultura jurídica moderna se estruturou em diversos setores, organismos e agrupamentos humanos. Esses coletivos se convergem para validar raciocínios, julgar ações e firmar acordos escritos, garantindo direitos individuais, coletivos e sociais e resolvendo, inclusive, conflitos entre cidadãos, entidades e o próprio Estado (ASSMAR; FERREIRA; SOUTO, 2005, p. 443). Em paralelo a esse estado de situações, começa-se a se evidenciar a função da escrita nesses processos, visto que é por meio do *texto escrito* que se parametrizam premissas acerca do que é tido como *certo* e do que é considerado *errado* e se materializam julgamentos, sempre se pautando em determinados argumentos de estabilidade (RALWS, 1971, p. 37).

No contexto jurídico brasileiro, há um órgão de cúpula, Supremo Tribunal Federal (STF), que se importa precipuamente em garantir a efetividade do argumento máximo da estabilidade do país: a Constituição Federal (PAIXÃO, 2007, p. 65). Esse organizado de onze ministros e ministras materializa suas decisões por meio de *textos jurídicos*, sendo um deles o *acórdão*. Sobre esse gênero textual, Prata, Veiga e Almeida (2018, p. 55) revelam que se trata de uma decisão final ou uma sentença de um processo proveniente de um tribunal coletivo, ou seja, é um *acórdão*, porque

¹ Doutoranda em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação do professor doutor Fábio André Cardoso Coelho. Professora de Português do Colégio Pedro II. E-mail: jubehrends@gmail.com. Orcid: 0000-0001-9229-498X.

representa o *acordo* a que chegaram, por unanimidade ou maioria, os membros do colegiado sobre determinada causa (CORRÊA, 2017, p. 7). Nesse ponto, entende-se que a Linguística Textual (LT) se caracteriza por assumir o texto como *objeto de investigação*, tomando como ponto de partida o pressuposto de que o texto é “[...] a forma específica de manifestação da linguagem” (FÁVERO; KOCH, 2012, p. 15).

O Código de Processo Civil (2015), no art. 204, também indica que o acórdão jurídico é o julgamento colegiado proferido pelos tribunais, ou seja, trata-se de um registro escrito, um texto. Dada a importância social dos acórdãos jurídicos, torna-se imperioso desvendar as tramas textuais (KOCH; ELIAS, 2010, p. 8-9) que os compõem, sendo importante que estejam inseridos em estudos referenciais já na Educação Básica (AZEVEDO, 2016, p. 167).

Dessa forma, este estudo tem a meta de caracterizar as diversas estratégias de referenciação presentes nos acórdãos jurídicos do Superior Tribunal Federal (STF) a fim de reconhecer a existência da imparcialidade na materialidade do texto, objeto de estudo da Linguística Textual, ancorando-a a condicionantes intertextuais amplamente validados. Para concretizar esse escopo, diante de diversas pautas colocadas em votação no ano de 2022, foi selecionado, como objeto de investigação deste artigo, o Inteiro Teor do Acórdão *Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.138*, que versa sobre a *Dignidade da Pessoa Humana e Necessidade de Medidas Eficazes para Prevenir a Violência contra a Mulher*, de 23 de março de 2022.

Ademais, a fim de se estabelecer um contraponto, foram escolhidos, como recorte a esta investigação, os votos de dois ministros, André Luiz de Almeida Mendonça e Luís Roberto Barroso que, mesmo votando a favor do texto do relator, apresentaram processos referenciais diferentes e com uma frequência muito divergente em relação ao uso do termo *mulher*, objeto principal do referido acórdão jurídico. Defende-se, por fim, com as análises qualitativas desses registros e fazendo uso dos constructos da Linguística Textual, que a imparcialidade da ordem

do discurso existe textualmente, se considerados certos *parâmetros balizadores de argumentos*, ou seja, a neutralidade e o uso de certas estratégias referenciais são relativos aos seus contextos de produção, sejam eles sociais, ideológicos, temporais ou locais.

A Linguística Textual e o contexto jurídico

A Linguística Textual caracteriza-se por assumir a materialidade do texto, oral ou escrito, como objeto principal de investigação, admitindo a percepção central de que o texto é um modo particular de manifestação da linguagem (KOCH, 2003, p. 7). Ademais, para Marcuschi (2012, p. 33), a Linguística Textual pode ser definida como o “estudo das operações linguísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais” (MARCUSCHI, 2012, p. 33). Nessa mesma linha, Koch e Elias (2010) consideram que esse ramo da Linguística abrange “[...] o estudo dos recursos linguísticos e condições discursivas que presidem à construção da textualidade e, em decorrência, à produção textual dos sentidos” (KOCH; ELIAS, 2010, p. 3).

Por tratar o texto como uma unidade complexa, estruturada por elementos linguísticos e pragmáticos (GREGOLIN, 2001, p. 24), a Linguística Textual fornece parâmetros para verificar se determinada ocorrência linguística pode ser considerada um texto, ou seja, se detém as características próprias da textualidade (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981, p. 30).

Em decorrência, é necessário determinar uma *concepção de texto*, isto é, estabelecer fatores responsáveis pela atribuição da textualidade de um dado registro linguístico. Desse modo, para que se reconheça uma unidade semântica, cognitiva e formal, no campo da Linguística Textual, esta precisa apresentar, elementarmente, dois elementos: *coerência* e *coesão* (SILVA, 2018, p. 100-101).

De modo elucidativo, seguindo as concepções de Koch e Travaglia (1997, p. 38) acerca da *coerência*, entende-se que esta “[...] não é apenas uma característica do texto, mas depende

fundamentalmente da interação entre o texto, aquele o produz e aquele que busca compreendê-lo” (KOCH; TRAVAGLIA, 1997, p. 38). A coerência, portanto, deve ser vista no âmbito da interação verbal, considerando fatores como os conhecimentos e as experiências dos interlocutores, a inserção em um dado ato comunicativo, o conteúdo da mensagem a ser comunicada, o escopo da comunicação, o gênero escolhido e, por fim, a relação do texto com outros textos (KOCH; TRAVAGLIA, 1997, p. 38-39).

A fim de exemplificação, tem-se um trecho do voto do ministro Edson Fachin inserido no Inteiro Teor do Acórdão *Habeas Corpus 152.752 Paraná*, sobre a não concessão do *habeas corpus* preventivo solicitado pela defesa de Lula a fim de impedir a prisão do, naquele momento, ex-presidente. O relator proferiu a seguinte estrutura linguística complexa para seus pares:

Ressalto que, até tal ocorrência, não é cabível reputar como ilegal ou abusivo o pronunciamento jurisdicional, mormente por órgão inferior, que se coaduna com o entendimento então prevalente tampouco atribuir ao Superior Tribunal de Justiça a infactível tarefa de alterar ou dissentir, em matéria constitucional, da compreensão explicitada por esta Suprema Corte (BRASIL, 2018, p. 90).

O texto que compõe o Inteiro Teor do Acórdão *Habeas Corpus 152.752 Paraná* tratou de um assunto que alterou o progresso político e social do Brasil por, no mínimo, quatro anos. Toda a população brasileira, escolarizada ou não, estava atenta ao resultado desse julgamento. A fim de determinar se tal excerto deve ser considerado ou não um texto, como já informado, é necessário verificar se nele há *textualidade*, ou seja, se é coerente e coeso. Não há dissenso em afirmar que a fala do ministro Edson Fachin se trata de um *texto*, mas a coerência, para algumas pessoas que não dominam plenamente a linguagem jurídica, o rebuscado vocabulário dos magistrados e os meandros jurisdicionais, pode ficar prejudicada ou, ainda, não fazer sentido algum.

A história mostrou, sobre esse emblemático evento jurídico, que a coerência é, também, *sincrônica, política e social*, pois, na atualidade, defender a legalidade da prisão do presidente Lula no ano de 2018 já não se justifica, visto que os fatos subsequentes comprovaram sua elegibilidade e ele retornou, inocente, à presidência. O texto de Fachin é plenamente coerente para aquele momento, como ele mesmo destacou: “Ressalto que, **até tal ocorrência [...]**” (grifo nosso).

Seguindo para o segundo elemento basal de verificação da textualidade, a *coesão*, para Koch e Travaglia (1997, p. 13), esta se refere à organização de elementos sintáticos e gramaticais, materializando-se “[...] através das marcas linguísticas, índices formais na estrutura das sequências linguística e superficial e que se manifesta na sequência linear do texto” (KOCH; TRAVAGLIA, 1997, p. 13). Nesse ponto, compreende-se que, apoiando-se também em Koch (2015, p. 134-135), certos enunciados podem surgir como sequencialmente coesivos, entretanto não podem ser considerados textos, pois lhes carece a coerência. Então, a coerência denota ser, efetivamente, o princípio capital para se atribuir textualidade aos textos.

O trecho a seguir foi elaborado para este estudo, fazendo uso de trechos Inteiro Teor do Acórdão *Habeas Corpus 152.752 Paraná* e, embora pareça pertencer ao discurso jurídico e fornecer ares de ser sequencialmente coesivo, não apresenta coerência.

Os *erga omnes* votaram o *data vênia*, pois o teratológico paciente, que era do *habeas corpus* em questão, seguiu tal jaez do Paraná. Assim, o *stare decisis* caiu imediatamente, visto que a jurisprudência e a súmula vinculante, ordinárias e legais, perderam seus embargos e seguiram para o STF.

Elementos coesivos como *pois, que, assim, visto que e e* não podem sozinhos aferir textualidade a esse “organizado linguístico”, ou seja, não se pode afirmar que o excerto criado acima é um texto, pois não há plena coerência entre as partes que o

compõem. Charolles (1988, p. 49-50) colabora com essas percepções ao afirmar que os elementos linguísticos responsáveis pela *coesão* auxiliam a estabelecer a *coerência*, mas não são nem satisfatórios, nem imperativos para que a coerência seja de fato estabelecida.

Sobre essa complexa tessitura textual (GREGOLIN, 2001, p. 25), deve-se compreender que, para haver textualidade, deve-se ter uma clara *unidade de sentido*, agenciada por elementos linguísticos, ou seja, “[...] a textualidade corresponde ao conjunto de propriedades definidoras de um texto. Um texto só será, de fato, um texto se tiver textualidade” (SILVA, 2018, p. 100).

Mais uma vez, Koch e Elias (2010, p. 3-4) afirmam que se deve:

[...] evidenciar de que modo o trabalho de seleção e combinação dos elementos, dentro das inúmeras possibilidades que a gramática da língua nos põe à disposição, nos textos que lemos ou produzimos, constitui um conjunto de decisões que vão funcionar como instruções ou sinalizações a orientar a busca pelo sentido (KOCH; ELIAS, 2010, p. 3-4).

Sopesando-se o valor das decisões judiciais em uma sociedade verdadeiramente democrática, os textos que revestem essas disposições devem atender a critérios que os tornam eventos comunicativos nos quais conteúdo e forma se encontrem de modo equilibrado (MARCUSCHI, 2008, p. 242). Por essa razão, os textos jurídicos devem ser vistos como um foco de interesse da Linguística Textual, visto que se manifesta, geralmente, a partir de um conjunto de tomadas de decisão, que, por meio da materialidade do texto, atua como *instruções de sentido* da vida em sociedade.

Postas essas informações, torna-se primal enfatizar que a forma linguística dos referentes inseridos em textos jurídicos (BURCKHART, 2021, p. 249), como os acórdãos, determina efetivamente o seu conteúdo e, em última análise, a sua eficácia. Nesse sentido, verifica-se ser útil o aprofundamento de estudos, pautados da Linguística Textual, acerca da manifestação da linguagem no contexto jurídico, as suas intenções e a seleção de

elementos linguísticos diante de atuais ameaças ao Estado Democrático de Direito.

Referenciação: uma categoria da Linguística Textual

Considerando que a textualidade é o que assegura a produção de sentidos e, em decorrência, a existência ou não de um texto, é essencial abordar um dos pormenores dos estudos coesivos: a *referenciação*. Nesta investigação, apoiando-se teoricamente em Cavalcante (2012, p. 96-97), entende-se que a referenciação é ação discursiva que age na construção e na reconstrução de *objetos de discurso*, ou seja, se efetiva no movimento de retomada de elementos no texto.

Essa atividade de retomar informações por meio de diferentes mecanismos linguísticos é operada, basicamente, de *forma sequencial*. Os estudos de Koch (2015), Marcuschi (2012) e Cavalcante (2011; 2012) citam que os processos de referenciação e a construção da coerência textual podem-se dar especialmente por quatro possibilidades (a) a introdução referencial; (b) as anáforas; (c) a dêixis e (d) a desfocalização.

Sobre a primeira, a introdução referencial, pode-se afirmar, com base em Koch (2008, p. 100-101), que esta se caracteriza por reconhecer um objeto de discurso como algo totalmente inédito ou novo em um determinado texto. De modo exemplificador, essa ativação pode ser percebida em acórdãos de outras esferas jurídicas, como foi o caso da *curiosa* decisão da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) acerca do colarinho do chopp que, na visão dos magistrados, deve ser considerado parte integrante do produto.

No texto da Ementa, presente no Inteiro Teor do Acórdão *Apelação Cível nº 2003.72.05.000103-2/SC*, percebe-se que a expressão *bebida comercializada* pode ser considerada um objeto de discurso novo não ancorado (PRINCE, 1981):

A medição realizada na bebida comercializada, denominada de "chopp," deve considerar o colarinho, pois este integra a própria bebida e é o próprio produto no estado "espuma" em função do processo de pressão a que é submetida a referida bebida (SANTA CATARINA, 2008, s/p).

A introdução referencial também é identificada no vocábulo *chopp*, que, neste caso, se apresenta de modo ancorado (PRINCE, 1981, p. 223-55), tendo em vista que é ativado anaforicamente pelo cotexto ou contexto sociocognitivo: o chopp é uma bebida comercializada.

Em relação à reconstrução por meio de anáforas, o segundo processo de referenciação, ainda em alusão ao exemplo retirado da decisão do TRF da 4ª Região, observa-se que a introdução referencial *colarinho* é retomada por meio de uma forma referencial, o pronome *este*, de modo que o objeto de discurso permanece em foco. Consoante à teoria de Koch (2009, p. 35) sobre reconstrução ou retomada, a autora afirma que essa seria “a operação responsável pela manutenção em foco, no modelo de discurso, de objetos previamente introduzidos, dando origem às cadeiras referenciais ou coesivas, responsáveis pela progressão referencial do texto” (KOCH, 2009, p. 35).

No exemplo em questão, observa-se uma cadeia coesiva a partir do objeto do discurso *colarinho* que é introduzido no texto pelo processo de ativação não ancorada. O referente *colarinho* é retomado anaforicamente, ou seja, por ativação ancorada por meio do pronome demonstrativo *este*. Destaca-se que Cavalcante (2014, p. 56) prefere denominar este processo como anafórico e os referentes apresentados no texto de anáforas diretas ou anáforas correferenciais. Em oposição à introdução referencial, Cavalcante (2012, p. 123) pontua que “a estratégia anafórica diz respeito à continuidade referencial, ou seja, à retomada de um referente por meio de novas expressões referenciais” (CAVALCANTE, 2012, p. 123).

Sobre a dêixis, Cavalcante (2014, p. 55) cita que esse processo se concretiza tanto nos processos de introdução referencial/ativação

quanto nos anafóricos/reativação. Esse procedimento é realizado, geralmente, por meio de elementos dêiticos, tais como, *eu, você, aqui, ali, ontem, este, esse* etc. que alteram o referente em função da perspectiva que o falante toma no ato da enunciação.

Na apresentação do acórdão jurídico referente à decisão do TRF da 4ª Região, há o seguinte trecho:

Vistos e relatados **estes** autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, nos termos do relatório, votos e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado (SANTA CATARINA, 2008, s/p, **grifo nosso**).

Observa-se que o pronome demonstrativo *este* aponta para o próprio acórdão, tomando como referência o momento da enunciação. Para que se compreenda que esse elemento dêitico indica *o todo do acórdão*, o interlocutor deve possuir algumas coordenadas, como, por exemplo, saber o que são os autos e o que são as partes do acórdão jurídico.

Por último, a desfocalização é identificada quando um novo objeto de discurso é introduzido, mas se mantém em estado de ativação parcial, sendo possível sua volta à posição focal a qualquer momento. Seguindo o texto do Inteiro Teor do Acórdão *Apelação Cível nº 2003.72.05.000103-2/SC*, pode-se identificar um caso de desfocalização do objeto do discurso *multa* no voto da Des. Federal Maria Lúcia Luz Leiria:

A multa imposta à embargante decorreu de autuação de fiscal do INMETRO em face de irregularidade na medição de "chopp" por ela comercializado. É de ser provido o presente recurso, porque efetivamente há um desvio na **interpretação efetuada** pelo fiscal do INMETRO (SANTA CATARINA, 2008, s/p, **grifo nosso**).

A utilização da expressão *interpretação efetuada* se apresenta como um elemento novo introduzido, passando a ser focalizado e

correspondendo a um caso de introdução referencial. Contudo, esse objeto do discurso coloca em prontidão o termo *multa*, que foi retirado cognitivamente de foco, ou seja, foi desfocalizado (KOCH, 2004, p. 62-63). Assim, a expressão *interpretação efetuada* passa a ocupar posição focal na memória discursiva.

Observados esses processos de referenciação, cabe destacar que esses mecanismos se desdobram em diversas outras formas de retomadas que não foram abordadas aqui. Entretanto, evidencia-se que tais processos são valiosos no discurso jurídico, visto que “[...] é uma das muitas linguagens que compõem o conjunto da vida social[...]”, sendo “[...]viável a adoção de teorias das ciências da linguagem” (FIGUEIREDO, 2016, p. 6). Portanto, os constructos da Linguística Textual são essenciais na abordagem, na construção, na interpretação e na análise dos textos jurídicos como os acórdãos jurídicos citados ao longo deste estudo.

Rede de referentes nos votos dos ministros do STF

Como já informado, os acórdãos jurídicos impactam a vida de todos os indivíduos de uma sociedade, já que geram mudanças significativas nas relações sociais, sejam elas de menor impacto, como saber os limites de uma bebida, ou de grandes proporções, como a prisão de um ex-chefe de Estado.

Dessa forma, para materializar a importância da Linguística Textual, em especial os processos de referenciação diante de diversas pautas colocadas em votação no ano de 2022, selecionou-se o Inteiro Teor do Acórdão *Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.138*, que versa sobre a *Dignidade da Pessoa Humana e Necessidade de Medidas Eficazes para Prevenir a Violência contra a Mulher*, de 23 de março de 2022, cujo relator foi o ministro Alexandre de Moraes.

Cabe destacar que, durante a pandemia do coronavírus, aumentaram os casos de violência doméstica e, nesse período, 24,4% das mulheres brasileiras com mais de 16 anos sofreram algum tipo de violência, agressão física ou psicológica. Ainda, 66% dos feminicídios ocorreram na casa da vítima e 3% na do agressor.

Em 97% dos casos, as vítimas afirmaram que não havia qualquer medida protetiva contra o agressor (BRASIL, 2022).

O acórdão jurídico em questão chegou ao consenso de que a autoridade policial pode afastar o suposto agressor do domicílio ou do lugar de convivência, quando for verificado risco à vida ou à integridade da mulher, mesmo sem autorização judicial prévia. Entendeu-se que não é razoável que o policial volte à delegacia e deixe o suposto agressor com a potencial vítima (BRASIL, 2022).

De modo defrontativo, foram selecionados os votos de dois ministros, que, mesmo votando a favor do texto do relator, apresentaram processos referenciais diferentes com uma frequência muito divergente em relação ao termo “mulher”, objeto principal do referido acórdão. Um dos magistrados foi o ministro André Luiz de Almeida Mendonça que apresenta uma postura conservadora. O outro ministro escolhido foi o ministro Luís Roberto Barroso que é dotado de postura mais flexível.

Em análise ao *corpus* do acórdão jurídico em questão, em particular sobre os processos de referência, o ministro André Luiz de Almeida Mendonça utilizou o vocábulo *mulher* somente por uma vez ao longo das duas páginas que compunham a defesa de seu voto, a saber, no trecho:

Em primeiro lugar, registrar meus cumprimentos ao eminente Relator pelo brilhante voto, profundo, extenso, não só profundo em termos de teoria e princípios constitucionais, mas também com elementos estatísticos que nos trazem à luz a importância da **proteção das mulheres** e como ainda estamos carentes de um mínimo ideal em relação a **essa temática** (BRASIL, 2022, p. 62, **grifos nossos**).

Fazendo uma leitura cuidadosa do trecho acima, encontramos um exemplo que pode ilustrar um exemplo de anáfora. A expressão *essa temática* faz referência a uma outra registrada anteriormente, nesse caso, a declaração objeto do acórdão *proteção das mulheres*. O ministro André Luiz de Almeida Mendonça segue tecendo seu

voto, mas não reforça o vocábulo *mulher* em nenhum outro momento. Cita-o somente uma vez. Segue utilizando o genérico *essa temática* como elemento anafórico somente por mais duas vezes. Ainda, se refere, em mais uma ocasião, à mulher com os anafóricos *pessoa humana* e *esse problema*, generalizando a questão. A não marcação da mulher como elemento de destaque pode ser uma forma demonstrar sua posição pessoal quanto ao tema.

O ministro Luís Roberto Barroso utilizou o vocábulo *mulher* por oito vezes ao longo das duas páginas que compunham a defesa de seu voto:

[...] do potencial agressor da **mulher** em situação de violência doméstica [...] que o Direito brasileiro dava à proteção da **mulher** [...] Erradicar a Violência contra a **Mulher** [...] A **mulher** teve ascensão importante em igualdade [...] homem que bate em **mulher** não é macho [...] homem que bate em **mulher** é covarde [...] integridade física da **mulher** [...] proteção da **mulher** (BRASIL, 2022, p. 125-126, **grifos nossos**).

O magistrado segue tecendo seu voto, reforçando o vocábulo *mulher* a todo momento e estabelecendo uma coesão lexical por repetição. A marcação reiterada da mulher como elemento de destaque é uma forma demonstrar sua posição pessoal quanto ao tema.

Sobre esses processos referenciais, cabe destacar, que, conforme cita Cavalcante (2012, p. 113), “[...]o processo de referenciação pode ser entendido como o conjunto de operações dinâmicas, sociocognitivamente motivadas, efetuadas pelo sujeito à medida que o discurso se desenvolve” (CAVALCANTE, 2012, p. 113). Desse modo, escolher como retomar um determinado objeto de discurso pode evidenciar posturas mais ou menos democráticas, pois a referenciação tem o “[...] intuito de elaborar as experiências vividas e percebidas, a partir da construção compartilhada dos objetos de discurso que garantirão a construção de sentido(s)” (CAVALCANTE, 2012, p. 113).

Portanto, de modo colaborativo, Cavalcante (2016, p. 121) pontua que as “[...] estratégias de textualização podem servir a uma análise criteriosa da argumentação e da coerência em qualquer texto de qualquer gênero”, sendo os acórdãos jurídicos elegíveis e indispensáveis para os estudos voltados à linguística do texto.

Considerações finais

O presente estudo teve a principal meta de caracterizar as diversas estratégias de referenciação presentes nos acórdãos do Superior Tribunal Federal (STF) a fim de reconhecer a existência da imparcialidade na materialidade do texto, objeto de estudo da LT, ancorando-a a condicionantes intertextuais amplamente validados. Para isso, pautou-se em teorias concernentes à Linguística Textual em específico as voltadas aos processos referenciais.

Sobre a referenciação, ficou claro que os referentes completam um percurso no texto que vai desde os modos como o locutor escolhe introduzi-los até as diferentes maneiras, sempre multimodais, pelas quais vai orientando o interlocutor sobre como espera que ele os interprete (CAVALCANTE; BRITO, 2016, p. 119). Assim, os processos de *introdução referencial* e de *anáfora* são, portanto, estratégias sociocognitivo-discursivas de estabilização dos objetos de discurso no texto e foram claramente identificadas nos acórdãos jurídicos Inteiro Teor do Acórdão *Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.138* e Inteiro Teor do Acórdão *Apelação Cível nº 2003.72.05.000103-2/SC*. A dêixis e a desfocalização ocorrem em menor número, mas também são importantes para as análises aqui realizadas.

Assim, defende-se que, considerando o texto como uma unidade linguística e objeto de estudo da LT, as estratégias referenciais são diferentes entre os acórdãos de ministros de posturas mais democráticas e os de posicionamentos mais conservadores. Contudo, essa particular forma de se manifestar pela linguagem ainda deve ser considerada predominantemente impessoal e destituída de parcialidade. Os acórdãos jurídicos, portanto, são um território propício para a imparcialidade na

materialidade do texto, se considerada a Constituição Federal como um condicionante intertextual amplamente validado ou, como cita Ralws (1971, p. 37), mediante a um argumento de estabilidade.

Referências

ASSMAR, E. M. L.; FERREIRA, M, C.; SOUTO, S. de O. Justiça organizacional: uma revisão crítica da literatura. *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 18, 2005.

AZEVEDO, I. C. M. *Capacidades argumentativas de professores e estudantes da educação básica em discussão*. Coimbra: Grácio Editor, 2016.

BEAUGRANDE, R. A.; DRESSLER, W. *Introduction to text linguistics*. London: Longman, 1981.

BRASIL. Lei 13.105, de 16 de março de 2015. *Código de Processo Civil*. Diário Oficial da União, Brasília, 17.03.2015.

_____. Superior Tribunal Federal. *Inteiro Teor do Acórdão Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.138*. Versa sobre Dignidade da Pessoa Humana e Necessidade de Medidas Eficazes para Prevenir a Violência contra a Mulher. Relator: Ministro Alexandre de Moraes, 23 de março de 2022.

_____. Superior Tribunal Federal. *Inteiro Teor do Acórdão Habeas Corpus 152.752 Paraná*. Trata-se de *Habeas corpus* impetrado contra decisão proferida no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Relator: Ministro Edson Fachin, 04 de abril de 2018.

BURCKHART, T. R. Jurisdição constitucional no Brasil: uma análise crítica da dicotomia substancialismo vs. procedimentalismo. *Revista Direito em Debate*, v. 30, n. 56, p. 248-263, 2021.

CAVALCANTE, M. M. *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

_____. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Função discursiva dos elos coesivos referenciais. *Revista Leia Escola*, v. 14, n. 1, p. 51-60, 2014.

- _____. Abordagens da argumentação nos estudos de Linguística Textual. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL*, edição especial, v. 14, n. 12, p. 106-124, 2016.
- CAVALCANTE, M. M.; BRITO, Mariza Angélica Paiva. *O caráter naturalmente recategorizador das anáforas*. São Paulo: Paulistana, 2016.
- CHAROLLES, M. *Introdução aos problemas da coerência dos textos*. Campinas: Pontes, 1988.
- CORRÊA, P. J. *Linguística textual: aplicação a uma decisão judicial*. 2017. 18f. Monografia. (Especialização em Revisão de Texto). Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017.
- FÁVERO, L. L.; KOCH, I. V. *Linguística Textual: uma introdução*. 10ª ed., São Paulo: Cortez, 2012.
- FIGUEIREDO, R. M. Semiótica e discurso jurídico. *Memento: Revista de Linguagem, Cultura e Discurso*. v. 07, n. 2, julho-dezembro, 2016.
- GREGOLIN, M. do R. V. Linguística textual e ensino de língua: construindo a textualidade na escola. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 37, 2001.
- KOCH, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. As expressões nominais indefinidas e a progressão referencial. *Rev. de Letras, Fortaleza*, v. 26, n. 1/2, p. 5-8, jan./dez. 2004.
- _____. Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso. *Veredas: Revista e Estudos Linguísticos, Juiz de Fora*, v. 6, nº 1, 2009.
- _____. Como se constroem e reconstroem os objetos-de-discurso. *Revista Investigações*, v. 21, n. 2, p. 99-114, 2008.
- _____. *As Tramas do Texto*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2014.
- _____. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Contexto, 2015.
- KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2010.

- KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. *Texto e Coerência*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
- _____. *A. Linguística de texto: o que é e como se faz?* São Paulo: Parábola, 2012.
- PAIXÃO, L. A. *A função política do Supremo Tribunal Federal*. 2007. 258 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- PRATA, A.; VEIGA, C.; ALMEIDA, C. *Dicionário Jurídico*. Direito Penal e Direito Processual Penal (Vol. II). 3ª edição. Porto: Edições Almedina, 2018.
- PRINCE, E. F. *Toward a taxonomy of given-new information*. New York: Academic Press, 1981.
- RAWLS, J. *A Theory of Justice*. Massachusetts: Harvard University Press, 1971.
- SANTA CATARINA. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. *Inteiro Teor do Acórdão Apelação Cível nº 2003.72.05.000103-2/SC*. Execução fiscal. Multa aplicada pelo INMETRO. Comercialização do "chopp". Inclusão do colarinho na sua medição. Relatora: Des. Federal Maria Lúcia Luz Leiria, de 23 de setembro de 2008.
- SILVA, A. A. *Linguística Textual e Ensino: Coesão e Coerência na Alfabetização*. *Claraboia*, Jacarezinho/PR, v.10, p. 95-118, jul./dez, 2018.
- STF. Supremo Tribunal Federal. *STF valida mudança na Lei Maria da Penha que autoriza delegados e policiais a concederem medidas protetivas*, 2022. Disponível em: [https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=483963&ori=1#:~:text=O%20Supremo%20Tribunal%20Federal%20\(STF,integridade%20da%20mulher%2C%20mesmo%20sem](https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=483963&ori=1#:~:text=O%20Supremo%20Tribunal%20Federal%20(STF,integridade%20da%20mulher%2C%20mesmo%20sem) Acesso em 27 mar. 2023.

LETRA DE SAMBA-ENREDO: DO QUE FALA, COMO FALA E
QUEM FAZ FALAR: CONTRIBUIÇÕES DA LINGUÍSTICA
TEXTUAL E DA SEMIOLINGUÍSTICA

Julio Teixeira de Souza¹
Fábio André Cardoso Coelho²

Introdução

O corpus de análise que nos interessa consiste em letras de sambas-enredo do carnaval dos desfiles das escolas de samba do município do Rio de Janeiro. O que pretendemos pesquisar reside na busca por uma resposta ao problema seguinte: *Entendida como uma literatura do Carnaval, sobre o que fala a letra do samba-enredo, mas também como fala e quem faz falar, segundo a Linguística Textual em comunhão com a Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso?*. Faremos esta pesquisa sem deixar de levar em conta a complexidade desse ato de linguagem da arte popular brasileira.

Por si só, um ato de linguagem se dá de uma maneira complexa, porque envolve diversos fatores além dos linguísticos e discursivos. É uma expressão do que foi impresso, objetiva e subjetivamente, no e pelo sujeito comunicante. É uma expressão de ecos e para ecos sociais, afeta um e afeta a um universo de discursos emergentes, imergentes, hegemônicos e fraturantes. Quem comunica, antes de tudo, é um sujeito que se impressiona com algo que ele sentiu no mundo que lhe é externo ou com o que ele próprio construiu em seu universo psíquico. Torna-se expressionista também, com cuja manifestação quer fazer o destinatário se

¹ Doutorando em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação do professor doutor Fábio André Cardoso Coelho. E-mail: jtsouza02@yahoo.com.br.

² E-mail: fabiocoelho@id.uff.br.

impressionar, por meio da expressão de sentidos que vai como uma lava da erupção da relação entre forma e conteúdo textual.

Pretendemos discorrer sobre a questão segundo a qual os efeitos de sentido pretendidos por quem comunica não se dão, porém, pela simples codificação linguística do que se quer exprimir, nem pela sua mera decodificação por exemplo. Por um lado, temos a intenção de reunir condições de apresentar que são resultados do *ethos*, *pathos* e *logos* que o texto produz, como efeito do seu plano de expressão e conteúdo. Os efeitos de sentido decorrem também do conhecimento de mundo do autor-leitor e sofrem as influências do componente sociodiscursivo que atravessa os textos sugerindo-lhes significados, ou como dito por Charaudeau, oferecendo-lhes possíveis interpretativos.

Dentro de nossa perspectiva de estudo da língua, os efeitos de sentido não estão nas intenções do autor, nem nas do leitor, caso contrário incorreríamos em uma análise psicológica dos parceiros da linguagem, isto é, do sujeito comunicante e do interpretante. Do ponto de vista de uma linguística textual, não temos o interesse em identificar as intenções psicológicas do autor, mas sim analisar a sua produção textual, o que cabe, por sua vez, ao leitor/analista. Por isso, implica-nos o imperativo de trazer o fator da intencionalidade, discutida pela Linguística Textual, dentro dos pontilhados limites do texto. Pontilhados, porque, não obstante, sabemos que a materialidade textual não dá conta dos sentidos que provoca, estes escorrem pelos intervalos pontuais que abrem brecha para as questões extralinguísticas.

Para abordagem do nosso *cópus*, compete-nos uma descrição, análise e interpretação das letras dos sambas-enredo. Suspeitamos que a compreensão mais ampla de uma composição textual carnavalesca ocorra levando-se em consideração estas três já ditas indagações: *do que fala a letra do samba-enredo* e também *como fala e quem faz falar*. São questões que se relacionam de maneira que parece não haver linhas divisórias entre suas respostas, que, uma vez juntas, tendem a ser as responsáveis pelos efeitos de sentido pretendidos, mas não necessariamente capazes dos efeitos de sentido

produzidos. Estes, a rigor, estão sob a interpretação dos leitores, que, sobre o texto, têm uma atitude ativa-responsiva.

Em primeiro lugar, iremos nos debruçar sobre a questão *do que falam* as letras do sambas-enredos selecionados. Estaremos atentos, sobretudo, ao seu plano de conteúdo, pelo qual identificaremos os assuntos que abordam. Para isso, poderemos tratar do aspecto textual da *informatividade*, bem como da *intertextualidade*. Relacionada a eles, há a competência denominada *conhecimento de mundo*, com cujo aparato tanto o autor do texto, quanto seu leitor vão compreendendo e interpretando-o. Também se supõe pertinente sabermos a que conjuntura histórico-social a composição do samba dá expressão, uma vez que os sentidos são socialmente construídos. Para isso, podemos trazer o conceito de *situacionalidade* que se inscreve em um dos fatores de textualização.

A segunda questão se trata de notar *como* as letras, linguística e discursivamente organizadas, configuram-se e montam o assunto proposto para a comunicação. Urge, então, notar como se dá seu plano de expressão, como forma seu conteúdo. Nesse instante, compõe o nosso interesse levantar, a partir da estrutura textual do samba, as categorias de língua, as do discurso, levando em conta, especialmente, os modos de organização do discurso. Os modos de organização inscritos em narrar, descrever e argumentar parecem ser maneiras pelas quais o comunicante vê o mundo e quer fazer que o seu interlocutor também assim o veja. Isso tudo dentro de um plano de expressão que comporta a estética do texto, identificada, sobretudo, pelo uso de recursos expressivos, para isso, frequentemente, utilizando-se das figuras de linguagem. Ainda dentro desse escopo de *como* a letra do samba-enredo *fala*, compete analisar o diálogo interdiscursivo que estabelece e a maneira como aborda os fatores textuais de coesão e coerência.

O terceiro aspecto a ser abordado se funda em: *quem as letras de sambas-enredo fazem falar*. Nesse momento, o que se deseja é destacar *quem fala no circuito interno do ato de linguagem*, isto é, quem é o EU-enunciador e o TU-destinatário que a letra faz existir. Portanto, nessa ocasião, não se está pensando nos compositores das

letras dos sambas-enredo (sujeitos comunicantes), nem se dirigindo diretamente aos seus leitores de identidade social, mas sim se está pensando nos sujeitos internos do discurso, bem como no destinatário ideal, ser de identidade discursiva. Para essa empreitada, será imprescindível um desenvolvimento sobre o conceito de *protagonistas* do ato de linguagem, trazido pela Semiologia, e de *situacionalidade* e *aceitabilidade*, trazidos pela Linguística Textual, como fatores de textualidade.

Enfim, os três aspectos: *do que fala* uma letra de samba-enredo, *como faz* e *quem faz falar*, uma vez reunidos, supõe-se serem os responsáveis pela produção dos efeitos de sentido pretendidos pelo EU-comunicante, ser psicossocial, autor da produção textual. A Linguística Textual será uma das células fotográficas do farol sob cujo clarão serão guiadas as análises do corpus selecionado; a outra será a da teoria Semiológica de Análise do Discurso. Serão, a princípio, dez letras de sambas-enredo do carnaval dos desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro. Na composição linguístico-discursiva dessas canções, estará concentrado o nosso interesse em fazer uma descrição, análise e interpretação de seu conteúdo.

Cópus de análise

O corpus de análise será letras de sambas-enredo. Essas obras pertencem ao domínio da linguagem verbal. São textos musicados. Produções lítero-musicais (BARBOSA, 2009). Exemplos da Língua Portuguesa em uso e em versos. Coelho (2013) diz sobre letras de canção, que considera gênero textual. Feres (2021) tem as canções como produções verbo-musicais, o que é de relevância, uma vez que uma canção compreende as características linguísticas, mas também musicais, com compromissos para com a métrica dos versos, rimas etc., fatores que lhe imprimem certas restrições por lhe exigirem acatamento.

A escolha dos sambas-enredo foi realizada levando em conta o que cada letra tem como projeto comunicativo, como forma de expressão cujas propriedades *do que fala*, *como fala* e *quem faz falar*,

reunidas, revelam a “visada’ (CHARAUDEAU, 2004, 2016) a ser identificada pela análise da superfície textual, do seu contexto linguístico, mas também do extralinguístico de produção.

Eis os dez sambas-enredo eleitos. Deles decorre a variedade de proposta comunicativa que se verifica em vários *anseios* por parte do enunciador, que são tratados como sendo os mesmos dos destinatários ou como servindo-lhes de “catarse” (FIORIN, 2019; HAYAKAWA, 1972). Segundo Lopes e Simas (2021, p. 12), “o samba urbano carioca nasceu como expressão dos anseios de uma classe.” **(I)** Anseio por extravasar sua felicidade: “hoje eu vou tomar um porre / não me socorre / que eu estou feliz (União da Ilha do Governador, 1991)”; **(II)** por justificar suas ações: “o rei mandou cair dentro da folia / e lá vou eu (União da Ilha do Governador, 1989)”; **(III)** por ter os sonhos como momento de realidade tão sonhada: “sonhar não custa nada / o meu sonho é tão real” (Mocidade Independente de Padre Miguel, 1992); **(IV)** por ter os sonhos como recurso sugestivo: “sonhar com anjo é borboleta / sem contemplação / sonhar com rei dá leão (Beija-Flor de Nilópolis, 1976)”; **(V)** por crer nos recursos da fé e se antecipar ao que vem do e no futuro: “a cigana leu o meu destino / eu sonhei / bola de cristal, jogo de búzios, cartomante / sempre perguntei (União da Ilha do Governador, 1978)”; **(VI)** por criticar contra o que o incomoda: “o mestre-sala foi parar em outra escola / carregado por cartolas / do poder de quem dá mais / e o puxador vendeu seu passe novamente / quem diria, minha gente, / vejam o que o dinheiro faz (São Clemente, 1990)”; **(VII)** por ser encantar: “vejam / esta maravilha de cenário / é um episódio relicário (Império Serrano, 1964)”; **(VIII)** por se informar: “no mês de outubro / em Belém do Pará / são dias de alegria e muita fé (Estácio de Sá, 1975)”; **(IX)** por saudar o passado querendo vê-lo presente: “enfeitei meu coração / de confete e serpentina / minha mente se fez menina / num mundo de recordação (Império Serrano, 1982)”; e, por fim, anseio **(X)** por ter um momento de rei, deixando de ser aquele que obedece e passando a ser aquele que manda: “hoje o rei sou eu / brilhando com a ginga que samba me deu (São Clemente, 2017).”.

Fundamentação teórica e metodologia

No que tange à metodologia, nosso estudo pretende ter um caráter descritivo das letras dos sambas-enredo, levando em conta o seu “plano de conteúdo e o de expressão” (FIORIN, 2019), em suma, sua literariedade. Para Fiorin (2019, p. 45), “a primeira característica do texto literário é a relevância do plano de expressão, que, nele, serve não apenas para veicular conteúdos, mas para recriá-los em sua organização.”. Quanto à finalidade descritiva do trabalho, segundo Rudio (1980, p. 57), “estudando o fenômeno, a pesquisa descritiva deseja conhecer a sua natureza, sua composição, processos que o constituem ou nele se realizam.”. Diz ainda que “descrever é narrar o que acontece (1980, p. 56).”. Quanto à fonte de pesquisa, é bibliográfica. Portanto, muitos teóricos e profícuos pesquisadores da língua estão inscritos na fundamentação teórica do trabalho. Somados a esses, estarão aqueles outros interessados em pesquisar sobre o samba-enredo e sobre seu cenário externo, o carnaval dos desfiles das escolas de samba.

A tese, como ocorre comumente, será dividida em capítulos e subcapítulos. A princípio, será reservado um capítulo para desenvolver sobre o gênero musical cuja letra é o corpus de análise do trabalho. Para falar do samba, e especialmente do seu subgênero, o samba-enredo, será feita uma incursão no valioso compêndio dedicado a esse assunto. O dossiê de Matrizes do samba (IPHAN, 2006) reúne vários artigos que passeiam pela história desse gênero musical. São vários autores que se dedicaram a discorrer sobre sua origem, importância cultural e sua utilidade como meio de expressão popular.

Dentro desse cenário de manifestação artístico-cultural dos desfiles das escolas de samba do RJ, a arte poética e musical está a cargo dos sambas-enredo. “A organização do samba em grupos que receberam o pomposo nome de escolas acarretou o surgimento de um subgênero, o samba-enredo, composto para servir de trilha sonora aos desfiles carnavalescos (IPHAN, 2006, p. 13).”. Segundo Aquino e Dias (2009, p. 1), “os sambas-enredo construíram um

acervo que não tem sido contemplado à altura da sua significação no âmbito da cultura carioca.”

De volta ao tocante às constituições das partes do nosso estudo, no capítulo intitulado *do que fala o samba-enredo*, e, por consequência, qual a sua proposta comunicativa, é pertinente trazer algumas considerações conduzidas por alguns pesquisadores reconhecidos no assunto. É importante saber que o carnaval, antes mesmo dos desfiles das escolas de samba, das quais o samba-enredo é a linguagem verbal, foi empregado como canal de comunicação entre as classes dominantes e as subalternas (PEREIRA, 2004). Via-se, nas manifestações artístico-culturais das organizações carnavalescas, um meio didático de comunicação das e às classes populares. Diante disso, alguns líderes governamentais e literatos nacionais implicaram que as sociedades carnavalescas tomassem como temas assuntos de interesse sociopolítico. Nisso podemos ver a manipulação do aspecto da *informatividade*, que vinha com o interesse de informar para formar as maneiras de ver o mundo. As manifestações artístico-culturais do carnaval foram vistas pelas autoridades governamentais como um meio de disciplina e condução dos sentimentos do povo (MUSSA; SIMAS, 2010).

Do que falam as letras dos sambas-enredo se trata dos assuntos que abordam. Alguns autores organizaram-no em grupos, sejam de referencial temático, sejam de temporal. Essa classificação orienta a compreensão do assunto textualizado em cada letra dos sambas. Farias (2004) enquadrou os sambas-enredo compondo seu livro em referenciais temáticos, descritos em temas do cotidiano, sobre personalidades nacionais, metalinguagem, históricos e acerca da literatura brasileira. De outra maneira, Aquino e Dias (2009) agruparam os sambas-enredo em: períodos históricos compreendidos de 1500 a 1808 (do Descobrimento do Brasil à vinda da Família Real Portuguesa); da chegada da corte ao apogeu do Império (1808 a 1870); do Império ao fim da República Velha (1870 a 1930); e da Revolução de 1930 aos tempos atuais. Todas as escolhas de temas para o enredo e, por consequência, para as letras

dos sambas têm um caráter político, uma vez que atendem a certos interesses, quer dos que sugerem o assunto a ser abordado, quer dos que aceitam desenvolvê-lo. Para Charaudeau (2005, p. 4), “o sujeito comunicante fará escolhas reveladoras de sua própria finalidade”. Ou, num tom filosófico, do qual somos apreciadores, “nenhum locutor fala sem antemão transformar-se em alocutório, ainda que apenas de si próprio, sem fechar com um só gesto o circuito de sua relação consigo e com os outros, e ao mesmo tempo instituir-se também como delocutório, fala de que se fala.” (MERLEAU-PONTY, 2019, p. 186).

Ainda no capítulo tocante ao *do que fala o samba-enredo*, pretendemos abordar sobre os aspectos de informatividade e intertextualidade das letras, do alcance aos quais depende o leitor para uma compreensão mais plena do que fala o texto. Dentro desse escopo, é importante pontuar algumas questões. O nível de informatividade de uma letra de samba-enredo depende parcialmente do conhecimento de mundo do leitor/ouvinte e da sua capacidade de captação dos movimentos de intertextualidade contidos na canção. “A intertextualidade mostra a importância do conhecimento de mundo para maior compreensão do texto, uma vez que permite que o leitor penetre mais profundamente na construção do texto” (SANTOS; ALMEIDA, 2016, p. 241). A rigor, “a compreensão de um texto extrapola, e muito, o vocabulário e a gramática da Língua Portuguesa; o conhecimento de mundo é fator determinante para que o texto apresentado seja lido de maneira plena” (CAMARA, 2018, p. 241). Para Koch e Elias (2018, p. 10), “o texto esconde mais do que revela a sua superfície linguística, razão pela qual defendemos que o sentido não está apenas no texto”. Henriques (2018, p. xiii) lembra que “nenhum assunto é uma ilha. As conexões dependem do nosso conhecimento de mundo e de nossos estudos da linguagem humana.”. A interpretação com que nos havemos “suplanta a mera decodificação de signos e a simples compreensão, ao relacionar os dados do texto à experiência partilhada pelos integrantes do ato comunicativo ou ao

conhecimento de mundo” (FERES; MONNERAT, 2017, p. 10). Segundo Possenti (2009, p. 82),

aquilo que é considerado conhecimento de mundo em certas teorias de texto ou de leitura passa ser considerado como outros discursos, que constituem a memória discursiva, que são mencionados ou aludidos no discurso presente e para o qual são ingredientes de constituição e interpretação.

Há quem considere informatividade como sinônimo de criatividade (MALFACINI, 2018). Aquela está presente, em graus mais ou menos elevados, na quantidade e na inovação de informações que uma mesma letra de samba-enredo oferece ao leitor. Quanto à criação, para Karnal (2017, p. 56), “ser criativo é fugir do que é esperado imediatamente.”. Aquino e Dias (2009, p. 122) manifestam que “competência e criatividade para compor samba-enredo não são artigos que se encontrem em qualquer hora ou lugar.”. Entendemos que, no samba-enredo, criatividade abrange situações como aquelas relativas ao emprego e à produção de figuras de linguagem, de desejadas ambiguidades, de desvios intencionais das regras gramaticais etc. São efeitos de sentido provocados por operações discursivas que os compositores fazem para produzir uma canção expressiva tanto no que diz, como no como diz. Ainda dentro desse fim, valem-nos especialmente dois dizeres de Azeredo (2018, p. 183): o primeiro expressa que “a língua tem a natureza de um sistema extraordinariamente versátil e adaptável, que se pode resumir em uma palavra: criatividade.”; o segundo diz respeito ao que se tem por poeta, o qual “se apresenta, geralmente, como aquele que se vale da engenharia verbal para projetar significados ainda não contemplados pelo discurso corrente.”. Os compositores de samba-enredo são, comumente, considerados poetas do samba.

Fiorin (2019) manifesta-se dentro do território da Semiótica, com a qual se percebe que a Semiologia estabelece relações. A primeira, em linhas gerais, traduz-se no interesse em descrever o

que o texto diz, mas também em detalhar como diz o que diz. *Como a letra de samba-enredo fala* é um outro ponto por que nos interessamos. Dentro disso, merece atenção o nível linguístico e discursivo integrante do texto do samba, isto é, a maneira como está organizada sua superfície linguística, bem como se configuram suas relações provocadas com outros discursos.

Em *como fala a letra do samba-enredo*, convém serem tratados conceitos relativos às “categorias de discurso” (MONNERAT, 2021), usadas a propósito de nomeação, qualificação, de estabelecimento de processos verbais, como também para fins de estabelecer relação, sobretudo, de causa e efeito. Essas categorias comungam com as de língua, estas contemplando os substantivos, adjetivos, verbos e conectores entre outras classes. Ambas as categorias são ingredientes do processo de transformação do mundo a significar em mundo significado, conjugado com o processo de transação (CHARAUDEAU, 2016). Pela comunhão desses dois, ocorre o processo de semiotização do mundo (CHRAUDEAU, 2016). São caros ainda ao nosso objetivo conceitos típicos, em geral, da análise do discurso, como os de interdiscursividade, heterogeneidade, polifonia. Com efeito, são todos saberes de fronteira, isto é, de certa maneira, comunicam-se. Dessa forma, concordamos com Gouvêa e Jr. (2017, p. 163), para os quais “todas essas distintas perspectivas teóricas, por vezes concebidas como um mesmo fenômeno, buscam um ‘fora do texto’ ou um ‘já dito’ que explique o fenômeno das relações entre diferentes enunciados.”

Também comporá esse segundo tópico, interessado em como se estruturam linguístico-discursivamente as letras dos sambas-enredo (como falam), trazer a matéria dos modos de organização do discurso (CHARAUDEAU, 2016). Como já dito algures, pensamos que os modos descritivo, narrativo, argumentativo, sobretudo, são maneiras como o comunicante vê e quer que o interlocutor veja o mundo, significado no ato de linguagem. Concernente ao modo de organização enunciativo, ele revela, pela composição linguístico-discursiva do texto, a atitude do EU-

enunciador para consigo mesmo, para com o interlocutor e para com o referente (CHARAUDEAU, 2016).

Quanto, agora, a saber *quem as letras de sambas-enredo fazem falar*, o interesse recai sobre os sujeitos do discurso, os internos à linguagem, seres do circuito do dizer (CHARAUDEAU, 2016). No curso de processar o texto, em que o analista será capaz de depreender-lhe qual a “visada” (CHARAUDEAU, 2004) instaurada, perceberá também quais são os “protagonistas do ato de linguagem” (CHARAUDEAU, 2016). Cada gênero textual, cada modo de organização do discurso, o emprego de certas categorias de língua, enfim, como fala o texto produz uma imagem do enunciador como também assim o faz do leitor idealizado (leitor modelo) (FIORIN; SAVIOLI, 1999).

Quem a letra do samba-enredo faz falar?, ou, de outra forma, quem é esse sujeito que fala na composição textual?. Nesse momento, ainda que caiba comentar sobre os autores do samba-enredo, sobre a escola de samba que o cantou originalmente, bem como acerca do momento histórico-social em que foi produzido, e, com isso, sua suposta intenção comunicativa, o interesse principal é outro. Consiste-se em analisar o sujeito de identidade discursiva a que a letra do samba-enredo dá corpo discursivo. “O sujeito do discurso não é uma pessoa, alguém que diz alguma coisa; trata-se antes de uma posição que alguém assume, diante de um certo discurso (FISCHER, 2013, p. 134).” Trata-se de analisar para descrever a imagem que a letra do samba-enredo pinta do EU-enunciador, que não se faz sem a concepção do TU-destinatário. Decorre um *ethos* da composição linguístico-discursiva do samba, como também podem ocorrer efeitos *pathêmicos* e um *logos* (*discursivo*).

A Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso pensa a encenação de um ato de linguagem em dois cenários, ou melhor, em dois circuitos: um externo e outro interno à comunicação em uso. Naquele estão os sujeitos de carne e osso, sujeitos psicossociais, responsáveis tanto pela produção quanto pela recepção e interpretação do texto. Por outro lado, há os sujeitos da linguagem, que Fiorin e Savioli (1999) chamaram de sujeitos de papel, e a que a

Semiolinguística dá o nome de EU-enunciador e de TU-destinatário. A estes nos referimos quando dizemos interessados em descrever quem a letra do samba-enredo faz falar. Há um sujeito do dizer que nasce com a letra do samba-enredo, a qual não, necessariamente, reflete o *ethos* “pré-discursivo” (AMOSSY, 2016) dos seus compositores, ou mesmo, da escola de samba do samba-enredo. Ao tempo que se compreende quem é esse sujeito do enunciado e quem é o seu destinatário idealizado, percebe-se qual é a visada ou quais são as apreendidas no ato de linguagem do samba-enredo. Charaudeau (2004; 2016) tem, tradicionalmente, como visadas o fazer-saber; fazer-creer; fazer-fazer etc.

Enfim, as letras do sambas-enredo refletem momentos históricos e sociais, como também resultam da atitude do autor construindo-as com certas liberdades e restrições postas pelo próprio gênero textual, como pelas circunstâncias outras de produção. Compreendemos que “toda materialidade linguística expressa pelos diversos gêneros textuais é determinada pelo contexto sócio-discursivo partilhado pelos inter-agentes e pela situação psico-sócio-histórica em que se engendra o ato de comunicação.” (PAULIUKONIS *et al.*, 2019, p. 136).

Para Charaudeau (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2018), o sujeito que produz um texto não é anulado de sua individualidade, sendo assujeitado, como defendem algumas linhas de análise do discurso. A Semiolinguística entende o sujeito comunicante munido de um certo nível de margem de manobra que pode ir se atualizando no decorrer da produção textual. Isso ocorre especificamente durante o processo de transformação do mundo a significar em significado, concomitante ao processo de transação, que muito se harmoniza com o postulado da interação, pela perspectiva interacionista com a qual trabalha a Linguística Textual.

A Teoria Semiolinguística, ao tratar dos efeitos de sentido pretendidos pelo comunicante e produzidos no sujeito interpretante (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2018), considera que os sentidos alcançados ocorrem pelo resultado da complexidade em que se instaura um ato de linguagem. Palavras

clarificadoras para a compreensão da proposta teórico-metodológica da Semiologia são encontradas em Rebello (2017, p. 68, grifos da autora). Ela apresenta que

os sujeitos da comunicação, para interpretarem o que leem, ou ouvem recorrem não só ao *signo verbal* (morfemas, palavras, frases etc.), o que interessa à linguística, mas também ao *não verbal*, o que interessa à *semiótica*. Além disso, a Semiologia é *do discurso*, porque o texto deve ser analisado em seu contexto discursivo, do qual fazem parte outros textos pré-existentes a ele, que circulam na sociedade em geral, ou num dado grupo social.

Feito esse inicial levantamento teórico adicionado ao qual virão outros, esperamos reunir condições de apresentar *do que fala, como e quem faz falar* a letra do samba-enredo, compreendida como uma literatura do Carnaval. Quais efeitos de sentido sugere, que orientação discursiva oferece. Com isso, desejamos contribuir com a expansão das pesquisas sobre os estudos linguísticos, abordando como *cópus de análise* um material especialmente da nossa cultura, do Rio de Janeiro, do Brasil: o samba-enredo.

Referências

AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2016.

AQUINO, Rubim Santos L. de; DIAS, Luiz Sérgio. *O samba-enredo visita a história do Brasil: o samba-enredo e os movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda, 2009.

AZEREDO, José Carlos de. A semântica lexical e o discurso. In: HENRIQUES, Claudio Cezar. *Léxico e semântica: estudos produtivos sobre palavra e significação*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018, p. 183-186.

BARBOSA, Flávio de Aguiar. *Palavra de bamba: estudo léxico-discursivo de pioneiros do samba urbano carioca*. 2009. 488 f. Tese

(Doutorado em Língua Portuguesa). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CAMARA, Tania Maria Nunes de Lima. Texto e intertextualidade. In: COELHO, Fábio André; SILVA, Jefferson Evaristo do Nascimento (Orgs.). *Ensino de Língua Portuguesa: Teorias e Práticas*. Rio de Janeiro: Gramma, 2018. p. 229-246.

CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. Trad. Renato de Melo. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Orgs.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 13-41.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L. ; GAVAZZI, S. (Orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 11-27.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 3ªed. São Paulo: Contexto, 2018.

COELHO, Fábio André Cardoso. *“Sambas que dão aulas”*: A expressividade linguística nas canções de Nei Lopes e Arlindo Cruz. 2013. 197 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FARIAS, Julio Cesar. *Aprendendo português com samba-enredo: interpretação, gramática, literatura, redação*. Rio de Janeiro: Litteris, 2004.

FERES, Beatriz. Da interpretação à compreensão de textos. In: XAVIER, Glacy; REBELLO, Ilana; MONNERAT, Rosane (Orgs.). *Semiolinguística aplicada ao ensino*. São Paulo: Contexto, 2021. p. 79-94.

FERES, Beatriz dos Santos; MONNERAT, Rosane Santos Mauro (Orgs.). *Análise de um mundo significado: a visão semiolinguística do discurso*. Niterói: Eduff, 2017.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Lições de texto: leitura e redação*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. *Em busca do sentido: estudos discursivos*. São Paulo: Contexto, 2019.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editora, 2013. p. 123-151.

GOUVÊA, Lúcia Helena; JR, Mário Acrísio Alves. A construção de um ethos em crônicas de Lya Luft: uma abordagem semiolinguística. In: FERES, Beatriz; MONNERAT, Rosane (Orgs.). *Análise de um mundo significado: a visão semiolinguística do discurso*. Rio de Janeiro: Eduff, 2017. p. 151-175.

HAYAKAWA, S. I. *A linguagem no pensamento e na ação*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1972.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Léxico e semântica: estudos produtivos sobre palavra e significação*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

IPHAN. *Dossiê das matrizes do samba no Rio de Janeiro: partido-alto, samba de terreiro e samba-enredo*. 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi-%20Matrizes%20do%20Samba.pdf> . Acesso em: 26 mar. 2023.

KARNAL, Leandro. *Conversas com um jovem professor*. São Paulo: Contexto, 2017.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Escrever e argumentar*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. *Dicionário da história social do samba*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

MALFACINI, Ana. O ensino de produção textual à luz do impacto dos concursos públicos. In: COELHO, Fábio André; SILVA, Jefferson Evaristo do Nascimento (Orgs.). *Ensino de Língua Portuguesa: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Gamma, 2018. p. 1-20.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O visível e o invisível: debates*. Trad. José Artur Gianotti e Armando Mora d'Oliveira. São Paulo: Perspectiva, 2019. *E-book*.

MONNERAT, Rosane. O olhar discursivo para uma metodologia integrada. In: XAVIER, Glayci; REBELLO, Ilana; MONNERAT, Rosane (Orgs.). *Semiolinguística aplicada ao ensino*. São Paulo: Contexto, 2021. p. 41-57.

MUSSA, Alberto; SIMAS, Luiz Antônio. *Samba de enredo: história e arte*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

- PAULIUKONIS, Aparecida Lino *et al.* A enunciação enunciada: reflexões sobre o diálogo entre linguística do texto e semiolinguística do discurso. In: *Revista (Con)Textos Linguísticos – Linguística Textual e Análise da Conversação: conceitos e critérios de análise*. v. 13. n. 25. 2019. Disponível em: <https://pesquisadores.uff.br/academic-production/enuncia%C3%A7%C3%A3o-enunciada-reflex%C3%B5es-sobre-o-di%C3%A1logo-entre-lingu%C3%ADstica-do-texto-e-0> . Acesso em 23 mar. 2023.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNICAMP, 2004.
- POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. São Paulo: Parábola, 2009.
- REBELLO, Ilana. Do mundo a significar ao mundo significado: estratégias linguísticas e discursivas na construção do(s) sentido(s) em capa de revista. In: FERES, Beatriz; MONNERAT, Rosane (Orgs). *Análise de um mundo significado: a visão semiolinguística do discurso*. Rio de Janeiro: Eduff, 2017. p. 67-88.
- RUDIO, Franz Vitor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SANTOS, Denise Salim; ALMEIDA, Samara da Conceição dos Santos. A intertextualidade bíblica em A casa dos budas ditosos. *Caderno Seminal Digital*, ano 22, nº 26, v. 1. jul.-dez. 2016. p. 241-265.

BLOCO 4

TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA DE ANÁLISE DO DISCURSO

O MATCH ENTRE A LÍNGUA INGLESA E AS BLOGUEIRAS NO INSTAGRAM: UMA ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA

Adriane Lucia de Oliveira¹

Você é toda linda, minha querida; em você não há defeito algum
Cânticos 4:7

Considerações Iniciais

O aumento dos usuários de plataformas digitais, nos últimos anos, tornou as redes sociais um ambiente propício para a publicidade. Uma vez que a finalidade é conquistar um maior número de consumidores, as peças publicitárias ganham cada vez mais espaço no ambiente *on-line*, sobretudo no *Instagram*, rede social com mais de um bilhão de inscritos.

Além disso, a ascensão da mulher no mercado de trabalho fez dela uma consumidora em potencial, e, por isso, público-alvo de diversas campanhas publicitárias. Atualmente, há uma grande incidência de anúncios voltados para o público feminino, fato que ocorre também na rede social *Instagram*.

Para isso, as marcas patrocinam *influencers* digitais² para divulgar os produtos comercializados. No caso dos anúncios voltados para o público feminino, a mecânica consiste em apresentar a imagem de uma mulher bem sucedida, que realiza uma publicação utilizando o produto a fim de recomendá-lo às seguidoras.

¹ Mestranda em Estudos de Linguagem na UFF. E-mail: adriane.luciadeoliveira@gmail.com. Orcid: 0000-0001-8747-4361.

² Os *influencers*, ou blogueiros(as), trabalham em busca de formar a opinião pública, produzindo conteúdos digitais gerais. Por essa razão, são considerados os novos personagens do *marketing* digital.

Ressalta-se que a situação de comunicação demanda estratégias discursivas que atendam a finalidade de ganhos monetários, intencionalidade primordial no contrato de comunicação publicitário. Para isso, os recursos linguísticos escolhidos procuram retratar um padrão social de *status* e poder, como misturar o inglês com o português brasileiro, já que há um imaginário social que supervaloriza a cultura estadunidense. Por isso, o vocábulo *match*, utilizado no Brasil para se referir a um relacionamento apaixonado, representa a correspondência que o inglês tem com as blogueiras, uma vez que há uma preferência da língua por sua parte a fim de estimular as vendas. As ocorrências de *code-switching* e de *language mixing* – por intermédio do contato de línguas – fundamentam o estrangeirismo capaz de possibilitar tais mecanismos discursivos.

Este trabalho tem o objetivo de analisar os fenômenos de *code-switching* e de *language mixing* no discurso publicitário, voltado para o público feminino, veiculado pelas blogueiras no *Instagram*. Além disso, pretende observar o potencial desses recursos na construção das visadas patêmicas, isto é, as estratégias discursivas utilizadas para persuadir o público, neste caso, com a finalidade de vender mais produtos, em decorrência dos imaginários sociodiscursivos.

Inicialmente, discorre-se a respeito do contrato de comunicação estabelecido entre as blogueiras e seguidoras no *Instagram*, à luz da teoria Semiolinguística, postulada por Charaudeau (2001, 2005, 2007, 2008, 2014, 2017). Em seguida, são apresentados os imaginários sociais incluídos no contato entre a língua inglesa e o português brasileiro, cujo fenômeno linguístico ocasiona o *code-switching* e *language mixing* definidos por Auer (1998). Na sequência, são abordados os conceitos de patemização e como a representação do inglês pode funcionar como uma estratégia patêmica. Após essa discussão, à luz da teoria Semiolinguística, inclui-se a análise de duas peças publicitárias. Dentre as seis peças analisadas, o presente *corpus* selecionado compreende duas publicações, realizadas entre agosto e setembro

de 2022, no perfil do *Instagram* da blogueira Thassia Naves, cuja conta possui 4,1 milhões de seguidores atualmente. A escolha das publicações foi orientada pelo grande número de seguidoras da blogueira, além de considerar o uso de *code-switching* e de *language mixing* na temática publicitária.

O contrato de comunicação estabelecido entre blogueiras e seguidoras no *Instagram*

O *Instagram*, rede social fundada em 2010, tem a finalidade de promover a interação social entre pessoas. Nos últimos anos, a rede tem se expandido e já atingiu a marca de mais de um bilhão de usuários.

Para cada conta, é criado um perfil, cujo ambiente é alimentado por imagens e vídeos, ambos com legendas, estabelecendo uma semiose verbo-visual. A parcela visual, geralmente, é veiculada por fotos e vídeos, ao passo que a parte verbal é constituída nas legendas das publicações, intensificando o sentido da imagem a que se associa. As legendas são livres, podem narrar a cena imagética, anunciar um produto, criar memes etc.

O aumento de usuários do *Instagram* o faz um ambiente propício para o *marketing* digital. As marcas patrocinam os *influencers* para que recomendem os produtos, com o propósito de formar uma opinião pública favorável à mercadoria e, conseqüentemente, aumentar o número de vendas.

Em um cenário social em que a mulher está no topo da hierarquia econômica social, as *influencers*, recompensadas em ganhos monetários, dirigem-se às seguidoras por meio de um ato comunicativo, a fim de anunciar um produto de beleza feminina e levar o público a consumi-lo. Tal ato configura uma situação de comunicação.

Conforme a Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau (2005), a situação de comunicação é o fundamento de todo ato de

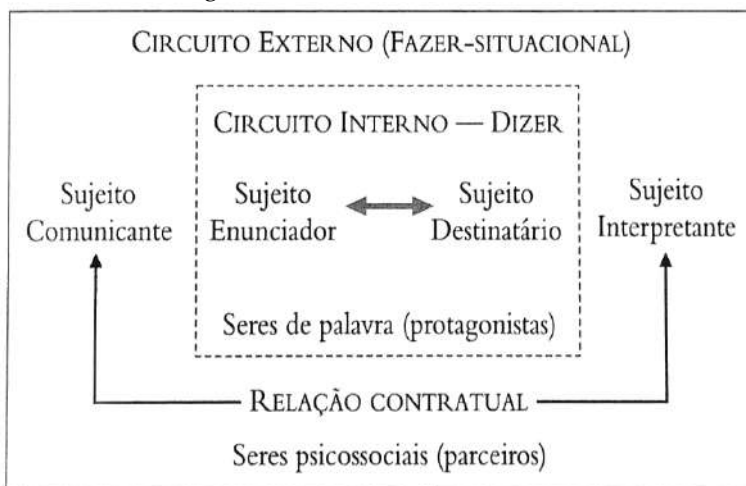
linguagem. O ato de linguagem é o fazer por meio do dizer e está sujeito a uma finalidade. Para Charaudeau:

Um ato de linguagem [...] pressupõe uma *intencionalidade* – a dos sujeitos falantes, parceiros de uma troca. Em decorrência, esse ato depende da *identidade* dos parceiros, *visa uma influência* e é portador de *uma proposição sobre o mundo*. Além disso, realiza-se num tempo e num espaço determinados, o que é comumente chamado de *situação*. (2005, p. 17).

O ato de linguagem é reconhecido como uma *mise-en-scène*, pois se entende que é fundamentado em uma encenação. Cada sujeito admite uma identidade de acordo com a cena comunicativa em que está inserido, de forma que a maneira de falar e a escolha das palavras variam conforme a identidade do interlocutor, a finalidade do ato de fala, o ambiente etc.

O esquema a seguir retrata o funcionamento da Situação de Comunicação:

Figura 1 - O Contrato de Comunicação



Fonte: Charaudeau, 2008, p. 21.

Charaudeau (2008) subdivide um ato de linguagem em dois tipos de sujeitos: os parceiros, seres psicossociais, responsáveis pelo fazer situacional, e os protagonistas, responsáveis pelo dizer, os seres de fala. O circuito externo conta com a presença do *Sujeito Comunicante (EUC)* e do *Sujeito Interpretante (TUi)*, voltados à situação de comunicação. No interno, por sua vez, há o *Sujeito Enunciador (EUe)* e o *Sujeito Destinatário (TUd)*, voltados ao próprio discurso.

O *Contrato de Comunicação* é estabelecido na troca *lingueira*,³ associando os parceiros da linguagem a uma determinada situação de comunicação. Haverá uma quebra no contrato no caso de a mensagem não ser compreendida de forma efetiva.

No que tange às blogueiras e às seguidoras, o contrato envolve o Sujeito Comunicante que se dirige ao Sujeito Interpretante. A blogueira, Sujeito Comunicante, é um ser psicossocial, que assume determinada identidade e possui um papel social. O papel do interpretante ideal é destinado às mulheres. O contrato envolve ainda os seres de fala, que participam na esfera interna do ato de linguagem, o Sujeito Enunciador e o Sujeito Destinatário, protagonizados, nesse caso, pela instância publicitária e consumidoras.

A intencionalidade do ato de linguagem na publicidade é levar o público a consumir o produto anunciado. Para isso, algumas estratégias comunicativas são utilizadas, como o *code-switching* e o *language mixing*, cujos conceitos serão abordados na seção a seguir, junto às definições de imaginários e crenças sociais.

As crenças incutidas nos imaginários sociais associadas à mistura de línguas

O estrangeirismo corresponde a um fenômeno linguístico possibilitador da substituição de códigos da língua nativa por outros de uma língua estrangeira. Atualmente, no Brasil, é usual a

³ O termo *lingueira* é utilizado por Charaudeau e não se traduz por linguística. Refere-se à interação comunicacional em um ato de linguagem.

ocorrência de diversos termos em outras línguas. Contudo o foco deste artigo está na mistura de duas línguas: o português brasileiro e a língua inglesa estadunidense.

A Sociolinguística Variacionista (Labov) colocou em evidência a dimensão variável da língua na década de 1960, quando os estudos linguísticos passaram a observar as variações e as mudanças linguísticas em situações reais de uso. Entendeu-se a língua como heterogênea, fenômeno proveniente do contato entre diferentes línguas.

Quando duas línguas convivem em um mesmo espaço, diversos fenômenos são observados nas transformações linguísticas, como nos casos de substratos ou superstrato linguísticos. Esse contato entre línguas possibilita o bilinguismo. Para Edwards (2013), há diversos níveis de bilinguismo. Por isso não há necessidade de um indivíduo ter alta fluência em duas línguas distintas para ser considerado bilíngue, basta compreender seu funcionamento e ter capacidade para comunicar-se nas diferentes variedades. Auer (1998) discorre a respeito do bilinguismo que propicia a alternância de códigos linguísticos distintos e apresenta os fenômenos de *code-switching* e de *language mixing* inseridos em tal ocorrência.

O *code-switching* é considerado uma das estratégias disponíveis utilizadas por bilíngues para transmitir significado. É motivado socialmente com a finalidade de atingir um objetivo comunicativo. Tem mais a ver com a retórica do que com a gramática, pois é a busca de sentido que leva o indivíduo a buscar em outra língua algum vocábulo que atenda ao léxico pretendido. Para Auer (1998), essa alternância de códigos possui funções discursivas, que podem ser referenciais, expressivas ou até poéticas.

A título de exemplo, o vocábulo *match* - presente no título deste trabalho - foi bastante difundido no Brasil em via do aplicativo de relacionamento *Tinder*. Nesse programa, quando uma pessoa se interessa por outra, curte seu perfil. Essa ação é conhecida por "dar um *match*". Esse vocábulo em inglês traz o significado de corresponder, e, no ambiente das redes, significa que houve uma

ligação amorosa. Hoje, já abarca o léxico de uma relação de pessoas que desejam, ou se interessam muito por qualquer outra coisa.

O fenômeno de *language mixing*, isto é, a mistura de línguas, diferente do *code-switching*, é de ordem sintática, pois a troca ocorre na estrutura dos vocábulos de uma língua, e viabiliza a criação de estruturas próprias. Essa mistura exige maior fluência na língua estrangeira, pois é involuntária ao falante, e, por isso, para o autor, não há uma função no discurso associada a essa mistura.

Charaudeau (2005) analisa o discurso pelo viés da língua em uso, considerando o social e o psicossocial. A situação da comunicação é basilar para a forma de falar. Leva em consideração quem fala, o contexto social em que se fala, o meio de comunicação. Tudo o que envolve o ato verbal participa da construção do sentido. Como demonstrado por meio dos conceitos do contrato de comunicação, o sentido do texto produzido depende das restrições exigidas pelo ato de linguagem, que será particular de acordo com o projeto de fala e a sua intencionalidade.

A língua é um patrimônio social, e o universo de crenças coletivas influencia diretamente o comportamento linguístico. Esse universo de crenças é fundamentado pelos imaginários sociais que, para Charaudeau (2017), estão presentes em uma situação de comunicação. Um imaginário corresponde aos rituais sociais. É uma forma de apreender o mundo proveniente da “mecânica de representações sociais” (p. 578). O imaginário passa a ser sócio-discursivo ao ter o discurso como sintoma de um imaginário social.

O imaginário justifica a ação de um indivíduo ou de um grupo ao passo que reforça e reproduz o mesmo pensamento, formulando o sistema de valores sociais. Na cultura brasileira, há um imaginário social que supervaloriza a cultura estadunidense. Um sistema de crenças foi instituído ao longo do tempo e a cultura norte-americana, que envolve a língua inglesa, ganhou espaço na cultura brasileira. Foram adotadas diversas formas de vivência, como o jeans na vestimenta, o hambúrguer na alimentação e as palavras na língua. O bilinguismo, no Brasil, passou a servir como

uma forma de ascensão social e monetária. O contato linguístico foi intensificado (e até buscado) pelos valores sociais.

A partir dos fenômenos de *code-switching* e de *language mixing*, a semiolinguística insere a alternância entre códigos em uma busca de sentido que envolve uma intencionalidade. O estrangeirismo, então, para a semiolinguística, tem fundamento no imaginário social de *status* e poder monetário associado às intenções do projeto de fala. Para Charaudeau (2007), o efeito de patemização está diretamente relacionado ao universo de crença compartilhado em uma sociedade, de forma que o uso de termos em inglês potencializa a patemização como nas estratégias publicitárias. Serão abordados, a seguir, alguns conceitos de patemização

A patemização, segundo Charaudeau (2007)

A *Retórica* aristotélica aborda os mecanismos discursivos que possibilitam a persuasão e coloca o *pathos* no campo dos artifícios discursivos capazes de suscitar as emoções do público, buscando uma certa predisposição por parte ouvinte ao que é dito.

Aristóteles disse: “[...] a persuasão pode ser obtida através dos ouvintes quando o discurso afeta suas emoções; com efeito, os julgamentos que emitimos variam segundo experimentamos sentimentos de angústia ou júbilo, amizade ou hostilidade.” (2019, p. 43)

Os imaginários compartilhados induzem a forma de falar, os gestos e as palavras selecionadas. Isso significa que, considerando a situação de comunicação, as emoções podem ser estimuladas, a fim de levar o receptor a concordar e agir conforme o falante deseja. Para Charaudeau (2007, p. 26), a patemização é um efeito produzido através do discurso considerando que “as emoções são da ordem intencional, estão ligadas a saberes de crença e se inscrevem em uma problemática da representação psicossocial”. As emoções do receptor são envolvidas na medida em que é levado

a se posicionar diante do exposto, cujo julgamento é influenciado pelo sistema de valores em que vive.

Nas palavras de Charaudeau, ocorre um “duplo movimento de simbolização e de auto-representação” (2007, p. 30). O movimento de simbolização extrai os objetos do mundo e os imagina por meio de um sistema semiológico. O movimento da autorrepresentação procede do que foi imaginado pelo sujeito em um processo reflexivo, ao tempo em que o mundo é definido, a própria identidade também o é.

Como algumas representações têm capacidade para provocar efeitos patêmicos coletivos, entende-se que simbolizam situações inscritas em um mesmo sistema de valores, ou seja, admitidas pela opinião pública. Algumas representações são mais propícias ao efeito de patemização do que outras, uma vez que estão relacionadas às crenças coletivas. A menção ao 11 de setembro, por exemplo, provoca um efeito patêmico de dor e lamento muito mais profundos entre os estadunidenses do que entre os brasileiros, pois estes não vivenciaram o fato da mesma forma, ao passo que as referências relacionadas aos governos Bolsonaro e Lula podem suscitar discussões mais calorosas entre brasileiros do que entre os estadunidenses.

Quando os símbolos imaginados a respeito do mundo são configurados em uma construção de signos, as representações passam a ser consideradas sociodiscursivas. É a forma como os valores e representações sociais são partilhadas uns com os outros. Charaudeau ainda diz que “[...] as representações sóciodiscursivas são como mini-narrativas que descrevem seres e cenas de vida, fragmentos narrados [...] do mundo que revelam sempre o ponto de vista de um sujeito.” (2007, p. 32). É importante destacar que a análise do discurso delimita o estudo a respeito da patemização como efeito visado pelo discurso e não como efeito produzido. Não há como afirmar, por meio deste campo de pesquisa, as emoções de fato sentidas pelo telespectador, apenas as possíveis.

No caso do *Instagram*, a semiose verbo-visual evoca o sistema de crenças sociais. Os símbolos não estão presentes apenas na

parcela verbal, mas tudo é carregado de sentidos. O contrato de comunicação é inscrito em uma situação que envolve cores, formas, gestos e afins, com o objetivo de levar o receptor a se colocar naquele lugar.

Levando em conta as crenças coletivas que assimilam a cultura estadunidense como símbolo de riqueza e poder, entende-se que utilizar termos da língua inglesa pode provocar o efeito patêmico do sentimento de *status*. As estratégias discursivas presentes no discurso veiculado pelas blogueiras têm o propósito de aumentar a quantidade de visualizações, compartilhamentos, curtidas e comentários, a fim de que seja ainda mais difundida a comercialização tanto de sua própria imagem quanto dos produtos.

A publicidade utiliza da *visada patêmica* por meio das representações aceitas pela opinião pública, com a finalidade de difundir os produtos anunciados. Para isso, os termos em inglês são largamente aplicados. Há uma preferência das blogueiras pela mistura entre o português brasileiro e o inglês, uma vez que a opinião coletiva recebe positivamente essa comutação e proporciona maiores possibilidades de vendas.

A seguir, será realizada uma análise que elenca as ocorrências de *code-switching* e de *language mixing* em publicações publicitárias realizadas por blogueiras no *Instagram* e a visada patêmica presente no discurso.

A mistura de línguas utilizada como visada patêmica em peças publicitárias voltadas ao público feminino, veiculadas por blogueiras no *Instagram*

Dentre seis publicações analisadas, selecionou-se duas postagens da blogueira brasileira Thassia Naves, cuja conta no *Instagram* possui 4,1 milhões de seguidores atualmente. A escolha foi orientada pelo fato de tal *influencer* ser considerada entre as maiores do Brasil, por atingir um grande número de seguidores, dentre eles, a maioria composta por mulheres entre 20 e 40 anos de

idade, pertencentes às classes sociais mais elitizadas, uma vez que os produtos anunciados não são acessíveis financeiramente a todos os públicos. Além disso, é comum, nas publicações da blogueira, as ocorrências de *code-switching* e de *language mixing*.

Exemplo 1



Thassia Naves. Instagram. 29 ago. 2022.

Em uma publicação realizada no dia vinte e nove de agosto de 2022, a blogueira Thassia Naves posa em um vestido brilhoso, cor de rosa e insere a seguinte legenda: “#barbiecore que existe dentro de mim ataca novamente. @amissimaoficial o que é o *shape* desse vestido!? Estou apaixonadíssima por esse *dress*, comprimento,

ombreiras e decote mais que estratégico! Amei, e vocês!? #ootd #thassiasstyle”.

Nesse texto, destacam-se os termos em inglês *barbiecore* (estilo Barbie) *shape* (formato), *dress* (vestido), #ootd (*outfit of the day* - a roupa do dia), #thassiasstyle (estilo Thassia). É possível observar o fenômeno de *code-switching* abordado pelas concepções de Auer (1998), pois a alternância de código busca o preenchimento de significados adequados à função discursiva pretendida.

De acordo com a Semiologia, analisa-se o discurso focalizando a intencionalidade do ato de fala. O contrato de comunicação publicitário considera o papel social do sujeito falante. Neste caso, a blogueira, que se dirige para um público feminino consumidor em potencial. O objetivo é apresentar a marca *Amissima* e o vestido comercializado por ela. Para isso, utiliza-se o termo em inglês *dress*, por exemplo, que intensifica a ideia de *glamour* do vestido, afinal não é apenas um vestido, é um *dress*, isto é, para o imaginário social brasileiro, o uso deste termo tem potencial para provocar o efeito patêmico de *status* e beleza.

Os outros termos em inglês também propiciam essa ideia associados ao imagético da publicação que apresenta uma mulher bonita, bem sucedida e empoderada, segundo as crenças sociais. A língua inglesa presente na parcela verbal reforça a ideia de poder e de sucesso. Então, os termos escolhidos para realizar o discurso não são frutos apenas de um bilinguismo, mas de uma intencionalidade. Neste caso, para cumprir com os objetivos publicitários de venda.

Ainda há de se ressaltar a interrogação ao final da legenda. Essa estratégia busca uma resposta das seguidoras como forma de aumentar o número de interações na publicação, fazendo com que alcance um maior número de pessoas.

Observa-se uma legenda curta, contudo construída com vários termos ingleses, sustentando a ideia de preferência da blogueira por eles, como se realmente houvesse uma espécie de “*match*”, pois um interesse pelo estrangeirismo é demonstrado.

Exemplo 2



Fonte: Thassia Naves. Instagram. 07 set. 2022.

A segunda postagem realizada pela *influencer* foi publicada em sete de setembro de dois mil e vinte e dois, e apresenta a blogueira em um vestido “tomara que caia” e calçando botas, com a seguinte legenda: “Feriadin. @tigoficial que lookinho mais fofoooo! AMEI! E vocês?! #sp”. Destaca-se, ainda, que, nesta publicação, a blogueira inseriu o local em que estava no momento da publicação - São Paulo.

O termo *lookinho* retrata o que Auer (1998) chama de *language mixing*, duas línguas misturadas em uma estrutura. Nessa situação, a palavra do inglês *look* é misturada ao sufixo *inho* do português brasileiro. Para o autor, essa mistura não tem função no discurso, pois ocorre de forma involuntária ao falante. Contudo, para a Semiolinguística, há uma intencionalidade publicitária.

A situação de comunicação inscreve um contrato de comunicação publicitário, uma vez que a blogueira anuncia que o

vestido que está usando é da marca *Tig* e insere o link do perfil da empresa. O termo *lookinho*, formulado pela *language mixing*, favorece a quebra de formalidade, o que aproxima as consumidoras. Concomitante a isso, provoca o efeito patêmico do sentimento de ser uma mulher descolada e jovial.

A marcação do local – São Paulo – junto à *#sp*, além de viabilizar maior número de visualizações, denota a imagem de uma mulher bem sucedida. Traz a ideia e uma mulher que viaja durante o feriado – vide o termo “feriadin” – evocando os imaginários sociais de sucesso. A parcela imagética, por sua vez, apresenta uma mulher bem arrumada e rica, segundo os padrões sociais. Os imaginários sociais de empoderamento são evocados. Ao utilizar a mistura de línguas, a blogueira demonstra o “*match*”, isto é, um interesse pelo inglês, pois trata de uma estratégia para aproximar o possível consumidor à sensação de *status*.

Considerações finais

Partindo do postulado por Charaudeau (2005) a respeito da situação de comunicação, analisou-se que a rede social do *Instagram* viabiliza um contrato de comunicação publicitário. A intenção do projeto de fala na publicidade é vender mais produtos. Por isso, a aproximação para com o público é basilar para a conquista do direito à fala, fato estimulado nas redes sociais.

Isso posto, discutiu-se o discurso publicitário, à luz da Semiologia, veiculado pela blogueira Thassia Naves no *Instagram* voltado para o público feminino, que utiliza os fenômenos de *code-switching* e de *language mixing* como visadas patêmicas, uma vez que é embutida, nos imaginários sociais brasileiro, a representação de *status* associada ao uso da língua inglesa. O número de seguidores aponta para um direito à palavra conquistado, Por isso, maior possibilidade de ganhos monetários.

Observou-se, em contribuição para os Estudos de Linguagem, que o *code-switching*, por apresentar maior possibilidade de fomentar a ideia de *status*, ocorre um número maior de vezes se

comparado ao *code-mixing*. Entende-se que o inglês é utilizado como estratégias patêmicas que atendem aos objetivos de vendas das marcas publicitárias.

Referências

ARISTÓTELES (384-322 a.C.). *Retórica*. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. — São Paulo: Edipro, 2019.

AUER, P. *From code-switching via language mixing to fused lects: toward a dynamic typology of bilingual speech*. Inlist, Freiburg, n. 6, p. 1-28, set/1998.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Org.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27.

_____. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: Mendes E.; Machado I.L. (org.). *As emoções no discurso*. Vol.II Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2007. (p. 23-56).

_____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: LARA, Gláucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lucia; EMEDIATO, Vander (org.). *Análises do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. v. 1, p. 11-30.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2. ed. São Paulo. Contexto, 2014.

_____. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. *Entrepalavras*. Fortaleza, v. 7, p. 571-591, 2017.

EDWARDS, John. Bilingualism and Multilingualism: Some Central Concepts. In: *The Handbook of Bilingualism and Multilingualism*. 2. ed. 2013. p. 5-25.

Thassia Naves. *Instagram*. @thassianaves. 29 ago. 2022. Disponível em <<https://www.instagram.com/p/Ch3TKzeu5VT/>>. Acesso em 10 nov. 2022.

_____. *Instagram*. @thassianaves. 7 set. 2022. Disponível em <<https://www.instagram.com/p/CiNmYEnOMXg/>>. Acesso em 10 nov. 2022.

UMA ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DA DESCONSTRUÇÃO DO ETARISMO FEMININO PROPOSTA PELA CAMPANHA PUBLICITÁRIA #MINHAIDADENAOMEDEFINE, DE NATURA

Alessandro Alves dos Santos¹

Palavras iniciais

A cada dia que passa, a coletividade exige-nos, cada vez mais, como cidadãos, uma noção social que venha a privilegiar a diversidade como forma de ser e de estar no mundo. Nesse sentido, a inclusão de diversos estratos sociais é atitude de primeira ordem. Tal cenário promove, naturalmente, uma série de contestações quanto às vigentes atitudes anteriores, que, por sua vez, normalizava uma série de privilégios a um restrito grupo social dito elitizado.

Na lógica capitalista e patriarcal, as pessoas que não fazem parte desse grupo reduzido são consideradas “minorias”, as quais, conforme essa ideologia socioeconômica, são entendidas como grupos sociais colocados historicamente à margem do desenvolvimento social e econômico, como, por exemplo, os negros, os homossexuais, os moradores de rua, os deficientes físicos e **as mulheres**. Nota-se, dessa forma, que, visando ao lucro com base em um público consumidor cada vez mais plural, esse olhar renovado sobre a mulher anda sendo explorado por várias empresas de diversos segmentos, fazendo com que, nesse sentido, cada vez mais, em suas publicidades, a retratem de acordo com determinada concepção atual que se tem sobre o feminino.

Isso posto, este artigo objetiva analisar, em bloco, quatro publicidades veiculadas recentemente pela empresa de cosméticos

¹ Doutorando em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação da professora doutora Rosane Santos Mauro Monnerat.

Natura, por meio da *hashtag* #*minhaidadenaomedefine*, tendo mulheres, em geral, de várias faixas etárias e etnias no campo da maturidade como protagonistas, no sentido de se entender, sobretudo, pelo aporte teórico em Semiologia, postulado pelo linguista Patrick Charaudeau, como o sentido de língua (CHARAUDEAU, 1992; MONNERAT, 2003), em consonância com o sentido de discurso (CHARAUDEAU, 1983; 2005; 2008; 2015; 2017; 2018), promoveu a desconstrução (ou não) de um clássico estereótipo feminino: o do **etarismo** (WINANDY, 2021), no sentido de esse empreendimento discursivo não só atuar como uma efetiva estratégia de captação do consumidor, como também passar, via discurso, uma *ethos* plural de empresa (CHARAUDEAU, 2006; MAINGUENEAU, 2008) perante o grande mercado consumidor.

A Análise Semiológica do Discurso

A Análise Semiológica do Discurso, em consonância com os estudos da Linguística da Enunciação e da Pragmática, percebe o discurso, expresso pelo ato de linguagem, como produtor de sentido intencional por parte de um emissor, voltado, sempre, a influenciar um dado receptor, guiados, externamente à enunciação, por um dado contexto sócio-histórico.

Nesse âmbito, o ato de linguagem viabilizaria a produção final de sentido e, conseqüentemente, a própria comunicação, cuja manifestação se daria por uma “*mise-en-scène*” discursiva, encenada, conexamente, por *sujeitos psicossociais* (eu-comunicante e tu-interpretante), isto é, os reais emissores e receptores da mensagem, responsáveis por executarem a enunciação, e por *sujeitos discursivos* (eu-enunciador e tu-destinatário), que, por intermédio de “*máscaras*” discursivas, permite que o eu-comunicante, ao idealizar um destinatário ideal que adira ao seu projeto de fala (TUd), “*encene*” um determinado “*papel*”, representado por sua voz discursiva, colocando, assim, o ato

linguageiro em interação, com tais sujeitos construindo, de modo conjunto, nesse ambiente enunciativo, o **discurso**.

Para a construção desse ato de linguagem, Charaudeau (2005, p. 13-17) afirma que os seus sujeitos participantes articular-se-iam em um jogo de influências de acordo com o propósito comunicativo particular de cada interação, por meio de um processo que chamamos, em Semiologia, de **processo de semiotização do mundo**. A semiotização de mundo em questão, ao transformar **um mundo a significar em um mundo significado** (*op. cit.*, p. 14), tornaria possível a troca interativa, podendo ser simbolizada por diversas semioses, seja verbal, seja não verbal, representadas pela relação forma-sentido dos signos. Assim sendo, tal processo se desenvolveria, conjuntamente, tanto pelo **processo de transformação** quanto pelo **processo de transação**.

O **processo de transformação** (*op. cit.*, *idem*), para a sua execução, promoveria quatro etapas: a de **identificação**, na qual, em primeiro lugar, nomear-se-ia o objeto/ser de mundo a se designar, tornando-o identidades sígnicas nominais; a de **qualificação**, na qual, em seguida, promover-se-ia uma qualificação do objeto nomeado, transformando-o em identidades sígnicas descritivas; a de **ação**, na qual, adiante, representar-se-iam processos praticados por sujeitos, mostrando-os como identidades sígnicas narrativas; e, por fim, a de **causação**, na qual permitiria que tais processos se desenvolvessem em relações lógicas de casualidade entre os acontecimentos de mundo, ditando, assim, a progressão racional do texto. Neste campo de processamento do ato de linguagem, consoante Charaudeau (2018, p. 33), construir-se-ia o **sentido de língua**, que indicaria os seus **sentidos** indicais e primários e literais.

Por sua vez, o **processo de transação** possibilitaria transformar a conversão simbólica/referente da realidade, construída pelo processo de transformação, em interação, realizando-se em conjunto, conforme o linguista francês (2005, p. 15-16), por quatro princípios indissociáveis, tais como o da **alteridade**, que atuaria na direção de se reconhecerem como iguais ou semelhantes no

discurso; o da **pertinência**, que agiria no sentido de os sujeitos julgarem o discurso posto em prática, guiado por um dado contrato comunicativo, como pertinente ou não, a partir de saberes compartilhados em comum; o da **influência**, que faria, sob dada estratégia, o interpretante aderir ao seu pensamento, seja para induzi-lo a tomar alguma atitude, seja para convencê-lo, seja para afetá-lo; e, por fim, o da **regulação**, que, ligado ao princípio da influência e ao campo das estratégias discursivas, controlaria, em caráter coercitivo, as regras enunciativas e as estratégias de ação dos sujeitos no discurso.

A partir de agora, em consonância com a nossa proposta de pesquisa, detalharemos, brevemente, no tocante à organização formal do discurso, especificamente, na **etapa de causação** do processo transformacional de mundo, os **conectores/relatores** que serão fundamentais na construção lógica do sentido de discurso tida, como intenção, pela instância publicitária de *Natura* nas publicidades a serem analisadas, isto é, os relatores, **MAS** e **E**.

Visão semiolinguística sobre os relatores *MAS* e *E*

Sob a égide do sentido, Charaudeau (1992, p. 493-550) proporrá um novo olhar sobre as relações lógico-semânticas no âmbito do período composto (*la phrase complexe*²), que, sob uma proposta reflexiva de gramática (TRAVAGLIA, 1997), vai de encontro, em certa medida, à norma-padrão de língua, cujas regras intentam impor ao falante um uso linguístico “correto” em dadas práticas formais de linguagem. Neste artigo, como mencionado, focalizaremos, de acordo com o nosso *corpus*, os relatores **MAS** e **E**, cujo campo de estudo situa-se, como mencionado, na **etapa da causação** do processo de semiotização do mundo.

A respeito do **relator MAS**, Charaudeau (1992, p. 514-524) defende que o conector em questão delimita, a partir do **valor**

² Traduz-se, literalmente, *a frase complexa*, expressão que nomeia o período composto em língua francesa.

contrajuntivo (DUCROT, 1977 *apud* MONNERAT, 2003), uma relação lógico-semântica de **restrição**. Nessa visão, a primeira oração do período seria a **asserção de base** (na tradição, classificada como oração assindética), e a seguinte, a **asserção restritiva** (na gramática normativa, concebida como oração coordenada sindética adversativa). Elas, segundo Charaudeau (1992, p. 514), para se relacionarem em um valor restritivo, teriam de se encontrar, obrigatoriamente, unidas por um eixo semântico que as interliguem.

A partir dessa relação, Charaudeau (1992, p. 514) cita, como uma característica exclusiva da **restrição**, é a de que há, nesta, uma terceira asserção, a **implícita**, a qual, tida como uma consequência provável da asserção de base, seria a que, de fato, é negada pela asserção restritiva. Dessa forma, tal contrajunção **limita**, isto é, **restringe** as possibilidades implícitas de ação previstas como possíveis consequências da asserção de base. Sobre essa reflexão, Charaudeau comenta que

Essas duas asserções são relacionadas de tal maneira que uma dessas (geralmente, a segunda, mas isso depende do tipo de construção) *nega* a asserção (mais frequentemente, a implícita) que poderia ser uma das consequências da outra asserção (considerada como asserção de base). E é porque a negação se refere somente a uma das consequências possíveis da asserção de base, e não sobre esta, que se deve falar de operação de “Restrição” (e não de “Oposição”). (CHARAUDEAU, 1992, p. 514).³

O relator **E**, consoante Charaudeau (1992, p. 493-510), de seu lugar, promove, no bojo da frase complexa, a **conjunção** de enunciados pela relação lógico-semântica de “junção com” (não o

³ Texto original: “Ces deux assertions sont reliées de telle manière que l’une de celles-ci (généralement la seconde, mais cela dépend du type de construction) *nie* l’assertion (le plus souvent implicite) que pourrait être l’une des conséquences de l’autre assertion (considérée comme l’assertion de base). Et c’est parce que la négation porte seulement sur l’une des conséquences possibles de l’assertion de base, et non sur celle-ci, que l’on doit parler d’opération de “Restriction” (et non de “Opposition)” (op. cit., p. 514).

nome da conhecida classe gramatical). Esse relator, por sua breve integridade fonética, possibilita um uso semântico “coringa” no discurso (MONNERAT, 2003), com isso justificando, possivelmente, o seu uso múltiplo e polissêmico comum a diversas línguas. Segundo o pesquisador, a conjunção é “uma operação que consiste em relacionar duas asserções das quais uma, ao menos, dos elementos constitutivos de uma é semanticamente idêntico à um dos elementos constitutivos de outra.” (CHARAUDEAU, 1992, p. 498).⁴

A partir dessa noção, o teórico francês (*op. cit.*, p. 505), aventa alguns valores semânticos promovidos pelo conector E. Dentre eles, destacamos o valor lógico de **tempo**, que abarca tanto o valor de **sucessividade** (valor de ‘depois’, de ‘em seguida’), como o visto em “Ele fala e depois se cala.”,⁵ quanto o de **simultaneidade** (sentido de ‘ao mesmo tempo’), como o notado em “Ele trabalha rápido e bem.”⁶ o de **aproximação** (sinônimo de ‘quase’), como o notado em “Cem francos e uns quebradinhos.”⁷; o de **acréscimo enfático ou de reforço argumentativo** – o “e de *surenchère*” –, (equivalente a ‘não somente... mas ainda’), como o entendido nos exemplos “Isso não é e não será!”⁸; e, por fim, o valor de **restrição**⁹ (no sentido não no de ‘exclusão’, mas, sim, no de ‘mas’ e de ‘no entanto’), como o visto no exemplo “Eu te empresto e você me devolve”.

Sendo assim, no item seguinte, balizaremos, brevemente, elementos contextuais que governará as escolhas linguísticas feitas pelo comunicante *Natura*, no âmbito da causação, presentes no *corpus*: **os imaginários sociodiscursivos**, que, por seu turno,

⁴ Texto original: “[...] est une opération que consiste à relier deux assertions dont l’une, au moins, des éléments constitutifs de l’une est sémantiquement identique à l’un des éléments constitutifs de l’autre” (*op. cit.*, p. 498).

⁵ Texto original: “Il parle **et** se tait” (*op. cit.*, p. 505).

⁶ Texto original: “Il travaille vite **et** bien” (*op. cit.*, *idem*).

⁷ Texto original: “Cent francs **et** quelques” (*op. cit.*, *idem*).

⁸ Texto original: “Cela n’est pas, **et** ne sera pas” (*op. cit.*, *idem*).

⁹ Nesses casos, o relator E não cumprirá uma relação de adição, sendo nesse contexto, sinônimo do conector MAS.

possibilitará a construção dos estereótipos e do *ethos* pretendidos pela própria empresa.

Os imaginários sociodiscursivos e a sua influência na construção de estereótipos

Charaudeau (2006, 2017) entende, a partir de uma concepção antropológica de linguagem, que os *imaginários sociodiscursivos* de uma dada coletividade são concebidos como dados ritos e determinadas interpretações simbólicas e afetivas da realidade e de seus acontecimentos a partir de representações sociais mais amplas, que, por sua vez, são manifestas, inconscientemente, na/pela interação humana, ao longo do tempo, podendo elas serem de valoração negativa ou positiva.

O surgimento dos imaginários, segundo o teórico supracitado (2006, p. 197-198) se dá a partir de saberes mais amplos: **os saberes de conhecimento** (aqueles que são comprovados cientificamente ou por comprovação empírica de certos fenômenos) e **os saberes de crença** (os que são construídos a partir de julgamentos subjetivos, pessoais, sobre os fenômenos de mundo), tendo, tanto um quanto o outro, um papel fundamental na **construção dos estereótipos**.

Com o tempo, os estereótipos se afirmam e se cristalizam conforme o seu raio temporal de disseminação e de adesão coletiva, mostrando-se, dessa forma, como a origem e a permanência de muitos preconceitos existentes hoje em sociedade, sendo entendidos como um mecanismo de defesa contra a diversidade e de reforço de suas identidades, tanto individuais quanto coletivas. Segundo Charaudeau, a construção identitária estereotipada dos sujeitos se dá pelos mecanismos de **atração** e de **rejeição**. Sobre essa afirmação, o linguista francês aprofunda a questão, dizendo-nos que

Convém não desprezarmos os estereótipos: eles são uma necessidade. Eles constituem, em primeiro lugar, uma proteção, uma arma de defesa contra a ameaça representada pelo outro na sua

diferença [...]. Evidentemente, esses julgamentos negativos apresentam um inconveniente: ao julgar o outro negativamente, protegemos nossa identidade, mas também caricaturamos a do outro e, por conseguinte, a nossa própria, persuadindo-nos de que temos razão em face do outro (CHARAUDEAU, 2015, p. 19).

A relação dos imaginários sociodiscursivos com a construção dos estereótipos ajudam a construir, pelo discurso, dadas imagens coletivas e individuais. A noção de **ethos discursivo**, especificamente, é pensada pelos estudiosos do discurso, na qualidade de uma instância discursiva, logo, ligada ao **ser do dizer (o eu-enunciador)**, como a imagem de si que é construída pelo discurso. Maingueneau (2008, p. 12-13) ampliou a noção consagrada por Aristóteles na Grécia Antiga no sentido de que a referida construção de dada imagem discursiva não ficasse tão somente concentrada na oralidade, como o proposto nos estudos clássicos, mas, sim, na concepção de que ela fosse estendida, também, a textos escritos, adaptando-a às particularidades de cada contexto de comunicação, às estratégias discursivas e às demandas funcionais de cada gênero discursivo/contrato comunicativo, Segundo o autor, “o *ethos* é, fundamentalmente, um processo interativo de influência sobre o outro” (*op. cit.*, p. 17).

Com os pressupostos teóricos que suportarão a nossa pesquisa devidamente alinhados, sigamos, agora, à breve análise de nosso *corpus*.

Análise

Para o início de nosso trabalho, cumpre-nos, primeiramente, traçar um percurso metodológico e contextual de análise, que consistirá em um *continuum* que parte das condições de produção do discurso, presente em nossas peças, isto é, da **situação comunicativa**, que engloba os condicionantes extralinguísticos, às **escolhas linguísticas** pensadas pelo EUC compósito *Natura*, no fito

de construir o sentido de discurso desejado com vistas à mobilização de um público consumidor.

Nesse sentido, debruçar-nos-emos sobre um *corpus* constituído de **quatro publicidades**, que, por seu turno, será analisado **em bloco**, uma vez que as suas organizações textuais são **as mesmas**, obedecendo, portanto, a uma recorrente e estratégica sistematização discursiva. O *corpus* faz parte de uma campanha promovida pela conhecida empresa de cosméticos e de perfumaria *Natura*, na rede social *Instagram*, por intermédio da *hashtag* **#minhaidadenãomedefine**, usada, intencionalmente, para disseminar tal campanha em larga escala, no âmbito virtual. Tal campanha visa a promover o cosmético *Chronos*, um creme antissinais que tem, como função, desacelerar ou suavizar marcas e/ou aparecimentos de manchas, de rugas e de flacidez na pele feminina, adquiridas, naturalmente, ao longo do tempo.

No que diz respeito às **condições contextuais de produção** desses textos, Charaudeau (1983, p. 126-127) comenta, com relação ao **contrato de comunicação publicitário**, que, para se colocar a estratégia publicitária em prática, o comunicante veicula o discurso desejado propulsionado por certas visadas na *mise-en-scène* publicitária: a de **fazer crer** pelos signos presentes na organização material do texto, **de forma explícita**, e a de um **dever fazer**, de **maneira implícita**.

De acordo com Charaudeau (*op. cit.*, p. 126), tal fato se dá porque, no contrato comunicativo publicitário, não se pode impor a vontade da empresa ao interpretante consumidor potencial, tendo, portanto, de expressá-la de forma persuasiva, explorando os sonhos e os desejos mais íntimos dele. No caso do nosso *corpus*, ao mirar um destinatário feminino, que, por sua vez, está historicamente ligado a imaginários sociodiscursivos de beleza e de vaidade, a intenção do publicista seria “vender uma eterna juventude”, discurso esse que vincula a natureza da comunicação publicitária à lógica do **maravilhoso** (*le contrat du merveilleux*,¹⁰ cf.

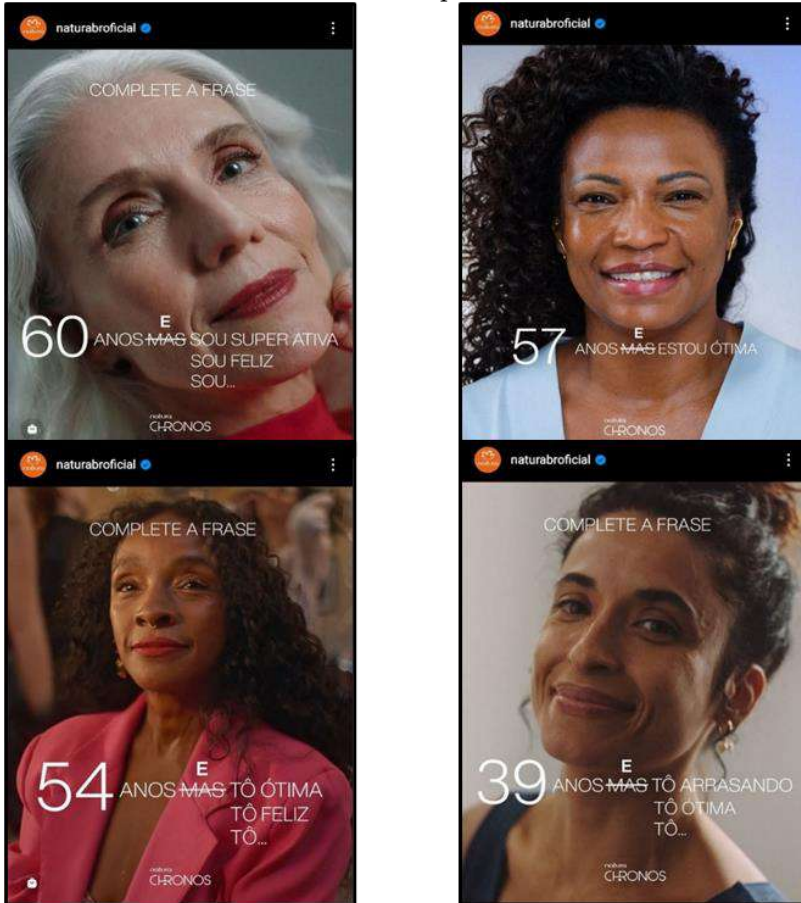
¹⁰ O *contrato do maravilhoso*, em tradução direta do francês (CHARAUDEAU, 1983).

CHARAUDEAU, 1983, p. 127). Segundo o autor (*op. cit., idem*), a sedução sofrida pelo consumidor dar-se-ia pela **indução/manipulação** em três etapas: a do **querer** (fazê-lo entender a importância daquele produto vendido); a do **poder** (isto é, mostrá-lo, de alguma forma, que seria possível adquirir a venda proposta), e a do **dever** (motivá-lo, de forma tácita e inconsciente, a fazer a compra).

Aplicando tal conceito às peças publicitárias a serem analisadas neste trabalho, o eu-comunicante compósito *Natura*, para tanto, a partir da situação sociocultural e histórica que nos atravessa atualmente, e de uma coesa e oportuna seleção de elementos linguísticos e imagéticos, visa a induzir um tu-destinatário feminista por uma específica causa: a do **antietarismo**, atingindo, por essa estratégia discursiva, não só o público-alvo feminino pela empatia, como também a sociedade em geral, por meio de um *ethos* de empresa que abraça as causas femininas.

Vejamos as peças:

Quadro 1 – Peças publicitárias



Disponível em: <@naturabrofficial>. Acesso em: 23 set. 2022.

Para fins de esclarecimento sobre a **causa antietarista**, convém explicar o atual conceito de **etarismo**. Segundo Winandy (2021), o etarismo, também nomeado de **ageísmo**, de **idadismo** ou de **preconceito etário**, é uma prática que consiste na disseminação do preconceito contra idosos, seja por conta de seus biótipos ou capacidades, seja por conta de suas limitações ou de sua própria saúde, sobretudo, direcionada à mulher. Nas palavras da autora,

Etarismo é o preconceito de idade. O ato de discriminar uma pessoa ou um grupo de pessoas em função de sua idade cronológica. Alguns chamam esse preconceito de ageísmo; outros, de idadismo. Preconceito etário, preconceito de idade ou velhofobia, quando o preconceito é específico contra idosos. Eu gosto do etarismo por sua abrangência (jovens e idosos) e suas raízes decorrentes do adjetivo etário - que diz respeito à idade ou que é característico da idade. (WINANDY, 2021, p. 15).

Tal estereótipo, construído a partir desse imaginário preconceituoso, reforçar-se-ia a partir de certos imaginários sociodiscursivos (CHARAUDEAU, 2006; 2015; 2017) circulantes sobre a mulher idosa consolidados na sociedade ocidental, os quais inculcam, na mente coletiva, de geração em geração, que o grupo de mulheres idosas não seria produtivo para a sociedade, descolando-as, portanto, de uma imagem saudável. A autora reforça tal noção, ao dizer que

Estereótipo é uma generalização que fazemos de um grupo a partir das similaridades que percebemos. Essas imagens mentais simplificadas não são necessariamente negativas, pois nos ajudam a homogeneizar um grupo perante o outro. No caso do envelhecimento, os estereótipos mais comuns são negativos e dão origem ao preconceito e discriminação. Por isso dizemos que os estereótipos são as raízes do etarismo (WINANDY, 2021, p. 43-44).

Tal imaginário sociodiscursivo se reforça no seio social ocidental pelo fato de haver determinadas representações sociais mais genéricas sobre o que é ser novo e o que é ser mulher na nossa coletividade, que respaldam, logo, a construção de imaginários sobre a maturidade feminina, implicando genuínos e opostos estereótipos: o da mulher madura/idosa, associado à não produtividade e, conseqüentemente, ao descuido com a sua vaidade, bem assim como o da mulher jovial, vinculado às características de produtividade, de beleza e de vaidade.

Esse discurso, ao longo do tempo, reforçado por uma lógica capitalista na qual inserem-se as intenções do contrato comunicativo publicitário, levou mulheres maduras a se sentirem excluídas socialmente e não representadas, cujo silenciamento as levou a se notarem nesse lugar de exclusão social como algo natural, uma vez que se dá valor, historicamente, em vários campos de nossa sociedade (sobretudo, o social e o trabalhista), à juventude e à beleza como estilo saudável e produtivo de vida. Nessa seara, tudo o que vai de encontro à essa lógica, conseqüentemente, é visto com estranheza na cultura ocidental.

O comunicante *Natura*, a partir dessa noção, ao organizar o seu texto, sobremaneira, sob **as relações lógicas de restrição e de conjunção** (CHARAUDEAU, 1992), dadas pelo sentido de língua, especificamente, em sua **etapa da causação** (CHARAUDEAU, 2005), a partir do contrato comunicativo publicitária, fará uma estratégica escolha de signos que visará, como discurso, explicitamente, à quebra desse estereótipo para vender o seu produto. Vejamos, a partir de agora, como isso se engendra na malha textual das quatro publicidades em comum.

Percebe-se, nas escolhas imagéticas que ocupam grande destaque no corpo textual das publicidades em questão, uma priorização de protagonistas mulheres que expressam, em um primeiro momento, certa diversidade racial e etária, pois notamos uma modelo branca e três negras/pretas, em fases variadas de suas vidas. De modo a reforçar, a detalhar e a amplificar os elementos icônicos expressos pela diversa imagem das protagonistas das publicidades em questão, o eu-comunicante compósito lançará mão, pelos mecanismos linguísticos, de específicas e estratégicas escolhas lexicais e relacionais no âmbito da frase complexa que refletirão essa realidade.

No plano linguístico, nas quatro publicidades em comum, percebe-se, na **asserção de base** (CHARAUDEAU, 1992, p. 514-515), a combinação lexical promovida pelo verbo **ter (pressuposto no período)** + o seu **objeto direto**, representado pelo sintagma [numeral cardinal quantificador + o substantivo 'anos']. Os

numerais significam, como adjunto adnominal, nesses sintagmas, a idade das protagonistas, vistos, respectivamente, nas orações “60 anos”, “57 anos”, “54 anos” e “39 anos, idades essas que representam, em nossa cultura, um *continuum* entre a maturidade feminina e a sua proximidade com a terceira idade.

Na progressão do texto, as **asserções restritivas** (*op. cit., idem*), introduzidas pelo relator **MAS**, geram, por sua vez, as contraexpectativas percebidas nas publicidades em comum, vistas nas variadas sentenças restritivas “sou super ativa”, “sou feliz”, “estou/tô’ ótima”, “tô’ feliz”, “tô’ arrasando”, cujos predicados nominais são estruturados pelos verbos de ligação “ser” e “estar”, associados a predicativos do sujeito, como os superlativos adjetivos “ótima” e “super ativa”, o adjetivo “feliz”, e o gerúndio “arrasando”.

Nesse cenário linguístico, a **asserção de base** evocaria, pela relação lógico-semântica promovida pelo **conector restritivo MAS**, implicitamente, possíveis consequências suas representadas pelos estereótipos concebidos da mulher madura ou idosa, como a pressuposição de que a mulher madura e idosa não se preocuparia com a sua beleza ou que não aproveitaria a vida nas idades apresentadas, nas publicidades, pelos numerais cardinais, algo que seria reservado, mediante a lógica desse discurso preconcebido, tão-somente à juventude. Contudo, a asserção restritiva, mediante a expressão de bem-estar dessas mulheres por parte do enunciador *Natura*, **nega** tais consequências possíveis da asserção de base, promovendo, assim, o inesperado.

No entanto, quando ocorre a troca do **relator MAS** pelo **relator E**, poder-se-ia pensar, numa leitura superficial, que esse conector promoveria uma **lógica de vinculação definitiva**, taxativa, de se associar o bem-estar feminino a qualquer idade que ela esteja, em visível manifestação lógico-semântica pelo **E de surenchère** (CHARAUDEAU, 1992), que reforçaria um sentido de discurso **antietarista**, portanto, **inclusivo**, ecoando, ao mesmo tempo, um *ethos* de empresa plural e diversa perante o mercado consumidor (CHARAUDEAU, 2006; MAINGUENEAU, 2008).

Contudo, nas entrelinhas, se pensarmos o vocábulo **E** como um conector-coringa (MONNERAT, 2003), de bojo semântico adicional, associado ao contexto do produto vendido, isto é, um creme rejuvenescedor, entenderemos, na verdade, esse **E** atuando, subentendidamente, a favor de **uma relação lógica restritiva**, sendo usado a favor de uma estratégia discursiva que aspira a **escamotear** o etarismo que o, MAS, declaradamente, promoveria como discurso. Esse jogo linguístico representa a intenção de *Natura* **fazer-se crer** explicitamente inclusiva, quando, na realidade, o publicista direciona ao consumidor um **dever fazer** que visa a **combater** o envelhecimento, reforçando, ainda, antigos estereótipos sobre a vaidade feminina. Nessa seara, podemos entender, de modo subjacente, que o comunicante compósito publicitário visaria, portanto, a diversificar o combate à velhice, priorizando, pressupostamente, a aparência jovial em nossa sociedade, reforçando, ainda, o idadismo como discurso.

Palavras finais

A respeito das publicidades analisadas, concluímos que, possivelmente, a respeito da construção de uma imagem de empresa plural e diversa, nota-se que a peça a qual mostra, dentre as quatro, uma mulher de 39 anos como protagonista, expressa um posicionamento discursivo antietarista, dando a entender, pela inclusão de uma jovem mulher, em relação às outras protagonistas maduras, que tal produto pode ser usado por mulheres de todas as idades, com tal postura mostrando-se como uma eficiente estratégia discursiva superficial de inclusão.

Contudo, ao mesmo tempo que *Natura* emite para o consumidor feminino um *ethos* inclusivo e plural de empresa por meio da superficialidade do texto, a partir da natureza semântica polissêmica adicional do **E** o sujeito comunicante usa, supostamente o discurso inclusivo (supostamente, de soma) para mascarar, nas entrelinhas do texto, o valor restritivo travado nas relações lógicas presentes nas

publicidades, conferindo, destarte, uma forma eufêmica de, ainda, reforçar o estereótipo da vaidade feminina.

Nota-se, por fim, que *Natura*, ao se propor a vender um creme que combate a velhice, continua a reforçar os tradicionais estereótipos direcionados à mulher, especificamente, no que diz respeito à vaidade e à busca da eternal juventude feminina, defendendo, ainda, que a mulher, embora madura ou idosa, precisa estar sempre bonita e jovem. Com tal cenário desvelado, percebe-se que há, visivelmente, caminhos e lugares ainda a ser conquistados no tocante à igualdade de gênero, uma vez que tal desigualdade de visões se manifestem, ainda, nas sutilezas do discurso.

Referências

CHARAUDEAU, P. Compréhension et interpretation: interrogations autour de deux modes d'appréhension du sens dans les sciences du langage. In: ACHARD-BAYLE, G; GUÉRIN, M; KLEIBER, G.; KRYLYCHIN, M. (Orgs.). *Les sciences du langage et la question de l'interprétation (aujourd'hui)*. Limoges, Les Éditions Lambert-Lucas: 2018. p. 21-55.

_____. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.

_____. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. In: LARA, G. P.; LIMBERTI, R. P. (Orgs.). *Discurso e desigualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: LARA, G. M. P.; MACHADO, I. L.; EMEDIATO, V. (Orgs.). *Análises do discurso hoje*. volume 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 11-30.

_____. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27.

_____. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

_____. *Langage et discours – Éléments de sémiolinguistique (théorie et pratique)*. Paris: Hachette, 1983.

MONNERAT, R. S. M. *Possibilidades discursivas do e – um conector coringa*. *Linguagem em (Dis)curso, Tubarão*, v. 4, n. 1, p. 185-203, jul./dez. 2003.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação*. São Paulo: Cortez, 1997.

WINANDY, F. *Etarismo: um novo nome para um velho preconceito*. Divinópolis: Adelante, 2021.

“NEM TUDO FOI CANCELADO, GRAÇAS A DEUS”: A POLÊMICA COMO MODALIDADE ARGUMENTATIVA DO DISCURSO EM PUBLICAÇÕES DO INSTAGRAM

Ana Carolina dos Santos¹

Ilana da Silva Rebello²

Introdução

A popularização de mídias como o Instagram implicou significativas mudanças do quadro comunicativo: se antes a difusão de informações ocorria de forma unidirecional (meios de comunicação - público), hoje, a divulgação de notícias, fatos e opiniões é mapeada por qualquer sujeito através de um simples “clique”. Nesse contexto, em que computadores e *smartphones* começam a fazer parte do dia a dia de milhares de pessoas em todo o mundo e a tecnologia passa a proporcionar novos ambientes conversacionais, é indubitável perceber que, a partir das práticas de interação estabelecidas no ciberespaço, novas formas de “ser” são moldadas na sociedade contemporânea.

Entre as novidades suscitadas pela comunicação em rede, duas delas nos interessa: a espetacularização da polêmica como um feito fundamental para integrar as mídias digitais, bem como a consolidação de um “tribunal da internet” que, em contato com a

¹ Mestranda em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação da professora doutora Ilana da Silva Rebello Viegas. E-mail: ana.santos.uff@gmail.com. Orcid: 0000-0002-4353-7225.

² Professora doutora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFF e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem. E-mail: ilanarebello@id.uff.br. Orcid: 0000-0002-3032-604X.

alteridade de outros sujeitos, “cancela”³ todo e qualquer indivíduo que ouse contestar seu projeto de fala.

Em vista disso, o presente artigo tem como objetivo examinar duas publicações, assim como seus respectivos comentários *on-line* (PAVEAU, 2021), do perfil no Instagram de Bruno Monteiro Aiub, mais conhecido como Monark. Fundamentado nos estudos de Ruth Amossy que contemplam a polêmica como uma modalidade argumentativa e nos pressupostos da Teoria Semiociológica do Discurso desenvolvida por Patrick Charaudeau, será possível compreender melhor o desempenho do discurso polêmico no cenário midiático e seu papel na constituição da democracia e do espaço público.

“Curtindo minhas férias forçadas de cancelamento” - A teoria Semiociológica e o processo de semiociologização do mundo

No campo dos estudos discursivos, a Teoria Semiociológica de Patrick Charaudeau incorpora o discurso em uma situação comunicativa cujos fatos da linguagem e certos fenômenos psicológicos e sociais articulam-se numa perspectiva linguística. Dessa maneira, a construção de sentido é competência de um sujeito movido por intencionalidades que visam influenciar alguém.

Por conseguinte, tal influência se acha inscrita em um dispositivo linguístico, uma vez que “se há construção do sentido, trata-se da construção que se faz pelas formas verbais; se há construção de um texto, trata-se daquela que depende das regras de ‘ordenamento’ do verbal” (CHARAudeau, 2005, p. 13). Por meio dessa dupla articulação, ocorrem os processos de transformação, cuja ação do sujeito falante é responsável por representar o mundo

³O famoso “boicote” que, na época atual, vem sendo rotulado como “cultura do cancelamento” possui como premissa a tentativa de “ajustar” condutas inadequadas, ou ainda “vigiar” supostas transgressões sociais para, enfim, corrigi-las. Quanto ao aspecto linguístico, a situação de comunicação do linchamento virtual se caracteriza por publicações de comentários digitais em série, quase que simultâneos, contra um sujeito comunicante.

a um destinatário, e de transação, que faz dessa representação de mundo um objeto de troca, uma relação de intercompreensão é estabelecida entre os protagonistas do ato de linguagem.

Antes de analisar como se constrói a semiótica do projeto de fala analisado, faz-se necessário indicar o contexto no qual tal evento comunicativo se enquadra: em um debate com a deputada Tabata Amaral e o deputado Kim Kataguiri sobre liberdade de expressão, Bruno Aiub, mais conhecido como Monark, realiza as seguintes afirmações:

“Eu acho que o nazista tinha que ter um partido nazista reconhecido pela lei. [...] As pessoas não têm o direito de ser idiotas? [...] Acho que dentro da expressão a gente tem que liberar tudo. Se o cara quiser ser um antijudeu, eu acho que ele tinha direito de ser” [sic].⁴

As declarações foram dadas em um dos episódios do seu *podcast*, o “*Flow Podcast*”, na plataforma de vídeos *YouTube*. O posicionamento de Monark causou repercussão negativa na mídia e, após severas críticas do público, o *youtuber* é desligado do programa no qual era âncora. Acusado de incentivar o nazismo, Monark também teve o acesso bloqueado às ferramentas de monetização de sua conta no *YouTube*.⁵ Seguidamente a tais consequências, além de fazer um vídeo em seu Instagram pedindo desculpas e dizendo estar, no momento da entrevista, sob o efeito de álcool, o *influencer* realiza, em 17 de fevereiro de 2022, a seguinte publicação em seu perfil no *site* de rede social Instagram:

⁴Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=0boiv3hI8s8>. Acesso em: 10 jan. 2023.

⁵Fontes: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/monark-e-desligado-do-flow-podcast-apos-defender-existencia-de-partido-nazista/>. Acesso em: 10 jan. 2023.
<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/entenda-por-que-monark-nao-podera-ser-remunerado-por-videos-no-youtube/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Figura 1 – Publicação e comentários no perfil do Instagram de Monark.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CaFWcPbuARD/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Como é possível observar, a postagem acaba se tornando cenário para diversos comentários que rejeitam a postura de Monark. Nota-se que o apresentador, na posição de adversário a ser combatido, zomba daqueles que o rejeitam quando, ao falar sobre seu cancelamento, refere-se ao fenômeno como “férias forçadas” de forma a manter uma identidade de alguém forte, que não se abala diante das críticas. A partir de tais informações, e retomando o processo de semiotização do mundo, é possível engendrar o seguinte esquema:

Quadro 1 - Esquema do processo de semiotização da postagem de Monark



Fonte: Criação nossa, a partir de Charaudeau (2005).

Analisando como ocorre o processo de transformação, o uso do verbo “curtir” e do substantivo “férias” na legenda da publicação, assim como sua fotografia - em posição confortável e de suposta tranquilidade, acabam ressignificando discursivamente a prática coercitiva do cancelamento: aparentemente Monark não se sente oprimido pelas ofensas daqueles que o atacam, ao contrário, ostenta certa diversão diante do ocorrido. Vale ressaltar que a postura assumida pelo apresentador possivelmente não condiz com seus verdadeiros anseios, uma vez que, como já elucidado anteriormente, a fala de Monark afeta negativamente sua vida financeira e profissional.

Já em relação ao processo de transação, o *influencer* digital sabe que seus seguidores partilham as informações sobre a acusação de incentivo ao nazismo e, portanto, serão capazes de “decodificar” sua mensagem referente ao cancelamento sofrido. Manipulando esse saber comum, Monark escolhe conscientemente seu vocabulário para debochar do papel repressivo da cultura do cancelamento e, por conseguinte, tornar ainda mais explícito que não tem como objetivo justificar as atitudes consideradas ofensivas

pelo público, muito menos suplicar desculpas pelo “mal-entendido”. O posicionamento do comunicador se comprova quatro meses após o ocorrido quando, em uma entrevista ao *podcast* Cara a Tapa, Monark realiza a seguinte declaração:

“Não foi inteligente da minha parte pedir desculpa. Acho que eu devia ter ficado quieto. [...] Ainda acredito na primeira emenda dos Estados Unidos, ainda acho que é uma excelente lei que rege sobre liberdade de expressão. Mas pedi desculpas pela forma como entreguei essa ideia para a população. [...] Porque quando você mostra sangue para uma turma de tubarões raivosos do cancelamento, a única coisa que você vai fazer é aumentar o apetite deles [sic]”.⁶

Como o próprio *youtuber* afirma em sua declaração, Monark reconhece a fúria dos canceladores, tanto que os compara a “tubarões raivosos do cancelamento”, e sabe que o seu projeto de fala seria responsável por intensificar a fúria daqueles que se opuseram ao seu discurso. Fica evidente, portanto, que tanto Monark, quanto parte de seus seguidores, não pretendem alcançar a adesão ao discurso do outro, estabelecendo, pois, a polarização e a impossibilidade do consenso entre ambas as partes.

Assim, ao transformar o “mundo bruto” em “mundo significado”, escolhemos operadores discursivos que visam influenciar o parceiro da troca linguageira, seja para causar empatia, seja para acirrar a revolta - como é o caso de Monark. O *corpus* representado pela figura 1 mostra como, para que a semiotização de mundo se realize, os processos de transformação e transação, além de serem orientados pelas circunstâncias sociais que envolvem a situação comunicativa, devem atuar em solidariedade.

⁶ Fonte: <https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2022/06/monark-diz-que-se-arrepente-de-ter-pedido-desculpas-em-caso-sobre-nazismo.shtml>. Acesso em: 11 jan. 2023.

“Deveria estar na cadeia! Pode comemorar mesmo” - Os sujeitos do discurso e o ato de linguagem

A proposta de um duplo processo de semiotização de mundo pressupõe, como mostrado no tópico anterior, uma intencionalidade daqueles que participam do ato linguageiro. Decorrente desse ato, acontece o jogo entre conhecimentos revelados e possíveis inferências, que nasce em situações de discurso específicas e que se concretiza no ponto onde se encontram os processos de produção e interpretação. Com efeito, para que as “regras” desse jogo sejam compreendidas, deve-se considerar duas instâncias distintas: o dizer, responsável pelo nível interno e discursivo da comunicação, e o fazer, espaço exterior à verbalização em que se encontram os seres reais do ato de linguagem.

Para encenar essa espécie de “jogo comunicativo”, a Teoria Semiolinguística evoca, no mínimo, quatro sujeitos comunicacionais: dois externos, seres reais responsáveis pela relação contratual do ato de linguagem, e dois internos, entidades discursivas projetadas pelo falante de acordo com sua intencionalidade. Dessa forma, Charaudeau (2001) revela os parceiros do *fazer* EU-comunicante (EUC) e TU-interpretante (TUi) como os sujeitos articuladores da palavra e os protagonistas do *dizer*, EU-enunciador (EUE) e TU-destinatário (TUD), como as imagens constituídas pelos seres de fala durante o processo de interação linguística.

Em relação ao *corpus* analisado, os sujeitos que constituem o circuito externo são o EUC Monark, apresentador de *podcast* polêmico e que constantemente se envolve em situações controversas, e o TUi internautas que, de fato, acompanham a problemática na qual Monark está inserido e avaliam negativamente a conduta do *youtuber*, ou seja, são os seres de identidades sociais que colocam em prática a encenação do processo comunicativo. Já no espaço interno do ato de linguagem, encontram-se o EUE Monark debochado, que aparentemente despreza as consequências do

linchamento virtual, e o TUd público-alvo de *sites* de redes sociais que expõem o cotidiano das celebridades, isto é, são indivíduos que possuem o perfil de acompanhar ativamente a “espetacularização do eu” nas mídias digitais.

Assim sendo, o ato de linguagem será encenado por entidades linguísticas que, embora solidárias, apresentam diferentes papéis no processo comunicativo: o TUd se distingue do TUi em relação às “expectativas” do EUc. Este, ao construir sua imagem discursiva de EUe, representa seu traço de intencionalidade no ato de produção, porém, visto que não possui controle absoluto sobre seu parceiro, não pode, portanto, garantir a eficácia do jogo comunicativo da forma inicialmente projetada.

Diferente do que ocorre na maioria das postagens sobre cancelamento, onde, no processo de semiotização da fala do cancelado, a projeção do TUd pelo EUc não corresponde à real ocorrência do TUi, a publicação de Monark após seu suposto “ostracismo” (fig. 1) põe em jogo uma correspondência entre os sujeitos da recepção, ou seja, há uma convergência entre o destinatário ideal e o sujeito que dá início ao processo de interpretação, visto que o comunicador, já sabendo do seu cancelamento e reconhecendo a fúria do parceiro de comunicação, projeta uma fala (fig. 1) que facilmente será recebida pelo TU como uma afronta.

Na verdade, é a identidade discursiva projetada pelo EU que vai de encontro à expectativa do TUi, pois, no contexto em que se insere a postagem de Monark, presume-se que o EUc irá manipular uma imagem de humildade e de redenção. Entretanto, tal julgamento não se concretiza e, como consequência dessa quebra de expectativa, a ira dos internautas é intensificada. O esquema a seguir, baseado na figura 1, representa os sujeitos envolvidos no projeto de fala de Monark:

Quadro 2 – Representação dos sujeitos envolvidos no projeto de fala de Monark



Dispositivo baseado no esquema de encenação da linguagem de Charaudeau (2019).

Por meio desse dispositivo, observa-se que Monark, enquanto EUC que possui um histórico de posicionamentos contestáveis, visa construir uma imagem discursiva de aparente superioridade em relação às críticas recebidas. O vocabulário utilizado para se referir ao cancelamento sofrido, bem como a fotografia que ostenta um cenário típico de viagem de férias ressignificam discursivamente a prática coercitiva do cancelamento: o processo que deveria ser “doloroso” e servir como aprendizado para o acusado, na verdade, tem a aparente finalidade de diverti-lo. É nesse contexto de ressignificação que, Monark, ao assumir a máscara da indiferença na *mise-en-scène* do jogo comunicativo, constrói uma identidade discursiva (CHARAUDEAU, 2009) que, além de zombar daqueles que acreditam na correção realizada pela prática do cancelamento, figura um sujeito que não se deixa afetar pelas opiniões a seu respeito.

Realizado de forma relativamente neutra pelo *youtuber*, sem qualquer explosão de afetividade, o discurso de descrédito lançado à cultura do cancelamento, conforme é possível observar na figura

1, desencadeia ainda mais a indignação do público (“o ladrador está se sentindo cancelado??”), marcada, de forma linguageira, pelo discurso coercitivo (“deveria é estar na cadeia”, “você tem que ser preso”), insultos ao apresentador (“vagabundo”, “arromb@do do crl”), desqualificação de sua tese (“o cara bebe, fala merda”, “ideia estupidas do debate”, “vc está defecando pela boca”) além de referências a agressões físicas (“lá na cadeia vai ver um pouco o q os judeus passaram!!!”, “vc precisa ao menos sumir das redes”) e até mesmo à morte de Monark (“roubando o ar de pessoas que merecem”).

A inflamação do discurso coercitivo do TUi é esperada por Monark, visto que, ao planejar seu projeto de fala, o *youtuber* já possuía conhecimento da reprovação do público, bem como dos imaginários de justiça e de correção ligados à identidade dos canceladores. Portanto, ao não se submeter às regras do jogo, Monark idealiza um TU que se manifestará, mais uma vez, contra seu posicionamento. Tal idealização se concretiza nos comentários digitais registrados na figura 1, que, além de combaterem a imagem estabelecida pelo *youtuber*, de forma contraditória, também concedem ao mesmo maior visibilidade na mídia.

Tal estratégia de espetacularização da polêmica ficará ainda mais evidente no tópico a seguir, onde analisaremos a segunda publicação do *youtuber* sobre o cancelamento sofrido.

“Nem tudo foi cancelado, graças a Deus” - O discurso polêmico como modalidade argumentativa

Ao analisar as respostas dos seguidores à publicação de Monark (fig. 1), é possível constatar que os comentários *on-line*, especialmente os veiculados pelos *sites* de redes sociais, tornaram-se, atualmente, o cenário preferido dos usuários da *web* quando o assunto é a encenação da discordância. Esse gênero digital é, em sua essência, um registro linguístico realizado por um sujeito que assume determinado posicionamento sobre algo anteriormente

dito. Em seu dicionário de Análise do Discurso Digital, Paveau (2021) apresenta a seguinte observação sobre o comentário *on-line*:

O comentário on-line [...] sofre [...] atualmente uma estereotipação negativa: em perigo de extinção em blogs, mas onipresente nos sites de informação e nas redes sociais, ele aparece cada vez mais como um espaço de violência verbal com consequências negativas na difusão e na recepção da informação, assim como para a qualidade da comunicação on-line (PAVEAU, 2021, p. 97).

Sobre esse espaço de violência verbal, Amossy (2011), em seu artigo intitulado “*La coexistence dans le dissensus*”, salienta a problemática de considerar os comentários digitais com teor ofensivo, também chamados de *flames*,⁷ uma “nova ferramenta democrática”, já que, em sua grande maioria, as publicações *on-line* não procuram um acordo entre opiniões conflitantes, mas visam desacreditar, se não derrubar, o sujeito destinatário, visto, nesse caso, como um oponente a ser derrotado. Assim sendo, para a autora, a linguagem hostil difundida na *web* deve ser analisada por meio das características do discurso polêmico, pois, embora esteja intrinsecamente relacionada aos conflitos das redes sociais, não resulta exclusivamente destas.

A obra “Apologia da polêmica”, outro trabalho de Ruth Amossy (2017) sobre o discurso polêmico, esclarece que as interações eletrônicas que suscitam no sujeito reações exacerbadas e, por conseguinte, a prática da violência verbal, não são resultados único e exclusivamente da conversação *on-line*. Na verdade, ao trazer à análise as discussões na internet sobre o contexto social, Amossy (2017) defende que, embora constantemente condenadas, as “explosões de violência verbal” são aceitas pela comunidade *on-line* e já fazem parte do comportamento daqueles que integram o

⁷ De acordo com o dicionário de Análise do Discurso Digital (2021), o termo *flame* (chama) ou *flaming* (flamejante) designa o assédio verbal *on-line*: “um conjunto de ‘interações belicosas e de desprezo por e-mail e por meio de fóruns on-line’ e de ataques insultantes” (PAVEAU, 2021, p. 65).

ciberespaço. Em desacordo sobre determinada questão política ou religiosa, por exemplo, o usuário das redes sociais utiliza o conflito verbal em favor de sua tese e, naturalmente, contra a tese adversária, colocando em prática a interação polêmica.

A autora revela ainda que, além de fazer parte do bom funcionamento da interação, o conflito digital materializa um ritual comunicativo que “modela as relações agonísticas no fundamento da polêmica” (AMOSSY, 2017, p. 175) e, portanto, “dispensa as duas partes de se engajar em um verdadeiro diálogo” (AMOSSY, 2017, p. 132). Daí a dicotomização ser uma característica intrínseca à polêmica, pois não há, entre seus enunciadores, uma busca pelo encontro de opiniões, longe disso, a inconciliação do debate, ou melhor, do embate, impede a existência de um acordo entre os adversários, agrupando-os em “campos de batalha” discursivamente opostos. Partindo de tal concepção, segundo Amossy (2017), a polêmica é uma modalidade argumentativa do discurso que, através da polarização extrema e do confronto radical de posições antagônicas, seria capaz de gerir os conflitos entre duas instâncias enunciativas.

Amossy (2017) salienta ainda que tal modalidade argumentativa, embora seja constantemente depreciada e possuir uma “má reputação”, ocupa um lugar privilegiado nas mídias e, de forma frequente, invade o espaço do debate para tratar de assuntos de interesse público. Sobre essa flagrante situação contraditória, Amossy (2017) salienta que:

Há uma contradição flagrante entre o desdém que se atribui a ela [*a polêmica*] e o lugar que lhe é conferido no espaço público: entre a condenação que a atinge em teoria e o vivo interesse que ela não para de suscitar na prática. [...] Nos dois casos, insiste-se no fato de que as polêmicas mostradas na televisão se assemelham a disputas que são acompanhadas porque elas divertem. Estamos na sociedade do espetáculo: as polêmicas atraem porque são lúdicas - podemos contar os ataques que acontecem nelas e apontar os vencedores [...] (AMOSSY, 2017, p. 8).

Sendo assim, “a arte da antítese e da hipérbole” (AMOSSY, 2017, p. 99), além de ser o lugar em que os grupos, separados por suas opiniões e crenças, interagem e reafirmam seus discursos antagônicos, é também o conteúdo preferido do entretenimento que circula no espaço midiático. Sabendo disso, de forma estratégica, Monark reaviva o episódio em que debochou da cultura do cancelamento, mesmo após 4 meses do acontecimento original, mostrando que o bordão “falem mal, mas falem de mim” é regra para gerar maior engajamento e, assim, maior rentabilidade no ambiente digital.

Figura 2 – Publicação e comentários no perfil do Instagram de Monark.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CebTCWMOKJE/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

Como uma fotografia semelhante àquela registrada pela figura 1 e, novamente, utilizando o termo cancelamento em um contexto diferente do esperado, Monark coloca em cena, mais uma vez, o

descrédito ligado ao movimento ostracista. O escárnio mascarado de agradecimento a Deus (“Nem tudo foi cancelado, graças a Deus), evidencia a estratégia do *youtuber*: ao fazer, mesmo que de forma indireta, uma nova menção à reprovação do público e, por conseguinte, à prática do cancelamento, Monark incita novamente a polêmica sobre a suposta ineficiência dos métodos de correção daqueles que praticam o linchamento digital e, por meio do embate com o público, retorna ao “palco” dos acontecimentos midiáticos.

Vale ressaltar que a interação polêmica entre Monark e parte de seus seguidores tem relação direta com questões sociais: além de estar sendo condenado, mais uma vez, por apologia ao nazismo (“Nazist@ fddpt@@”, “Nazist4s tiram férias?”), fato que por si só já transformaria o debate em assunto de relevância pública, Monark é conhecido na mídia por suas declarações controversas e preconceituosas. A impunidade de seus posicionamentos, legitimados, de acordo com o mesmo, pela liberdade de expressão, faz com que o apresentador, conforme afirma o *site* de notícias UOL, “colecione polêmicas”, tais como perguntar se ter uma opinião racista é crime, comparar a homofobia a “escolher um tipo de refrigerante” e afirmar que “todo mundo deveria tomar vacina, mas ninguém deveria ser obrigado”.⁸

Portanto, a “inflamação” do discurso hostil é influenciada pelo contexto sociopolítico em que os seguidores se inscrevem. Uma vez que os posicionamentos de Monark se tornam de interesse público e, por conseguinte, um mal a ser erradicado, a distância entre os grupos aumenta, “acentuando uma polarização na qual se aprofundam as divisões identitárias” (AMOSSY, 2017, p. 127) e a inviabilização do diálogo. Ainda assim, tal como afirma Amossy (2017), mesmo que não haja um acordo sobre a noção e os princípios da liberdade de expressão, Monark e os seguidores que o cancelam concordam com o fato de que esse assunto deve ser discutido e, nessa troca antagonística, acabam permitindo e

⁸ Fonte: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/02/09/quem-e-monark-apresentador-do-flow-podcast-que-coleciona-polemicas.htm>. Acesso em: 11 jan. 2023.

autorizando a coexistência de diferentes discursos na prática do dissenso (AMOSSY, 2017, p. 133).

Entretanto, ainda que o cancelamento envolva, sobretudo, razões ideológicas, políticas e culturais, não se pode ignorar os interesses econômicos associados a essa prática. Com o auxílio do *corpus* apresentado neste artigo, é possível observar que o linchamento virtual de Monark converge, na verdade, para uma exposição ainda maior do comunicador, fato que amplifica sua “existência” no ciberespaço e, como consequência, gera maior engajamento em seus perfis digitais. O próprio artista, ao ressignificar seu cancelamento (figuras 1 e 2), busca, mais uma vez, espetacularizar a polêmica sobre sua controversa opinião, já que, dessa forma, sua autoexposição fomentará o entretenimento do espaço midiático, projetando-o ainda mais na mídia.

Sendo assim, nesse jogo de encenação praticado por canceladores e cancelado, a modalidade polêmica do discurso tem como função essencial possibilitar, no espaço democrático, interações entre teses antagônicas, favorecendo as mais variadas formas de protesto que, ambientadas no cenário dos *sites* de redes sociais, acabam se tornando responsáveis pelo processo de espetacularização do mundo proposto pelas mídias.

Considerações finais

Ao longo deste estudo, foi possível observar que o cancelamento, assim como a modalidade polêmica do discurso, constrói o cenário para a encenação da linguagem a partir de um confronto entre um assunto da atualidade e um de interesse público. Tal característica, somada à visibilidade dos *sites* de redes social, faz com que o embate entre cancelado e canceladores, inicialmente de interesse particular, passe a ser acompanhado pelo público como um evento de grande relevância à manutenção de um bem comum.

Esse processo também evidencia o porquê de os *sites* de redes sociais e seus respectivos usuários se submeterem à polêmica: ao

insistir em apresentar a cultura do cancelamento como uma prática ineficiente, Monark alcança o engajamento do público que, na tentativa de evidenciar o “erro” do *youtuber*, acaba concedendo ainda mais visibilidade ao comunicador. Dessa forma, o embate, ou melhor, o combate entre as teses antagônicas de canceladores e cancelado fomenta o entretenimento do espaço midiático.

Essa possibilidade de coexistência de diferentes discursos na prática do dissenso é o que confere à polêmica uma autonomia do diálogo cooperativo. Situado fora da utopia do consenso, o discurso polêmico “se desdobra em uma democracia pluralista, na qual cada um tem o direito não apenas de manter, mas também de tentar fazer prevalecer sua posição em seus componentes ideológicos e identitários” (AMOSSY, 2017, p. 204). Nesse sentido, no tocante às questões da sociedade, não se trata mais de alcançar um ponto de vista comum a todos, mas de tornar possível a coexistência de vozes agonísticas, assegurando, pois, a democracia.

Referências

- AMOSSY, R. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, G.; MACHADO, I.; EMEDIATO, W. (Orgs.). *Análises do discurso hoje*, vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 231-254.
- _____. La coexistence dans le dissensus. *Semen, Besançon*, n. 31, p. 25-42, 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/semen/9051>. Acesso em: 13 mar. 2022.
- _____. *Apologia da polêmica*. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante. São Paulo: Contexto, 2017.
- CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato de. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2001, p. 23-37. Disponível em: <https://www.patrick-charaudeau.com/Uma-teoria-os-sujeitos-da.html>. Acesso em: 12 mar. 2022.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid. (Orgs.) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27. Disponível em: <http://www.patrick-charau.deau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>. Acesso em: 15 maio 2021.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2. ed. Trad. Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2019.

PAVEAU, M. *Análise do Discurso Digital: dicionário das formas e das práticas*. COSTA, J. L. BARONAS, R. L. (org.). Campinas: Pontes Editores, 2021.

ESTRATÉGIAS DE LEITURA EM PERSPECTIVA
SEMIOLINGUÍSTICA: OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS
NA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

André Marques da Silva¹

Introdução

Esta pesquisa apresenta um pequeno recorte de análises do primeiro ano de desenvolvimento da tese de doutorado em Estudos de Linguagem do Posling-UFF. À luz da Teoria Semiociológica de Análise do Discurso, do linguista francês Patrick Charaudeau, buscamos desenvolver, a partir de uma análise semiociológica, um estudo sobre leitura e letramento racial, elaborando estratégias de interpretação e compreensão de texto para uma educação linguística antirracista. Considerando os imaginários raciais como elementos constitutivos de apreensão dos sentidos de língua e de discurso, buscamos analisar como a leitura, a partir de um letramento racial, pode revelar, no discurso, tanto representações negativas, identificando imaginários raciais e mecanismos de exclusão/invisibilização e sub-representação da identidade negra, quanto representações positivas, identificando representatividades, com valorização da cultura e da identidade negra.

Para fundamentar este trabalho, recorreremos ao aporte teórico de Charaudeau (2005, 2008, 2018), dialogando com autores como Cavalleiro (2001) e Soares (2021). Como a tese se encontra em fase inicial, selecionamos como *corpus* para análise qualitativa uma

¹ Doutorando em Estudos de Linguagem sob orientação da professora doutora Beatriz dos Santos Feres. A pesquisa, ainda em fase inicial, fundamenta-se na Teoria Semiociológica de Análise do Discurso, com escopo teórico-metodológico voltado para ensino/prática de leitura, letramentos raciais e antirracismo na educação.

charge de Latuff (2013), publicada em mídia digital, que tem como tema a violência policial do Estado brasileiro contra a população negra (necropolítica). Esperamos que a análise fomente o desenvolvimento/processo de uma competência leitora, possibilitando um *continuum* de habilidades, considerando raça e relações raciais como mais um componente de apreensão dos sentidos do discurso.

A Teoria Semi linguística

A Teoria Semi linguística de Análise do Discurso surge na França, na década de 1980, fundamentada nas pesquisas científicas do linguista Patrick Charaudeau, da Universidade de Paris XIII. A Teoria, que integra o quadro das correntes pós-estruturalista, concebe a construção de sentidos do ato de linguagem/texto como uma articulação entre *elementos linguísticos* (estruturas formais da língua ou de sua materialidade semiológica) e *elementos não linguísticos* (contexto sócio-histórico, ideologias/imaginários, intencionalidade, situacionalidade etc. Na perspectiva teórico-metodológica de análise semi linguística do discurso (AD), Charaudeau (2005, p. 11) entende que todo ato de linguagem constitui um duplo processo de semiotização do mundo, engendrado pela enunciação de um sujeito-locutor (EUc) que, mediado por um contrato de comunicação/gênero do discurso, estabelece uma troca/interação linguageira com um sujeito-interlocutor (TUi), responsável pela recepção/interpretação do texto.

Para Charaudeau (2001, 2008), a Teoria Semi linguística constitui uma teoria dos sujeitos da linguagem, pois os sujeitos são responsáveis tanto pela produção, quanto pela interpretação dos atos de linguagem. Na interação linguageira, o locutor (EUc) pode: i) implicar o interlocutor (TUD) no discurso, estabelecendo uma relação intersubjetiva (alocução); ii) implicar a si mesmo no discurso (EUe), criando efeitos de subjetividade (elocução); e iii) implicar uma 3ª pessoa (não pessoa) no discurso que, na verdade,

é um objeto do discurso (delocução): referente/proposição/tema/assunto, criando, no enunciado, um efeito de objetividade.

Charaudeau (2008) entende que o ato de linguagem coloca em cena, pelo menos, quatro sujeitos da linguagem: dois de natureza real (EUc/TUi) no quadro externo de comunicação; dois de natureza discursiva (EUe/TUd) no quadro interno. O EUc é a identidade real e social de um indivíduo (locutor); o TUi é a identidade real e social, indivíduo (interlocutor), responsável por interpretar o ato de linguagem. O EUc cria, no enunciado, duas identidades discursivas: uma é sua imagem de EUe (eu-enunciador); a outra é a imagem do interlocutor TUd idealizado (tu destinatário).

Charaudeau (2005) advoga que o ato de linguagem é resultado de um duplo processo de semiotização do mundo: *transformação e transação*. O *processo de transformação* constitui a textualização da realidade/mundo físico a significar, usando uma língua ou outro elemento semiológico, operando com processos de i) identificação: que consiste em nomear/designar seres (identidades nominais) reais ou fictícios; ii) qualificação: que consiste em atribuir qualidades/características aos seres nomeados (identidades descritivas); iii) localização: que consiste em designar espaço/lugar; iv) ação: que consiste em descrever processos e sequência de ações – concretas ou abstratas – entre enunciados dentro de um ato de linguagem/texto (identidades narrativas); e v) causação: que consiste em estabelecer as relações semântico-discursivas de causalidade entre enunciados de maneira lógica ou por implicação.

O *processo de transação*, envolvendo os princípios de alteridade, pertinência, influência e regulação, é a interação dos sujeitos na troca linguageira intercomunicativa. Tome-se, como exemplo, uma charge produzida no início do século XX, tematizando a revolta da vacina em 1904. O leitor (TUi) atual não conseguirá apreender o sentido global da charge se não estabelecer uma ancoragem ao espaço-tempo do seu contexto de produção. O autor (EUc) que produz uma charge, tematizando um acontecimento em um contexto sócio-histórico, sempre idealiza um leitor (TUd)

contemporâneo com quem compartilha certos saberes de sua época, pressupondo, assim, uma zona de intercompreensão. Para que o leitor atual interprete/compreenda o sentido daquela charge, é preciso acionar conhecimentos de mundo que possam ancorar o enunciado (charge) à situação de comunicação e ao contexto de produção/circulação de 1904. Mobilizam-se, para isso, tanto os saberes sócio-históricos, que englobam as epidemias e a crise na saúde pública naquele período, quanto os saberes político-econômicos, que englobam a insatisfação popular e a crise política no governo da época. Para que haja interpretação e compreensão coerentes da charge, o leitor deve considerar os sujeitos da linguagem e os elementos contextuais que veiculam, no discurso, o lastro de efeitos de sentido. O contrato de comunicação/gênero charge implica, portanto, uma troca linguageira de dois sujeitos que, mesmo distantes, num contrato de monolocalização/troca postergada, estabelecem comunicação/interação.

Leitura e Letramento Racial

De acordo com Silva (2011), em sua obra *O ato de ler*, a leitura é, ao mesmo tempo, uma atividade individual, uma vez que exige do leitor processos mentais, físicos, biopsíquico-cognitivos, e uma prática social, visto que o ato de ler, nas sociedades letradas, está intrinsecamente relacionado a uma troca/interação entre sujeitos. A leitura, como atividade de interação intersubjetiva, de acesso à cultura letrada e de (in)formação do leitor na instância cidadã, tem sido objeto de pesquisa nas universidades e pauta de políticas públicas nas instâncias do poder governamental.

Embora se tenha produzido vasto material bibliográfico sobre leitura e ensino dessa habilidade, pouco se tem discutido sobre letramento racial como competência leitora. Se ler é, também, uma prática social de interação e integração, é preciso desenvolver letramentos para uma leitura crítica, racializada, antirracista, fazendo com que o leitor examine, analise e questione as relações de poder e de dominação baseada em elementos raciais.

Como defende Cavalleiro (2001), em um cenário de construção de políticas educacionais que buscam a valorização das relações étnico-raciais nos Currículos Escolares, o desenvolvimento de uma educação antirracista deve passar pelo espaço escolar e pela prática de leitura ‘descolonizada’. E, para isso, entendemos que é preciso ler, interpretar e compreender os imaginários raciais positivos e/ou negativos, materializados e naturalizados nas obras que chegam à escola, tornando-as objetos de análise do discurso.

Mesmo após a implementação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, determinando que o conteúdo estivesse presente em todo o Currículo Escolar, instituições educativas e profissionais do ramo, em grande medida, não se prepararam adequadamente para lidar com letramentos e práticas étnico-raciais na educação linguística. Por conseguinte, não desenvolvem em suas práticas educacionais/docentes atividades que valorizem a cultura negra, a luta dos negros no Brasil, a participação positiva dos negros na formação da sociedade e a sua contribuição nas áreas social, econômica e política, que são fatos pertinentes à compreensão da História do Brasil numa perspectiva antirracista.

Por essa razão, entendemos que é preciso desenvolver um letramento racial, um conjunto de práticas didático-pedagógicas que considere a história, a cultura, as lutas e a importância do povo negro em todas as áreas e campos do saber.

Para Soares (2021), o letramento é um estágio e/ou etapa posterior à aquisição do processo de alfabetização, isto é, a alfabetização é o processo de aquisição do alfabeto, da apropriação, mais ou menos eficiente, das tecnologias do ler (decifrar) e do escrever (codificar) numa língua. Para Soares (2021, p. 17), o conceito de *letramento* carrega “a ideia de que a escrita traz consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, linguística quer para o grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprende a usá-la”. Segundo a autora, enquanto a alfabetização constitui um processo de aquisição da língua, o letramento fomenta um desenvolvimento contínuo para

além das habilidades de ler e escrever que, a nosso ver, envolve conhecimento de mundo, imaginários sociais, saberes de crença, saberes pragmáticos, saberes (inter)discursivos etc.

Considerando a dimensão sociocultural e política do conceito de letramento, postulamos, neste trabalho, à luz da Semiolinguística, o desenvolvimento de um *letramento racial* que institui um processo de formação cidadã do leitor antirracista e da prática de leitura racializada (decolonial/anticolonial). O leitor, acionando seus saberes e conhecimentos de mundo, orienta-se por uma perspectiva de leitura antirracista, fundamentada num posicionamento decolonial de cujas análises se esperam interpretação, compreensão e avaliação crítica/contestação: i) das relações raciais de poder e abuso de poder, ii) da construção dos processos/operações de identificação/qualificação de um grupo racial hegemônico e das relações raciais de causalidade; e iii) dos imaginários sociodiscursivos (sociais e raciais).

O letramento racial, em consonância com a Educação Libertadora defendida por Paulo Freire (2006), trata-se um conjunto de práticas e procedimentos de leitura que orientam o sujeito interpretante (TUi) na construção de sentido para uma leitura antirracista, identificando imaginários raciais, assimetrias, exclusão e sub-representação da identidade negra. As práticas de letramentos raciais, nesse sentido, funcionam como uma *competência leitora* a ser desenvolvida na/pela escola, visando a formar um leitor proficiente que seja capaz de valorizar a cultura e a identidade negra, bem como identificar, analisar, questionar e promover, em espaços de interação, reflexão e debate para o combate ao racismo na sala de aula.

Imaginários sociodiscursivos e imaginários raciais

Os imaginários são, antes de tudo, um sistema articulado de saberes de conhecimento e de crença fabricados e/ou construídos pela coletividade no percurso de seu desenvolvimento/evolução na história natural, social e política. De acordo com Charaudeau

(2018a), os imaginários constituem-se em uma dupla dimensão: social e discursiva. A dimensão social dos imaginários fundamenta-se em sua natureza coletiva, pois são saberes que circulam e são (com)partilhados no interior de grupos sociais, os quais comungam (ou não) dos mesmos valores, das normas de referência, ideologias, crenças etc.; já a dimensão discursiva dos imaginários fundamenta-se em sua natureza enunciativo-linguagem, uma vez que toda produção de saberes se desenvolve na/pela linguagem e se materializa nos discursos produzidos por grupos sociais.

Todos os saberes e/ou conhecimentos que sustentam teorias, crenças, ideologias e doutrinas resultam de construções /interpretações humanas na inter-relação do sujeito com a realidade (mundo) e com outros sujeitos. No âmbito da Teoria Semiolinguística, baseados em Charaudeau (2018a; 2015), é possível afirmar que os conhecimentos que adquirimos na apreensão/depreensão do mundo são organizados/decompostos em saberes que se subdividem em *campos do conhecimento* e em *disciplinas*, classificados de acordo com critérios epistemológicos.

A partir desse entendimento dos imaginários como um processo de construção de saberes de mundo (saberes de conhecimento e de crença), propusemos desenvolver, na tese de doutorado, um desdobramento dos imaginários sociodiscursivos proposto por Charaudeau (2015), uma vez que os imaginários não são uma lista fechada/acabada. Em nosso estudo, julgamos pertinente delimitar um conceito de *imaginários raciais*, concebendo-o como produto do colonialismo europeu no continente americano. Entendemos que o longo período de colonização europeia, iniciado no século XVI, construiu, ao longo da história da formação da sociedade brasileira, em instâncias diversas (social, histórica, política, econômica, jurídica, educacional, literária, estética, ideológica, religiosa etc.), um *imaginário racial* pautado numa linha abissal que divide os brancos europeus, identificados/qualificados como seres civilizados, cognitiva e culturalmente superiores; e os negros afrodescendentes,

identificados/qualificados como seres primitivos, cognitiva e culturalmente inferiores. Os *imaginários raciais* são, portanto, uma fabricação coletiva do branco europeu, ocidental, cristão, que, por se enraizarem nas práticas sociais e nos discursos, cumprem certa finalidade de produção e de manutenção do poder racial (racismo) em países que foram colonizados, tendo, como consequência, a inculcação de saberes, de imaginários sociais (negativos) e de hierarquizações de raça.

A charge: uma leitura verbo-visual

Segundo Cardoso e Xavier (2019), a palavra *charge* tem origem francesa no termo *charger* e abrange, em seu significado, um sema de “*carga*”, *carregar*, “*atacar violentamente*”. A charge, como gênero textual/discursivo do campo jornalístico, carrega/veicula efeitos de sentidos cuja finalidade discursiva é, de um lado, informar o leitor sobre um evento a partir de uma apreensão subjetiva da realidade capatada pelo chargista (*fazer saber*) e, de outro, afetá-lo, com uma visada de humor crítico, ácido (*fazer sentir*), levando-o a refletir sobre um fato/acontecimento.

O contrato de comunicação do gênero charge constitui-se, na instância de produção, por um sujeito histórico (EUc), que, em seu ato de linguagem, tematiza um evento/acontecimento; e, na instância, por um sujeito interpretante (TU_i), o leitor que tem acesso à charge em seus diversos meios de circulação. O leitor de charge deve ter em mente que os elementos dêiticos de espaço/tempo situam o ato de linguagem num determinado contexto sócio-histórico. O processo de leitura-interpretação envolve, por sua vez, tanto o reconhecimento da tematização/problematização social que se é apresentada, quanto o conhecimento da situação comunicativa e do contexto sócio-histórico. Uma leitura da materialidade verbo-visual sem considerar a situação de comunicação corre o risco de apresentar uma leitura de sentido descontextualizado, sem a ancoragem sócio-histórica que é responsável por parte considerável dos efeitos de sentido visados.

Análise de *corpus*: a representação do negro

Uma análise semiolinguística exige reconhecer, no gênero do discurso, os sujeitos da linguagem, a materialidade linguageira, o projeto do dizer e o contexto de produção. Ao analisar a charge, podemos fazer dois movimentos de investigação: o primeiro, considerando os parceiros reais da troca linguageira, quais sejam, o EUc (autor/chargista) e o TUi (leitor); o segundo, considerando os protagonistas da semiose verbo-visual, quais sejam, os actantes-personagens que atuam com papéis narrativos na dimensão intratextual do gênero charge.

Identificar os sujeitos reais no espaço *externo do fazer* da troca verbal exige analisar o papel de cada um deles no processo de transação. Na instância de produção, por exemplo, Latuff atua como EUc, produtor do ato de linguagem legitimado por sua identidade social/profissional de chargista, o que lhe confere o *ethos* de um *saber-fazer*, produzindo seu ato de linguagem com uma proposição sobre o mundo: a violência policial contra negros em periferia. Na instância de recepção, onde se situa o leitor (aluno, professor etc.), atua o sujeito interpretante (TUi), responsável por ler e interpretar a charge, acionando sua competência textual, seus imaginários (saberes de verdade e de crença) e seus conhecimentos de mundo para estabelecer uma zona de intercompreensão.

No espaço *intratextual* onde se situam o *actantes-personagens* da charge, o duplo processo de semiotização do mundo (da realidade a significar ao mundo narrado), que constitui a semiose verbo-visual, engendra uma narração-descrição de um acontecimento. Para tanto, a instância de produção (EUc) organiza o discurso servindo-se dos modos narrativo-descritivo, com procedimentos de identificação/qualificação, de localização, de ação e de causação para construir, na semiose verbo-visual, a identidade dos personagens, a sequência de ações e as dimensões de tempo e de espaço. Observe abaixo:

Figura 1 – Charge de Latuff



Disponível em: <https://gz.diarioliberalidade.org/quadrinhos/category/3-carlos-latuff.html?start=60>.

Latuff (EUC), em sua charge, narra/descreve um fato/acontecimento relevante que ganhou repercussão social na mídia em 2013. O texto tematiza, pois, a necropolítica do Estado brasileiro, com uma narração verbo-visual do desaparecimento do pedreiro Amarildo de Souza, após ser preso e torturado por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha, a maior favela do Rio de Janeiro. O ocorrido, em junho de 2013, foi amplamente divulgado pelas mídias (TV, Rádio, Redes Sociais), alcançando a mídia internacional. O tema da charge está, portanto, interdiscursivamente relacionado a um acontecimento (desaparecimento do pedreiro Amarildo) numa dimensão sócio-histórica. Dessa forma, imagem e texto verbal formam um todo significativo-comunicativo com uma dupla visada discursiva: uma *fazer saber*, informando/denunciando o desaparecimento de um homem negro; e uma *fazer sentir*, buscando captar o leitor, afetando-o (levando-o a indignar-se) com violência policial contra a população preta no Brasil.

No modelo dos modos de organização do discurso proposto por Charaudeau (2008), podemos dizer que a charge é uma

atividade linguageira que opera com os modos narrativo/descritivo para a narração de fatos/eventos contemporâneos ao chargista que, a partir de uma ótica subjetiva, atua como *sujeito-narrador* num projeto de apreensão da realidade. O EUC chargista, com base em técnicas de pintura/ilustração, representa, em uma cena enunciativa, por meio de imagens, uma lógica narrativa, uma sequência de ações e de papéis narrativos.

O quadro abaixo é uma leitura da charge, numa perspectiva semiolinguística, identificando, no *processo de transformação* as operações de identificação, qualificação, localização, ação e causação. Procedemos, então, da seguinte maneira:

Processo de transformação	Análise da materialidade verbo-visual
Identificação/qualificação	<p><i>Parcela visual:</i> homem-policial militar (armado) e homem-negro morador.</p> <p>Representações/ilustrações que designam a identidade social e identidade racial dos personagens sujeitos da ação.</p> <p><i>Parcela verbal:</i> dêiticos de pessoa, de tempo e lugar- dêitico de pessoa (<i>Latuff</i>); dêitico de tempo (<i>ano 2013</i>); e lugar de veiculação (página da <i>Sul 21</i>).</p>
Localização	<i>Parcela visual:</i> Favela/Morro em área metropolitana do Rio
Ação	<p><i>Parcela visual:</i> apagar/assassinar.</p> <p>Actante agressor: policial</p> <p>Actante vítima: homem negro</p>

Causação	Racismo institucional (genocídio do povo negro periférico), necropolítica do Estado.
----------	--

Como se pode depreender da parcela visual, há dois personagens nessa cenografia: i) um policial militar fardado e ii) um homem negro em uma favela/comunidade. Acionando conhecimentos de mundo, é preciso fazer com que o leitor associe um dos personagens à identidade social de policial em razão da identificação de elementos característicos de sua função social/profissional, como a farda, insígnia militar, coldre com arma, colete, boné e coturno. Nessa descrição do soldado, é importante salientar que a borracha escolar, funcionando como uma arma letal na mão do policial, desencadeia uma sequência de ações no espaço-tempo e constrói um papel narrativo de agressor. Nesse momento da leitura, é necessário incentivar o aluno-leitor a levantar hipóteses, fazer conjecturas e associações que possam ampliar as estratégias de interpretação do texto. O discente deve perceber que ação do policial de “apagar” evoca pelo interdiscurso um campo semântico de morte/assassinato.

O outro personagem identificado/qualificado na semiose visual é um homem negro, calçando sandálias, vestindo bermuda vermelha e blusa verde, o que nos leva a inferir que se trata de Amarildo de Souza, cidadão morador da Rocinha que desapareceu em junho de 2013. Nesse ponto, convém situar o leitor no contexto sócio-histórico da produção/circulação da charge, levando-o a identificar homem negro no papel narrativo de vítima. Os elementos dêiticos que ancoram a charge, tais como o ano de publicação, o local de veiculação/circulação e a identidade social do chargista (assinatura) são relevantes para a construção do sentido.

Uma leitura proficiente, baseada em um letramento racial, precisa funcionar como uma análise crítica da sociedade. Nesse sentido, julgamos necessário identificar, nas inter-relações entre os actantes-personagens, os *imaginários sociodiscursivos*

(sociais/raciais), as relações de poder, de dominação e de discriminação baseadas em critério raciais e/ou sociais. O ato de leitura, portanto, deve fazer com que o leitor não naturalize a violência racial nem deixe de depreender que o personagem que pratica a violência (actante-agressor) é *não negro* e que o personagem que sofre a violência (actante-vítima) é negro.

O letramento racial, como competência leitora, deve aguçar a percepção do leitor sobre relações de poder e de controle sobredeterminados por critérios raciais. Ao ler a charge de Latuff, o leitor deve acionar conhecimentos/saberes históricos sobre as identidades social e racial dos personagens identificados/qualificados na semiose verbo-visual. Pela organização da lógica narrativa, a sequência de ações de cada personagem estabelece uma relação de causação: o policial atua como *actante-agressor* (assassinar), com abuso de poder, e o homem negro como *actante-vítima* (é assassinado).

A charge funciona como crônica verbo-visual de uma época e, por isso, serve de objeto de análise da realidade social, da sociedade e do posicionamento político-ideológico do autor. Portanto, entendemos que ler não é buscar apenas um entendimento mais acurado em torno da estrutura/materialidade e da funcionalidade do gênero charge; ler, a partir do letramento racial, é buscar uma análise mais profunda de nossa sociedade, considerando as relações raciais como formas de poder e de controle. Como se pôde perceber, a leitura da semiose verbo-visual, conectada à sua dimensão sócio-histórica e discursiva, é capaz de revelar indícios de que o desaparecimento/assassinato de Amarildo de Souza está intrinsecamente relacionado ao racismo estrutural, se considerarmos a sua identidade racial (homem negro), a sua classe social (pobre) e o seu local de residência (favela). A partir da identificação dos seres representados (policial e homem negro), do espaço (favela) e da ação praticada (apagar/matar), revela-se um traço da violência policial, que é mais letal contra pretos, pobres e favelados. Trata-se, pois, de uma crítica ao genocídio da população

negra, produto do racismo estrutural institucionalizado nas forças de Segurança Pública.

Como defende Silva (2009), a leitura é um ato social, cultural e político e, para que ela se torne, de fato, uma leitura crítica, é preciso que o professor atue como mediador consciente e responsável. Por isso, defendemos que é preciso saber trabalhar a temática racial, apresentando textos/leituras que orientem uma percepção mais acurada sobre o fenômeno racial no país.

Conclusão

Esta pesquisa ainda está em andamento e, como todo trabalho científico, está sujeita a mudanças. Como resultado das investigações, esperamos desenvolver reflexões teórico-metodológicas que auxiliem no desenvolvimento de práticas didático-pedagógicas para apoio aos docentes da Educação Básica. Assim, pode-se fomentar o ensino de leitura comprometido com uma educação antirracista, centrada numa concepção da habilidade leitora que oriente, como defende Paulo Freire (2006), um ato de ler crítico e reflexivo sobre o mundo. A intenção é que a comunidade escolar possa refletir sobre os discursos e os imaginários raciais que circulam na sociedade. O letramento racial consiste em provocar uma leitura crítica, induzindo a uma reflexão sobre o racismo estrutural, permitindo que os alunos percebam que a discriminação racial permeia toda atividade discursiva.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de

ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”.

CARDOSO, Eveline Coelho; XAVIER, Glayci Kelli da S. *Tempo e narrativa no gênero charge: condensar para potencializar*, 2019.

CAVALLEIRO, Eliane. *Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018a.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27., 2005

_____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo, MACHADO, Ida Lúcia e MELLO, Renato de. (Orgs.) *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2001.

_____. Imagem, mídia e política: construção, efeitos de sentido, dramatização, ética. In.: MENDES, Emília. (coord.); MACHADO, Ida Lúcia *et alii*. (org.). *Imagem e discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013. p. 383-405.

_____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo, MACHADO, Ida Lúcia e MELLO, Renato de. (Orgs.) *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2001.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler em três artigos que se completam*. 48º. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Ezequiel Theodoro. *Criticidade e leitura: ensaios*. São Paulo: Global, 2009.

_____. *O Ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura*. São Paulo: Cortez, 2011.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

NARRANDO EM QUADROS: UMA ANÁLISE SEMIOLINGÜÍSTICA DA SEQUENCIALIDADE E SIMULTANEIDADE EM MANGÁS

Beatriz Bezerra Carvalho Maia¹

Introdução

Uma característica notável do mercado de quadrinhos japonês é a ampla segmentação demográfica que divide as revistas não só quanto à faixa etária alvo, mas também ao gênero feminino e masculino. As histórias que chegam ao Brasil, como mangás divididos em volumes, são, em princípio, publicadas em revistas que publicam exclusivamente uma dessas demografias.

Luyten (2011) destaca quatro demografias, o *Shokugaku*, as revistas didáticas voltadas para as crianças, o *shoujo* mangá, revistas voltadas para o público feminino, o *shounen* mangá, revistas voltadas para o público masculino, e o *seinenshi*, revistas voltadas para o público adulto masculino, sendo o *shoujo* e *shounen* revistas que abrangem tanto crianças quanto adolescentes.

Por conta da segmentação demográfica e dos diversos interesses sociais que fomentaram sua criação e continuidade, fórmulas de roteiro, narração e visual se estabeleceram como prototípicas de cada demografia.

É importante destacar que obras que divergem muito com o projeto editorial da revista em que são publicadas podem ser canceladas ou forçadas a mudar para uma outra revista com demografia mais adequada. Tomamos como exemplo o caso de Orange, inicialmente publicado pela revista *shoujo Bessatsu Margaret*,

¹ Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestranda em Estudos da Linguagem na UFF sob orientação da professora doutora Rosane Santos Mauro Monnerat.

mas, por conta da discussão sobre suicídio trazida pela narrativa, passou a ser serializado pela revista *seinen Monthly Action*.

Dentre as diferenças estilísticas visuais entre *shounen* e *shoujo* está a organização dos quadros. O mangá *shounen* possui uma forte influência das obras de Osamu Tezuka, cuja obra é vista como um marco na consolidação do mangá moderno, especialmente pela introdução de uma narrativa sequencial mais complexa. O mangá *shoujo*, por sua vez, possui uma linguagem visual muito distinta que se destaca pelo arranjo de quadros no estilo colagem, o que favorece o predomínio da simultaneidade no desenvolvimento narrativo.

Segundo Takahashi (2008), a peculiaridade do código visual do *shoujo* é um dos motivos pelos quais a demografia se mantém como um objeto de difícil leitura para aqueles que não constituem o público leitor. Além disso, é recebido de forma negativa pela crítica, sobretudo masculina, que percebe o uso desse arranjo de quadros como uma forma de desorganização e infantilização das obras.

Assim, faz-se necessária a análise de obras pertencentes a ambas as demografias como forma de não apenas fornecer subsídio para a apreciação dos diferentes códigos visuais utilizados pelas histórias quadrinhos (HQ), mas também como forma de expor de que modo esses códigos compõem a complexidade da sequência narrativa e se relacionam intimamente com a manipulação das emoções do público leitor.

Metodologia

Optamos por analisar um mangá de cada demografia a fim de comparar os arranjos de quadros e explicitar como as diferenças de estilo das duas demografias afeta o modo de funcionamento da sequência narrativa.

Além de *Sakura Card Captors* ser um mangá relevante dentro da demografia *shoujo* desde sua publicação em 1996, recebendo em 2001 o prêmio *Seiun* de melhor mangá, essa narrativa apresenta de forma bastante marcada muitas das características estilísticas

comuns ao *shoujo*. Utilizaremos a edição de 2012 publicada pela editora JBC.

Por outro lado, *Mahou shoujo site* atraiu atenção midiática por se apresentar como uma desconstrução do ideal de garota mágica, colocando as personagens em uma narrativa de horror paranormal. A adaptação para anime chegou a ser denunciada pelo comitê de vigilância da mídia japonesa por conta do conteúdo explícito.² Utilizaremos a tradução não oficial disponibilizada pelo grupo Anarchy scans no *site Mangá livre*.

Ambas as narrativas se apresentam sob o ponto de vista das protagonistas, Sakura e Aya. Acontecimentos extraordinários invadem a vida cotidiana das garotas, levando-as a uma jornada heroica de autoconhecimento e desenvolvimento pessoal, ou seja, a sucessão de acontecimentos é parecida. Escolhemos três pontos principais para analisar: a introdução das protagonistas, o primeiro uso de seus poderes mágicos e o momento em que se transformaram em garotas mágicas. A partir da análise desses momentos, mostraremos como a utilização do espaço orienta a organização lógica da narrativa que obedece à mobilização do *pathos*.

Fundamentação teórica

Bakhtin (1997) define gêneros do discurso como tipos relativamente estáveis de enunciados produzidos em uma esfera discursiva. Para considerar um enunciado como gênero do discurso, é necessário que identifiquemos três elementos mais ou menos estáveis em sua composição: conteúdo temático, construção composicional e estilo. Esses fundem-se no todo do enunciado e são marcados pela especificidade da esfera comunicativa na qual são produzidos, localizando-se em um domínio discursivo.

Dessa forma, gêneros discursivos são percebidos por Marcuschi (2021) como designações sociorretóricas, distinguidos

² Mahou Shoujo Site vira provável alvo de denúncias por conteúdo violento no Japão – IntoxiAnime.

principalmente por parâmetros funcionais. Subjacente à organização desses, encontram-se os tipos textuais. Estes funcionam de forma complementar aos gêneros e representam os modos de organização do discurso que se combinam a fim de estruturar, por critérios linguísticos, o enunciado.

A semiolinguística descreve quatro modos de organização do discurso: enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo. Observemos no quadro a seguir as principais características do modo narrativo:

Quadro 1 – Modos de organização do discurso

MODO DE ORGANIZAÇÃO	FUNÇÃO DE BASE	PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO
NARRATIVO	Construir a sucessão das ações de uma história no tempo, com a finalidade de fazer um relato	<ul style="list-style-type: none"> ● Organização da lógica narrativa (actantes e processos) ● Encenação narrativa

Fonte: Charaudeau, 2019 p. 75.

O mangá é um gênero multissemiótico, ou seja, que combina, em relação de complementaridade, dois tipos de signo, o verbal e o imagético. Assim, compreendemos que a função base da narrativa ocorre também pela linguagem visual. A forma lógica de como essa função se organiza difere, porém, de uma demografia para outra por meio do arranjo de quadros. Isso nos leva ao embate entre sequencialidade e simultaneidade como princípios de organização dos quadros em uma história, e o regime de tempo e espaço que esses princípios se instauram. Eisner (2000) defende que o visual³ seria a forma pura de Arte Sequencial, pois é uma linguagem narrativa e ele parte dos fenômenos presentes no cinema para

³ O autor difere Visual e Ilustração. A ilustração reforça ou adorna uma passagem verbal, repetindo o texto, e o Visual é uma série ou sequência de imagens que substitui uma passagem verbal.

construir sua reflexão acerca dos quadrinhos. Contudo, Miodrag (2013) contesta essa percepção uma vez que a leitura de quadrinhos é bidimensional e o indivíduo tem a oportunidade de observar o conjunto e não apenas um quadro ou frame por vez. Essa característica expande as formas narrativas para além da proposição de Eisner na qual espaço significa passagem de tempo.

Ao contrário de quadros e cenas de um filme ou do teatro, que são ambos bidimensionais em si, mas visto em trânsito e estritamente um de cada vez, segmentos de quadrinhos são visíveis simultaneamente e, conforme a separação dos quadros mostra, podem corresponderem-se entre si ao ponto de agirem como unidade, interrompendo e divergindo a leitura sequencial. (MIODRAG, 2013 p. 203, tradução nossa).⁴

Assim, operamos uma leitura simultânea por meio da visão periférica, implicando que, para além de uma arte sequencial, os quadrinhos também são uma arte simultânea. Essa característica dialoga diretamente com os regimes de espaço propostos por Landowski que leva em consideração as formas como nos relacionamos com o espaço por meio da oposição entre continuidade e descontinuidade. Vejamos a seguir:

⁴ Unlike the shots and scenes of film and theater, which are two-dimensional in themselves but that are viewed in transit and strictly one at a time, comics' segments are visible simultaneously and, as the split panel device shows, can enter into correspondence to the extent they act like units, interrupting and diverting a sequential reading (MIODRAG, 2013 p. 203, texto original).

Quadro 2 – Regimes de espaço



Fonte: LANDOWSKI, 2015 p. 13.

O regime que constrói a isotopia de tecido estabelece uma interação de programação onde as coisas constituem um todo, saturado de elementos, ou seja, baseiam-se sobre a ideia de continuidade, ainda que possam apresentar uma superfície diversa.

Na isotopia da rede, temos um espaço virtualizado que se faz pela manipulação, onde coisas e valores se relacionam por meio da conjunção. Está baseado pela não descontinuidade, apresentando o vazio entre os sujeitos no qual circulam os valores.

Na isotopia da voluta, passamos a uma percepção que nega a continuidade, sendo o regime que mostra as marcas do movimento que rompe a conjunção de coisas e valores por meio de ajustamentos. Na isotopia, a percepção da descontinuidade radical cria um mundo de instante isolado no qual espaço e tempo estão suspensos. É o espaço existencial da nossa existência no mundo.

Por fim, apontamos que todas essas escolhas estilísticas que levam a diferentes construções do espaço e, conseqüentemente, a diversas relações entre indivíduo e espaço durante a leitura estão intimamente ligadas à expressão do *pathos*.

Em ambos os mangás analisados, as emoções têm grande importância no desenvolvimento das histórias. Afinal, são o ponto de partida das ações das personagens e o elemento pelo qual o leitor é convidado a comungar do mesmo universo de valores da

obra. Abaixo, listamos as principais tópicas de emoção mobilizadas na construção das narrativas:

Quadro 3 – Tópicas das emoções

Tópica	Modo de expressão	Estado exprimido	Figuras
Esperança	Elocutivo ⁵	Estado de espera por algo positivo	confiança, desejo, oração etc.
Angústia	Elocutivo	Espera pelo desconhecido que apresenta ameaça	melancolia, medo, terror etc.
Dor	Elocutivo	Insatisfação do desejo	tristeza, vergonha, humilhação etc.
Alegria	Elocutivo	Introspecção, intransitividade reflexiva	satisfação, contentamento, vaidade, orgulho etc.
Simpatia	Elocutivo e Alocutivo	O sujeito se volta ao indivíduo em estado de sensibilidade	benevolências, compaixão, piedade etc.
Antipatia	Elocutivo e Alocutivo	Um estado de indignação	indignação, acusação, denúncia etc.
Atração	Delocutivo	Essencializa o outro em uma imagem positiva ideal	admiração, encantamento, fervor etc.
Repulsa	Delocutivo	Essencializa em uma imagem negativa	desprezo, fobia, aversão etc.

Fonte: adaptado de CHARAUDEAU, 2010.

⁵ Segundo Charaudeau (2019 p. 82-84), no comportamento elocutivo, o sujeito falante enuncia seu ponto de vista sobre o mundo, que pode ser especificado como modo de saber, avaliação, engajamento e decisão. No comportamento alocutivo, sujeito enuncia sua posição no mundo, que pode ser superioridade ou inferioridade, e no comportamento delocutivo, o sujeito falante se apaga do ato de enunciação e não implica o interlocutor.

Análise

As figuras seguintes apresentam a situação dada das protagonistas, mostrando partes da sua rotina. Na figura 1a, Sakura é apresentada em uma tópica de atração que fora construída pelas páginas anteriores que mostravam um vídeo de seu sucesso ao capturar uma carta Clow ao lado de seus amigos.

É possível notar que os quadros se organizam de forma a parecer uma colagem sobre a imagem de Sakura acordando em sua cama, desalinhados e com diferentes tamanhos e formas. A sobreposição de quadros indica que os eventos de cada quadro ocorrem de forma quase simultânea que só pode ser percebida por meio da observação primeira da página como um todo.

Figura 1- Apresentações



Fonte: Sakura Card Captors, v1 cap. 1, 2012



Fonte: Mahou Shoujo Site, v1 cap. 1, 2013

Na figura 1b, contudo, Aya é apresentada sob uma tónica de angústia criada pelas páginas anteriores, que a mostram tremer ao contato com o irmão e seu rosto constantemente escondido sob o cabelo. Os quadros, apesar de não estarem perfeitamente ajustados, mantêm a forma, com espaços vazios indicando quão breve é o tempo transcorrido entre uma ação e outra. Tal espaçamento estabelece vários momentos de descontinuidade dentro de uma sequência de cenas que ocorrem uma após a outra.

Diferentemente da continuidade criada pela saturação de quadros sobrepostos na figura 1a, que permite a observação do espaço do quarto, o ambiente em que Aya se encontra só é relevante quando ela se encontra frente ao trilho do trem. Os olhos de Aya também são revelados nesse instante em que a garota está prestes a expressar o desejo pela morte.

Nas figuras 2a e 2b, o contraste entre contínuo e descontínuo se mantém, ainda que ambas as páginas apresentem uma grande saturação de elementos. Contudo, os limites entre os quadros da figura 2b ainda são extremamente rígidos e estabelecidos pelas grossas linhas pretas que os separam.

Figura 2 - Uso de objetos mágicos

Figura 2a – Uso do báculo



Fonte: Sakura Card Captors, v1 cap. 1, 2012

Figura 2b – Uso da arma



Fonte: Mahou Shoujo Site, v1 cap. 1, 2013

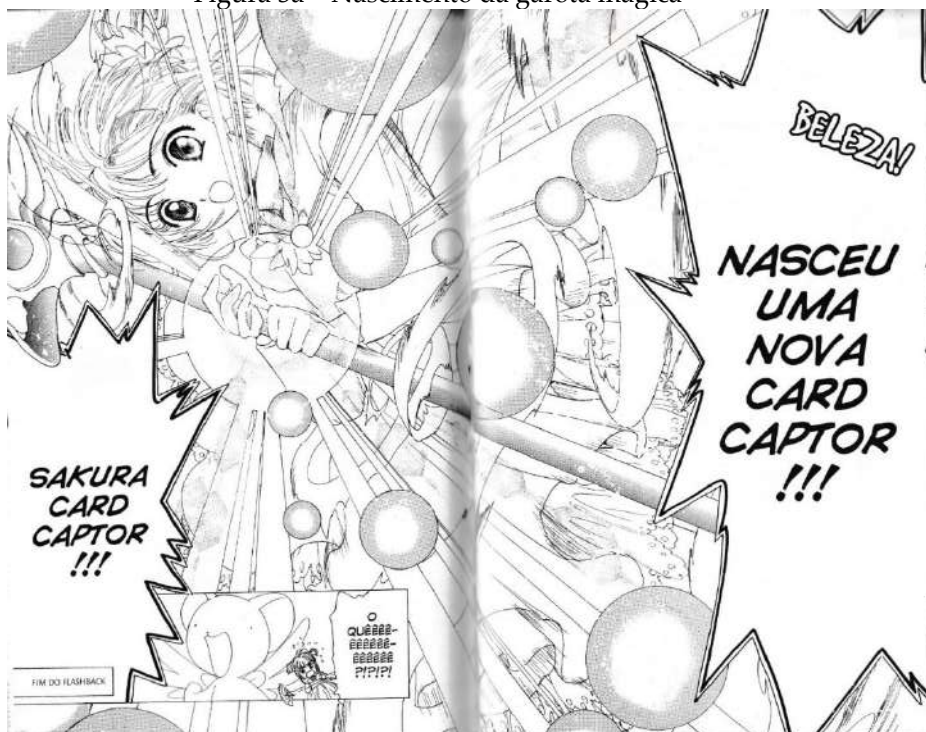
A figura 2a, por meio da sobreposição, força a leitura das cenas a partir de uma temporalidade distorcida que suspende o tempo decorrido entre as ações e cria a sensação de concomitância entre elas. A figura 2b apresenta recortes, deixando implícito o momento em que Aya aponta a arma, antes de puxar o gatilho. Assim, também há certa distorção no tempo demonstrado pelo arranjo.

Observando a postura das personagens, uma com os olhos abertos e corpo bem equilibrado no ar, a outra com olhos fechados, sentada no chão, contra a parede e ombros recuados, podemos constatar as figuras patêmicas que organizam esses trechos. Enquanto Sakura exhibe confiança, Aya demonstra desespero. Nesse momento, o espaço em que Sakura se encontra é apagado em detrimento da demonstração de poder que o perturba. Entretanto, o espaço ao redor de Aya é recuperado para apresentar sua posição

de humilhação ao ser encurralada pelas pessoas que a maltratam na escola.

Esperança e Angústia são as tópicas que ditam a construção desse momento narrativo que adapta a lógica de espaço e tempo com a finalidade de afetar o leitor, tornando-o simpático às duas garotas.

Figura 3a – Nascimento da garota mágica



Fonte: Sakura Card Captors, v1 cap. 1, 2012.

A figura 3a apresenta não apenas a sobreposição de quadros, como também ocupa duas páginas do mangá com uma ilustração. Esse recurso foi utilizado muitas vezes no capítulo como forma de representar a intensidade dos momentos vividos por Sakura.

O báculo mágico que é realçado por uma aura de luz e brilho torna-se um símbolo de poder. Esse poder é inerente a Sakura que “nasce” como garota mágica. Ela se apresenta admirada com a

situação inesperada, apesar de incrédula, o tom alegre das falas de seu companheiro de cena e mentor, mantém a atmosfera positiva.

A figura 3b, no entanto, apresenta a primeira sobreposição completa de imagens, lançando mão de um recurso incomum à demografia *shounen*: a ilustração de corpo inteiro. O olho transformado de Aya ao utilizar seus poderes ocupa, pela primeira vez, posições de destaque, sendo uma imagem que se repete.

Figura 3b – Despertar da garota mágica



Fonte: Mahou Shoujo Site, v1 cap. 1, 2013.

O poder da garota não é algo inerente a sua natureza, mas uma característica desperta pelo desespero que sentira durante a perseguição. Foi concedido pela personagem de olhar obscuro que aparece na figura 2b.

Apesar da sobreposição da figura de Aya aos demais quadros, os limites ainda são bem demarcados. Ainda que o quadro de cima apresente um instante simultâneo ao segundo quadro, a divisão linear impõe a descontinuidade da leitura.

A frase que se destaca em fundo preto, bem como as expressões tristes das duas personagens, demarca a descoberta do poder mágico se organizando pela tópica da dor.

Conclusão

Com base nas características descritas pela análise do primeiro capítulo dos mangás *Sakura Card Captors* e *Mahou Shoujo Site*, consideramos que, enquanto o primeiro privilegia um regime de espaço que cria a isotopia de Tecido, o segundo privilegia a isotopia da Voluta.

O universo patêmico das obras apresenta forte influência sob o modo de organização dos quadros que constitui as isotopias de regime de espaço. A lógica narrativa é, então, apresentada de forma diferente em ambas as obras em virtude da distorção do tempo que as escolhas de arranjo que cada obra contém.

Entretanto, gostaríamos de destacar que, apesar de as histórias privilegiarem determinadas características de sequencialidade/simultaneidade, isotopia espacial e tópicas patêmicas, todos os elementos descritos convivem em ambas as narrativas. É possível ver, por exemplo, marcas da voluta na figura 2a e indícios do tecido nas figuras 2b e 3b.

É a convivência dessas características que permite a produção criativa e a maleabilidade dos enunciados, expandindo as demografias e criando uma grande colônia de gêneros discursivos. Para além de julgamentos que denominem uma ou outra forma de organizar enunciados como infantil ou imprópria, a base narrativa

se mantém, assumindo diferentes lógicas a serviço da construção patêmica.

Referências

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martim Fontes, 1997.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e Discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2019.
- CHARAUDEAU, P. Patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In _____ *Emoções no discurso*. Vol II, Org. Emília Mendes, Ida Lúcia Machado. Mercado de Letras. 2010.
- CLAMP. SAKURA CARD CAPTOR. São Paulo: JBC, 2012.
- EISNER, W. *Comics and Sequential Arts*. Poorhouse press, Florida, 2000
- LANDOWSKI, E. *Regime de espaço*. Galáxia (São Paulo, Online), n. 29, p. 10-27, jun. 2015.
- LUYTEN, Sonia B. *Mangá: o poder dos quadrinhos japoneses*. São Paulo: Hedra, 2011.
- MARCUSCHI, L.A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. SP: Parábola, 2021.
- MIODRAG, H. *Comics and Language: Reimagining Critical Discourse on the Form*. University Press of Mississippi, Mississippi, 2013.
- SATOU, K. Mahou shoujo site. Capítulo 1, tradução não oficial, 2013. Disponível em: <https://mangalivre.net/manga/mahou-shoujo-site/4121>.
- TAKAHASHI, M. Opening the Closed World of Shoujo Manga. In: MACWILLIANS, M. W. *Japanese visual culture: Explorations in the world of Manga and Anime*. M.E Sharpe: New York, 2008.

TREZENTOS MIL: UM MUNDO EM PRETO E BRANCO SIGNIFICADO PARA OS LEITORES NA CAPA DO *MEIA HORA*

Clayton Luiz da Silva Moreira¹

Introdução

No atual contexto midiático, já não é suficiente informar. Para a instância midiática, é preciso se destacar em meio à concorrência e, para isso, é necessário semiotizar um fato de modo a captar a atenção do seu leitor, induzindo-o à compra e também ao compartilhamento em redes sociais, o que pode indicar provável adesão às teses propostas por aquele suporte de mídia.

O ato de linguagem, na definição de Charaudeau (2019a, p. 43), é uma encenação. As mídias, em função disso, lançam mão de estratégias que visam não apenas “fazer saber” (querer transmitir um saber a quem se presume não possui-lo) como também “fazer crer” (querer levar o outro a pensar que aquilo que se diz é verdadeiro) e, ainda, “fazer sentir” (provocar no outro estados emocionais).

No presente trabalho, baseamo-nos na Teoria Semiollingüística de Análise do Discurso de Patrick Charaudeau (2019) para analisar, do lingüístico ao discursivo, a semiotização do mundo em uma capa do jornal popular *Meia Hora*, procurando evidenciar como, por meio de textos verbal e não verbal, a instância midiática não apenas faz uso da visada de “fazer saber”, como também da de “fazer sentir”. Para isso, mobiliza saberes de conhecimento e de crença de seu público mostrando a polarização da sociedade brasileira por ocasião da pandemia do coronavírus, vindo, assim, a assumir uma posição, a favor da ciência e da vida e contra o posicionamento negacionista do então presidente Jair Bolsonaro.

¹ Mestrando em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação da professora doutora Ilana da Silva Rebello Viegas. E-mail: claytonluizmoreira@gmail.com.

A Semiologia

A Teoria Semiológica surgiu no início dos anos 80, a partir dos estudos do linguista francês Patrick Charaudeau. Buscando definir sua teoria, Charaudeau (2005, p. 13) explica que o nome surge da união entre *Semio-*, de *semiosis*, lembrando-nos de que a construção de sentido ocorre nos atos de linguagem, quando um sujeito se apropria da língua por meio da relação entre forma e sentido – o que pode ser feito em diferentes sistemas semiológicos – e, movido por uma determinada intenção e dentro de um determinado quadro de ação, busca influenciar outro(s) sujeito(s). O uso do termo *-linguística* busca enfatizar que essa ação empreendida pelos sujeitos é constituída pelas línguas naturais. Devido à dupla articulação dessas línguas e à particularidade combinatória de suas unidades sintagmático-paradigmáticas em vários níveis (palavra, frase, texto...), esse material linguístico irá impor ao sujeito, para a construção do sentido, o processo chamado *semiotização do mundo*,² que difere do de outras línguas.

De acordo com a teoria semiológica, todo ato de linguagem é uma encenação, uma *mise en scène* em que os atores/sujeitos desempenham papéis, projetando imagens de si mesmos. Nessa representação, estão inseridos, no mínimo, quatro sujeitos do ato de linguagem: o sujeito enunciador ou EU-enunciador (EUE) e o sujeito destinatário ou TU-destinatário (TUD), ambos seres de palavra e protagonistas do espaço do *Dizer* ou *instância discursiva*; e o sujeito comunicante ou EU-comunicante (EUC) e o sujeito interpretante ou TU-interpretante (TUI), ambos seres psicossociais e parceiros do espaço do *Fazer* ou *instância situacional*. O ato de linguagem compõe-se, portanto, de um *espaço externo* (fazer) e de um *espaço interno* (dizer), que são indissociáveis um do outro (CHARAUDEAU, 2008, p. 20).

Pensando no *corpus* deste trabalho - uma capa do jornal *Meia Hora*, gênero do domínio discursivo midiático - de um lado, há a

² O conceito de semiotização do mundo será abordado mais à frente neste trabalho.

instância de produção, composta por muitos sujeitos – jornalista, desenhista, editor – que, uma vez funcionários do jornal, submetem sua enunciação aos interesses comerciais da empresa jornalística. Esses muitos sujeitos compõem o EU-comunicante, que detém a iniciativa do ato de comunicação e que cria um EU-enunciador, na figura de um jornalista que irá semiotizar o mundo para o leitor a partir do ponto de vista do veículo de comunicação, projetando no texto o que ele supõe estar dentro das expectativas dos leitores. Ao lado do EU-enunciador irá atuar, na instância de recepção, o TU-destinatário, que consiste naquele leitor-alvo idealizado pela instância de produção e possível leitor do jornal, que dá lugar ao TU-interpretante, o leitor real e concreto que tem acesso ao jornal exposto na banca e, ainda, o que se tornou comum com o advento das redes sociais, na internet. Para o veículo de comunicação, é importante se destacar em relação à concorrência, a fim de captar mais leitores porque, afinal, não obstante ter o compromisso de informar, a empresa visa ao lucro.

Ao procederem à encenação do ato de linguagem, os sujeitos precisam levar em consideração alguns dados, como a *identidade dos parceiros* (quem fala a quem?), a *finalidade* do ato de linguagem (qual o objetivo?), o *propósito* (do que se trata?) e o *dispositivo* (em que ambiente se inscreve o ato de comunicação, que canal de comunicação é utilizado?).

Em relação à identidade, como postula Charaudeau (2009), ao se colocar em situação de falante, o EUC constrói uma identidade discursiva, que é criada para que um eu-enunciador (EUE) possa executar o ato de linguagem. Essa identidade discursiva, que tem sua base na identidade social forjada na prática social e em cada situação de comunicação, “tem a particularidade de ser construída pelo sujeito falante para responder à questão: ‘Estou aqui para falar como?’”

Em relação à finalidade, todo ato de linguagem tem uma intencionalidade que, de acordo com Charaudeau (2019b, p. 69), pode ser prescritiva, “fazer fazer” (levar o outro a agir de uma determinada maneira); informativa, “fazer saber” (transmitir um saber a quem se presume não possui-lo); incitativa, “fazer crer” (levar o outro a pensar

que o que está sendo dito é verdadeiro ou possivelmente verdadeiro) e a visada de *pathos*, “fazer sentir” (provocar no outro um estado emocional agradável ou desagradável).

Na capa que iremos analisar neste artigo, poderemos observar como, em toda situação comunicativa, uma ou várias visadas podem ser utilizadas, porém uma delas predomina, porque é ela que irá permitir que se cumpra a expectativa do contrato de comunicação. Veremos também como essas visadas guardam estreita ligação com as estratégias discursivas a que recorre o EUC para alcançar seus objetivos pensados quando coloca em cena o texto.

A seguir, iremos tratar da patemização, que vem a ser uma das estratégias utilizadas pelo EUC para influenciar o comportamento do TUi. Veremos também como a *mise en scène* orquestrada pelo EUC pode direcionar a interpretação dos fatos por parte do TUi.

A patemização como estratégia na semiotização do mundo

O processo de semiotização do mundo ocorre a partir de um duplo processo: o de transformação, em que um EU-comunicante toma a iniciativa de transformar, segundo seu projeto de influência, um mundo em estado bruto, em um mundo dotado de significado para um TU-interpretante (TUi); e o de transação, em que o EUC faz desse “mundo significado” um objeto de troca com o TUi, destinatário desse objeto.

Ao tratar do texto jornalístico, Charaudeau (2019b, p. 256) afirma que “o cidadão nunca tem acesso ao acontecimento bruto, ele sempre entra em contato com um acontecimento filtrado pela mídia”. Isso nos permite afirmar que o que é noticiado pela mídia não é exatamente aquilo que aconteceu (o acontecimento bruto), mas o acontecimento devidamente filtrado pela subjetividade do EUC, que detém a iniciativa do ato de comunicação e que irá mostrar o fato como entende que ele deve ser mostrado, segundo sua interpretação.

O mundo é, assim, significado por meio da semiotização do mundo, pelos processos de *transformação* e de *transação*. No

processo de transformação, o sujeito que comunica lança mão das seguintes operações: *identificação*, em que, por meio de substantivos, nomeiam-se entes reais e imaginários para que se possa falar deles; *qualificação*, em que, com o uso de adjetivos, nomes e construções oracionais diversas, busca-se caracterizar e especificar os seres; *ação*, em que, por meio de verbos e advérbios, sinaliza-se a mudança de estado desses entes que agem ou sofrem a ação; e *causação*, em que se recorre a conectores, operadores lógicos e modalizadores, porque esses entes agem ou sofrem a ação motivados por uma causa.

Já o processo de transação ocorre por meio dos seguintes princípios elencados por Charaudeau (2005, p. 15): o *princípio da alteridade*, em que os parceiros estabelecem uma troca em que se reconhecem como semelhantes, porque compartilham os mesmos saberes acerca do mundo, e diferentes, porque cada um vivencia um papel específico; o *princípio da pertinência*, porque o universo referencial compartilhado entre os parceiros precisa fazer sentido para ambos; o *princípio da influência*, em que os sujeitos procuram se influenciar de alguma forma; e o *princípio da regulação*, estreitamente ligado ao princípio anterior, pois os parceiros regulam as informações compartilhadas para que possa haver uma compreensão mínima a respeito do que se está comunicando. Esses quatro princípios são essenciais para que os interlocutores satisfaçam as condições de *legitimidade*, de *credibilidade* e de *captação*.

O jornal, por seu estatuto profissional e institucional, possui *legitimidade* social para assumir a palavra e informar sobre os eventos cotidianos. Pela lógica comercial, o *Meia Hora* é um jornal identificado com as classes populares e tem legitimidade para dirigir-se a esse público. Para ser levado a sério pelo leitor e para, portanto, ter *credibilidade*, o jornal pode recorrer a atitudes de neutralidade, distanciamento e engajamento. O *Meia Hora* assume, em geral, uma postura de neutralidade ao utilizar a 3ª

pessoa gramatical e a modalidade delocutiva³ do discurso, como se não estivesse presente na enunciação. Para poder captar a atenção do interlocutor e levá-lo a adquirir um exemplar, o jornal irá se valer das estratégias de polêmica, sedução e dramatização. O *Meia Hora* assume essas atitudes, ora fazendo questionamentos ou objeções acerca das ideias focalizadas, ora propondo ao leitor um cenário de humor e riso do qual ele seria o beneficiário, ora apelando para o estado emocional do sujeito quando descreve fatos e dramas da vida, transformando a notícia em espetáculo e promovendo efeitos de *pathos*.

Segundo Charaudeau (2007), cabe à Semiologia “estudar o processo discursivo pelo qual a emoção pode ser colocada, ou seja, tratar esta como um *efeito visado* (ou *suposto*), sem nunca ter a garantia sobre o *efeito produzido*”. Pelo fato de a Semiologia não possuir os meios metodológicos para estudar a emoção como realidade vivenciada por um sujeito, Charaudeau (*op.cit*) prefere “os termos ‘*pathos*’, ‘*patêmico*’ e ‘*patemização*’ ao de emoção”. Não se trata de uma definição das emoções, mas do modo como elas são retratadas na mídia e os efeitos de *pathos* a partir de quatro grupos de tópicos: “o tópico da ‘*dor*’ e seu oposto, a ‘*alegria*’; o tópico da ‘*angústia*’ e seu oposto, a ‘*esperança*’; o tópico da ‘*anti-patia*’ e o seu oposto, a ‘*simpatia*’; o tópico da ‘*repulsa*’ e seu oposto, a ‘*atração*’”.

Como afirma Rebello,

a patemização pode estar presente em qualquer *mise en scène*, de forma explícita ou implícita, já que, em muitas situações, pode haver um Eu-comunicante intencionado, a partir de seus valores e das representações que circulam em sociedade, a afetar um Tu-interpretante (REBELLO, 2021, p. 57).

³ De acordo com Charaudeau (2019a, p. 100, grifos do autor), “modalidades delocutivas são *desvinculadas* do locutor e do interlocutor. O Propósito *existe em si*, e *se impõe* aos interlocutores em seu modo de dizer: ‘*Asserção*’ ou ‘*Discurso relatado*’”.

Como já afirmamos, as três estratégias de captação são normalmente utilizadas pelo *Meia Hora* em suas capas, ainda que elas sejam informativas. Afirma Charaudeau (2019b, p. 72) que a instância de produção tem “um duplo papel: de fornecedor de informação, pois deve fazer saber, e de propulsor do desejo de consumir as informações, pois deve captar seu público”, o que poderemos verificar a seguir.

300 mil – A polarização semiotizada

Neste trabalho, iremos analisar a capa da edição do jornal carioca *Meia Hora* de 25 de março de 2021.

Na véspera, o Brasil atingira a triste marca de 300 mil mortos por Covid-19.⁴ Na manhã do dia seguinte, o *Meia Hora* chegou às bancas com a seguinte capa:

Figura 1 – Capa do jornal Meia Hora de 25 de março de 2021



Fonte: Ver Capas.

Disponível em: <https://www.vercapas.com.br/educacao/capa/meia-hora/2021-03-25/>. Acesso em 16 jan. 2021..

⁴ Disponível em: Acesso em: 16 jan. 2023).

A capa do jornal traz como manchete única o algarismo “300.000”, com a representação do vírus que ficou popularizada marcando o ponto decimal. Ao fundo, está o mapa do Brasil, que aparece partido ao meio, e duas pessoas na parte superior parecem estar uma de cada lado a sustentar o país, segurando um caixão com uma corda. Do lado esquerdo da capa, um homem de camisa preta usa a máscara de forma errada (sobre os olhos) e, com a boca aberta, parece reclamar e, ao mesmo tempo, assume o risco de contaminar quem está à sua volta. Do lado oposto, um homem de camisa branca usa a máscara corretamente, e uma lágrima rola pelo seu rosto. O logotipo do jornal *Meia Hora*, que ostenta uma máscara sobre a letra “O”, permite inferir que a instância midiática se posiciona ao lado de quem faz o uso correto da máscara.

Na capa do *Meia Hora* predominam as cores preto e branco. Informa Guimarães (2004, p. 91), citando Bystrina, que a oposição vida-morte é a mais importante do início da cultura, e a correspondência cromática dessa binariedade reside na oposição branco-preto, e essa binariedade normalmente é polarizada, atribuindo-se um valor positivo ao branco (paz, luz) e um valor negativo ao preto, que, além de ser a cor da morte, é também a cor das trevas, do desconhecido e do que provoca medo, além de ser, conforme nos lembram Chevalier e Gheerbrant (2012, p. 740), “simbolicamente compreendido sob o seu aspecto mais frio, negativo”. É a cor do luto de uma maneira mais opressiva que o branco em certas culturas. Lembremos que, na capa do *Meia Hora*, o homem que usa a máscara de forma errada veste preto, ao passo que o que a utiliza corretamente veste branco.

Considera-se a cor como informação, segundo Guimarães (2003, p. 31), todas as vezes em que sua aplicação desempenhar uma das funções responsáveis por organizar e hierarquizar informações ou lhes atribuir significado. Ainda segundo Guimarães (*op.cit.*, p. 32), “a consciência de que a cor pode incorporar significados às informações que são coloridas aumenta a responsabilidade do jornalista e do designer de notícia”.

Na capa do *Meia Hora* predominam as visadas informativa e de *pathos*. De acordo com Charaudeau (2019b, p. 92), na instância midiática reside uma contradição: de um lado, “a finalidade de fazer saber, que deve buscar um grau zero de espetacularização da informação, para satisfazer o princípio de seriedade ao produzir efeitos de credibilidade”; de outro lado, “a finalidade de fazer sentir, que deve fazer escolhas estratégicas apropriadas à encenação da informação para satisfazer o princípio de emoção ao produzir efeitos de dramatização”.

Conforme Charaudeau (2019a, p. 75), “o locutor, mais ou menos consciente das restrições e da margem de manobra proposta pela *situação de comunicação*, utiliza *categorias de língua* ordenadas nos *modos de organização do discurso* para produzir sentido, através da configuração de um *texto*”. Assim, dependendo dos objetivos visados, do lugar social e dos papéis dos participantes, o *eu-comunicante*, sujeito que põe em cena o *eu-enunciador*, poderá utilizar sequências de um ou de vários modos em seu texto. Charaudeau (2019a, p. 74) cita quatro modos de organização do discurso: enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo.

Na capa do *Meia Hora* em análise, tem-se o uso do modo descritivo, que é utilizado para nomear e qualificar seres do mundo de forma objetiva ou subjetiva. Segundo Charaudeau (*op.cit.*, p. 111), “descrever consiste em ver o mundo com um ‘olhar parado’”, com as propriedades e os aspectos que ele possui num dado momento, como na manchete do *Meia Hora*, “300.000”. Nessa manchete, a realidade é descrita de forma objetiva por aquele que enuncia.

O modo argumentativo, por sua vez, segundo Charaudeau (*idem*, p. 207) resulta de “uma combinação entre diferentes componentes que dependem de uma situação que tem finalidade persuasiva” ou demonstrativa. Todo texto tem, por trás de si, um produtor que visa persuadir o seu leitor (ou leitores) ou demonstrar a ele(s) alguma asserção sobre o mundo, usando, para tanto, vários recursos de natureza lógica e linguística. O leitor é levado a crer naquilo que o texto diz.

Segundo Amossy (2018, p. 7), há textos que têm por objetivo explícito agir sobre o interlocutor, a fazê-lo aderir a uma determinada ideia: possuem, portanto, uma visada argumentativa. No entanto, há outros também que não objetivam intencionalmente e diretamente influenciar o interlocutor, mas, de alguma maneira, orientam o olhar, direcionando a compreensão a respeito de fatos do mundo, possuindo então uma dimensão argumentativa. É esta última que a imagem utilizada encerra na presente capa, porque procura modificar a orientação dos modos de ver e de sentir do leitor. Numa relação de complementaridade, o texto verbal e o não verbal encontram-se integrados. Segundo Santaella (2012, p. 110), “quando ambas as fontes de informação, imagem e texto, são importantes para se compreender o significado global de uma mensagem, tem-se uma relação de complementaridade”. Segue a autora dizendo que a imagem pode informar com recursos diferentes do texto, na medida em que mostra aquilo que, linguisticamente, é difícil de apresentar, ou que, na nossa visão, não interessa apresentar.

Em pesquisas nossas para uma dissertação em andamento, pudemos verificar que, ao contrário do também voltado às classes populares *Extra*, jornal pertencente ao Grupo Globo e que desde o início da pandemia do coronavírus procurou associar o avanço da doença à figura do então presidente Jair Bolsonaro, o *Meia Hora* evitava estabelecer essa associação. No entanto, isso começou a mudar quando o Brasil chegou à marca de 300 mil vidas perdidas por Covid-19. Visando mostrar a seus leitores os efeitos da polarização política da sociedade brasileira, o *Meia Hora* trouxe na capa a representação de um país dividido entre aqueles que, durante a pandemia, apoiavam o uso de máscaras anti-Covid, e efetivamente as usavam, e os que eram contra o uso das máscaras, muitos deles apoiadores do então presidente Jair Bolsonaro, que por inúmeras vezes minimizou e, mesmo, desestimulou seu uso.⁵

⁵ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/em-dia-de-recorde-de-mortes-bolsonaro-questiona-o-uso-de-mascaras/>. Acesso em: 17 jan. 2023.

A *mise en scène* urdida pelo *Meia Hora* buscou mobilizar nos leitores os seus saberes de conhecimento acerca da pandemia. Segundo Charaudeau (2017, p. 581), esses saberes estabelecem “uma verdade sobre os fenômenos do mundo”, e uma verdade que existe fora da subjetividade do sujeito. Esse saber é feito de experiência: o leitor que concorda com a posição do jornal se vê diante de um fato impessoal, desprovido de subjetividade e, portanto, indiscutível: ele sabe que, se usar a máscara corretamente, diminuirá os riscos de contrair Covid. No entanto, certamente houve leitores que, diante da capa, mobilizaram seus saberes de crença. Charaudeau (*op.cit.*, p. 582) ensina que “a crença procede do olhar que o sujeito tem sobre a legitimidade dos eventos e das ações do homem”. Dessa forma, o saber se encontra no sujeito, procede do sujeito e é portador de julgamento. O saber de crença pode ser de revelação ou de opinião. Quando de revelação, supõe-se que exista um lugar de verdade exterior ao sujeito, mas, diferente do saber de conhecimento, ela não pode ser provada porque se exige uma adesão total do sujeito a ela. As doutrinas, que não raro se definem na referência à palavra de uma figura carismática, se atrelam a esse tipo de saber. Durante a pandemia, o então presidente Jair Bolsonaro por diversas vezes atacou o uso de máscaras, de modo que a sua não utilização passou a caracterizar os seus adeptos, conhecidos como “bolsonaristas” ou “bolsominions”⁶.

A capa muitas vezes é o único elemento do jornal ao qual o leitor terá acesso, e quanto mais impactante for a imagem utilizada na capa, mais ela será capaz de reter a atenção do leitor. Como afirma Rebello (2021, p. 61), “a capa direciona o olhar do leitor para determinados aspectos, influenciando a interpretação”. A imagem utilizada pelo *Meia Hora* obrigava o tu-interpretante a fazer inferências, a buscar sentidos fora do texto, e o jogo de cores e imagens visa seduzir o destinatário, que tanto pode ser o leitor de

⁶ Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/06/30/bolsominions-como-personagens-se-tornaram-sinonimo-de-bolsonaristas.htm>. Acesso em: 17 jan. 2023.

banca, levado a adquirir um exemplar, quanto o usuário de internet, que, aderindo à tese proposta, pode compartilhar a capa e fazer com que viralize nas redes sociais.⁷

Ao associar a cor preta, normalmente associada à morte, aos que refutavam o uso de máscaras, muitos deles bolsonaristas, o *Meia Hora* mostra seu engajamento pelo uso correto das máscaras e se coloca, portanto, contrário à posição defendida por Bolsonaro. Segundo Charaudeau,

toda imagem tem um poder de evocação variável que depende daquele que a recebe, pois é interpretada em relação com outras imagens e relatos mobilizados por cada um. Assim, o dito valor referencial da imagem, o valor de substituição da realidade empírica, é enviesado desde a origem, pelo fato de uma construção que depende de um jogo de intertextualidade, jogo que lhe confere uma significação plural, jamais unívoca (CHARAUDEAU, 2019b, p. 246).

Assim, apesar de a capa em análise fazer referência a um fato da realidade, ela por si só não representa a realidade. Faz-se uma analogia entre Bolsonaro e a morte, no contexto da pandemia do coronavírus. Quando o eu-comunicante do jornal resolveu semiotizar o acontecimento por meio daquele texto não verbal, deu a perceber suas escolhas e sua maneira de apreender o mundo. O eu-enunciador mostrou-se contrário – ao menos – à forma como a pandemia vinha sendo conduzida naquele momento pelo governo brasileiro e buscou produzir, no tu-interpretante, efeitos patêmicos de tristeza e de indignação, o que não exclui a possibilidade de ter provocado também efeitos de revolta e descrédito por parte de eleitores que comungavam das ideias do então presidente Jair Bolsonaro.

⁷ Disponível em: <https://www.meiahora.com.br/tuitadas/2021/03/6113292-capas-historicas-destaca-seguidor-sobre-edicoes-do-meia-e-do-o-dia.html>. Acesso em: 17 jan. 2023.

Considerações finais

Pela nossa análise, foi possível perceber que o jornal *Meia Hora* procurou direcionar a interpretação de seu leitor na hora de transmitir a informação. Em vez de simplesmente noticiar que o Brasil havia atingido a marca de 300 mil mortos por Covid-19, o jornal buscou associar essa informação ao fato de existir uma parcela da população que, àquela altura (março de 2021), ainda se recusava a fazer uso da proteção de máscaras contra Covid e não permitia se sensibilizar, nem mesmo com a alta taxa de mortalidade provocada pela doença.

Além disso, ao conjugar o uso das visadas informativa e de *pathos*, a elas juntando uma dimensão argumentativa, o *Meia Hora* semiotizou em preto e branco para seus leitores um país assolado pela pandemia do coronavírus em março de 2021 e, ao mesmo tempo, procurou se colocar contra a postura incentivada pelo então presidente Jair Bolsonaro de se desacreditar o uso de máscaras. Com isso, pelo menos naquele momento, veio a escolher um lado na polarização política da sociedade brasileira.

Referências

- AMOSSY, R. *A argumentação no discurso*. Trad. Angela Maria da Silva Corrêa. São Paulo: Contexto, 2020.
- CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H; MACHADO, I. L.; MELLO, R. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Trad. Ida Lúcia Machado, Renato de Mello e Williane Viriato Rolim. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso-FALE/UFMG, 2001.
- _____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Trad. Angela Maria da Silva Corrêa. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27.

_____. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, E; MACHADO, I. L. (org.). *As emoções no discurso*. Trad. Renato de Mello. Campinas: Mercado Letras, 2007. Disponível em: A patemização na televisão como estratégia de autenticidade - Patrick Charaudeau (patrick-charaudeau.com). Acesso em 17 jan. 2023.

_____. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, M. (org.). *O trabalho da tradução*. Trad. Angela Maria da Silva Corrêa. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2009. p. 309-326. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html>. Acesso em 17 jan. 2023.

_____. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Trad. André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. In: *Entrepalavras*. Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Coordenação da equipe de tradução Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2019a.

_____. *Discurso das mídias*. Trad. Angela M. S. Corrêa. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2019b.

CHEVALIER, J; GHEERBRANT, A. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. 26. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

GUIMARÃES, L. *As cores da mídia: a organização da cor-informação no jornalismo*. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. *A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores*. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

REBELLO, I. S. Ethos e pathos - a mise en scène em capa da IstoÉ a serviço do espetacular. In: *Confluência*. Rio de Janeiro, n. 6, p. 48-65, jul./dez. 2021.

SANTAELLA, L. Imagens nos livros ilustrados. In: SANTAELLA, L. *Leitura de imagens*. São Paulo: Melhoramentos, 2012. p. 105-134.

A PRODUÇÃO DE PUBLICIDADE NA ERA DIGITAL: O USO DO MODO ENUNCIATIVO COMO ESTRATÉGIA DE CAPTAÇÃO E DE CREDIBILIDADE DA “NAT NATURA” NO TWITTER

Giselle de Souza Reis Coutinho¹

O avanço das redes sociais e a mudança no gênero publicidade

A conexão entre indivíduos na sociedade atual é possibilitada, cada vez mais, de um modo rápido e descomplicado. Se há a necessidade de enviar uma mensagem para um amigo ou comentar sobre um fato do cotidiano, basta acessar o aparelho com internet mais próximo e fazer o contato de forma instantânea, recebendo, inclusive, uma resposta em poucos segundos após o envio. A interação, então, não presume mais a presença física dos sujeitos envolvidos nem, em muitos casos, o uso de papel, apenas de uma tela e de uma rede de conexão com ou sem fio: a internet.

O aprimoramento da comunicação, por sua vez, não se restringiu a contatos entre amigos, familiares e conhecidos; a mídia – seja a jornalística, seja a publicitária – também apropriou-se dessa ferramenta e expandiu não só a forma de se produzir conteúdo, mas também de alcançar o público. Dessa maneira, dadas as diferentes condições de contato, de público, de concorrência – pois agora não é apenas entre as lojas próximas, já que se pode fazer

¹ Doutoranda em Estudos de Linguagem na UFF. Mestre em Estudos de Linguagem pela mesma instituição. Em ambas as pós-graduações, orientada pela professora doutora Ilana da Silva Rebello Viegas. A pesquisa desenvolvida tanto no mestrado quanto no doutorado baseia-se, principalmente, nos pressupostos da Semiologia do Discurso de Patrick Charaudeau. E-mail: gisellesouzareiscoutinho@id.uff.br.

compras online –, as empresas precisam adaptar-se para continuarem ativas no mercado.

É por meio do uso das redes sociais – plataformas que permitem que as principais marcas de cosméticos, como a Natura, personifiquem-se a fim de estarem presentes nos sites mais utilizados pelos internautas, como o Twitter – que grandes empresas têm investido em captação do público. Embora, devido ao formato da plataforma, tentem mascarar as estratégias de captação e de credibilidade com finalidade comercial, ainda conseguimos perceber marcas de tal propósito a partir de uma consistente análise do discurso. Desse modo, como este trabalho é um recorte da tese ainda em desenvolvimento, selecionamos as cinco últimas postagens do ano de 2022 feitas pela marca na rede social, a fim de verificarmos a construção do gênero publicidade da Natura no Twitter. Além disso, pretendemos investigar como a organização do discurso feita no plano da produção contribui para o desenvolvimento de uma publicidade mais voltada para a imagem da marca que dos produtos.

A fim de alcançarmos nossos objetivos, organizamos este trabalho da seguinte forma: na primeira seção, dissertaremos acerca do gênero publicidade, em relação aos aspectos discursivos e linguísticos, dialogando com os conceitos de Modos de Organização do discurso, Visadas Discursivas e Sujeitos de Linguagem (CHARAUDEAU, 2018, 2004, 2001). Nela, também analisaremos, com base nas características do gênero e na finalidade discursiva, a construção de uma publicidade mais voltada para as preferências e os sentimentos da Nat Natura, a personificação da marca, a partir do conceito de *ethos* (AMOSSY, 2018) e Imaginários Sociodiscursivos (CHARAUDEAU, 2018). Buscaremos, aliado a isso, compreender, as estratégias de captação e de credibilidade elencadas pelo enunciador a partir da construção discursiva.

Pretendemos, portanto, contribuir com os estudos da publicidade digital, aquelas realizadas nas redes sociais e mediadas por um perfil de empresa personificado, nos diversos segmentos

de ensino, buscando ampliar os debates e as possibilidades de leitura acerca do gênero para além do ramo acadêmico.

Os modos de organização do discurso na publicidade da Nat Natura: as novas estratégias de captação e credibilidade

A organização de um texto, em um viés discursivo, abrange diversos componentes que vão além do uso de um código, de um contexto e de um sujeito. Isso ocorre porque, para a Semiolinguística do Discurso, o falante é dotado de uma intencionalidade e de um conhecimento prévio sobre seu possível público-alvo, o que faz com que a construção discursiva se baseie em uma encenação comandada pelos sujeitos, uma *mise en scène*.

“Comunicar” é proceder a uma *encenação*. Assim como, na encenação teatral, o diretor de teatro utiliza o espaço cênico, os cenários, a luz, a sonorização, os comediantes, o texto, para produzir *efeitos de sentido* visando um público imaginado por ele, o locutor – seja ao falar ou ao escrever – utiliza componentes do dispositivo da comunicação em função dos efeitos que pretende produzir em seu interlocutor.

Assim, os textos podem ser objeto de uma categorização em gêneros (publicitários, científicos, de informação, de instrução etc.), e não devem ser confundidos com Modos de Organização, já que um mesmo gênero pode resultar de um ou de vários modos de organização de discurso e do emprego de várias categorias de língua. (CHARAUDEAU, 2016, p. 68).

Por se tratar de uma encenação, como explica o teórico, há dois espaços definidos como circuito externo e interno (CHARAUDEAU, 2001). No primeiro, os sujeitos sociais são parceiros, Eu-comunicante e Tu-interpretante, que exercem no *corpus*, respectivamente, o papel de publicitário – produtor do conteúdo – e o público leitor/consumidor real do que é veiculado. No segundo, a partir dos efeitos de sentidos pretendidos pelo comunicante, há a criação de uma imagem: a de Eu-enunciador, que representa o social no campo do discurso. Além disso, como o perfil de público visado pode não corresponder ao que de fato é atingido, o Tu-interpretante, há um interlocutor idealizado, o sujeito que o comunicante acredita ter, o

Tu-destinatário; esses dois são definidos como protagonistas. Tais conceitos podem ser representados, respectivamente, pelas abreviações EUc, TUi e EUe e TUd.

A compreensão da relação entre o social e o discursivo se faz importante para entendermos a construção da publicidade da Natura, porque o discurso só pode ser produzido e interpretado a partir da presença dos sujeitos, que partem de uma intencionalidade e que utilizam métodos para tentar ganhar em captação e em credibilidade no plano discursivo. Em relação ao *corpus*, por exemplo, há como sujeito social produtor a empresa de cosméticos Natura, que é bem consolidada no mercado, mas que também possui concorrentes à altura como Avon, Boticário etc. A Natura precisa constantemente persuadir seus consumidores a continuarem a comprar seus produtos e convencer novos a começarem a agir do mesmo modo, o que, prototipicamente, caracteriza-se como um objetivo da publicidade.

No entanto, no circuito externo da Natura, há a possibilidade, no campo de produção, da intermediação de uma agência publicitária que representa os valores da empresa como Eu-comunicante. Desse modo, o EUc pode ser compósito, isto é, ser constituído de vários seres sociais: editor, publicitário, videomaker etc. Já na recepção, os consumidores e possíveis futuros compradores são o Tu-interpretante. Já no circuito interno, o Eu-enunciador, tendo em vista o *corpus*, apresenta-se enquanto uma imagem personificada² da empresa, representando os valores que a Natura deseja passar; o Tu-destinatário, por sua vez, como apontamos anteriormente, é o perfil de público que a empresa acredita ter.

² De acordo com Sandman (2020), o uso de figuras de linguagem, como a personificação, é uma estratégia do texto publicitário, que necessita ser criativo para chamar a atenção do seu público-alvo.

Ilustração 1 – biografia da Nat Natura.



Fonte: Twitter Nat Natura. Disponível em <https://twitter.com/naturabrofficial>. Acesso em: 16 jan. 2023.

A partir da ilustração anterior, podemos verificar que o enunciador se identifica como “Consultora de Beleza Natura”, “Influenciadora Digital” e “Porta-voz da Natura”. Os interpretantes, o público real, que entram em contato com o discurso produzido pelo enunciador, automaticamente associam o que é veiculado nesse perfil ao que a empresa propõe, embora possa haver TUi que não interpretem os textos veiculados como sendo de cunho publicitário, já que, como estudaremos ao longo deste recorte, muitas postagens não buscam explicitamente vender um produto, mas apenas estabelecer um contato com o público-alvo.

A forma de o sujeito social significar o mundo³ e, conseqüentemente, de selecionar os componentes linguísticos e imagéticos, que também contribuem para os sentidos interpretados, auxilia na apresentação da finalidade discursiva do comunicante e também na construção da identidade do enunciador. Isso porque, como afirma Amossy (2018), ao tomar a

³ Charaudeau (2007) define a transformação do mundo a significar em significado como o duplo processo de Semiotização de mundo, em que há o processo de transformação, equivalente, *grosso modo*, às categorias de língua, e o de transação, que constroem a legitimidade, a captação e a credibilidade.

palavra, o sujeito automaticamente constrói uma imagem de si, o que significa dizer que as escolhas verbais e não verbais indicam o *ethos* que o enunciador deseja evidenciar.

Neste trabalho, percebemos que a organização das postagens que compõem o *corpus* direciona para uma tentativa de persuasão do destinatário. Desse modo, há o uso predominante do modo de organização enunciativo, uma vez que o enunciador modaliza o discurso por meio da apresentação de sua opinião ou da interpelação do público-alvo.

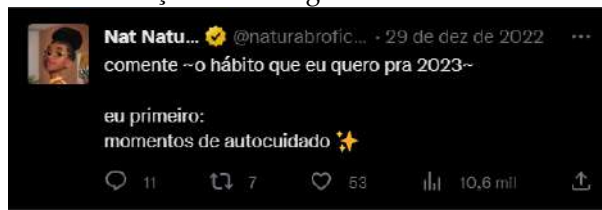
Os procedimentos que consistem em utilizar determinadas categorias de língua para ordená-las em função das finalidades discursivas do ato de comunicação podem ser agrupadas em quadro *Modos de organização: o Enunciativo, o Descritivo, o Narrativo e o Argumentativo*.

Cada um desses Modos de organização possui uma *função de base* e um *princípio de organização*.

A *função de base* corresponde à finalidade discursiva do Projeto de fala do locutor [...] (CHARAUDEAU, 2016, p. 203).

Nas cinco ilustrações selecionadas e na biografia da página (ilustração 1), vemos o modo enunciativo no uso: ora o ato elocutivo, marcas linguísticas de primeira pessoa; ora alocutivo, marcas de segunda pessoa; ou até mesmo a combinação dos dois em uma mesma postagem:

Ilustração 2 – Postagem da Nat Natura.



Fonte: Twitter Nat Natura. Disponível em <https://twitter.com/naturabroficial>. Acesso em: 05 jan. 2023.

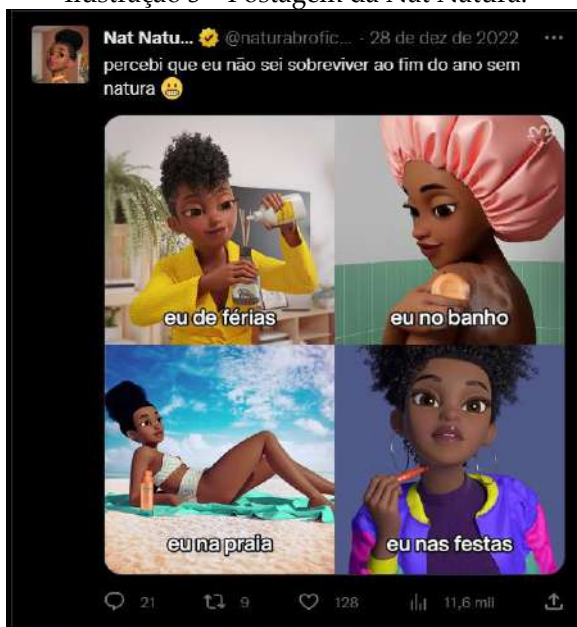
Na publicação de 29 de dezembro, a página pede, a partir do uso do verbo comentar no imperativo, “comente”, qual é o hábito que o TUi pretende ter no ano seguinte. Logo a seguir, a Nat responde: “eu primeiro: momentos de autocuidado” seguido de um *emoji*. Percebemos, assim, como o enunciador tenta implicitamente criar uma imagem de que o autocuidado é um hábito que pode ser adotado, uma vez que a “influenciadora da Natura” afirma querer tê-lo, adotando uma postura de engajamento acerca de cuidados para ter consigo mesma no novo ano. Nessa seara, os destinatários podem também pensar em responder a respeito de cuidados com o corpo e a pele, por exemplo, que vão ao encontro dos produtos que a marca vende. Com isso, notamos como o uso da primeira pessoa é uma estratégia de captação mais indireta, tendo em vista que, em vez de direcionar o discurso para o TUD, o enunciador cria a ideia da importância de bons hábitos em 2023, podendo ser um deles o uso de cosméticos para tratar da pele.

A postura de *influencer* adotada pelo enunciador direciona para um engajamento e uma motivação, pois quando a Nat Natura aponta seus gostos e preferências, os quais são pertinentes, já que estão intrinsecamente relacionados ao campo dos cosméticos, revela-se preocupada com o bem-estar que os produtos da Natura oferecem. Assim, as categorias de língua selecionadas vão auxiliar a construção discursiva, isto é, a categoria do discurso, o modo Enunciativo

O Enunciativo é uma *categoria de discurso* que aponta a maneira pela qual o sujeito falante age na *encenação* do ato de comunicação, embora Modalização e Enunciativo estejam intrinsecamente ligados, tal como ocorre entre Ação e o Narrativo, de um lado, e a Qualificação e o Descritivo, de outro. Isto porque assim como as categorias de língua permitem a constituição do discurso, as categorias de discurso têm sua contrapartida nas categorias de língua (CHARAUDEAU, 2016, p. 81).

Com isso, verificamos como a seleção das palavras são essenciais para construir a finalidade do Eu-comunicante, a qual, conseqüentemente, indica a função de cada postagem feita, gerando uma página de caráter publicitário na rede social. Inclusive, caso observássemos apenas a finalidade sem nos aprofundarmos nas categorias linguísticas, seria possível chegar a mesma constatação, tendo em vista que o propósito do texto pode ser compreendido por meio de uma leitura global do que está sendo veiculado, como observamos na ilustração a seguir:

Ilustração 3 – Postagem da Nat Natura.



Fonte: Twitter Nat Natura. Disponível em <https://twitter.com/naturabroficial>. Acesso em: 05 jan. 2023.

Nas quatro imagens em que a personificação da marca aparece na postagem de 28 de dezembro, faz-se o uso de um produto da Natura. O texto verbal “percebi que eu não sei sobreviver ao fim do ano sem natura” reforça a importância de tais cosméticos para a “influenciadora”. Logo, o enunciador, por meio do uso dos

produtos em quatro momentos diferentes do(s) dia(s), apresenta ao destinatário sua rotina de cuidado e quais itens usar em cada. Tem-se, assim, a partir de uma constatação do EUE, a veiculação dos tipos de mercadorias disponíveis, de como e de onde utilizá-las. Além disso, como já pontuamos, isso é feito visando a um público-alvo, que deve ser persuadido a se interessar pelos produtos.

Charaudeau (2004, p. 5), ao pautar a questão das Visadas Discursivas, as quais explicitam a finalidade do discurso e, conseqüentemente, o gênero textual, sem se prender apenas as marcas linguísticas, afirma que elas se estabelecem “por um duplo critério: a intenção pragmática do eu em relação com a posição que ele ocupa como enunciador na relação de força que o liga ao tu; a posição que da mesma forma tu deve ocupar [...]”.

Desse modo, Charaudeau (2004) pontua seis tipos de visadas, entre as quais está a de incitação, cujas estratégias e critérios encontram-se no *corpus* analisado, uma vez que a marca não tem poder de obrigar os consumidores a fazer uso dos produtos que vende. Pode apenas persuadir ou seduzir o destinatário, buscando convencê-lo das qualidades das mercadorias.

Todavia, assim como a ampliação do alcance advindo das redes sociais possibilitou e demandou novas estratégias de captar o público, também pôde tornar o consumidor mais exigente não só com o que compra, mas também com de quem compra.

Isso acontece porque, no século da informação e das redes tecnológicas, debates como racismo, machismo, xenofobia, degradação ambiental etc., que estão presentes no imaginário social de diversos indivíduos (CHARAUDEAU, 2018), podem ser dialogados de forma rápida e instantânea. Inclusive, caso uma pessoa física ou jurídica esteja envolvida em algum escândalo racista, por exemplo, essa notícia pode ser facilmente achada e divulgada pelos internautas, que, normalmente, buscam cobrar uma postura menos preconceituosa dos famosos e das marcas.

Desse modo, a identidade dos sujeitos sociais na internet, ou melhor, como esses indivíduos se colocam no discurso ao escrever, comentar ou veicular alguma *informação online* define a relação que

a marca terá com seu público-alvo. Vestergaard (2000) afirma que há uma publicidade da marca, aquela que visa enaltecer as qualidades e os benefícios da própria empresa. Tal ideia vai ao encontro do conceito de *ethos* de Amossy (2018), o que demonstra como a postura adotada pela Nat Natura condiz com a finalidade do ato de comunicação, isto é, a persuasão.

O discurso em primeira pessoa, muitas vezes adotado pela personificação da marca Natura no Twitter, ao veicular em sua biografia que é “apoiadora das causas socioambientais”, busca projetar uma imagem positiva de si, um *ethos*, captando o público que acredita que o meio ambiente é importante. Desse modo, verificamos que, no campo linguístico e imagético, há o diálogo com imaginários sociodiscursivos (CHARAUDEAU, 2018), a fim de construir a imagem de uma empresa engajada e comprometida com determinados valores, como o cuidado com o meio ambiente ou com hábitos corriqueiros, o que dialoga com os ideais de diversos TUi.

À medida que esses saberes, enquanto representações sociais, constroem o real como universo de significação, segundo o princípio de coerência, falaremos de “imaginários”. E tendo em vista que estes são identificados por enunciados linguageiros produzidos de diferentes formas, mas semanticamente reagrupáveis, nós os chamaremos de “imaginários discursivos”. Enfim, considerando que circulam no interior de um grupo social, instituindo-se em normas de referência por seus membros, falaremos de “imaginários sociodiscursivos” (CHARAUDEAU, 2018, p. 203).

A construção de enunciados que evocam a preocupação com o meio ambiente, com os cuidados com a pele ou, até mesmo, com os rituais de passagem de ano, como o réveillon na ilustração 4, revelam uma pertinência dos conteúdos veiculados. Isso é feito a fim de conquistar a credibilidade do público, tendo em vista que esta não é garantida apenas pela presença da marca no mercado. A empresa, ao tentar engajar ou motivar o destinatário, evidencia um

ethos de marca bem informada e atualizada, ganhando tanto em captação quanto em credibilidade.

Ilustração 4 – Postagem da Nat Natura.



Fonte: Twitter Nat Natura. Disponível em <https://twitter.com/naturabroficial>. Acesso em: 05 jan. 2023.

Na ilustração 4, podemos ver o enunciador Nat Natura veiculando uma mensagem que não foca a venda direta ou indireta de um produto, mas o diálogo com o público. No texto verbal, pede-se um ano mais cheio de “amor” e “paz” e, no não verbal, há a personificação com uma roupa branca possivelmente comemorando a virada de ano. Percebemos a presença de uma interlocução com o público, o ato allocutivo, pois a marca tenta aproximar-se dos consumidores a partir da evocação dos rituais de passagem de ano, desejando, inclusive, mais amor e paz no mundo. Além disso, esse conteúdo também contribui para uma maior personificação, tendo em vista que se tira o foco do produto e busca-se captar a atenção dos leitores apenas para mensagens que o enunciador, a personagem, direciona aos destinatários.

A mesma estratégia ocorre na ilustração 5, que foi publicada no dia da notícia do falecimento do Pelé, ex-jogador de futebol.

Ilustração 5 – Postagem da Nat Natura.



Fonte: Twitter Nat Natura. Disponível em <https://twitter.com/naturabroficual>.

Acesso em: 05 jan. 2023.

Ambas as mensagens buscam projetar uma imagem de empresa bem informada sobre os assuntos diários, isto é, que está atenta ao que acontece diariamente, além de uma humanização, buscando amenizar a ideia de que o enunciador é apenas um personagem – ou um robô com mensagens programadas – que está dialogando com o público.

Portanto, o uso do ato elocutivo, presente na mensagem “para gente, seu brilho é eterno”, apresenta uma marca com valores, que revela uma apreciação (CHARAUDEAU, 2016), um sentimento acerca de um acontecimento público: a morte do rei do futebol. Essa estratégia auxilia na aproximação da Natura com seus consumidores, aqueles que também lamentam essa perda, o que contribui para o enunciador criar uma imagem benéfica de si, um *ethos*, e, conseqüentemente, da própria empresa e dos produtos que ela vende. É preciso compreender que a publicidade não se limita apenas a marcas explícitas do gênero, pois, com as redes sociais, torna-se necessário repensar e recriar algumas estratégias. Pinto (1997, p. 11) já afirmava que “o discurso publicitário é um discurso criativo que vive num desafio constante de inovação”. Logo, é cada vez mais necessário estudar e ensinar as mudanças que incidem sobre as práticas discursivas.

Considerações finais

A partir da investigação desenvolvida, pudemos perceber a importância de adotar um viés discursivo para estudar e ensinar os gêneros textuais. Atualmente, as inovações possibilitadas pelo avanço da internet estimulam cada vez mais a presença de grandes marcas nas redes sociais, pois nelas pode haver um maior contato com o público.

Essas novas ferramentas unem o linguístico, o imagético e o social à tecnologia, permitindo a existência de diversas estratégias de captação e de credibilidade pelas marcas. Embora a personificação em si não seja algo tão novo no ramo da publicidade, a forma de fazê-la, focada mais nos gostos e nos sentimentos do enunciador, por exemplo, encaminha-nos a uma reflexão acerca das possibilidades de criação de um discurso publicitário menos marcado, que vai priorizar o contato com o público e a valorização da imagem da marca, em vez de apenas ressaltar a qualidade do produto.

Portanto, possibilitar a leitura e a compreensão desse texto, sem a necessidade de decifrar os componentes linguísticos para alcançar a interpretação, é de suma importância para o desenvolvimento de um letramento eficiente dos discentes de diversas idades.

Referências

- AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2. ed. 3. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.
- CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. et al. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001.
- CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida Lucia;

- MELLO, Renato de. *Gêneros reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte, Nad/Fale-UFMG, 2004.
- CHARAUDEAU. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (org.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 11-27.
- CHARAUDEAU, Patrick. O discurso propagandista: uma tipologia. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de. *Análises do discurso hoje* (v. 3). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. 2. ed. 4. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.
- PINTO, Alexandra Guedes. *Publicidade: um discurso da sedução*. Portugal: Porto editora, 1997.
- SANDMANN, A. J. *A linguagem da propaganda*. São Paulo: Contexto, 1993.
- VESTERGAARD, Torben; SCHRODER, Kim. *A linguagem da propaganda*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

O MOVIMENTO FEMINISTA NA PERSPECTIVA DO REVISIONISMO METAPÉDICO

Gleici Heringer¹

A Semiolinguística como norte

O linguista francês Patrick Charaudeau, fundador da linha Semiolinguística de Análise do Discurso, concebe o ato de linguagem como instância de significação do mundo, realizado por sujeitos dotados de intencionalidade, de projetos de influência, inseridos num determinado tempo e espaço. Assim, de acordo com seus pressupostos, os estudos linguísticos devem considerar o discurso em situações de comunicação.

Para o estudioso, o processo de significação do mundo se realiza por meio da articulação entre forma e sentido – dimensões discursivas indissociáveis que podem ocorrer em diferentes sistemas semiológicos –, a qual é realizada por um sujeito que visa influenciar outro sujeito. Tais sujeitos inserem-se em um mundo social que fomenta implicações sobre esse projeto de influência intersubjetiva.

Os estudos semiolinguísticos do discurso dedicam-se também à dimensão semiótica do ato de linguagem, no âmbito da forma, e de como a linguagem diz o mundo. Evidenciando a outra face do processo de significação do mundo por meio da articulação de forma e sentido, o aspecto linguístico está voltado para as particularidades languageiras. Assim, os sujeitos realizam suas escolhas linguísticas no processo de estruturação dos textos que circularão entre eles nos espaços sociais. A produção discursiva é influenciada pelas intenções comunicativas dos diferentes sujeitos

¹ Doutoranda em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação da professora doutora Beatriz Feres. E-mail: gheringer@prof.educacao.rj.gov.br.

envolvidos, conforme a situação de comunicação e, ainda, é submetida às pressões da própria organização do discurso. Nesse processo dialógico, as dimensões semiótica e discursiva constituem-se de forma recíproca, pois o fenômeno da construção de significados ocorre no próprio ato de produção, nas estratégias semiolinguísticas utilizadas para tal construção.

Esse modo de analisar o ato de linguagem em sua dupla articulação, sob a influência de elementos sociodiscursivos, torna-se mais amplo em comparação com os métodos tradicionais para os quais se considerava um emissor enviando uma mensagem a um receptor ideal. Essa seria emitida ao destinatário, isenta de interferência interpretativa de outros integrantes nesse quadro comunicativo linear.

Assim, em contrapartida a perspectivas linguísticas não dialógicas, a análise de um ato de linguagem deve estar imbuída da constatação de que ele está à mercê dos saberes supostos que circulam entre os protagonistas da linguagem, os quais estão são dotados de seus projetos de intencionalidade. (CHARAUDEAU, 2010, p. 14). Nosso intuito é, portanto, promover uma pesquisa, em favor do aprimoramento enquanto profissional da educação e, ainda, contribuir para a pesquisa acerca de posicionamentos responsáveis pela criação e pela propagação de estereótipos sociais, como é o caso do portal Metapedia – nosso principal *corpus*.

Revisionismo da ultradireita: tentativa de retrocesso

Lançado em 2006, o portal Metapedia é uma enciclopédia eletrônica criada por grupos de extrema-direita com a proposta de ser uma enciclopédia alternativa. Disponibilizada em 16 idiomas, apresenta conceitos e biografias com base no revisionismo negacionista, oferecendo versões a partir de seus “próprios conceitos e definições bem como interpretações próprias de vários fenômenos” (<https://pt.metapedia.org/wiki/páginaprincipal>).

A Metapédia é uma enciclopédia electrónica sobre cultura, arte, ciência, filosofia e política. A palavra 'Metapédia' é resultante de dois conceitos do grego clássico: 'meta' que significa 'exterior' ou 'para

além de'; e 'enkyklios paideia' que significa 'enciclopédia'. O nome tem um duplo significado simbólico: A Metapédia centra a sua atenção em assuntos que não são geralmente abordados em – entenda-se, que ficam de fora - enciclopédias oficiais. A Metapédia tem uma finalidade metapolítica, com o intuito de influenciar o debate, a cultura e a perspectiva histórica oficiais (METAPEDIA, 2016, grifo nosso).

Tal revisionismo está relacionado ao negacionismo histórico. Nesse sentido, os anteriormente mencionados *conceitos e definições próprios* são exemplificados na página acerca do conceito de Holocausto na qual se negam as mortes de cerca de seis milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial.

O revisionismo histórico também desmascara o "Holocausto", expressão usada para atribuir aos campos de concentração do regime nacional-socialista a prática planejada do extermínio em massa de judeus e outras minorias. Atualmente já se logrou provar que as acusações de extermínio, alegadamente através de câmaras de gás, são inverídicas comprovadamente por sua inviabilidade técnica na forma propagada, tendo as supostas provas sido falseadas ou produzidas artificialmente através de torturas ([https://pt.metapedia.org/wiki/Revisionismo histórico](https://pt.metapedia.org/wiki/Revisionismo_histórico)).

O espaço na internet, usado para se comunicar e estabelecer contatos em escala global, faz com que os negacionistas se organizem em comunidades virtuais que são capazes de interconectar essas redes. Por conseguinte, a facilidade de uso, a velocidade de acesso e a capacidade global de alcance fizeram com que a rede mundial de computadores se tornasse atraente para esses grupos. No âmbito digital, organizações da extrema-direita encontraram espaço para exercerem suas práticas e desenvolverem atividades fortemente voltadas para, como vimos, a deturpação de fatos históricos e de movimentos de luta pela igualdade e pela justiça social.

Lamentavelmente, estamos presenciando o quanto ainda há resistência à aceitação e ao respeito a propostas de vida que não seguem os padrões tidos como normais, sejam eles ligados a gênero, à etnia, à condição social, entre outros. Tal negação é construída e propagada nos e pelos discursos construídos nas redes sociais e nas plataformas virtuais, como é o caso da Metapédia.

Dentre os estudos acerca dessas diversidades, destacamos a questão da mulher e de todos e todas que não se identificam somente como mulheres ou homens, os quais têm o direito de se expressarem como formas não-binárias. Entretanto, esses importantes atores sociais são vítimas de diversas opressões oriundas do modelo patriarcal vigente na sociedade.

Há um constante movimento de resistência e de luta contra esse modelo que se expressa nos alarmantes números diários de mortes. Essas são ocasionadas pelo machismo e pela transfobia, dão-se na desigualdade salarial, na padronização dos corpos, entre outras formas de opressão. O feminismo é, então, um desses movimentos de resistência responsável pela busca da igualdade entre os gêneros.

Porém, o sistema patriarcal resiste às mudanças que seriam responsáveis pela diminuição das opressões e, conseqüentemente, pela aproximação da igualdade de gêneros. Os movimentos de ultradireita rejeitam a revisão do padrão patriarcal, se expressando, na modernidade, principalmente nos ambientes virtuais, organizados em grupos que negam as históricas as múltiplas violências contra as minorias.

Na seção *Missão*, o portal Metapédia apresenta a afirmação de que “A possibilidade de afetar a linguagem é algo vital quando se tem por objetivo moldar o modo com que as pessoas olham para o mundo.” (<https://pt.metapedia.org/wiki/Metapedia:Missão>). Essa construção, materializada na sua página de apresentação, revela, mais uma vez, os propósitos argumentativos da organização, evidenciados, dentre outras estratégias, pelo uso do verbo “moldar”. Tal seleção lexical denuncia o objetivo autoritário de impor modos de enxergar a realidade.

Dentre os muitos fenômenos do mundo definidos a partir, como já vimos, de seus “próprios conceitos e definições bem como interpretações próprias de vários fenômenos” (<https://pt.metapedia.org/wiki/páginaprincipal>), escolhemos, a princípio, exclusivamente o *feminismo* para nossa pesquisa. Como resultado da busca pelo conceito, obtemos a seguinte descrição:

O feminismo, desde seu nascimento, é encabeçado em sua maioria por mulheres judias. Uma das várias feministas notórias é Simone de Beauvoir, que contribuiu com o marxismo cultural trazendo conceitos de perversões e degenerações sexuais, a própria que era lésbica, tinha um relacionamento que vivia em triângulos amorosos com Jean-Paul Sartre. Sendo que ambos assinaram em 1977 uma petição solicitando a despenalização de todas as relações consentidas entre adultos e menores abaixo de 15 anos*, hoje conhecido como ativismo pró-pedofilia” (<https://pt.metapedia.org/wiki/Feminismo>).

Nesse trecho, o sujeito enunciador faz uso de diferentes estratégias linguísticas para a construção de seu olhar sobre o feminismo. Destacamos, dentre elas, o modo – sempre à mercê da finalidade comunicativa de quem enuncia, de acordo com Charaudeau – por meio do qual organiza seu discurso. Fica nítido o anseio do enunciador, em consonância ao seu posicionamento de ultradireita, de desacreditar o movimento que questiona padrões tradicionais e arraigados a partir dos quais a mulher é concebida como inferior em relação ao homem.

Assim, é explicitada, no referido trecho, a finalidade do enunciador de estabelecer uma revisão do feminismo e de redefini-la de forma negativa, em conformidade com o que propõe, de forma bem objetiva, o portal.

A palavra "Revisionismo" deriva do Latim "revidere", que significa ver novamente. Refere-se à reinterpretação de factos históricos à luz de novos dados, ou novas análises mais precisas (<https://pt.metapedia.org/wiki/Metapedia:Missão>).

Essa intenção revisionista transparece também na forma como o texto é organizado. Nesse caso, o modo argumentativo é mobilizado com o intuito de convencer o interlocutor a respeito do caráter negativo do feminismo. Dessa forma, ocorre uma organização textual ao longo da qual são apresentados argumentos a fim de se alcançar o êxito do projeto de intencionalidade de deturpar o conceito.

A colocação inicial de que o movimento feminista está ligado aos posicionamentos políticos *de esquerda* constitui um argumento engajado no olhar do argumentante para o interlocutor, projetando-o como *de direita*, uma vez que acessou um portal que igualmente se posiciona dessa forma. De acordo com Charaudeau, um dos componentes da situação de comunicação está ligado às características identitárias dos parceiros de troca. Logo, a associação do feminismo com a “esquerda” constitui uma estratégia argumentativa.

Imaginários sociais limitantes e generalizantes

O modo argumentativo, de acordo com a Semiolinguística, se diferencia dos demais modos de organização do discurso principalmente por sua *finalidade racionalizante*. Nesse sentido, a apresentação dos argumentos de que o feminismo propaga a misandria e generaliza o homem como criminoso evidencia essa racionalização, que possui o intuito de persuadir o interlocutor de que a pauta feminista é, na verdade, um movimento binário que se coloca em oposição e superioridade ao homem.

Nos estudos de Charaudeau, acerca do modo argumentativo, o linguista defende que, no universo dos procedimentos discursivos, a fim de cumprir seu projeto de persuasão, o sujeito enunciativo pode lançar mão de uma “descrição narrativa”.

Esse procedimento se assemelha à comparação, na medida em que é descrito um fato, ou contada uma história, para reforçar uma prova ou para produzi-la. Entretanto, a descrição narrativa tem uma

existência própria, pois pode servir para desenvolver um raciocínio dito “por analogia”, que produz um efeito de exemplificação (Charaudeau, 2010, p. 239).

De fato, esse procedimento é utilizado no trecho em que introduz falácias sobre Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre, que são notórios sujeitos históricos precursores do feminismo. Portanto, é perceptível a estratégia argumentativa, descrita por Charaudeau, de criar uma narrativa dentro de um texto organizado, prioritariamente, pelo modo argumentativo, com vistas a desvalorizar, mais uma vez, o feminismo.

No interior dessa narrativa, o sujeito argumentante se refere a Beauvoir e Sartre como *pedófilos*, ocorrendo, pois, um processo de referenciação que, de acordo com a professora Ingedore Villaça Koch, “implica sempre uma escolha entre uma multiplicidade de formas de caracterizar o referente, escolha esta que será feita, em cada contexto, segundo a proposta de sentido do produtor do texto” (2005, p. 35).

Nesse processo de referenciação do casal feminista francês, o termo *pedófilos* é utilizado como estratégia para conduzir o interlocutor a considerar ambos a partir do prisma do revisionismo construído pelo portal. Nesse sentido, o sujeito enunciador constrói, no trecho em análise, por meio da estratégia argumentativa da referenciação, “uma imagem a partir de opiniões, crenças e atitudes do seu produtor, de modo a auxiliá-lo na construção de sentido.” (Koch, 2005, p. 36).

Fica evidente que o portal recorre à mentira a fim de invalidar a luta do casal de franceses pela mudança dos arraigados parâmetros sobre a sexualidade. De acordo com Charaudeau, “do ponto de vista discursivo, as contraverdades* não são todas da mesma ordem: há as que procedem de uma *negação* dos fatos; outras, de uma *invenção* dos fatos.” (Charaudeau, 2022, p. 135)

Ainda que os discursos produzidos no Portal Metapédia não façam parte de um Contrato de Comunicação do âmbito político – enquanto prática ligada à administração pública, é possível

analisar a mentira, como blefe ou como um jogo (Charaudeau, 2013, p. 105), enquanto estratégia de argumentação. Assim, a afirmação de que Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre são pedófilos pode constituir uma dessas estratégias do portal em estudo.

A Semiolinguística defende, ainda, que os *procedimentos semânticos* se sustentam no *valor dos argumentos* a partir da utilização de um argumento fundamentado no consenso social, uma vez que os sujeitos de um determinado grupo sociocultural partilham de valores associados às suas avaliações sobre o objeto avaliado. Esse conceito de Charaudeau explica como o portal Metapédia faz uso desses procedimentos semânticos para sustentar seu posicionamento sobre o feminismo, conforme podemos verificar na frase a seguir que aparece na página em análise:

“FEMINISMO MODERNO = FEMILIXO - Mulher perde o controle e dá um ataque de esquerdismo no meio da rua”(https://pt.metapedia.org/wiki/Feminismo).

Logo, o neologismo *Femilixo*, formado pelo processo de composição a partir das palavras feminismo e lixo, materializa a avaliação negativa feita pelo enunciador a respeito do feminismo. Da mesma forma, a construção “ataque de esquerdismo” é mais uma estratégia argumentativa de invalidação do movimento.

Não é brincadeira

Ao longo da página Metapedia, são apresentados outros textos verbais e não verbais responsáveis por reforçar os posicionamentos de contrariedade em relação ao feminismo. É o caso das imagens que se seguem, acompanhadas de legendas criadas pelo próprio portal.

Figura 1 – anúncios de extrema-direita



Legenda: <https://pt.metapedia.org/wiki/Feminismo>. Acesso em: 12 nov. 2022.

Abaixo do primeiro anúncio (as duas primeiras imagens) reproduzido anteriormente, aparece a legenda “Suécia faz meninos brincarem com brinquedos de meninas e meninas brincam com brinquedos de meninos”. Já o segundo (última imagem) é acompanhado da seguinte frase: “Brinquedos vendidos na Suécia para ensinar os meninos a serem meninas.” A respeito dessas frases, considerando a situação de comunicação em que o sujeito enunciator constrói, como já vimos, posicionamentos combativos acerca do feminismo, fica nítido o tom irônico inscrito tanto na parte verbal, quanto nas imagens.

Por meio dos dois anúncios referidos, o portal materializa a ideia de que, na Suécia, há uma troca de papéis, na medida em que os brinquedos “de menina” estão sendo utilizados pelos meninos e vice-versa. Dessa forma, reproduz-se o imaginário de que as funções domésticas estão relacionadas ao universo feminino e, por isso, as crianças desse gênero devem brincar com “réplicas” que

representam essas funções na vida adulta. Às crianças do sexo masculino, são oferecidos brinquedos típicos das funções, também de acordo com imaginários que circulam na sociedade, ligadas ao universo masculino, como a direção.

Gêneros têm cor?

O imaginário sexista é, lamentavelmente, ainda presente nas posturas de representantes da administração pública. No Brasil, em janeiro de 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro, a então Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Regina Alves – advogada, pastora evangélica e política filiada ao partido de direita denominado Republicanos – emitiu uma frase que materializa imaginários que igualmente propagam a tipificações de gênero. Em suas redes sociais, a autoridade responsável pela pasta, que deveria justamente defender a igualdade, fez uma publicação na qual afirmou: "É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa".

Nessa primeira fala pública, a enunciadora também materializa imaginários sociais responsáveis reduzir meninos e meninas a comportamentos ditados por ideologias, independentemente de suas vontades, reprimindo, nesse sentido, suas individualidades em favor de estereótipos. Aliás, a que nova era a ministra se referia, já que essa ideologia de gênero é perpetuada neste país desde a chegada dos portugueses e dos seus ideais patriarcais?

Ao se posicionar dessa forma, a ministra recupera um debate que há muito já deveria ter sido superado: a desigualdade de gêneros. De modo bastante superficial, no Brasil, havíamos avançado, antes do retorno da ultradireita ao poder em 2018, em torno das questões relativas à inclusão de pessoas que não se veem de acordo com os padrões binários e à violência contra a mulher, por exemplo. Entretanto, o governo para o qual Damares trabalhou agiu de acordo com padrões machistas – arraigados em preceitos de ultradireita – que conquistam muitos adeptos e, inclusive, eleitores. Assim, como Ruth

Amossy defende, a polêmica fundamentada em ideais conservadores faz parte do jogo político que “Despolitiza o debate, colocando como pano de fundo a substância dos conflitos sociais, para cumprir essencialmente uma missão de promoção de pessoas e de partidos políticos” (Amossy, 2017, p. 215).

Para a Semiolinguística, os imaginários, a fim de cumprirem seu papel de “espelho identitário”, precisam deixar de ser fragmentados, instáveis e essencializados. Então, ao serem materializados no discurso, são racionalizados, ganhando o status de *imaginários sociodiscursivos*. (CHARAUDEAU, 2013, p. 206).

De acordo com os imaginários que envolvem o universo dos super-heróis, esses personagens, quando apresentados como seres do sexo masculino, representam a masculinidade que carrega um ideal de virilidade, coragem e força capazes de enfrentar poderosos adversários. Entretanto, o Portal Metapédia expõe, na primeira imagem em análise, um menino vestido de Homem Aranha guiando um carrinho de bonecas, com uma postura corporal estigmatizada como “afeminada” para os padrões de masculinidade vigentes nos imaginários sociais do portal em análise.

De modo geral, a imagem corrobora as análises de Charaudeau de que

os imaginários sociodiscursivos circulam, portanto, em um espaço de interdiscursividade. Eles dão testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais (2013, p. 207).

Dessa forma, a percepção de que há brinquedos adequados às meninas e não aos meninos, os quais deixarão de cumprir seu papel social de masculinidade, caso brinquem com bonecas e apetrechos ligados à beleza – como o secador de cabelos na segunda imagem – , é um julgamento coletivo materializado no portal em questão.

A escolha das expressões “de menino” e “de menina”, inclusive, evidencia e reforça, na página sobre o feminismo, aqueles

imaginários já mencionados anteriormente de que, no universo dos gêneros, há hábitos e atitudes que radicalmente se opõem. Obviamente, não é por mero acaso que essa discussão sobre brinquedos “de menina” e “de menino” aparece junto ao verbete feminismo. A partir dessa construção, o portal toma para si a responsabilidade de promover uma revisão a respeito das reivindicações do feminismo, ligadas ao ideal de igualdade. Tal “missão” é construída no discurso logo no início da apresentação do termo.

O feminismo, no sentido mais amplo da palavra, é uma análise da política de vida e da sociedade, o que coloca como foco principal sobre os alegados interesses de mulheres como gênero (<https://pt.metapedia.org/wiki/Feminismo>).

A respeito desses “alegados interesses femininos”, consideremos o posicionamento da ativista feminista e professora Betty Friedan de que “Não podemos continuar a ignorar essa voz íntima da mulher, que diz: Quero algo mais que meu marido, meus filhos e minha casa”. Logo, ao contrário do que se evidencia no portal, de acordo com Friedan, a luta feminista clama pelo direito de escolha para além do âmbito doméstico.

Ainda na página do portal Metapedia resultante da busca pelo conceito de feminismo, encontramos a seguinte imagem como mais uma estratégia argumentativa para deturpar o movimento

Ilustração 2 - inserir título



Fonte: Portal Metapedia. Disponível em:
<https://pt.metapedia.org/wiki/Feminismo> Acesso em: 12 nov. 2022.

Logo abaixo dessa imagem, o portal insere um comentário a fim de reforçar a ideia generalizante de que as mulheres se prevalecem de posturas que minimizam os homens, os quais seriam suas vítimas. Vejamos:

Embora as feministas insistam que as mulheres sofram opressão da sociedade, a realidade é que a maioria absoluta dos mendigos de rua, a baixa classe social humana, é geralmente constituída por homens (<https://pt.metapedia.org/wiki/Feminismo> - Grifo nosso).

Para reforçar a falsa ideia de superioridade das mulheres, lança mão de uma afirmação sem qualquer embasamento oriundo de pesquisa legítima, por exemplo, ao afirmar categoricamente que a “maioria absoluta dos mendigos” pertence ao gênero masculino. Nesse caso, observa-se o uso do que Charaudeau chama de *dramaturgia no contexto político*. Porém, nesta passagem, é possível nos valer de tal conceito, já que o portal, em sua missão, já se posiciona politicamente ao afirmar que objetiva fazer um revisionismo histórico.

Tal dramaturgia por parte do Metapedia está a serviço, mais uma vez, da construção de imaginários sociais, conforme Charaudeau (2013, p. 85).

As mídias compreendem bem que o mundo político tem necessidade de dramaturgia, e que essa dramaturgia consiste, para uma grande parte, em guerra de imagens para conquistar imaginários sociais.

Esse apelo se dá pela imagem de um homem idoso, aparentemente em situação de rua, pedindo desculpas enquanto as mulheres são estereotipadas como indiferentes a sua condição de oprimido. Além disso, o portal potencializa a imagem de que mulheres estão blefando ao lutar contra as opressões de gênero, pois seleciona figuras bem vestidas com postura de vencedoras, estabelecendo-se, assim, uma oposição ao senhor em condições de inferioridade, conforme é possível verificar na ilustração anteriormente apresentada.

A luta continua

Observa-se, assim, que, no portal Metapédia, são mobilizadas diversas estratégias discursivas com o intuito de impetrar um revisionismo histórico. Nesse contexto, a luta do feminismo pela igualdade de gêneros é nitidamente deturpada por meio de estratégias de negação de fatos históricos os quais comprovam que se expressar como gênero feminino já é, lamentavelmente, considerado motivo de inferiorizações, de opressões e até de assassinatos.

Movimentos, como aqueles vistos no Portal Metapedia, que desconsideram as desigualdades sociais ou que desejam mantê-las, surgem com maior ou menor intensidade ao longo da História mundial. Quando recebem validação de um maior número de pessoas, a partir de movimentos políticos e sociais, são capazes de motivar o retrocesso e até a anulação de conquistas daqueles que,

muitas vezes, deram a vida em prol de um mundo mais justo para todos e todas.

Mas não nos enganemos, pois, mesmo quando representantes governamentais que possuem projetos mais libertários e igualitários sobem ao poder, há relações de força contrárias a esses ideais. Portanto, a luta deve continuar sempre!

Referências

AMOSSY, Rut. *Apologia da Polêmica*. São Paulo: Contexto, 2017.

BARIFOUSE, Rafael. Após Enem, filósofa francesa ganha acusações de nazista e pedofilia na wikipedia. G1. São Paulo, 29 de outubro de 2015. Educação.

BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Trad. Lea Novaes. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina – a condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

CAVALCANTE, M.M.; RODRIGUES, B.B.; CIULIA, A. (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: Ida Lucia Machado e Renato de Mello. *Gêneros reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte, Nad/Fale-UFMG, 2004.

.Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino & GAVAZZI, Sigrid. (Org.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>>

. *Discurso das mídias*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática. Rio de Janeiro, vol. 10, dez. 2011. Disponível em <<http://www.patrick-charaudeau.com>>. Acessado em 08/04/2015.

- . *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2013.
- . Imagem, mídia e política: efeitos de sentido, dramatização, ética. In: MENDES, Emília (org.). *Imagem e Discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013. p. 383-405.
- . *A Manipulação da Verdade: Do triunfo da negação às sombras da pós-verdade*. São Paulo: Contexto, 2022.
- FERES, Beatriz dos Santos. *A verbo-visualidade a serviço da patemização em livros ilustrados*. Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso, vol.8, n. 2, p. 87-102. São Paulo, jul-dez de 2013.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque (org). *Pensamento feminista - conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
- hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A coesão textual*. 20. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- KERBRAT-ORECCHIONI. C. *La enunciacion de la subjetividade em el lenguaje*. Buenos Aires: Edicial, 1980.

AS IDENTIDADES DO CRONISTA LEANDRO KARNAL NA MIDIATIZAÇÃO DO DISCURSO CIENTÍFICO

Graziela Borguignon Mota¹

Introdução

Os avanços científicos têm sido determinantes para a manutenção e para a evolução da vida do homem no planeta. O progresso da ciência apresenta desdobramentos nos eixos centrais da existência humana, principalmente, quando pensamos em saúde, em qualidade de vida, em tecnologia, em engenharia, entre outros. Com base nesses pressupostos, entende-se que interessa a todos os membros da sociedade o conhecimento adquirido por meio das pesquisas científicas, em virtude das melhorias que podem ser aplicadas de imediato na vida das pessoas e nas atividades cotidianas.

De maneira ampla, para que todos possam usufruir desses ganhos promovidos pelo avanço científico, todo esse conhecimento precisa ser compartilhado, comunicado; ou seja, esse deve ser um objeto “social”, disponível para todos os membros de uma comunidade. Nesse sentido, cabe aos cientistas transmitir os resultados das famigeradas pesquisas realizadas, quais as descobertas, quais caminhos foram trilhados; para quais problemas surgiram novas soluções. Podemos afirmar, desse modo, que se faz ciência não só com a sua finalidade primeira, que é fomentar o conhecimento, mas também se tem como finalidade a divulgação em busca de fazer circular conhecimento para o benefício social.

Nesse ponto, é importante salientar que a divulgação de pesquisas científicas tem enorme valia para a sociedade, e os motivos

¹ Doutoranda em Estudos de Linguagem na UFF/Capes. E-mail: borguignon.graziela@gmail.com.

são variados. Entre muitas razões para se ampliar a comunicação científica, podemos mencionar a divulgação e a sua difusão, que podem ser formas de investimento para a própria prática de investigação científica, já que, grosso modo, a partir dessa inserção na sociedade gera-se uma “propaganda” involuntária do campo científico, já que esse movimento também legitima a práxis científica (até então ainda afastada do cidadão comum).

Apesar de não ser tão recente o trabalho de divulgação científica no Brasil, sabemos que ainda há a necessidade de expandir esse espectro de atuação para que se possa alcançar, de forma efetiva, todas as camadas da sociedade, principalmente os grupos mais populares. Cabe ainda acrescentar, a respeito do marco temporal, que somente na década de 1980 surgiram programas televisivos e revistas de circulação nacional voltados a democratizar o conhecimento científico.

Nota-se que, quando falamos em ciência, em divulgação científica, ainda carecemos de muita discussão no sentido da ampliação desses saberes para a democratização do conhecimento. Essa situação, no entanto, também vem se modificando com a expansão dos meios de comunicação nas mídias eletrônicas. Os grandes veículos jornalísticos possuem sites na internet, há inúmeras revistas temáticas que também circulam nas redes, como também existem diversas páginas e blogs que abordam a ciência como tema de seus textos, de seus debates, entre outros.

Ao discutir o tema a respeito do discurso científico, Charaudeau (2016, p. 551) afirma que é preciso observar as repercussões que surgem no discurso, pois, na atualidade, não se trata apenas de “divulgação científica”, mas de “mídiação” da ciência. Para o linguista francês, “o aspecto de cidadania do trabalho de divulgação suplanta o caráter educativo. Trata-se mais de debater um tema social do que de fornecer conhecimentos e de explicar de maneira rigorosa o funcionamento dos fenômenos da vida”.

Não são raras as críticas destinadas aos trabalhos de divulgação científica, sob a alegação, principalmente, de “deformação” do saber científico. Por isso, como recorte desta

pesquisa, vislumbrando o *corpus* selecionado, interessa-nos realizar uma imersão no *continuum* que se origina dessa “deformação” do discurso, a saber: a midiaticização e a vulgarização da ciência, à luz da Teoria Semiolinguística do Discurso. Para analisarmos esse processo de midiaticização da ciência, elegemos o gênero textual crônica pela ampla difusão nas mídias e pela riqueza composicional desse gênero. No rol de possibilidades, escolhemos as crônicas elaboradas por Leandro Karnal por seu papel multifacetado — professor, historiador, escritor, palestrante, apresentador —, nos veículos de comunicação e nas redes sociais.

A questão identitária sob a ótica da Teoria Semiolinguística do Discurso

De acordo com o dizer de Charaudeau, a finalidade do ato de comunicação é a intercompreensão. Para ele, a construção do sentido, mediante qualquer ato de linguagem, procede de um sujeito que se dirige a outro sujeito, em uma situação de troca específica, que sobredetermina parcialmente a escolha dos recursos de linguagem que o sujeito poderá usar; “o contrato de comunicação resulta das características próprias à situação de troca, os *dados externos*, e das características discursivas decorrentes, os *dados internos*” (CHARAUDEAU, 2015, p. 68). Os dados externos relacionam-se aos comportamentos já estabilizados dos indivíduos em determinada prática social; já os dados internos, associam-se às maneiras de dizer dos parceiros, isto é, aos elementos discursivos utilizados na troca comunicativa.

Charaudeau (2015, p. 68) postula, nesse sentido, que os *dados externos* podem ser reagrupados em um modelo organizado, em quatro categorias, sendo cada uma correspondente a um tipo de condição de enunciação: condição de identidade, condição de finalidade, condição de propósito e condição de dispositivo.

Assim, segundo Charaudeau (2015), há uma convergência entre o contrato de comunicação e o projeto de fala, visto que o

quadro de restrições situacionais e discursivas se soma às estratégias, tornando o ato de linguagem também um ato de *liberdade vigiada*. Nesse sentido, postula-se um sujeito que é sobredeterminado pelo contrato de comunicação, mas que dispõe de uma margem de manobra que lhe concede o exercício de *individuação*, sobretudo quanto às escolhas discursivas e expressivas pertinentes ao seu projeto de fala.

Desse ponto, vale destacar o que postula Charaudeau (2009) a respeito do papel identitário do sujeito no âmbito da teoria Semiolinguística do discurso, alçando-o ao status central nos estudos discursivos, com base no pressuposto da intencionalidade, que justifica, inclusive, o conceito de “liberdade vigiada”, conforme mencionado anteriormente. Compreende-se, portanto, que a questão da comunicação humana está inserida em uma problemática da identidade do sujeito falante, como ser comunicante, o qual deseja estabelecer seu direito de comunicar. Segundo Charaudeau (2008, p. 11), “para todo sujeito que quer falar se coloca a questão de saber se ele está legitimado para fazê-lo, sem o que ele não existiria enquanto sujeito falante”.

O linguista francês postula, ademais, a propósito do tema das identidades dos sujeitos, o conceito de *ethos* que “não há, pois, ato de linguagem que não passe pela construção de uma imagem de si. Desde o instante em que se fala, aparece, transparece, emerge de si, uma parte do que se é através do que se diz” (CHARAUDEAU, 2016, p. 72). O *ethos* está ligado ao que se demonstra ser, descortinando o discurso do locutor. A representação desse locutor pode ser construída a partir de seu estilo, suas crenças, seu comportamento linguístico. Assim, importa salientar que o *ethos* pode ser desnudado e percebido no ato de enunciação, por meio das “maneiras” de se dizer algo. A imagem construída por meio do discurso levará em conta, portanto, os elementos interiores e exteriores à fala, constituindo um processo fundamentalmente interativo com vistas a agir sobre o outro. Assim, é importante, ao mencionarmos a problemática do *ethos*, também explorarmos um pouco mais a questão identitária de acordo com os pressupostos

teóricos concedidos pela teoria Semiolinguística, já que o sujeito se constrói por meio da intersecção de sua identidade social e discursiva.

Pela percepção identitária, tomamos consciência de nossa existência e do outro também, por isso, o princípio da alteridade ganha especial relevância nessa discussão, já que é nesse princípio que está baseado o contrato de comunicação. O princípio da *alteridade* diz respeito ao fato de que todo ato de linguagem se origina da troca entre dois parceiros que se reconhecem mutuamente tanto como *semelhantes* (para que a troca se estabeleça é necessário que os participantes tenham motivações comuns e partilhem certos conhecimentos) quanto *diferentes* (reconhecemos o outro no exercício dos papéis do ato de fala, ora ocupamos o lugar de locutores, ora de receptores-interpretantes).

De acordo com Charaudeau (2009, p. 3), a identidade do sujeito comunicante é o resultado das combinações da identidade social e da identidade discursiva. A identidade social “não explica a totalidade da significação do discurso”, pois ela precisa ser reiterada (ou ocultada) pelo sujeito falante, que, por sua vez, precisa igualmente do componente psicossocial e biográfico para a composição de sua identidade discursiva.

A identidade social confere o *direito à palavra* a partir do reconhecimento do outro, isto é, por meio da legitimidade atribuída pelo interlocutor. Essa noção pode figurar em diferentes domínios, tais como o político, o jurídico, o econômico e o midiático. Este último domínio interessa em especial à presente pesquisa, em virtude da natureza deste estudo: **a mediação da ciência por meio das crônicas do professor Leandro Karnal.**

A identidade discursiva diz respeito ao modo como o sujeito falante constrói o seu discurso. Segundo Charaudeau (2009, p. 4), é preciso responder à pergunta: “estou aqui para falar como”? Tem, assim, um duplo espaço de estratégias: o da “credibilidade” e o da “captação”. A estratégia de credibilidade está associada à necessidade de fazer o outro acreditar no valor de verdade de suas asserções, construindo um *ethos* de sinceridade, já que assim o

sujeito falante traz ao debate a “verdade” como algo incontornável, inserindo seu interlocutor em um universo de evidências. Para tanto, o sujeito falante dispõe das seguintes atitudes discursivas: a de neutralidade, de distanciamento e de engajamento. Ao se valer da atitude de neutralidade, o sujeito apaga os vestígios de julgamento; é a atitude, por exemplo, de testemunha que relata o que viu, o que ouviu, por isso, “na comunicação midiática, a condição de credibilidade se traduz por um discurso de autenticação dos fatos, com o reforço dos depoimentos das testemunhas”. Já o distanciamento, traduz-se como uma atitude mais fria e controlada do especialista que raciocina de maneira contida para comentar um fato, para apresentar os resultados de um estudo. Com essa atitude, o sujeito constrói uma imagem de “ser de convicção” com vistas a influenciar seu interlocutor no ato comunicativo.

Ainda, no que concerne ao espaço de estratégias, tem-se a “captação”. O sujeito falante vale-se dessa estratégia para que seu projeto de intencionalidade seja percebido pelo interlocutor, devendo-se então responder à questão: “como fazer para que o outro possa ‘ser tomado’ pelo que digo”, isto é, quais estratégias, no rol do “fazer crer”, devem ser acionadas para que se possa persuadir o parceiro da troca comunicativa. No intuito de seduzir o outro, o sujeito pode escolher entre diferentes atitudes discursivas: a de polêmica, a de sedução, e a de dramatização. Na atitude polêmica, o sujeito falante questiona as ideias do seu interlocutor para eliminar suas possíveis objeções, atuando de maneira a “destruir” até mesmo a figura desse outro. Já a atitude de sedução, por sua vez, impõe ao interlocutor um imaginário no qual desempenharia o papel de herói beneficiário, funcionando como uma tática de identificação ou de rejeição para esse parceiro do ato comunicativo. A atitude de dramatização pode atuar na maneira de contar, utilizando-se, ao detalhar dramas da vida, dos valores afetivos para fazer o interlocutor sentir certas emoções.

A identidade discursiva é, portanto, resultado das escolhas do sujeito, baseada nas particularidades pertencentes à sua identidade

social, já que a primeira reativa esta última. Em outras palavras, para compor a identidade discursiva, é preciso considerar a organização enunciativa do discurso, os modos de tomada da palavra adotados pelo enunciador e a forma como são manipulados os imaginários sociodiscursivos.

Os procedimentos de midiatização do discurso científico

Em sua ampla análise sobre os discursos da mídia, especificamente no que concerne ao discurso de base informativa, Patrick Charaudeau (2016) dedicou especial espaço para o debate do que o linguista intitulou como a *midiatização do discurso* da ciência. Nesse sentido, postula-se que esse tipo de discurso se situa na intersecção dos domínios *científico*, *mediático* e *didático*, apresentando aproximações e rupturas entre si.²

A propósito da popularização da ciência no rol dos estudos de linguagem, surge a problemática a respeito dos discursos de divulgação científica, de maneira ampla, como também sobre o discurso de midiatização da ciência, já que essa discussão passou, mais recentemente, a figurar nas grandes mídias de circulação. Para efeito de distinção, assevera Charaudeau (2016) que é necessário apontar as fronteiras de cada um deles, já que essa distinção se dá em detrimento das visadas e do contrato de comunicação. Além disso, o linguista menciona uma questão a ser debatida: o discurso de divulgação é uma tradução, uma reformulação ou uma transformação de um discurso científico?

O questionamento inicial proposto por Charaudeau (2016, p. 551) é o seguinte: “o discurso de divulgação científica aparece, por definição, em uma situação de comunicação distinta daquela em que surge o discurso científico, caso contrário, por que o divulgar?”. Para responder a esse questionamento, é necessário retomar o modelo de *contrato de comunicação*, que depende da maneira como pode ser concebida a situação de comunicação e seu dispositivo.

² Por uma questão de recorte, não serão pormenorizados os conceitos de “discurso mediático” e “discurso didático”.

O discurso científico é caracterizado pela visada demonstrativa, na qual se quer estabelecer uma verdade por meio da apresentação de argumentos que desempenham o papel de provas. A identidade dos parceiros apresenta simetria, pois infere-se a presença dos pares; assim “a instância de produção do discurso científico poderá economizar explicitações e usar um vocabulário especializado que se presume ser conhecido da instância de recepção”. O tema, nesse caso, é o objetivo, que será projetado pela questão abordada no discurso. Quanto às circunstâncias materiais, por serem monológicas em sua maioria, serão apresentadas por meio de conferências, artigos científicos, entre outros (CHARAUDEAU, 2016, p. 551).

A respeito desses tipos de discursos até aqui mencionados, Charaudeau (2016) aponta distinções importantes quanto à noção de “verdade”, afirmando que os três discursos se utilizam desse princípio, diferenciando-se pelas finalidades propostas. Além disso, Charaudeau (2016) incrementa esse quadro comparativo ao expor as particularidades relativas às identidades dos parceiros nesses três tipos de discurso. Chama-nos atenção, nesse sentido, a propósito do tema deste trabalho, o papel do jornalista e professor, como é o caso do enunciador Leandro Karnal, reconhecido por sua identidade de professor (portador do saber e dotado de credibilidade) e por sua identidade de jornalista-cronista (deve apresentar provas do saber). Interessa-nos, então, investigar como se situa esse *continuum* identitário do cronista, já que sua identidade midiática é composta também pela de professor (discurso científico e discurso didático).

O discurso de midiatização da ciência, segundo assinala Charaudeau (2016), não pode ser considerado análogo ao discurso de divulgação da ciência, posto que, em sua finalidade, o discurso de midiatização é o resultado de um compósito de duas visadas: de *informação* (fazer saber) e de *captação* (suscitar o interesse) para expor ao conhecimento do público fatos já estabelecidos; como no discurso didático, que tende a ser explicativo, concebendo suas

estratégias próprias para a captação (discurso midiático), como também para gerar credibilidade.

No que diz respeito à **identidade**, pode se tratar de um cientista divulgando sua pesquisa ou um jornalista especializado propagando uma explicação sobre fatos científicos. Assim, há desdobramentos quanto ao emprego dos termos nos dois casos; o cientista irá abordar expressões deslocadas de seu sentido prototípico, e o jornalista utilizará terminologias outras para favorecer a compreensão para a audiência mais ampla. Em relação à instância receptora, há sujeitos mais instruídos, aqueles potenciais leitores de revistas especializadas; e outros menos, aqueles que consomem informações por meio dos veículos de massa.

Sobre o **tema**, Charaudeau (2016) diz que o discurso de midiatização apresenta uma configuração híbrida. Corresponde, nesses termos, a um saber que não se vincula à disciplina de origem, pois infere-se que a audiência não partilhará do corpo de referências necessárias para a compreensão plena. Ao atender à visada de captação midiática, esse objeto de saber é, de certa forma, deformado para ser um acontecimento, seguindo as mesmas estratégias de dramatização de um fato qualquer.

Ao pormenorizar as fronteiras desses discursos, Charaudeau (2016) confirma a suposição de que o discurso de divulgação não é a tradução de um discurso científico de origem, mas um discurso construído por uma instituição midiática em função da finalidade de seu contrato de comunicação. Nesse sentido, considerando a visada do *dever fazer conhecer*, o linguista francês ratifica a relevância da divulgação das pesquisas científicas, trazendo-as à tona por meio dos discursos de divulgação e de midiatização, incluindo, assim, ao debate público uma função importante — popularizar e democratizar a ciência.

Considerações sobre a crônica de Leandro Karnal

O cronista faz um apanhado histórico, em *O paraíso pacifista* (2017), mencionando algumas guerras ocorridas no Brasil. É importante mencionar que, segundo ele, no Brasil ocorreram dezenas de guerras civis, mas que, a despeito dessa constatação,

nós não utilizamos essa expressão para defini-las. Nesse sentido, após narrar alguns detalhes sobre esses conflitos/guerras brasileiras, Karnal assegura que em qualquer outro país do mundo utilizaríamos o nome “guerra” para nomear tais “conflitos”. Esse exemplo de nomeação atribuído pelo enunciador-cronista pode ser um indício da avaliação que Karnal faz do comportamento linguístico do brasileiro. É possível observar que o autor inicia sua argumentação buscando “explicar” a diferença conceitual que existe entre esses dois substantivos (“guerra e “conflitos”), já que cada um deles aponta para um universo de significação.

Segundo o escritor Leandro Karnal, fugimos do uso de expressões categóricas e verdadeiramente nomeadoras dos fatos bárbaros já ocorridos no Brasil para atenuá-los, como uma tentativa de apagamento, pela rejeição, por exemplo, da noção de “guerra”; aqui, especificamente, é necessário trazer à tona as discussões promovidas por ele: a hipocrisia do brasileiro (“a violência é do outro, nunca minha”); a postura negacionista acerca de acontecimentos bárbaros, tais como genocídios históricos, decapitações, entre outros. Ressalta-se, neste momento, um ponto importante e caro a este estudo: trata-se da representação identitária do brasileiro. Por meio de uma análise ainda incipiente dos textos que versam sobre a intolerância e o ódio, é possível considerar *a priori* que Karnal é contundente ao criticar a visão que o brasileiro tem de si. Esse pressuposto do brasileiro “cordial” é especialmente importante para este artigo e para a tese de doutorado em andamento.

Para a composição da situação comunicativa inscrita nesta crônica, tem-se como **finalidade** o interesse do historiador em elencar fatos brasileiros marcantes, que compõem a nossa história. Considerando a visada de informação, observa-se que o enunciador elabora uma exposição didática desses acontecimentos, situando-os cronologicamente com base na seguinte organização:

Para começo de conversa, tivemos durante a nossa história dezenas de guerras civis, a diferença é que nunca usamos essa expressão para

defini-las. Lembremo-nos de algumas delas. Abrilada, movimento de Pernambuco em 1824. Cabanagem, ou Guerra dos Cabanos, no Pará de 1835-1840. Sabinada, movimento na Bahia entre 1837 e 1838. Balaiada, revolta ocorrida entre 1838 e 1841 no Maranhão. Revoltas liberais de 1842, os movimentos sediciosos organizados pelo Partido Liberal em várias partes do Brasil. Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, em 1835. Esta, a maior de todas, durou uma década, rachou o país em três Estados (o Império, a República Rio-grandense e a República Juliana) e vitimou mais de 3 mil pessoas. No século XX, aconteceu a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932 (KARNAL, 2017).

Nessa esteira dissertativa, nota-se também a visada de captação quando Karnal aponta, de maneira contundente, para a necessidade de nomearmos as revoltas e as revoluções ocorridas no Brasil como guerras civis. Karnal evoca sua identidade de professor de história, por meio das afirmações categóricas a respeito dessas guerras (fatos históricos), ao mesmo tempo que convoca seus interlocutores (pelo sujeito e pelo apostrofo grifados), principalmente pela sequência: “Em qualquer outro país do mundo, chamaríamos isso de guerra civil”; “Enquanto **nós, brasileiros**, fugimos do uso da expressão, os norte-americanos fundaram sua nacionalidade por meio da guerra”; “Mas nós rejeitamos a ideia, o conceito e o nome”.

Ao optar por essa dinâmica expositiva na escritura da crônica, são flagrantes as estratégias dramatizantes que atravessam a noção de “verdade” sobre os acontecimentos narrados. Evidencia-se, aqui, o empenho do enunciador em suscitar no interlocutor a reflexão crítica sobre como foi delineada até hoje a nossa construção histórica, apontando as devidas correções a respeito da formação política do nosso país.

Em qualquer outro país do mundo, **chamaríamos isso de guerra civil**. Aqui, não. Aqui evitamos usar tal expressão. Enquanto nós, brasileiros, fugimos do uso da expressão, os norte-americanos fundaram sua nacionalidade por meio da guerra: primeiro uma guerra contra o Império Britânico, depois uma guerra entre o norte e

o sul do país, depois contra o México e contra indígenas, contra alemães, contra comunistas e contra fundamentalistas religiosos. **Mas nós rejeitamos a ideia, o conceito e o nome.** Rejeitamos e suavizamos o conflito, afirmando: “os gaúchos queriam mesmo era a defesa de sua dignidade”; “o que os paulistas desejavam era uma Constituição”; “os cabanos lutavam por igualdade social”. Ninguém lutou por ódio (KARNAL, 2017).

Ainda no que se refere à construção da situação de comunicação da crônica, devem ser examinadas as **identidades** dos sujeitos envolvidos nessa troca comunicativa. Como parte produtora, consideraremos a identidade social e discursiva do professor e historiador Leandro Karnal, colunista do *Estado de São Paulo* na seção intitulada “Cultura”; além disso, adiciona-se à identidade do veículo de comunicação, o jornal *Estadão*, que publica as crônicas semanalmente. O *Estadão* é um dos grandes jornais de circulação nacional, reconhecido nos meios de comunicação por sua longa história e tradição democrática, cuja abordagem se inscreve em um rol conservador, mais especificamente, marcado por sua postura ideológica alinhada aos pressupostos da direita liberal. Diante desse compósito de identidades da instância produtora, vislumbramos uma audiência heterogênea, não especializada; ao passo que, por conta das características biográficas do sujeito comunicante Leandro Karnal, também é possível inferir traços identitários de uma fração dessa audiência. Nesse ponto, Charaudeau (2016) afirma que a produção desse tipo de discurso será pautada pela relação estabelecida em função das identidades implicadas nessa troca comunicativa.

Para compreender a situação de comunicação específica própria do discurso de midiatização da ciência, é imprescindível mencionar o **tema**, em virtude da natureza híbrida da atividade de midiatização do discurso. Por se tratar do objeto de saber da troca comunicativa, o tema é o acontecimento comentado; tem-se, então, na crônica em análise, como centro temático a breve história do Brasil contada a partir de um eixo bem definido, como já

mencionado acima, a violência. Assim, ao percorrer a história do país desde sua colonização até a contemporaneidade, o cronista produz um discurso explicativo, fazendo suscitar o interesse do público não só pela condução estratégica narrativa — contar, explicar, exemplificar, comentar —, mas também pela roteirização encadeada de fatos, por meio diacrônico, que conduz em seu leitor, até mesmo o leigo, um processo interpretativo nitidamente fluido; demonstrando uma profunda relação com a prática didática própria do professor. Esse efeito didático presentificado na crônica de Karnal pode ser configurado como estratégia de dramatização do acontecimento selecionado no processo narrativo-argumentativo, que atende à visada de captação midiática (CHARAUDEAU, 2016).

Vislumbra-se, dessa maneira, como o cronista procede à vulgarização do discurso científico a respeito da história do Brasil, desmistificando-o por meio de um recorte temático que, permeado pela abordagem didática, privilegia a reflexão consolidada de um intelectual público, que cumpre a função democrática de popularização do conhecimento com vistas a fazer saber à sua ampla audiência, especialmente por ser essa uma situação monolocutiva de troca. Importa mencionar que essa transposição delineada pelo *continuum* identitário do enunciador Leandro Karnal — cientista, professor e cronista — parece ser, por hipótese, relevante estratégia de inteligibilidade, pois se trata de argumentação planejada, especialmente, de uma publicação escrita na imprensa, como é o caso do gênero textual crônica.

Com base em trechos da crônica em análise, é possível flagrar o perfil multifacetado de Leandro Karnal — historiador, professor e cronista — ao realizar a transposição dessas identidades, no processo de mediação do discurso científico:

Historiador: “Para começo de conversa, tivemos durante a nossa história dezenas de guerras civis, a diferença é que nunca usamos essa expressão para defini-las. Lembremo-nos de algumas delas” (KARNAL, 2017).

Professor: “Quando Sérgio Buarque diz “cordial”, significa que funcionamos de acordo com o coração – *cordis*, no latim” (KARNAL, 2017).

Cronista: “Esse é o modo passional que Sérgio Buarque definiu como o homem cordial, um homem avesso a regras racionais, a sistemas unificadores, a sistemas impessoais. No fundo – no que concordo plenamente – o que ele está dizendo é que, quando matamos, somos cordiais. Quando torturamos, somos cordiais” (KARNAL,2017).

Diante dessas considerações ainda preliminares suscitadas pela análise do *corpus*, supomos que o discurso de mediação se constitui por um *continuum* do discurso científico, a depender do papel que o sujeito enunciativo possa desempenhar na situação e no contrato de comunicação firmado. No caso do cronista Leandro Karnal, tem-se uma particularidade em virtude de sua identidade; ele não exerce o papel de jornalista que divulga ciência na imprensa. Karnal é um cronista oriundo do universo acadêmico-científico que traz à tona suas proposições, por meio de suas crônicas, com o peso e o reconhecimento de um intelectual público situado em nosso cenário nacional, sem, entretanto, parecer deixar de assegurar a democratização do conhecimento.

Diante dessas considerações ainda preliminares suscitadas pela análise do *corpus*, supomos que o discurso de mediação se constitui por um *continuum* do discurso científico, a depender do papel que o sujeito enunciativo possa desempenhar na situação e no contrato de comunicação firmado. No caso do cronista Leandro Karnal, tem-se uma particularidade em virtude de sua identidade; ele não exerce o papel de jornalista que divulga ciência na imprensa. Karnal é um cronista oriundo do universo acadêmico-científico que traz à tona suas proposições, por meio de suas crônicas, com o peso e o reconhecimento de um intelectual público situado em nosso cenário nacional, sem, entretanto, parecer deixar de assegurar a democratização do conhecimento.

Considerações finais

Há diferentes possibilidades e semioses disponíveis para empreender a análise identitária do historiador Leandro Karnal. A escolha da crônica como objeto de estudo, diante de tantos outros ricos materiais produzidos por esse autor, originou-se pela maneira como ele se comporta discursivamente no texto escrito, sobretudo pelo sofisticado tratamento dado à linguagem em suas produções discursivas.

No que diz respeito ao papel identitário, ao problematizar a imagem que o brasileiro supostamente tem de si, Karnal apresenta muitas pistas acerca de sua própria identidade discursiva, a saber: alguns traços de ironia, um estilo bem-humorado e uma aparente preocupação com o leitor, buscando captar a atenção de seu público. Foi possível perceber como o cronista delineou a crônica argumentativa de maneira a construir um ser cronista bastante credível, o que pode despertar, por meio da abordagem temática e da disposição dos argumentos, um forte interesse e engajamento do seu público. Desse posicionamento enunciativo, pode-se flagrar seu papel como cronista no domínio midiático.

Esse movimento identificado por meio da análise da crônica de Karnal se vincula a uma atividade relevante para os domínios científicos e midiáticos, a saber: a de democratização social do conhecimento científico. É importante frisar que, para a popularização da ciência, sobretudo em um país que ainda carece de formação e de informação de base científica, diferentes setores sociais devem ser mobilizados para realizar esse propósito de circulação dos saberes à sociedade de maneira mais ampla. Essa expansão dos discursos da ciência é engrenagem para o próprio fomento da pesquisa científica; segundo Caldas (2003, p. 75), “Ciência é Conhecimento Público”, isto é, produzir ciência também é fazer circular ciência na sociedade. Espera-se, portanto, que esse estreitamento entre o universo da ciência e da mídia se intensifique no cenário brasileiro, assim como ocorreu com o professor Leandro Karnal, pela sua ampla visibilidade e por sua credibilidade.

Referências

- CALDAS, G. Comunicação, educação e cidadania: o papel do jornalismo científico. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *Produção e circulação do conhecimento: política, ciência, divulgação*. Campinas, Pontes, 2003.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: Modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia (org.). *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326.
- _____. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2015.
- _____. “Sobre o discurso científico e sua midiaticização”. *Calidoscópio*. São Leopoldo. Vol. 14, n. 3, p. 550-556, set/dez 2016.
- KARNAL, Leandro. *Todos contra todos: O ódio nosso de cada dia*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

LER PARA SENTIR: PATEMIZAÇÃO EM *A VIAGEM*

Isadora Eccard Bersot¹
Beatriz dos Santos Feres²

Introdução

Neste trabalho, será feita uma breve análise do livro ilustrado *A viagem*, da autora-ilustradora Francesca Sanna (2016), a fim de identificar recursos linguísticos e visuais que favoreçam a patemização (CHARAUDEAU, 2010).

De início, importa dizer o que é o livro ilustrado, o qual se diferencia do livro com ilustração. Em resumo, este apresenta uma inter-relação entre palavra e imagem não necessariamente complementar, enquanto aquele mantém uma relação simbiótica entre o visual e o verbal. Sendo assim, para que um livro seja considerado ilustrado, não basta que contenha ilustrações — é preciso que a significação emergja da interdependência entre ambas as linguagens. Como destaca Ana Margarida Ramos:

[...] é, sobretudo, na conjugação das imagens com o texto linguístico e na criação de uma inter-relação – no sentido de interdependência – entre as linguagens presentes que reside a especificidade do livro ilustrado, uma vez que se trata de uma publicação que se distingue justamente pela sinergia ou simbiose entre texto, imagem e suporte (Linden, 2013), com a criação de uma linguagem híbrida. É por isso que a grande maioria das melhores publicações neste segmento

¹ Mestranda em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação da professora doutora Beatriz dos Santos Feres. E-mail: isadorabersot@id.uff.br. Orcid: 0000-0003-2502-022X.

² Doutora em Estudos de Linguagem, Professora Associada da UFF. E-mail: beatrizferes@id.uff.br. Orcid: 0000-0001-5854-2898. A pesquisa de Isadora Bersot está vinculada ao projeto “A qualificação na dimensão argumentativa de textos narrativos”, proposto pela orientadora.

resultam da autoria única de um ilustrador (que é responsável também pelo texto) ou de uma autoria partilhada entre escritor e ilustrador (com a colaboração cada vez mais assídua do designer gráfico), em resultado de parcerias cúmplices ao longo de todo o processo criativo (RAMOS, 2018, p. 5 *apud* PAULA, 2021, p. 5).

A crítica literária Sophie Van der Linden (2011) ressalta que o livro ilustrado, inicialmente, foi feito para não leitores. Talvez seja por isso que exista certo preconceito no imaginário social com esse objeto, considerado, pejorativamente, como “infantil”. A esse respeito, urge trazer à tona a problemática da audiência. Críticos norte-americanos falam de um “destinatário duplo”, visto que, para atingir o público infantil, é preciso, antes, atingir mediadores/adultos que leiam para as crianças (LINDEN, 2011). Além deles, professores universitários, pesquisadores que trabalham com literatura infantil e “adultos sofisticados” (NIKOLAJEVA; SCOTT, 2011, p. 39) também engrossam a camada de leitores de livros ilustrados. Portanto, o público-alvo do livro ilustrado não é formado, em última instância, apenas por crianças, apesar de ele ser potencialmente destinado a elas.

Tocamos aqui no aspecto paradoxal do livro ilustrado: inicialmente destinado aos mais jovens, **a priori** menos experientes em matéria de leitura, ele se consolida como uma forma de expressão por seu todo, e não exige menos competência estabelecida e diversificada de leitura. De imediato, o livro ilustrado evoca duas linguagens: o texto e a imagem. Quando as imagens propõem uma significação articulada com a do texto, ou seja, não são redundantes à narrativa, a leitura do livro ilustrado solicita **apreensão conjunta** daquilo que está escrito e daquilo que é mostrado. As imagens, cujo alcance é sem dúvida universal, não exigem menos do ato de leitura (LINDEN, 2011, p. 7-8, **grifo nosso**).

Imagens e palavras inter-relacionadas costumam ser polissêmicas, e cada uma delas exige modos diferentes de leitura. Primeiro, porque a percepção dos signos verbal e visual se dá de

modos diferentes: enquanto o texto verbal é lido de forma sucessiva, palavra por palavra, uma depois da outra; o texto imagético é percebido holisticamente. Entre as imagens, há um princípio de semelhança, diferente do que ocorre com as palavras, cuja relação entre significado e significante é arbitrária. Ademais, a elaboração cognitiva para a leitura de ambos os textos é diversa: para as imagens, domina o lobo cerebral direito, responsável pela elaboração das emoções; para as palavras, domina o lobo cerebral esquerdo, mais responsável, geralmente, por comandar os processos do pensamento analítico e racional (SANTAELLA, 2012).

Em *A viagem* (SANNA, 2016), é evidenciada essa comunicação íntima entre as parcelas verbal e visual, como será visto adiante. A obra em tela conquistou a Medalha de Ouro da Sociedade dos Ilustradores de Nova York no ano em que foi lançada e tem um título relativamente comum. Como registram Maria Nikolajeva e Carole Scott (2011, p. 310): “A palavra *viagem* do título parece ser popular, e muitas vezes é ambígua, já que permite tanto a interpretação ‘objetiva’ como a ‘subjetiva’ [...]”. Levando-se em conta a temática central desse livro, que é a da migração forçada, pode-se dizer que a viagem protagonizada pelos personagens é objetiva, mas, na realidade, trata-se de uma *fuga*.

Por conta de uma guerra que se inicia onde moravam, a qual foi responsável pela morte do patriarca da família, mãe e filhos se veem forçados a partir em busca de segurança e liberdade. Com seus pouquíssimos pertences (que vão diminuindo a cada etapa do trajeto), eles enfrentam inúmeras privações e perigos na terra e no mar. Já na última página, nota-se que sua viagem não acabou, pois não encontram um destino fixo e se veem ainda em trânsito. Esse final aberto é uma opção viável para encerrar obras literárias, além de ser

adequado para mostrar uma visão mais completa da realidade, em que a maioria dos conflitos não se soluciona de uma vez por todas ou, ao menos, não de maneira completa. [...] É muito frequente quando se tratam de temas sociais: por um lado, porque, se os

conflitos descritos se situaram em contextos muito concretos, ou inclusive históricos, o final feliz poderia resultar totalmente inverossímil à luz dos sentimentos do leitor; por outro lado, porque a narrativa pretende, não apenas que o leitor conheça as situações, mas que adote um compromisso moral diante delas. Então, a mensagem consiste em afirmar que as coisas podem não acabar bem e que, portanto, há muito trabalho para fazer no mundo real (COLOMER, 2017, p. 262).

Pode-se dizer que o potencial frutivo, lúdico e transformador do livro ilustrado, o qual viabiliza experiências, é capaz de não só informar seus leitores, mas também de formá-los enquanto cidadãos sensíveis e críticos, lapidando seus sentidos; abrindo seus olhos para a vida que os cerca, ainda que não diretamente; e afetando-os emocionalmente, pois

[...] são capazes de representar mundos ficcionais altamente verossímeis, baseados em imaginários sociodiscursivos; e o jogo de significações proporcionado pela engrenagem verbo-visual que os constitui agrega ainda mais efeitos patêmicos para a sensibilização e a projeção do leitor à narrativa (PAULA, 2020, p. 20).

A seguir, serão enfatizadas as tópicas da angústia e da esperança, assim elencadas por Charaudeau (2010).

Angústia e esperança no livro ilustrado

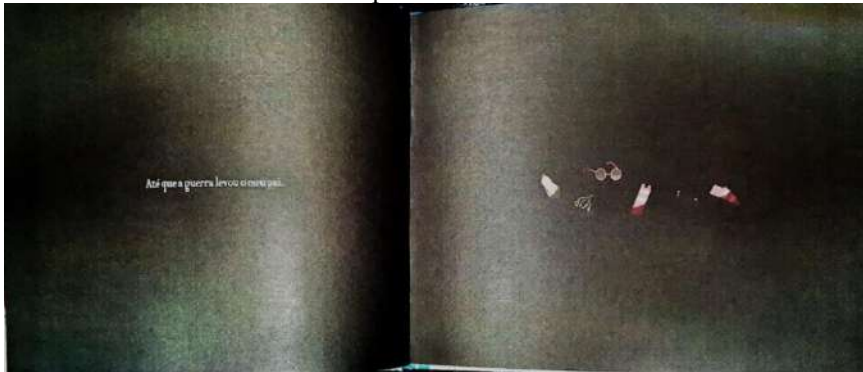
Para a Semiologia, corrente teórica desenvolvida pelo professor francês Patrick Charaudeau, é por meio da relação forma-sentido que a significação se constrói, sempre se considerando os contextos circunstancial e histórico. Originada do termo grego *pathos* (“sofrimento”, “paixão”, “afeto”), a patemização é uma estratégia discursiva que funciona como uma visada de efeito, a qual procura desencadear no leitor/interlocutor certas emoções. Por se tratar de uma visada, não se busca determinar se, de fato, o uso de certos recursos desencadeou efeitos emocionais:

A análise do discurso não pode se interessar pela emoção como realidade manifesta, vivenciada por um sujeito. Ela não possui os meios metodológicos. Em contrapartida, ela pode tentar estudar o processo discursivo pelo qual a emoção pode ser estabelecida, ou seja, tratá-la como um efeito visado (ou suposto), sem nunca ter a garantia sobre o efeito produzido (CHARAUDEAU, 2010, p. 34).

Tendo em vista o *corpus* selecionado, serão enfocadas a angústia e a esperança como possibilidades patêmicas originadas da materialidade do texto, considerando que “a organização do universo patêmico depende do contexto sócio-cultural (*sic*) dentro do qual a troca comunicativa se inscreve” (ALVES, 2007, p. 66).

Logo no começo do livro *A viagem* (SANNA, 2016), é exposto ao leitor o que provoca a transição da família: o estourar de uma guerra. A narrativa não fixa os personagens em um tempo ou em um espaço conhecidos, deixando aberto ao leitor que faça as suas elocubrações, permitindo que o exposto repercute ou relacione-se em/com outras realidades.

O preto do luto



Fonte: Sanna (2016, p. 5-6).

Na figura acima, lê-se: “Até que a guerra levou meu pai”. O termo “guerra” possui um viés patemizante, visto ser dotado de uma carga semântica que se relaciona diretamente com a morte, a perda, a violência, o terror, o sofrimento etc. Para Charaudeau (2010, n. p.), “a ‘angústia’ é um estado de espera desencadeada por

um actante-objeto desconhecido, mas que representa um perigo para o sujeito”; nesse caso, cientes da circunstância beligerante que os rodeia, os personagens da narrativa têm motivos suficientes para se desesperarem. Considerando-se, ainda, a cor preta que envolve a página dupla, a angústia que pode ser suscitada a partir da palavra “guerra” torna-se ainda mais possível, já que, na cultura ocidental, o preto representa a morte, o luto. Para Eva Heller:

Na simbologia cromática cristã, o preto é a tristeza pela morte terrena [...]. Por isso a cor dos trajes dos que estão enlutados é o preto [...]. O preto transforma todos os significados positivos de todas as cores cromáticas em seu oposto negativo. O que soa tão teórico é uma constatação elementar prática: o preto faz a diferença entre o bem e o mal, porque ele faz também a diferença entre o dia e a noite (HELLER, 2013, p. 236-238).

Na página direita, veem-se itens soltos, separados — óculos, flores, sapatos etc. — que possivelmente se relacionam com o pai e com as lembranças do narrador-criança com ele. Esses itens não são tão claros na ilustração; parte deles é ocultada por uma leve sombra. Essa parcela visual, que se coaduna integralmente com a parcela verbal da página anterior, semiotiza a partida desse homem de uma forma simbólica (menos realista, pensando nos horrores que podem originar uma morte em meio a um cenário de guerra), mas significativa.

Já a esperança “tem as mesmas características da angústia, mas na espera de um benefício, de um acontecimento feliz, de uma melhora do destino” (CHARAUDEAU, 2010, n. p.). A figura abaixo representa o primeiro ápice da sorte de um migrante: o cruzamento da fronteira. Apesar da escuridão que ronda a cenografia exposta, a esperança é materializada de modo contundente por meio de uma imensa personagem de olhos verdes — cor símbolo desse sentimento.

O verde da esperança



Fonte: Sanna (2016, p. 27-28).

Retomando os estudos de Heller:

O verde, em sua mais completa neutralidade entre todos os extremos, atua de uma maneira que acalma e transmite segurança. [...] A cor verde é o símbolo da vida em seu mais amplo sentido – não só com relação à humanidade, mas a tudo que cresce. “Verde” é o oposto de murcho, de seco, de morto (HELLER, 2013, p. 193, 195).

Cruzar a fronteira, para aquela família, depois de tantos dias em profundas sombras, significa um recomeço, um novo horizonte; um sinal de um destino melhor, longe da guerra e da morte antes experienciadas; uma esperança de que “os tempos de privação estão ficando para trás” (HELLER, 2013, p. 200). Essa esperança é materializada tanto na cor verde proeminente quanto no fato descrito verbalmente: “[...] ele nos colocou do outro lado da fronteira” (SANNA, 2016, p. 27). Realizar esse cruzamento geográfico era um dos passos necessários para que a “viagem” dessa família lograsse êxito.

Considerando-se algumas das tipologias elencadas por Lucia Santaella (2012), no que tange às relações possíveis entre palavra e imagem, percebe-se que se tem uma imagem aberta na segunda figura, pois a ilustração precisa ser contextualizada para ser entendida. Por exemplo, importa saber que os três personagens estavam fugindo de seu país de origem por causa da guerra, para que vê-los sendo transportados de um lado para o outro do muro

fronteiriço faça sentido. Nota-se, portanto, “a contribuição dos elementos verbais e imagéticos para a combinação da mensagem complexa” (SANTAELLA, 2012, p. 112).

Nas duas páginas duplas apresentadas, a parcela visual não repete a parcela verbal nem vice-versa, mas, na segunda figura, existe tanto uma relação de complementaridade quanto de discrepância. A primeira se justifica “Quando ambas as fontes de informação, imagem e texto, são importantes para se compreender o significado global de uma mensagem [...]” (SANTAELLA, 2012, p. 115). A segunda, porque está escrito: “Corremos e corremos até que surgiu um homem que nunca tínhamos visto antes. O homem disse que nos ajudaria. A mamãe deu a ele algum dinheiro, e ele nos colocou do outro lado da fronteira. Estava escuro. Não fomos vistos.” (SANNA, 2016, p. 27). Contudo, a ilustração não mostra um homem! Em certa medida, contradiz o texto verbal, mostrando tal ajuda como uma espécie de auxílio divino, representado pela imagem da criatura de olhos verdes.

Por fim, têm-se uma relação *relais* (BARTHES, 1990), um tipo de ancoragem entre ambas as formas de comunicação: verbal e visual. No livro em tela, ainda, a empatia emotiva — uma das formas de se aproximar do leitor, conforme elenca Duran (1979 *apud* COLOMER, 2017, p. 270) — destaca-se por meio do uso de formas arredondadas, conforme se identifica no traçado dos personagens, das árvores, e até da tipografia integrante do projeto gráfico.

Como se pôde perceber, as parcelas verbal e visual trabalham conjuntamente para a construção de sentido(s) e para sensibilizar o leitor, nos casos destacados, tanto quanto à perda como quanto à esperança de dias melhores. As cores, como potenciais desencadeadoras de emoção e basilares nas ilustrações, funcionam também como estopins das patemias aqui destacadas, visto serem as imagens as primeiras a serem percebidas pelos olhos do leitor, que as compreende de maneira holística, de uma só vez — “Com isso, pode-se afirmar que a informação transmitida pela imagem

possui uma potência patêmica mais imediata que aquela transmitida pela palavra” (PAULA, 2020, p. 50).

Importa dizer, ainda, que as emoções estão ligadas a saberes de crença, os quais:

[...] advêm de uma espécie de **juízo subjetivo** que cada indivíduo faz desses dados. Tais saberes avaliados são o que Charaudeau denomina saberes de crença, estruturados em torno de valores relativos para cada indivíduo, de acordo com os princípios e normas (sociais e/ou particulares, psicológicas e/ou morais) que regem sua vida. Isso significa que emoções e crenças estão intimamente ligadas: a mudança de uma implica na alteração da outra e vice-versa (ALVES, 2007, p. 65, **grifo nosso**).

Portanto, reforça-se que as reações emocionais que podem ter sido planejadas, visadas pelo sujeito comunicante (compósito, no caso de *A viagem*, pois engloba a autora-ilustradora, os editores, designer gráficos e outros profissionais responsáveis pela criação do objeto-livro) não necessariamente foram efetivamente produzidas pelo sujeito interpretante (os leitores).

Conclusão

Como imagem e palavra compõem o livro ilustrado e “não possuem categorias infantil ou adulto” (RIBEIRO, 2008, p. 137), defende-se aqui que ele pode e deve ser lido por leitores sem limite de idade, considerando-se a qualidade do texto e as variadas estratégias de que autores e ilustradores lançam mão para produzir suas obras.

Levando-se em conta a vida humana, pode-se afirmar que todos já experimentaram a angústia e a esperança em suas próprias viagens nesta terra. As tópicas em destaque, manifestadas linguística e visualmente nos recortes selecionados, servem como canais afetivos, potencialmente capazes de sensibilizar o leitor. Como escreveu Karen Prior:

Nossos desejos como seres humanos são moldados tanto pelo conhecimento quanto pela experiência. Ler uma obra de literatura é ter um tipo de experiência e um modo de obter conhecimento. [...] Ler literatura, em certa medida, pode informar-nos de muitas coisas (as injustiças do sistema penal inglês do século 19, a perseguição aos cristãos no Japão do século 17, e os costumes e a moral da classe rica nos EUA em 1920, por exemplo). Mas certamente a literatura não informa sobre tais assuntos como o fazem os manuais e as aulas de história. [...] **Ler literatura não apenas nos informa, nos forma** (PRIOR, 2021, n. p., **grifo nosso**).

Mesmo sendo uma obra de ficção, *A viagem* (SANNA, 2016) expõe uma narrativa de migração forçada, cujos personagens facilmente poderiam ser denominados como refugiados e cuja história se assemelha a milhares de manchetes de jornal sobre a crise humanitária presente no globo. Esse fato demonstra sua relevância em um tempo de guerra na Europa, de tomada de poder no Afeganistão pelo Talibã, de guerra civil na Síria (que dura mais de uma década), e dos conflitos armados ou não em outros tantos lugares, que não recebem destaque na grande mídia, mas são responsáveis pela expulsão de milhares de cidadãos de suas terras natais.

Para Eliane Debus (2017, p. 22), a palavra ficcional “arrebata o leitor para um tempo e espaço que não são os seus. Desse modo, ele experiencia um viver distante do seu, ao mesmo tempo tão próximo e, ao voltar desse encontro ficcional, já não é o mesmo; ele é capaz de reconfigurar seu viver”, isto porque a literatura não só informa o leitor, tornando-o conhecedor de realidades outras, como também o forma enquanto indivíduo, forçando-o a parar para pensar no sentido da vida, tornando-o mais sensível e humano, “engendrando situações nas quais se torne possível ajudar a frieza a adquirir consciência de si própria, de sua consciência coisificada, de sua indiferença pelo outro” (KRAMER, 2001, p. 114 *apud* FERES, 2011, p. 17).

Considerando-se a temática do livro, as ilustrações riquíssimas e suas relações possíveis com a parcela verbal, atesta-se a existência

de fios invisíveis que unem ambas as linguagens e possibilitam uma compreensão mais cheia de significado(s) e de possibilidades de afetos e de afetamentos. Nessa urdidura, recursos textuais e discursivos são acionados para captar o leitor por meio da patemização, sensibilizando afetos e, com isso, fazendo sentir para, então, compreender melhor a dor da migração forçada.

Referências

- ALVES, C. A e A. Efeitos de patemização no discurso fílmico. *In: MACHADO, I. L.; MENEZES, W.; MENDES, E. As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. v. I.
- BARTHES, R. *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Trad. Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- CHARAUDEAU, P. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. Trad. Renato de Mello. *In: MENDES, E.; MACHADO, I. L. As emoções no discurso*. Campinas: Mercado das Letras, 2010. v. II.
- COLOMER, T. *Introdução à Literatura Infantil e Juvenil atual*. Trad. Laura Sandroni. São Paulo: Global Editora, 2017.
- DEBUS, E. *A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens: lendo Joel Rufino dos Santos; Rogério Andrade Barbosa, Júlio Emílio Brás, Georgina Marins*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017.
- FERES, B. dos S. *Leitura, fruição e ensino com os meninos de Ziraldo*. Niterói: Editora da UFF, 2011.
- HELLER, E. *A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão*. Trad. Maria Lúcia Lopes da Silva. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.
- LINDEN, S. V. der. *Para ler o livro ilustrado*. Trad. Dorothée de Bruchard. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- NIKOLAJEVA, M.; SCOTT, C. *Livro ilustrado: palavras e imagens*. Trad. Cid Knipel. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- PAULA, A. M. A de. *Homoparentalidade na Literatura Infantil: um contrato de comunicação “saindo do armário”*. 2020. 200 f. Tese

(Doutorado em Estudos de Linguagem). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

_____. Narrar para fazer crer: a homoparentalidade em livros ilustrados infantis. *Elos*, Santiago de Compostela, n. 8, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://revistas.usc.gal/index.php/elos/article/view/7097/11004>. Acesso em: 20 jul. 2022.

PRIOR, K. S. *Para ler bem: encontrando a boa vida por meio de grandes livros*. Trad. William Campos da Cruz e João Vitor Oliveira da Silva. São Paulo: Pilgrim, 2021. E-book (não paginado).

RIBEIRO, M. A relação entre o texto e a imagem. In: OLIVEIRA, I. de (org.). *O que é qualidade em ilustração no livro infantil e juvenil: com a palavra o ilustrador*. São Paulo: DCL, 2008.

SANNA, F. *A viagem*. Trad. Fabrício Valério. São Paulo: VR Editora, 2016.

SANTAELLA, L. *Leitura de imagens*. São Paulo: Melhoramentos, 2012. Coleção Como eu ensino.

A ESTEREOTIPIZAÇÃO DA MULHER NA CAMPANHA “VOCÊ
NÃO É VOCÊ QUANDO ESTÁ COM FOME”: *RIDENDO
CASTIGAT MORES?*

Monique Rohem Silva¹

Introdução

Este artigo visa debater a estereotipização feminina em uma campanha publicitária, mediante um efeito cômico escarnejador, o que concede ao texto um caráter satírico. Por aproximar-se de uma sátira, nesse sentido, pune, por meio do riso, comportamentos considerados “de mulher”. Tal punição corrobora com a dominação masculina vigente e insere o discurso no âmbito de uma violência simbólica, dado que os estereótipos de que a Publicidade lança mão na campanha da empresa Snickers, que correu em 2013, funcionam como um agente invisível que diminui e submete as mulheres a um filtro avaliador masculino. Inicialmente, portanto, devemos destacar o que é e quais são as finalidades do que chamamos “Publicidade”:

“uma técnica que tem por objetivo facilitar, quer a *propagação de certas idéias*, quer as relações de ordem econômica entre certos homens que têm uma mercadoria ou um serviço a oferecer e outros homens susceptíveis de utilizar essa mercadoria ou esse serviço” (DURIGAN, 2007, p. 68-69 – grifos nossos).

Logo, a Publicidade torna-se um mecanismo utilizado para disseminar maneiras de ver e de pensar a sociedade ou partes de

¹ Graduada em Letras/Latim. Mestranda em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação da professora doutora Patrícia Neves Ribeiro. E-mail: moniquerohem@id.uff.br.

uma sociedade. Porém, antes disso, é preciso ressaltar que ela está atrelada à promoção de uma ação: a venda de produto(s). Por isso, uma peça ou uma campanha são eficazes quando cumprem o propósito de vender. Nesse sentido, está associada à criação de desejos, corporificação que se dá por meio de diversas estratégias, utilizadas para aproximar o futuro comprador da empresa que quer vender.

Uma das formas de convidar o leitor à compra é fazer uso de imagens e discursos que fazem parte da cultura em que o possível comprador está inserido. Para que um produto seja vendido adequadamente, então, a peça ou a campanha precisa ter uma *persona* bem-definida a fim de que o consumidor vire um cliente. Nesse sentido, a Publicidade não cria discursos que circulem socialmente, mas compartilha e *avaliza* representações sociais² e, por consequência, comportamentos que a sociedade já *naturalizou*. Desse modo, tem o poder de valorizar ou desvalorizar serviços, produtos e até pessoas, a depender de como os trata em anúncios. Logo, a Publicidade também está associada à cristalização de imagens e, ainda, à aceleração ou ao refreamento de mudanças no corpo social, porque, ao mesmo tempo em que afeta este, também é afetado por ele – um ciclo que se retroalimenta graças à criação de estereótipos.

É por meio desta noção que adentramos a Teoria Semiolinguística de Análise de Discurso, proposta pelo professor Patrick Charaudeau, na década de 1980, como forma de analisar a maneira pela qual os “estereótipos” passam de senso-comum à estereotipização na Publicidade.

A peça publicitária como um ato de linguagem

Na comunicação que se estabelece entre Publicidade e consumidor, chamamos as peças ou as campanhas de “atos de

² “[...] um mecanismo de construção do sentido que modela, formata a realidade em real significativo, engendrando formas de conhecimento da ‘realidade social’” (CHARAUDEAU, 2017, p. 576).

linguagem”, na medida em que eles são realizados “para agir sobre os outros, mas também para levá-los a *reagir*: o dizer não é somente fazer, mas também *fazer* ” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2018, p. 73 – grifos dos autores), fundados com base em uma intencionalidade.³ Trata-se de uma encenação, pois o ato de linguagem resulta de um jogo entre as dimensões explícita e implícita.

Segundo Charaudeau (2019, p. 27), o ato de linguagem pode ser representado pela equação **A** de **L** = (Explícito x Implícito) **C** de **D**, em que o Ato de Linguagem só pode ser definido pela relação que existe entre as dimensões Explícita e Implícita. A primeira corresponde a um sentido evocado pelo reconhecimento morfossemântico da língua, portanto mais literal e incompleto; e a segunda, a uma significação que depende das condições de produção/interpretação (Circunstâncias de Discurso); portanto, aponta para algo além-texto, no contexto sócio-histórico.

Nesse âmbito, as circunstâncias de discurso são compreendidas como o “conjunto dos saberes supostos que circulam entre os protagonistas da linguagem” (CHARAUDEAU, 2019, p. 32): saberes partilhados coletivamente, a respeito do mundo; e os filtros construtores de sentido, a respeito dos pontos de vista dos protagonistas do ato de linguagem. Logo, por meio das circunstâncias de discurso, o sujeito interpretante pode interpretar, ou seja, criar hipóteses de significação, pois, em uma encenação, não se busca a verdade, mas a verossimilhança. Por este motivo, ao analisarmos um ato de linguagem, falamos de “possíveis interpretativos”.

O ato de linguagem como encenação é compreendido em dois processos de organização que compõem a “Semiotização do mundo” (CHARAUDEAU, 2005, *online*), a saber: transformação e

³ “Empregamos esta palavra com um propósito preciso, pois [...] trata-se de um conjunto de intenções que podem ser mais ou menos conscientes, mas que são todas marcadas pelo selo de uma coerência psicossociolinguageira [...] isto é, o ato de linguagem é permeável aos impactos do inconsciente e do contexto sócio-histórico. Intencionalidade é diferente de *intenção* [...]”. (CHARAUDEAU, 2019, p. 48).

transação. No que diz respeito à construção de sentido, as esferas de produção e interpretação se encontram no momento de enunciação do ato de linguagem.

O *processo de transformação*, em que um “mundo a significar” passa a “mundo significado” pelo sujeito comunicante, ocorre por meio de quatro etapas: identificação, em que os seres do mundo recebem identidades nominais; qualificação, em que os seres do mundo recebem identidades descritivas; ação, em que os seres do mundo recebem identidades narrativas; causação, em que os seres do mundo são inseridos numa relação de causalidade – estas operações se relacionam com o Explícito e, portanto, com o sentido de língua.

O *processo de transação* depende de quatro princípios: alteridade, momento em que os parceiros de comunicação se reconhecem como semelhantes, porque compartilham saberes e finalidades mútuas e diferentes porque os mesmos parceiros se desdobram em sujeitos comunicantes e interpretantes; pertinência, pois os parceiros do ato de linguagem devem compartilhar os mesmos saberes e valores, mas não necessariamente adotá-los; influência, pois os parceiros do ato de linguagem estão fundados na intencionalidade: o sujeito comunicante visa exercer influência sobre o sujeito interpretante, e este sabe que é alvo de influência; e regulação, em que ambos os parceiros da troca comunicativa, em razão de serem influenciados ou de exercerem influência, regulam o jogo de influências por meio de estratégias, o que veremos nos parágrafos a seguir.

Na esfera da produção, um sujeito comunicante (EUc) faz uma proposição a um sujeito destinatário (TUd), um leitor idealizado, com base em uma imagem que forma do sujeito interpretante (TUi), o leitor real. Para tanto, a fim de ser bem-sucedido em seu projeto, o sujeito comunicante (EUc) cria de si uma imagem discursiva a qual chamaremos de sujeito enunciador (EUe), por meio da qual busca influenciar o sujeito interpretante (TUi), como aquele que vai ao encontro da intencionalidade da comunicação. As estratégias correspondem à organização discursiva do sujeito comunicante

(EUC) de modo que produza efeitos – de persuasão ou de sedução – sobre o sujeito interpretante (TUi) a fim de que ele se identifique com o sujeito destinatário (TUd), em que persuadir é “fazer pensar recorrendo à razão” e seduzir é “fazer sentir recorrendo à emoção” (CHARAUDEAU, 2009, p. 7). No caso da Publicidade, frequentemente veremos recursos de sedução.

Diz-se, portanto, que o sujeito comunicante (EUC) e o sujeito interpretante (TUi) são seres reais, externos ao discurso, inseridos no campo do fazer; enquanto o sujeito enunciador (EUE) e o sujeito destinatário (TUd) são seres de fala, posto que existem apenas discursivamente, inseridos no campo do dizer. Por isso, o ato de linguagem se desenvolve na sobreposição entre o dizer e o fazer.

Já a esfera da interpretação parte de uma imagem do sujeito comunicante (EUC), como sujeito enunciador (EUE), criada pelo sujeito interpretante (TUi) “como uma hipótese [...] de como é a intencionalidade do EUC realizada no ato de produção” (CHARAUDEAU, 2019, p. 48). Assim, se é uma hipótese, a imagem criada pelo sujeito interpretante (TUi) pode ir ao encontro do que pretendia o sujeito comunicante (EUC) por meio de sua encenação como sujeito enunciador (EUE), ou, ainda, pode ir de encontro a esta.

É com base nesses saberes que, inserindo a Publicidade no quadro da comunicação, a empresa Snickers, enquanto sujeito comunicante (EUC), faz uso de estereótipos. Com isso, intenciona afetar o sujeito interpretante (TUi) por meio de suas estratégias enquanto sujeito enunciador (EUE), fazendo o sujeito destinatário (TUd) se identificar com as ideias e valores (significação), propostos no ato de linguagem. Assim, o estereótipo funciona como uma proposição feita pelo sujeito comunicante (EUC), à espera de que o sujeito interpretante (TUi) *também* o reconheça como um lugar-comum. Como veremos, porém, esse espaço pode ser perigoso.

O estereótipo como estratégia de captação e o risco de estereotipização

Na Análise do Discurso, o estereótipo é uma representação coletiva cristalizada que “emerge somente no momento em que um *alocutário* recupera, no discurso, elementos espalhados e frequentemente lacunares, para reconstruí-los em função do modelo cultural preexistente” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2018, p. 215). Significa dizer, assim, que é uma imagem estável, construída sob um conhecimento partilhado e enunciado discursivamente por uma sociedade. Logo, quando faz uso de estereótipos, a Publicidade propõe uma comunicação que depende de um reconhecimento cultural, por parte do sujeito que recebe a propaganda, o que figura como as circunstâncias de produção.

Por fazer uso das imagens costuradas no tecido social, essa técnica recorre às características que compõem o estereótipo – uma imagem reduzida e limitada – na sociedade e que será usado na propaganda a fim de que o comprador se identifique com os saberes compartilhados. Essa identificação parte de uma representação *patêmica*, que descreve uma relação entre saberes compartilhados pelo sujeito-comunicante (EUc) e pelo sujeito-interpretante (TUi), na qual este, avaliando a comunicação proposta, vivencie ou exprima uma emoção (CHARAUDEAU, 2007, p. 4), indo ao encontro do sujeito destinatário (TUd). Trata-se de uma “patemização”, pois, associada à ideia de *pathos* – humanização, personalização –,tenciona provocar uma emoção racionalizada, pois advém de uma intencionalidade.

No que diz respeito à Publicidade, a estereotipização pode ser encarada pela repetição massiva, em campanhas ou peças publicitárias, de imagens cristalizadas (estereótipos) encontradas na sociedade, mas que não encontram respaldo de sê-lo. Assim, sem qualquer reflexão ou conexão com a realidade, algumas propagandas utilizam estereótipos que *não funcionam* como um julgamento verdadeiro.

Foi o caso da montadora alemã Mercedes-Benz, sujeito comunicante (EUc), em 2013, que usou, como sujeito enunciador (EUe), o *funk* “Ah lelek - passinho do volante” (AH LELEK..., 2016), em uma estratégia de sedução, na peça publicitária que divulgava um carro de luxo, no valor de R\$ 99.990,00⁴ à época, na expectativa de “atrair o público mais jovem” (ROGENSKI, 2015, n.p.). No entanto, a imagem de um jovem que aprecia *funk* (TUd), criada pela marca, não era compatível com aquela que a própria sociedade fazia (TUi). Este gênero musical, que era e ainda é associado às classes econômicas mais baixas [C, D e E], não condizia com um cliente que efetivamente poderia adquirir o veículo, o que resultou em uma série de críticas à empresa.

Além da estereotipização em decorrência de má-interpretação do sujeito-interpretante (TUi), há um agravante ainda maior se a publicidade é dirigida às mulheres: algumas peças ou campanhas tendem à satirização, que gira em torno do problema que a marca tenta resolver. Em meio a esta virada, passaremos a tratar da campanha publicitária que se destaca como *corpus* principal neste trabalho.

“Você não é você quando está com fome” no âmbito da Semiologia

Em 2013, visando à promoção do chocolate *Snickers*, da empresa homônima, rodou, na televisão e na internet, uma campanha publicitária cujo título era “Você não é você quando está com fome”, aludindo ao fato de que, faminta, uma pessoa não age de forma costumeira. O conjunto de peças era formado por cinco vídeos: quatro em que estrelavam a atriz Betty Faria, como *alter ego* de Léo, e um em que estrelava a atriz Claudia Raia, como *alter ego* de Rafa. Para exemplificar o conteúdo do artigo proposto, escolheu-se a peça estrelada pela atriz Claudia Raia.

⁴ Para fins de comparação, o valor em 2022 é de cerca de R\$ 230.000,00, segundo a Calculadora do Cidadão, oferecida pelo Banco Central do Brasil.

A atriz representa a pessoa faminta antes de tomar posse do chocolate Snickers, cujo *slogan* é “mata sua fome”. Assim, no que diz respeito à construção de uma propaganda, a Publicidade intenta resolver um problema que se apresenta ao sujeito destinatário (TUd): “é fabricada uma imagem de um TUd a quem falta algo; esse TUd ‘deve procurar preencher essa falta’. Então, uma hipótese é criada por parte do EU-publicitário, que supõe que o TUi se identificará com a imagem do TUd que foi proposta” (CHARAUDEAU, 2019, p. 46-47).

Quando uma pessoa está com fome, reclama muito – “dá muito chlique” –, portanto um chocolate que “mata sua fome”(slogan da Snickers) resolve não apenas a necessidade fisiológica que se impõe, mas a “dor de cabeça” de quem está perto. Assim que come, a imagem da atriz Claudia Raia dá lugar a um rapaz, que se chama Rafa.

Inserindo a campanha no quadro de comunicação proposto por Patrick Charaudeau, temos o seguinte esquema.

Figura 1 – Quadro de comunicação



Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base em Charaudeau (2019, p. 52)

Logo, o sujeito comunicante (EUc) seria a empresa Snickers, instanciado sob um CNPJ, que se insere no espaço externo da comunicação por ser real. A fim de estabelecer contato com o público consumidor visado, um comprador mais jovem (TUd), a marca apostou em uma estratégia de sedução (fazer rir) para, em

seguida, exercer influência (fazer o TUi comprar). Tal estratégia foi promovida por meio de um sujeito enunciador (EUE), um ser de fala, criado por uma empresa publicitária, que se desdobra em alguns enunciadores: Claudia Raia/Rafa, amigos do Rafa e um narrador, como se pode ler na transcrição do texto.

Rafa (como Claudia Raia): Aí, seus pela saco, quem foi que pegou meu desodorante?

Amigo 1: Se liga, cê acha mesmo que alguém aqui quer ficar com um cheirinho igual o seu? (Risadas)

Rafa (como Claudia Raia): Essa é boa (risada irônica), a sua irmã não reclama do cheiro.

Amigo 1 (indignado): Ou

Rafa (como Claudia Raia): Pelo contrário.

Amigo 2: Ei, ei, Rafa, come um Snickers.

Rafa (como Claudia Raia): Por quê?

Amigo 2: Porque cê dá muito chilique quando tá com fome. Melhor?

Rafa (transformado em homem): Melhor.

Narrador: você não é você quando tá com fome. Snickers, uma barra de amendoim e caramelo que mata a sua fome.

No que diz respeito ao processo transformação do mundo a significar, na peça publicitária, pode-se observar as *operações de identificação* na nomeação dos seres do mundo: “desodorante”, “cheirinho”, “irmã”, “Rafa”, “Snickers” etc. Já as *operações de qualificação* podem ser vistas na caracterização dos seres do mundo: “chilique”, “melhor”, “boa” etc. As *operações de ação* podem ser vistas na inserção dos seres do mundo em narrativizações: “pegou meu desodorante”; “se liga”; “não reclama”, “mata a sua fome”, dentre outros. Por fim, as de *causação* inserem uma relação de causa e efeito: “quando tá com fome”; “pelo contrário”; “melhor?”; “por quê?”, dentre outros. Para esta análise, importa, em especial, a qualificação “chilique”.

Com efeito, no processo de transação, o mundo significado é oferecido ao sujeito interpretante para que dele comungue, portanto o sujeito comunicante, por meio de seu sujeito

enunciador, intenciona se firmar nos princípios de alteridade, de pertinência, de influência e de regulação. Veremos, adiante, como este processo se deu em relação ao público, projetado como sujeito destinatário (TUd) da peça.

No que concerne ao sujeito interpretante (TUi), esfera da qual o ato de linguagem depende, a interpretação pôde ser observada em uma cisão: em geral, é possível supor que o público masculino achou a estratégia utilizada engraçada, mas grande parte do público feminino, não. Essas possíveis interpretações podem ser percebidas pelas reações do público em redes sociais. A imagem do Rafa, construída com base em estereótipos, não faz jus à imagem da mulher que, no vídeo, foi taxada de “chiliquenta”. Essa problemática, no que tange à Teoria Semiolinguística, se insere no âmbito dos imaginários sociodiscursivos, dos quais emerge o estereótipo de “chiliquenta” atribuído à mulher. Falemos dos imaginários.

Cumpramos ressaltar que, devido à flutuação hormonal que o ciclo menstrual impõe à fisiologia da mulher, é normal que ela se sinta mais ou menos feliz, receptiva, *irritável* ou dolorida em alguns dias, por exemplo. Contudo, dentre a miríade de sintomas que uma mulher pode experimentar ao longo de seu período menstrual, a frequência ou a intensidade variam de um organismo para o outro, de forma que é possível que uma mulher experimente muitos ou mesmo *nenhum sintoma* durante os dias que antecedem e compreendem a menstruação, isto é, durante a tensão (pré)menstrual.

Com efeito, esse é um cenário que encontra respaldo no saber coletivo que funda a memória social, o imaginário sociodiscursivo. Na cultura popular, é possível encontrar exemplos dessa redução imagética da qual decorre o estereótipo de que mulher é “chiliquenta”, como na música “Mulher de fases”, da banda Raimundos.

Ele [imaginário sociodiscursivo] se constrói, assim, de sistemas de pensamento coerentes a partir de tipos de saber que são investidos,

por vezes, de *pathos* (o saber como afeto), de *ethos* (o saber como imagem de si) ou de *logos* (o saber como argumento racional). Logo, os imaginários são engendrados pelos discursos que circulam nos grupos sociais, se organizando em sistemas de pensamento coerentes, criadores de valores, *desempenhando o papel de justificação da ação social e se depositando na memória coletiva* (CHARAUDEAU, 2017, p. 578).

Nesse sentido, a falta de reflexão, ou mesmo de atenção, quanto à variabilidade do humor feminino faz com que a atenção esteja voltada aos efeitos “negativos” que recaem sobre os homens. Tal parece ser a justificativa encontrada para associar “mudança de humor”, “fome” e “mulher” pelo traço da “irritabilidade”, cuja consequência é o “chilique”, apontado pelo vídeo. Assim, ao usar a qualificação “chiliquento” para definir Rafa, *enquanto Claudia Raia*, pois ele está com fome, faz uso de um estereótipo, que, então, funciona como uma concentração massiva e redutiva de uma face dos imaginários e, portanto: “como um mecanismo de construção do sentido que modela, formata a realidade em real significante[...]. Nessa perspectiva, as representações sociais [são] uma mecânica de engendramento dos saberes e dos imaginários” (CHARAUDEAU, 2017, p. 576).

Esse quadro, portanto, evidencia a estereotipização de uma faceta feminina e que, nesse caso, leva à satirização – a qual, veremos, pune o comportamento da mulher devido a um filtro construtor de sentido masculino, atado a um imaginário machista. Devido a esta característica, o discurso passa de patêmico a patético, pois não encontra razão de ser fora da lógica da opressão patriarcal.

Quanto ao processo de transação, alguns princípios não foram respeitados. O *princípio de alteridade*, que diz respeito à semelhança e, ao mesmo tempo, diferença entre os sujeitos comunicante e interpretante, foi quebrado. Buscando a cumplicidade do sujeito interpretante (TUi), tendo em vista o universo de referências e as finalidades partilhadas, o sujeito comunicante (EUc), em seu cálculo projetivo, não considerou que o sujeito destinatário (TUD)

pudesse não concordar que a “transformação” do Rafa contemplasse a realidade que se prestou a representar – ou seja, certa parcela social não se viu representada na imagem de Rafa/Claudia Raia.

Como consequência, o *princípio de influência*, igualmente, não foi bem-sucedido, porque a intencionalidade que regia o ato de linguagem, isto é, fazer o sujeito destinatário (TUd) aderir ao discurso, não se efetivou, dado que boa parte da parcela feminina (TUi) não se identificou com o humor proposto como estratégia; não foi influenciada.

Conclusão

A estereotipização mencionada é vista de maneira diferente por certas parcelas sociais e duas ressalvas podem explicar o problema mencionado: a) homens e mulheres encaram o “humor” de maneira diversa; b) aos homens cabe uma posição privilegiada socialmente, de maneira que podem submeter as mulheres a um filtro avaliador do qual elas não podem escapar. Portanto, para os homens, é *comum* a associação feita entre “mulher” e “chilique”.

Com relação ao primeiro tópico, cabe dizer que, no que diz respeito a “ter senso de humor”, homens e mulheres esperam coisas diferentes: “Although both sexes say they want a sense of humor, in our research women interpreted this as ‘someone who makes me laugh,’ and men wanted ‘someone who laughs at my jokes’” (FORCE, 2016). Como pode-se observar, para as mulheres, os homens têm senso de humor quando são capazes de fazê-las rir, o que não necessariamente está associado a contar piadas, por exemplo. Já para os homens, uma mulher tem senso de humor quando riem das *piadas* que eles fazem. Neste ponto, portanto, vê-se que as expectativas podem facilmente se estilhaçar.

Uma piada pode ser palco de uma miríade de ofensas, em especial, para a mulher, que costumeiramente pode ser colocada em situações humilhantes. Foi o caso de um *stand-up* que trouxe à tona uma piada feita com uma situação que envolvia um estupro

(AGÊNCIA..., 2011). Tanto a piada quanto a estereotipização feita pela campanha analisada inserem a mulher no âmbito de uma satirização, dado que punem o comportamento feminino.

A sátira, gênero discursivo que se estabeleceu na sociedade romana, tinha como característica “estabelecer uma conexão entre o satirista e seu público através do humor e por meio de temas que sejam de interesse da audiência.” (CORDEIRO; LEITE, 2020, p. 126), o que a torna semelhante a estratégias que, neste trabalho, foram delimitadas no âmbito da Teoria Semi linguística. O humor satírico também se aproxima do encontrado tanto na piada quanto na satirização, pois na sátira, “os vícios humanos e individuais, loucuras, abusos ou deficiências são evidenciados de maneira ridícula, escarnecedora, burlesca, parodística, caricaturesca ou por outros métodos, *para inspirar uma reforma social*”⁵(SATIRE, 2022, grifos nossos).

No entanto, o riso promovido pela estereotipização pune o comportamento “chiliquento”, dado que evidencia uma vicissitude, uma *loucura*, já que não corresponde a uma ação costumeira da pessoa. Nesta associação, pode-se remeter à máxima latina *ridendo castigat mores*, isto é, “pelo riso punem-se os comportamentos”, a fim de “inspirar reformas”, dado que a sátira era um lugar de denúncia e de requerimento.

Tal problemática é costumeiramente marcada pela contaminação do machismo nos imaginários sociodiscursivos que correspondem à imagem da mulher. Este é o que constitui o tópico segundo, feito nesta conclusão. O fato de constantemente haver um filtro construtor masculino nos discursos que circulam socialmente e fazem parte das representações sociais decorrem de elevada posição social de dominância que o homem tem o privilégio de usar. Sobre este ponto, assevera Pierre Bourdieu:

Sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal,

⁵ Tradução livre.

resultante daquilo que eu chamo de *violência simbólica*, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BORDIEU, 2012, p. 7-8).

Dessa dominância, portanto, emerge a violência simbólica, uma forma de coação, exercida sem uso de força física, por isso simbólica, mas que causa danos. Pode ser observada, no caso especialmente tratado da peça publicitária, tanto pelo desconhecimento do que se pode chamar de “universo feminino”, que, aliás, é uma noção deveras limitada,⁶ quanto do reconhecimento do estereótipo como um lugar-comum passível de causar identificação com o outro-homem.

Mas, se é possível agir pela linguagem, não se pode furtar o questionamento e o rechaçamento de tais práticas, pois, ainda que a violência seja um traço encontrado em diversas comunidades, não se deve deixar de combatê-la. Com efeito, deve-se refletir mais atentamente ao que, como sociedade, a Publicidade representa: é o patêmico ou é o patético?

Referências

AGÊNCIA Estado. Polícia ouvirá Rafinha Bastos após piada sobre estupro. *G1*, [s. l.], 20 jul. 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/07/policia-ouvira-rafinha-bastos-apos-piada-sobre-estupro.html>. Acesso em: 22 ago. 2022.

AH LELEK LEK LEKLEKLEK - PASSINHO DO VOLANTE.[S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (3min.) Publicado pelo canal LukinhasVideosHD.

⁶ *What is a woman? I assure you, I do not know... I do not believe that anybody can know until she has expressed herself in all the arts and professions open to human skill* (WOOLF, 2012).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vfAxYSP1bHM>. Acesso em: 16 ago. 2022.

BORDIEU, P. *A dominação masculina*. 11^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27.

_____. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: Mendes E. & Machado I.L. (org.). *As emoções no discurso*. Mercado Letras, Campinas (SP), 2007. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/A-patemizacao-na-televisao-como.html>. Acesso em: 22 ago. 2022.

_____; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise de Discurso*. 3 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

_____. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.). *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326.

_____. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.

_____. *Linguagem e Discurso: modos de organização*. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

CORDEIRO, I. L.; LEITE, R. L. Persona satírica e mudança de tom na obra juvenaliana. *Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 15, n. 24, p. 121-136, jul-dez. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/110648/60310>. Acesso em: 16 ago. 2022.

DURIGAN, L. P. *Publicidade comparativa: informação persuasiva e concorrência*. Curitiba: Orientador: Prof. Dr. Dr. Fabio Leandro Tokars. Dissertação (Mestrado) – Direito, Programa de Mestrado em Direito, Faculdades Integradas Curitiba, 2007. p. 286. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp043831.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2022.

FONSECA, F.– Ator – Snickers com Claudia Raia “Vestário”. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (30s). Publicado pelo canal Felipe Fonseca.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GkgzJiYfiY>. Acesso em: 21 ago. 2022.

FORCE, N. How and Why Humor Differs Between The Sexes. *PsychCentral*, 2017. Disponível em: <https://psychcentral.com/lib/how-and-why-humor-differs-between-the-sexes#1>. Acesso em: 21 ago. 2022.

PÉTER, Z.; OLIPHANT, M. E.; FERNANDEZ, T. V. Motor Stereotypes: A Pathophysiological Review. *Front Neurosci*, v. 11, n. 171, 29 mar. 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5370241/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

RIBEIRO BATISTA, H.; APARECIDA SOUZA, M. Humor e estereotipização da mulher em campanhas publicitárias. *Revista DisSoL - Discurso, Sociedade E Linguagem*, vol. 13, p. 26-41, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.35501/dissol.vi13.756>. Acesso em 12 ago. 2022.

ROGENSKI, R. Mercedes Classe A toca "Lelek, Lek, Lek," em comercial. *Exame*, São Paulo, 4 abr. 2015. Disponível em: <https://exame.com/marketing/mercedes-classe-a-toca-lelek-lek-lek-em-comercial/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

SATIRE. *Britannica*, 2022. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Samuel-Butler-English-author-1612-1680>. Acesso em: 16 ago. 2022.

WOOLF, V. The Death of the Moth, and Other Essays. *Project Gutenberg Australia: a treasure-trove of literature*, 2012. Disponível em: <https://gutenberg.net.au/ebooks12/1203811h.html>. Acesso em: 22 ago. 2022.

ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DO DISCURSO NEGACIONISTA EM PRONUNCIAMENTOS OFICIAIS RELACIONADOS À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Thiago Costa da Silva¹
Ilana da Silva Rebello²

Introdução

Desde o início de 2020 até o final de 2021, o Brasil e o mundo sofreram com os impactos negativos em decorrência da pandemia do coronavírus. Nesse período, somente em nosso país, o número de óbitos ultrapassou 600 mil: situação grave que necessitava de políticas que visassem à preservação da vida e do bem-estar dos cidadãos de forma rápida e segura. Contudo, seja pela falta de uma comunicação mais assertiva entre o Poder Executivo e a mídia, seja pela desconfiança de que as medidas profiláticas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para combater o vírus SARS-CoV-2 não seriam tão eficazes para proteger a população, houve, no Brasil, um dos maiores índices de contaminação e de morte do planeta.³

1 Mestrando em Estudos de Linguagem na UFF. Desenvolve pesquisa com foco na análise do *ethos* político brasileiro, na perspectiva da Teoria Semioliológica, sob orientação da professora doutora Ilana da Silva Rebello Viegas. Bolsista Capes. E-mail: thiago_cs@id.uff.br. Orcid: 0000-0001-5884-2639.

2 Doutora em Língua Portuguesa na UFF (2009). Atua como professora e pesquisadora no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFF. E-mail: ilanarebello@id.uff.br. Orcid: 0000-0002-3032-604X.

3 AGÊNCIA SENADO. Pesquisas apontam que milhares de mortes por covid poderiam ter sido evitadas no Brasil. *Site Agência Senado*, 24 jun. 2021, 14h52. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-milhares-de-mortes-por-covid-poderiam-ter-sido-evitadas-no-brasil>. Acesso em: 5 nov. 2022.

O presidente da República Jair Messias Bolsonaro, desde o dia dez de março de 2020, quando discursou na Conferência Internacional em Miami, afirmou que a questão do coronavírus se tratava de uma pequena crise que estava sendo superdimensionada pela grande mídia ao redor do mundo. Quando ocorreram as paralisações das aulas e o fechamento de estabelecimentos não essenciais, o chefe de Estado declarou⁴ que para passarmos por aquele momento de crise deveríamos enfrentar com a mesma dedicação dois inimigos: o vírus e o desemprego. Apesar de essa ser uma atitude legítima e capaz de gerar a preservação da economia e da soberania do país, acredita-se que à vida humana deveria ter sido dispensada mais prioridade, principalmente em pronunciamentos oficiais destinados aos brasileiros.

Devido às dificuldades pelas quais o Brasil enfrentou para salvar vidas, temos como objetivo investigar se o discurso do presidente da República apresentou como consequência a contribuição para o abrandamento dos cuidados profiláticos. Quanto aos objetivos específicos, pretende-se: 1- analisar o posicionamento assumido pelo chefe de Estado em relação à pandemia e à sua periculosidade; 2- Se for percebida uma tendência de minimização dos efeitos causados pela contaminação pelo vírus, por qual categoria linguística o representante do povo realiza essa atitude?

Tendo em vista a crise sanitária que estava se alastrando no território nacional e sua relação com o cenário político, pontuam-se as seguintes problemáticas: 1- o presidente Jair Bolsonaro, nos dois pronunciamentos oficiais que serão analisados neste trabalho, incentivou a flexibilização das medidas profiláticas recomendadas pela OMS? 2- Houve alguma mudança de posicionamento frente ao combate do coronavírus entre as duas declarações realizadas pelo chefe de Estado no ano de 2020? 3- Houve a proferição de

4 JAIRBOLSONARO. Presidente Bolsonaro sobre ações do coronavirus. *YouTube*, 17 mar. 2020. 25min43s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iNXGn72z5-w>. Acesso em: 16 out. 2022.

algum argumento pautado em *valor de crença* “maquiado” por *valor de conhecimento*?

Para realizarmos a análise do *corpus* – trechos de dois pronunciamentos oficiais realizados na cadeia nacional de televisão (o primeiro,⁵ contendo 21 segundos, produzido no dia 24 de março de 2020 e o segundo,⁶ com 28 segundos, ocorrido no dia 22 de setembro de 2020), utilizaremos a Teoria Semiociológica do Discurso, desenvolvida pelo pesquisador francês Patrick Charaudeau (2018, 2015, 2005), para perscrutar se a *semiotização de mundo*, realizada pelo presidente, reforçou um discurso pró-ciência ou não e para investigar se os argumentos utilizados foram baseados em *valores de crença* ou em *valores de conhecimento*, contribuindo, assim, para a construção de um *imaginário sociodiscursivo* de negacionismo.

A transposição de discursos que possuem *valores de crença* para *valores de conhecimento*, que será abordada na próxima seção, contribui para que sejam incorporados no *imaginário social* opiniões sem comprovação científica como uma verdade incontestável, o que gera consequências para a sociedade e para o sistema democrático. Com isso, esta análise pretende contribuir para uma reflexão sobre os discursos que circulam socialmente que, muitas vezes, orientam a forma como os indivíduos se posicionam na sociedade.

O processo de semiotização de mundo

A Semiociologia apresenta um conjunto metodológico que lhe permite ser aplicada em diferentes tipos de *corpora*, como os pronunciamentos oficiais realizados pelo presidente da

5 JAIRBOLSONARO. Pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro, em cadeia nacional de TV, sobre o covid-19. *YouTube*, 24 mar. 2020. 5min13s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Tb22dopGGzI>. Acesso em: 20 out. 2022.

6 JAIRBOLSONARO. Presidente Jair Bolsonaro: Discurso de abertura da 75ª Assembléia Geral da ONU. *YouTube*, 22 set. 2020. 14min22s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Gmn5kywzqc>. Acesso em: 20 out. 2022.

República. Segundo Machado (2020), é por meio da “simbolização referencial” e da “significação”, isto é, da contemplação de um *movimento exocêntrico* (em que as palavras são concebidas em uma situação de comunicação) e de um *movimento endocêntrico* (em que as palavras são concebidas de forma alheia a uma situação de comunicação) em um ato de linguagem que a *semiotização de mundo* pode ser realizada. Para investigarmos, neste trabalho, como foi realizado o processo de *semiotização de mundo* por Jair Bolsonaro, ou seja, a atribuição de significado ao mundo por meio de uma escolha lexical, apresentaremos a seguir no que consiste esse termo e suas implicações.

Para Charaudeau (2005) e para Pauliukonis e Gouvêa (2012), a *semiotização de mundo* é realizada por um duplo procedimento: o *processo de transformação* e o *processo de transação*. O primeiro refere-se à alteração de um “mundo a significar”, em que as palavras se encontram descontextualizadas de uma situação real de comunicação, em um “mundo significado”, em que as palavras são inseridas em um ato de linguagem, por intermédio da *encenação* de um sujeito comunicante. O segundo ocorre quando o sujeito falante/escritor utiliza esse “mundo significado” como um objeto de troca com o seu interlocutor, o destinatário desta mensagem produzida.

O *processo de transformação*, de acordo com Charaudeau (2005, p. 14), é categorizado em quatro tipos de operações: a *identificação*, a *qualificação*, a *ação* e a *causação*. A *identificação* é realizada quando o sujeito comunicante utiliza substantivos e pronomes que designam seres em um ato de linguagem. Estes, por sua vez, são convertidos em “identidades nominais”. A *qualificação* ocorre quando o enunciador faz uso de adjetivos, orações adjetivas, orações reduzidas, substantivos ou qualquer outra categoria gramatical que concede características, positivas ou negativas, explícita ou implicitamente, aos seres identificados (CHARAUDEAU, 2015). Estes, em decorrência disso, são transformados em “identidades descritivas”. A *ação* é decorrente do ato que é ou praticado, ou sofrido por algum sujeito em um ato

de linguagem, o que lhe atribui o grau de “identidade narrativa”. A *causação* acontece devido a um motivo, humano ou não humano, pelo qual os sujeitos de uma enunciação estão inscritos em uma cadeia de causalidade. É possível perceber essa força argumentativa por meio dos conectivos, como as conjunções, as preposições e os pronomes relativos. A *causação* é a responsável por inscrever os sujeitos interagentes em “relações de causalidade”, de causa e efeito.

O *processo de transação*, segundo Charaudeau (2005), também é categorizado em quatro tipos de operação: o *princípio de alteridade*, o *princípio de pertinência*, o *princípio de influência* e o *princípio de regulação*. O primeiro é concernente ao fenômeno de interlocução entre, no mínimo, dois sujeitos parceiros em um duplo processo de reconhecimento de semelhanças e diferenças em relação ao interagente. Enquanto a similitude está pautada na primordialidade de perceber, no outro, *universos de referência* (saberes afins), a desigualdade deve-se à necessária constatação de diferenças em relação ao interlocutor, tendo em vista fatores psicossociais, culturais, regionais e linguísticos.

O *princípio de pertinência*, para Charaudeau (2005), diz respeito aos conhecimentos compartilháveis entre os sujeitos parceiros em um ato de linguagem. Segundo o autor, para que a mensagem produzida por um indivíduo cumpra com a sua *finalidade* na enunciação com o outro, é preciso que os saberes evocados estejam apropriados ao contexto comunicacional para que os objetivos sejam cumpridos. Aliado a isso, o *princípio de influência*, condição mínima de toda comunicação humana, assim como o seu nome sugere, é concernente ao processo de o sujeito comunicante encaminhar o seu interlocutor a uma ação, guiar seus sentimentos ou conduzir seus pensamentos, tendo em vista se beneficiar de alguma atitude do outro.

Já o *princípio de regulação*, de acordo com Charaudeau (2005), refere-se à necessidade de um reconhecimento mínimo de saberes compartilhados não só em relação um ao outro, mas também sobre a temática a ser discutida, conhecimentos sobre a comunidade

local, sobre o clima, sobre a política. Sem essas sabedorias, a interação provavelmente não se desenvolveria bem, devido à falta de assunto ou de demais rupturas por parte dos interagentes. A regulação, dessa forma, faz-se necessária para que a comunicação tenha uma continuidade, sendo esse processo passível de ser realizado de modo consciente ou não.

No que se refere ao *corpus* desta pesquisa, o ator político Jair Bolsonaro, ao realizar os seus pronunciamentos oficiais, apresenta por finalidade significar um mundo para a população brasileira a partir de seus ideários, de forma a conduzir o pensamento e influenciar o sentimento dos cidadãos para que haja aderência às suas palavras. Esse mundo semiotizado, quando chega à sociedade, já é um mundo interpretado pelo presidente da República que, para realizar essa tarefa, deverá fazer uso das categorias dos *processos de transformação* e de *transação* para que seu *projeto de influência* seja bem-sucedido.

O saber de crença, o saber de conhecimento e os imaginários sociodiscursivos

Para Charaudeau (2018), o *saber de crença* apresenta como objetivo sustentar um posicionamento, um valor sobre o mundo por meio de juízos que atribuímos, tendo em vista explicar a realidade sem contar com julgamento humano (“a política brasileira é complexa”). Esses valores criados e compartilhados procedem de um juízo não concernente ao conhecimento de mundo (“a questão não é saber se é bom ou ruim que a política brasileira seja complexa”), mas aos indivíduos que habitam o mundo, seu pensamento (julgamento) e seu comportamento (ação).

Os saberes de crença, por não apresentarem um consenso de valor entre os cidadãos de uma determinada sociedade, podem ser concebidos como sendo verdadeiros ou corretos/ falsos ou danosos. Em meio ao cenário pandêmico de 2020, houve indivíduos que, por razões políticas, ideológicas e/ou religiosas, acreditaram que o

medicamento divulgado amplamente por Jair Bolsonaro como um possível tratamento *off-label* (fora da bula) para o coronavírus era efetivo, apesar de não haver comprovação científica de sua eficácia. Por não ter tido, de início, uma confirmação médica de que o fármaco “cloroquina”, por exemplo, apresentava efeitos positivos, nem consequências negativas, foi realizada uma partilha na sociedade para decidir se, em caso de contaminação, os brasileiros fariam ou não o uso dessa medicação.

Já o *saber de conhecimento*, segundo Charaudeau (2018), possui fundamento de base científica ou proveniente do empirismo, isto é, apresenta uma solidez teórica e visa a firmar uma verdade sobre os fenômenos do mundo. Além disso, esses saberes são concebidos como alheios à subjetividade humana, pois estes conhecimentos são tidos como exterior e inerente à existência dos indivíduos. “Esses saberes dizem respeito aos fatos do mundo e à explicação que se pode dar sobre o porquê ou o como desses fenômenos” (CHARAUDEAU, 2018, p. 197).

De acordo com Charaudeau (2018), os saberes de crença e de conhecimento, na qualidade de representações sociais, realizam a construção da realidade enquanto universo de significação, dando origem aos *imaginários*. Tendo em vista que estes são percebidos em enunciados linguageiros diversos, mas com similaridades semânticas, são chamados de *imaginários discursivos*. Por fim, pelo fato de entrarem em circulação dentro de grupos sociais, os quais fundam normas de referência, são denominados como *imaginários sociodiscursivos*.

“O imaginário é efetivamente uma imagem da realidade, mas imagem que interpreta a realidade, que a faz entrar em um universo de significações” (CHARAUDEAU, 2018, p. 203). Vemos como imperativo ressaltar, a partir dessa definição dada por Charaudeau, que *imaginário* aqui não equivale à imaginação, à ficção, mas sim às significações da realidade. Pode-se pensar, por exemplo, na questão do feminino, em que conseguimos captar na sociedade brasileira a imagem de que alguns tipos de mulheres são tidos como prototipicamente inferiores intelectualmente. A

máxima “Ela é loira, mas é inteligente” representa bem como a criação de imaginários impacta nas interações sociais, ao associar a mulher loira à falta de inteligência.

O ato de significar o real necessita que, além de existirmos no mundo, mantenhamos contato com os outros indivíduos para que os imaginários sejam firmados em um determinado grupo social. A partir desse conhecimento, faz-se de grande importância compreendermos do que se trata o *imaginário social*. Para Charaudeau (2018, p. 204): “O imaginário social é um universo de significações fundador da identidade do grupo na medida em que é ‘o que mantém uma sociedade unida, é o que cimenta seu mundo de significação’”. Com isso, pode-se afirmar que as construções dessas *imagens* fazem com que o agrupamento de cidadãos seja possível.

Charaudeau (2018, p. 205) afirma que “[...] todo imaginário é um *imaginário de verdade* que essencializa a percepção do mundo em um saber (provisoriamente) absoluto. O imaginário resulta de uma dupla interação: do homem com o mundo, do homem com o homem” (Grifo do autor). Esses julgamentos em circulação são materializados pelos grupos sociais por intermédio de discursos que os sustentam. De acordo com Charaudeau (2018), alguns desses discursos são conservados socialmente por meio de textos escritos (ou orais), de modo mais ou menos permanente, e transmitidos de geração em geração, como ocorre com as doutrinas e com as teorias científicas; já outros se propagam na sociedade sob configurações menos estáveis, como acontece com os provérbios, embora seu sentido se mantenha semanticamente inalterado.

Por fim, há o conceito de *imaginário sociodiscursivo*. De acordo com Charaudeau (2018), eles dão testemunho das identidades coletivas, da percepção que os cidadãos e os grupos possuem dos acontecimentos e dos julgamentos que realizam de suas atividades sociais. Ainda para o autor, no espaço político, por exemplo, circulam imaginários acerca do modo como os representantes do povo devem se comportar em diferentes situações sociais, como na campanha eleitoral, no debate e na locução televisiva.

Tendo em vista o que foi exposto até aqui, os *imaginários sociodiscursivos* são o resultado da interação entre os membros de um determinado grupo social, instituídos por discursos que são culturalmente sedimentados. São esperados de um determinado político, por exemplo, ao realizar um pronunciamento oficial, certos comportamentos que consideramos prototípicos, como a vestimenta, o tom de voz e a credibilidade de suas palavras, o que pode confirmar ou não um *ritual de abordagem*.

Metodologia

Este trabalho apresenta uma natureza qualitativa, tendo em vista a investigação que será realizada no *corpus* submetido à análise do discurso. Para cumprirmos essa tarefa, utilizaremos o método exploratório e selecionaremos, do canal oficial do presidente da República Jair Bolsonaro no *YouTube*, dois trechos de vídeos sem uma possível manipulação de dados realizada por usuários da internet. A escolha por esses fragmentos deu-se pela possibilidade de poder flagrar, no discurso do chefe de Estado, seu posicionamento sobre a gravidade do vírus, com um intervalo de seis meses entre as duas declarações.

Tendo em vista a proposta deste artigo, utilizaremos a técnica de pesquisa de caso, pois pretendemos compreender os posicionamentos assumidos pelo presidente da República em seus pronunciamentos oficiais, os recursos linguístico-discursivos utilizados para realizar a *semiotização de mundo* e os *imaginários sociodiscursivos* suscitados sobre a pandemia.

Para isso, recorreremos à Teoria Semi linguística, desenvolvida por Patrick Charaudeau, aporte metodológico competente para a condução da análise do *corpus*. Por meio dessa fundamentação teórica, pode-se compreender que todo ato de linguagem visa à produção de *efeitos previstos* no interagente. Posto isso, qual seria a possível intencionalidade do presidente da República ao produzir os dois pronunciamentos oficiais?

Os pronunciamentos oficiais de Jair Bolsonaro

O primeiro pronunciamento oficial foi realizado pelo presidente da República no dia 24 de março de 2020, cerca de 10 dias depois das aulas das redes de ensino básico pública e privada serem suspensas. Apesar de essa declaração ter sido feita durante o período de afastamento social, em que estabelecimentos não essenciais para a vida humana foram obrigados a fechar, em decorrência do perigo de contágio dessa nova doença com risco potencial para as pessoas mais idosas e com alguma comorbidade, foi divulgada a seguinte mensagem na Rede Nacional de rádio e TV:

Pronunciamento 1: “No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar. Nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão”.

A *semiotização de mundo*, como vimos anteriormente, ocorre por meio do *processo de transformação* e do *processo de transação*. Analisaremos, a seguir, como o presidente da República realizou o seu discurso.

Identificação: os seres “meu”, “caso particular”, “histórico de atleta”, “vírus”, “gripezinha”, “resfriadinho”, “médico” e “televisão” são utilizados como recursos propiciadores de identificação no enunciado. As palavras “meu”, “caso” e “histórico” referem-se a Jair Bolsonaro, atribuindo a si a autoria do discurso e remetendo à sua trajetória de vida. “Gripezinha” e “resfriadinho” foram utilizados possivelmente para minimizar a potencialidade do perigo da ação do micro-organismo no corpo humano, principalmente se levarmos em conta a declaração de “meu histórico de atleta”, como se a juventude e as pessoas fisicamente ativas fossem super-resistentes ou imunes à ação do “vírus” (substantivo que realiza uma identificação negativa), declaração que pode levar a um abrandamento das medidas profiláticas em nível nacional. Para

Cunha e Cintra (2001), o emprego de sufixos diminutivos pode representar um impulso negativo: de troça, de desprezo e de ofensa, o que vai ao encontro da tese defendida neste trabalho. Aliado a isso, os vocábulos “médico” e “televisão”, por meio de legitimidade médica e midiática, corroboram a declaração de que a Covid-19 não deve ser tomada como uma preocupação em grande escala.

Qualificação: os qualificativos “caso particular”, “histórico de atleta”, “contaminado”, “nada”, “acometido”, “conhecido médico” e “conhecida televisão” são utilizados para caracterizar os seres do enunciado. As palavras “particular” e “atleta” funcionam como uma estratégia que retiraria a culpa do presidente da República caso suas palavras surtisse alguma consequência negativa, tal qual um salvo-conduto. Ao falar de seu caso particular e de seu histórico de atleta, Jair Bolsonaro, além de estar referindo-se exclusivamente a si e criando uma imagem de si como portador de uma saúde superior à média nacional, implicitamente anuncia para uma parcela “ativa” da população brasileira que esta não precisaria se preocupar. Os vocábulos “contaminado”, “nada” e “acometido” referem-se à possibilidade remota de ser contaminado pelo vírus, causador da Covid-19, e de sofrer com sintomas graves da doença. Além disso, o “nada”, segundo Neto e Infante (2008), possui sentido e totalidade negativos e, por ser um pronome indefinido (pronome substantivo), pode desempenhar função de caracterizador. Já quanto ao “conhecido” e à “conhecida”, segundo Silva, Silva e Giesel (2022, p. 39), “[...] o enunciador busca produzir efeitos de sentido a fim de legitimar sua fala e não sofrer sanção judicial ao atribuir o nome do Dr. Drauzio Varella e da emissora de televisão Rede Globo”.

Ação: acreditamos que os verbos e as formas verbais “caso fosse”, “não precisaria me preocupar” e “nada sentiria ou seria” não estão conjugados no subjuntivo ou no futuro do pretérito à toa. Esses modos e tempos verbais são utilizados para produzir a *modalização* – apresentação da opinião de um interlocutor mediante marcas linguísticas que não realizam uma afirmação definitiva – do discurso, visando à preservação da face/fachada do sujeito falante ou dos interagentes (GOFFMAN, 2011). Por meio disso, é indicada uma incerteza em sua declaração, em uma afirmação não categórica,

atribuindo às preocupações e às chances de um agravamento pela contaminação como uma possibilidade remota.

Causação: os conectivos⁷ “caso”, “ou” e “como” são responsáveis pelo encadeamento argumentativo realizado no discurso produzido pelo presidente da República. A conjunção “caso” expressa uma condição e refere-se à possibilidade remota de contaminar-se pelo vírus. A conjunção “ou” expressa uma alternância entre dois possíveis sintomas, mas, de acordo com Bolsonaro, tendo em vista seu histórico de atleta, não lhe causariam problemas graves. O advérbio “como” foi utilizado para que fosse introduzida a legitimidade em sua declaração, ao fazer referência ao pronunciamento feito pelo médico Antônio Drauzio Varella, casualmente convidado pela Rede Globo para participações em programas de TV.

O segundo pronunciamento oficial foi realizado pelo presidente da República no dia 22 de setembro de 2020, 6 meses após a primeira declaração. Tendo em vista verificar se o posicionamento assumido pelo chefe de Estado mudou em decorrência do tempo passado e do número de mortes anunciado pelos veículos de comunicação, analisaremos a seguinte mensagem divulgada na Rede Nacional de rádio e TV:

Pronunciamento 2: “Como aconteceu em grande parte do mundo, parcela da imprensa brasileira também politizou o vírus, disseminando o pânico entre a população. Sob o lema ‘fique em casa’ e ‘a economia a gente vê depois’, quase trouxeram o caos social ao país. Nosso governo, de forma arrojada, implementou várias medidas econômicas que evitaram o mal maior.”

Identificação: os seres “parte do mundo”, “parcela da imprensa”, “vírus”, “pânico”, “população”, “lema”, “casa”, “economia”, “caos”

7 A Gramática Tradicional considera como conectivos apenas as conjunções, os pronomes relativos e as preposições. Evanildo Bechara (1999) denomina de *denotadores* as palavras que não são classificadas entre as dez classes gramaticais, mas que estabelecem uma relação coesiva.

social”, “país”, “nosso governo”, “medidas econômicas” e “mal maior” são utilizados como recursos propiciadores de identificação no seu discurso. Em “parte do mundo” e “parcela da imprensa”, o presidente da República direciona o pensamento da população brasileira para o fato de que os veículos de comunicação são parciais (o que é essencialmente verdade) e espalham o medo e o “pânico” entre a “população” como uma forma de manipulação das massas. O “vírus” é nomeado como o alçóo sanitário, social e político causador de uma histeria na sociedade. “Lema”, palavra utilizada para fazer referência a uma ideia, introduz a tese de que as máximas “fique em casa” e “a economia a gente vê depois” são utilizadas pelo chefe de Estado como possíveis responsáveis por levar o país à bancarrota, devido à fome e à quebra da economia que poderiam direcionar o Brasil para um “caos social” de miserabilidade. Por outro lado, Jair Bolsonaro, como um salvador da pátria, por meio de sua responsabilidade (“nosso governo”), implementa “medidas econômicas” (como o Auxílio Emergencial) para livrar o país do “mal maior”, como o distanciamento social que, sob sua ótica, causaria destruição à nossa pátria.

Qualificação: os qualificativos “grande parte do mundo”, “caos social”, “forma arrojada”, “várias medidas econômicas” e “mal maior” são utilizados para caracterizar os seres do texto. A palavra “grande” refere-se à ampla manipulação que possivelmente as mídias hegemônicas realizaram durante a pandemia do coronavírus. O “caos social” assume uma posição condenatória aos lemas “fique em casa” e “a economia a gente vê depois”, sendo estes os possíveis responsáveis por “quebrar” a economia do país. Apesar de a palavra “caos” não possuir, nesse enunciado, a função de qualificador, ela realiza a caracterização do estado dramático no qual o país poderia estar caso adotasse a política de distanciamento social, em decorrência de sua forte carga patêmica.⁸ Para controlar essa situação, Jair Bolsonaro, assumindo uma imagem de messianismo-profético, junto a seus ministros, desenvolve “várias medidas econômicas”, de “forma arrojada”, para evitar esse “mal maior”.

8 A patemia está relacionada com a capacidade de o sujeito comunicante suscitar, em seu interlocutor, emoções, devido principalmente à sua escolha lexical, com o objetivo de realizar a captação de seu auditório.

Ação: os verbos “aconteceu”, “politizou”, “disseminando”, “fique em casa”, “a gente vê depois”, “quase trouxeram”, “implementou” e “evitaram” atuam como fortes indícios do posicionamento político-ideológico do chefe de Estado. “Aconteceu”, “politizou” e “disseminando” convergem para o movimento de manipulação das massas que essas grandes mídias supostamente realizam. São atribuídos aos verbos “Fique” e “vê”, integrantes dos lemas dos indivíduos favoráveis ao distanciamento social, descredibilidade devido à sua imprudência econômica. Além disso, “trouxeram” apresenta a transferência de um mal exterior para o nosso país, assim como a fome e a miséria presentes na Venezuela, tese defendida em decorrência do uso do determinante “o” diante de “caos social”. Por outro lado, “implementou” e “evitaram” são empregados estrategicamente em uma posição de contraposição entre o que o Brasil poderia ter se tornado e o que o governo Bolsonaro, com sua gestão competente e responsável, fez.

Causação: os conectivos “como”, “também”, “entre”, “sob” e “que” são empregados pelo presidente da República para criar um encadeamento argumentativo. O advérbio “como” e o denotador de inclusão “também” referem-se à conformidade do Brasil, com o mundo, em estar sob a manipulação midiática. As preposições “entre” e “sob” indicam a passividade em que a população brasileira se encontrava, seja pela influência da mídia, seja pelos posicionamentos político-ideológicos que possuíam o poder de destruir a economia nacional. O pronome relativo “que”, neste caso, une orações que estabelecem entre si uma relação de causa e consequência.

Tendo em vista os dois pronunciamentos oficiais analisados, por meio do *processo de transação*, o presidente da República Jair Bolsonaro visa que suas palavras sejam pertinentes e que cumpram com o seu projeto de *intencionalidade*. Além disso, inerente a todo ato de linguagem, a *influência* objetiva afetar o outro para surtir efeitos esperados, e o enunciado é construído de modo a captar a atenção do maior número possível de (tel)espectadores.

Enquanto estratégia de passagem de *saberes de crença* para *saberes de conhecimento*, tem-se o juízo de que o vírus da Covid-19 causava uma “gripezinha” ou um “resfriadinho”, baseado em percepções subjetivas por parte do chefe do Executivo. Além disso, o posicionamento de que parcela da imprensa brasileira tenha politizado o vírus para disseminar o pânico também revela um julgamento pautado em *saberes de crença*, visto que não há dados concretos que corroborem o ponto de vista apresentado pelo presidente da República. Jair Bolsonaro, ao afirmar que seu governo implementou várias medidas econômicas para evitar o mal maior, e não apresentar dados estatísticos que comprovem essa afirmação em um pronunciamento oficial, ajuda na criação de uma imagem de si de um ator político que não baseia seu discurso em fundamentações concretas e científicas.

Considerações finais

A partir da análise do *corpus*, foi possível verificar que o presidente da República, em seus dois pronunciamentos oficiais, realizou a estratégia de passar um *saber de crença* como sendo um *saber de conhecimento*, atitude que contribui para a disseminação de informações que não apresentam fundamentação científica, o que pode trazer consequências negativas à população, sobretudo em um contexto sanitário grave e ainda sem vacinas para imunizar os cidadãos brasileiros. Esse tipo de discurso, de forma explícita ou implícita, acarreta a flexibilização de medidas profiláticas e aumenta as chances de contágio pelo vírus.

Do primeiro pronunciamento para o segundo, ficou perceptível que o posicionamento do chefe de Estado quanto à política do “fique em casa” e “a economia a gente vê depois” não mudou. Desde o início, o embate ocasionado por essa questão sanitária, de acordo com Jair Bolsonaro, necessitava do combate a dois inimigos: o vírus e o desemprego, sendo que estes deveriam ser enfrentados simultaneamente e com a mesma responsabilidade. Apesar de essa atitude parecer ser assertiva, se o chefe de Estado

tivesse feito pronunciamentos a favor do combate ao vírus, muitos brasileiros teriam dado mais importância aos cuidados profiláticos e aos riscos reais desencadeados pela contaminação, reduzindo o número de óbitos.⁹

Este artigo não apresentou como objetivo findar a análise do *corpus* apresentado. Acreditamos que uma perscrutação mais minuciosa possa ser realizada, tendo em vista o limite de extensão ao qual estamos submetidos neste trabalho. Pretendemos que a investigação feita para esta pesquisa seja retomada não só em nossas futuras produções bibliográficas, mas também por outros pesquisadores, haja vista sua importância para a sociedade e para o discurso político atrelado à pandemia do coronavírus.

Referências

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. 2ª ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. Para uma gramática do sentido numa perspectiva didática. In: VALENTE, A. C. (Org.). *Unidade e variação na língua portuguesa: suas representações*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 244-255.

_____. Uma análise semiolinguística do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 11-27.

CUNHA, C. F.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

9 LIMA, Bruna; CARDIM, Maria Eduarda. Covid-19: Brasil volta a registrar mais de mil mortes em 24 horas. *Site Correio Brasiliense*, 09 set. 2020, 19h02. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2020/09/4874278-covid-19-brasil-volta-a-registrar-mais-de-mil-mortes-em-24-horas.html>. Acesso em: 20 out. 2020.

GOFFMAN, E. Sobre a preservação da fachada: Uma análise dos elementos rituais na interação social. In: GOFFMAN, E. *Ritual de interação: ensaio sobre o comportamento face a face*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 (Coleção Sociologia).

MACHADO, I. L. O ato de linguagem segundo a Semiologia: implicações, explicações e aplicações práticas. *Gragoatá*, v. 24, n. 50, p. 760-772, 27 jan. 2020.

NETO, P. C.; INFANTE, U. *Gramática da Língua Portuguesa*. 3. ed., 2.ª reimpressão. São Paulo: Scipione, 2008.

PAULIUKONIS, M. A. L.; GOUVÊA, L. H. M. Texto como discurso: uma visão semiológica. *Desenredo (PPGL/UPF)*, v. 8, p. 49-70, 2012.

SILVA, T. C.; SILVA, P. N. P.; GIESEL, C. C. M. Uma análise semiológica do discurso antivacina no governo Bolsonaro. *PRIMEIRA ESCRITA, informar cidade*, v. 9, p. 33-45, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revpres/article/view/15653>. Acesso em: 20 out. 2022.

BLOCO 5

SEMIÓTICA DISCURSIVA

AS MODALIDADES VERIDICTÓRIAS NO LIVRO *O CONTO DA AIA*: UMA ANÁLISE PRELIMINAR

Amanda Perlingeiro Guisã do Nascimento¹

Introdução

O livro *O Conto da Aia* é considerado um romance distópico, que conta a história da sociedade teocrática de Gilead. Para compreender os efeitos de verdade presentes nesse texto é importante, inicialmente, se aprofundar nos estudos da veridicção trazendo a relação entre os eixos "ser" e "parecer" de Greimas e Courtés:

A categoria da veridicção é constituída, percebe-se, pela colocação em relação de dois esquemas: o esquema parecer/não parecer é chamado de manifestação, o do ser/não ser, de imanência. É entre essas duas dimensões de existência que atua o "jogo da verdade": estabelecer, a partir da manifestação, a existência da imanência, é decidir sobre o ser do ser (forma debreada do saber ser) (GREIMAS E COURTÉS, 2008, p. 533).

E essa relação de quadratura é colocada no quadrado semiótico, com os valores positivos "ser"/"parecer" e os negativos "não ser"/"não parecer" na relação enunciador e enunciatário – as vozes do autor e leitor que emanam do enunciado. E cada uma dessas combinações causa um efeito de sentido no texto. Quando o enunciador projeta um parecer e o enunciatário concorda, dando o sentido de ser, tem-se a verdade. O seu completo oposto seria quando o enunciador projeta um não parecer e o enunciatário

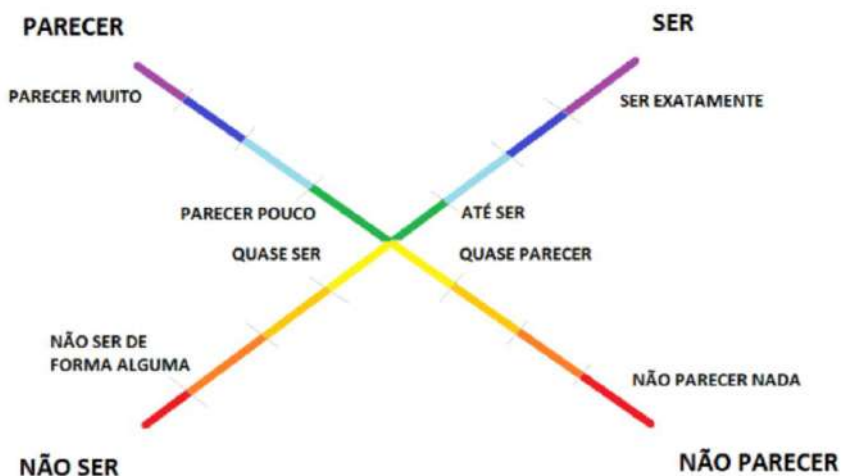
1 Mestranda em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação da professora doutora Renata Mancini. E-mail: amanda.perlingeiro@gmail.com. Orcid: 0009-0004-4711-0693.

reconhece como um não ser, resultando na falsidade. Já às vezes em que o enunciador e o enunciatório entram em discordância, os resultados são o segredo ou a mentira. O primeiro se dá quando o enunciador projeta um não parecer e o enunciatório acha que na verdade é, o que revela um saber oculto. Já a mentira acontece quando o enunciador projeta um parecer que, e o enunciatório reconhece como um não ser, desvendado uma falácia.

Vinícius Lisboa Soares e Renata Mancini, então, propuseram em um artigo intitulado “Uma leitura tensiva das modalidades veridictórias” (2020) uma ampliação dessas possibilidades, criando gradações com base nos estudos da semiótica tensiva.

Para isso, os autores fazem um paralelo com os conceitos de implicação e concessão de Zilberberg, que diz que “o estilo implicativo é confirmativo e compartilhado, enquanto o estilo concessivo, inaugural, e, por um tempo, singular, faz do discurso o vetor do inédito e da novidade” (2011, p. 216). Nesse sentido, o “parecer” tende a “ser”, sendo uma implicação, da mesma forma que o “não parecer” e o “não ser”; enquanto o “parecer” e o “não ser”, e o “não parecer” e “ser” têm uma relação de completa oposição, sendo uma concessão.

E essa reflexão deu origem ao seguinte esquema retratando todas as variantes que se estabelecem entre os valores da quadratura:



Fonte: Soares; Mancini (2020)

Pode haver então “níveis de verdade” que podem ser extremamente concessivos, como, por exemplo, uma situação em que o enunciador projeta um “parecer muito” e o enunciatário conclui um “não ser de forma alguma” ou o seu extremo oposto, o enunciador projeta um “não parecer nada” e o enunciatário entende com um “ser exatamente”. Além disso, existem os casos em que essas concessões dão lugar às implicações – o enunciador projeta um “parecer muito” e o enunciatário conclui um “ser exatamente”, por exemplo.

Esses estilos concessivo e implicativo podem estar, por sua vez, ligados, respectivamente, a presença e a ausência de um acento no texto, conceito da semiótica tensiva, que propõe uma relação entre a intensidade a extensividade. Segundo Zilberberg a tensiva seria “o lugar imaginário em que a intensidade – ou seja, os estados de alma, o sensível – e a extensividade – isto é, os estados de coisas, o inteligível – unem-se uma a outra” (ZILBERBERG, 2006 p. 169).

Nesse caso, é como se a relação entre enunciador e enunciatário não fosse somente na ordem do inteligível, mas também no âmbito das emoções, incluindo estratégias mais

sensíveis com o objetivo de se cumprir o fazer persuasivo do enunciador sobre o enunciatário.

Um tipo de estratégia que aumenta a intensidade, fazendo surgir um acento, segundo o artigo “Tradução Enquanto Processo” de Renata Mancini, seria um texto em que o enunciador apresenta uma quantidade grande de informação de forma abrupta, um fenômeno que pode ser causado por uma descoberta inusitada, por exemplo. Quando isso acontece, ainda segundo a autora, tem-se o andamento acelerado e um momento tônico, sendo muita informação em um curto espaço temporal, com pouca explicação sobre o assunto. (MANCINI, 2020, p. 30).

Sendo assim, os efeitos de mentira e segredo, seguindo o estilo concessivo, teriam maior potencial de causar um acento no texto, devido à discordância entre enunciador e enunciatário; enquanto os efeitos de verdade e falsidade, seguindo o estilo implicativo, teriam mais chance de causar um momento mais átono, quando não há acento. Por isso é importante compreender os estudos da semiótica tensiva para maior aprofundamento das modalidades veridictórias em *O Conto da Aia*.

Agora, para colocar em prática esses estudos na análise de *O conto da Aia*, será feito, inicialmente, um mapeamento das principais isotopias do texto com o objetivo de encontrar quais são os valores de normalidade projetados pelo enunciador e o que é concluído como verdade pelo enunciatário; e, em seguida, será feita uma análise de dois trechos da história, um que corresponde ao início do livro e outro, ao momento mais tônico, levando em conta os estudos da semiótica tensiva.

Os valores da normalidade

Para compreender os valores da normalidade na sociedade de Gilead descrita em *O Conto da Aia*, foram mapeadas algumas das principais isotopias. De acordo com Diana Barros, “os temas e as figuras disseminam-se no discurso, e é a reiteração de traços semânticos dos dois tipos que assegura a coerência discursiva,

temática e figurativa, e que a semiótica chama de isotopia." (BARROS, 2004p. 13 e 14).

São as isotopias que vão ajudar a encontrar os sentidos primordiais do texto, os quais possuem um princípio de transformação e direcionam o conteúdo. Segundo Greimas, esses sentidos se expressam a partir de uma oposição de termos, um que representa valores positivos (eufórico) e outro que representa valores negativos (difórico), a chamada oposição fundamental.

Agora, para começar o mapeamento das isotopias é importante contar um pouco mais sobre a história da obra. O livro *O Conto da Aia* conta a história de uma sociedade moderna, chamada Gilead, que passou por uma revolução pautada em dogmas religiosos a partir de uma pandemia de esterilidade feminina no mundo. Tal mudança foi originada pela crença de que a ocupação feminina com outras atividades – trabalho, educação, entretenimento – acabou fazendo com que o seu corpo fosse desgastado com o tempo, e a sua dita “principal função”, que seria a maternidade, fosse sendo reprimida naturalmente pelo próprio organismo por falta de uso e/ou foco. Segundo uma das personagens da história, “Éramos uma sociedade que estava morrendo, dizia Tia Lydia, de um excesso de escolhas.” (ATWOOD, 2017, p. 36).

Seguindo os novos dogmas da sociedade, cada pessoa passa a ter um papel específico e reproduzir falas e gestos que remetem à religiosidade, até mesmo os próprios cumprimentos, como: “Bem-dito seja o fruto — diz ela para mim, a expressão de cumprimento considerada correta entre nós. [...] Que o Senhor possa abrir — respondo, a resposta também correta.” (ATWOOD, 2017, p. 29).

As mulheres, então, passam a ser divididas em algumas castas, e a personagem principal e narradora da história se encontra na categoria de Aia, de mulheres ainda férteis que tinham por objetivo dar filhos às famílias inférteis por meio de um “ato sexual religioso” com o homem da casa. O nome da personagem principal é Offred, e todo o livro se passa sob sua perspectiva e sua vivência nessa sociedade com leis e regras muito específicas:

Ele disse uma palavra proibida. Estéril. Isso é uma coisa que não existe mais, um homem estéril não existe, não oficialmente. Existem apenas mulheres que são fecundadas e mulheres que são estéreis, essa é a lei. [...] — Você quer um bebê, não quer? [...] Sim, quero — respondo. É verdade, e não pergunto por que, porque eu sei. Dá-me filhos, ou senão eu morro. Há mais de um significado para isso (ATWOOD, 2017, p. 75). As novas regras sociais trouxeram também um clima de tensão e instabilidade para as mulheres, principalmente àquelas ainda férteis que cumpriam o papel de aias, obrigadas a terem filhos, caso contrário poderiam ser mortas. Na verdade, a morte era uma consequência para qualquer pessoa que fizesse algo fora do padrão prescrito. Em Gilead, é essencial seguir as regras impostas:

— Ele pergunta se vocês são felizes — diz o intérprete. [...] Posso sentir os olhos negros brilhantes de todos eles pousados sobre nós, a maneira como se inclinam um pouco para a frente para ouvir nossas respostas, especialmente as mulheres, mas os homens também: somos secretas, proibidas, nós os excitamos. Ofglen não diz nada. Há um silêncio. Mas às vezes é igualmente perigoso não falar. (ATWOOD, 2017, p. 41).

Desse modo, já é possível encontrar alguns temas e figuras que compõem algumas das isotopias levantadas, como, por exemplo, a Isotopia do Controle, uma das mais presentes no texto e composta por “resposta correta”, “palavra proibida”, “dogmas religiosos”, “principal função”, “lei”, “papel específico” e “castas”. Outra isotopia encontrada é a Isotopia da Maternidade, a partir de figuras como “estéril”, “fecundas”, “estéreis”, “bebê” e “filhos”. Há também a Isotopia do Medo, com figuras como “silêncio”, “secretas”, “proibidas” e o tema “perigoso”.

Além dessas, também existe uma outra que remete à religiosidade, formando a Isotopia da Religião, contendo: “Bem-dito”, “fruto”, “Senhor” e a expressão bíblica “Dá-me filhos, ou senão eu morro”, a qual funciona como um conector de isotopia, pois enfatiza o medo da morte, se conectando assim com Isotopia

do Medo. Tal conclusão mostra como expressões sagradas podem ser usadas com outro tipo de significação para causar apreensão. Além disso, existe também o tema “dogmas religiosos” como conector de isotopia que une a Isotopia da Religião com a Isotopia do Controle, mostrando como uma está interferindo na outra.

Em resumo, em O Conto da Aia foram mapeados os seguintes temas e figuras:

CONTROLE	“resposta correta” / “palavra proibida” / <u>“dogmas religiosos”</u> / “principal função” / “lei” / “papel específico” / “castas”
MATERNIDADE	“estéril” / “fecundas” / “estéreis” / “bebê” / “filhos”
MEDO	“silêncio” / “secretas” / “proibidas” / “perigoso” / <u>“Dá-me filhos, ou senão eu morro.”</u>
RELIGIÃO	“Bem-dito” / “fruto” / “Senhor” / <u>“Dá-me filhos, ou senão eu morro.”</u> / <u>“dogmas religiosos”</u>

*Os termos em destaque são os Conectores de Isotopia.

Fonte: Perlingeiro (2023)

Partindo, portanto, das isotopias encontradas, a Isotopia do Controle é aquela que possui a maior presença, sempre carregando valores disfóricos em relação aos ideais dos personagens principais. Dessa forma, ao entender o conceito de “controle” como uma espécie de opressão, em que os indivíduos devem se manter controlados, obrigados a seguir determinadas diretrizes, pode-se concluir que a oposição fundamental do texto é, de um lado, a opressão e do outro lado a liberdade.

Nesse sentido, o estado inicial do texto é a opressão e existe a busca pela liberdade. Segundo a história, a opressão se tornou

necessária para conter uma epidemia de esterilidade, que, segundo dogmas religiosos, foi causada pela independência feminina, que fez a mulher parar de focar na maternidade. O enunciador trata dos valores "controle", "medo" e "religião" como disfóricos, porém constrói uma visão de que a sociedade de Gilead é possível de existir. Em outras palavras, o estado da "opressão" é projetado como disfórico, mas plausível.

O enunciador, então, projeta um "parece muito" à possibilidade do surgimento de uma sociedade oprimida, pautada por dogmas religiosos, onde as mulheres são vistas apenas como progenitoras ou serventes e os homens, os líderes da nação.

Segundo Theodor W. Adorno e Walter Benjamin, as distopias — como é O Conto da Aia — são uma forma de compreensão do mundo moderno, a qual, segundo eles, tem como principal característica pontuar questões sociopolíticas de forma mais exagerada, construindo cotidianos fictícios no futuro. Löwy, ao escrever sobre Benjamin, menciona que o autor considera a distopia como sendo um verdadeiro "aviso de incêndio" para a sociedade:

Toda sua obra pode ser compreendida como uma espécie de "aviso de incêndio" dirigido a seus contemporâneos, um sino que repica e busca chamar a atenção sobre os perigos iminentes que os ameaçam, sobre as novas catástrofes que se perfilam no horizonte. (LÖWY, 2005a, p. 32).

A enunciação, portanto, apresenta uma sociedade que possui majoritariamente valores disfóricos com a intencionalidade de mostrar que aquilo é possível de acontecer. Agora, em relação à expectativa do enunciatário, não se pode dizer que essa intenção é efetivada inicialmente, afinal é tudo muito distante da sua vivência. O texto, então, começa seguindo um estilo mais concessivo em que o enunciador segue um "parece muito" e o enunciatário entende um "não é de forma alguma" resultando em uma mentira.

Em resumo, o texto constrói o seguinte quadro veridictório:

O que é projetado pelo enunciador	O que é concluído pelo enunciatário
Parece muito normal o surgimento de uma sociedade opressora	Não é de forma alguma normal o surgimento de uma sociedade opressora
Parece muito normal a ascensão de líderes religiosos	Não é de forma alguma normal a ascensão de líderes religiosos
Parece muito normal as mulheres perderem seus direitos	Não é de forma alguma normal as mulheres perderem seus direitos

Fonte: Perlingeiro (2023)

Os valores da normalidade descritos no livro inicialmente provocam, então, um estilo mais concessivo o qual, usando os estudos da semiótica tensiva, causa momentos mais tônicos no texto, devido à surpresa em relação à incompatibilidade entre enunciador e enunciatário. Porém, no decorrer da história, a “mentira” vista inicialmente vai se transformando, ao passo que o texto dá insumos que tornam o impossível, possível.

Na próxima parte, vamos analisar dois exemplos de trechos no livro que retratam essa transformação, um que retrata a mentira e outro que resulta em um efeito de verdade em relação aos valores de normalidade da obra.

Análise de trechos concessivos e implicativos Para exemplificar o estilo concessivo presente na apresentação da sociedade de Gilead, vamos analisar um trecho no início do livro, em que a personagem principal conhece Serena Joy, a esposa de um líder do alto escalão da sociedade. No trecho em que ela é apresentada, a protagonista lembra de ter visto Serena na televisão, antes da “revolução” — nome que a narração dá ao golpe de Estado que originou Gilead — enfatizando que ela era apenas uma mulher religiosa que cantava em um programa de TV:

[...] costumava assistir à Hora dos Evangelhos das Almas em crescimento, onde contavam histórias da Bíblia para crianças e cantavam hinos. Uma das mulheres se chama Serena Joy. Ela era a soprano principal. [...] A mulher sentada na minha frente era Serena Joy. Ou tinha sido, outrora. De modo que a situação era pior do que eu havia imaginado. (ATWOOD, 2017, p. 26).

Nesse trecho, existem algumas figuras que pertencem a isotopia da religião, como “*Evangelhos das Almas*”, “*bíblia*” e “*hinos*”, todas elas sendo usadas para contar uma lembrança do narrador, quando este vivia em uma sociedade muito semelhante à do enunciatário, em que a religião não era imposta, e existiam apenas alguns conteúdos e grupos dedicados à igreja, como era o caso do programa de TV mencionado. A voz do narrador, então, pontua o seu pensamento em relação a essa lembrança em comparação ao momento em que está dizendo “a situação era pior do que eu havia imaginado” mostrando seu incômodo por ter encontrado Serena Joy, uma verdadeira líder religiosa que havia feito parte dessa transformação da sociedade.

É assim que o enunciador deixa transparecer a intencionalidade do texto, mostrando que a vida do narrador antes da revolução religiosa era muito similar a vida do enunciatário, quando havia apenas pequenos grupos religiosos. Dessa forma, tem-se o “parece muito normal a ascensão de líderes religiosos”. Porém, essa similaridade de vivências é mostrada de forma sutil e passageira, sem muitas explicações de como houve a revolução de fato, o que faz o enunciatário concluir um “Não é de forma alguma normal a ascensão de líderes religiosos”, resultando em uma mentira e revelando o estilo concessivo.

Nesse caso, levando em conta os estudos da semiótica tensiva, há um acento no texto, devido a divergência entre o que é apresentado pela enunciação e o que é concluído pelo enunciatário.

Analisando agora uma passagem em que há o efeito de verdade, é possível ver que a intensidade, diferente do que se imaginava, se torna ainda maior, devido a surpresa que é gerada

no enunciatário ao fazê-lo realizar que o surgimento de uma sociedade nos moldes de Gilead pode ser sim plausível de acontecer. Tudo começa com a descrição de um flashback em que Offred conta como toda a revolução teocrática começou, o que acabou preenchendo uma catálise deixada na história. O conceito de catálise, segundo Greimas e Courtès (2008), trata da “explicitação dos elementos elípticos ausentes na estrutura de superfície” (p. 54), e o uso dessas lacunas no texto pode causar a manutenção e quebra de expectativa no enunciatário, ao esconder e revelar informações. Tal efeito também é capaz de afetar a intensidade, como foi o caso do flashback.

Para iniciar o relato, o texto começa dizendo: “Foi depois da catástrofe, quando mataram a tiros o presidente e metralharam o Congresso, o exército declarou um estado de emergência. Na época, atribuíram a culpa aos fanáticos islâmicos.” (ATWOOD, p. 208, 2017). E, depois, a narradora conta a situação exata em que perdeu os seus primeiros direitos apenas por ser mulher, descrevendo a sua visita a uma loja em que teve o seu cartão negado:

Desculpe, disse ele. Este número não é válido. Isso é ridículo, retruquei. Tem que ser válido, tenho milhares na minha conta. Acabei de receber o extrato com o saldo há dois dias. Tente de novo. Não é válido, repetiu ele obstinadamente. Está vendo aquela luz vermelha? Significa que não é válido. Você deve ter cometido algum erro, disse. Tente de novo. Ele deu de ombros e me deu um sorriso de quem está farto, mas tentou o número outra vez. [...] Viu? Disse ele de novo, ainda com aquele sorriso como se soubesse de uma piada particular que não fosse me contar. Vou tentar ligar do escritório, disse. O sistema já havia cometido erros, mas alguns telefonemas geralmente resolviam o problema. [...] Faça isso, disse ele com indiferença (ATWOOD, p. 210 e 211, 2017).

O trecho narra uma situação corriqueira, semelhante à vivência do enunciatário: um cartão negado por erro de sistema. Nesse caso, o estilo seria implicativo, porque o enunciador projeta um “parece muito normal” e o enunciatário conclui um “é

exatamente normal”, o que deveria tornar o texto mais átono. Mas não é isso que acontece.

Na sequência, no mesmo dia em que o cartão é negado, a protagonista é demitida em seu trabalho junto com todas as outras mulheres: “Vou ter que dispensar todas vocês, disse ele, é a lei, tenho que cumprir. Tenho que dispensar vocês todas.” (ATWOOD, 2017, p. 211). E, depois disso tudo, sua amiga explica o que aconteceu: “Mulheres não podem mais possuir bens, disse ela. É uma nova lei. Você ligou a televisão hoje?” (ATWOOD, 2017, p. 214)

Na introdução do relato, a narradora falou que iria explicar como tudo começou, pontuando a queda do Congresso, e depois descreveu o dia em que seu cartão foi negado, depois houve a demissão em massa de mulheres, e, por último, o congelamento do seus bens, indo, aos poucos, agravando gradualmente a situação. Todo esse passo a passo foi conduzindo o enunciatário a concluir como “é exatamente normal o surgimento de uma sociedade opressora”, “é exatamente normal a ascensão de líderes religiosos” e “é exatamente normal as mulheres perderem seus direitos.”, tornando o surgimento de Gilead plausível.

Em relação a veridicção, essa passagem resulta em uma verdade. Porém, há uma enorme quantidade de informação sendo adquirida abruptamente, que abre uma nova leitura de todo o texto, transformando tudo o que antes era visto como mentira em verdade. Ou seja, por esse motivo, a passagem se torna extremamente tônica.

Como foi possível notar, não é apenas a mentira ou o segredo que trazem intensidade para texto, existem inúmeras estratégias que podem ser usadas pelo enunciatário para causar momentos tônicos e conduzir o enunciatário.

Considerações finais

A análise das modalidades veridictórias do livro *O Conto da Aia* possibilitou ver como são diversas as possibilidades de causar efeitos de sentido.

O início, por exemplo, foi marcado por um acento causado por um efeito de mentira em que os valores de normalidade projetados

pelo enunciador não foram aceitos pelo enunciatário. Nesse caso, o enunciador projetou o surgimento de uma sociedade teocrática totalitária como sendo algo possível de acontecer, e o enunciatário concluiu como sendo uma impossibilidade.

Já em um segundo momento do texto, houve um acento ainda maior provocado por uma releitura daquilo que antes era tido como mentira, se tornando uma verdade. Isso aconteceu, porque o enunciador disponibilizou mais informações sobre o começo da sociedade de Gilead e tornou o seu surgimento algo plausível. Ou seja, o que antes o enunciatário concluía como algo impossível de acontecer se tornou possível.

O interessante desse último momento é que mesmo havendo o efeito de verdade — o enunciador projeta um "parecer muito" e o enunciatário conclui um "ser exatamente" — a passagem teve alta tonicidade, podendo ser considerado até mais tônico do que no início.

Nesse caso, portanto, não foi o estilo concessivo que foi usado para causar um acento, mas sim o fato da obra retratar um flashback mostrando como tudo começou, preenchendo uma catálise e gerando uma quebra de expectativa ao abrir uma nova leitura para a sociedade de Gilead, em que seus valores de normalidade são verossímeis.

Em resumo, com este trabalho foi possível mostrar que existem diversas formas de causar acentos no texto, provando que os efeitos de verdade e falsidade nem sempre são átonos. Afinal, no caso de *O Conto da Aia* foi a verdade que causou o maior impacto.

Referências

ATWOOD, Margaret. *O Conto da Aia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

BARROS, Diana Luz Pessoa. *Publicidade e Figurativização*. São Paulo: Alfa, 2004.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.

LÖWY, Michael. *Aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de História”*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MANCINI, Renata; SOARES, Vinícius Lisboa. Uma leitura tensiva das modalidades veridictórias. *Tópicos del Seminario: Revista de Semiótica*. Dossiê: Claude Zilberberg: la semiótica tensiva. Waldir Beividas e Ivã Carlos Lopes (orgs). 2020._____. A tradução enquanto processo. *Cadernos de Tradução*, 2020

ZILBERBERG, Claude. *Elementos de semiótica tensiva*. Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit, Waldir Beividas. São Paulo : Ateliê Editorial, 2011.

FRAGMENTAÇÃO E RESENTIMENTO: A ARQUITETURA DISCURSIVA EM OBRAS DE MILTON HATOUM

Cinthia Paes Virginio¹

Introdução

[...] as coisas mais graves acontecem
no pensamento e na memória.

Milton Hatoum

A manipulação do tempo através da memória é uma das grandes estratégias narrativas empreendidas nas obras de Milton Hatoum. Relatos que transitam entre o passado e o presente revelam as angústias e os desejos do grande protagonista dos romances: o narrador. Com um olhar aguçado e certeiro, o narrador, extremamente culto e politizado, problematiza a imigração e o preconceito, dando lugar àqueles que, ao longo da história, tiveram suas vozes silenciadas.

Sob a perspectiva da Semiótica do discurso, examinaremos a construção da memória e a presença do ressentimento nas narrativas de Hatoum. Para delimitar a nossa análise,² elegemos duas obras do escritor manauara, *Dois irmãos* e *Órfãos do Eldorado*, publicadas em 2000 e 2008, respectivamente, uma vez que apresentam similaridades não somente no que diz respeito à figura do narrador, mas também em relação à organização textual adotada.

¹ Doutora em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação da professora doutora Silvia Maria de Sousa. Bolsista Capes (2019-2021). E-mail: cinthiapaes@id.uff.br.

² Esta análise foi desenvolvida na tese de Doutorado intitulada “*Um estranho à margem: uma leitura semiótica do narrador de memórias em Milton Hatoum*” (VIRGINIO, 2022), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem na UFF.

Ambas as narrativas apresentam o relato de um sujeito marginalizado, que, por meio das memórias, reflete sobre o seu lugar no mundo. Em *Dois irmãos*, a trama é narrada por Nael, neto bastardo de uma família de libaneses, que relembra cenas de sua infância em Manaus. Em paralelo à busca pela identidade, o narrador expõe a rivalidade entre os irmãos gêmeos Yaqub e Omar e suas consequências para o núcleo familiar. Em *Órfãos do Eldorado*, o narrador é Arminto Cordovil, filho legítimo de um grande empresário da cidade e membro de uma família tradicional. Assim como Nael, Arminto também reflete, a partir das memórias, seu lugar no mundo, lançando um olhar crítico sobre o passado. Ambos os narradores têm em comum a relação conturbada com a figura paterna, o que contribui para o afastamento e, também, para a manutenção do ressentimento que assola esses sujeitos e é projetado nas narrativas.

Embora ficcional e distanciando-se do gênero autobiográfico e da literatura de testemunho, as narrativas de Milton Hatoum apresentam um sincretismo,³ ou seja, o narrador assume também o papel de protagonista da trama. O objetivo principal é narrar a busca pela identidade, trazendo à tona cenas e sensações que marcaram sua infância e que se mantêm pulsantes até o presente da narração. As narrativas revelam-se, dessa maneira, como fragmentos das experiências vividas, seguindo um fluxo temporal não linear, organizado não apenas por meio de lembranças, mas também a partir da simulação de lapsos e esquecimentos.

A evocação do passado torna-se fundamental para a afirmação da identidade, seja ela individual ou coletiva (TODOROV, 2002). Apesar de ambas se definirem pela vontade do presente e pelos

³ Para a Semiótica, o sincretismo pode ser entendido como “o procedimento (ou seu resultado) que consiste em estabelecer, por superposição, uma relação entre dois (ou vários) termos ou categorias heterogêneas, cobrindo-os com o auxílio de uma grandeza semiótica (ou linguística) que os reúne. Assim, quando o sujeito de um enunciado de fazer é o mesmo que o do enunciado de estado [...] o papel actancial que os reúne é o resultado de um sincretismo” (GREIMAS; COURTÈS, 2020 [1979], p. 467).

projetos futuros, o sujeito precisa saber quem é e a que grupo pertence para dar sentido à sua existência:

Se recebermos uma revelação brutal sobre o passado, que nos obrigue a reinterpretar radicalmente a imagem que fazíamos dos nossos próximos e de nós mesmos, não é um compartimento isolado de nosso ser que fica alterado, mas nossa identidade mesma. Os ataques indesejados à memória não são menos graves. Quem nunca viu uma pessoa atingida pelo mal de Alzheimer? Tendo perdido grande parte de sua memória, ela também extraviou sua identidade (TODOROV, 2002, p. 195).

Através do discurso da memória, o narrador em Hatoum passa a ter acesso a um mundo fragmentado. As narrativas das duas obras analisadas se configuram, então, como tentativas de compensar e recuperar todos os anos de omissão e opressão. Em um trânsito contínuo entre lembranças e esquecimentos, os narradores de *Dois irmãos* e *Órfãos do Eldorado* relatam o processo de constituição da identidade do grupo no qual estão inseridos para, a partir dele, tentar consolidar a própria identidade.

Memória e paixão

No final da década de 1980, Greimas publica *Da imperfeição*, obra que inaugura um novo desdobramento para as análises semióticas, dando sinais de uma expansão da teoria. Em coautoria com Fontanille, o autor lança, em 1991, a obra *Semiótica das Paixões*, cujos conceitos abordados dizem respeito à problemática das paixões e às modalidades básicas do ser – o querer ser, o dever ser, o saber ser e o poder ser.

Para a semiótica, as paixões podem ser concebidas como “[...] efeitos de sentido das compatibilidades e incompatibilidades das qualificações modais que modificam o sujeito de estado. Essas qualificações organizam-se sob a forma de arranjos sintagmáticos” (FIORIN, 2007, p. 11), que vão modificar o sujeito de estado e levá-

lo a empreender a narrativa como tentativa de liquidação da falta. De acordo com Greimas e Fontanille (1993), “[...] na análise, a paixão revela-se constituída sintaticamente como encadeamento de fazer: manipulações, seduções, torturas, investigações, encenações etc.” (GREIMAS; FONTANILLE, 1993, p. 50).

Compreende-se, assim, que o estudo das paixões humanas investiga não apenas os componentes inteligíveis do discurso, mas avança para o universo sensível. As paixões, constituídas por arranjos modais, isto é, de intersecções e combinações entre modalidades distintas, irão determinar o “estado de alma” do sujeito em busca de seu objeto-valor. Graças ao desenvolvimento das pesquisas em torno da modalização do ser, que determina não só a relação do sujeito com o objeto, mas também incide sobre os valores nele investidos (BARROS, 2007, p. 45).

Nos romances analisados, observamos que as paixões desempenham papéis fundamentais tanto na construção dos sujeitos quanto nos seus discursos. No entanto, torna-se necessário ressaltar que:

[...] as paixões não são propriedades exclusivas dos sujeitos (do sujeito), mas propriedades do discurso inteiro, e que elas emanam das estruturas discursivas pelo efeito de um “estilo semiótico” que pode projetar-se seja sobre os sujeitos, seja sobre os objetos, seja sobre sua junção (GREIMAS; FONTANILLE, 1993, p. 21).

Quando tratamos da dimensão passional do discurso, o sujeito ativo se torna apassivado, ou seja, não age, mas é acionado (BERTRAND, 2003, p. 63). Dessa forma, há a passagem da ação desejada e controlada para a permitida e sofrida, que se realiza pela “[...] mediação do sensível antes do apagamento sintático da pessoa-sujeito (passamos da impessoalização – “fazia” – à passivização)” (BERTRAND, 2003, p. 63-64). A paixão é, assim, relacionada à instância do não sujeito (BERTRAND, 2003, p. 363). Essa transformação ocorre paralelamente ao fazer, que, pouco a pouco, é substituído pelo percurso centrado no sujeito.

Com isso, as modalidades do fazer (o querer, o dever, o poder e o saber) dão lugar às modalidades de estado (ser e parecer), de maneira que o discurso passará a descrever “[...] a maneira pela qual os objetos do mundo determinam, moldam e modificam os estados do sujeito: estados de ‘alma’, estados do ‘corpo sensível’” (BERTRAND, 2003, p. 65). Isso significa que, ao examinarmos as paixões no discurso, nos voltamos ao percurso “vivenciado” pelo sujeito. Nesse sentido:

A modalização do ser [...] dá conta não mais das relações intencionais, mas das relações *existenciais* e define, por decorrência, o estatuto do sujeito de estado. Tal objeto lhe será desejável ou odiável, almejavável ou temível, indispensável ou irrealizável, etc. Seu estado (“estado de alma”) estará sob dependência da modalidade investida nos objetos de seu horizonte axiológico (BERTRAND, 2003, p. 368).

Compreendemos, então, que a existência modal do sujeito sofre interferências, a todo momento, dos próprios objetos e valores nele investidos e de outros atores que operam no mesmo ambiente que ele (BERTRAND, 2003, p. 369). Por esse motivo, a força de certas lembranças é capaz de instalar tensões e despertar sensações no sujeito, possibilitando múltiplas formas de interação com o passado e interferindo, direta e indiretamente, no seu modo de presença no mundo, conforme veremos a seguir.

O ressentimento em Hatoum

A organização das memórias permite ao narrador, tanto em *Dois irmãos* quanto em *Órfãos do Eldorado*, experimentar e (res)sentir afetos que transformam seu modo de existir e, também, de narrar. Considerando que, nas narrativas, temos um sujeito que, depois de anos silenciado, humilhado e segregado, tem a possibilidade de narrar a sua versão dos fatos e, por isso, lança um olhar crítico ao passado,

revelando suas mágoas e desejos contidos, identificamos a paixão do ressentimento como o afeto predominante nesses textos.

De acordo com Fiorin (2007), o ressentimento é instaurado quando um sujeito quer que o outro lhe atribua um determinado objeto, ao qual ele confere um grande valor. Na mesma linha de raciocínio, Kehl (2020) ressalta que “Ressentir-se significa atribuir ao outro a responsabilidade pelo que nos faz sofrer. Um outro a quem delegamos, em um momento anterior, o poder de decidir por nós, de modo a poder culpá-lo pelo que venha a fracassar” (KEHL, 2020, p. 14). A autora salienta, ainda, que o ressentimento:

[...] é uma categoria do senso comum que nomeia a impossibilidade de esquecer ou superar um agravo. Impossibilidade ou recusa? Na língua portuguesa, o prefixo *re* indica o retorno da mágoa, a reiteração de um sentimento. Essa partícula está presente em outros idiomas. *Ressentiment*, *resentfulness*, *resentimiento*, respectivamente em francês, inglês e espanhol. Trata-se de uma repetição mantida ativamente por aquele que foi ofendido. O ressentido não é alguém incapaz de esquecer ou perdoar; é um que não quer esquecer, ou que quer não esquecer, não perdoar, nem superar o mal que o vitimou (KEHL, 2020, p. 15).

O sujeito ressentido quer não apenas que o outro realize seu desejo, como também crê que ele deve fazê-lo, por se considerar merecedor daquela ação. Quando o outro não atende às expectativas, esse sujeito é tomado pela decepção e, em seguida, pela insatisfação de não poder adquirir o objeto desejado. Com isso, observamos que o ressentimento pode ser concebido como uma soma de sensações:

[...] a constelação afetiva do ressentimento compõe-se da soma de rancor, desejo de vingança, raiva, maldade, ciúmes, inveja, malícia. Uma conjunção maligna, portanto, na qual o desejo de vingança exerce um papel predominante; a palavra “ressentimento” indica que se trata de uma reação – mas, se esta reação tivesse sido posta

em ato, ainda que fosse um ato de palavra, o sentimento de injúria ou agravo teria sido aplacado.

O conceito de repressão indica que um impulso foi impedido de se efetivar. O que ocorre no ressentimento é que o ofendido não se atreve, ou não se permite, responder à altura da ofensa recebida (KEHL, 2020, p. 16).

A decepção não é apenas com o outro, mas também consigo mesmo, por ter depositado confiança em alguém que, a seu ver, não merecia. Assim, a decepção e a insatisfação constituem um profundo descontentamento, que é “[...] vivenciado por um forte sentimento de uma injustiça sofrida, por não ter recebido aquilo que se considerava de direito” (FIORIN, 2007, p. 15). O narrador, então, reavalia as suas atitudes e as atitudes do outro, demonstrando esse descontentamento e, também, frustração pela falta de reconhecimento ao longo da vida. Tomado por esses afetos, o narrador seleciona fragmentos de sua memória para compor o relato e estabelecer a sua versão dos fatos:

Florita sentia ciúme de mim por eu ter dormido com ela uma única vez na rede: a brincadeira que ela me ensinou [...] a brincadeira que foi a despedida da minha juventude virgem e me castigou com a temporada na pensão Saturno e *quatro ou cinco anos de desprezo de Amando* (HATOUM, 2008, p. 74, grifo nosso).

Ainda que sejam fragmentadas, essas memórias adquirem uma totalidade de sentido quando relacionadas umas às outras, produzindo um efeito de verdade. Além disso, na medida em que essas memórias são ativadas, determinadas cenas podem ser revividas com (quase) a mesma intensidade de quando aconteceram, ajudando a revelar o que antes fora omitido, por conveniência ou necessidade, intensificando o ressentimento:

Dois irmãos:

[...] Zana me mandava à taberna do Talib e a dez outros lugares para comprar uma coisinha de nada. Ela comprava fiado, só pagava no

fim do mês, desconfiava de mim e de todo mundo. Ralhava: “Não era isso que eu queria, volta correndo e traz o que te pedi”. *Eu tentava argumentar, mas não adiantava, ela era teimosa, se sentia melhor quando dava ordens. Eu contava os segundos para ir à escola, era um alívio. Mas faltava às aulas duas, três vezes por semana. Fardado, pronto para sair, a ordem de Zana azarava a minha manhã na escola [...]* (HATOUM, 2010, p. 65, grifo nosso).

Órfãos do Eldorado:

Sentei no cais flutuante e li a palavra branca pintada na proa: *Eldorado*. Quanta cobiça e ilusão. De olho no cargueiro, lembrei que Amando detestava ver o filho com as crianças da Aldeia. Flechávamos peixinhos, subíamos nas árvores, tomávamos banho no rio e corríamos na praia. Quando ele aparecia no alto da Escada dos Pescadores, eu voltava para o palácio branco. *Lembrei também do desprezo e do silêncio. Isso doía mais que as histórias que ele me contava na fazenda Boa Vida* (HATOUM, 2008, p. 21, grifo nosso).

Neste fragmento de *Órfãos do Eldorado*, podemos observar que as lembranças do narrador estão associadas ao desprezo e à indiferença do pai. Em *Dois irmãos*, notamos o sofrimento e a amargura, na medida em que o narrador recupera lembranças da época em que era obrigado a cumprir não só as ordens da matriarca, mas também dos vizinhos, que mandavam e desmandavam nele, o que reflete mais um indício da ausência de reconhecimento do outro e da depreciação desse sujeito.

Aspectualizada pela iteratividade e pela duratividade, a paixão do ressentimento modaliza o sujeito, levando-o a repetir a mesma cena inúmeras vezes, alimentando sua insatisfação e estendendo-se por toda a sua existência:

Dois irmãos:

Mas ela se ressentiu de mim, *ofendeu-se com a minha omissão, com o meu desprezo pelo irmão encarcerado. No fundo, sabia o que eu remoía, o que me comia por dentro. Devia ter conhecimento do que Omar fizera com a minha mãe, de todos os agravos a nós dois* (HATOUM, 2010, p. 195, grifo nosso).

Órfãos do Eldorado:

O retrato do meu pai parecia me desafiar. Covarde. Não serves para nada. Era a voz de Amando Cordovil. As mesmas palavras. *Ou minha memória repetia o que eu tinha ouvido tantas vezes?* (HATOUM, 2008, p. 55-56, grifo nosso).

A sensação de injustiça sofrida une-se, então, ao desejo de vingança, como confessa Nael em uma passagem de *Dois irmãos*: “[...] só pensava, vagamente, em vingança. Mas vingar-me de quem?” (HATOUM, 2010a, p. 69). Entretanto, sabemos que, como afirma Fiorin (2007), o ressentido não tem coragem para agir, /não poder fazer/, ou seja, ele é apenas um vingativo que não se reconhece como tal e, por isso, é tão incapaz de se vingar quanto foi impotente em reagir imediatamente aos agravos e às injustiças sofridos:

Não parava de xingar, xingou minha mãe e Rânia, as vacas, só faltou cuspir na cara das duas, me chamou de filho duma égua, interesseiro, puxa-saco de Halim, mas eu não recuei, me preparei, fechei as mãos com toda a força, se o idiota me atacasse não sobraria nada de nenhum de nós. Ele babava, relinchava, as veias do pescoço tufadas, a boca expelindo saliva. A careta, a barba espessa grisalha e a cabeça careca amedrontavam todo mundo, as mulheres corriam de um lado para o outro, se escondiam, ele ia atrás delas, escorregava, chutava tudo, queria destroçar a sala toda, as paredes, o altar, a santa. Mas eu não ardeei pé, queria ver até onde ia a coragem do bicho, o teatrinho, a pantomima do Caçula... Torcia para que ele me tocasse, ia levar uma porretada na frente da mãe, cair de joelhos na minha frente. Mas não. Ele foi esmorecendo, fraquejando, até murchar. Segurava a cabeça, resfolegando (HATOUM, 2010, p. 129-130, grifo nosso).

Resta-lhe somente o plano de ação/ saber fazer/ e a vontade de retaliação, como podemos observar nesse exemplo, também extraído de *Dois irmãos*:

Omar sempre se esquecia de destruir os cupinzeiros, e eu sabia que essa tarefa ia sobrar para mim. Cedo ou tarde, eu teria que jogar

querosene nos enormes volumes marrons e atear-lhes fogo. *Não me desagradava ver toda uma comunidade de insetos contorcer-se e perecer tostada, devorada por labaredas.* A devastação não parava por aí. Eu cortava os arbustos e as plantas mortas e depois arrancava tudo, o caule, as raízes, tudinho. Os buracos na terra viravam fogueiras subterrâneas, e os gafanhotos, as saúvas com sua rainha, também estorricavam. *Era um espetáculo ver em chamas essas famílias organizadas, como exércitos ordeiros e disciplinados. E que prazer presenciar toda uma hierarquia de insetos virar cinzas.* Por algum tempo, a terra se livrava dessa praga. Dava um alívio ver o nosso quadrado no quintal fumar aqui e ali. Omar evitava o contato com o fogo; tinha medo. Não suportava a presença das cinzas, da matéria carbonizada, que nutria a vegetação sobrevivente do quintal (HATOUM, 2010, p. 162, grifo nosso).

Nutrindo-se das cinzas, Nael narra a extinção dos cupinzeiros no quintal da casa, como um momento de glória, compensando, de certa forma, todas as ofensas sofridas por ele, o único “sobrevivente do quintal”: “Era um espetáculo ver em chamas essas famílias organizadas, como exércitos ordeiros e disciplinados. E que prazer presenciar toda uma hierarquia de insetos virar cinzas.” (HATOUM, 2010, p. 162). Arminto, em *Órfãos do Eldorado*, também parece se deleitar ao saber que todo o dinheiro acumulado pelo pai se desfez em apenas alguns meses: “Joguei fora a fortuna com a voracidade de um prazer cego. Quis apagar o passado, a fama do meu avô Edílio” (HATOUM, 2008, p. 14).

Observamos que, nessas narrativas, o narrador apresenta-se como vítima das injustiças sofridas. Por ser marginalizado durante toda a infância, assume o papel de julgador, concedendo a si mesmo o direito de atribuir aos outros o papel de culpados pelo seu sofrimento e pelo seu destino. Ao lançar um olhar crítico sobre o outro, o narrador ressalta que, apesar de seu esforço e de sua compaixão, não há possibilidade de perdão, como revela Nael: “Não pude odiar o Caçula. Pensei: se toda a nossa vida se resumisse àquela tarde, então estaríamos quites. Mas não era, não foi assim. Foi só aquela tarde.” (HATOUM, 2010, p. 143).

A partir do olhar do sujeito ressentido, a reflexão sobre o passado promove uma reinterpretação dos fatos, levando o narrador a verdades nunca ditas, como no caso de *Órfãos do Eldorado*:

Os políticos faziam chantagens com teu pai, disse Estiliano.

Eram os aliados, os sócios dele, eu disse. *Meu pai sonegava e depois dividia o lucro com eles; aí ajudava a prefeitura, dava carroças para recolher o lixo, dava os cavalos e bois que puxavam as carroças, pagava os reparos do matadouro e da cadeia, o salário dos carcereiros.* Depois fez a mesma coisa com o frete das barcaças e do Eldorado: escrevia para o governador do Amazonas, para um funcionário do Ministério da Viação Pública. Morreu porque perdeu uma licitação vantajosa, a grande concorrência antes da Primeira Guerra: borracha e mogno para a Europa. *O coração não aguentou, a ganância era maior que a vida.* Não foi a ganância, se exaltou Estiliano.

A voz alta assustou Florita. Eu mesmo me assustei com o descontrole do advogado. A morte súbita de Amando deixou-o vulnerável. Não teve tempo para queimar o passado (HATOUM, 2008, p. 77, grifo nosso).

À medida que a memória avança, o ressentimento se intensifica, sobretudo quando as lembranças envolvem figuras familiares, aprisionando os sujeitos em um constante estado de espera. Enquanto Nael espera o perdão de Omar, por ter violado sua mãe e pelos anos de omissão, Arminto anseia o perdão do pai, Amando, por ter tido relações sexuais com Florita:

Dois irmãos:

Ele me encarou. Eu esperei. Queria que ele confessasse a desonra, a humilhação. Uma palavra bastava, uma só. O perdão.

Omar titubeou. Olhou para mim, emudecido. Assim ficou por um tempo, o olhar cortando a chuva e a janela, para além de qualquer ângulo ou ponto fixo. Era um olhar à deriva. Depois recuou lentamente, deu as costas e foi embora (HATOUM, 2010, p. 213).

Órfãos do Eldorado:

Eu esperava Amando na banquetta do piano. Uma espera angustiada. Queria que ele me abraçasse ou conversasse comigo, queria ao menos um olhar, mas ouvia sempre a mesma pergunta: Passearam? Aí ele se aproximava da parede e beijava a fotografia de minha mãe (HATOUM, 2008, p. 17).

Não obtendo o retorno esperado, o narrador é tomado por um estado de falta. Dessa forma, em ambas as narrativas, observamos sujeitos em estado de falta, tanto objetual (na perspectiva identitária) quanto fiduciária (na perspectiva da relação com o outro). Em uma tentativa de preenchimento do próprio ser do sujeito, em função da sensação de incompletude, o narrador faz a única coisa que lhe resta: contar a sua versão da história. De acordo com Fiorin (2007):

Resta-lhe uma cólera contida. Trata-se de um sujeito frágil, que se coloca na defensiva. Apesar de recalcado, o ressentimento manifesta-se, expressa-se, exterioriza-se em certas condutas, num dado estado de humor e em determinados comportamentos (FIORIN, 2007, p. 16).

Esse ressentimento, impulsionado pela memória, que instaura, no sujeito, a crise identitária. A tensão ser/ não ser, que paira sobre o narrador em ambas as obras, evidencia a transformação pela qual passa esse sujeito, sobretudo em função do ressentimento, especialmente ao relembrar determinadas cenas: “Agora meu olhar os vê como seres estranhos” (HATOUM, 2010a, p. 197). De acordo com Fontanille (2008):

A situação inicial pode mostrar a motivação dos atores, mas as motivações obedecem a outras racionalidades, diferentes daquela da ação: um ator acredita precisar de um determinado objeto, e a paixão ou o erro ditam-lhe uma conduta que não vai originar uma verdadeira ação (FONTANILLE, 2008, p. 192).

Enquanto Nael rejeita sua identidade como membro da família: “Hoje, penso: sou e não sou filho de Yaquib, e talvez ele

tenha compartilhado comigo essa dúvida.” (HATOUM, 2010, p. 196); Arminto, de forma contrária, reconhece: “Queria ser diferente, mas uma sombra do meu pai estava dentro de mim, como um caroço numa fruta podre” (HATOUM, 2008, p. 78). À impossibilidade de romper com suas origens, Arminto toma uma decisão: “Eu, sozinho, era o passado e o presente dos Cordovil. E não queria futuro para homens da minha laia. Tudo vai acabar neste corpo de velho” (HATOUM, 2008, p. 94), em uma tentativa de “[...] apagar o passado” (HATOUM, 2008, p. 14).

Como o percurso do narrador é pautado pelo ressentimento, tudo o que ele conseguiu até o presente da narrativa é transformado por essa paixão, ou seja, o “querer não ser” sobrepõe-se à busca pelo objeto, ou seja, ao “querer saber”. Dessa maneira, a renúncia ao reconhecimento e à identidade faz-se presente, mesmo quando, após anos, os sujeitos são finalmente admitidos como únicos herdeiros, em uma tentativa de reparação à ofensa sofrida:

Dois irmãos:

Fiquei sozinho na casa, eu e as sombras dos que aqui moraram. Ironia ser o senhor absoluto, mesmo por pouco tempo, de um belo sobrado nas redondezas do Manaus Harbour. O dono das paredes, do teto, do quintal e até dos banheiros. [...]

No projeto da reforma, o arquiteto deixou uma passagem lateral, um corredorzinho que conduz aos fundos da casa. A área que me coube, pequena, colada ao cortiço, é este quadrado no quintal.

“Tua herança”, murmurou Rânia.

A bondade tarda mas não falha? Soube depois que Yaqub quis facilitar minha vida [...] (HATOUM, 2010, p. 188-190).

Órfãos do Eldorado:

[...] a fortuna cai nas tuas mãos, e uma ventania varre tudo. Joguei fora a fortuna com a voracidade de um prazer cego. Quis apagar o passado, a fama do meu avô Edílio (HATOUM, 2008, p. 14).

Há, dessa maneira, uma sobreposição de valores, que prevalece, em detrimento da falta objetiva, conforme nos explica Fontanille (2008):

Imaginemos, por exemplo, um actante que se esforça para adquirir todas as competências necessárias para realizar uma proeza: ele acumula técnicas, estoca informações, treina, ganha resistência etc. No final das contas, ele muda de identidade, está melhor assim, e estima que fez o que importava: ele não se dá mais sequer ao trabalho de realizar a proeza. A construção da identidade modal prevalece, então, sobre a busca dos objetos de valor (FONTANILLE, 2008, p. 178).

Isso não anula, no entanto, a decepção e a insatisfação por não ter recebido aquilo que merecia, levando o narrador, através de suas memórias, a refletir, continuamente, sobre o fazer do outro, como fica claro nesse trecho de *Dois irmãos*: “Desde a partida de Zana eu havia deixado ao furor do sol e da chuva o pouco que restara das árvores e trepadeiras. *Zelar por essa natureza significava uma submissão ao passado, a um tempo que morria dentro de mim*” (HATOUM, 2010, p. 197, grifo nosso).

Algumas considerações finais

Ao longo desta análise, observamos que os enredos de Milton Hatoum não trazem a voz dos fortes e vencedores, mas sim a dos fracos e oprimidos. O narrador discute, ao mesmo tempo, o processo de construção de identidades e da desconstrução de estereótipos, a partir do olhar que lança ao outro.

Ao se colocar como vítima diante das lembranças evocadas, retratando e enfatizando as injustiças sofridas, o discurso do narrador funciona como uma tentativa de superação e reparação de todo o mal sofrido, revelando-se, assim, como uma forma de consolidação da identidade do sujeito. Tal como o seu discurso, o narrador constitui-se como um sujeito ressentido e multifacetado,

cujo sentido da existência está, necessariamente, atrelado às memórias e à presença do outro.

Nesse sentido, as estratégias de fragmentação e de oscilação temporal, que simulam as falhas e o vaivém da memória, podem ser também observadas na construção da identidade do narrador, que oscila entre ser e não ser, entre o eu e o outro, entre a aceitação e a rejeição, em uma eterna luta entre continuidades e descontinuidades.

Referências

- BARROS, D, L, P de. *Teoria semiótica do texto*. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2007.
- BERTRAND, D. *Caminhos da Semiótica Literária*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- FIORIN, J. L.. Semiótica das paixões: o ressentimento. *Revista Alfa*, São Paulo, 51 (1): 9-22, 2007.
- FONTANILLE, J. *Semiótica do discurso*. Trad. Jean Cristtus Portela. São Paulo: Contexto, 2008.
- GREIMAS, A. J., COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Editora Contexto, 2020 [1979].
- GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. *Semiótica das Paixões*. Tradução de Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Ática, 1993.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Vértice, 1990.
- HATOUM, M. *Dois irmãos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. *Órfãos do Eldorado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- KEHL, M. R. *Ressentimento*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- TODOROV, T. *Memória do mal, tentação do bem*. Indagações sobre o século XX. Tradução: Joana Angélica D'Ávila Melo. São Paulo: Editora ARX, 2002.
- VIRGINIO, C. P. *Um estranho à margem: uma leitura semiótica do narrador de memórias em Milton Hatoum*. 2022. 206 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DO MANGÁ *CELLS AT WORK!* COMO TEXTO DE POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA

José Leonardo Tadaiesky Batista¹

Introdução

Este texto é o recorte de uma pesquisa ainda em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF). Nele se busca estudar, auxiliado pelos instrumentos teórico-metodológicos postulados pela Semiótica Discursiva, se é possível entender um texto da esfera midiática, especificamente da prática do entretenimento, como o mangá, como um texto divulgador ou popularizador de ciência.

O objeto de estudo é o mangá *Cells at Work! (Hataraku Saibou)*, de Akane Shimizu, publicado em 2015. A série de quadrinhos tem seis volumes no total, tendo o último sido lançado em 2021. Um dado importante é a sua classificação indicativa para o público de 13 anos, condizente com a tipologia *shonen* — quadrinhos voltados para o público adolescente/jovem masculino —, da qual faz parte.

De forma resumida, *Cells at Work!* Acompanha as aventuras de uma célula do Glóbulo Vermelho. Ela é figurativizada como uma jovem atrapalhada e medrosa que sempre está no lugar errado na hora errada. A protagonista é ajudada pelo Neutrófilo (Glóbulo Branco) que sempre aparece para socorrê-la, uma vez que seu trabalho consiste na eliminação de corpos estranhos que penetram a corrente sanguínea. Cada capítulo do mangá trata de uma mazela, ou condição de saúde específica, desencadeada por

¹ Mestrando em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação da professora doutora Renata Mancini e coorientação da professora doutora Eliane Soares de Lima. E-mail: joseleonardo@id.uff.br.

bactérias, vírus, parasitas, entre outros. Estes tomam a forma de monstros, criaturas comumente encontradas nas narrativas ficcionais *shonen* do gênero mangá; as células sanguíneas, por sua vez, são antropomorfizadas, ou seja, têm a aparência e o comportamento próprios dos seres humanos.

A partir da sinopse apresentada, fica clara a profusão de elementos do campo da biologia. Algumas delas, pode-se dizer, são de amplo conhecimento, já que fazem parte do que é estabelecido como “saber a ensinar” no contexto escolar, isto é, compõem o currículo programático do sistema de ensino. Outras nem tanto, fazendo parte de um conhecimento mais específico, em que um grupo mais limitado teria acesso — se não fossem os textos de popularização que expandem esse público conhecedor. A didatização, ou processo de transposição didática entre esferas (científica, educacional e midiática) é uma prática que pertence à atividade popularizadora. Para Lima (2019), a didatização não é uma simples questão de simplificação, mas de recontextualização do saber acadêmico-científico em um saber a ensinar a partir das peculiaridades de uma nova esfera.

O enunciador do mangá faz uso de ferramentas que auxiliam na recontextualização ou reformulação do conteúdo científico para outras esferas e, conseqüentemente, para outros públicos. O estabelecimento de uma hierarquia de vozes, cada qual com um ponto de vista estabelecido, conhecimentos e competências próprias é uma delas. A instauração de um narrador se mostra de suma importância. É através de sua voz que cada novo personagem-célula ou personagem-bactéria que aparece no decorrer da história, bem como órgãos, vírus e doenças, são apresentados e definidos ao narratário. Essa voz assume ora uma linguagem mais própria do campo científico-biológico, ora mais próximo da esfera cotidiana. A função exercida pelo narrador depende do observador a que estiver sincretizado.

Por se tratar de um texto sincrético, “aquele que se vale de diferentes linguagens para construir seu sentido” (CORTINA, 2014, p. 264), o mangá é composto por enunciados verbais e não

verbais. As explicações científicas são manifestadas, em sua maioria, verbalmente, com o uso de figuras típicas do tema da biologia. Esse conteúdo científico ganha uma roupagem lúdica quando é transposto para as imagens, onde são figurativizados como humanos e monstros, heróis e vilões, ou seja, figuras pertencentes às temáticas do cotidiano e da ficção. O que há, então, é um entrelaçamento de temas que auxiliam na divulgação/popularização do conteúdo biológico trazendo-o para campos mais próximos e de maior interesse do público-alvo esperado para um mangá *shonen*.

O conteúdo biológico e as distintas formas que ele toma no texto nos fazem chegar à hipótese de que *Cells at Work!* É um texto de popularização (ou divulgação) da ciência, trazendo em si ferramentas como a repetição, a redundância e o estabelecimento de temas e figuras referentes às esferas da biologia, do cotidiano e da ficção. A partir disso, foram traçados os seguintes objetivos para este trabalho: a) Explicar rapidamente o que é a popularização da ciência; b) Analisar a função do narrador, uma vez que ele se mostra competente nos saberes da biologia humana; c) Analisar as isotopias temáticas e figurativas estabelecidos principalmente nos enunciados proferidos pelo narrador. As análises serão direcionadas ao capítulo 1 do mangá intitulado *Pneumococcus*.

A popularização da ciência

Motta-Roth e Scherer (2016) entendem que a popularização da ciência não é um gênero discursivo — já que diversos gêneros assumem essa função, como, por exemplo, a notícia de popularização da ciência, tomada como objeto de estudo das autoras — nem uma esfera específica, uma vez que textos divulgadores se fazem presentes em pelo menos três esferas: a científica, a pedagógica e a jornalística. Motta-Roth e Scherer (2016, p. 164) consideram a popularização da ciência como um processo de “recontextualização do discurso da esfera científica na esfera jornalística, mediada pelo discurso pedagógico”. Defendemos uma

mudança de esfera jornalística para esfera midiática, o que contemplaria tanto textos jornalísticos quanto os típicos da prática do entretenimento.

Motta-Roth e Scherer (2016) explicitam a importância da popularização da ciência (PC) para o apoio e desenvolvimento das ciências no Brasil. Esse apoio seria dependente da opinião pública. As autoras afirmam:

Em termos gerais, a PC pode ser vista como evidência das relações entre a esfera estrita de atividade científica (universidades, centros de pesquisa, etc.) e o restante da sociedade. A PC é essencial para a sobrevivência das áreas de conhecimento, uma vez que cada uma dessas áreas depende do apoio à pesquisa dado pela sociedade como um todo (MOTTA-ROTH; SCHERER, 2016, p. 171).

A popularização da ciência funciona como uma ponte entre as instituições produtoras de ciência e a sociedade “leiga” de tais assuntos. Mas essa visão sobre a PC não é consensual e isso se demonstra nos dois entendimentos que existem sobre o tema: uma visão considerada “canônica” e outra “contemporânea”.

Motta-Roth e Scherer (2016) explicam que existe uma visão canônica que separa os discursos sobre ciência em dois tipos. O primeiro seria o discurso do expert, do cientista, da autoridade científica, valorizado como puro e genuíno; o segundo seria o discurso público sobre ciência, externo às instituições científicas. É justamente nessa segunda categoria em que se encontra o entendimento de popularização da ciência culturalmente dominante — aquele que “simplifica e distorce o discurso científico para que este chegue à sociedade em geral” (MOTTA-ROTH; SCHERER, 2016, p. 172). Para essa concepção, os jornalistas, que assumem o papel popularizador, são forasteiros e o público leitor é julgado como não especialista ou leigo. Essa distinção, segundo as autoras, tem o propósito da manutenção do poder pelas instituições científicas. Ciência e jornalismo estariam relacionados em uma organização vertical, em que a primeira seria superior à

segunda, o que garantiria “uma perspectiva da ciência como verdade, respeitada pela totalidade da sociedade como bem cultural indiscutível” (MOTTA-ROTH; SCHERER, 2016, p. 172).

A visão contemporânea, aceita e adotada pelas pesquisadoras, é descrita assim:

A “visão contemporânea” da PC vê a popularização como mobilização de debates em torno da ciência e democratização do acesso a esse debate, sugerindo uma organização horizontal entre as esferas de atividade científica e o restante da sociedade, na qual o jornalismo desempenha papel de campo recontextualizador (MOIRAND, 2003; BEACCO et al., 2002). Nesses termos, assim como o artigo científico, o artigo de PC participa de um mesmo sistema sociosemiótico no âmbito da ciência (OLIVEIRA, 2005, p. 222). Ambos estão inter-relacionados em complexas redes intertextuais de referência aos mesmos fatos científicos, mas com modos específicos de realização do significado em diferentes gêneros discursivos. (MOTTA-ROTH; SCHERER, 2016, p. 172).

A organização horizontal representa o diálogo entre as esferas da ciência e da mídia que democratiza o saber científico e abre espaço para a construção de uma opinião pública. A popularização da ciência é a prática mediadora do conhecimento entre esferas que, para tal, assume a tarefa de recontextualização da informação, tendo como ponto de partida o público-alvo e o gênero discursivo escolhido para encontrá-lo. Esses gêneros e textos estão inter-relacionados em uma rede de interdiscursos e intertextos, que as autoras defendem ser de três esferas: científica, pedagógica e jornalística.

A popularização da ciência para Motta-Roth e Scherer é então:

[...] um processo de recontextualização do discurso científico na mídia de massa (MOTTA-ROTH, 2009), o qual resulta de um fluxo entre as esferas de atividade da mídia, da pedagogia e da ciência por meio do estabelecimento de relações (explícitas ou implícitas)

entre os gêneros que as realizam [...] (MOTTA-ROTH; SCHERER, 2016, p. 173).

É com base nessa citação que propomos uma mudança de esfera jornalística para esfera midiática, uma vez que os gêneros e os textos jornalísticos fazem parte da mídia em geral, campo onde também podemos encontrar textos e gêneros típicos da prática do entretenimento.

Ao se aprofundarem no gênero discursivo notícias de popularização da ciência, Motta-Roth e Scherer destacam os processos de interdiscursividade e intertextualidade que fazem com que gêneros discursivos e textos pertencentes a diferentes esferas não existam separadamente, fazendo parte de um mesmo sistema sociossemiótico da ciência. Elas dizem: “notícias de PC e o artigo científico não existem separadamente, mas integram um mesmo sistema de gêneros que produz e mantém a ciência ao recontextualizar seu objeto pelo princípio do dialogismo e pela capacidade intertextual da popularização” (MOTTA-ROTH, 2010, p. 165).

O mangá *Cells at Work!* Não é um texto jornalístico. O gênero história em quadrinho, seja ele ocidental ou oriental, não é um gênero típico dessa prática, mas ainda assim apresenta elementos discursivos que nos remetem às três esferas mencionadas por Motta-Roth e Scherer (2016). O quadrinho japonês seria um texto de popularização da ciência se considerarmos o processo recontextualizador atrelado à didatização que as informações da ciência — tematizadas no mangá pela biologia do corpo humano — sofrem ao serem direcionadas à um público formado por adolescentes e jovens adultos, típico da esfera midiática.

Ferramentas da semântica e da sintaxe discursiva

A escolha pela metodologia semiótica para a atestação de nossa hipótese de que o mangá *Cells at Work!* É um texto de

popularização de ciência se justifica pela citação de Barros (2005) abaixo:

A teoria semiótica examina a enunciação enquanto instância pressuposta pelo discurso, em que deixa marcas ou pistas que permitem recuperá-la. Chega-se ao sujeito pelo caminho do discurso, reconstrói-se a enunciação por meio da análise interna do texto [...] Mas é sobretudo no nível das estruturas discursivas que a enunciação mais se revela, nas projeções da sintaxe do discurso, nos procedimentos de argumentação e na escolha dos temas e figuras, sustentadas por formações ideológicas (BARROS, 2005, p. 78).

A tematização e a figurativização são procedimentos da semântica do discurso que permitem a concretização dos valores e ideologias estabelecidos pelo enunciador nos níveis fundamental e narrativo do percurso gerativo de sentido. De acordo com Barros (2005, p. 66), “o sujeito da enunciação assegura, graças aos percursos temáticos e figurativos, a coerência semântica do discurso e cria, com a concretização figurativa do conteúdo, efeitos de sentido sobretudo de realidade”. Seguindo a explicação da autora, a tematização se constrói com a reiteração de traços semânticos abstratos, que dão origem a percursos temáticos. Já a figurativização “é o procedimento semântico pelo qual conteúdos mais ‘concretos’ (que remetem ao mundo natural) recobrem os percursos temáticos abstratos” (BARROS, 2005, p. 83).

Sobre a relação entre temas e figuras, Barros (2005) defende que “o exercício da análise textual não tem mostrado discursos não-figurativos e sim discursos de figuração esparsa” (p. 68), ou seja, o discurso é construído com um mínimo de figuras. Para exemplificar, Barros cita os discursos políticos e científicos como sendo de figuração esporádica, ou seja, não possuem um percurso figurativo completo, mas tampouco são puramente temáticos. Entretanto, textos de popularização da ciência têm como objetivo a recontextualização de conteúdos científicos para um público mais amplo e, para tanto, fazem uso da figurativização para ajudar na

didatização do conhecimento. É o que se observa em *Cells at Work!*, em que os percursos temáticos e figurativos da biologia, da ficção e do cotidiano se sobrepõem.

Ainda segundo a autora, “nos discursos temáticos enfatizam-se os efeitos de enunciação, isto é, de aproximação subjetiva ou de distanciamento objetivo da enunciação, em detrimento dos efeitos de realidade, que dependem mais fortemente dos procedimentos de figurativização” (BARROS, 2005, p. 69). Textos científicos têm como marca a objetividade, caracterizada pela debreagem enunciativa, isto é, estabelecimento das categorias de pessoa, de tempo e de espaço que não sejam a do enunciador — ele, então e *alhures*. *Cells at Work!* É um texto predominantemente enuncivo, entretanto é fortemente figurativizado, trazendo aspectos do cotidiano e da ficção, de forma a aproximar o enunciatário do enunciado. *Cells at Work!* Acaba por fazer um jogo de aproximações e distanciamentos, principalmente pelo uso do narrador, ora numa função explicativa ora numa função narrativa, saltando de um percurso temático a outro.

A debreagem actancial é a projeção da categoria de pessoa no enunciado. É a partir desse instrumento que o narrador e o narratário — o segundo nível da hierarquia enunciativa — são instaurados no discurso. A debreagem enunciativa é aquela construída em 1ª pessoa — o sujeito da enunciação no papel de narrador estabelece um “eu” que fala e um “tu” (narratário) a quem se fala. A debreagem enunciativa traz para o discurso marcas que remetem à enunciação, instância pressuposta do enunciado. Se o sujeito debreado no enunciado é um “ele”, alguém de quem se fala, temos uma debreagem actancial enunciativa, ou seja, sem marcas da enunciação e construída em 3ª pessoa.

O conhecimento retido pelo narrador depende do observador, actante narrativo com quem pode estar sincretizado ou não. Segundo Fiorin (2021, p. 91), “o narrador pode estar em sincretismo ou não com os actantes narrativos (narradores que exercem o papel de ‘personagens principais ou secundárias’ na narrativa ou são observadores explícitos)”. Isso significa que o observador pode ser

de focalização parcial interna, cujo ponto de vista é o de um actante da narrativa, ou de focalização parcial externa, em que “focaliza-se a exterioridade da cena e não se vê a partir do íntimo do observador” (FIORIN, 2021, p. 97). Entretanto, o observador pode ser do tipo onisciente, chamado então de observador com focalização total, isto é, o observador “sabe mais que as personagens, conhece os sentimentos e os pensamentos de cada uma delas” (FIORIN, 2021, p. 98).

Cells at Work! Estabelece dois observadores que sincretizam com o narrador em dois momentos distintos: um de focalização parcial interna, que ao sincretizar-se com o narrador é debreado em 1ª pessoa e identificado como uma das células do corpo, tem a função de narrar e comentar os eventos; e um de focalização total, que é debreado em 3ª pessoa, sabe mais que os sujeitos de enunciado e possui um papel explicativo.

As debreagens podem ser estabelecidas em um segundo nível do enunciado em que o narrador cede a palavra a um actante do enunciado ou da enunciação estabelecidos no enunciado, ou seja, “um actante já debreado, seja ele da enunciação ou do enunciado, se torna instância enunciativa, que opera, portanto, uma segunda debreagem, que pode ser enunciativa ou enunciva.” (FIORIN, 2021, p. 39). Ela é chamada de debreagem interna ou debreagem de segundo grau.

Instala-se uma hierarquia de vozes no interior do enunciado: enunciadador delega voz ao narrador que, por sua vez, delega voz a um interlocutor — terceiro nível da hierarquia enunciativa. Fiorin (2021) explica: “Essas instâncias são hierarquicamente subordinadas umas às outras: o eu que fala em discurso direto é dominado por um eu narrador que, por sua vez, depende de um eu pressuposto pelo enunciado” (FIORIN, 2021, p. 39). No mangá, os sujeitos do enunciado, no uso do discurso direto, também assumem, em alguns momentos, uma função explicativa, porém fazendo uso de uma linguagem mais próxima do cotidiano.

Página 9 do mangá *Cells at Work!*



Fonte: Mangá *Cells at Work!*

O narrador possui duas funções distintas no texto, uma narrativa típica e uma explicativa. Na página 9, elas ficam explícitas. Na imagem acima, no canto superior esquerdo, dividido em dois recordatórios, vemos as primeiras manifestações do narrador no capítulo 1, chamado *Pneumococcus*. Ele diz: “O que você está vendo é o interior de um corpo humano. / Para células como nós, esse é apenas outro dia animado de trabalho”² (SHIMIZU, 2016, p. 9). O narrador, logo de início, estabelece um narratário (você) a quem se dirige e trata de contextualizar o espaço onde ocorrem os eventos, o corpo humano, uma vez que é concretizado como um ambiente urbano. A debragem actancial é enunciativa, não só pela instauração de um “você” no enunciado, mas também por estabelecer o narrador no discurso como uma célula (“células como nós”), o que leva à conclusão de que ele está sincretizado com um

² Traduzido do original: “What you are seeing is the inside of a human body. / For cells like us, this is just another cheerful day at work.”

observador com focalização parcial interna, uma vez que o ponto de vista é o de uma personagem desconhecida.

A debreagem em 1º grau cria um efeito de sentido de subjetividade e proximidade, o que traz confiança à sua palavra. Ao apresentar-se como uma célula, o narrador ajuda no estabelecimento de um efeito de sentido de verdade, pois, uma vez fazendo parte do sistema imunológico, ele teria a competência para narrar o que sucede entre as células, bactérias, vírus e outros patógenos que venham adentrar o corpo humano. As falas nesses dois recordatórios são as únicas manifestações verbais do narrador/observador de focalização parcial interna no capítulo inteiro. De resto, ele se manifesta de maneira não verbal, através das imagens que compõem o quadrinho e são parte essencial desse gênero discursivo. Então, as figuras que revestem e concretizam os temas no nível discursivo são essencialmente não verbais, mas ainda assim podemos encontra-las nessa pequena intervenção verbal do narrador. “Corpo humano” e “célula” são figuras que revestem o tema da biologia, enquanto a frase “outro dia animado de trabalho” remete ao tema do cotidiano, ao dia a dia comum de uma pessoa.

Na mesma página nove, no canto inferior esquerdo, se vê um recordatório, cujo título é “Glóbulo branco (Neutrófilo)”. Nele se lê: “Seu trabalho principal é destruir substâncias estranhas que entram no corpo humano, como bactérias e vírus. Neutrófilos constituem mais da metade de todos os glóbulos brancos no sangue” (SHIMIZU, 2016, p. 9).³ A debreagem actancial é enunciativa, pois em vez de um “eu” e “você”, está estabelecido um “ele” de quem se fala, o Glóbulo Branco, uma das personagens principais. O enunciado foca em descrever o “trabalho” dele, uma figura típica do cotidiano, mas o enunciado é primordialmente constituído de figuras que remetem ao tema da biologia — “substância”, “corpo

³ Traduzido do original: “His main job is to destroy foreign substances that enter the body from the outside, such as bacteria and viruses. Neutrophils make up more than half of all white blood cells in the blood.”

humano”, “bactéria”, “vírus”, “neutrófilos”, “glóbulos brancos”, “sangue”. O observador demonstra ser de focalização total, que sabe mais do que os sujeitos do enunciado, o que permite a execução de sua função explicativa. Todo e qualquer elemento da esfera científica, especificamente da biologia, que apareça no discurso, ganha uma explicação. São 26 as intervenções explicativas verbais do narrador somente no capítulo 1, mas elas se repetem em todos os capítulos sempre que uma personagem (já conhecida ou não) faz sua aparição no texto. Mais explicações são feitas no capítulo 1 sobre glóbulos vermelhos, pneumococos, macrófagos, células dendríticas, plaquetas, entre outros, sendo que alguns deles não são importantes para o desenvolvimento dos eventos. Basta aparecer para ser explicado. A repetição é um traço importante em *Cells at Work!*.

As figuras da biologia servem como conectores de isotopia. De acordo com Barros (2005, p. 73), os “conectores de isotopias são palavras ou sintagmas que podem ser lidos, sem dificuldades, em várias isotopias e fazem, dessa forma, a passagem de uma leitura a outra”. Dessa forma, a ação da célula no discurso, manifestada no texto como uma pessoa em um dia normal de trabalho, e, portanto, representando o cotidiano, nos leva à explicação da mesma pelo narrador, que faz uso de outras figuras da isotopia da biologia e uma linguagem mais neutra e objetiva. O que é explicado pelo narrador é praticado, e às vezes reiterado verbalmente, pelos sujeitos do enunciado. A redundância mostra-se, dessa forma, outro traço forte do mangá.

Para exemplificar a reiteração de discursos, abaixo há a transcrição de parte de um diálogo entre o Glóbulo Branco e a Glóbulo Vermelho (que toma a forma de uma mulher), os dois protagonistas, sobre a bactéria Pneumococo, que se desenvolve ao longo das páginas 18 e 19. Ela é explicada pelo narrador, mas as mesmas informações são reiteradas pelo Glóbulo Branco.

Glóbulo Branco: “Ele é um Pneumococo. Se nós não o matarmos rápido, ele vai começar a se dividir!”⁴

Glóbulo Branco: “Se isso acontecer, então esse corpo será...”⁵

Glóbulo Vermelho: “Pneumococo?! Oh não!”⁶

Glóbulo Vermelho: “Eu estava indo para os pulmões -!”⁷

[...]

Glóbulo Branco: “Não são só os pulmões que estão em perigo! O germe fugiu para a corrente sanguínea.”⁸ (SHIMIZU, 2016, p. 18).

Glóbulo Branco e Glóbulo Vermelho são instaurados como interlocutores de um diálogo cujo conteúdo é de teor biológico. A debreagem de 2º grau é enunciativa, o que fica evidente pelo uso de “nós” na primeira fala e pelo “eu” na quarta fala, ditos pelo Glóbulo Branco e pela Glóbulo Vermelho, respectivamente. Além disso, se nota a presença de interjeição (“Oh não!”) e juízos de valor (“germe”) que contribuem para a debreagem actancial enunciativa. O vocábulo “germe” funciona como conector de isotopias, uma vez que pode ser lido também sob a ótica da biologia. De fato, nesse pequeno trecho, as figuras relativas ao tema da biologia são dominantes — “Pneumococo”, “pulmões”, “corrente sanguínea” etc. Mas visualmente, as células, em forma humana, aparecem correndo por corredores em busca de um monstro antes que ele alcance os pulmões, retratado no mangá como uma instalação similar a uma fábrica de O₂. As isotopias da biologia, do cotidiano e da ficção, então se conectam, reformulando o conteúdo biológico para um público jovem não especialista dentro da esfera midiática.

⁴ Traduzido do original: “He’s a *Pneumococcus Bacterium*. If we don’t kill him quickly, he’ll begin dividing!” (SHIMIZU, 2016, p. 18).

⁵ Traduzido do original: “If that happens, then this body will be...!” (SHIMIZU, 2016, p. 18).

⁶ Traduzido do original: “*Pneumococcus?! Oh no!*” (SHIMIZU, 2016, p. 18).

⁷ Traduzido do original: “I was just on my way to the lungs - !” (SHIMIZU, 2016, p. 18).

⁸ Traduzido do original: “It’s not just the lungs that’re in trouble! The germ escaped into the blood stream.” (SHIMIZU, 2016, p. 18).

Conclusão

Cells at Work! É um mangá *shonen*, direcionado ao público adolescente/jovem masculino cuja temática principal é a biologia do corpo humano, especialmente o funcionamento das células sanguíneas, tema comum à esfera científica, mas nem tanto em textos da prática do entretenimento. Ao reformular o conteúdo científico/biológico para uma outra esfera, o mangá se torna um texto da prática de popularização da ciência. Fazendo uso do aporte teórico-metodológico da semiótica discursiva, constatamos a presença de alguns procedimentos semióticos que auxiliam na recontextualização do conteúdo.

O estabelecimento de um narrador com duas funções distintas claramente identificáveis pelo sincretismo com um observador parcial interno e um observador externo onisciente, debreado enunciativamente e enuncivamente, respectivamente, auxilia no abrandamento do conteúdo biológico, facilitando a sua compreensão pelo público não especialista.

A repetição e a redundância da explicação científica, construídas ao longo do texto ficcional, composto simultaneamente por códigos verbais e não verbais, são estratégias de didatização, entendido por Lima (2019) como transposição didática. A transposição didática é entendida pela autora como uma prática de reformulação de um saber científico em um saber a ser ensinado. A didatização, portanto, faz parte da popularização da ciência. Por último, a relação das isotopias da biologia, do cotidiano e da ficção adaptam o conteúdo científico para o contexto do entretenimento, esfera de atuação do mangá. Com base no exposto neste texto, chegamos ao resultado parcial de que *Cells at Work!* É um texto de popularização da ciência pertencente à esfera midiática.

Referências

- BARROS, D. L. P. de. *Teoria semiótica do texto*. 4ª ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Editora Ática, 2005.
- CORTINA, A. A construção do sentido na propaganda dirigida ao público gay. In: CORTINA, A.; SILVA, F. M. da (org.). *Semiótica e Comunicação: estudos sobre textos sincréticos*. Araraquara, SP: Cultura Acadêmica, 2014.
- CORTINA, A.; SILVA, F. M. da. Apresentação. In: CORTINA, A.; SILVA, F. M. da (Org.). *Semiótica e Comunicação: estudos sobre textos sincréticos*. Araraquara, SP: Cultura Acadêmica, 2014.
- FARIA, M. L. de. *História e Narrativa das Animações Nipônicas: Algumas Características dos Animês*. In: *10. Encontro Juventude, Consumo e Educação*, Porto Alegre, v.1, 2007.
- FIORIN, J. L. *Elementos da análise do discurso*. 15 ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.
- FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 3 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2021.
- GRILLO, S. V. C. *Divulgação científica: linguagens, esferas e gêneros*. 2013. 333f. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2013.
- LIMA, E. S. de. De triagens a misturas: por uma compreensão semiótica do processo de transposição didática. *Estudos Semióticos*. São Paulo, v. 15, n. 2, p. 114-132, dez. 2019.
- MOTTA-ROTH, D. Popularização da ciência como prática social e discursiva. In: MOTTA-ROTH, D.; GIERING, M. E. (Orgs.). *Discursos de popularização da ciência. Hipers@beres - Volume I*. Santa Maria, RS: PPGL Editores, 2009, p. 131-195.
- MOTTA-ROTH, D.; SCHERER, A. S. Sistemas de gêneros e recontextualização da ciência na mídia eletrônica. *Gragoatá*, Niterói, v. 28, p. 153-174, 2010.
- MOTTA-ROTH, D.; SCHERER, A. S. Popularização da ciência: a interdiscursividade entre ciência, pedagogia e jornalismo. *Bakhtiniana*. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 164-189, maio/ago. 2016.
- SHIMIZU, A. *Cells at Work! volume 1*. EUA: Kodansha Comics, 2016.

A PRÁTICA DE LEITURA NA COMUNIDADE *BOOKTUBE*

Luiza Riveiro Gonçalves¹

Introdução

Em 2009, surgiram os primeiros vídeos sobre livros no *YouTube* (SILVA, 2016). Com apenas uma *webcam* e um livro, leitores ao redor do mundo começaram a compartilhar, com o intuito de encontrar uma companhia literária, suas opiniões e seus gostos no conforto do seu quarto. Os *booktubes*, como passaram a ser chamados a partir de 2011 (SILVA, 2016), viraram verdadeiras comunidades literárias online, unindo leitores, estimulando a leitura e criando laços afetivos a partir de e com livros. Seu alcance, por conta da *internet* e da tecnologia, é bem maior do que o de outros mediadores da leitura: alguns criadores brasileiros acumulam centenas de milhares de seguidores que acompanham o conteúdo, interagem, comentam etc. Essa realidade destoa dos resultados mais recentes apresentados pela pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*.² Se em 2015, na quarta edição da pesquisa, 56% dos brasileiros eram leitores,³ em 2019, esse grupo passou a compor apenas 52% da população (FAILLA, 2021). Por que, em meio a resultados desanimadores em relação ao número de leitores brasileiros, observamos o crescimento de comunidades de

¹ Mestre em Estudos de Linguagem na UFF sob orientação da professora doutora Lucia Teixeira. E-mail: luizariveirogoncalves@gmail.com. Orcid: 0000-0002-8752-5680.

² Criada pelas entidades do livro Abrelivros, CBL e SNEL em 2006, a *Retratos da Leitura no Brasil* é “[...] a única pesquisa em âmbito nacional que tem por objetivo avaliar o comportamento do leitor brasileiro” (FAILLA, 2021, p. 157). A partir de 2007, passou a ser realizada a cada quatro anos pelo Instituto Pró-livro (IPL).

³ Na pesquisa, o leitor é “[...] aquele que leu, inteiro ou em parte, pelo menos 1 livro nos últimos 3 meses” (FAILLA, 2021, p. 174). Já o não leitor consiste naquele “[...] que declarou não ter lido nenhum livro nos últimos 3 meses, mesmo que tenha lido nos últimos 12 meses” (FAILLA, 2021, p. 174).

“grandes leitores”⁴ que utilizam as redes sociais e a *internet* para estimular o consumo de livros? Quais são as estratégias que incentivam o consumo, a compra de livros, o engajamento e a interação? E ainda, como esses sujeitos-leitores se relacionam com o objeto-livro?

Foi a partir dessas perguntas que observamos, em um primeiro momento da pesquisa, os canais literários brasileiros *Literature-se*, *tatianagfeltrin*, *Geek Freak*, *Livraria em Casa*, *Melina Souza – Tea with Mel*, *Luago nos Livros* e *Um Bookaholic*, cada qual com suas próprias especificidades e estratégias argumentativas. Dentre esses *booktubes*, selecionamos o canal *Literature-se* como *corpus* da dissertação concluída, entendendo que, apesar das particularidades de cada *booktube*, o canal escolhido pode atuar como um paradigma do funcionamento de outros canais, visto que há uma cultura própria do *booktube* – a chamada *booktubicidade* (JEFFMAN, 2017) –, que rege as práticas realizadas por cada *booktuber*.

Criado em 2010 pela *booktuber* Mell Ferraz, o *Literature-se* é um dos canais literários mais populares no Brasil. Seu conteúdo é composto por uma diversidade de vídeos diferentes – resenhas, *vlogs*,⁵ vídeos com curiosidades literárias etc. –, que são complementados por conteúdos produzidos no *Instagram* e no *Telegram*. Formada em Estudos Literários, Mell Ferraz apresenta um enfoque maior nos cânones, muitas vezes abordados sob um viés acadêmico.

Para o desenvolvimento da dissertação, foram selecionados 35 vídeos publicados pelo canal em 2020. A análise desses vídeos foi realizada a partir dos pressupostos da Semiótica Discursiva e dos conceitos referentes ao esquema de análise dos planos da imanência, proposto por Jacques Fontanille (2008, 2014, 2018, 2019). Neste artigo, analisaremos, a partir da proposta do esquema de análise dos planos da imanência – que será apresentado a seguir –,

⁴ Michèle Petit (2019, p. 146) usa esse termo para se referir aos leitores “[...] que leem mais de 20 livros por ano”.

⁵ Vídeos em que é possível acompanhar o dia a dia do *booktuber*, conhecendo a sua rotina.

a relação do sujeito-leitor com o objeto-livro em dois vídeos publicados pelo *Literature-se*, a saber: “Leia comigo (*Read with me*) // 20 minutos em tempo real – Livro: “Orlando” (Virginia Woolf)” e “Bookshelf tour 2020 🤖 conheça minhas estantes de livros! 😊 (primeira parte)”.

Os níveis de pertinência e o *booktube*

Com o objetivo de “[...] redefinir a natureza daquilo de que a semiótica se ocupa [...]” (FONTANILLE, 2008, p. 18), Jacques Fontanille propõe a resignificação do princípio de imanência, sintetizado na Semiótica pelo *slogan* greimasiano “Fora do texto não há salvação!”. O que antes se referia à exclusão de quaisquer aspectos extralinguísticos da análise (GREIMAS; COURTÉS, 2016) passa a ser entendido, com a proposta de Fontanille, como uma força desencadeadora e constitutiva de um percurso em que diferentes níveis conferem espessura aos mecanismos de produção de sentido na vida social. Isto é, o texto passa a ser um dos seis planos da imanência, sendo os demais as figuras-signos, os objetos-suporte, as práticas semióticas, as estratégias e as formas de vida.

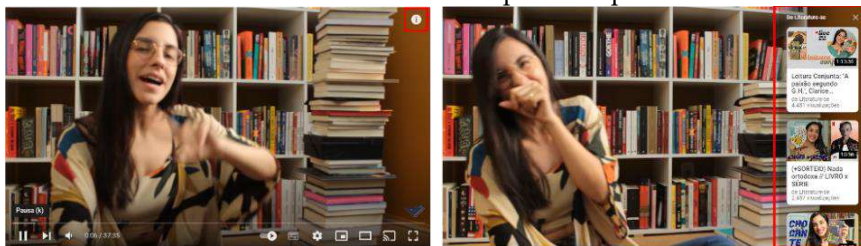
Ao acessar a página inicial do *YouTube*, o internauta entra em contato com vários botões e *thumbs* (capas dos vídeos do *YouTube*), que constituem o primeiro nível da imanência. Unidades caracterizadas por uma relação entre uma expressão e um conteúdo, as figuras-signos mobilizam a visada do sujeito senciante em busca de fazê-lo entrar em contato com um texto. A *thumb*, por exemplo, funciona como um convite para o acesso a um vídeo e, por isso, busca manipular o enunciatário a acessar um *hiperlink* por meio dos signos que a compõem (formas, cores, palavras etc.). Estes tocam “[...] de forma mais rápida e eficiente [...] a sensibilidade do sujeito” (PORTELA, 2008, p. 102), levando-o a clicar para assistir ao vídeo. Com essa mudança de nível, o fenômeno percebido ganha sentido.

Caracterizados pelo seu fechamento, os textos-enunciados “[...] são conjuntos significantes compostos de natureza verbal, icônica (imagens), gestual (em língua de sinais), etc.”

(FONTANILLE, 2019, p. 250), cujo sentido pode ser reconstruído por meio da análise de suas regularidades, recorrências e contrastes. Esse sentido, no entanto, não se resume apenas ao texto. Afinal, o suporte em que está inscrito influencia a interação do sujeito com o texto-enunciado. É inegável que a forma como um romance é lido – seja livro físico, *ebook* ou *audiobook* – interfere na leitura em si. Passamos para o nível dos objetos-suporte.

Os objetos-suporte são “[...] estruturas materiais tridimensionais, dotadas de uma morfologia, de uma funcionalidade e de uma forma exterior identificável, cujo conjunto está “destinado” a um uso ou a uma prática mais ou menos especializados” (FONTANILLE, 2014, p. 33, tradução nossa). Isto é, o objeto-suporte é um objeto significante – e não apenas uma coisa –, visto que a junção de sua estrutura material, de sua morfologia e de sua dinâmica apresenta uma função específica. Ao assistir ao vídeo “50 LIVROS NOVOS! 😊 // book haul (outubro e novembro 2020)” pelo computador, por exemplo, o sujeito tem a possibilidade de clicar no ícone que aparece no canto direito do vídeo⁶ e acessar uma lista de vídeos relacionados ao conteúdo abordado. No celular, essa sugestão não aparece da mesma forma: o sujeito precisa acessar a descrição e rolar para baixo para poder ver a lista. A recepção do vídeo é, portanto, influenciada pelo objeto-suporte utilizado, implicando em diferentes interações.

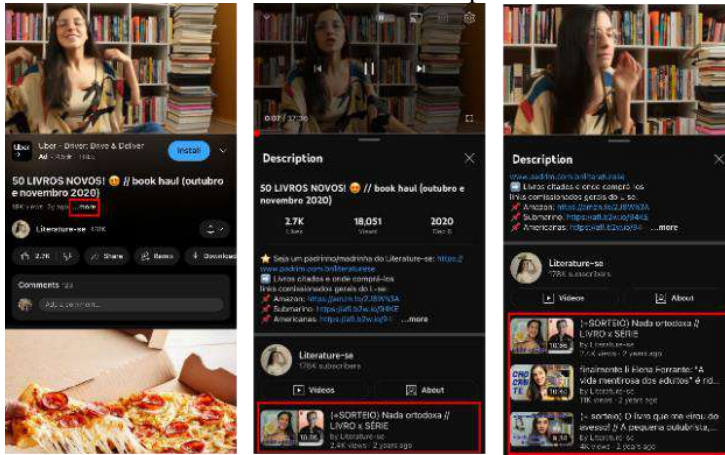
O ato de assistir a um vídeo pelo computador



Fonte: captura de tela pelo autor em 30/01/2023.

⁶ Chamado de “cards”, esse ícone é um exemplo de uma figura-signo, que mobiliza a atenção do sujeito senciante.

O ato de assistir a um vídeo pelo celular



Fonte: captura de tela pelo autor em 30/01/2023.

No caso do *YouTube*, os diferentes objetos-suporte que podem ser usados para assistir a um vídeo – televisão, computador, *tablet*, celular etc. – estão relacionados a um objeto-suporte principal, a *internet* (KALIL FILHO, 2020). Cada um desses suportes secundários entra em contato com objetos distintos: a TV com o controle remoto, o celular e o computador com um fone de ouvido etc. Indo mais além, o uso de um ou outro objeto-suporte também implica em diferentes locais de inserção. Enquanto a TV se restringe a apenas um cômodo, o celular permite ao sujeito assistir a um vídeo em diferentes lugares: no ônibus, na rua, na escola... Essas mudanças acarretam diversas práticas, as quais precisam ser até mesmo previstas pelo criador do conteúdo, de forma a lidar com possíveis restrições provocadas pelo suporte.

Segundo Fontanille (2019, p. 251), as práticas semióticas são “[...] cursos de ação, definidos principalmente pelo tema da ação em curso, e pelos diferentes papéis que esse tema exige para que a ação ocorra [...]”. Diferentemente dos textos-enunciados, elas apresentam como propriedade principal seu caráter aberto. Mesmo que a prática tenha um início e um fim, o que interessa em sua análise é a significação construída por meio do processo de encenação.

Cada prática possui um núcleo predicativo, chamado de cena prática ou cena predicativa. “Essa cena se compõe de um ou de vários processos, rodeada pelos actantes próprios do macro-predicado da prática” (FONTANILLE, 2014, p. 39, tradução nossa). Esses papéis actanciais podem ser cumpridos tanto pelos outros níveis de pertinência, o texto-enunciado e o objeto-suporte, por exemplo, quanto pelos elementos do entorno, como o usuário ou o observador. Ao se relacionarem entre si, esses actantes constroem a cena prática. No caso do *YouTube* podemos pensar, portanto, em duas práticas semióticas principais: a prática de recepção digital – composta por cenas como comentar, assistir ao vídeo, compartilhar e curtir – e a prática de produção digital – constituída de cenas como gravar, publicar, fazer a *thumb*.

Por ter como conteúdo principal o livro e a leitura, os vídeos publicados no *booktube* não apenas se inserem nas práticas de produção e de recepção digitais no *YouTube*, mas também condensam a prática de leitura. Apesar de o ato de ler-interpretar ser, muitas vezes, sua cena principal – e, devido a sua importância, poder ser desdobrado, até mesmo, em uma prática semiótica própria, como propõe Jacques Fontanille (2014) –, outros predicados compõem a prática de leitura, caracterizando-a. Escolher o livro, comprar o livro, lê-lo na sequência das páginas, falar sobre o livro são algumas das cenas práticas que se juntam à cena de ler-interpretar, podendo ou não ser atualizadas pelo leitor-*booktuber* em seus vídeos.

A essa prática, somam-se outras, que também são condensadas nos vídeos desse nicho. De um lado, os *booktubers* desempenham um papel de mediador da discussão literária. Do outro, os *publieditoriais*⁷ (mas não apenas eles) evidenciam um interesse mercadológico: ao conversarem com os internautas sobre os livros que leram, os *booktubers* atuam como uma ponte entre

⁷ Junção das palavras publicidade e editorial, o *publieditorial* se refere ao tipo de conteúdo produzido com o intuito de atrair novos clientes para uma determinada marca, que pagou para ser divulgada em canais, *blogs*, *sites* etc.

possíveis leitores e livros que, ao estimularem o interesse pela leitura, levam seus seguidores a consumirem e comprarem livros. Assim, os vídeos também têm a representação das práticas mercadológica, de mediação da leitura e de consumo. Apesar de apresentarem cenas predicativas distintas, estas possuem pontos em comum. Se ler pode ser considerado uma cena da prática de leitura, esse ato também se faz presente nas práticas de mediação da leitura e de consumo. Da mesma forma, a cena falar sobre o livro pode ser observada não apenas nas práticas de leitura e de mediação da leitura, mas também na prática mercadológica (falar sobre um produto buscando manipular o enunciatário a comprá-lo) e na prática de produção digital.

A existência dessas seis práticas – e, conseqüentemente, de suas cenas predicativas – no *booktube* não implica, porém, na presença constante de todas elas. O próprio *site YouTube*,⁸ seu algoritmo e o canal as acomodam, tornando uma ou outra prática, bem como uma ou outra cena predicativa, predominante dependendo do tipo de vídeo. É este o nível das estratégias.

A repetição de comportamentos e de procedimentos de acomodação estratégica desemboca na última instância da imanência, a forma de vida. Originadas do conceito homônimo proposto por L. Wittgenstein, as formas de vida referem-se aos “[...] conjuntos significantes heteróclitos e coerentes que são os constituintes imediatos da semiosfera, os quais sem dúvida se assimilam rapidamente à cultura” (FONTANILLE, 2018, p. 17, tradução nossa). Esse nível será retomado nas **Considerações Finais**, quando trataremos da forma de vida observada no *booktube*.

⁸ Entendemos, aqui, o *YouTube* como um constituinte do nível das estratégias. Afinal, “Apesar de constituir um suporte, o *site* funciona mais como uma estratégia eficaz de circulação de vídeos, prática quase concomitante à produção” (OLIVATTI, 2008, p. 244-245, grifos da autora).

A leitura

A distinção entre vida pública e vida privada, decorrente do surgimento da burguesia, foi essencial para que a leitura se tornasse uma atividade solitária, baseada na intimidade, e não mais uma atividade social marcada pelas leituras coletivas e em voz alta (SIBILIA, 2020). Não obstante, o elo entre privacidade e leitura parece estar mais apagado atualmente. Isso porque, em meio à era digital, o compartilhamento da vida privada, influencia a maneira como se lê. Dentro da comunidade *booktube*, a cena prática da leitura, antes (de certa forma) íntima e solitária, passa a ser gravada e compartilhada. Ler se torna um espetáculo, uma performance, como pode ser observado no vídeo “Leia comigo (*Read with me*) // 20 minutos em tempo real – Livro: “Orlando” (Virginia Woolf)”, no qual Mell Ferraz se grava lendo um livro.

As figuras visuais do sofá, das almofadas, da caneca, dos livros à mão e dos animais (cachorro e gato), bem como a escolha do canto do sofá, são reconhecidas como concretizações do tema “conforto” e criam um ambiente favorável à ideia de intimidade compartilhada. Há um convite para que os internautas leiam com ela. Assim, Mell Ferraz oferece a eles alguns valores positivos – concentração, conexão e proximidade – buscando manipulá-los a acompanhá-la na leitura de um livro, isto é, ler ao mesmo tempo em que o vídeo é reproduzido. Em outras palavras, as figuras que compõem o vídeo tematizam a vida privada que, somadas à actualização das categorias de pessoa, tempo e espaço (“eu”, “aqui” e “agora”), ao enquadramento e à voz, contribuem para a construção de um simulacro de intimidade.

O simulacro de intimidade



Fonte: captura de tela pelo autor em 30/01/2023.

A escolha do plano americano acaba por reforçar o simulacro de intimidade criado por meio da debreagem enunciativa. Ao mesmo tempo que o enquadramento provoca uma proximidade com a *booktuber*, ele permite que o enunciatário veja como é o momento de leitura para ela, suas reações, a interação com seus animais etc. Como afirma Mell Ferraz, “O interessante é que vocês vão ver a realidade disso tudo até mesmo por conta dos sons ambiente, né?” (LEIA, 2020, transcrição nossa).

Com essa fala, Mell Ferraz passa a impressão de que os internautas realmente terão acesso a sua rotina de leitura e a sua casa. O barulho externo, as interações com os animais (“coisicas”), mesmo que atrapalhem a leitura feita pelo enunciatário que a acompanha, contribuem para o estabelecimento da veridicção do vídeo, isto é, fazem a gravação da cena de leitura parecer verdadeira. O enunciatário é recordado, a todo momento, que está lendo junto com a *booktuber*, compartilhando da sua experiência de leitura.

Essa proposta, porém, vai no caminho oposto ao conteúdo produzido no canal. Diferentemente dos outros vídeos publicados no *Literature-se*, esse vídeo não apresenta uma predominância de comentários sobre livros ou sobre a rotina da *booktuber*, mas sim um enfoque maior no ato de leitura, o que provoca um estranhamento inicial no enunciatário. Essa quebra de expectativa logo nos primeiros minutos do vídeo precisa ser explicada pela *booktuber*:

“Pode parecer estranho num primeiro momento você acompanhar em tempo real a leitura de alguém, alguém lendo, mas eu acho que isso me ajuda [...]” (LEIA, 2020, transcrição nossa).

Após essa explicação, as expectativas do enunciatário tornam-se outras: o ritmo lento provocado pelos silêncios e pela falta do monólogo torna-se esperado, já que o intuito é acompanhar a leitura feita. Cria-se um estranhamento inicial que desafia o enunciatário e estimula sua curiosidade em relação ao conteúdo do vídeo, para depois criar uma situação de conforto. Essa manipulação, entretanto, pode ser rechaçada pelo enunciatário:

Você pode acelerar o vídeo, mas também se você não gostar do vídeo... Nós não somos obrigados a gostar de 100% do que os criadores que gostamos, né, acabam postando. Se você não gostar desse tipo de conteúdo, sintase tranquilo, né, pra sair desse vídeo, sem problema algum! (LEIA, 2020, transcrição nossa).

É por meio da interação entre a prática de leitura e as práticas de produção e recepção digital que a leitura passa a ser marcada pela extimidade.⁹ Torna-se possível perceber as “levantadas de cabeça”, me apropriando aqui de uma reflexão proposta por Roland Barthes (2012). Os sentimentos evocados pelo livro não são mais íntimos, mas sim compartilhados: escutamos as reações por meio das interjeições e a leitura em voz alta dos trechos que chamaram a atenção do actante. Temos acesso, portanto, à leitura em ação.

⁹ O termo foi cunhado por Jacques Lacan, sendo explorado pelo autor em alguns de seus seminários. Posteriormente, esse neologismo foi retomado por outros psicanalistas e apropriado por sociólogos e estudiosos da cibercultura. É esse o caso de Paula Sibília (2020) que, assim como outros pesquisadores, entende a extimidade como a exibição da intimidade nas redes (CAMPOS; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2015).

A exibição

Dentre os diversos tipos de vídeos publicados na comunidade *booktube*, o *bookshelf tour* caracteriza-se como um passeio pela estante do *booktuber*, que mostra seus livros, tecendo rápidos comentários sobre alguns deles. Este é um dos vídeos mais esperados pelos internautas, com uma das maiores visualizações. No vídeo “*Bookshelf tour 2020* 🤩 conheça minhas estantes de livros! 😊 (primeira parte)”, a aproximação entre enunciador e enunciatário se dá pela combinação da projeção de um “eu”, “aqui” e “agora” com o próprio conteúdo apresentado: os livros na estante da *booktuber*. É por conta desse objetivo de mostrar a sua estante que se verifica, ao longo do vídeo, a predominância do plano fechado, com foco nos livros e na estante, bem como de um plano de ponto de vista, no qual somos levados a crer que vemos através dos olhos da *booktuber*.

A exibição dos livros



Fonte: captura de tela pelo autor em 30/01/2023.

O interesse da *booktuber* é exibir os livros que possui, mostrar suas capas e fazer breves apreciações sobre eles, manipulando os internautas a comprarem e lerem os livros e, caso já haja conteúdo no canal, assistirem aos vídeos sobre eles. Por esse motivo, há uma forte adjetivação, que qualifica tanto o conteúdo dos livros quanto a edição e a capa. Figuras como “lindo”, “preciosos”, “super

colorido”, “fininho”, “diferentão”, “Amo esse livro, gente!” permeiam todo o vídeo e constroem um percurso figurativo tematizado pelo gosto pessoal. Somado a esse aspecto, há também o uso dos imperativos – “Leiam esse livro, *Caderno de um ausente*, maravilhoso!” (BOOKSHELF, 2020, transcrição nossa) –, os quais levam o enunciatório a querer ler os livros mostrados. Todas essas estratégias enunciativas acabam por subverter a prática de recepção digital. Se é esperado que os sujeitos-internautas, ao optarem por assistir a um vídeo, o vejam do início ao fim, sem parar; no *bookshelf tour* é preciso pausar e anotar os títulos dos livros sugeridos pela *booktuber* e, até mesmo, reassistir ao vídeo.

A relação entre o sujeito-*booktuber* e o objeto-livro se dá ora por meio de uma modalização de um querer ler, ora por meio de uma modalização de um dever ler, como pode ser visto no trecho a seguir:

Vejam, né, de novo eu aqui com mais um livro que eu quero muito ler porque todos os livros que estão aqui eu quero muito, muito, muito ler. Eu trouxe aqui pra casa justamente por conta disso, né, não que os outros eu não queira, os que ficaram lá na casa da minha mãe, mas esses daqui são mais urgentes (BOOKSHELF, 2020, transcrição nossa).

Há uma necessidade de justificar o motivo de não ter lido ainda a maioria dos livros que possui, como se, assim, fosse comprovado ser de fato uma leitora. Se os livros que possui na estante de sua casa ainda não foram lidos é porque ali estão apenas os que ela quer e precisa ler. Os que já foram lidos – e comprovam que ela é uma leitora – estão na casa da sua mãe. O acúmulo dos livros, ainda não lidos, funciona como um lembrete da intenção de lê-los:

[...] livros podem ser coisas desagradáveis. Eles provocam, insultam e apodrecem. Livros que eu ainda não li são empilhados na minha mesa, sendo um lembrete físico da minha falta de tempo e conhecimento e das minhas ambições não concretizadas. Nesse caso, é a presença física deles – não o conteúdo deles (já que eu ainda não

tive contato com ele) – que importa (PRESSMAN, 2020, p. 940, tradução nossa).

Considerações finais

Na era digital, em que a vida privada é compartilhada ao extremo e a intimidade se torna extimidade, a prática de leitura se expande em outros significados. Não basta ler para ser leitor. É preciso “provar” aos outros sua identidade leitora, seja através de estantes cheias de livros, de postagens sobre leituras, ou de metas literárias, por exemplo. A leitura precisa ser, mais do que nunca, compartilhada, só assim o leitor pode fazer parte dessa comunidade, conquistando a companhia de seus pares e o status de verdadeiro leitor. Não basta apenas *ser*, é preciso *mostrar que é*. Afinal, “[...] de acordo com as premissas básicas da sociedade do espetáculo e da moral da visibilidade e da conexão, se ninguém vê alguma coisa não há como garantir que isso de fato exista” (SIBILIA, 2020, p. 171).

É nesse cenário que a comunidade *booktube* surge e se fortalece. A busca por amigos literários desencadeou, ao longo do tempo, não apenas o compartilhamento da leitura e, conseqüentemente, seu incentivo, mas também a sua espetacularização. Ler torna-se uma performance, um espetáculo. Esse show do eu, isto é, a espetacularização de si mesmo (SIBILIA, 2020), faz com que a prática de leitura passe a concorrer com outras práticas, já presentes no *YouTube*. Vemos, dessa forma, outros objetos e sujeitos fazerem parte da prática de leitura: o celular, o computador, a câmera, o *booktuber* e o internauta, para citar apenas alguns. Ler passa a ser um meio para o fim: é o caminho para ganhar mais seguidores, mais compartilhamentos, mais visibilidade e mais dinheiro.

Neste trabalho, nos atentamos a dois vídeos analisados na dissertação: “Leia comigo (*read with me*) // 20 minutos em tempo real – livro: “Orlando” (Virginia Woolf)” e “Bookshelf tour 2020 📖👀 conheça minhas estantes de livros! 😊 (primeira parte)”. A partir de sua análise, percebemos como a interação com as outras práticas

semióticas que compõem o *YouTube* e o *booktube* (produção digital, recepção digital, mercadológica, consumo e mediação da leitura) influenciam a forma como o sujeito-leitor interage com o objeto-livro. A cena predicativa da leitura é construída com a inclusão de novos objetos (câmera, microfone, computador) e é marcada pela extimidade. A exibição funciona como estratégia mercadológica e desencadeia a compra (desenfreada?). Se essas diferentes práticas, inicialmente concorrentes, entram em sinergia, seria possível então pensarmos em uma nova prática? Uma prática semiótica *booktube*?

Uma coisa é certa: para que essas seis práticas semióticas convivam harmonicamente e de forma eficiente, são necessárias algumas estratégias que acomodem suas diferentes cenas predicativas. Como apontamos anteriormente, o próprio *booktube* – a partir da seleção de qual cena predicativa representar em cada vídeo e de que forma representá-la –, o algoritmo do *YouTube* e suas funcionalidades ajustam as práticas mercadológica, de leitura, de produção digital, de consumo, de recepção digital e de mediação da leitura. É de acordo com os objetivos da *booktuber* que uma cena predicativa ou uma prática se sobressai no conteúdo produzido.

A repetição desses ajustamentos desperta um determinado comportamento, que permite apontar uma nova forma de vida. Se, atualmente, a forma de vida digital apresenta diferentes comportamentos já sedimentados em nossa sociedade (passar horas e horas nas redes sociais, conversar através de aplicativos de mensagem instantânea, consumir conteúdos diversos de forma acelerada etc.), nos quais a leitura não é incluída, traçar uma alternativa a esse curso de vida, isto é, *contraperseverar*, é utilizar a internet e as redes sociais como uma ferramenta para estimular e valorizar a leitura em uma era digital. Ao invés de pensar a internet como uma inimiga da leitura e do livro, o que o *booktube* propõe é sua utilização como meio de reforçar a figura do livro e o ato de ler. Desse modo, podemos pensar, nos apropriando de um termo abordado por Jessica Pressman (2020), em uma forma de vida *bookishness*, marcada pelo amor e apego aos livros, pela proximidade e defesa dos livros dentro da cultura digital. Trata-se

de se identificar como indivíduo consumidor da leitura, apreciador e divulgador do ato de ler por meio da e na *internet*.

No final, amar livros é sobre afeto. Isso é especialmente verdadeiro na era digital porque a cultura digital opera através do afeto, através de ligações de hiperlinks e conexões programáticas. Mas é mais do que isso. Em tempos neoliberais, nos quais as corporações digitais invadem nosso espaço privado e nosso tempo de leitura, clamar uma identidade bookish pode constituir um ato de rebelião, de autoconstrução e de esperança dentro do globo (PRESSMAN, 2020, p. 423, tradução nossa).

Referências

- 50 LIVROS NOVOS! 😊 // BOOK HAUL (OUTUBRO E NOVEMBRO 2020). [S. l.]: Literature-se, 2020. [ONLINE]. 1 vídeo (37 min). Publicado pelo canal. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AQLW2oqFuXY>>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- BARTHES, R. *O rumor da língua*. 3. ed. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- BOOKSHELF TOUR 2020 🗋️ CONHEÇA MINHAS ESTANTES DE LIVROS! 😊 (PRIMEIRA PARTE). [S. l.]: Literature-se, 2020. [ONLINE]. 1 vídeo (34 min). Publicado pelo canal. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IVBUcPvYTKA>>. Acesso em: 5 ago. 2021.
- CAMPOS, C. M.; FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S. Intimidade e extimidade virtual na conjugalidade contemporânea. *Interação em Psicologia*, Paraná, v. 19, n. 3, p. 407-416, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/download/34887/29509>>. Acesso em: 8 jul. 2022.
- FAILLA, Z. (Org.). *Retratos da leitura no Brasil 5*. Rio de Janeiro: Sextante, 2021.
- FONTANILLE, J. Práticas semióticas: imanência e pertinência, eficiência e otimização. In: DINIZ, M. L. V. P.; PORTELA, J. C.

(Org.). *Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias*. Bauru: UNESP/FAAC, 2008. p. 17-76.

_____. *Práticas semióticas*. Trad. Desiderio Blanco. Lima: Fondo Editorial, 2014.

_____. *Formas de vida*. Trad. Desiderio Blanco. Lima: Fondo Editorial, 2018.

_____. Discursos, mídias, práticas e regimes de crença. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 246-261, 2019. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/2608/1664>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. 2. ed. Trad. Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Contexto, 2016.

JEFFMAN, T. M. *Booktubers: performances e conversações em torno do livro e da leitura na comunidade booktube*. 2017. 393 f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/6337>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

KALIL FILHO, M. da V. *A forma de vida neoliberal: o daily vlogger e a "empresa de si mesmo"*. 2020. 233 p. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem). Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

LEIA COMIGO (READ WITH ME) // 20 MINUTOS EM TEMPO REAL – LIVRO: "Orlando" (Virginia Woolf). [S. l.]: Literature-se, 2020. [ONLINE]. 1 vídeo (22 min). Publicado pelo canal. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rFSZ8D7E2yQ>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

OLIVATTI, T. F. Internet, Youtube e semiótica: novas práticas do usuário/produtor. In: DINIZ, M. L. V. P.; PORTELA, J. C. (Org.). *Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias*. Bauru: UNESP/FAAC, 2008. p. 239-251.


PETIT, M. *Ler o mundo: experiências de transmissão cultural nos dias de hoje*. Trad. Julia Vidile. São Paulo: Editora 34, 2019.

PORTELA, J. C. Semiótica midiática e níveis de pertinência. In: DINIZ, M. L. V. P.; PORTELA, J. C. (Org.). *Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias*. Bauru: UNESP/FAAC, 2008. p. 95-115.

PRESSMAN, J. *Bookishness: loving books in a digital age*. New York: Columbia University Press, 2020. *E-book*.

SIBILIA, P. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. *E-book*.

SILVA, R. P. A. *BookTube: livros e leitura em vlogs no YouTube*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. *Anais ...* São Paulo, Intercom, 2016. p. 1-15. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1079-1.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2020.



Neste livro se encontram exemplos de pesquisas de mestrado e doutorado em andamento na linha 2 – Teorias do texto, do discurso e da tradução – do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFF. Todos foram apresentados no âmbito do XIII Sappil e IV Seminário de Egressos do programa, que teve como temática Educação linguística de hoje e de amanhã, sobre a qual nossas pesquisas se comprometem continuamente. Uma ótima – e crítica – leitura a tod@s!

